UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FABIANO VILAÇA DOS SANTOS

**O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará
e Maranhão
(1751-1780)**

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará
e Maranhão
(1751-1780)**

Fabiano Vilaça dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em
História Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Marques Nizza da
Silva

São Paulo
2008

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 9

PARTE 1 – O ESPAÇO DA AÇÃO GOVERNATIVA 20

1.1 – O Estado do Maranhão e Grão-Pará e a historiografia 21

1.2 – O Estado do Grão-Pará e Maranhão 29

1.2.1 – Belém, a nova capital 38

PARTE 2 – OS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL 45

Pará

2.1 – Ressuscitando um “cadáver”: Francisco Xavier de Mendonça Furtado 46

2.1.1 – Novo governo, novas instruções 58

2.1.2 – Liberdade dos índios: fim de uma “trama diabólica” 61

2.1.3 – O Tratado de Madri e decoro do Real Serviço 72

2.1.4 – A Casa e o legado de serviços 84

2.2 – O “verdadeiro sucessor”: Manuel Bernardo de Melo e Castro 91

2.2.1 – Continuidade e transição 96

2.2.2 – Retorno às armas 109

2.3 – A manutenção da soberania portuguesa: Fernando da Costa de Ataíde Teive 118

2.3.1 – A defesa dos domínios portugueses 125

2.3.2 – As “memórias das ações” do governador 136

Maranhão

2.4 – O breve governo: Luís de Vasconcelos Lobo 146

2.4.1 – As instruções 148

2.4.2 – A situação do Maranhão 153

2.4.3 – A sombra da morte 158

2.5 – Um homem da “grei oficial”: Gonçalo Pereira Lobato e Sousa 162

2.5.1 – A recuperação do Maranhão 167

2.5.2 – Ocaso de uma longa trajetória 178

São José do Rio Negro

- 2.6 – Do Rio Negro ao Maranhão: Joaquim de Melo e Povoas **184**
- 2.6.1 – Nos confins da Amazônia: o governo do Rio Negro **186**
- 2.6.2 – Cartas de Mariuá **198**
- 2.6.3 – O “melhor” governador do Maranhão **208**
- 2.6.4 – Ostracismo e ausência de remuneração **224**
- 2.7 – As duas faces de um administrador colonial: Joaquim Tinoco Valente **231**
- 2.7.1 – Contenda entre vizinhos **235**
- 2.7.2 – A outra face do governador **242**
- 2.7.3 – “Suplicado regresso” **249**

São José do Piauí

- 2.8 – Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas **254**
- 2.8.1 – “Patrimônio de bacharéis”: o Piauí **258**
- 2.8.2 – O governo do Estado do Grão-Pará e Rio Negro **270**
- 2.8.3 – Do Rio Negro ao Conselho Ultramarino **283**
- 2.9 – A extensão da graça régia: Gonçalo Lourenço Botelho de Castro **291**
- 2.9.1 – O correio no Piauí: uma disputa de poder **295**
- 2.9.2 – Uma trajetória ascendente **301**

PARTE 3 – O GOVERNO RELIGIOSO: COLABORAÇÃO E CONFLITO 312

- 3.1 – A administração eclesiástica no Norte: notas historiográficas **314**
- 3.1.1 – A diocese do Maranhão **314**
- 3.1.2 – A diocese do Pará **316**
- 3.1.3 – O protocolo entre bispos e governadores **318**

Pará

- 3.2 – “O mais fiel” colaborador: D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa **322**
- 3.2.1 – Um aliado na administração do Estado **325**
- 3.2.2 – O bispo governador e as demandas da colonização **330**
- 3.2.3 – A *Sedição do Engenho do Itapecuru* **340**
- 3.2.4 – Efeitos de recompensa **354**
- 3.3 – “Imaginações jesuíticas”: D. Frei João de São José e Queirós **360**
- 3.3.1 – As visitas pastorais **365**
- 3.3.2 – Um retrocesso na (re)colonização do Norte **373**

Maranhão

- 3.4 – O voto de desconfiança: D. Frei Antônio de São José **381**
- 3.4.1 – A fragilidade do braço eclesiástico **385**
- 3.4.2 – O desfavor e a reabilitação **397**

CONCLUSÃO 402

APÊNDICE A – Governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e Maranhão e das capitanias subalternas do Piauí e do Rio Negro (1751-1780) **408**

APÊNDICE B – Bispos do Pará e do Maranhão (1748-1767) **409**

FONTES 410

1 – Manuscritos **410**

2 – Impressos **416**

BIBLIOGRAFIA 420

Obras de Referência **420**

Livros, artigos, dissertações e teses **422**

1 – Sobre a região amazônica **422**

2 – Geral **429**

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nizza da Silva por ter acolhido o meu projeto de pesquisa e orientado a tese que ora se apresenta. A sua vasta experiência foi essencial para corrigir as imprecisões da proposta inicial e dar forma ao trabalho. As indicações de fontes e de bibliografia, a leitura atenta ao conteúdo e à redação dos capítulos, além do suporte que me forneceu em São Paulo e em Portugal foram essenciais para que tudo chegasse a bom termo.

Sou igualmente grato aos Professores Doutores Lúcia Maria Bastos e Guilherme Pereira das Neves pelo grande apoio que me ofereceram desde a concepção do projeto e ao longo do desenvolvimento da tese, emprestando-me livros, debatendo aspectos pertinentes ao tema, viabilizando a microfilmagem de documentos na Torre do Tombo e, principalmente, confiando em mim. Ao Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo sou grato pela oportunidade de trabalhar ao seu lado na *Nossa História* e na Revista de História da Biblioteca Nacional, experiências valiosíssimas para o aprimoramento da escrita e da leitura.

Aos professores Doutores Laura de Mello e Souza e Carlos de Almeida Prado Bacellar manifesto minha admiração e gratidão pela gentileza e interesse com que receberam meu trabalho no exame de qualificação, e pelas sugestões que procurei atender da melhor maneira possível. À Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Alves de Souza e Mello, da Universidade Federal do Amazonas, sou grato pelo convite para integrar o grupo de pesquisa de História Colonial da Amazônia que me permitiu (e permitirá) estreitar os contatos com os historiadores da região.

Às amigas e companheiras de ofício Cláudia Beatriz Heynemann, Maria do Carmo Teixeira Rainho, Vivien Ishaq e Renata do Vale, do Arquivo Nacional, meu muito obrigado pelo valioso auxílio na confecção da tese, por terem me liberado para cumprir os créditos em disciplina e, especialmente, por acreditarem que eu seria bem-sucedido. À Prof.^a Dr.^a Lúcia

Maria Paschoal Guimarães agradeço a atenção com que sempre me indagou a respeito do andamento da pesquisa.

Das amigas Gabriela de Souza Gonçalves e Myriam Paula Barbosa Pires (hoje mestranda em História Política na UERJ) não poderia deixar de ressaltar o enorme, paciente e cuidadoso trabalho de transcrição de fontes em diferentes arquivos. Sem a sua colaboração e compromisso, nada seria possível. Aos funcionários e técnicos das diversas instituições visitadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Lisboa, agradeço a disponibilidade e a gentileza sempre encontradas.

Aos meus familiares devo incontáveis palavras de coragem, de incentivo e de compreensão, bem como o amparo material e doméstico. Sem tudo isso, seria muito difícil prosseguir.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo delinear as trajetórias administrativas dos governadores e dos bispos que atuaram na jurisdição do Estado do Grão-Pará e Maranhão no período pombalino. De acordo com os pressupostos renovados da biografia, são analisados: os perfis sociais dos agentes nas conquistas do Norte; a sua formação e experiências no Real Serviço; os critérios de recrutamento dos administradores coloniais para as capitanias do Grão-Pará (governadores e capitães-generais), Maranhão, São José do Piauí e São José do Rio Negro (governadores), e dos bispos encarregados das dioceses do Maranhão e do Pará; as linhas gerais da ação administrativa nas esferas temporal e religiosa; as situações de colaboração e de conflito entre governadores e bispos no cumprimento das diretrizes metropolitanas; e, por fim, as possibilidades de remuneração e de promoção pela participação no Real Serviço. A análise desta dimensão das trajetórias leva em conta alguns fatores essenciais: O desempenho das funções na mitra e no governo das capitanias e o estabelecimento de alianças políticas e de conexões familiares no Reino.

Palavras-chave: Governadores; bispos; biografia; trajetórias administrativas; Estado do Grão-Pará e Maranhão

ABSTRACT

This work intends to outline the administrative careers of governors and bishops that acted in the jurisdiction of the State of Grão-Pará and Maranhão in the period of Pombal's government. According to the renewed assumptions of biography, were analyzed: the social profiles of the agents in the conquests of the North; their upbringing and experiences in the Royal Service; the criteria for recruiting the colonial administrators for the captaincies of Grão-Pará (governors and general captains), Maranhão, São José do Piauí and São José do Rio Negro (governors); and the bishops in charge of the dioceses of Maranhão and of Pará; the general outlines of the administrative action in the secular and religious circles; the circumstances of collaboration and conflict between governors and bishops in fulfilling the metropolitan directives; and, finally, the possibilities of remuneration and promotion for the participation in the Royal Service. The examination of this dimension of the careers considers some essential factors: the performance of the bishops in the functions of the miter and in the government of the captaincies, and the establishment of political alliances and familiar relationships in the Kingdom.

Keywords: Governors; bishops; administrative courses; biography; State of Grão-Pará and Maranhão

INTRODUÇÃO

Há cerca de uma década, o historiador A. J. R. Russell-Wood chamou a atenção para a “grande escassez de biografias de administradores do império”, bem como de estudos prosopográficos que contemplassem as trajetórias de governadores, capitães gerais ou vice-reis que atuaram nos domínios lusitanos. Atentou ainda para a existência de alguns poucos trabalhos realizados por especialistas estrangeiros entre o final dos anos 1960 e o início de 1970, dentre os quais o alentado estudo de Dauril Alden, *Royal government in colonial Brazil*, com ênfase no vice-reinado do 2º marquês do Lavradio (1769-1779) no Rio de Janeiro.¹ De 1968, e ainda sem tradução, a obra é referência obrigatória para os que se dedicam à história da administração colonial, mormente no século XVIII.

Mais recentemente, a historiografia luso-brasileira tem se debruçado sobre as trajetórias administrativas, graças à publicação de pesquisas de fôlego, sobretudo, do outro lado do Atlântico, as quais têm servido de base para as configurações de percursos individuais ou coletivos. Como os modelos de análise propostos por Nuno Gonçalo Monteiro, a respeito do comportamento, do patrimônio e das carreiras de representantes da fidalguia ou da aristocracia de Corte, grupo que no vocabulário social de Antigo Regime se distinguia pela noção de “Casa”, não obstante certa generalização do termo.² Sobre as trajetórias de administradores coloniais no Oriente, em África ou na América portuguesa, entre os séculos XVI e XIX (levando-se em conta os critérios de escolha, a formação, as experiências no Real

¹ A. J. R. Russell-Wood. “Governantes e Agentes”. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, v. 3, p. 172. Ver também Dauril Alden. *Royal government in colonial Brazil, with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.

² Nuno Gonçalo Monteiro. *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003. Para a noção de “Casa”, ver Norbert Elias. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 72-73.

Serviço, a origem familiar dos indivíduos), devem ser mencionados os estudos de Mafalda Soares da Cunha, alguns em parceria com Nuno Gonçalo Monteiro.³

No Brasil, são relevantes os trabalhos de Laura de Mello e Souza sobre as carreiras de administradores coloniais designados para diferentes capitanias da América portuguesa, tendo em vista os seus atributos formativos, a história familiar, as hierarquias sociais e as perspectivas de remuneração; aspectos devidamente relacionados. É de realçar que as trajetórias delineadas pela historiadora estão vinculadas às estruturas da sociedade portuguesa de Antigo Regime, mas também se encontram inseridas nos complexos meandros da administração colonial.⁴ Outra perspectiva de análise, adotada por Maria de Fátima Silva Gouvêa, privilegia a circulação dos indivíduos e a formação de “redes governativas” com base na idéia de transposição dos valores do Antigo Regime para os trópicos.⁵ Trata-se, contudo, de um viés diferente do seguido no presente trabalho.

Reunindo uma amostragem da produção historiográfica dos dois lados do Atlântico, é digno de nota o esforço do grupo de pesquisa *Companhia das Índias – Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna*, sediado na Universidade Federal Fluminense, que em março de 2005 organizou o *Colóquio Internacional – Biografias e Microbiografias no Império Colonial Português*, do qual resultou interessante publicação lançada no ano seguinte ao evento.⁶

³ Ver, por exemplo, Mafalda Soares da Cunha. “Governo e governantes do império português do Atlântico (século XVII)”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 69-92. Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e, Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252. Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro. Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social. *Penélope*. Lisboa, n.º 15, 1995, p. 91-120.

⁴ Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ver, sobretudo, a segunda parte: “Indivíduos”.

⁵ Ver, por exemplo, Maria de Fátima Silva Gouvêa. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730)”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 179-197.

⁶ Ronaldo Vainfas; Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves (orgs.). *Retratos do império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XVIII*. Niterói: EdUFF, 2006.

Mas, se há escassez de pesquisas sobre trajetórias administrativas, há também uma ausência de estudos dessa natureza diretamente relacionados às carreiras construídas no Norte da América portuguesa, mais precisamente no Estado do Maranhão ou no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Obviamente, as capitanias principais do Pará e do Maranhão são mencionadas nas amostragens sobre o recrutamento e o perfil de governadores, tal como nos citados trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro e de Mafalda Soares da Cunha. Faltava, no entanto, algo que contemplasse os administradores daquela repartição nos moldes da biografia renovada e dos estudos de trajetórias.

Há exatos 60 anos, Arthur Cezar Ferreira Reis, um dos principais e mais fecundos historiadores da região amazônica no século XX, lançou *Estadistas portugueses na Amazônia*.⁷ O livro tornou-se o primeiro guia desta pesquisa ao sinalizar para a existência de preocupação por parte da historiografia em conhecer o perfil daqueles que governaram as capitanias do Norte. Entretanto, a obra se restringe aos governadores e capitães-mores do Pará e do Maranhão – a Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi dedicado um capítulo inteiro –, desconsiderando o Piauí e o Rio Negro. Também não foi adotado qualquer recorte temporal específico como, aliás, o próprio título sugere. Apesar da factualidade e da interpretação matizada pelos juízos do autor, a obra é instigante na medida em que atribuiu o bom ou mau desempenho dos agentes à adesão aos propósitos dos jesuítas ou dos colonos, especialmente quando a análise avançou pela primeira metade do Setecentos.

Na década de 1970, mais uma vez a historiografia local se voltou para os antigos administradores do Estado. No 6º Simpósio de História do Nordeste Brasileiro, o historiador maranhense Mário Martins Meireles apresentou a comunicação intitulada *Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão*, valendo-se da imagem de melhor governador da capitania no período colonial que Joaquim de Melo e Póvoas deixou gravada em memórias e

⁷ Arthur Cezar Ferreira Reis. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948.

na produção histórica.⁸ Não obstante o caráter laudatório da narrativa, apegada à cronologia dos fatos que marcaram a administração do “sobrinho” do marquês de Pombal – há poucas referências à biografia propriamente dita – e pela exaltação dos feitos daquele que soergueu o Maranhão, o livro deu pistas valiosas sobre os desdobramentos da trajetória do personagem após o exercício do governo colonial, ainda que não fosse intenção do autor focalizar o mecanismo de serviço e remuneração. Com isso, Mário Martins Meireles abriu as portas para a consideração da influência das alianças políticas e das nuances do poder na obtenção de mercês compensatórias, independentemente da qualidade dos serviços prestados no ultramar.

Nos anos 1980 e princípio de 90, prevaleceram as iniciativas de historiadores locais. Mas, dessa vez, áreas antes alijadas foram privilegiadas. *Os homens que governaram o Piauí* e *Dicionário histórico-biográfico piauiense*, ambos de Wilson Carvalho Gonçalves, tiveram o mérito de ressaltar as biografias e as realizações dos administradores da capitania estruturada a partir de 1759, entretanto, perpetuaram muitos equívocos a respeito da vida e da carreira dos personagens, dada a exígua pesquisa documental.⁹ Diferentemente de Mário Martins Meireles, que procurou contextualizar as medidas implantadas por Joaquim de Melo e Póvoas no Maranhão à luz da política pombalina, houve por parte do biógrafo dos governadores do Piauí maior preocupação em elaborar um sumário dos feitos mais relevantes.

Mais recentemente, veio a público *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*, do historiador Mílson Coutinho, obra de cunho genealógico que remontou

⁸ Mário Martins Meireles. *Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão*. 6º Simpósio de História do Nordeste Brasileiro, São Luís: SIOGE, 1974. No início da década de 1970, foi lançado o dicionário de César Augusto Marques. Ainda que não estritamente voltado para os governadores do Estado do Maranhão e do Grão-Pará e Maranhão, contém verbetes biográficos sobre os mesmos. No entanto, são eivados de imprecisões e de equívocos factuais perpetuados pela historiografia por ser o livro importante – e rara – obra de referência. Cf. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon & Seleta, 1970.

⁹ Wilson Carvalho Gonçalves. *Os homens que governaram o Piauí*. Teresina: Gráfica Júnior, 1989. _____. *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense (1549-1997)*. 2ª ed. Teresina: Gráfica Júnior, 1997. A 1ª edição é de 1993.

às raízes de diversos nobres da terra e titulares do Império brasileiro.¹⁰ Amparada em fontes de diversas proveniências (cartoriais, camarárias, do Arquivo Público do Estado do Maranhão, do Legislativo e do Judiciário) e bem contextualizada historicamente, é referência importante para a obtenção de informações biográficas e sobre a trajetória pessoal e profissional dos indivíduos. Mesmo assim, não é uma investigação voltada para os percursos dos administradores coloniais do Império português.

O projeto de estudar os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e Maranhão surgiu também como desdobramento da dissertação de mestrado defendida em 2002, no Programa de Pós-graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em que foi privilegiada a trajetória do 2º marquês do Lavradio.¹¹ Salvo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, responsável por introduzir nas conquistas do Norte as bases da (re)colonização amazônica idealizadas no reinado de D. José I ou no período pombalino, não havia qualquer abordagem acerca do grupo de agentes designados para aquela região, cuja missão era secundar a tarefa de reconstrução ou “ressurreição” do Estado iniciada por Mendonça Furtado e dar continuidade à sua execução.

Nesse sentido, o recorte espacial praticamente coincide com o temporal. O Estado do Grão-Pará e Maranhão (composto pelas capitanias do Pará, Maranhão, Piauí e Rio Negro) foi criado em 1751 e desmembrado em 1772/1774, dando origem a duas unidades distintas: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí, ambos subordinados à Lisboa, como sempre o foi o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621-1751) e o seu sucedâneo. Em suma, as transformações na estrutura administrativa das capitanias do Norte se processaram durante o reinado josefino e a implantação e consolidação da ação política de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal.

¹⁰ Mílson Coutinho. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.

¹¹ Fabiano Vilaça dos Santos. *Trajétória política e ação colonizadora: a revitalização do império colonial português na administração do marquês do Lavradio*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ, 2002.

Para a região denominada contemporaneamente amazônica, o período pombalino caracterizou-se pela adoção de medidas para a extinção do cativo indígena, sustentadas por um corpo legislativo que legitimava a transformação do escravo nativo em vassalo da Coroa portuguesa (o *Diretório dos Índios*), a fim de atender a diferentes demandas de ocupação e defesa da região. Sobre o tema, há trabalhos já bastante consolidados, como os de Ângela Domingues e de Rita Heloísa de Almeida.¹² Aliada à questão indígena, a restrição ao poder (temporal) das ordens regulares, especialmente a Companhia de Jesus, é assunto recorrente nas cartas, ofícios administrativos e instruções aos governadores.

Outro item da agenda metropolitana, o fomento à produção local visando ao incremento do comércio em bases mercantilistas, esteve representado na criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (além da congênere de Pernambuco e Paraíba), tema clássico na historiografia e ao mesmo tempo carente de revisão, sobretudo, no que diz respeito à extinção de tais instituições no reinado mariano.¹³ Sobre esta vertente da história das companhias monopolistas do período pombalino, vale consultar os diversos pareceres técnicos pró ou contra o encerramento das atividades da Companhia do Grão-Pará e Maranhão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Delinear as trajetórias dos governadores do Estado sem levar em conta a vastidão e a complexidade da conjuntura de retomada da colonização do Norte seria impossível. De início, isso significaria negligenciar a própria iniciativa de inverter a configuração administrativa da unidade, colocando-se o Grão-Pará à testa – ou como a “cabeça”, para usar um termo da

¹² Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. Rita Heloísa de Almeida. *O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

¹³ Ver, por exemplo, os trabalhos clássicos de Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 2v, e de Antônio Carreira. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1983.

época, – da nova repartição. Isso atestava a mudança de planos da Coroa portuguesa para a região. Por isso, antes de analisar as trajetórias individuais, foi necessário conhecer o espaço da ação governativa. Inclusive, porque durante a elaboração do trabalho foi comum ouvir a pergunta: “O que era mesmo o Estado do Grão-Pará e Maranhão?”.

A tentativa de responder à freqüente indagação conduziu a uma constatação: a história administrativa não se renovou. Ainda há forte dependência dos antigos compêndios sobre a formação do Pará, do Maranhão, em termos da sua constituição territorial, política, econômica, além da estrutura eclesiástica. Como não estava no escopo do trabalho rever a formação político-administrativa do Estado, optou-se pela elaboração (Parte 1) de breve balanço da historiografia sobre aquela repartição, evidenciando os pontos de contato e as discrepâncias entre as interpretações de diversos historiadores, com ênfase na idéia de isolamento em relação ao Estado do Brasil, o advento do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a transferência do centro das decisões políticas de São Luís para Belém, em 1751.

Por outro lado, quem seriam os responsáveis pela condução das mudanças? O irmão do marquês de Pombal não poderia ser o único portador – posto que fosse o introdutor – das diretrizes regeneradoras do Estado. Quem eram seus sucessores no governo do Grão-Pará e os titulares das capitanias do Maranhão, do Piauí e do Rio Negro? Representantes da aristocracia selecionados para executar a tarefa de revitalizar as conquistas do Norte? Membros do grupo caracterizado como “primeira nobreza de Corte”, não necessariamente titulada? Militares de carreira, úteis em uma região de fronteira extensa e indefinida, a ser delimitada por sucessivos tratados começando pelo de Madri? Indivíduos ligados por afinidades pessoais e alianças que os credenciaram para serem colaboradores dos projetos do gabinete pombalino? Esta pergunta já foi respondida por Ângela Domingues, para quem a escolha dos governadores foi mediada por “relações nítidas de dependência e de fidelidade”.¹⁴

¹⁴ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos...*, p. 128.

A colocação da historiadora foi o mote para a continuidade da investigação, observando-se os seguintes critérios: origem familiar, formação, experiências no Real Serviço, relações de parentesco e de amizade, alianças políticas no âmbito da Corte, remunerações e promoção social.¹⁵ Nesse sentido, a Parte 2 é dedicada às trajetórias individuais. A opção pela forma de intitular os capítulos foi inspirada na segunda parte do citado livro de Laura de Mello e Souza, em que a historiadora procurou identificar cada um dos personagens que estudou a partir de um traço marcante de sua trajetória pessoal ou no Real Serviço. Por outro lado, o tratamento particularizado não pretendeu “esgotar o absoluto do ‘eu’”, como almejavam os antigos biógrafos, segundo Philippe Levillain, mas evidenciar as “ligações” entre “indivíduo e sociedade”.¹⁶ Em cada um dos capítulos tal perspectiva se faz presente, assim como as afinidades entre os agentes, que em maior ou menor grau funcionaram como elemento de coesão do grupo.

A adoção de determinados modelos teóricos e metodológicos atendeu à necessidade de aproximar a análise das vertentes renovadas da biografia histórica e de tentar afastar alguns fatores comprometedores dos trabalhos dessa natureza. Como afirmou Laura de Mello e Souza, “é igualmente espinhoso” estudar os meandros da administração colonial e os administradores. Os perigos para quem se lança nessa busca pelo conhecimento da vida de personagens são: “a sombra ameaçadora do culto do herói ou da personalidade” e o inevitável recurso a genealogias eivadas de erros e contaminadas pela glorificação do biografado.¹⁷

O conceito de “trajetória” empregado é aquele formulado por Pierre Bourdieu, o qual encerra duas dimensões: as “histórias de vida” do indivíduo, que abrangem seu nome, local de

¹⁵ Os parâmetros de investigação das trajetórias também foram absorvidos de um estudo clássico de Lawrence Stone sobre a prosopografia, em que definiu algumas categorias para orientar o trabalho de elaboração das biografias coletivas; questões que deveriam ser respondidas visando à identificação das características comuns do grupo considerado: nascimento; morte; casamento e família; origens sociais; posição econômica; lugar de moradia; educação; ocupação; experiência de ofício. Cf. “Prosopography”. *The past and present*. Boston/Londres, 1981, p. 45.

¹⁶ Philippe Levillain. “Os protagonistas: da biografia”. In: René Rémond (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 176.

¹⁷ Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra...*, p. 18-20.

nascimento, origem familiar, formação profissional; e a “obra” realizada pelo mesmo, elementos que precisam ser devidamente contextualizados. É fundamental salientar que os atributos pessoais e as realizações individuais adquirem significado quando inseridos em um “campo”, conceitualmente estabelecido por Bourdieu, no qual se verifica uma partilha de valores sócio-culturais, além da constituição de redes de relações pessoais e a ação de forças políticas.¹⁸ Como ressaltou Giovanni Levi, é “indispensável reconstruir o contexto, a ‘superfície social’ em que age o indivíduo”. Essa é a essência da idéia de “ilusão biográfica” formulada por Bourdieu.¹⁹ Os modelos e conceitos apresentados foram aproximados da linguagem corrente nos estudos sobre as trajetórias dos administradores coloniais no Império português.

Entre os parâmetros de análise, nascimento; origens sociais; posição econômica; lugar de moradia; casamento e família podem ser agrupados. Educação; ocupação; experiência de ofício, ou ainda, as experiências no Real Serviço, formam outro grupo em constante interação com o primeiro. A morte não foi esquecida. Presente no conjunto de preocupações dos administradores coloniais, ela pode ser vista, mais ou menos ritualizada, como o simples destino de uns ou o corolário da trajetória de outros.

Para orientar a análise e testar os parâmetros formulados, recorreu-se não apenas à documentação privada (testamentos) para obter informações biográficas e genealógicas ou às fontes relacionadas à ostentação de símbolos de distinção social (habilitações às ordens militares, a familiar do Santo Ofício) e à obtenção de mercês e remunerações (decretos, decretamentos de serviços) encontradas na Torre do Tombo, em Lisboa. Ofícios que registravam a rotina da administração colonial, bem como o epistolário de alguns governadores, a exemplo da correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de

¹⁸ Pierre Bourdieu. “A ilusão biográfica”. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 183-191.

¹⁹ Giovanni Levi. “Usos da biografia”. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 169.

Joaquim de Melo e Póvoas, contêm fragmentos sobre a vida pessoal, as relações familiares, apreendidos em meio a relatos pormenorizados sobre a questão da escravidão indígena ou a organização da expedição demarcatória do Tratado de Madri.

Muito conhecidas, as cartas do irmão do marquês de Pombal, reunidas por Marcos Carneiro de Mendonça sob o título de *A Amazônia na era pombalina*, permitem conhecer um Francisco Xavier de Mendonça Furtado diferente. Menos trabalhada pelos historiadores do Centro-Sul é a correspondência ativa de Joaquim de Melo e Póvoas – da época em que governava o Rio Negro – não só dá a conhecer a realidade da colonização na capitania recém-fundada e da implantação das primeiras diretrizes de inspiração pombalina, mas também as relações entre o governador e seus interlocutores na Corte, notadamente Mendonça Furtado e Sebastião José de Carvalho e Melo. Tal intercâmbio é fundamental para entender a trajetória de Melo e Póvoas.²⁰

Mas, não apenas com a metrópole os governadores do Estado partilhavam suas decisões, acertos e incertezas. A Parte 3, dedicada à trajetória dos bispos nos mesmos moldes dos governadores e capitães-generais, é um desdobramento da anterior. Os prelados foram grandes colaboradores da administração temporal não apenas no aspecto religioso, mas na formulação de diagnósticos sobre os problemas enfrentados pela população bem como de propostas para debelar as crises e promover o crescimento do Estado. Em alguns casos, o braço religioso não comungou das idéias emanadas da metrópole, representando um entrave aos projetos de colonização.

De acordo com José Pedro Paiva, era extremamente valioso recorrer à ação dos prelados no ultramar, dada a “importância de que se revestia a Igreja e, em particular, os seus

²⁰ Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 3t. *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761)*. Transcrição paleográfica e introdução do Prof. Samuel Benchimol. Manaus: Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, 1983.

bispos, enquanto instrumento estratégico para a afirmação da ordem e da própria autoridade do poder do rei nos seus domínios”. Não era sem propósito que a harmonia entre o governo temporal e o eclesiástico era tão propalada, conforme se viu explicitamente na escolha de dois dos três prelados considerados. Ainda mais em se tratando de região extensa e inóspita, exemplo de que recorrer à ação dos bispos “foi muito evidente nos territórios do império nos quais, com frequência, a exigüidade de meios da espada foi compensada com a persuasão da cruz”.²¹

Houve momentos em que a linguagem e a ação dos bispos se colaram completamente ao discurso e às práticas temporais ou então foram completamente dissonantes. Em ambos os casos, o regalismo e a secularização característicos do período pombalino condicionaram o funcionamento do braço religioso da colonização no Norte e o desenrolar das trajetórias dos bispos.

²¹ José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 172-174.

PARTE 1 – O ESPAÇO DA AÇÃO GOVERNATIVA

[...] consta-nos que do que correram os portugueses, o melhor é o Brasil, e o Maranhão é Brasil melhor, e mais perto de Portugal que todos os portos daquele Estado [...]. E por ser a terra tal a fez Sua Majestade governo separado do Brasil.¹

A historiografia tradicional esforçou-se para construir uma interpretação sobre a organização política das capitanias do Norte. A divisão em duas unidades distintas e independentes entre si surgiu da necessidade de ordenar a administração de um território em constante expansão e defendê-lo de incursões estrangeiras. Diante disso e das condições impostas pela natureza à navegação costeira, constituíram-se isolados o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil. Do século XVII ao XIX, ambos sofreram mudanças em sua configuração. A que mais interessa a este trabalho processou-se quando a posição das principais capitanias (Pará e Maranhão) se inverteu, e o centro das decisões políticas e de expansão da colonização no Norte foi deslocado de São Luís para Belém.

Não está nos limites da tese rever a configuração administrativa da América portuguesa, seja no Norte ou no Centro-Sul. Mas, considerando-se as palavras de Stuart Schwartz e de James Lockart, na região amazônica “as condições locais tinham muito mais peso na forma de vida do que a política dos conselhos ou governadores”.² Portanto, antes de conhecê-los, foi necessário perscrutar o seu campo de ação e como ele se desenhou, o que se fez por meio de um breve balanço historiográfico e da análise de fontes primárias.

¹ Simão Estácio da Silveira. *Relação sumária das cousas do Maranhão* (1624). Transcrita em Candido Mendes de Almeida. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Nova Tipografia de J. Paulo Hildebrant, 1874, t. 2, p. 31.

² Stuart Schwartz e James Lockart. *A América Latina na época colonial*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 325.

1.1 – O Estado do Maranhão e Grão-Pará e a historiografia

Criado por carta régia de 21 de fevereiro de 1620, à época em que Portugal encontrava-se sob o domínio de Espanha, o Estado do Maranhão, enquanto unidade administrativa separada do Estado do Brasil e diretamente subordinada a Lisboa, correspondia ao propósito de garantir a posse daqueles vastos domínios do Norte. É o que expressa a carta do rei Filipe III: “[...] houve por bem de erigir em governo distinto e separado do [Estado] do Brasil as terras do Maranhão e Pará com as fortalezas que há nelas para [as] cousas daquela conquista se assentarem melhor e se poder cultivar e povoar a terra [...]”.³ A carta régia de 13 de junho de 1621 confirmou a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís, e a sua independência administrativa do Estado do Brasil.⁴

Governador e capitão-general na primeira metade do século XVIII, Bernardo Pereira de Berredo e Castro (1718-1722) registrou nos seus *Anais históricos do Estado do Maranhão* que “sucedeu o [ano] de 1624 com a novidade de estarem separadas do governo-geral do Brasil as conquistas do Maranhão e Grão-Pará com o título de Estado”. Sugeriu, no entanto, que a separação fora cogitada em 1621 quando “soaram tanto na Corte de Madri os brados da fama das capitanias do Maranhão, que aquele ministério se resolveu a separá-las do Estado do Brasil”.⁵

Por outro lado, é preciso considerar que as condições naturais tiveram papel fundamental na organização de duas unidades administrativas distintas na América portuguesa. Enquanto os ventos e as correntes permitiam que se viajasse mais facilmente de Lisboa para o Norte, a navegação para baixo do cabo de São Roque era complicada. Segundo A. J. R. Russell-Wood, era mais rápida e segura a jornada da capital do Reino para São Luís

³ Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (doravante IANTT). Chancelaria de Filipe III. Livro 18, fl. 73.

⁴ Cf. Ernesto Cruz. *História do Pará*. Belém: Universidade do Pará, 1963, v. 1, p. 55.

⁵ Bernardo Pereira de Berredo. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 3ª ed., Florença: Tipografia Barbera, 1905, v. 1, p. 202.

do que desta cidade para Salvador. Sendo assim, a navegação na costa americana contribuiu para a fixação de um governo no Norte diretamente subordinado a Lisboa.⁶ Antes mesmo da criação oficial do Estado do Maranhão, a questão da comunicação com a metrópole foi mencionada no Regimento do primeiro ouvidor-geral, Sebastião Barbosa, de 7 de novembro de 1619. O artigo número um previa que os despachos deveriam ser remetidos para a Casa da Suplicação, em Lisboa, “para onde era mais fácil a navegação do que para a Bahia”, sede da Relação do Estado do Brasil.⁷

Capistrano de Abreu explicitou com detalhes os aspectos físicos que condicionaram o isolamento das conquistas do Norte:

Na arenosa costa nordeste do Brasil sopram os ventos, cursam as correntes em direção invariável durante certa parte do ano. Lê-se isso na forma das dunas abruptas para Este e brandamente inclinadas para Oeste, nos leques dos rios, cujas bocas orientais, como as primeiras que apanham as areias, são menos profundas que as bocas ocidentais. Decorreu daí com igual clareza a elevação do Maranhão a Estado independente logo depois da conquista, devido à impossibilidade de ligá-lo de maneira constante ao território de Este e Sueste.⁸

Além das razões alegadas pela Coroa para a fundação do Estado – “para cousas daquela conquista se assentarem melhor e se poder cultivar e povoar a terra” –, as questões de defesa do litoral do Pará e do Maranhão, assolado à época pelos franceses, motivou a organização administrativa do território. Jaime Cortesão assinalou que desde 1594 os súditos do rei de França haviam se estabelecido na ilha de São Luís, cuja posição estratégica favorecia a presença de invasores, transformando-a em “base naval de todos os flibusteiros franceses”.⁹ As cartas régias de 4 de setembro e de 31 de outubro de 1616 alertavam para a necessidade de defesa dos primeiros núcleos populacionais estabelecidos nas costas do

⁶ A. J. R. Russell-Wood. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1998, p. 55.

⁷ Cf. Rodolfo Garcia. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975, p. 95.

⁸ Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988, p. 66.

⁹ Jaime Cortesão. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, p. 390.

Maranhão e do Pará, após a expulsão dos franceses comandados por La Ravardière, enquanto a carta régia de 20 de junho de 1618 mencionava a conveniência de se criar um governo separado do Estado do Brasil diante da dificuldade de comunicação das terras do Norte com a sede do Governo-geral.¹⁰

Antes disso, porém, algumas expedições já haviam tentado submeter a região à soberania portuguesa: em 1603, Pedro Coelho de Sousa partiu da Paraíba com uma tropa a fim de incorporar o Maranhão, mas, diante das dificuldades enfrentadas, sobretudo, na transposição da serra de Ibiapaba, retornou sem alcançar seu objetivo. Outra expedição foi confiada pelo governador-geral, D. Diogo de Meneses, aos jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, que auxiliados por índios capturados anteriormente por Pedro Coelho de Sousa, conseguiram chegar à serra de Ibiapaba. Mas ataques do gentio que resultaram na morte do padre Francisco Pinto fizeram com que Luís Figueira retornasse a Pernambuco.

Segundo Capistrano de Abreu, com o fracasso das expedições de Coelho de Sousa e dos padres jesuítas, a “questão do avanço para a costa Leste-Oeste” parecia “destinada talvez a adiamento indefinido”, o que só não aconteceu por conta da chegada de Martim Soares Moreno ao Maranhão, pois o mesmo havia conseguido algumas vitórias sobre os franceses ao estabelecer uma fortificação no Ceará, em ponto estratégico usado pelos invasores para aguada.¹¹

Os maiores sucessos das armas portuguesas aconteceram com as expedições de Jerônimo de Albuquerque, “nomeado capitão-mor da conquista do Maranhão”, em 1613 e 1614. Na segunda, deparou com as forças de Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, estabelecido no Maranhão. A expulsão dos franceses só se concretizou no final de 1615, após as investidas de Francisco Caldeira de Castelo Branco e de Alexandre de Moura. Este tinha

¹⁰ Cf. Carlos Studart Filho. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará (com breve estudo sobre a origem e evolução das capitanias feudais do Norte e Meio Norte)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959, p. 199-201.

¹¹ Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 60-61.

também a missão de expulsar os invasores do Pará e chegar até o Amazonas, mas, do Maranhão, enviou Castelo Branco ao Pará, tarefa que resultou na fundação de Belém em 12 de janeiro de 1616.¹²

Realizada a missão, o novo governador do Pará viu-se diante de várias dificuldades para dar continuidade ao estabelecimento português, dentre elas o povoamento da região. Para remediar a falta de brancos em meio à imensa população indígena, a Coroa incentivou a vinda de colonos açorianos, estabelecendo um contrato com Jorge de Lemos Bittencourt para transportar ao Pará 200 casais das ilhas, mediante a ajuda de custo de dois mil cruzados. Por sua vez, o primeiro governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, que “aportou a Pernambuco ao tempo da invasão holandesa na Bahia”, só conseguiu tomar posse em 1626, acompanhado por Manuel de Sousa de Sá, nomeado capitão-mor do Pará, subalterno ao Maranhão.¹³

A constituição de um governo autônomo não previa a solução de problemas internos, como a difícil comunicação com a capitania subalterna do Ceará, constatada pelo padre Antônio Vieira: “uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano, é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios [...], mas muito mais pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas”. Entre o Pará e o Maranhão a situação era ainda mais séria devido à presença entre as duas capitanias de “numerosas baías, trinta e duas segundo as contas do tempo”. E se a “navegação por fora era impraticável; a navegação interna por canoas era sempre mais ou menos possível”.¹⁴ A

¹² Ibidem, p. 61-64 e 67.

¹³ Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. “Casais, soldados e degredados”. In: _____. *Tempo e vida da Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965, p. 111-112. Francisco Coelho de Carvalho foi nomeado em 23 de setembro de 1623. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 57. Sobre as condições da posse de Coelho de Carvalho, ver também Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial...*, p. 111. Bernardo Pereira de Berredo registrou que o primeiro governador indicado para o Estado do Maranhão teria sido o espanhol D. Diogo de Cárcano, nascido em Córdoba, que recusou a comissão devido à idade avançada. O cargo passou então a D. Francisco de Moura, que vinha do governo de Cabo Verde, o qual também declinou da nomeação. Cf. *Anais históricos do Estado do Maranhão...*, v. 1, p. 202.

¹⁴ Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil...*, p. 66-67.

difficuldade de comunicação teria sido o principal empecilho à manutenção da capitania do Ceará como subalterna.

Em sua *Pequena história do Ceará*, Raimundo Girão mencionou um requerimento, supostamente de 1625, no qual o capitão-mor do Pará, Martim Soares Moreno, dizia ser a costa da capitania “inavegável por respeito das águas e dos ventos correrem sempre em contrário por terra”. E, para atingir São Luís, “se põem cinco e seis meses no caminho o que não é da dita capitania do Ceará para Pernambuco, porque se vai em quinze dias”. De fato, ao longo do século XVII, o capitão-mor do Ceará ora se comunicava com o Maranhão ora com Pernambuco a respeito de questões administrativas.¹⁵

Na visão de Capistrano de Abreu, a única alternativa viável, embora precária, para a comunicação do Estado do Maranhão com as demais unidades administrativas da América portuguesa, principalmente com as capitanias de Pernambuco e da Bahia, eram os caminhos terrestres. Eles também poderiam evitar a ruína e o esfacelamento do Estado, uma vez que os percalços da navegação costeira já haviam dado motivo para que o Ceará “se deslig[asse] desde as guerras flamengas do Estado do Maranhão”. E, o que era mais alarmante, “o Pará, apesar da proximidade, persistiu intato e segregado, de preferência estanque do vizinho, procurando a metrópole”.

A interpretação de Capistrano de Abreu contrapunha-se à caracterização da relação entre as principais capitanias do Estado, consoante um relato coevo e muito conhecido, a *Relação sumária das cousas do Maranhão*, de 1624, de autoria do capitão Simão Estácio da Silveira. O objetivo do escrito era divulgar as potencialidades da região e atrair povoadores. Não cabia, portanto, destacar aspectos negativos da terra recém-organizada

¹⁵ Raimundo Girão. *Pequena história do Ceará*. 2ª ed., Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1962, p. 134. Apoiado em dados fornecidos pelo barão de Studart, autor de *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart, 1896, Raimundo Girão registrou que apesar do requerimento de Martim Soares Moreno, reiterado em 1629, somente em 1656 o Ceará passou à jurisdição do Maranhão (p. 134). Ver também Frédéric Mauro. “Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750”. In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997, v. 1, p. 453.

administrativamente e disposta a receber colonos. Por isso, apesar de mencionar que a diminuta população do Pará concentrava-se “à sombra da fortaleza [do Castelo], e por isso não há ainda tantas roçarias, [...] a tudo supria a vizinhança do Maranhão”.¹⁶

Para reverter esse quadro de isolamento, alguns colonos teriam se prontificado a abrir uma estrada ligando Belém a São Luís, na altura do que seria mais tarde a vila de Viana. Na volta, o caminho passava da ilha à terra firme pelas localidades de Estiva e de Anajatuba e depois de atravessar os rios Mearim, Pinaré e Turi, entrava em Belém. Mas Capistrano de Abreu levantou a hipótese de que esta via atribuída à iniciativa dos moradores teria sido construída muito mais tarde, nos idos de 1770, por Evaristo Rodrigues, estabelecido em Pernambuco, para transportar gado do Maranhão e do Piauí.¹⁷

As primeiras tentativas no sentido de romper o isolamento do Maranhão, segundo Capistrano de Abreu, partiram de Vital Maciel Parente, que se dedicou à exploração do rio Pinaré, em 1670. A seguir, vieram as guerras travadas no governo de Inácio Coelho da Silva (1678-1682) contra os índios Tremembés. O passo decisivo foi dado no tempo de Gomes Freire de Andrade, entre 1685 e 1687. Depois de coibir a revolta dos colonos liderados pelos irmãos Beckman, o governador e capitão-general concebeu um plano de ligar o Maranhão à Bahia por terra. Para isso, encarregou João Velho do Vale, conhecedor da região, de sondar as possibilidades de comunicação entre as duas capitanias. O sertanista que chegou a capitão-mor do Pará realizou duas viagens: de São Luís até a serra de Ibiapaba (Ceará) e de lá para a Bahia.¹⁸

A comunicação terrestre entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, no entanto, só se concretizaria na década de 1690, no governo de Antônio de Albuquerque Coelho de

¹⁶ Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil...*, p. 68. Cf. Candido Mendes de Almeida. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Nova Tipografia de J. Paulo Hildebrant, 1874, t. 2, p. 18.

¹⁷ Capistrano de Abreu. *Op. cit.*, p. 67.

¹⁸ Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil...*, p. 68-69.

Carvalho (1690-1701). Para testar as distâncias entre as cidades de São Luís e de Salvador, em 15 de julho de 1694, o capitão-general do Maranhão escreveu uma carta ao governador-general do Brasil, João de Lencastre, sobre as possibilidades da abertura de uma estrada – correspondência que chegou ao destinatário em 19 de abril de 1695 –, portanto, no espaço de nove meses. De resto, a abertura de um caminho terrestre entre o Maranhão e a Bahia foi um dos feitos que tornou célebre a administração do governador-general do Brasil João de Lencastre.¹⁹

Apesar disso, a imensa as conquistas do Norte continuaram sendo uma “área remota onde a população era pequena, o território enorme, a economia indefinida, e as linhas de comunicação e administração, na melhor das hipóteses, eram tênues”.²⁰ Do ponto de vista econômico, a Coroa passou a dar mais atenção aos pleitos dos colonos a partir da segunda metade do século XVII, utilizando-os para estabelecer os meios de aproveitar as potencialidades locais. Ao analisar uma carta escrita por João de Ornelas da Câmara por volta de 1660, Rafael Chambouleyron ressaltou a importância do “aumento” daquelas conquistas, uma vez que o seu desenvolvimento estava intimamente associado à defesa de uma região estratégica – haja vista a extensa fronteira – e pouco habitada. Ao longo das duas últimas décadas do Seiscentos, os governadores do Estado do Maranhão e os capitães-mores do Pará receberam instruções para cuidar da exploração de riquezas (cravo, cacau, anil), orientar os colonos e fiscalizar o cumprimento das ordens régias.²¹ Ao que parece, a metrópole

¹⁹ Ibidem, p. 69-70. Cf. Maria de Fátima Silva Gouvêa. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730)”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 188.

²⁰ Stuart Schwartz e James Lockart. *A América Latina na época colonial*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 327.

²¹ Rafael Chambouleyron. “‘As várias utilidades do Maranhão’. Reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia no século XVII”. In: Fernando Arthur de Freitas Neves e Maria Roseane Pinto Lima (orgs.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 155-174.

redimensionou a política colonial para as conquistas do Norte, deixando de lado o “elevado grau de abandono” vigente, segundo Manuel Nunes Dias, até o fim da União Ibérica (1640).²²

Na primeira metade do século XVIII, com o desenvolvimento da atividade mineradora, o isolamento em relação ao Estado do Brasil foi reforçado. “O contato entre o Brasil e o Estado irmão Maranhão-Pará, naquelas remotas regiões ocidentais” foi vedado pelo decreto de 27 de outubro de 1733, segundo Charles Boxer, referindo-se à proibição da comunicação com a região que em 1748 constituiu a capitania de Mato Grosso.²³ O governo metropolitano temia que a riqueza das minas de Cuiabá atraísse os moradores, sobretudo, do Pará, provocando a evasão da escassa população e a desorganização da produção. O decreto nunca foi respeitado, principalmente pelos sertanistas que experimentaram a navegação pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. A proibição da comunicação do Pará com Mato Grosso foi revogada em 1752 e, cerca de 20 anos depois, a metrópole planejou incrementar os contatos comerciais entre as duas capitanias (ver 2.8.2).

A historiografia admite que a criação de uma unidade administrativa no Norte, independente do governo de Salvador, representou uma medida centralizadora da metrópole.²⁴ A necessidade de colonizar um território vasto na América – ao longo do século XVII as suas fronteiras seriam paulatinamente ampliadas –, levou à percepção de que a geografia, o regime de ventos e as marés não permitiam a existência de apenas um centro administrativo. Ademais, as disparidades regionais deviam ser levadas em conta. Os problemas do Estado do Maranhão em grande parte não eram os mesmos do Centro-Sul da América portuguesa.

²² Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, v. 1, p. 155.

²³ Charles R. Boxer. *A idade de ouro do Brasil*. Tradução de Nair de Lacerda. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 283.

²⁴ Uma síntese da história administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com menção à perspectiva de centralização, pode ser encontrada em Arno Wehling. “Estado do Maranhão”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994. Ver também, do mesmo autor, “Estado do Brasil” e de Ângela Domingues, “Estado do Grão-Pará e Maranhão”. *Op. cit.*

1.2 - O Estado do Grão-Pará e Maranhão

No dia 24 de setembro de 1751, tomou posse em Belém o primeiro governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que chegava para reorganizar a administração das conquistas do Norte. Suas instruções anunciavam a mudança na configuração administrativa do Estado e determinavam que assistisse “na cidade do Pará, onde a ocorrência dos negócios e o tráfico do comércio o ocupavam a maior parte do ano”.²⁵ Por outro lado, o surgimento dessa nova unidade administrativa no período pombalino resultou de um longo processo, marcado por disputas internas.

Não era a primeira vez na história do Estado que se experimentava a mudança do centro de poder. Em 1677, com o objetivo de promover a expansão dos domínios lusos e garantir a soberania de Portugal sobre o vasto sertão amazônico, o governador e capitão-general Pedro César de Meneses (1671-1678) “estabeleceu a sua residência na cidade do Pará, sendo o primeiro general que a fixou”. A medida, que figura como um traço distintivo da sua gestão, justificava-se por ser “mais favoravelmente situada esta cidade tanto para reunir os produtos naturais do país como para prosseguir na descoberta do sertão”. Do mesmo modo foi instruído o sucessor de Pedro César, Inácio Coelho da Silva (1678-1682), que “veio com expressa ordem da Corte de fixar a sua residência no Pará”.²⁶

Em suas considerações sobre a situação da América portuguesa durante a ocupação holandesa, Jaime Cortesão reconheceu que “principalmente o Pará, graças ao zelo e às iniciativas da Câmara de Belém, tomou grande desenvolvimento e constituiu o núcleo mais

²⁵ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 26.

²⁶ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Memória das pessoas que desde o princípio da conquista governaram as duas capitanias, do Maranhão e Grão-Pará. 1783 (fl. 10v). Ver também Robert Southey. *História do Brasil*. Tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 2, p. 342.

resistente do novo Estado”.²⁷ Analisando a situação daquela repartição nas primeiras décadas do século XVIII, Arthur Cezar Ferreira Reis destacou, por outro lado, as rivalidades entre Belém e São Luís, mencionando que a Coroa advertia aos governadores e capitães-gerais que não se deixassem levar por preferências pessoais. Mas, segundo Reis, Belém oferecia melhores condições para o enfrentamento dos problemas de fronteira com a Guiana Francesa e o Vice-reino do Peru, além de possuir uma população mais provida de meios e prestigiada desde a época da expulsão dos holandeses.²⁸

As primeiras manifestações dos moradores do Pará contra a submissão ao Maranhão teriam começado em 1651. Os mesmos desejavam que o seu capitão-mor se dirigisse a Lisboa sem a interferência do capitão-general em São Luís. De acordo com Augusto Meira Filho, apesar de Belém “não ir além de um simples povoado que se formava”, a representação da Câmara, de 5 de agosto de 1651, pleiteando a separação das duas capitanias, obteve resposta favorável do rei, que transformou o Pará e o Maranhão em dois governos independentes em 23 de fevereiro de 1652.²⁹

Um parecer do Conselho Ultramarino, posterior a 1649, era totalmente contrário à separação das duas capitanias. O conselheiro responsável por fazer subir a D. João IV a resolução do Conselho argumentou

que a conservação daquele Estado e defesa (sic) dele depende[m] mais dos naturais que comumente são valerosos (sic) e briosos do que da infantaria portuguesa e, por esta razão, as capitanias do Pará e Gurupá e sertões dos seus distritos são mais poderosas que a do Maranhão por abundarem [...] de naturais. E assim não há dúvida que faltando estes na paz lhe falta os

²⁷ Jaime Cortesão. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, p. 418.

²⁸ Arthur Cezar Ferreira Reis. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948, p. 45-62.

²⁹ Augusto Meira Filho. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa, 1976, v. 1, p. 288-289. Há discrepância quanto à data da separação das duas capitanias. Segundo Francisco Adolfo de Varnhagen, tal ocorreu de acordo com a provisão de 25 de fevereiro de 1652. Cf. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951, t. 3, p. 159. Tanto Meira Filho quanto Varnhagen indicaram que o processo começou no governo de Luís de Magalhães (1649-1652), o sexto capitão-general do Estado.

mantimentos e os frutos da terra por não haver quem os cultive, e na guerra por lhe faltar a fortaleza destes com que se defendam.³⁰

Está claro pelo trecho acima que o parecer colocava a questão da defesa como fator decisivo para a manutenção da unidade do Estado do Maranhão, responsabilizando o Pará pela conservação da repartição na paz e na guerra. De fato, em 1641, quando os holandeses tomaram São Luís, os moradores de Belém deixaram “suas casas, famílias, e fazendas para irem ajudar a recuperar a dita cidade e lançar dela os holandeses, como fizeram, expondo-se a tantos perigos da vida, por mar, e terra [...]”. O episódio não é citado no parecer, mas se coaduna com a justificativa para a manutenção da unidade, do contrário, dividindo-se

[...] este Estado em duas capitanias sem depender o governo uma da outra que o bem da do Pará será destruição da outra [o Maranhão], pois sua sustentação depende de favor e ainda que [haja] de ter da do Pará [...] na guerra fica mais clara sua ruína por falta dos naturais com que deve ser socorrida daquela [...] a experiência nos mostra o quão dificultoso são os socorros que se dão por poderes divididos porque cada um se escusa deste socorro em tempo de guerra temendo que lhe seja necessário para defender a sua praça.³¹

Por outro lado, segundo o parecer, os problemas administrativos do Estado não residiam na extensão do território, nos eventuais prejuízos alegados pelos moradores do Pará e do Maranhão, nas dificuldades de comunicação interna ou com o Estado do Brasil, nem mesmo na preeminência de uma capitania sobre a outra. A raiz do problema assentava na escolha dos governantes. “O sexto governador é Luís de Magalhães que de presente governa de que[m] há tantas queixas que não há cousa esteja culpado de mau governo” – asseverava o redator do parecer.

Cabia ao soberano evitar que outros representantes da sua autoridade nas conquistas do Norte molestassem “com maior poder e sem remédio a seus vassalos em partes tão remotas”, caso o Pará se desprendesse do Maranhão. “As ações generosas dos príncipes são

³⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 1, cx. 3, doc. 00282 (P.1649).

³¹ Cf. Ernesto Cruz. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, v. 1, p. 123-125.

dilatarem seus impérios com multiplicados governos, elegendo ministros inteiros”, portanto, “elejam-se governadores sujeitos tementes a Deus e de qualidades tais, que obrem ações generosas na conservação daquela conquista [...]”.

O Conselho Ultramarino não foi o único a emitir parecer. Consta que, anteriormente, o padre Antônio Vieira – condicionado pelas querelas em torno da escravidão indígena – deliberou sobre a matéria. Instado por D. João IV, o jesuíta foi taxativo ao aconselhar que nada fosse alterado, “porque um ladrão num cargo público é um mal menor que dois”.³² A despeito da parcialidade de Vieira, a decisão régia pela separação do Estado não foi tomada sem hesitações, dificultando a apreensão dos motivos que a levaram a termo, em 1652, com a nomeação de Baltazar de Sousa Pereira e de Inácio do Rego Barreto para capitães-mores, respectivamente, do Maranhão e do Pará. Uma versão cristalizada na historiografia tradicional dá conta de que o desmembramento não surtiu efeito positivo. Para Varnhagen, não houve progresso significativo na administração da Justiça, da Fazenda e nem mesmo na defesa contra pretensões estrangeiras. Daí a resolução de 25 de agosto de 1654 ter restaurado a unidade administrativa.³³

A reunificação do Estado do Maranhão não solucionou as disputas entre São Luís e Belém em torno da importância que cada uma atribuía a si e da maior ou menor assistência dos governadores nas duas cidades. A questão adentrou o século XVIII e levou a Câmara de São Luís a representar ao rei em 12 de julho de 1721. A municipalidade requeria novamente a divisão do Estado em dois governos independentes, inclusive, no aspecto religioso, pois a diocese do Pará havia sido fundada dois anos antes. Em 25 de março de 1722, o requerimento obteve resposta positiva do rei. D. João V reconheceu a necessidade de dois governos distintos,

³² Cf. Charles R. Boxer. *O império marítimo português (1415-1825)*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1996, p. 313.

³³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil...*, t. 3, p. 160.

[...] cousa tão desejada desses povos, porque sendo essa capitania [do Maranhão] cabeça do Estado, aonde os prelados e governadores deviam fazer assistência mais larga para a expedição dos negócios do meu serviço, o não podem conseguir, porque forçosamente lhe é necessário o irem pessoalmente ao Pará, na forma que aí o fazem, e como por esta ausência, de uma e outra parte, padecem os povos grandes detimentos (sic) com moléstias, faltando-lhes o recurso como também darem grande falta às pessoas que vêm da Bahia por terra com fazendas a essa Praça a arrematar os dízimos do Piauí, que não achando governador ficam recebendo consideráveis perdas, por ficarem de um ano para o outro.

Com base em parecer favorável do Conselho Ultramarino, o rei determinou a separação das duas capitanias principais e a nomeação de governadores independentes, extinguindo-se o cargo de capitão-mor, **“porém que esta divisão se não deve praticar por ora, senão para o futuro, quando se houver de consultar esse governo,** de que vos aviso para que assim o tenhais entendido [...]”.³⁴

Pela carta régia de 1722 conclui-se que apesar de ter mostrado alguma sensibilidade em relação aos problemas dos súditos, D. João V não abriu mão de um governo centralizado no Norte da América portuguesa, ainda que as queixas de São Luís e de Belém fossem recorrentes desde o século XVII. O monarca reafirmou ainda a centralidade das decisões em Lisboa e a unidade administrativa perdurou por mais meio século – malgrado as transformações verificadas a partir de 1751 – até a década de 1770.

Para Manuel Nunes Dias, a mudança que deu origem ao Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751 atendia a razões de “defesa mútua contra o inimigo comum”, os castelhanos.³⁵ A afirmação remete às disputas territoriais entre Portugal e Espanha que culminaram na assinatura do Tratado de Madri, em 13 de janeiro de 1750. A conjuntura que levou à reforma é clara, mas as pretensões da Coroa portuguesa não coincidiam com as

³⁴ Cf. Manoel Barata. *Formação histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 60-61. Grifo nosso.

³⁵ Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, v. 1, p. 158. Augusto Meira Filho mencionou um alvará de 19 de abril de 1751, o qual separava o Grão-Pará do Maranhão. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará...*, v. 2, p. 564. A referência parece equivocada, uma vez que o Estado passou por uma inversão do centro administrativo e de poder, mas as duas capitanias principais permaneceram unidas, o Maranhão subordinado ao Grão-Pará.

demandas dos colonos. Em 15 de agosto, sete meses depois da conclusão do dito tratado, os juízes e oficiais da Câmara de São Luís representaram a D. José I expondo diversos problemas enfrentados pela capitania-sede do Estado.³⁶ Assim como em 1721, coube ao Maranhão a iniciativa de requerer a separação – no século XVII, aparentemente, o interesse maior provinha do Pará.

Os camaristas de São Luís tentavam mais uma vez sensibilizar a metrópole alegando que a decadência do Maranhão se explicava pela ligação entre o seu porto e o do Pará, pois os navios que antes partiam diretamente para Lisboa tinham que completar a carga em Belém. Por isso, a introdução da moeda metálica no Estado, em 1749, objetivando a sua recuperação econômica pelo aumento no giro do comércio, seria ineficaz. Toda a produção da capitania, incluindo as culturas do algodão, as fábricas de madeira e de solas de couro, ficaria prejudicada enquanto a união fosse mantida.

Nas entrelinhas, os representantes pretendiam dizer que a estagnação econômica do Maranhão resultaria na diminuição das trocas comerciais com a metrópole, da circulação monetária (toda concentrada no Pará) e, conseqüentemente, da arrecadação fiscal. Indiretamente, os súditos de São Luís aludiam – inconformados – à destacada posição do Pará. O Maranhão usufruía os últimos meses como cabeça do Estado e jamais se conformaria com a perda dessa condição (ver 2.4.2 e 2.5.1).

Nessa época, de acordo com um relatório do ouvidor João da Cruz Diniz Pinheiro, havia sete capitanias: Piauí, Maranhão e Pará, “que pertencem *in totum* à Sua Majestade”, e as de Cumá, de Caité (ou Caeté), de Camutá (ou Cametá) e da Ilha Grande de Joanes.³⁷ No bojo

³⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 3, cx. 32, doc. 03230.

³⁷ “Relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão, em comum, e em particular sucintamente dentro no seu distrito”. Transcrito em João Lúcio de Azevedo. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999, p. 344-346 (Apêndice: Nota E).

das mudanças ocorridas a partir de 1751, as quatro capitanias hereditárias remanescentes foram incorporadas pela Coroa, compensados os antigos donatários com mercês.³⁸

Por outro lado, a nova configuração administrativa não resolveu problemas que remontavam ao século XVII. O isolamento das conquistas do Norte e as dificuldades de comunicação interna persistiram. O primeiro aspecto pode ser exemplificado por meio de uma carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao vice-rei, D. Marcos José de Noronha e Brito, 6º conde dos Arcos, comentando o envio de uma outra correspondência ao mesmo destinatário, em 9 de março de 1753, a qual só teria chegado ao destino ano e meio depois. Por conta disso, Mendonça Furtado tomou a decisão de “remeter as cartas por Lisboa, porque imagino que com maior brevidade chegarão à Bahia”.³⁹

As dificuldades internas de comunicação ficaram patentes no ofício dirigido pelo bispo do Pará e governador interino do Estado, D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, oito meses depois da criação da capitania de São José do Rio Negro (ocorrida 3 de março de 1755), desmembrada do imenso território do Pará. O prelado comentou com o secretário Sebastião José de Carvalho e Melo a necessidade de diminuir o tempo de viagem entre ambas as capitanias – acabando, inclusive, com as deserções dos índios remadores – a fim de melhorar a circulação da correspondência. Com isso, acreditava o bispo, a jornada de ida e volta poderia ser completada em cerca de dois meses.⁴⁰

³⁸ Para a colonização do Estado, ao longo do século XVIII a Coroa recorreu à distribuição de capitanias hereditárias concedidas em sua maioria a fidalgos da Casa Real, em remuneração de serviços e mediante o compromisso de fazê-las prosperar com seus próprios recursos. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 42-43 e 60-61. Foram criadas e distribuídas durante o século XVII as seguintes capitanias: Caeté (1633) - Álvaro de Sousa; Cametá ou Camutá (1637) - Feliciano Coelho de Carvalho; Cabo Norte (1637) - Bento Maciel Parente; Cumá ou Tapuitapera (1640) - Antônio Coelho de Carvalho; Ilha Grande de Joanes (1665) - Antônio de Sousa de Macedo; Xingu (1685) - Gaspar de Abreu e Freitas (p. 57). O sistema de capitanias hereditárias foi extinto no período pombalino, quando as unidades remanescentes foram anexadas pela Coroa portuguesa – a última foi a capitania de Cametá, em 1º de junho de 1754. Cf. Carlos Studart Filho. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará...*, p. 328-329.

³⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 849. Carta de 15 de novembro de 1755.

⁴⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 5, cx. 39, doc. 3664. Ofício de D. frei Miguel de Bulhões a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 6 de novembro de 1755.

A inversão político-administrativa durou pouco mais de 20 anos. A divisão em duas unidades – Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí – foi regulamentada em 20 de agosto de 1772 e concretizada dois anos depois pela provisão de 9 de julho de 1774. Um ofício do coronel Joaquim de Melo e Póvoas, governador da capitania do Maranhão cuja patente foi acrescentada do título de capitão-general do Estado do Maranhão e Piauí, em 1775, forneceu um indício dos propósitos da Coroa: “tendo a Real Piedade de Sua Majestade atendido tanto ao bem comum destes povos, uma das circunstâncias [...] foi a criação deste governo-general, pela vexação que se lhes seguia em recorrerem ao Pará.”⁴¹ Por outro lado, a união do Piauí ao Maranhão, “desmembrando[-se] uma e outra do extenso governo da capitania-geral do Grão-Pará”, sugere que a separação visava à racionalização da administração.⁴²

A separação não eliminou totalmente a perspectiva de centralização. Em ofício de 23 de junho de 1775, o então governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, notificou o recebimento da provisão de 9 de julho de 1774, ressaltando que a divisão retirou “da sujeição do governo-geral desde Estado as duas capitanias do Maranhão, e Piauí [...]; criando de ambas um **novo governo governo-geral**”.⁴³ O Pará permaneceu como cabeça da sua repartição, tendo o Rio Negro por subalterno, e o Maranhão recobrou, de certo modo, a condição perdida em 1751 voltando a ser capitania-geral.

Ao apontar as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Maranhão toda vez que tinham de acorrer ao Pará para satisfazer às suas demandas, Joaquim de Melo e Póvoas demonstrava que a grande distância comprometia o bom andamento dos negócios. Além disso, geograficamente, o Pará tinha mais afinidade com os problemas do Rio Negro – haja vista a questão das fronteiras – e o Maranhão com os do Piauí. Importa salientar que as duas

⁴¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fl. 173.

⁴² Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 8, cx. 74, doc. 6223.

⁴³ Idem. O ofício de João Pereira Caldas ao rei está ao lado do texto da provisão de 9 de julho de 1774. Grifo nosso.

unidades surgidas em 1772/1774 continuaram separadas do Estado do Brasil e dependentes do governo de Lisboa.⁴⁴ O Estado do Maranhão e Piauí existiu até 1811. É interessante notar que na carta régia de 10 de outubro, o príncipe regente D. João aludiu à dimensão daquela repartição para justificar a separação do Piauí:

Tendo chegado à minha real presença o conhecimento da extensão, aumento da agricultura, população e prosperidade do comércio dessa capitania, da longitude e distância que está da do Maranhão; e verificando-se que por estes e outros motivos, não se tem conseguido os proveitos que eram de esperar de ser sujeito e subalterno esse governo [...], antes e muito pelo contrário só tem resultado desta dependência embaraços [...] sou servido isentar totalmente essa capitania [do Piauí] da do Maranhão [...].⁴⁵

O Estado do Grão-Pará e Rio Negro teve maior duração. O Rio Negro continuou dependente do Pará mesmo depois da Independência, com a denominação de comarca do Alto Amazonas. Atravessou a primeira metade do século XIX e percorreu um longo caminho até 1850, quando finalmente a comarca foi reconhecida como província do Amazonas.⁴⁶

Rever a estrutura administrativa do Norte da América portuguesa em toda a sua história é seguir uma trilha aberta há décadas por Caio Prado Júnior, para quem a diferença entre Estado do Brasil e Estado do Grão-Pará e Maranhão acabou perdendo qualquer sentido prático. Não passavam da reunião de circunscrições que não formavam uma unidade aos olhos da metrópole, configurando-se mais como “pseudo-estados”, conforme atestou ao mencionar o alvará de 1758 que estendeu a toda colônia a aplicação do *Diretório* dos índios.

⁴⁴ A historiografia tradicional e alguns autores contemporâneos sustentam que as duas unidades resultantes do desmembramento do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1772/1774, permaneceram subordinadas a Lisboa. Ver, por exemplo, Candido Mendes de Almeida. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão...*, t. 1, p. IV (Ao público). Ver também José Manuel Azevedo e Silva. O modelo pombalino de colonização da Amazônia. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 3. Coimbra, 2003, p. 159. Outros estudos atuais mencionam que a separação do Pará e do Maranhão levou à integração da antiga repartição ao Estado do Brasil. Ver, por exemplo, Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 213.

⁴⁵ Cf. Carlos Eugênio Porto. *Roteiro do Piauí*. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, [1955], p. 80.

⁴⁶ Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 149-190.

Nele, a denominação “Estados do Brasil” expressava uma idéia de unidade, ao mesmo tempo em que a de Estado do Brasil referia-se à extensão da lei que fora aprovada uma não antes par ser aplicada no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Da distinção entre os dois “pseudo-estados” persistiu apenas a subordinação jurídica à Casa da Suplicação de Lisboa e ao arcebispado de Lisboa no aspecto religioso.⁴⁷

Para seguir a pista lançada por Caio Prado Júnior é preciso abordar de forma sistemática e aprofundada as diferentes interpretações históricas, examinar os projetos de abertura de caminhos, os itinerários e relatos de viagens, as memórias sobre a formação das capitanias e o seu desenvolvimento ao longo do período colonial, o epistolário dos governadores, sobretudo, quando eventualmente o capitão-general em Belém se comunicou com o vice-rei na Bahia ou no Rio de Janeiro, as notícias de descobrimentos no sertão pelos rios. O resultado da incursão historiográfica pode ser a confirmação ou não da idéia de separação. De qualquer forma, é preciso antes romper com o isolamento dos estudos de história administrativa, especialmente no que se refere ao que é produzido na região mais próxima da linha do Equador.

1.2.1 – Belém, capital do Estado

Em uma carta dirigida ao rei de Portugal por volta de 1756, o desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro afirmou categoricamente: “cento e quarenta anos tem de descobrimento este Estado, e de criação esta cidade, sem que em todos eles houvesse pessoas das que a governavam que se aplicasse[m] a formalizá-la”. Na qualidade de intendente-geral das colônias, do comércio, da agricultura e das manufaturas, o magistrado chamava a atenção do soberano para a situação em que se encontrava a cidade que alguns anos antes fora escolhida

⁴⁷ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 303-304.

– encerrando-se um velha discussão – para ser a nova capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Urgia, portanto, colocar Santa Maria de Belém à altura da condição de “cabeça” daquela repartição. Para isso, Diniz Pinheiro deu início a obras de remodelação urbana mandando calçar “algumas das principais ruas da cidade e abater o mato de que estava cheio o [...] interior”, planejando “formar nos arredores dela uma campina nas terras que foram concedidas à Câmara para logradouros do povo”. Na opinião do magistrado, as obras eram

[...] não só úteis, mas necessárias, pois pela falta de calçadas aquelas mulheres que não têm possibilidade para andarem em redes – carruagem ordinária da terra – ficam todo o inverno sem ouvir missa e muitos dias de preceito do verão, por causa das contínuas águas, que há neste país em todo o tempo do ano, por ser a cidade muito assentada, e ser por esta causa cada uma das suas largas e espaçosas ruas um grande lago de água.⁴⁸

Pela leitura da carta de Diniz Pinheiro é possível perceber não só a precariedade da sede do governo do Estado, mas o quanto a sua situação afetava o cotidiano dos súditos de Sua Majestade que, no dizer do intendente-geral, viviam privados dos ofícios religiosos e ameaçados pela ação de vadios que cometiam toda a sorte de insultos, encorajados pela possibilidade de encontrar refúgio nas matas que circundavam a cidade.

Visão diametralmente oposta a do magistrado ficou registrada nos relatos do viajante francês Charles-Marie de La Condamine, que passou pela cidade – quando esta ainda na era a capital do Estado – no ano de 1743. Recepcionado pelo então governador e capitão-general João de Abreu Castelo Branco, La Condamine chegou em 27 de setembro e despediu-se em dezembro, rumo a Caiena, para dar continuidade à exploração científica da Baixa Amazônia com o objetivo de medir o “raio equatorial”.⁴⁹

⁴⁸ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597.

⁴⁹ Charles-Marie de La Condamine. *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992, p. 10.

As primeiras impressões de La Condamine sobre a Cidade do Pará, como também era conhecida, transmitem uma imagem idealizada do Novo Mundo, construída pelo olhar europeu fascinado pela exuberância da natureza amazônica e distante da realidade vivenciada pelos habitantes da região. Talvez seja por isso que o viajante apostou em uma dicotomia entre a mata e os rios pelos quais transitou e a cidade que, apesar dos problemas, representaria um sinal da civilização em meio aos lugares inóspitos do sertão amazônico:

Ao chegar ao Pará, saindo das florestas do Amazonas, pensamos nos ver transportados para a Europa. Encontramos uma grande cidade, ruas bem alinhadas, casas alegres, a maior parte construída há 30 anos, em pedra e em alvenaria, além de igrejas magníficas.

O olhar do viajante recaiu também sobre o comércio e o modo de vida dos moradores:

O comércio direto do Pará com Lisboa, de onde chega todo ano uma frota mercante, dá às pessoas abastadas a facilidade de prover a todas as suas comodidades. Recebem mercadorias da Europa em troca de gêneros da região [...] tanto dos rios que vêm desaguar no Amazonas, quanto das próprias margens desse rio [...] sobretudo o cacau, que é a moeda corrente na região e faz a riqueza dos habitantes.⁵⁰

Mas a imagem de uma Belém que aparentemente vivia tranqüila e em harmonia, inclusive, no que diz respeito às trocas comerciais com a metrópole, não se coaduna com alguns registros da historiografia tradicional, que estabelece o ano de 1743 como o início de mais uma das freqüentes epidemias que assolavam a população do Pará, ceifando vidas e desorganizando a produção. Segundo Antônio Ladislau Monteiro Baena, que escreveu nas primeiras décadas do século XIX, a mais antiga tábua populacional da capitania, de 1749, estimava que a população de Belém girava em torno de 6.574 mil habitantes, distribuídos em 900 fogos, contingente remanescente de uma grave epidemia de bexigas e de sarampo que

⁵⁰ Ibidem, p. 107-108.

grassou em 1743 – ano da passagem de La Condamine por Belém – e se prolongou até 1749.⁵¹

O estabelecimento da capital do Estado em Belém em substituição a São Luís a contar do dia da posse de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, privilegiou as novas diretrizes administrativas para as conquistas do Norte implantadas no período pombalino. Em Belém seria mais fácil organizar a logística da expedição de demarcação do Tratado de Madri, auxiliar na defesa e no socorro das fronteiras da futura capitania de São José do Rio Negro, estabelecer com mais facilidade e rapidez as bases da ocupação efetiva das terras do Cabo do Norte (disputadas com a França), por meio da fundação da vila e fortaleza de São José de Macapá, dentre outros negócios de interesse local.

Não obstante a sua posição estratégica para assegurar o domínio português sobre a região amazônica, Belém não sofreu intervenções significativas em sua estrutura urbana após ser elevada à capital. Ao considerar a gestão de Mendonça Furtado e seu empenho nos trabalhos de demarcação do Tratado de Madri, Renata Malcher de Araújo afirmou que o governador e capitão-general não dispôs de tempo para atuar particularmente sobre Belém. Não há, por sinal, nas instruções a Mendonça Furtado ou em sua correspondência, indício de preocupação com intervenções urbanísticas na capital do Estado. No período de 1751 a 1759, apenas alguns edifícios públicos foram privilegiados, mas não sem dificuldades e atrasos na execução das construções ou reformas: as obras da Sé do Pará ganharam fôlego após a

⁵¹ Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 19. É possível que a tábua populacional utilizada por Baena seja a mesma a que Ernesto Cruz se referiu ao tratar de um recenseamento ordenado pelo governador e capitão-general Francisco Pedro de Mendonça Gurjão (1747-1751), segundo o qual, das “novecentas casas existentes no perímetro urbano [de Belém], estavam quatrocentas e cinquenta desabitadas” após a prolongada epidemia. Ernesto Cruz. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, v. 1, p. 182-185. A versão do autor apresenta uma distorção em relação à de Baena. Segundo Cruz, a população de Belém já era de 6.574 almas em 1720 e, no ano seguinte, uma epidemia de varíola que se estendeu até 1733 teria dizimado milhares de habitantes, sendo repetida em 1743. Nesse sentido, o contingente populacional de 1720 não poderia ser o mesmo verificado por Baena a partir da tábua de 1749.

chegada de D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, em 1749, mas só foram concluídas em 1771, e a reconstrução do edifício da Câmara Municipal, iniciada em 1737, só terminou em 1750.⁵²

Quanto à residência do bispo, uma carta de Sebastião José de Carvalho e Melo a D. Frei Miguel de Bulhões, de 20 de março de 1755, esclareceu que o momento não era o mais oportuno para dar seguimento às obras do Palácio Episcopal, em função das “muitas despesas que Sua Majestade está fazendo nas demarcações da parte do Sul, e as que atualmente se fazem dessa do Norte”, sendo “necessário suspender ainda aquela despesa este ano”.⁵³ Nem mesmo o Palácio dos Governadores foi privilegiado. Em 1759, já no governo de Manuel Bernardo de Melo e Castro, o prédio foi demolido devido ao mau estado – houve uma tentativa de reedificação quando o bispo do Pará assumiu pela segunda vez o governo interino do Estado (1758), mas as chuvas destruíram as paredes feitas de taipa.

Diante da ruína do edifício, o arquiteto bolonhês Antonio Giuseppe Landi informou a Melo e Castro sobre a necessidade de reconstruí-lo; obra que, segundo o governador, não precisava “ser de grande despesa, atendendo a haver já a maior parte das madeiras cortadas, bastante telha da que se aproveitou do edifício velho e muita pedra arrancada”. Enquanto isso ocupava duas casas contíguas e comunicadas internamente, alugadas por conta da Real Fazenda. Uma reserva de dinheiro obtido com o corte, no açougue público, da carne de bois criados em antigos currais dos jesuítas cobriria as despesas iniciais da obra.⁵⁴ Esta só começou na administração seguinte, pois Melo e Castro teve que dedicar grande parte do tempo a resolver encargos deixados por seu antecessor, especialmente no que concerne à disposição dos bens dos jesuítas expulsos. Ainda assim, ficou registrado que o capitão-general “policiou o Pará, persuadindo a trajar à moda da Corte e fez mais comum o uso das cadeirinhas”.⁵⁵

⁵² Renata Malcher de Araújo. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998, p. 200-201.

⁵³ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB). Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 273-274v.

⁵⁴ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 216-217v.

⁵⁵ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Memória das pessoas que desde o princípio da conquista governaram as duas capitanias, do Maranhão e Grão-Pará. 1783, fl. 19v.

O esforço de Melo e Castro teve continuidade. Segundo Renata Malcher de Araújo, os governadores e capitães-generais seguintes desfrutaram maior tranquilidade graças a algumas benesses proporcionadas pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e à relativa paz nas fronteiras. Por isso, permaneceram mais tempo em Belém.⁵⁶ Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763-1772) e seu sucessor, João Pereira Caldas (1772-1780), puderam dar atenção às necessidades da capital. Enquanto o primeiro “introduziu o uso das seges no Pará, e o Maranhão seguiu o seu exemplo”, Pereira Caldas “enobreceu e fez transitáveis as praças do Palácio e quartéis, e suas dependências, esgotando-se o pântano do Piri”.⁵⁷

A construção do Palácio dos Governadores começou, de fato, em 1767, e foi concluída em 1772.⁵⁸ Analisando as representações embutidas nos projetos arquitetônicos de Landi para Belém, particularmente a residência dos capitães-generais, Geraldo Mártires Coelho afirmou que a edificação assumiu “a condição de o mais alto lugar da glorificação do Estado pombalino na Amazônia”, tendo o próprio governador Ataíde Teive recomendado a Landi que o projeto do Palácio “celebrasse a grandeza e a majestade de Portugal” na região. Para homenagear D. José I, o arquiteto bolonhês intentou construir uma estátua do rei na Praça do Palácio, custeada pela Companhia de Comércio e com o apoio da Câmara de Belém. Mas a obra, idealizada na mesma época em que começavam os preparativos para a ereção da estátua eqüestre do rei, no Terreiro do Paço, em Lisboa, não foi adiante.⁵⁹

A concretização dos planos metropolitanos no período pombalino alçou Belém à condição antes ocupada por São Luís. Mas, assim que chegasse à antiga capital do Estado do Maranhão, onde desembarcaria, Francisco Xavier de Mendonça Furtado deveria assegurar aos seus moradores que apesar de “a necessidade dos negócios e a utilidade do comércio” requererem a permanência do governador e capitão-general no Pará, “essa assistência em nada

⁵⁶ Renata Malcher de Araújo. *As cidades da Amazônia no século XVIII...*, p. 230.

⁵⁷ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Memória das pessoas que desde o princípio da conquista..., fls. 20-22.

⁵⁸ Renata Malcher de Araújo. *Op. cit.*, p. 214 e 231.

⁵⁹ Geraldo Mártires Coelho. “Índio, súdito e cidadão”. In: _____. *O violino de Ingres: leituras de história cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005, p. 247-312. Ver páginas 307-309.

diminui[ria] os seus privilégios e preeminências”.⁶⁰ Com isso, evitar-se-ia qualquer sentimento de desprestígio da parte dos súditos do Maranhão que pudesse comprometer a realização dos projetos de revitalização das conquistas do Norte.

⁶⁰ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 37.

PARTE 2 – OS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Escolhidos ordinariamente na classe dos militares, e reputado este gênero de despacho um acesso na carreira, galardão de serviços passados ou ainda mero favor à posição ou família do agraciado, pouco se atendia nas nomeações aos dotes civis e políticos indispensáveis em quem tinha de governar em regiões afastadas, e onde era quase nula a ação fiscalizadora do governo supremo.¹

A caracterização do “príncipe dos historiadores brasileiros”², como o intitulou Sílvia Romero, generalizou o perfil dos governadores do antigo Estado do Maranhão. Talvez fosse esse mesmo o seu propósito, pois as mudanças ocorridas em meados do século XVIII não alteraram os predicados exigidos dos agentes recrutados. A Coroa procurava indivíduos capazes de defender as fronteiras e garantir a soberania portuguesa sobre territórios cuja ocupação se intensificou a partir do século XVII.

O desrespeito ao Tratado de Tordesilhas e a indefinição dos limites culminou, em 1750, na assinatura do Tratado de Madri. As capitanias do Norte, portanto, eram postos militares. Não à toa as cartas patentes expressavam a equiparação do Maranhão e do Rio Negro, por exemplo, aos governos de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento, duas unidades diretamente envolvidas na questão de limites com a Espanha.³ Além do perfil militar, nas páginas seguintes serão analisadas a formação, a origem e as experiências dos governadores, aspectos articulados às linhas gerais de sua ação administrativa.

¹ João Francisco Lisboa, sobre o perfil dos governadores do Estado. Cf. *Crônica do Brasil colonial*: apontamentos para a história do Maranhão. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976, p. 377. A primeira edição é da segunda metade do século XIX.

² Cf. Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 98.

³ Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (doravante IANTT). Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 11, fl. 378. Carta patente de Joaquim de Melo e Póvoas, governador do Rio Negro, de 14 de julho de 1757. Ver também Marcos Carneiro de Mendonça (coord). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 141-142.

Pará

2.1 – Ressuscitando um “cadáver”: Francisco Xavier de Mendonça Furtado

No dia 15 de novembro de 1769 faleceu em Vila Viçosa, aos 69 anos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, cargo que assumira em 20 de março de 1760, depois de passar alguns meses como secretário assistente ao despacho de seu irmão mais velho, Sebastião José de Carvalho e Melo, titular da pasta do Reino.⁴ De acordo com João Lúcio de Azevedo, citando as *Anédoctes du ministère du marquis de Pombal*, Mendonça Furtado não resistiu “à súbita ruptura de um abscesso”, o que teria demandado rápido funeral “por causa da infecção horrível que logo exalou o cadáver”.⁵

A ascensão à administração do Reino seguiu-se ao retorno do governo do Estado do Grão-Pará, iniciado em 24 de setembro de 1751. Dessa passagem pelas conquistas do Norte, com a missão de restaurar os domínios portugueses, ficaram imagens díspares, considerando-se os depoimentos coevos e as interpretações historiográficas veiculadas em diferentes épocas. Em carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 28 de fevereiro de 1759, o bispo do Pará comentou a partida de Mendonça Furtado dizendo nunca ter pensado “experimentar a crueldade deste golpe” e afirmando que “todo este Estado chora e chorará eternamente a ausência deste seu ilustre Conquistador e Restaurador”. Para D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, acérrimo colaborador, nem mesmo a separação da pátria, do irmão e dos amigos com doeu-lhe tanto quanto a perda da companhia do capitão-general.⁶

⁴ Cf. José Subtil. “No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 417.

⁵ João Lúcio de Azevedo. *Estudos de história paraense*. Pará: Tipografia de Tavares Cardoso & cia., 1893, p. 28.

⁶ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598.

Dias depois, o juiz de fora Feliciano Ramos Nobre Mourão também escreveu a Carvalho e Melo comentando a saída de Mendonça Furtado, “deixando gloriosamente o seu nome memorável para todas as idades, pelas suas heróicas ações e esclarecidas virtudes”. O magistrado fez questão de enumerar as qualidades do administrador colonial que promoveu a liberdade dos índios, protegeu os moradores, incentivou o comércio, aumentou as rendas provenientes das criações de gado e da produção de diversos gêneros, graças ao “exemplar procedimento, honestidade, zelo ardente” que o fizeram comparável a Afonso de Albuquerque e a D. João de Castro no governo da Índia.⁷

Não é difícil entender a razão de depoimentos tão laudatórios. Naquele momento, Mendonça Furtado partia de Belém com o objetivo de auxiliar o irmão que iniciava uma fase de sua carreira que ficaria marcada como a da “consolidação do poder” (1759-1765).⁸ Sebastião José de Carvalho e Melo alcançara grande projeção política após a reconstrução de Lisboa, assolada por um terremoto em 1755, e o processo contra os jesuítas e membros da alta nobreza, especialmente os marqueses de Távora, acusados de envolvimento no atentado a D. José I, em 1758. Não foi à toa que no ano seguinte foi feito conde de Oeiras, assistindo à expulsão definitiva da Companhia de Jesus de Portugal e do Império ultramarino.

Os registros historiográficos, por outro lado, nem sempre reservaram a Mendonça Furtado lugar dos mais honrosos entre os administradores coloniais da América portuguesa. No final do século XIX, João Lúcio de Azevedo traçou a personalidade do capitão-general a partir de uma pesquisa em documentos pessoais:

Enérgico por natureza, como o primeiro ministro seu irmão; rude por hábito adquirido no tirocínio da profissão marítima; altivo pela sua posição de governador, não falando na consangüinidade com o árbitro dos destinos de um reino; arrogante por necessidade na capitania [...].

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 5, cx. 44, doc. 4065. Ofício de 2 de março de 1759.

⁸ Cf. José Subtil. “No crepúsculo do corporativismo...”, p. 417-418.

Afiançou João Lúcio que o capitão-general fora o “oráculo” responsável pela concepção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755. E reconheceu que a administração de Mendonça Furtado deixou “nos arquivos da capitania [do Pará] testemunhos de sua ilustração bastantes para podermos reputar mal informados os que lhe regatearam dotes intelectuais pouco vulgares”.⁹

Uma caracterização diametralmente oposta é encontrada em *Figuras históricas de Portugal*, de Bourbon e Menezes e Gustavo de Matos Sequeira, publicado em 1933. Enquanto João Lúcio enalteceu a obra de Mendonça Furtado, equiparou suas virtudes às de Sebastião José de Carvalho e Melo e procurou justificativas para o temperamento do governador, da pena dos biógrafos acima surgiu uma espécie de arremedo de Carvalho e Melo:

Foi uma duplicação em matéria pobre do ilustre irmão, um tentáculo com que ele se prolongou até onde não podia chegar, um alter-ego, como tantos que Pombal teve com a desvantagem do mesmo sangue a ferver em cabeça de menos peso.

Para Menezes e Sequeira, “não foi sem um encargo oculto que o pingue e honroso cargo” lhe fora dado, referindo-se à fundação da Companhia de Comércio, responsável pela ruína do “comércio particular”. Mendonça Furtado “não teve individualidade própria nesse alto cargo. A sua ação foi absorvida inteiramente, se a teve, imiscuindo-se na do marquês”. Além disso, “era grosseiro no trato, brusco e altivo, dizem-no alguns”.¹⁰ Tal caracterização, eivada de termos depreciativos, apresenta de maneira distorcida aspectos discutidos ao longo desse trabalho, alguns deles enfatizados pelo próprio Mendonça Furtado, como a pouca rentabilidade do cargo que ocupava.

Alguns termos presentes nas caracterizações acima ganharam plena aceitação na historiografia, perpetuando-se na atualidade, principalmente o fato de que Mendonça Furtado

⁹ João Lúcio de Azevedo. *Estudos de história paraense...*, p. 13 e 16-17.

¹⁰ Bourbon e Menezes e Gustavo de Matos Sequeira. *Figuras históricas de Portugal*. Porto: Livraria Lello, 1933, p. 115-116.

foi o artífice dos planos de seu irmão para a Amazônia. Adotando pontos de vista distintos, a historiografia contemporânea parte desse princípio para analisar a ação administrativa do capitão-general. Dedicada ao estudo dos projetos urbanísticos de Belém, Macapá e Mazagão na segunda metade do século XVIII, a fundação de vilas na jurisdição do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a ocupação de territórios de fronteira, como o Cabo do Norte, Renata Malcher de Araújo enfatizou o viés restaurador do governo de Mendonça Furtado.¹¹

Em análise mais recente do “projeto civilizacional” gestado por Sebastião José de Carvalho e Melo, Geraldo Mártires Coelho atribuiu a Mendonça Furtado a “condição de sujeito instaurador da lógica operante do mesmo projeto”. O governador estaria habilitado para executar a obra concebida pelo irmão, pois “como integrante da *intelligentsia* portuguesa do tempo, mais no sentido de contemporaneidade do que de inflexão modelar, [...] respirou em Portugal num ambiente intelectual renovado”. É preciso sublinhar a ressalva do historiador de que Mendonça Furtado mais respirou os ares impregnados “pela filosofia de Descartes, pela epistemologia de Locke e pela metodologia científica de Newton”, do que realmente se debruçou sobre esses ramos da ciência.¹² Era um homem do mar e, por isso, aproximava-se mais do perfil rude traçado por João Lúcio de Azevedo, ainda que sem o necessário mau gênio apontado por Menezes e Sequeira.

O governador e capitão-general não era um estudioso das leis ou das ciências. Como lembrou Geraldo Mártires Coelho, a inspiração das teses defendidas por Sebastião José, com ênfase na liberdade dos índios, provinha da leitura dos jusnaturalistas, como o espanhol Juan de Solórzano Pereira, autor da conhecida *Política indiana* (1647).¹³ Mas, seguindo essa linha interpretativa, segundo a qual a correspondência de Mendonça Furtado funciona “como um

¹¹ Renata Malcher de Araújo. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.

¹² Geraldo Mártires Coelho. “Índio, súdito e cidadão”. In: _____. *O violino de Ingres: leituras de história cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005, p. 268-269.

¹³ Ibidem, p. 265-266. Ver também Juan de Solórzano Pereira. *Política indiana*. Madri: Oficina de Diego Diaz de la Carrera, 1647. Um comentário sobre a estrutura da obra de Solórzano Pereira pode ser encontrado, por exemplo, em Francisco Javier de Ayala. *Ideas políticas de Juan de Solorzano*. Sevilha: Imprenta y Litografia I.G.A.S.A, 1946.

espelho a refletir as imagens da retórica reformista de Carvalho e Melo para a Amazônia”, é preciso acrescentar que ele próprio se interessou em conhecer a doutrina jurídica contida na obra de Solórzano.

Ao solicitar uma enorme e variada remessa de provisões, roupas e material de trabalho ao seu procurador em Lisboa, frei Luís Pereira, fez a seguinte requisição: “Quero que Vossa Reverendíssima me mande o Solórzano, de *Jure indiarum*, primeiro e segundo tomo, porque ainda que eu o trouxe sumiu-se-me daqui a segunda parte”, livros que poderiam ser encontrados “às portas de Santa Catarina em casa de um livreiro francês que ali contrata neles”. Apesar disso, ao que parece, as leituras de Mendonça Furtado estavam relacionadas à sua formação militar e direcionadas para as questões do momento. Aproveitou o ensejo para pedir também “dois livros de quarto, intitulados *Milícia prática*, que não sei aonde se vendem”.¹⁴ Referia-se aos dois volumes do manual de Bento Gomes Coelho, publicado em 1740.

Ao falar da “**assunção** de Mendonça Furtado ao governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão” Geraldo Mártires Coelho reforçou, por meio da palavra em destaque, a idéia de que um poder maior alçou o militar ao cargo, algo que o simples termo nomeação não seria capaz de traduzir. No entanto, ao comentar o perfil dos membros da comissão demarcadora de limites, encabeçada por Mendonça Furtado, o historiador apontou a existência de contradições que o governador “produziu e vivenciou na sua identidade de administrador, de matiz reformista, nos domínios do grande espaço tropical do Brasil”.¹⁵ Mesmo sem avançar na análise dos percursos da comissão, tomando por base as características da formação e as experiências acumuladas por Mendonça Furtado, deve-se rever a assertiva, uma vez que a sua

¹⁴ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 324.

¹⁵ Geraldo Mártires Coelho. “Índio, súdito e cidadão”..., p. 271 e 275. Grifo nosso.

“identidade de administrador” começou a ser forjada no momento em que desembarcou em Belém, aos 51 anos de idade, quando sua trajetória no Real Serviço assumiu nova direção.

* * *

Muitos traços da biografia de Mendonça Furtado são já bastante conhecidos em virtude do parentesco com o poderoso ministro Carvalho e Melo.¹⁶ A digressão historiográfica foi necessária por se tratar de personagem central na retomada da colonização amazônica no período pombalino. Mas ainda há passagens obscuras na vida e na trajetória do realizador dos planos da Coroa portuguesa nas conquistas do Norte. Por isso, de acordo com a proposta de configurar as trajetórias administrativas dos governadores do Grão-Pará e Maranhão, a revisão da biografia do seu primeiro governador e capitão-general mostra que o estudo de sua trajetória não está esgotado.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado nasceu na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa. Era o segundo filho do capitão de cavalos Manuel de Carvalho e Ataíde e de D. Teresa Luísa de Mendonça, ambos naturais da capital do Reino. Os avós paternos, Sebastião de Carvalho e Melo e D. Leonor Maria de Ataíde, e os maternos, João de Almada de Melo e D. Maior Luísa de Mendonça, também nasceram em Lisboa. Kenneth Maxwell discorreu brevemente sobre a família, destacando sua origem na pequena fidalguia prestadora de serviços à monarquia no campo militar, como oficiais régios e membros do clero.

Manuel de Carvalho e Ataíde teve passagens pela Armada e pelo Exército, chegando em 1708 ao posto de oficial da Cavalaria da Corte. Seu irmão, Paulo de Carvalho e Ataíde, foi responsável por significativo acréscimo de bens materiais e de distinção social ao patrimônio da família. Lente na Universidade de Coimbra e arcepreste da Igreja Patriarcal de Lisboa,

¹⁶ Uma síntese da trajetória de Mendonça Furtado pode ser encontrada, por exemplo, em Ângela Domingues. “Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

legou ao sobrinho Sebastião José de Carvalho e Melo propriedades em Pombal e Oeiras e foi o sustentáculo dos sobrinhos – Mendonça Furtado teve 11 irmãos, quatro falecidos prematuramente – quando Manuel de Carvalho e Ataíde faleceu.¹⁷

Aos 11 anos, quando ainda assinava Francisco Xavier de Carvalho, Mendonça Furtado tornou-se moço fidalgo da Casa Real, assim como o pai. Na mesma ocasião, a mercê foi estendida ao irmão imediato, Paulo de Carvalho e Mendonça.¹⁸ Nada se sabe a respeito da formação e das atividades de Mendonça Furtado até os 35 anos de idade. É possível que tenha se dedicado a cuidar das propriedades da família – com as quais muito se preocupou durante a estadia no Pará – enquanto o irmão mais velho iniciava a carreira diplomática. Sabe-se, de acordo com seu memorial de serviços, que em 14 de abril de 1735 assentou praça no Regimento da Armada, no qual serviu quase 16 anos, desde o posto de soldado até o de capitão de mar-e-guerra, encerrando a carreira em 7 de janeiro de 1751, cerca de três meses antes de ser nomeado governador e capitão-general.¹⁹

Como soldado, Mendonça Furtado participou de expedições de socorro à Colônia do Sacramento quando Portugal assistia ao fim de seus planos de fincar “raízes definitivas no Prata”, por meio da “implantação de uma política efetiva de povoamento e pelas sucessivas tentativas de alargar o domínio português pelo litoral e pelo interior do território”, sobretudo, durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749).²⁰ Quando a nau Arrábida, comandada por Luís de Abreu Prego, chegou ao Rio de Janeiro, o capitão recebeu ordens do governador Gomes Freire de Andrade para se juntar a uma esquadra no rio da Prata.

¹⁷ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 2-3.

¹⁸ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. João V, livro 5, fl. 357. Alvará de 23 de novembro de 1711. Na mesma página há um despacho referente ao alvará de 20 de abril de 1760, pelo qual D. José I autorizou que se emendasse o nome do beneficiado no livro de filhamentos, pois o mesmo já havia mudado para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pelo alvará de 25 de janeiro de 1740, Paulo de Carvalho e Mendonça, cônego da Sé Patriarcal, tornou-se fidalgo capelão com o acréscimo de 250 mil réis à sua moradia (originalmente de mil réis) e uma vestiária por ano.

¹⁹ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 13, n.º 83.

²⁰ Cf. Paulo Possamai. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006, p. 28-29.

A partida deu-se a 1º de dezembro de 1736 e após cinco meses de permanência na região platina, Mendonça Furtado retornou ao Rio de Janeiro, seguindo para Pernambuco a fim de se juntar aos efetivos que se organizavam para socorrer a Ilha de Fernando de Noronha, invadida pelos franceses. A comissão se estendeu de 1737 a 1738, desdobrando-se no “serviço do mar” e no cuidado das fortificações, até o desembarque em Lisboa, no dia 10 de junho. Do final dos anos 1730 até 1750, promovido a tenente (1741), integrou oito expedições guarda-costas, sendo duas nos Açores e uma na Ilha de Tenerife. Pouco antes de sua carreira sofrer uma inflexão, alcançou o posto de capitão de mar-e-guerra.²¹

Ao chegar à administração colonial, Mendonça Furtado possuía a experiência militar valorizada nos titulares do governo das conquistas do Norte e a vivência dos problemas de fronteira entre os domínios portugueses e castelhanos. Na região platina, teve a oportunidade de experimentar situações similares às que enfrentaria anos depois no Pará e no Rio Negro. Nas expedições guarda-costas, aprendeu o valor de manter a integridade e a segurança dos territórios lusos, tanto na costa do Reino quanto nas possessões ultramarinas. Sendo assim, ao parentesco com Sebastião José de Carvalho e Melo somaram-se requisitos importantes.

Pouco antes de partir para a América, recebeu a mercê do hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. As diligências tiveram início em 30 de abril de 1751 e transcorreram rapidamente, uma vez que Mendonça Furtado contava com a prévia habilitação de seus pais, avós paternos e maternos – Manuel de Carvalho e Ataíde fora cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício enquanto o avô materno, João de Almada de Melo, professara na Ordem de Santiago da Espada, segundo a primeira testemunha inquirida, D. Antônio Caetano de Sousa. O clérigo regular da Divina Providência acrescentou que o tio do habilitando, Paulo de Carvalho e Ataíde, fora colegial de S. Pedro, deputado da Junta do Santo Ofício de Coimbra e de Lisboa, em que desempenhou a função de desembargador dos agravos. Também

²¹ IANTT. Ministério do Reino – Decretos (1745-1800). Pasta 13, n.º 83.

fora deputado da Mesa da Consciência. Nessa altura, Sebastião José de Carvalho e Melo também era professo na Ordem de Cristo.²²

É de notar que Mendonça Furtado passava dos 50 anos e não há menção à necessária dispensa régia para a habilitação. Quatro dias depois do início das inquirições, em 3 de maio, frei José Antônio Correia de Castilho, um dos encarregados pela Mesa da Consciência e Ordens das diligências, atestou que Francisco Xavier de Mendonça Furtado era “fidalgo ilustre por seus ascendentes e limpo de sangue”, portanto, sem impedimento para entrar na Ordem de Cristo, de acordo com seus definitórios.²³

Os alvarás de permissão para receber o hábito de cavaleiro noviço, no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, ser armado cavaleiro, na Santa Igreja Patriarcal ou na Igreja de Nossa Senhora da Conceição e, finalmente, para professar na Ordem, no mencionado mosteiro, datam de 8 de maio de 1751, poucos dias antes da partida para São Luís, de onde seguiria por terra até Belém.²⁴ Não há dúvida de que a concessão do hábito de Cristo significou uma recompensa pelos serviços do militar, além de um incentivo ao cumprimento da nova comissão na América portuguesa.

O processo de habilitação transcorreu normalmente dando a impressão de que não havia qualquer ponto discutível na história pessoal de Mendonça Furtado. Mas, por trás das aparências, vicejavam os rumores. Não se pode esquecer que a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo ao ministério, primeiro dos Estrangeiros e depois do Reino, causou antipatia no seio da alta nobreza. Sua família, enobrecida pelos serviços e não pelo sangue, ficou mal vista quando seu pai forjou uma genealogia com o fim de apurar suas origens. Kenneth Maxwell apontou um conjunto de fatores que favoreceram Carvalho e Melo em sua carreira diplomática e, mais tarde, na entrada no ministério: o casamento com D. Maria Leonor Ernestina Daun, que lhe valeu o apoio da rainha-mãe de Portugal, D. Maria Ana, austríaca

²² IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra F, maço 1, doc. n.º 11.

²³ Idem.

²⁴ IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 236, fls. 94v-95v.

como D. Maria Leonor, o patrocínio de seu tio Paulo de Carvalho e Ataíde e do secretário Marco Antônio de Azevedo Coutinho, a quem Carvalho e Melo tratava por “tio”.²⁵

Após a morte de Manuel de Carvalho e Ataíde, em 1720, outra figura não mencionada por Maxwell despontou no seio da família. Viúva, D. Teresa Luísa de Mendonça casou-se em 1723/1724 com Francisco Luís da Cunha de Ataíde, aparentado da avó paterna de Mendonça Furtado e de Sebastião José, D. Leonor Maria de Ataíde. Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, fidalgo da Casa Real, membro do Desembargo do Paço, governador e chanceler da Relação do Porto e chanceler-mor do Reino a partir de 1747, Cunha de Ataíde era viúvo de D. Josefa Leocádia Coutinho desde 1719, não tinha filhos e “dispunha de meios de fortuna e de consideração social”.²⁶ Mas, qual a relação entre ele Mendonça Furtado? Para alguns autores, seriam pai e filho. Daí provém a idéia de que o militar era meio-irmão do futuro marquês de Pombal.²⁷

Nos primeiros anos em Belém, Mendonça Furtado endereçou algumas cartas ao padraсто. Em todas elas, o governador se referiu ao chanceler-mor do Reino como “meu pai”, o que levou à apressada validação da paternidade. Pela leitura das cartas, percebe-se a admiração e o respeito do enteado. Com Francisco Luís da Cunha de Ataíde foram trocadas impressões sobre a situação do Pará – a ruína do comércio, as desordens na administração da Fazenda, o povoamento de Macapá –, partilhadas as insatisfações com o cargo, o preço exorbitante do açúcar e de outros gêneros de subsistência no Estado. Também não faltaram presentes, a exemplo de uma partida de cacau.²⁸

²⁵ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal...*, p. 3-4.

²⁶ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão. *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal/Sociedade Industrial Gráfica Lisboa, 1982, p. 17-18.

²⁷ Ver, por exemplo, Andrée Mansuy-Diniz Silva. “Portugal e Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808”. In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997, v. 1, p. 485.

²⁸ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 43 e 125-126.

De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, Francisco Luís da Cunha de Ataíde desempenhou papel relevante no início da carreira de Sebastião José de Carvalho e Melo, uma vez que “lhe caucionou empréstimos de dinheiro” junto ao marquês das Minas para que pudesse aprontar a viagem para Londres e assumir a embaixada. Ao refutar a tese de que Sebastião José se opôs ao segundo casamento da mãe e por isso se retirou do convívio familiar, Serrão conferiu talvez demasiado relevo às instâncias de Cunha de Ataíde ao afirmar que o magistrado foi peça fundamental na nomeação de Sebastião José para a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, pois desde 1747 era Chanceler-mor do Reino, e uma espécie de consultor jurídico para as medidas tomadas pelo secretário nos cinco primeiros anos de sua gestão – Francisco Luís faleceu em 1755, em idade bastante avançada, vítima do terremoto que destruiu Lisboa.²⁹

“O grande protetor de Sebastião José na vida diplomática e na carreira política”³⁰ – papel também creditado a D. Luís da Cunha – não poderia ter oferecido seu patrocínio a Mendonça Furtado no ingresso na Armada? Nesse caso, a correspondência respeitosa e confiante na interlocução de Francisco Luís da Cunha de Ataíde colocaria fim à questão. A importância do chanceler na vida dos irmãos conferia-lhe a posição de pai. Tomando por base a concepção ampla de família de Antigo Regime, a hipótese não é improcedente. Ademais, Mendonça Furtado perdeu o verdadeiro progenitor aos 20 anos e no momento em que escrevia ao padraсто para dar vazão aos problemas da administração colonial, passava dos 50. Conviveu, portanto, muito mais tempo com Cunha de Ataíde.

Mas a questão não se encerra com essas conjecturas, pois a dúvida sobre a paternidade de Francisco Xavier de Mendonça Furtado não surgiu de informações colhidas em fontes pouco confiáveis ou de interpretações dos historiadores. Trata-se de um rumor contemporâneo ao personagem, posto que seja impossível precisar a origem ou a extensão. Perante o

²⁹ Joaquim Veríssimo Serrão. *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista...*, p. 19, 31, 58 e 68.

³⁰ *Ibidem*, p. 19.

comissário encarregado das provanças para o ingresso de Mendonça Furtado na Ordem de Cristo, a testemunha Domingas da Veiga, viúva de Manuel Gonçalves, “homem marítimo”, declarou ter conhecido bem os avós maternos do habilitando na freguesia de Nossa Senhora do Rosário dos Olivais, onde viviam em uma quinta e tiveram uma filha, D. Teresa Luísa de Mendonça, casada com Manuel de Carvalho e Ataíde. Dos filhos do casal sabia Domingas da Veiga ser um deles secretário de Estado, “outro que dizem vai para o governo do Maranhão” e um terceiro, cônego na Patriarcal.³¹

Uma mulher viúva e simples talvez não se arriscasse propagando um rumor que depunha contra a honradez de uma família que já contava com grande prestígio político na Corte. Porém, o boato estava enraizado e devia ser alimentado por setores poderosos, adversários de Sebastião José de Carvalho e Melo – já elevado a conde de Oeiras. O processo de habilitação de Mendonça Furtado a familiar do Santo Ofício é uma mostra de que o secretário do Reino desejava calar definitivamente as vozes difamatórias.

Não deixa de ser interessante a data em que a carta de familiar foi expedida: 6 de setembro de 1759, três dias depois do decreto que banuiu a Companhia de Jesus de Portugal e domínios ultramarinos. O processo é sumaríssimo se comparado aos de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e de Manuel Bernardo de Melo e Castro. A Mesa do Santo Ofício concluiu que o habilitando era “irmão inteiro do conde de Oeiras, familiar do Santo Ofício, e de Paulo de Carvalho e Mendonça [...]. Nunca foi casado, nem consta que tenha filhos ilegítimos”. A questão da pureza de sangue foi ignorada.³²

³¹ IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra F, maço 1, doc. 11.

³² IANTT. Habilitações do Santo Ofício. Maço 88, diligências 1499. Maria Tereza Sena analisou alguns processos de habilitação da família de Mendonça Furtado, dentre os quais o de seu pai e o de Sebastião José de Carvalho e Melo (1738). Concluiu que muitos de seus ascendentes, incluindo os da primeira esposa de Carvalho e Melo, D. Teresa de Noronha, eram ligados ao Santo Ofício. A autora fez ainda uma análise dos procedimentos para se tornar familiar, de suas atribuições e do perfil dos habilitados. Cf. “A família do marquês de Pombal e o Santo Ofício (amostragem da importância do cargo de familiar na sociedade portuguesa Setecentista e Oitocentista)”. In: Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, v. 1, 1984, p. 337-385. Do processo de Mendonça Furtado há apenas uma menção, sem qualquer consideração sobre a questão da sua paternidade (p. 376-377).

Outros pontos sugerem que o processo foi construído no sentido de extirpar os rumores indesejáveis sobre a paternidade de Mendonça Furtado. As testemunhas interrogadas freqüentavam o palacete da Rua Formosa, residência do conde de Oeiras e do irmão. Além disso, para conferir veracidade ao processo foram anexados os assentos de batismo de ambos, nos quais constava serem filhos legítimos de Manuel de Carvalho e Ataíde e de D. Teresa Luísa de Mendonça.³³ No entanto, segundo Fernanda Olival, ao menos nos processos de habilitação às ordens militares, “os assentos paroquiais seriam dos mais falsificados, pela sua reputação em matéria de prova”.³⁴

Independentemente da adulteração dos registros batismais, a conjuntura política era extremamente favorável ao conde de Oeiras. O processo de laicização e de secularização do Estado caminhava a passos largos, demarcados pela expulsão dos jesuítas, pelo rompimento das relações com a Santa Sé, que se estenderia pela década de 1760, e pela destituição do inquisidor-geral D. José de Bragança, substituído por Paulo de Carvalho.³⁵ Revista a história de vida de Mendonça Furtado, é hora de discutir – em linhas gerais – os termos de sua ação administrativa.

2.1.1 – Novo governo, novas instruções

Em 31 de maio de 1751, um conjunto de 38 “instruções régias, públicas e secretas” foi passado às mãos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado com a finalidade de nortear a sua administração e, por extensão, dos seus sucessores.³⁶ O governo que se estabeleceu em 1751

³³ IANTT. Habilitações do Santo Ofício. Maço 88, diligências 1499.

³⁴ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 413.

³⁵ Cf. José Pedro Paiva. Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino. *Penélope*. Oeiras, n.º 25, 2001, p. 42.

³⁶ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 26-38. Ver as “Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”. Lisboa, 31 de maio de 1751. Essa referência abrange todas as citações das referidas instruções. A historiografia brasileira ainda carece de um trabalho que se detenha na análise da

abriu novas perspectivas de colonização para a região amazônica e para uma unidade administrativa encarada a partir de então como uma “nova colônia”, ou ainda, com um “Estado nascente”.

Os aspectos mais relevantes das instruções podem ser esquematizados – ainda que o objetivo não seja esgotar as possibilidades de análise das mesmas – de modo que se perceba a essência dos planos da Coroa portuguesa para as conquistas do Norte no período pombalino. A primeira instrução contém os fundamentos da colonização portuguesa e a orientação da conquista e formação de um Império que não dispensava a promoção da evangelização, inerente à ocupação amazônica.³⁷

As primeiras instruções já traduziam a necessidade de reconquistar a região, fazendo “ressuscitar aquele muito mais cadáver do que Estado”³⁸ – para usar uma expressão do próprio Mendonça Furtado. As bases da sua colonização estavam assentadas na “glória de

correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, tomando o conjunto reunido por Marcos Carneiro de Mendonça como objeto de estudo. Em Portugal, há a dissertação de mestrado de Maria Isabel da Silva Reis Vieira Rodrigues. *O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Contribuição do seu epistolário para a história portuguesa e do Brasil*. Universidade de Lisboa, 1997. Neste trabalho, a historiadora privilegiou a correspondência relativa ao período de 1754 a 1759, deixando de lado os primeiros anos da administração de Mendonça Furtado (o segundo volume é dedicado à transcrição de cartas). Nas “notas prévias”, Maria Isabel diz que ao iniciar suas pesquisas deparou com “um enorme manancial de fontes sobre este período ainda por publicar e estudar, embora se tenha que assinalar a notável obra de divulgação documental de Marcos Carneiro de Mendonça”. João Abel da Fonseca dedicou-se a estudar 19 cartas escritas por Sebastião José de Carvalho e Melo ao irmão, entre 6 de julho de 1752 e 2 de dezembro de 1756, distribuídas da seguinte forma: sete tratavam das negociações de limites entre Portugal e Espanha, 10 de conselhos do futuro marquês de Pombal acerca de vários assuntos da administração do Estado, uma continha um pedido de favor e a última era de cunho familiar. Cf. “Amazônia pombalina. Cartas secretas de Sebastião José a Francisco Xavier. Uma visão global”. In: Maria do Rosário Pimentel (coord.). *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*. Actas das VI Jornadas de História Ibero-Americana. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 207-244.

³⁷ Sobre a ocupação da Amazônia, onde a presença de missionários de diferentes ordens religiosas foi essencial para assegurar os interesses portugueses na região, ver Arthur Cezar Ferreira Reis. *A conquista espiritual da Amazônia*. 2ª ed., Manaus: EdUFMA/Governo do Estado do Amazonas, 1997. Reflexão sobre o papel estratégico desempenhado pelos missionários, especialmente os primeiros jesuítas instalados na região, no século XVII, as dificuldades enfrentadas para vencer barreiras naturais, a hostilidade dos índios, o martirólogo jesuítico, encontra-se em Rafael Chamboleyron e Alírio Carvalho Cardozo. “Fronteiras da cristandade: relatos jesuítas no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. In: Mary Del Priore e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 33-61. Fábila Martins analisou o modelo de missão implantada pelos jesuítas no Estado do Maranhão enfatizando a proposta de conversão/evangelização do gentio e o combate à escravidão indígena. Cf. “A concepção de missão no projeto da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará, no século XVII”. In: Fernando Arthur de Freitas Neves e Maria Roseane Pinto Lima (orgs.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 43-81.

³⁸ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 13, n.º 83.

Deus”, na “extensão e aumento do cristianismo” e no “aumento das povoações do Estado”.³⁹

Um esquema das instruções permite que se tenha a noção do conjunto dos problemas a serem enfrentados e da importância conferida a cada um deles, haja vista a quantidade de dispositivos que os abrangiam.

A segunda instrução abriu a discussão de um dos principais, senão o principal problema a ser solucionado na região: a liberdade e o uso da mão-de-obra dos índios. A maior parte das instruções foi dedicada ao tema e aos seus desdobramentos: Reorganização das missões, das formas de exploração do trabalho indígena, a promoção do seu comércio e a introdução de escravos africanos (2^a a 10^a, 13^a a 23^a e 27^a). Para tanto, observou Jorge Couto ao analisar algumas diretrizes, era necessário acabar com os “abusos, inconvenientes e prejuízos” decorrentes de legislações anteriores que abriram precedentes ao cativeiro dos índios, como o alvará de 28 de abril de 1688.⁴⁰

O incentivo ao povoamento do vasto território amazônico, à agricultura e à defesa dos domínios confinantes com possessões de outras monarquias, foi particularizado em algumas instruções e se mesclou a outras que tratavam da questão indígena. Nesse sentido, o estabelecimento de povoadores oriundos das ilhas atlânticas (especialmente dos Açores) e de Lisboa, os quais deveriam se dedicar à lavoura, foi recomendado na 14^a instrução. Da mesma forma, o povoamento do rio Mearim e do Cabo do Norte a fim de evitar incursões de franceses e holandeses, aparece na 19^a instrução, atrelado ao estabelecimento de missões indígenas naquelas localidades. A 22^a completava esse projeto, conferindo aos jesuítas a primazia na instalação de missões no Cabo do Norte, por serem aqueles padres “os que tratam os índios com mais caridade e os que melhor sabem formar e conservar as aldeias”. Porém,

³⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 26 (1^a instrução).

⁴⁰ Jorge Couto. “O poder temporal nas aldeias de índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a Coroa (1751-1759)”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 55.

deviam permanecer restritos à atividade religiosa, reprimindo-se o poder temporal sobre os índios.⁴¹

Para garantir a defesa dos domínios lusos, previa-se, ainda o reaparelhamento das fortalezas e a construção de outras, principalmente em Macapá (no Cabo do Norte), além da disciplina das tropas, o seu pagamento, fardamento e armamento, de acordo com as instruções 28^a e 29^a. Para incrementar a agricultura de subsistência e o comércio de gêneros de exportação, proibía-se a busca e prospecção de minas em todo o Estado, da mesma forma que a comunicação com as Minas Gerais e o contrabando com domínios estrangeiros (30^a a 33^a instruções). Outras versavam sobre a permissão para a fundação de recolhimentos e conventos (24^a a 26^a), em caso de haver recursos disponíveis para tal, sobre as comunicações com Mato Grosso (36^a), a circulação de moeda metálica (34^a), a execução do Tratado de Madri (35^a) e outros assuntos.

Em suma, de acordo com um esquema construído por Isabel Vieira Rodrigues, que não cabe detalhar, a ação colonizadora de Francisco Xavier de Mendonça Furtado consistiu em: Fortificar, delimitar, povoar e desenvolver o Estado do Grão-Pará e Maranhão.⁴² É preciso sublinhar que os princípios que nortearam a sua gestão não se limitaram ao período de 1751 a 1759. Tanto as instruções quanto os seus desdobramentos se fizeram presentes na rotina dos sucessores.

2.1.2 – Liberdade dos índios: fim de uma “trama diabólica”

“Este poder que se deu aos regulares sobre os índios foi a rede mais sutil que podia inventar o Demônio”, declarou Mendonça Furtado ao irmão Sebastião José, em carta de 2 de

⁴¹ Ibidem, t. 1, p. 33. Jorge Couto também faz menção à importância das missões religiosas para o povoamento do Estado, evitando-se assim a penetração de franceses e holandeses em terras portuguesas. *Op. cit.*, p. 56.

⁴² Isabel Vieira Rodrigues. A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no norte do Brasil (1751-1759). *Oceanos*. Lisboa, n.º 40, 1999, p. 94-110. Ver páginas 103-110.

novembro de 1752.⁴³ A tutela religiosa e temporal dos regulares, sobretudo dos jesuítas, sobre os índios, era identificada como a principal causa da ruína do Estado do Grão-Pará. Urgia extirpá-la para trazer os nativos ao convívio da sociedade e civilizá-los, livrando-os da “tirania” dos missionários. As palavras do governador e capitão-general são exemplos, dos mais pungentes, da antipatia em relação àqueles que representavam um empecilho aos planos de revitalização das conquistas do Norte.

A tarefa de reconstruir o Pará e toda a jurisdição do Estado pode ser comparada à preparação de um terreno a ser cultivado. Era preciso remover as pedras e as ervas daninhas que impediam o florescimento do campo. A atividade missionária dos jesuítas fincara raízes profundas e se alastrara, na percepção do capitão-general, como “erva que pode embaraçar-me esta lavoura”, sendo necessário proceder igualmente como “fazia ao escalracho das vinhas de Oeiras, que à custa de muito dinheiro mandava tirar e o punha na estrada onde era queimado, só porque compreendi que ele fazia prejuízo aos bacelos que eu estava plantando”.⁴⁴

É fácil verificar na correspondência de Mendonça Furtado que este conseguiu poucos resultados concretos nos três primeiros anos de governo. Os preparativos para o encontro das comissões de demarcação dos limites no Norte, em cumprimento do Tratado de Madri, ocuparam-no sobremaneira. Além disso, era grande a resistência dos regulares amparados na legislação vigente desde o final do século XVII (o Regimento das Missões) sobre a exploração do trabalho indígena. E foi justamente durante os trabalhos para a execução do referido Tratado, que Mendonça Furtado, nomeado 1º comissário das demarcações, encontrou

⁴³ Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 260.

⁴⁴ Ibidem, t. 2, p. 498. Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 18 de fevereiro de 1754. O termo de comparação empregado por Mendonça Furtado – escalracho ou esgalracho – dá a medida do enraizamento das práticas jesuíticas. A palavra refere-se à “erva, ou raiz, que se cria debaixo do chão nas terras de milho”. Cf. Antônio de Moraes Silva. *Diccionário da língua portuguesa*. 5ª ed., Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1844, t. 1, p. 814.

os maiores obstáculos da parte dos jesuítas. Este momento representou o ápice da deterioração das relações entre os inacianos e a Coroa portuguesa.⁴⁵

Os alicerces da ação dos missionários foram expostos na primeira carta dirigida por Mendonça Furtado a Carvalho e Melo, em 21 de novembro de 1751.⁴⁶ O uso da língua geral, forma híbrida dos dialetos nativos com o português, mantinha os religiosos no controle da situação, pois todos se valiam dela nas missões. A resistência dos regulares em realizar os trabalhos de conversão do gentio em português era um empecilho à “extensão e aumento do cristianismo”, contrariando uma das finalidades expressas na primeira instrução de Mendonça Furtado. Este denunciou também a submissão dos aldeados à escravidão nas fazendas da Companhia de Jesus e a realização de casamentos forçados como punição.

A concentração dos efeitos do comércio indígena nas mãos dos jesuítas era algo incômodo. Na mesma correspondência de novembro de 1751, Mendonça Furtado fez um diagnóstico da indesejável inserção dos padres nos negócios do Grão-Pará, e procurou conduzir suas ações no sentido de afastar os regulares do caminho das reformas:

[...] como os regulares se viram senhores absolutos desta gente e das suas povoações; como se forma fazendo senhores das maiores e melhores fazendas deste Estado, vieram a absorver naturalmente todo o comércio, assim dos sertões como o particular desta cidade e vieram a cair os direitos reais e dízimos, e em consequência a cair o Estado, sem remissão.⁴⁷

Nos três volumes da correspondência de Mendonça Furtado, a culpa pela miséria do Estado do Grão-Pará atribuída aos jesuítas foi o mote para sustentar a premência de sua expulsão. Uma das primeiras medidas concretas tomadas foi a retirada do cargo de procurador dos índios da esfera de influência dos missionários. Conforme a provisão de 10 de julho de 1748, o procurador dos índios não devia ser mais eleito pelo superior das missões da Companhia, mas em Junta de Missões, por pluralidade de votos, para evitar parcialidades.

⁴⁵ Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 29.

⁴⁶ Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 63-78.

⁴⁷ Ibidem, t. 1, p. 72.

Segundo essa norma, os homens recrutados para o cargo deveriam preencher certos requisitos: Independência em relação aos moradores e às religiões, entendidos respectivamente como os principais da terra e as ordens regulares; capacidade para conduzir a liberdade dos índios; ser homem temente a Deus e de família nobre. O procurador dos índios teria preferência nos requerimentos feitos em Junta de Missões e seu ordenado, de 200 réis, seria extraído da dízima paga pelos réus condenados e dos jornais referentes a dois dias de trabalho dos índios libertos.⁴⁸ Sendo assim, o cargo passava para o domínio temporal, pois em 28 de novembro de 1751, Francisco de Mendonça Furtado manifestou ao irmão a necessidade de um novo regimento que pudesse orientar o procurador dos índios, conferindo-lhe o *status* de funcionário régio.

O novo regimento substituiria o antigo Regimento das Missões, de 1686. É certo que o governador temia sublevações dos proprietários de escravos com o fim dos descimentos para fins de exploração da mão-de-obra nativa. Por outro lado, as propostas de Mendonça Furtado estavam em sintonia com a política de civilização dos índios da segunda metade do século XVIII, expressa na legislação que entrou em vigor da década de 1750. Para Ângela Domingues, o desejo da Coroa era transformar os índios em vassalos com plenos direitos, mesmo que isso representasse uma aparente contradição com a possível e temerária escassez de mão-de-obra na região.⁴⁹

A inserção dos índios no grêmio da civilização implicava em uma mudança no seu estatuto jurídico e na consolidação do processo de aculturação, o que lhes permitiria exercer ofícios públicos e postos militares. As últimas sugestões de Mendonça Furtado para um novo regimento são reveladoras da concepção de que os nativos eram capazes de se autogovernar e representar e, portanto, não careciam da tutela temporal dos regulares. Justamente para essa

⁴⁸ Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 55-57.

⁴⁹ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 38.

função seria nomeado o procurador. Tais concepções foram ratificadas na publicação do *Diretório* dos índios, em maio de 1757, precedido das leis de 6 e 7 de junho de 1755, que estabeleciam, respectivamente, o fim da escravidão indígena e da tutela temporal dos regulares.⁵⁰

A promoção da liberdade e da participação do índio nas funções civis e militares, uma vez que o nativo era essencial não só como braço na lavoura, mas também como contingente populacional, não seria instantânea. Tal medida poderia surtir efeito contrário, afastando os índios para as matas que serviram de abrigo a muitos desertores e fugitivos das fazendas. Some-se a isso a visão negativa acerca da utilidade do trabalho dos nativos, considerado pouco produtivo pela facilidade com que se entregavam ao ócio. Nesse sentido, pode-se entender o *Diretório* como o instrumento que, segundo Mauro Cezar Coelho, permitiria a inserção dos indígenas do Vale Amazônico no convívio com os portugueses, assimilando sua cultura, costumes e organização social (pela via do casamento e da condição de vassalos do

⁵⁰ Discussões mais detalhadas sobre os aspectos citados da legislação indigenista podem ser encontradas em Ângela Domingues. *Op. cit.*, p. 38-51. Outro trabalho que analisa o projeto de “civilização” dos índios, tomado a partir da própria experiência acumulada pela Coroa portuguesa ao longo do processo de colonização, é o livro de Rita Heloísa de Almeida. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1997. Abordagem das mais recorrentes na historiografia sobre a política indigenista na Amazônia encontra-se em Nádia Farage. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. Para uma apreciação geral sobre a legislação indigenista, ver o trabalho de Beatriz Perrone-Moisés. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 115-132. Em Rita Heloísa de Almeida. *Op. cit.*, ver o tópico “Os autores de projetos” (p. 128-131), no qual a autora estabelece que a liberdade dos índios foi proclamada em 1755 com base na seguinte legislação: a bula do papa Bento XIV, de 20 de dezembro de 1741, publicada pela diocese do Pará em 29 de maio de 1757; a lei de 6 de junho de 1755 determinando o fim do cativo indígena; a lei de 7 de junho de 1755 que secularizava as aldeias, pondo fim à tutela temporal dos missionários sobre os nativos, e o alvará de 17 de agosto de 1758, que estendia as determinações do *Diretório dos Índios* a toda a América portuguesa. Uma discussão acerca dos limites, da extinção do *Diretório* e da introdução, em 1798, do “Plano para a civilização dos índios” pelo governador do Pará, Francisco Maurício de Sousa Coutinho, é o tema do ensaio de Patrícia Melo Sampaio. “Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa”. In: Mary Del Priore e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 123-139. Ronald Raminelli analisa os efeitos negativos da política pombalina para o povoamento da região amazônica depois da aplicação do *Diretório* e da transformação das aldeias em vilas administradas por diretores seculares, no artigo: Testemunhos do despovoamento: Amazônia colonial. In: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, S. 3, n.º 6, 2000, p. 41-53. Sobre a política de organização de aldeamentos indígenas nos moldes da legislação do século XVIII, ver Maria Regina Celestino de Almeida. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. A autora concentra sua análise nas missões do Rio e faz algumas comparações com as da Amazônia no mesmo período.

rei, por exemplo), além das formas de obtenção da riqueza pela agricultura e o comércio. Tudo isso, em detrimento da cultura nativa.⁵¹

As próprias autoridades reconheciam que não se tratava de uma transformação fácil de ser operada. Para evitar a perpetuação de comportamentos indesejáveis à luz da racionalidade do trabalho produtivo, Mendonça Furtado exortava os padres a que usassem o púlpito para fazer pregações contra a preguiça e o ócio e incutir na mente dos índios a idéia de que os vadios deviam ser desprezados e afastados do convívio com os diligentes.⁵² No entender do governador, a adaptação dos índios ao modelo de colonização previsto na legislação portuguesa deveria ser gradual. Entre a tomada de consciência da liberdade e o pleno gozo de suas prerrogativas, deviam permanecer nas fazendas onde estavam por cerca de seis anos, inclusive para que os proprietários tivessem tempo e condições de substituí-los por escravos negros.⁵³

Apesar das exortações do governador, os missionários jesuítas resistiam às ordens régias, conforme foi denunciado a Sebastião José de Carvalho e Melo, em carta de 25 de outubro de 1752. Os padres se recusavam a acatar uma provisão do Conselho Ultramarino, de 1748, que determinava a visita do bispo às aldeias, argumentando que a mesma provisão só poderia ser executada depois de submetida aos definitórios da Ordem. Mendonça Furtado sustentava que a autoridade régia estava em risco, atribuindo aos inacianos uma postura desafiadora do poder do soberano: “Se ao tal definitório lhe não pareceu bem, deixa Sua Majestade de ser obedecido, não se executa tal ordem, e em consequência fica Sua Majestade inferior”.⁵⁴

⁵¹ Mauro Cezar Coelho. “A cultura do trabalho: o Diretório dos Índios e um novo paradigma de colonização na Amazônia do século XVIII”. In: _____. e Jonas Marçal de Queiroz (orgs.). *Amazônia: modernização e conflito* (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, p. 66-67.

⁵² Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 794-795. Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 4 de agosto de 1755.

⁵³ Ibidem, t. 2, p. 821-826. Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 11 de novembro de 1755.

⁵⁴ Biblioteca Nacional de Lisboa (doravante BNL). Seção de Reservados. Fundo Geral de Manuscritos. Códice 11393//1, fls. 43v-44.

Em uma conjuntura de reforço do poder monárquico e de preparação para a secularização da administração das aldeias, tal atitude contribuiu para o crescimento da animosidade entre os regulares e as autoridades. Paulo de Assunção assinalou que os inacianos descumpriam mesmo bulas papais, como a de 20 de dezembro de 1741, sobre o fim da escravidão indígena – uma das principais “infrações” cometidas pelos padres, segundo o historiador, – além de fomentar querelas com os governadores. Diante desse quadro de desobediências, em 8 de outubro de 1757 D. José I instruiu a Francisco de Almada de Mendonça, embaixador junto à Santa Sé, que este levasse ao conhecimento do pontífice “as afrontas e insultos que os religiosos empreendiam no Norte e no Sul da América portuguesa”.⁵⁵

Até aqui foram apresentados os argumentos das autoridades coloniais contra a ação dos regulares, em especial os jesuítas. Estes, por sua vez, não se calaram diante dos ataques, recorrendo à proteção de pessoas reais, à sombra das quais a Companhia se expandiu em Portugal e seus domínios.⁵⁶ Queixas sobre a conduta de Mendonça Furtado foram mandadas à Corte, como o próprio atestou em correspondência com o irmão, dizendo em certa ocasião que na última frota que partira de Belém “muito bem me ia feita a cama”. Participava o fato a Sebastião José para que este visse como “esta gente [os regulares] cuida em intimidar para conservar aqui o seu domínio absoluto”.⁵⁷

Em carta de 1º de fevereiro de 1752 à rainha D. Maria Ana d’ Áustria, o padre Francisco Wolff, “rend[eu] as mais humildes graças pelo mimo dos prêmios que V.M. foi

⁵⁵ Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 36-37.

⁵⁶ Para conhecimento do modo pelo qual a Companhia de Jesus se estabeleceu e se expandiu em Portugal e na América portuguesa, além da influência cultivada pelos inacianos junto às pessoas reais e na Corte, ver Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004, em especial a parte II, “A Companhia de Jesus em Portugal: uma empresa de vulto” (p. 87-147), e a parte III, “Os jesuítas na América portuguesa: esta terra é nossa empresa” (p. 149-224).

⁵⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 5, cx. 39, doc. 3689. Carta de 22 de novembro de 1755.

servida mandar-me pelo padre confessor, José Ritter”⁵⁸. Posteriormente, o mesmo religioso informou os sucessos das missões para as quais se dirigiram alguns padres sob os auspícios de D. Maria Ana e buscou a sua intercessão para atalhar a oposição movida pelo governador:

[...] tive o máximo prazer em entender pelas cartas de V.M. que as disposições de espírito do sereníssimo rei para com as nossas missões são tais que não querará mudar nada a respeito da jurisdição temporal das aldeias. Temos, contudo, novas razões para recear que o governador prepare a ruína dela pintando tudo com tais cores e com tanta arte, que tratando disso em particular e sem ninguém o saber, por meio do seu irmão, a venha a obter de Sua Majestade Fidelíssima. E por isso acode a Missão a V.M. suplicando que coisa semelhante se não decida, com não pouco desdouro da Companhia, sem que primeiro, tirada a máscara da aparência de verdade, se mostrem serem certas as culpas que porventura nos impõem.⁵⁹

De acordo com o missionário Francisco Wolff, do Pará, Mendonça Furtado estaria movendo uma conspiração contra os jesuítas apoiado por seu irmão com o propósito de responsabilizá-los pelas mazelas do Estado.

A animosidade entre os jesuítas e Mendonça Furtado motivou o padre Gabriel Malagrida a buscar também o amparo de D. Maria Ana, denunciando os desmandos do capitão-general em um extenso memorial. Expôs toda a insatisfação dos missionários em relação à interferência na organização das aldeias e a intenção de subtrair-lhes a tutela temporal sobre os índios. Para dar respaldo ao relato, Malagrida reiterou o compromisso estabelecido entre a Coroa e a Companhia de Jesus por meio do Regimento das Missões, “feito para melhor ordem e administração do governo político, e espiritual de todas as aldeias; porém muito mal admitido e pior interpretado pelos governadores do Estado [...]”.⁶⁰

No memorial, Mendonça Furtado figurava entre aqueles que interpretavam erroneamente o Regimento das Missões:

⁵⁸ Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (doravante IEB/USP). Coleção Alberto Lamago. Códice 1.5.

⁵⁹ IEB/USP. Coleção Alberto Lamago. Códice 1.4.

⁶⁰ IEB/USP. Coleção Alberto Lamago. Códice 43.95.

Chegou ultimamente o governo do senhor Francisco Xavier de Mendonça todo fundado em arbítrios, e novas idéias de mudança total do Estado, sem mais consulta, sem mais conselho, ou informe que a tenacidade do seu juízo falto de experiências da terra, e circunstâncias do tempo, que parece se devem antepor aos maiores juízos que a regularidade dos acertos. O verdadeiro intento e empenho deste senhor, e em que persiste pelo que mostra, é em tirar o governo temporal, que Sua Majestade é servido conceder aos missionários no seu Regimento querendo que este fiquem só com o espiritual, sem advertir, que este sem o primeiro totalmente se perde [...].⁶¹

Outros procedimentos creditados a Mendonça Furtado, datados de 1754, época em que foi organizada a expedição para a demarcação do Tratado de Madri, foram rememoradas por Gabriel Malagrida:

A calúnia que por hora dá mais cuidado aos nossos missionários é dizer o governador que eles têm praticado aos índios para não irem à expedição das demarcações; porque é trabalhosíssima, e ficarão por lá todos, sendo isto tanto pelo contrário que desejando os ditos missionários que uma expedição tanto do agrado de Sua Majestade pelos muitos gastos que tem feito da sua Real Fazenda, [...] tem animado aos seus aldeãos a seguir viagem por ser assim vontade do nosso rei.⁶²

Para o jesuíta, os missionários não eram os verdadeiros culpados pela resistência dos índios em acompanhar a expedição demarcatória, mas os próprios nativos,

[...] inclinados ao descanso, e fáceis em fugir por leves motivos, lembrando-se das tropas, que os anos passados foi do Mato Grosso [...] foram tão mal tratados na viagem, que a maior parte por lá ficaram mortos: e vendo de mais a mais o rigor com que no Real Serviço os tratam os soldados, dando-lhe sem piedade os afugentam e metem medo de fazerem com eles viagem, além de lhe faltarem os pagamentos ou tardarem tanto com eles que os fazem desesperar.⁶³

A outra calúnia proferida pelo governador contra os jesuítas era a de que possuíam vasto patrimônio, quando o padre Malagrida argumentava que os religiosos só dispunham dos “25 índios que Sua Majestade é servido conceder aos nossos missionários”, os quais, realmente, tinham “bem sucedidas as suas canoas na extração dos gêneros do país, porque

⁶¹ IEB/USP. Coleção Alberto Lamego. Códice 43.95.

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

sabem empregar bem o seu valor no ornato das suas igrejas, nas muitas peças de pano de algodão que repartem pelos mais pobres aldeões”.⁶⁴

Antes mesmo das leis de junho de 1755, o governador tratou de elaborar um inventário das fazendas dos jesuítas na capitania do Pará, aproveitando-se de uma resolução do Conselho Ultramarino sobre o confisco das terras dos padres e a substituição dos seus rendimentos por cômguas suficientes para o seu sustento. A principal fazenda do Colégio de Santo Alexandre era a do Cruçá, na vila da Vigia, para onde os padres haviam levado grande contingente de índios para trabalhar nas lavouras de arroz, tabaco, algodão, nas manufaturas de farinha, peixe seco e nas salinas.

Noutras fazendas, os jesuítas possuíam fábricas de telhas e de canoas, além de várias moradas de casas e currais de gado na Ilha Grande de Joanes. Uma notícia detalhada sobre os bens da Companhia no Maranhão era aguardada pelo governador para comprovar informações de que a quantidade de fazendas naquela capitania era muito maior do que no Pará, pois no Maranhão os jesuítas tinham estabelecido menor número de missões, o que teria permitido a acumulação de propriedades.⁶⁵

Um ano depois do levantamento das fazendas e do estabelecimento do quantitativo de sua produção, em 14 de março de 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo comunicou ao irmão a resolução régia de substituir o rendimento das propriedades por uma cômguia, encerrando uma querela movida cerca de duas décadas antes pelo procurador da Câmara de São Luís, Paulo da Silva Nunes, acusando os regulares de possuírem bens indevidamente vinculados à dotação dos colégios. A resolução régia previa a transformação, em seguida, das aldeias e fazendas em vilas destinadas a trazer os índios à civilização e ao contato com a população branca.⁶⁶

⁶⁴ IEB/USP. Coleção Alberto Lamago. Códice 43.95.

⁶⁵ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 485-489.

⁶⁶ *Ibidem*, t. 2, p. 659-664.

As investidas das autoridades coloniais contra o patrimônio dos jesuítas continuaram até que em junho de 1757 ajustaram-se os meios para a redução das fazendas, que deveriam ser repartidas entre os moradores ficando os padres somente com aquelas indispensáveis à manutenção de seus colégios. A Coroa procurou restringir o número de conventos e de clérigos residentes, assim como a admissão de postulantes.⁶⁷

Em setembro do mesmo ano, diante da resistência dos religiosos em cumprir as leis de liberdade dos índios, o visitador e vice-provincial da Companhia Francisco de Toledo foi expulso do Pará, juntamente com um grupo de inacianos, por não ter obviado as suas atitudes.⁶⁸ No mês seguinte, os religiosos daquela capitania foram intimados a restituir as alfaías indevidamente retiradas das igrejas da vila de Melgaço. Convocados a deixar as aldeias missionárias, transformadas paulatinamente em vilas, foram instruídos por meio de ordens régias a não levar quaisquer paramentos dos templos.⁶⁹

A indisposição com os jesuítas já se fazia sentir em Lisboa, sobretudo, após a tentativa de regicídio de D. José I. Ainda em 1758, de acordo com uma carta do secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real, os padres foram expulsos do Paço e proibidos de entrar na Corte. Na mesma ocasião fez-se uma relação de 15 religiosos vindos do Grão-Pará e Maranhão, dentre eles o padre Francisco de Toledo, desterrados para lugares distantes de Lisboa, como Porto e Viana do Castelo.⁷⁰ Até a expulsão definitiva, em 1759, faltava pouco tempo para desarticular-se – na visão da metrópole e dos administradores coloniais – a “trama diabólica”, o que deu a medida das tensões enfrentadas na primeira década da reorganização do governo das conquistas do Norte.

⁶⁷ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 1098-1104.

⁶⁸ Ibidem, t. 3, p. 1144-1145. Sobre a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, ver Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1949, sobretudo, o capítulo “Perseguição e sobrevivência”, t. VII, p. 335-363. Ver também, por exemplo, Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda. *Ervas de ruim qualidade: a expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa, 1759-1763*. Dissertação de Mestrado em História. FFLCH/USP, 1991.

⁶⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *Op. cit.*, t. 3, p. 1150.

⁷⁰ Ibidem, t. 3, p. 1176-1177.

2.1.3 – O Tratado de Madri e o decoro do Real Serviço

Nos dias que antecederam a sua partida para o Rio Negro, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1º comissário para a demarcação do Tratado de Madri no Norte da América portuguesa, oficiou à Corte sobre os preparativos da viagem, dizendo ter gasto todo o dinheiro enviado pelo rei na frota assim como as provisões necessárias à expedição. Partiria dali a alguns dias, absolutamente desprovido de numerário. Suas palavras indicavam a preocupação com o sustento da comitiva e o temor de encontrar os espanhóis pelo caminho e não dispor de meios para socorrê-los caso precisassem.⁷¹

O imaginado encontro nunca se concretizou. Por outro lado, o comissário não conseguiu se livrar da inquietação com um aspecto que ainda não foi devidamente considerado no âmbito dos trabalhos de demarcação do Tratado de Madri: o decoro na realização de um projeto que deveria demonstrar a força da monarquia lusitana. As inúmeras dificuldades precisavam ser contornadas não apenas para evitar a ruína da expedição, mas para evidenciar a autoridade dos portugueses em território sobre o qual pretendiam ratificar a sua soberania.

No Sul, a situação não era diferente, conforme relatou a Lisboa o encarregado dos trabalhos naquela repartição, Gomes Freire de Andrade. As notícias chegaram ao outro extremo da América portuguesa. Em carta ao irmão, de julho de 1754, Sebastião José de Carvalho e Melo disse que os preparativos no Sul já tinham “exaurido os cofres da grossa Provedoria do Rio de Janeiro para se sustentar a dignidade dos ministros de Sua Majestade nas conferências do Rio Grande de São Pedro e o Exército”.⁷²

⁷¹ BNL. Seção de Reservados. PBA, F.R. 213, fls. 7v-8.

⁷² Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 16 – Cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, e de El Rei ao mesmo e outros (fls. 16v-17).

Embora não seja o propósito discutir os meandros do acordo firmado pelas monarquias ibéricas, é oportuno situar o Tratado de Madri no quadro das transformações que se processaram na Amazônia no período pombalino.⁷³ Celebrado em 13 de janeiro de 1750 entre as Coroas de Portugal e de Espanha, representadas respectivamente pelos diplomatas Alexandre de Gusmão e D. Jose de Carvajal y Lancaster, o acordo retomava antigas discussões sobre os limites das possessões das duas monarquias na América. Considerando-se, porém, a marcha do processo colonizador, o *uti possidetis* passou a ser o princípio regulador da nova legislação, tendo os índios do lado português assumido papel estratégico na ocupação do território como vassalos do rei.⁷⁴

O programa de revisão da política colonial começara no reinado de D. João V. O monarca tinha diante de si uma dupla tarefa: rever as linhas de ação sobre a América portuguesa – fortalecendo os vínculos com suas possessões – e redefini-la “do ponto de vista político e territorial”.⁷⁵ A culminância desse processo se deu com a assinatura do Tratado de Madri, no final daquele reinado. Por meio do acordo, Portugal controlaria os principais rios da bacia amazônica (Madeira, Mamoré, Guaporé, Negro, Solimões, Tapajós) e impulsionaria a ocupação efetiva do vasto território confinante com domínios de várias potências: Espanha, França, Holanda e Inglaterra.⁷⁶

Mas, como realizar um plano essencial à soberania portuguesa sem os recursos necessários? A tarefa de Mendonça Furtado não podia ser viabilizada sem que a Corte enviasse recursos financeiros – com os quais a Fazenda do Pará seria incapaz de arcar – e

⁷³ A historiografia possui trabalhos clássicos acerca da questão de limites entre Portugal e Espanha na América, a exemplo de Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950 e de Luís Ferrand de Almeida. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madri (1735-1750)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

⁷⁴ Cf. Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 212.

⁷⁵ Cf. Ricardo de Oliveira. Política, diplomacia e o império colonial português na primeira metade do século XVIII. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.º 36, 2002, p. 254.

⁷⁶ Cf. Jorge Couto. “O poder temporal nas aldeias de índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a Coroa (1751-1759)”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 53-54.

houvesse uma rede de abastecimento no Estado que atendesse às necessidades de provisões. Também não seria possível transportar os apetrechos da demarcação, armamentos, mantimentos, além de membros da comitiva (astrônomos, desenhistas, engenheiros, geógrafos) e guarnições militares, sem meios de transporte adequados (canoas) conduzidos por grande número de braços (indígenas). Eis os componentes do rol de dificuldades enfrentadas.

O primeiro problema – a escassez de recursos – foi uma constante durante a permanência da comissão de demarcação no Rio Negro. A questão do abastecimento não foi menos sentida, evidenciando a fragilidade da economia das principais capitanias do Estado. Por sua vez, a falta de canoas para o transporte de tudo e de todos teve de ser contornada. Este problema, somado ao delicado e imprescindível recrutamento de índios para remadores, foi um dos mais difíceis de solucionar. Ambos causaram embates entre o poder temporal, encarnado pelo governador e comissário, e o poder religioso representado pelos jesuítas. Tais vicissitudes, portanto, arriscavam – na visão de Mendonça Furtado – o decoro do Real Serviço.

A falta de canoas foi um dos primeiros problemas constatados nos preparativos da expedição. Em carta ao irmão, o governador do Estado esclareceu que no Pará cada morador dispunha basicamente de uma embarcação para suas necessidades e as disponíveis para aluguel – na verdade afirmava existir apenas uma – pertenciam aos jesuítas, que as disponibilizavam ao preço de 13 réis cada, mas “somente pelo casco”.⁷⁷ Ao cogitar lançar mão das canoas dos moradores, o governador percebeu o enorme prejuízo que a medida causaria, pois eram os meios de transporte por excelência em uma região entrecortada por rios e os únicos capazes de garantir o abastecimento de Belém com o produto das roças particulares, gêneros que poderiam ser reenviados para o Rio Negro.

⁷⁷ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597. Carta de 8 de novembro de 1752.

Segundo Mendonça Furtado, privados de suas canoas os moradores ficariam isolados em suas roças, e Belém “em consequência sem poder subsistir faltando-lhe os mantimentos que deverão entrar-lhe; porque não tem outro modo de lhos fornecerem senão por água”.⁷⁸ Suas palavras ilustravam a permanência de uma situação descrita pelo padre Antônio Vieira nos idos de 1660: “para um homem ter o pão da terra, [...] há de ter roça, e para comer carne há de ter caçador, e para comer peixe, pescador, e para vestir roupa lavada, lavadeira, **e para ir à missa ou a qualquer parte, canoa e remeiros**”.⁷⁹ Vieira demonstrava claramente que o uso de canoas era um hábito arraigado no cotidiano da população amazônica. Nesse sentido, a demanda de Mendonça Furtado, posto que fundamental para a execução de um projeto de Estado, subverteria um costume diretamente ligado à sobrevivência dos colonos.

Como seriam necessárias mais de 50 canoas para a expedição, principalmente aquelas do tamanho que os padres usavam, o governador percebeu que alugá-las por conta da Real Fazenda traria gastos enormes para cofres vazios e já demasiadamente empenhados. Mandou, então, construir o maior número possível de embarcações, retirando das aldeias missionárias os canoeiros necessários. E para cobrir as despesas da fábrica de canoas, resolveu suspender os pagamentos ordinários. Mas, passado um ano, Mendonça Furtado continuava enfrentando dificuldades para arranjar as canoas e os mantimentos para a expedição, não dispendo do suficiente para manter seus oficiais nem para aplacar sua angústia quanto à possível chegada dos espanhóis ao Rio Negro antes dos portugueses.⁸⁰

A ajuda financeira da metrópole chegou no início de outubro de 1753 e, como foi dito, se esvaiu antes mesmo da partida da expedição. Antes de escrever a carta comentada acima (de 8 de novembro de 1752), Mendonça Furtado enviou outra ao irmão agradecendo pelo dinheiro com que se manteria no Rio Negro, deixando claro pela primeira vez o aspecto

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Transcrito em Charles Boxer. *A idade de ouro do Brasil*. Tradução de Nair de Lacerda. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 289. Grifo nosso.

⁸⁰ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597. Carta de 17 de novembro de 1753.

que se pretende realçar aqui: o decoro do Real Serviço. Das instalações que deveriam ser construídas no Rio Negro, no local reservado ao encontro com a comissão espanhola (o arraial de Mariuá), ao oferecimento de refeições pelo governador aos oficiais e demais membros da comitiva, tudo estava diretamente ligado à respeitabilidade de seu cargo e de sua pessoa. Por conta disso, considerava que todos deviam

[...] achar a minha mesa franca para se sentarem a ela [...] porque depois de Sua Majestade me honrar com a patente de general deste Estado, não é justo, nem decoroso que todo oficial que quiser sentar-se a ela ache a porta fechada ao meio-dia.

A impossibilidade de receber às refeições era inaceitável, “porque seria isso faltar à principal, e no meu sentir essencial obrigação do lugar em que me acho, e que fazendo o contrário não conciliaria demasiado amor, e respeito dos meus súditos”. Além dos oficiais de Infantaria, o comissário sentia-se obrigado a dar mesa aos geógrafos, engenheiros, ao provedor da Fazenda, que acumulava as funções de tesoureiro e de escrivão, e ao secretário da expedição, João Antônio Pinto da Silva, “com sete até nove pratos ao jantar, e três até quatro à noite”.⁸¹

As angústias de Mendonça Furtado e as preocupações com o decoro do Real Serviço não se restringiam aos temores de que sua respeitabilidade ficasse abalada. A própria imagem do rei e da monarquia poderia ser atingida caso os espanhóis considerassem pífio o esforço dos portugueses para promover o encontro das duas comissões de demarcação. Para evitar que tal acontecesse, o monarca ordenou no artigo quinto das instruções enviadas a Mendonça Furtado

[...] que nos casos em recorrerem-vos os ditos comissários [espanhóis], não experimenteis faltas do que lhes for preciso, **pois bem vereis que estas não só seriam indecentes ao Meu Real Decoro**, mas poderiam ter a

⁸¹ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597. Carta de 4 de outubro de 1753.

consequência de se fazerem suspeitosas, dando motivos aos ditos comissários para suspenderem a execução do tratado.⁸²

No entanto, levando-se em conta os constantes pedidos de Mendonça Furtado à Corte, a letra da lei mais uma vez não correspondia à realidade da execução dos trabalhos.

Para satisfazer às necessidades das duas comitivas quando instaladas no arraial de Mariuá, nos dois anos que antecederam a partida para o rio Negro Mendonça Furtado expediu ordens aos missionários responsáveis pelas aldeias próximas ao local, e fez petições à Corte de alguns paramentos necessários à recepção da comitiva chefiada por D. Jose de Iturriaga. Aos regulares, ordenou-se que os índios abrissem roças no local, principalmente de mandioca, e criassem patos e galinhas em quantidade. À Lisboa foram enviadas relações de gêneros que deveriam desembarcar no Pará e seguir para o interior.⁸³ E para garantir a decência à mesa nas recepções ao comissário espanhol, solicitou-se a remessa de uma baixela de prata, indisponível no Palácio do Governo em Belém, “porque este ministro há de jantar algumas vezes em minha casa, e eu na sua, na qual ele sem dúvida se há de servir com prata, e eu desejaria tratá-lo com igual decência”.⁸⁴

Superados os percalços iniciais na medida do possível, a expedição partiu de Belém no dia 2 de outubro de 1754. Mendonça Furtado deixou o governo nas mãos do bispo do Pará, D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, e seguiu para os confins de sua jurisdição acompanhado de 1.025 pessoas, dentre as quais 511 índios, em 23 canoas grandes (aparentemente não contando as que transportavam ferramentas, utensílios em geral e víveres). O diário da expedição, escrito pelo secretário João Antônio Pinto da Silva, registrou logo à partida um contraste entre as agruras dos preparativos – obviamente, sem contar aquelas vividas no caminho e em

⁸² Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 361. Grifo nosso. Ver Instrução que V.M. há por bem mandar expedir a Francisco Xavier de Mendonça Furtado para passar ao rio Negro... p. 359-367. Grifo nosso.

⁸³ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 437. Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 14 de novembro de 1753.

⁸⁴ Ibidem, t. 1, p. 322-323. Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 22 de novembro de 1752.

Mariuá – e a pompa verificada na decoração das principais canoas, em especial as duas que cabiam ao capitão-general e 1º comissário das demarcações.⁸⁵

De acordo com João Antônio Pinto da Silva, a canoa maior dispunha de uma “câmara bastante espaçosa, forrada toda de damasco carmesim com filetes dourados”, guarnecida “de caixões cobertos de coxins do mesmo damasco”, e mobiliada com seis tamboretas, duas cadeiras estofadas de damasco, uma mesa grande e uma papelreira “com o retrato de El Rei no topo”, como que a reafirmar o verdadeiro sentido daquela empresa. Em cada lado da embarcação havia quatro janelas e duas no local destinado aos símbolos figurativos da monarquia, “no painel da copa, que todo estava guarnecido de talha primorosamente aberta, e no meio as armas reais, tudo muito bem dourado”, sendo o restante pintado de vermelho e azul.⁸⁶

A guarnição da canoa compunha-se de 26 remadores, todos vestidos de camisas brancas de cassa, calções azuis e barretes de veludo azul e seda dourada. Enquanto isso, o “jacumaúba”, como era chamado o índio que pilotava o barco, “levava a libré de cassa, com um talabarte de veludo e seda das mesmas cores, com um bom chinfarote (sic) e uma grande chapa de prata com as armas”. A segunda canoa era menor, guarnecida por 16 remadores mais o piloto, todos vestidos da mesma forma que os da embarcação principal.⁸⁷

O luxo presente nos barcos reservados ao serviço de Mendonça Furtado demonstrava sua dupla condição de representante do rei nas conquistas do Norte (governador e capitão-general e 1º comissário das demarcações), cuja imagem deveria ser reverenciada com a devida pompa. Outros membros da comitiva, como o ajudante de ordens João Pereira Caldas, futuro governador do Piauí, procuraram imitar aquela figuração. O bispo do Pará, que presidiu as

⁸⁵ Ibidem, t. 2, p. 615-631. “Diário da viagem que o Ilmo. e Exmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Maranhão o fez para o Rio Negro à expedição das demarcações dos reais domínios de Sua Majestade”.

⁸⁶ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 615.

⁸⁷ Ibidem, t. 2, p. 615-616. Chinfarote, termo de origem árabe, designava uma “espada curta direita”, enquanto talabarte ou talim a “correia a tiracolo donde pende a espada”. Cf. Antônio de Moraes Silva. *Diccionario da lingua portuguesa*. 5ª ed., Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1844, t. 1, p. 430 e t. 2, p. 810.

cerimônias de despedida, fez questão de comentar com Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, pai de Pereira Caldas, que este fora

[...] entre todos os que concorreram para a grandeza da expedição o mais especial [...] porque assim no bom gosto da sua canoas, como na riqueza dos barretes, e mais ornato de seus remadores, foi o que imitou com maior perfeição ao excelentíssimo senhor general.⁸⁸

Tais elogios, por sua vez, também deixam entrever indícios da rede de colaboração que se pretendia reforçar para o bom andamento dos trabalhos de demarcação – o bispo falava como governador interino e precisaria do auxílio de Gonçalo Pereira.

No caminho para Mariuá a expedição continuou sentindo os efeitos da carência de provisões. Persistia igualmente um problema identificado durante os preparativos da viagem: a dificuldade de recrutar índios para remadores. Meses antes de deixar o Pará, Mendonça Furtado queixara-se ao irmão das resistências e sublevações dos índios que não se curvavam diante das ordens régias.⁸⁹

Em vista da animosidade entre o governo temporal e os regulares, a atitude dos nativos foi creditada a uma campanha dos missionários, especialmente os jesuítas, tidos por interessados em colocar obstáculos à demarcação dos limites. Foi com o propósito de evitar a intromissão dos inacianos no cumprimento do Tratado de Madri, que Sebastião José de Carvalho advertiu ao irmão sobre a necessidade de “separar os padres jesuítas [...] da fronteira de Espanha, valendo-se de todos os possíveis pretextos”.⁹⁰

Diretores e principais das aldeias, informados do recrutamento, teriam incentivado os nativos a fugir para os matos. A aldeia de Guaricuru, de onde se pretendia retirar seis índios, foi encontrada praticamente deserta, pois os aldeados haviam se escondido. Quando Mendonça Furtado tentou lançar mão dos que serviam aos missionários – pelo Regimento das

⁸⁸ BNL. Seção de Reservados. PBA 627, fl. 30.

⁸⁹ BNL. Seção de Reservados. Fundo Geral de Manuscritos. Códice 11393//1, fls. 11-16v.

⁹⁰ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 16 – Cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, e de El Rei ao mesmo e outros (fl. 20).

Missões, ainda em vigor, os religiosos tinham o direito de manter 25 índios ao seu serviço – a resistência manifestada pelo diretor espiritual, um jesuíta de origem alemã, foi interpretada como obstrução ao trabalho da comissão de limites. Na aldeia de Arucará, a experiência não teria sido diferente. Tencionando retirar dela mais índios, Mendonça Furtado encontrou apenas o principal e poucos nativos, porque os demais estavam ocultos nos matos, conseguindo com esforço obter 12 para acompanhá-lo.⁹¹

Uma justificativa para as ações dos jesuítas foi dada por João Lúcio de Azevedo. Para o historiador, os missionários, vendo a sua “melhor obra” (a Missão) ameaçada de ruína, foram “obrigados” a reagir por meio de “ardis ingênuos” a fim de não colaborar com as requisições: não forneciam canoas alegando estarem desmanteladas, desencorajavam o recrutamento dos índios por desertarem facilmente e não se prontificavam a abastecer a expedição protestando escassez de alimentos nas aldeias.⁹² Interpretação oposta a de João Lúcio é a de Isabel Vieira Rodrigues, que em poucas palavras sintetizou os obstáculos enfrentados por Mendonça Furtado: “apenas dos oficiais das fortalezas teve apoio e mantimentos; dos regulares, só obstáculos”.⁹³

A chegada a Mariuá após 88 dias de viagem foi celebrada de maneira grandiosa, repetindo a pompa da partida em Belém. O comissário português desembarcou por uma escada decorada com arcos floridos e atravessou um arco do triunfo para entrar no arraial. A récita de um soneto em língua portuguesa por um índio, o entoar de um *Te deum laudamus* por um grupo de nativas e a celebração de uma missa encerraram a recepção⁹⁴, carregada de sinais do projeto de civilização que se pretendia implantar na Amazônia. Como ressaltou

⁹¹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 633-635.

⁹² João Lúcio de Azevedo. *O marquês de Pombal e a sua época*. 2ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1990, p. 113.

⁹³ Isabel Vieira Rodrigues. A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759). *Oceanos*. Lisboa, n.º 40, 1999, p. 104.

⁹⁴ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *Op. cit.*, t. 2, p. 629-630.

Geraldo Mártires Coelho, tomando por base a ereção do arco do triunfo, este representava a vitória, o poder, a superioridade do colonizador sobre aquele espaço.⁹⁵

Em Mariuá, a escassez de provisões para manter a comitiva e aguardar a chegada dos comissários espanhóis não se alterou. Pedidos de auxílio foram encaminhados ao bispo do Pará e ao governador do Maranhão. A este foram solicitados rolos de pano de algodão, galinhas e carregamentos de farinha, de arroz e de feijão, lembrando-lhe Mendonça Furtado que “este arraial necessita de muitos mantimentos e deve ser provido abundantemente como Sua Majestade me recomenda”⁹⁶, aludindo indiretamente ao decoro da expedição.

Somando-se a incapacidade do Pará e do Maranhão de satisfazer à demanda de víveres e à difícil comunicação com o arraial de Mariuá, não é de espantar que passado um ano não houvesse resposta de Gonçalo Pereira sobre as requisições de mantimentos. D. Frei Miguel de Bulhões ainda aguardava a remessa de gêneros do Maranhão, carente de farinha como o Pará, com perspectivas de receber apenas os rolos de panos de algodão e as galinhas.⁹⁷ Para manter a comitiva de quase 900 integrantes, segundo Isabel Vieira Rodrigues, a solução foi recorrer aos peixes e tartarugas dos rios Negro e Solimões e às roças abertas no arraial, embora persistisse a dependência dos mantimentos vindos do Pará. A situação se agravava na medida em que os espanhóis demoravam a chegar.⁹⁸

A permanência de Mendonça Furtado no arraial de Mariuá se estendeu até 22 de novembro de 1756, quando os negócios do Estado (a publicação das leis de liberdade dos índios) reclamaram a sua presença em Belém. Por quase dois anos esperou os espanhóis que partiram de Cádiz em 13 de janeiro de 1754 e se detiveram na região do rio Orinoco, sem avançar em direção ao local de encontro com a comissão portuguesa. Em 1758, retornou ao

⁹⁵ Geraldo Mártires Coelho. “Índio, súdito e cidadão”. In: _____. *O violino de Ingres: leituras de história cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005, p. 295.

⁹⁶ BNL. Seção de Reservados. PBA 628, fl. 4. Carta de 16 de janeiro de 1755.

⁹⁷ BNL. Seção de Reservados. PBA 622, fl. 124-125. Carta de 27 de janeiro de 1756.

⁹⁸ Isabel Vieira Rodrigues. A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759). *Oceanos*. Lisboa, n.º 40, 1999, p. 104.

Rio Negro mais para cumprir as ordens régias sobre a fundação de vilas do que para encontrar os espanhóis, “porque já desconfio inteiramente da sua vinda, quando eles se deixaram persuadir dos padres da Companhia para se estabelecerem no Orinoco”⁹⁹, atribuindo mais uma vez aos jesuítas a criação de empecilhos à demarcação. A comitiva espanhola finalmente chegou a Barcelos (antigo arraial de Mariuá), sede da capitania do Rio Negro, em outubro de 1760, quando o Estado já era governado por Manuel Bernardo de Melo e Castro. Mesmo assim, a demarcação não teve efeito. Os desacordos e interesses expansionistas das duas partes em questão inviabilizaram o Tratado de Madri e levaram à sua anulação e substituição pelo de El Pardo, em 1761.¹⁰⁰

Interessa ressaltar as impressões sobre a atuação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado na chefia da comissão de limites. Sua preocupação constante em realizar a missão que lhe fora confiada da forma mais decorosa, deu margem a interpretações díspares. Nos textos de época, é possível encontrar visões distintas sobre as ações levadas a cabo nas demarcações. No final do diário da expedição, destinado a servir de crônica dos feitos portugueses nos sertões amazônicos, João Antônio Pinto da Silva fez questão de sublinhar que aquela era uma empresa desacreditada pela população do Pará, especialmente porque seria difícil manter o número de índios essenciais à viagem. Para o secretário da expedição, tudo foi possível graças à “atividade, grande desvelo e incomparável trabalho” do chefe da comissão portuguesa.

Interpretação antagônica ficou registrada na obra de Robert Southey, do início do século XIX. Mesmo não conhecendo o Brasil, o acesso a fontes sobre a colonização permitiu ao escritor inglês delinear uma visão própria da dominação portuguesa. Algumas observações

⁹⁹ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597. Carta a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, de 25 de outubro de 1757. A segunda partida de Mendonça Furtado para o Rio Negro se deu em janeiro de 1758.

¹⁰⁰ Para uma síntese das questões de limites entre Portugal e Espanha na América portuguesa e os tratados correspondentes, ver André Mansuy-Diniz Silva. “Portugal e Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808”. In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997, v. 1, p. 477-518.

presentes em sua *História do Brasil* – a brutalidade do colonizador e o reconhecimento do esforço dos missionários jesuítas¹⁰¹ –, podem ser percebidos na imagem que construiu de Mendonça Furtado: “miope e arrebatado como um déspota”, o governador simplesmente requisitou “todos” os índios que pretendia empregar nas demarcações. Violando a legislação indigenista e perseguindo os padres da Companhia, teria alterado de propósito a rota do Pará ao Rio Negro apenas para facilitar o acesso às missões jesuíticas, “visitando todos aqueles estabelecimentos um por um, como querendo conjuntamente inspecionar e intimidar” os padres sob o pretexto de obter mais índios e provisões.¹⁰²

Southey não registrou, todavia, que Mendonça Furtado estava autorizado a requisitar e fazer uso de todos os índios de que precisasse. Uma ordem régia de 18 de maio de 1753, dirigida ao provincial da Companhia de Jesus, extensiva aos superiores das missões do Carmo, das Mercês e das províncias capuchas de Santo Antônio e da Piedade, facultava ao comissário tal prerrogativa. O rei ordenou aos religiosos que instruissem aos seus respectivos missionários

[...] para que cada um deles dê da aldeia em que assiste[m] todos os índios que lhes forem pedidos pelo dito governador e capitão-general, aos quais se há de pagar pela Fazenda Real [...] e tem ordem o dito governador, para no caso de que por algum pretexto (o que não é presumível) não tem os índios, que lhes possa tirar por força.¹⁰³

É importante voltar ao aspecto privilegiado neste tópico: o esforço de Mendonça Furtado para manter o decoro do Real Serviço, posto que diante de condições as mais adversas e difíceis de contornar. Mesmo não sendo a sua vontade, teve que se conformar com o frequente descompasso (que não era um problema exclusivo das conquistas do Norte) entre as instruções régias e a realidade colonial, especialmente em se tratando de uma região cuja

¹⁰¹ Uma análise da estrutura da obra de Robert Southey, publicada entre 1810 e 1819, pode ser encontrada em Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG/IPEA, 2000, p. 48-49.

¹⁰² Robert Southey. *História do Brasil*. Tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 3, p. 279-280.

¹⁰³ Fundação Biblioteca Nacional (doravante FBN). Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2, fls. 9-9v (doc. 6).

recuperação econômica era mais uma tarefa a realizar. Nos relatos históricos, o capitão-general aparece como realizador e déspota. Sem enaltecer a sua figura desconsiderando erros e excessos é válido realçar a consciência do valor de bem servir ao rei e à monarquia.

2.1.4 – A Casa e o legado de serviços

Durante o governo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado nunca deixou de se preocupar com os negócios particulares de sua Casa. Correspondendo-se regularmente com o irmão Sebastião José sobre os problemas da administração colonial, procurava manter-se informado a respeito das propriedades da família nas quais havia trabalhado e manifestava a sua angústia por não poder contribuir como desejava para o “acrescentamento” da Casa, o que lhe competia mesmo na condição de filho segundo.¹⁰⁴

Com isso, expressava o *ethos* característico da nobreza, vigente especialmente entre o último quartel do século XVII, no período pós-Restauração, e o início do século XIX. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, esse *ethos* consistia em um “sistema de disposições incorporadas”, acumuladas e passadas pelas gerações, que deve ser tomado a partir de dois aspectos essenciais: a idéia de Casa e de Serviço ao rei.¹⁰⁵ Esses elementos estavam subjacentes às recomendações acerca dos bens familiares e das possibilidades de cessão de serviços, entremeadas na correspondência de Mendonça Furtado.

Os concertos também envolviam Paulo de Carvalho e Mendonça, o mais novo dos três irmãos, e projetavam o futuro da Casa de Sebastião José, cujo primogênito e herdeiro era Henrique José de Carvalho e Melo. E como secretário de Estado, dado os inúmeros afazeres,

¹⁰⁴ O “acrescentamento” da Casa era obrigação de filhos e filhas, primogênitos ou secundogênitos, casados ou encaminhados à vida religiosa. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, “[...] a Casa e a disciplina da Casa traduziam-se, em primeiro lugar, num conjunto de obrigações que se estendiam a todos quantos nela nasciam”. Cf. O *ethos* da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança: algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao rei. *Revista de História das Idéias*. Coimbra, v. 19, 1998, p. 383-402. Citação à página 390.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 389-396.

não podia “cuidar nestas coisas”, concluiu Mendonça Furtado: “já lhe mandei dizer que se encarreguem estas diligências ao monsenhor [Paulo de Carvalho], que é ocioso e deve servir à Casa, que é obrigação que temos os filhos segundos”.¹⁰⁶

A baixa rentabilidade do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão era motivo de angústia para Mendonça Furtado. O cargo não oferecia maiores possibilidades de ganhos, conforme declarou em carta ao padraсто, Francisco Luís da Cunha de Ataíde. Comparando seu posto ao do 4º conde da Ribeira Grande, D. José da Câmara, que retornava a Lisboa do governo dos Açores (1742-1752), disse: “seja muito bem chegado a essa Corte o conde da Ribeira, e o seu governo sem dúvida era muito mais pingue do que o meu que apenas pode dar para o sustento da casa”, referindo-se às despesas ordinárias.¹⁰⁷

A Coroa já havia reconhecido os préstimos de Mendonça Furtado concedendo-lhe o hábito de Cristo em 1751. No ano seguinte, recebeu a mercê da comenda de Santa Marinha de Mata de Lobos, da Ordem de Cristo, encartada no bispado de Lamego. Em gratidão a Sebastião José de Carvalho e Melo “porque em todo o tempo em que se havia empregado [...] no meu Real Serviço tinha feito grande despesa à Casa de seu irmão”, pediu permissão para renunciar à comenda em favor do mesmo e de sua descendência.¹⁰⁸ A disposição de favorecer o irmão mais velho era anterior. Em 22 de dezembro de 1751, escreveu-lhe expondo a

¹⁰⁶ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 532-534.

¹⁰⁷ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 269. Carta de 6 de novembro de 1752. Para a biografia do 4º conde da Ribeira Grande, ver João Romano Torres (ed.). *Portugal – Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*. Lisboa: s/ed., v. VI, p. 228. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, os governos dos Açores, da Ilha da Madeira e de Mazagão, praça abandonada pelos portugueses em 1769, eram claramente aristocráticos. Ver “Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 104.

¹⁰⁸ IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 264, fls. 413-413v. Alvará de 25 de maio de 1753. A comenda de fato passou ao usufruto de Sebastião José de Carvalho e Melo, conforme o trecho de uma carta do secretário Pedro da Mota e Silva a Mendonça Furtado, de 1º de junho de 1753: “O negócio da renúncia de Marta de Lobos (sic) está feito, e concluído na forma que V.S.^a pedia a Sua Majestade”. Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 403. No decreto de 28 de julho de 1786, pelo qual D. Maria I autorizou Henrique José de Carvalho e Melo a usar o título de marquês de Pombal (já ostentava o de conde de Oeiras), constava também a mercê da comenda de Santa Marinha de Mata de Lobos, além de outra, de São Miguel das Três Minas, assentada no arcebispado de Braga. IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 39, n.º 74.

intenção de “repartir com V.Ex.^a alguns das armadas que fiz”, as quais aumentariam os rendimentos de uma comenda que Sebastião José havia recebido.

Mas o secretário precisaria da dispensa régia para poder se encartar no benefício. A fim de atalhar o expediente, Mendonça Furtado enviou-lhe algumas folhas em branco assinadas para que redigisse a petição necessária. Em contrapartida, pedia que os rendimentos da comenda fossem aplicados nos “muros da Quinta da Serra, porque terei pena que depois de eu ter o trabalho de ajuntar naquele belo sítio uma tão boa fazenda [...], haja de a ver (sic) desmazelada e perdida por falta de um pouco de cuidado”. No ensejo, anunciava a remessa de madeiras para reformas no palacete da Rua Formosa e na Quinta de Oeiras.¹⁰⁹

Os carregamentos particulares de madeiras nobres evidenciavam até onde Mendonça Furtado pretendia chegar sem comprometer a sua honra:

Bem que desejara, meu irmão, que este governo, segurando eu a honra e consciência, pudesse render com que ajudasse a nossa Casa, porém aqui não há nada mais do que o soldo, e até as propinas, que tinham os governadores na rematação dos contratos dizimaram, e fica sem outra alguma coisa, e para o governador perder o respeito que deve conservar, e em consequência se perder a si, basta aceitar ou interessar-se em negros, porque logo se faz dependente, e tomam confiança com ele, e se lhe atrevem, com que é preciso uma grande circunspecção nesta matéria de transportes, e como conheço que ambos imaginamos igualmente, se algum dia tivermos o gosto de nos vermos, sem dúvida V.Ex.^a estimará mais ver-me carregado de honra do que de diamantes, com o que, mano, daqui não há esperança de tirar mais do que trabalho e apelar para a sua mesa, para poder comer umas sopas, se Deus quizer levar-me a Lisboa.¹¹⁰

Provavelmente, não queria que suas ações levantassem suspeitas e justificassem intrigas palacianas:

[...] também me não esqueceu, nem me esquece nunca que, depois que Sua Majestade me fez a honra de nomear-me governador deste Estado, se disse em uma conversação de fidalgos, [...] que os governadores irmãos de secretários de Estado tinham liberdade para fazerem as insolências que

¹⁰⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 128.

¹¹⁰ Ibidem, t. 1, p. 130.

quisessem, para fazerem as conveniências que lhe parecessem, e que depois tudo se havia de dar por bem feito.¹¹¹

A prática de atividades ilícitas, mormente ligadas ao comércio colonial e ao transporte de mercadorias para Portugal, causou a desgraça de alguns governadores ultramarinos. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, havia certas “liberdades” para o envio de efeitos para a Corte¹¹², a exemplo das remessas de madeiras por Mendonça Furtado. Em carta a frei Luís Pereira, Mendonça Furtado sugeriu ao seu procurador:

Se Vossa Reverendíssima achar comissário seguro e navio que se obrigue a levar a madeira, ouço aqui dizer que bretanhas, chitas, alguns drogues, berimbaus, alguns vinhos doces, que tudo isto é fazenda que tem consumo pronto. Também me dizem que algumas frasquinhas de água ardente se vendem bem, mas tire Vossa Reverendíssima informação que eu não sou muito prático nestas matérias.¹¹³

Ainda de acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, os limites entre o que era permitido – como receber propinas nas arrematações de contratos – e o que poderia ser considerado ilícito eram tênues, o que torna difícil isentar de culpa algum administrador que se prestasse a favorecer sua Casa com qualquer remessa durante o exercício do governo ultramarino. Mendonça Furtado conhecia o valor da honra e a necessidade de manter respeitável a sua posição. Mostrou saber até onde podia se enveredar em atividades alheias à função governativa ao declarar que bastaria “aceitar ou interessar-se em negros” para se enredar em

¹¹¹ Ibidem, t. 1, p. 341.

¹¹² Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 277. A legislação pertinente ao envolvimento de administradores coloniais e de oficiais régios em atividades comerciais foi atualizada com certa frequência ao longo do século XVII e primeira metade do XVIII. O alvará de 28 de maio de 1648; as provisões de 27 de janeiro de 1661 e de 27 de fevereiro de 1673; o alvará de 31 de março de 1680; as leis de 29 de agosto, 3 de setembro de 1720 e 13 de janeiro de 1724; as provisões de 23 de abril de 1738, 26 de janeiro e 3 de fevereiro de 1741 proibiam o comércio aos governadores, capitães-mores, funcionários da Justiça, Fazenda e Guerra, sob pena de nulidade e confisco, de acordo com as Ordenações Filipinas (Livro IV, título 15º). A exceção ficou por conta da resolução régia de 26 de novembro de 1709 que permitiu aos governadores e demais funcionários a prática do comércio. Cf. João Francisco Lisboa. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976, p. 517.

¹¹³ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 127.

uma trama que o tornaria vulnerável perante seus governados, pondo em risco toda a confiança que nele fora depositada pelo irmão e pelo rei para conduzir o processo de revitalização das conquistas do Norte.

O zelo e a atenção dispensados às propriedades da família continuaram presentes em meio aos negócios públicos. Em extensa carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 22 de novembro de 1752, após relatar as agruras sofridas em uma viagem pelos sertões em direção a Macapá, Mendonça Furtado expressou mais uma vez a frustração de não poder contribuir para o adiantamento de sua Casa, cuja sucessão recaía em seu sobrinho Henrique José de Carvalho e Melo: “[...] bem desejara eu poder concorrer para o aumento da Casa do nosso Henrique, porém este ofício é magro, e apenas me poderá dar para a cômgrua sustentação, porque nele não há mais do que puramente o soube, sem alguma outra propina [...]”.¹¹⁴

Mesmo assim, não deixava de mostrar interesse pela educação dos sobrinhos, comentando com gosto uma carta recebida no arraial de Mariuá: “aqui me escreveu Henrique uma carta em francês, a qual estimei infinitamente ver porque, além de ter um excelente trabalho de letra, me consta que cuida em aplicar-se quanto cabe nos seus tenros anos”. Da sobrinha não podia dizer o mesmo: “[...] parece que não é tão curiosa. Lá mando argüir por uma resposta que me deve há um par de anos; veremos a conta que dá de si”.¹¹⁵

Vigilante quanto aos negócios da família, especialmente aqueles em que empregou esforços pessoais e os recursos cabedais que possuía, Mendonça Furtado cumpria à risca seu papel de filho segundo. Nas correspondências com o irmão mais velho, não perdia a oportunidade de se desvencilhar “das matérias de ofício” e “por um breve tempo ter o alívio de conversar [...] em coisas de Oeiras, onde, com a laboriosa vida de feitor, lograva melhor saúde, tinha menos cuidado e maior descanso”. Em 6 de outubro de 1753 confessava-se alegre e satisfeito com as notícias de que o irmão Paulo cuidava bem da Quinta da Serra, “porque foi

¹¹⁴ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 320.

¹¹⁵ *Ibidem*, t. 2, p. 749.

fundação minha, em que eu trabalhei muito, e com grande gosto fazendo nela despesa a que podia [...], persuadindo-me a que rendia à Casa um grande serviço [...]”.¹¹⁶

As recomendações estendiam-se às vinhas da Quinta do Selão, cujo muro começado devia ser concluído a fim de evitar que as culturas se perdessem com o terreno a servir de pasto para animais invasores. O desejo do capitão-general, ciente de que o governo colonial, embora penoso, poderia se converter em benefícios para si e para a família, era recolher-se àquelas propriedades quando retornasse ao Reino, “exercitando o antigo ofício de fazendeiro em que sempre me fui muito bem”, como se dispensasse qualquer honraria decorrente de seus serviços nas terras amazônicas. Os cuidados de Paulo de Carvalho estenderam-se às plantações de amoreiras na Quinta da Gamela (ou Gramela), na região central de Portugal. Louvando a iniciativa do irmão mais moço, Mendonça Furtado realçou a utilidade daquela cultura para o Reino e solicitou o envio de sementes ao Pará, no intuito de promovê-la.¹¹⁷

Em 1755, o monsenhor informou “que se não tem descuidado de Oeiras, e que igualmente se lembra da Gamela” e manifestou a intenção de vincular uma propriedade que recebera como mercê do rei, convidando Mendonça Furtado para “primeiro administrador” do morgado que pretendia instituir. Afetando desinteresse e conformidade diante de sua condição de filho segundo, o capitão-general declarou:

Depois de lhe agradecer a atenção que quer ter comigo, lhe mando perguntar quem lhe dissera que eu queria nunca passar de filho segundo e meter-me a homem rico, quando estou sumamente contente e descansado na certeza de que V.Ex.^a [dirigindo-se a Sebastião José] me não há de negar nunca umas sopas e um quarto nas casas da Rua Formosa [...] e liberdade para ir a Oeiras sem o trabalho de me vir ao pensamento que há um palmo de terra em todo o mundo que seja meu; e fiquem os morgados para quem Deus quis que nascessem primeiro, porque eu estou sumamente contente com a minha sorte.¹¹⁸

¹¹⁶ Ibidem, t. 1, p. 409-412.

¹¹⁷ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 532-534.

¹¹⁸ Ibidem, t. 2, p. 748-749.

Anos depois, já na qualidade de secretário adjunto do conde de Oeiras, dirigiu uma petição ao rei para que todos os seus serviços, desde o início da carreira na Armada Real até o governo do Grão-Pará e Maranhão, fossem revertidos em benefício da Casa de Sebastião José de Carvalho e Melo. Em 18 de julho de 1759, de volta ao Reino, justificou o pedido da seguinte forma:

Pede a Vossa Majestade não por via de remuneração [...] mas sim e tão-somente por grandeza de V.M. [...] e também para que na Casa a que o suplicante deve o nascimento, a educação, e a subsistência, fiquem perpetuadas algumas honradas memórias do seu reconhecimento, que ao mesmo tempo estimulem os sucessores dela [...] visto que o mesmo suplicante nem tem outros sucessores, nem necessita para viver com decência de acrescentar rendas aos emolumentos com que a grandeza de V.M. o tem abundantemente provido para o servir decorosamente”.¹¹⁹

Como lembra Kenneth Maxwell, solteiros e sem filhos, Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho converteram bens e serviços em favor da Casa do irmão mais velho.¹²⁰ E, por meio de seu requerimento, o primeiro enunciou um fundamento clássico da nobreza: a “teoria biológica” de La Roque, segundo a qual as virtudes dos ancestrais – conservadas na memória – revestiam de distinção as gerações posteriores.¹²¹ Atendendo ao pedido de Mendonça Furtado, D. José I concedeu a Sebastião José de Carvalho e Melo o senhorio da vila de Oeiras, com permissão para apurar as eleições da Câmara, confirmar os vereadores eleitos e fazer nomeações para todos os ofícios camarários, tudo de juro e herdade (as mesmas prerrogativas foram estendidas à vila de Pombal). Duas vidas, além das previstas, foram acrescentadas às comendas de Sebastião José que passou a usufruir a alcaidaria-mor de Lamego de juro e herdade, com dispensa de três vidas fora da Lei Mental. Várias rendas foram anexadas ao morgado instituído pelo conde de Oeiras “ficando para sempre com a

¹¹⁹ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 13, n.º 83.

¹²⁰ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 3.

¹²¹ Cf. Denis Richet. *Autour des origines ideologiques lointaines de la Révolution Française: élites et despotisme*. Paris, *Annales E.S.C.*, 24 (1), 1969, p. 1-23 (p. 9).

natureza de bens patrimoniais para todos os herdeiros, e sucessores da sua Casa e morgado”.¹²²

A historiografia cristalizou a imagem de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como uma coadjuvante dos planos de recolonização do Estado do Grão-Pará e Maranhão concebidos por Sebastião José de Carvalho e Melo. Porém, inserida nos meandros da sociedade portuguesa de Antigo Regime, a relação fraternal permitiu a Mendonça Furtado – na condição de filho segundo que tanto demonstrou conhecer – dar inegável contribuição para o engrandecimento da Casa de Oeiras e de Pombal, representada pelo todo-poderoso ministro de D. José I.

2.2 – O “verdadeiro sucessor”: Manuel Bernardo de Melo e Castro

No dia 19 de novembro de 1763, a Câmara de Belém representou ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, elogiando o governador e capitão-general Manuel Bernardo de Melo e Castro que terminava o seu mandato. “Em nome de todo este povo”, a municipalidade agradecia ao rei, por intermédio de seu ministro, por ter enviado “aquele verdadeiro Pai da Pátria, que sendo até agora as nossas delícias, hoje [...] só nos deixa a indelével lembrança das suas generosas e sempre inimitáveis ações”. A Câmara considerava Manuel Bernardo “verdadeiro sucessor” de Mendonça Furtado e, ao deixá-los “na orfanologia (sic) em que tão inconsoláveis” ficavam, despertava sentimentos de gratidão e satisfação por ter dado continuidade às medidas implantadas pelo antecessor.¹²³

Manuel Bernardo de Melo e Castro era, dentre os indivíduos que partilharam consigo a tarefa de reerguer as conquistas do Norte, o mais próximo dos estratos da alta nobreza

¹²² IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 13, n.º 83.

¹²³ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597.

lusitana. Nascido em Lisboa e batizado na freguesia de Nossa Senhora das Mercês no dia 16 de fevereiro de 1716, era o primogênito de Francisco de Melo e Castro, filho ilegítimo de André de Melo e Castro (4º conde das Galveias), um secundogênito que adotou a vida clerical (chegou a deão da capela ducal de Vila Viçosa), abandonando-a em 1711 e tornando-se embaixador junto à Santa Sé – o título de conde, com Grandeza, foi-lhe dado em remuneração desses serviços. Mais tarde, foi governador de Minas Gerais (1732-1736) e vice-rei do Estado do Brasil (1736-1749).¹²⁴

Alcaide-mor da vila alentejana de Sortelha aos sete anos, por mercê de D. João V em atenção a um requerimento de seu pai¹²⁵, Manuel Bernardo dedicou-se à carreira das armas, assentando praça de soldado em 1731, aos 15 anos, no Regimento de Infantaria da Corte. No ano seguinte foi promovido a cabo de esquadra e com quatro de serviço chegou ao posto de capitão do mesmo Regimento. Coronel com exercício de tenente-coronel por patente de 20 de janeiro de 1754, tornou-se coronel de Infantaria do Regimento de Cascais em 1757, posição que ocupava na época em que foi nomeado governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão.¹²⁶

Seu processo de habilitação a familiar do Santo Ofício revela disparidades em relação à sua ascendência, numa tentativa de ocultar a ilegitimidade sacrílega de seu pai.¹²⁷ As diligências começaram em 1753 e terminaram cerca de um ano depois, em 5 de agosto de 1754, com o ingresso de Manuel Bernardo na familiatura. Nessa época, Francisco de Melo e Castro governava Moçambique (1750-1758). Do lado materno, as informações não

¹²⁴ IANTT. Habilitações do Santo Ofício. Maço 160, diligências 1674. Ver também Nuno Gonçalo Monteiro. *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003, p. 47. Cf. Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 2, p. 632.

¹²⁵ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. João V, livro 6, fl. 449v. O alvará é de 20 de janeiro de 1723, mas a mercê havia sido concedida em 12 de fevereiro de 1719. Não foi efetivada anteriormente porque a Alcaidaria-mor de Sortelha não se achava vaga.

¹²⁶ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 26, n.º 50.

¹²⁷ IANTT. Habilitações do Santo Ofício. Maço 160, diligências 1674. No processo consta que Manuel Bernardo já era cavaleiro da Ordem de Cristo, mas seu processo de habilitação não foi encontrado. Esta referência abrange todas as citações do processo.

apresentam discrepâncias em relação ao que se conhece. Sua mãe, D. Maria Joaquina Xavier Madalena, natural de Lisboa, era filha de Manuel da Silva Pereira, da vila de Cadaval (na província da Estremadura), guarda-mor do Consulado de Lisboa e familiar do Santo Ofício desde 1696, e de D. Micaela Antônia da Silva, também nascida na capital portuguesa (o padrinho de batismo de D. Maria Joaquina foi o duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira).

Conforme o processo, Francisco de Melo e Castro seria filho de João de Melo e Castro, natural da vila de Borba (no Alentejo), governador da praça de Estremoz, e de D. Brites Maria de Vargas, de Portalegre, na mesma província.¹²⁸ Dado que Francisco de Melo e Castro nasceu na vila de Estremoz, em 1702, ou seja, quando André de Melo e Castro ainda era um eclesiástico, possivelmente foi criado pelo casal que figura como avós paternos de Manuel Bernardo. O nome do 4º conde das Galveias sequer é mencionado, nem o fato de Francisco de Melo e Castro ser um ilegítimo sacrílego.

Possivelmente para desviar as atenções deste ponto fraco da ascendência do habilitando, foram questionados rumores acerca da pretensa avó paterna, D. Brites Maria de Vargas, que padecia da “fama de sangue infecto”. Era filha de D. Martinho de Vargas, um fidalgo espanhol natural de Trujillo, “que assistiu neste Reino pelos anos de 1650”. Para averiguar os boatos, o notário Manuel Teixeira da Cunha consultou obras de alguns genealogistas, dentre o quais Tristão Guedes, nascido em Estremoz, àquela altura residente na Ilha de São Tomé.¹²⁹ Guedes pesquisara a origem da família Vargas (o que resultou em quatro

¹²⁸ João de Melo e Castro era filho de Jerônimo de Melo e Castro e de D. Maria Josefa Corte Real. D. Brites Maria de Vargas era filha do espanhol D. Martinho de Vargas e de D. Francisca da Silva Sande, esta natural de Portalegre.

¹²⁹ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 418-425. O recurso a genealogistas era prática comum nos processos para o ingresso na familiatura e nas ordens militares (deve-se levar em conta que, segundo o processo para obter a carta de familiar, Manuel Bernardo já era cavaleiro da Ordem de Cristo). Fernanda Olival aponta que no caso das habilitações dos cristãos-novos, por exemplo, tanto para os quadros da Igreja, quanto para o Santo Ofício ou as ordens militares, os genealogistas eram presença marcante, em especial no século XVIII. Alguns foram bastante requisitados nas provanças para as ordens, como D. Antônio Caetano de Sousa, o gazeteiro José Freire de Monterroio Mascarenhas, o cônego D. Flaminio de Jesus Maria e Tomás Caetano de Bem, todos atuantes na segunda metade do século XVIII. Fernanda Olival destaca, ainda, que os escritos genealógicos não eram destituídos de “segundas intenções” e seus autores, ao menos no que se refere aos processos de habilitação às ordens militares, raramente depuseram contra os habilitandos, sua atividade se inscrevendo em

volumes) e apurara “que é pura a tal geração pelo Vargas [...] e que lhe não encontraram defeito algum”.

Não satisfeito com o recurso aos genealogistas, o Santo Ofício enviou mais um representante a Portalegre, pátria de D. Brites. Na diligência, o comissário Manuel Mendes Boroa informou-se com mais de 20 pessoas, dentre elas, o governador da vila, Manuel da Costa Juzarte de Brito, homem de 79 anos, que lutara com Francisco de Melo e Castro e seu pai, João de Melo e Castro, na Guerra da Sucessão Espanhola. Não conhecera D. Brites pessoalmente, mas sabia ter nascido realmente em Portalegre “nas suas casas junto à cadeia” e que “descendia das famílias dos Matelas e Giraldes, que houve nessa cidade; que ambas eram muito ilustres, limpas e puras, e livres da menor mácula, infâmia ou defeito algum”. Um informante de nome João da Gama Lobo confirmou que a “fama era falsa e que na ascendência da dita avó paterna havia muitas pessoas que declara habilitadas pelo Santo Ofício”, assim como as demais testemunhas da vila, que afirmaram ser D. Brites “inteira cristã velha”.

O segundo obstáculo a ser transposto por Manuel Bernardo era a existência de uma bastarda ilegítima, nascida em 1741 e registrada como “filha de pais incógnitos”, segundo o assento de batismo, fruto de um relacionamento com D. Juliana Maria Caetana de Noronha, cujo pai era Manuel de Sousa Tavares e Távora, antigo governador de Pernambuco (1718-1721). D. Juliana e seu primeiro marido, Cristóvão da Costa e Ataíde, de quem era viúva, eram pais de Fernando da Costa de Ataíde Teive, sucessor de Manuel Bernardo no governo do Estado do Grão-Pará. Em 1753, durante as diligências, já estava novamente “casada com um ilhéu” de nome Francisco Câmara Machado de Faria e Maia.¹³⁰ Ana, “inteira cristã velha”

um quadro de relações de favorecimento e de patrocínio. A autora menciona à página 421 os nomes de vários genealogistas que atuaram na primeira e na segunda metade do século XVIII, mas entre eles não aparece o nome de Tristão Guedes.

¹³⁰ Além do processo de habilitação de Manuel Bernardo de Melo e Castro a familiar do Santo Ofício, ver Felgueiras Gayo. *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. I, p. 590; v. IV, p. 599 e v. VII, p. 280.

por parte de mãe, fora criada por um casal do serviço de seu pai (Pedro Ferreira e Ana), mas residia em sua companhia na casa da Rua Formosa. E não foi o único rebento de Manuel Bernardo e D. Juliana, uma vez que duas outras filhas haviam já morrido, tratando-se, portanto, de uma relação de longa duração.

Por estranho que pareça, essa ilegitimidade, que constituiria um impedimento à familiatura não foi levada em conta. Ao fim das diligências, os comissários da Inquisição de Lisboa concluíram que “o dito habilitando é pessoa de bom procedimento, vida e costumes ao presente, capaz de ser encarregado de negócios de importância e segredo” – como competia a um familiar do Santo Ofício –, “vive como cavaleiro com bom tratamento dos frutos de seu morgado, e do soldo de capitão de infantaria, que exercita; tem mais de 36 anos [mais precisamente 38]; é solteiro, e sem mais filho algum do que a sobredita Ana”, além de seus antepassados não terem sofrido qualquer penalidade legal ou padecerem de “vil defeito” (de ordem mecânica).

Pelo parecer dos comissários, foram cumpridas todas as exigências, com destaque para a posse de bens, desejáveis para o bom cumprimento das funções inerentes à familiatura e à participação nos respectivos ritos inquisitoriais (vide também o caso de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa). Por fim, a carta de familiar do Santo Ofício equivalia a uma espécie de atestado de pureza de sangue.¹³¹

Se no processo de habilitação à familiatura de Manuel Bernardo foi ocultada a ilegitimidade sacrílega de seu pai e o nome do verdadeiro avô paterno, o mesmo não sucedeu quando seus irmãos mais novos André José, Antônio Manuel e Diniz Xavier, filhos de Francisco de Melo e Castro com uma segunda esposa, D. Maria Antônia Pereira de Lacerda, requereram hábitos da Ordem de Cristo em petição dirigida ao Conselho Ultramarino. Certamente porque, nesse caso, interessava mais a ascendência nobre do que a ilegitimidade que a Inquisição tinha de combater.

¹³¹ Cf. Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno...*, p. 285.

Os três eram militares. André José, o mais velho, tinha mais de 10 anos de serviço, tendo sido ajudante de ordens do pai no governo de Moçambique. Antônio Manuel nascera em Goa, contava 17 anos e pouco mais de quatro de serviço, enquanto Diniz Xavier (cujo prenome homenageava o 1º conde das Galveias¹³²), também natural de Goa, tinha 16 anos e cerca de quatro como militar. Na petição, aprovada em consulta de 23 de abril de 1762 e sancionada pelo rei no dia seguinte, com a concessão dos hábitos e 12 mil réis de tença, os três fizeram questão de mencionar que eram netos do 4º conde das Galveias.¹³³

Nos anos que seguiram ao ingresso na familiatura, Manuel Bernardo demonstrou preocupação com a filha que carregava o seu nome, abrindo mão em seu favor de benefícios que usufruía desde a juventude. Em 1758, solicitou ao rei a mercê de poder renunciar a uma tença de 50 mil réis, assentada no Almojarifado dos Azeites, em favor de Ana, “a qual é sumamente pobre”.¹³⁴ O procedimento foi seguido, anos depois, por Martinho de Melo e Castro, que procurou dotar a sobrinha de meios mais condizentes à sua sobrevivência e condição de recolhida no Mosteiro das Comendadeiras da Encarnação de Lisboa, renunciando igualmente a uma tença de 50 mil réis, assentada no Almojarifado das Três Casas, “pelo muito amor que lhe tem, e para melhor se poder sustentar”.¹³⁵

2.2.1 – Continuidade e transição

A historiografia paraense tradicional cunhou a imagem de Manuel Bernardo como um “estadista que realizou uma tarefa memorável em toda a extensão de seu governo, sagrando-se um atilado administrador que soube executar os programas de Pombal sem subserviência

¹³² O 1º conde das Galveias era Diniz de Melo e Castro. Cf. Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil...*, v. 2, p. 631.

¹³³ IANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 315, cx. 422.

¹³⁴ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 4, n.º 60. O requerimento é de 8 de abril de 1758. O rei concedeu a Manuel Bernardo a mercê de poder renunciar à tença que usufruía desde 30 de maio de 1719 em favor da filha. Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 12, fl. 533 (alvará de 7 de julho de 1758).

¹³⁵ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 11, n.º 15. O padrão de tença era de 22 de abril de 1719. O rei decretou favoravelmente à petição em 28 de março de 1764.

antes com autonomia que lhe permitiu obra própria”.¹³⁶ No entanto, alguns aspectos levantados por Arthur Reis em sua caracterização merecem revisão.

Laudatório em termos como “tarefa memorável” ou “atilado administrador” – o que não quer dizer que a presente análise subestime os êxitos do governador –, o historiador submeteu as ações do capitão-general a juízo um tanto distorcido, que não corresponde ao modo como sua trajetória se construiu em terras amazônicas. Não há sinal de que tomou rumo diverso do apontado pela metrópole. Nesse sentido, a palavra “autonomia” adquire sentido perigoso, uma vez que Manuel Bernardo era um dos governadores mais próximos do círculo pessoal de Sebastião José de Carvalho e Melo e de seu irmão e não desmentiu ou desmereceu as afinidades que desde muito cedo construiu com ambos.

A correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado também é reveladora de que os dois militares mantinham contato, ainda que esporádico, reiterando a amizade de longa data por meio de pequenas, mas significativas manifestações de cortesia e da busca de favorecimento. Em carta a Mendonça Furtado, de 1º de junho de 1753, ao mesmo tempo em que buscava notícias do amigo distante e informava que seu irmão, Martinho de Melo e Castro, encontrava-se na Holanda, Manuel Bernardo recomendava a José de Barros, sargento de sua Companhia em Lisboa, que serviria como ajudante no Pará. O militar era reputado “dos melhores homens do [...] Regimento, e reconhecido por tal do excelentíssimo senhor Sebastião José de Carvalho”.¹³⁷

Tempos depois, internado no arraial de Mariuá à espera dos comissários espanhóis, Mendonça Furtado encontrou ocasião para retribuir a gentileza e amizade, felicitando a Manuel Bernardo por ter passado sem maiores prejuízos pelo terremoto que atingiu Lisboa em 1º de novembro de 1755: “Aqui me tem sido bastante notório o geral estrago dessa

¹³⁶ Arthur Cezar Ferreira Reis. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, t. 1º: A fronteira colonial com a Guiana Francesa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 154.

¹³⁷ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 401.

Corte, e até agora tenho tido entre tanto pesar o gosto de me não chegar a notícia que aquela perda chegasse à Casa de V.Ex.^a.¹³⁸ No mesmo dia, escreveu a Martinho de Melo e Castro a fim de cumprimentá-lo pela nomeação para a embaixada de Londres,

[...] na qual fareis notório a toda a Europa o grandíssimo talento e prudência com que Deus Nosso Senhor foi servido repartir convosco com mão tão larga, e quis a mesma divina providência que vos mandassem para uma Corte, que sendo a maior da Europa, é a em que temos maiores interesses, para nela fazerdes útil à pátria aquelas grandes virtudes que em vós resplandecem.¹³⁹

A rede de relacionamentos de Manuel Bernardo na Corte pode ser exemplificada por meio de algumas correspondências encontradas no arquivo da Casa Galveias. Entre os remetentes (trata-se de correspondência passiva) encontram-se: Paulo de Carvalho, irmão de Sebastião José e de Mendonça Furtado, tratando de generalidades; o 1º conde de Lumiares e 5º conde da Ilha do Príncipe, Carlos Carneiro de Sousa, que mandava notícias da Quinta do Carmo. Às voltas com o nascimento de um filho, o 5º conde de Avintes, D. Luís de Almeida Portugal (futuro 2º marquês do Lavradio), servia de intermediário no requerimento de um soldado do Regimento comandado por Manuel Bernardo, “que sabendo a grande mercê que V.S.^a me faz [...] se vale de mim para que V.S.^a lhe conceda vinte dias de licença, além do perdão que eu a V.S.^a por ele peço de ter excedido os termos de outra que já se lhe concedeu”.

Por sua vez, o 6º conde de São Vicente, Manuel Carlos da Cunha e Távoras (cunhado do 5º conde de Avintes), a bordo da fragata Arrábida, falava de um comboio que seguia para a guerra. Um dos mais ilustres representantes da aristocracia portuguesa, D. João Carlos de Bragança, 2º duque de Lafões, solicitava ao “amigo” Manuel Bernardo o favor de passar ao alferes Nicolau Vicente Bonchart, seu protegido, os alojamentos antes ocupados pelo tenente Dâmaso José. De Londres, o duque escreveu novamente em 17 de janeiro de 1758

¹³⁸ Ibidem, t. 2, p. 1008. Carta de 15 de outubro de 1756.

¹³⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 1009.

protestando amizade a Martinho de Melo e Castro e à sua Casa (estava de partida para Viena e esperava entrar no Exército austríaco).¹⁴⁰

Mas são as relações de amizade com Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Sebastião José de Carvalho e Melo que ajudam a entender porque Manuel Bernardo foi mais do que um simples sucessor do primeiro. Ao anunciar a nomeação do novo governador, Carvalho e Melo referiu ao bispo do Pará que o mesmo

[...] nesta Corte procedeu sempre conforme as obrigações do seu nascimento, e com préstimo, zelo e cuidado notório no desempenho dos seus empregos militares; e desde os seus primeiros anos teve particular amizade com o governador a quem vai suceder.¹⁴¹

Cerca de sete meses depois, em 3 de março de 1759, Manuel Bernardo tomou posse e iniciou uma administração que se caracterizou pela continuação de planos já traçados – a questão de limites, por exemplo, – e por mudanças em função dos últimos acontecimentos, especialmente a expulsão dos jesuítas.

A fase de transição também refletia os acontecimentos na Europa, principalmente a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Nesse sentido, aliando-se a confiança depositada no capitão-general à conjuntura de guerras em que Portugal estava inserido (com reflexos nos domínios americanos), pode-se concluir que não se esperava de Manuel Bernardo – militar experiente, mas sem vivência administrativa – nada além do que seguir à risca as diretrizes metropolitanas.

* * *

O Pará que Manuel Bernardo conheceu era uma capitania mergulhada em dívidas. Não havia fundos para pagar os muitos meses de soldo atrasado das tropas. Convocada uma junta,

¹⁴⁰ IANTT. Casa Galveias. Maço 1 - Manuel Bernardo de Melo e Castro (correspondência de vários).

¹⁴¹ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 90v-91 (doc. 116). Carta de 5 de agosto de 1758.

decidiu-se que as pendências da folha militar seriam satisfeitas com dinheiro tomado de empréstimo à Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.¹⁴² De acordo com as declarações do governador, a Companhia prosperava a olhos vistos (no Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa emitia as mesmas impressões), tanto que os carregamentos de negros eram insuficientes para atender à demanda de escravos. Em carta enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 18 de julho de 1761, relatou com admiração a chegada de 148 africanos em um navio da Companhia – o terceiro que aportava em Belém naquele ano – “que os trouxe menos bons e se venderam mais caros” em uma tarde.¹⁴³

Em termos de continuidade, Manuel Bernardo herdou do seu antecessor a tarefa de dar seguimento à demarcação do Tratado de Madri. Ao deixar o Pará, Mendonça Furtado retornara havia pouco da vila de Barcelos, onde permanecera cerca de um ano aguardando (pela segunda vez) a chegada dos comissários espanhóis. Estes só deram sinal de aproximação em 1760, quando um sargento acompanhado de três soldados se adiantou ao grupo e levou à capital do Rio Negro a notícia de que a comitiva estava em uma povoação no rio Orinoco, pronta para o encontro com os portugueses.¹⁴⁴ Mas as negociações do Tratado de Madri não avançaram.

A não concretização das demarcações estava diretamente ligada à conjuntura européia. Portugal vivia uma situação conturbada interna e externamente. A Companhia de Jesus expulsa do Reino e dos domínios ultramarinos, continuava ocupando o cenário político interno, com reflexos nas relações de Portugal com a Santa Sé. Os ecos dessa animosidade vinham do atentado a D. José I, em 1758, em que os jesuítas foram acusados de envolvimento. O conde de Oeiras solicitara ao papa Clemente XIII permissão para que os religiosos suspeitos fossem julgados pela justiça secular sob acusação de “crime de lesa-majestade de primeira cabeça”, mas o pontífice negou a licença. A indisposição com a Cúria

¹⁴² FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fl. 138v (doc. 223). Ofício de 8 de junho de 1761.

¹⁴³ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597.

¹⁴⁴ Idem. Carta de 18 de outubro de 1760.

romana se acentuou em junho de 1760, durante as celebrações das núpcias de D. Maria com seu tio D. Pedro, quando o núncio apostólico, irritado com o tratamento recebido na Corte, deixou de iluminar a fachada de sua residência, como de praxe, e foi convidado a se retirar do país em quatro dias, apressando o rompimento das relações diplomáticas com a Santa Sé.¹⁴⁵

No campo das relações internacionais, Portugal tentava sustentar a neutralidade no desenrolar da Guerra dos Sete Anos. Mas essa posição só foi mantida até a assinatura do Pacto de Família (que unia os soberanos Bourbons da França e da Espanha). A aliança franco-espanhola buscou obter o apoio português para que as embarcações dos dois países pudessem se instalar nos portos lusos, no intuito de impedir o acesso dos ingleses.¹⁴⁶

Maria do Rosário Themudo Barata chamou a atenção para o fato de que a aliança entre França, Espanha e Áustria contra a Inglaterra demandava a participação de Portugal. Por isso, seria difícil manter a neutralidade dos tempos de D. João V, quando o então príncipe D. José casou-se com a infanta espanhola D. Maria Ana Vitória, e a infanta portuguesa D. Maria Bárbara com Fernando VI, da Espanha. Diante do Pacto de Família e da recusa em aderir à aliança contra os ingleses, Portugal foi invadido pelos espanhóis em 1762, acontecimento que se refletiu nos territórios americanos, sobretudo, na região Sul.¹⁴⁷

Em 1762/1763, a Colônia do Sacramento foi invadida pelas tropas de Pedro de Cevallos e, logo depois, o Rio Grande de São Pedro também caiu em mãos castelhanas.¹⁴⁸ Em virtude da invasão a Portugal, a Coroa instruiu o governador do Estado que se preparasse para enfrentar os vizinhos castelhanos. Em janeiro de 1763, Manuel Bernardo enviou tropas para a

¹⁴⁵ Cf. Visconde de Carnaxide (Antônio de Sousa Pedrosa Carnaxide). *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 16-17.

¹⁴⁶ Cf. Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed., São Paulo: Hucitec, 1995, p. 48.

¹⁴⁷ Maria do Rosário Themudo Barata. "Portugal e a Europa na época moderna". In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. 2ª ed., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2001, p. 197-198. Pedro Calmon fala de um *ultimatum* da Coroa espanhola a Portugal, enviado em março de 1762, que antecedeu a invasão. Ver *História do Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971, v. 4, p. 1185-1186.

¹⁴⁸ Cf. Pedro Calmon. *História do Brasil...*, p. 1188-1190. Ver também Fábio Kuhn. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 25, 1999, p. 91.

capitania do Rio Negro com ordens para guarnecer as margens daquele rio e expulsar da povoação de Marabitanas o sargento Bobadilla, da comissão de demarcação do Tratado de El Pardo.

As tropas portuguesas, sob o comando de Gabriel de Sousa Filgueiras levavam também a ordem de estabelecer duas fortificações: uma próxima à povoação de São Gabriel da Cachoeira e outra em São José dos Marabitanas.¹⁴⁹ Em setembro do mesmo ano, o ouvidor foi incumbido de reunir todas as provas de que os portugueses haviam penetrado o rio Negro antes dos espanhóis, a fim de mostrar que a sua ocupação era coeva a do Amazonas¹⁵⁰ (essa questão persistiu, e com mais força, durante o governo de Joaquim Tinoco Valente no Rio Negro). Tratava-se de reafirmar a soberania portuguesa sobre aqueles territórios pertencentes à capitania do Rio Negro, com base no princípio do *uti possidetis*, contra qualquer pretensão da Coroa espanhola, uma vez que a anulação dos dois tratados de limites (de Madri e de El Pardo) manteve a posse da região em litígio.

Era preciso cuidar igualmente das áreas fronteiras às possessões francesas, principalmente a Guiana, que confinava com Macapá, dando continuidade a um dos projetos mais caros de Francisco de Mendonça Furtado.¹⁵¹ Para isso, em 1762, Manuel Bernardo encomendou um novo projeto para a fortificação de São José de Macapá aos engenheiros Henrique João Wilkens e Henrique Antônio Galuzzi.¹⁵² Para defender aquela fronteira e garantir, com isso, a segurança do Pará, o governador organizou dois terços de auxiliares, um de Infantaria e outro de Cavalaria, em Macapá. E no lugar de Rebordelo, na Ilha Caviana, ponto estratégico para os contrabandistas franceses que vinham de Caiena, estabeleceu-se um destacamento militar.¹⁵³

¹⁴⁹ Cf. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 176-177.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 178-179.

¹⁵¹ Cf. Renata Malcher de Araújo. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998, p. 135.

¹⁵² Ibidem, p. 185.

¹⁵³ Cf. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Op. cit.*, p. 174-175.

No que diz respeito à continuação dos planos de defesa e demarcação dos domínios portugueses na Amazônia, pode-se concluir que Manuel Bernardo procurou seguir os rumos dos acontecimentos que levaram à anulação dos tratados de limites e garantir, conforme as ordens régias, a segurança dos territórios ocupados. Nada indica que o coronel de Infantaria de Cascais seguiu planos diferentes das ordens vindas de Lisboa, tal como o fez na mesma conjuntura, o morgado de Mateus em São Paulo, arriscando seu prestígio pessoal e a credibilidade de seu governo.¹⁵⁴

* * *

Ao mesmo tempo em que ficou marcado pela continuidade, o governo de Manuel Bernardo de Melo e Castro trouxe algumas inovações importantes para o Estado do Grão-Pará. A administração não parou por conta das demandas relativas à soberania portuguesa. Nesse sentido, concomitantemente ao aparelhamento do sistema defensivo e à vigilância das fronteiras, outros projetos foram implantados: a Junta de Justiça do Pará; a distribuição das propriedades confiscadas aos jesuítas e as Aulas Régias.

No que diz respeito à instalação da Junta de Justiça, a carta régia de 28 de agosto de 1758 (endereçada a Mendonça Furtado) estabelecia que os “dous pólos do prêmio e do castigo” deveriam ser equilibrados a fim de se manter firme a “balança da Justiça”. Em atenção aos súditos que prestavam bons serviços, o rei ordenava a confecção de uma relação nominal, a fim de que os mesmos pudessem “gozar dos efeitos da Minha Real Benignidade”.

¹⁵⁴ D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus, governador de São Paulo, estava instruído a colaborar com o vice-rei, marquês do Lavradio, no envio de efetivos militares para recuperar o Rio Grande de São Pedro do Sul, em mãos castelhanas. Ao contrário, investiu na defesa da fronteira Oeste (Mato Grosso) seguindo uma tática própria, denominada “diversão pelo Oeste”, que incluiu a desastrosa fundação do Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi. Por conta disso, desagradou às autoridades metropolitanas e ao voltar para Portugal viveu seus últimos anos no ostracismo e fora do Real Serviço. Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Conselho Nacional de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 13-21; 117-169 e 331-340.

Quanto ao pólo do castigo, D. José concedia ao governador “toda a jurisdição, que necessária for, para que nos casos de desobediência formal dos soldados e oficiais aos seus superiores” em crimes de deserção, de sedição, de rebelião, lesa-majestade e delitos contra o Direito Natural, como homicídios e rapinas. Nesses casos, os réus seriam presos e sentenciados mediante “processos simplesmente verbais, e sumaríssimos” por juízes nomeados pelo governador, conforme a classe dos acusados (militares ou paisanos).¹⁵⁵ Em atenção a uma petição da Câmara de Belém, a carta régia de 18 de junho de 1760 (dessa vez encaminhada a Manuel Bernardo) aumentou as competências do governador para julgar os “delitos menores”, que compreendiam os réus “achados com facas e outras armas proibidas” e aqueles que resistissem aos oficiais de Justiça.¹⁵⁶

As Juntas de Justiça, segundo Arno Wehling, foram implantadas em lugares afastados, aonde o braço da Relação chegava com dificuldade, como no Rio Grande de São Pedro do Sul, em Minas Gerais e no Maranhão.¹⁵⁷ À época havia duas Relações na América portuguesa, a da Bahia e a do Rio de Janeiro, esta criada em 1751 (a Relação do Maranhão foi instalada em 1812). A Junta de Justiça, por sua vez, assegurava ao governador amplos poderes, embora o mesmo tivesse que respeitar a qualidade dos réus, julgados por indivíduos de sua condição – os militares por oficiais superiores e os paisanos pelo ouvidor e adjuntos.¹⁵⁸

Se durante a década de 1750 o poder temporal, à luz das instruções passadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tratou de se afirmar sobre o poder religioso representado, sobretudo, pela Companhia de Jesus, coube a Manuel Bernardo de Melo e Castro assistir à expulsão dos jesuítas das conquistas do Norte, os quais foram presos e remetidos para Lisboa. Aos últimos inacianos foram confiscadas, dentre outros bens, as fazendas Tabatinga e São Caetano, na vila da Vigia; as de Burajuba, Jaguarari e Gebrié, no rio

¹⁵⁵ IHGB. Lata 284, livro 2 (doc. 1).

¹⁵⁶ IHGB. Lata 284, livro 2 (doc. 2).

¹⁵⁷ Arno Wehling, *Administração portuguesa no Brasil, de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: FUNCEP, 1986, p. 154.

¹⁵⁸ IHGB. Lata 284, livro 2 (doc. 1).

Mojú; um cacal no igarapé de Maria Nunes; uma fazenda no rio Guamá, que pertencia ao Colégio do Maranhão, além das fazendas de gado bovino e cavalar da Ilha Grande de Joanes (Marajó).¹⁵⁹

Uma memória sobre os governadores do Estado, de 1783, deu conta de que Manuel Bernardo cuidou da distribuição de oito fazendas pertencentes aos inacianos, além de fornecer 418 cabeças de gado a cada um dos 21 contemplados com a mercê.¹⁶⁰ Com isso, estava cumprindo as instruções contidas na carta régia de 18 de junho de 1760, extensiva ao Maranhão, que dispunha das propriedades ordenando a sua repartição com prioridade para os oficiais militares e

[...] mais pessoas que foram ou tem ido casadas deste Reino para se domiciliarem nesse Estado; e em segundo lugar aos mesmos oficiais militares naturais dessa terra também casados; e em terceiro lugar aquelas pessoas distintas, que também se acharem casadas e estabelecidas nesse mesmo Estado, e que já não tiverem já bens de raiz competentes: excluindo absolutamente aquelas, que tendo terras próprias as deixarão por negligência sem cultura.¹⁶¹

Embora a ordem régia não mencionasse o Piauí, a organização espacial desta capitania dependeu sobremaneira da distribuição das antigas fazendas dos jesuítas que em boa parte constituíam o seu território.

A expulsão da Companhia de Jesus não acarretou apenas o confisco e distribuição das suas propriedades fundiárias, com vistas a dinamizar a produção de gêneros, o comércio e, conseqüentemente, a arrecadação fiscal (como se verá com mais detalhe nos capítulos sobre as trajetórias de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e de Joaquim de Melo e Póvoas). Manuel Bernardo viu-se diante da necessidade de substituir os padres na tarefa da educação. Maria Beatriz Nizza da Silva ressaltou que por volta de 1760 a Companhia possuía 15 colégios

¹⁵⁹ Cf. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das eras da província do Pará...*, p. 173.

¹⁶⁰ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Memória das pessoas que desde o princípio da conquista governaram as duas capitanias, do Maranhão e Grão-Pará. 1783 (fl. 19).

¹⁶¹ IANTT. Casa Galveias. Maço 1 - Manuel Bernardo de Melo e Castro (correspondência de vários).

espalhados na América portuguesa.¹⁶² Para remediar a falta de mestres em Portugal e no ultramar, a Coroa criou as Aulas Régias (Primeiras Letras, Gramática Latina, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Grego), ministradas por professores leigos, como parte das reformas (laicização) do ensino no período pombalino.

Em ofício de 4 de novembro de 1760, o secretário da Marinha Francisco Xavier de Mendonça Furtado comunicou ao governador do Estado o estabelecimento da Aula de Gramática Latina em Belém, sob a responsabilidade do professor régio Eusébio Luís Pereira Ludon, que receberia 360 mil réis pelo trabalho, segundo arbítrio de uma junta reunida na casa do bispo (D. Frei João de São José e Queirós). De acordo com o mesmo ofício, foi constatada a importância da Aula de Retórica, pois, do contrário, “ficavam os estudantes de toda esta capitania e Estado privados do seu aumento literário”, e que o mesmo professor seria capaz de ministrá-la – após exame realizado pelo bispo, foi resolvido em junta que Eusébio Ludon também ensinaria a “arte da Retórica” por mais 40 mil réis.¹⁶³ A falta de um mestre para ensinar Filosofia levou à decisão de contratar um padre dentre os que “havia saído da Companhia denominada de Jesus”.¹⁶⁴

O ordenado anual dos mestres seria pago “aos quartéis pelo produto do seqüestro dos bens dos jesuítas”¹⁶⁵, pois somente em 1772 foi criado um imposto, o subsídio literário (que incidia sobre cada arratel de carne verde e canada de aguardente da terra), cujo rendimento destinava-se ao pagamento dos professores régios.¹⁶⁶ A citada memória sobre os governadores do Estado registrou ainda que, no Pará, foram estabelecidas Aulas de “ler, escrever e contar”

¹⁶² Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri/Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 56-57.

¹⁶³ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 231v-232.

¹⁶⁴ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fl. 135 (doc. 212). Ofício de 5 de junho de 1761. O ordenado do mestre de Filosofia seria de 100 mil réis anuais.

¹⁶⁵ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 136-136v (doc. 215). Ofício de 8 de junho de 1761.

¹⁶⁶ Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da colonização portuguesa no Brasil...*, p. 56.

(Primeiras Letras).¹⁶⁷ No Maranhão, segundo o comissário (o ouvidor-geral) nomeado pelo diretor-geral dos estudos (em Portugal), havia três professores régios: Um na capital, São Luís, outro na vila de Santo Antônio de Alcântara e o terceiro no distrito de Aldeias Altas.¹⁶⁸

Além das Aulas Régias, estava previsto o estabelecimento de uma escola em São Luís “para nela aprenderem os naturais desse Estado a ler, escrever e contar”, por intermédio de mestres examinados pelos oficiais régios designados pelo governador. E como deveriam ensinar também o Catecismo, o bispo deveria aprová-los. Nas vilas e lugares, os mestres receberiam bem menos que os 100 mil réis anuais destinados aos da capital: 12 mil réis (mais quatro mil “para papel”) nas vilas, e 10 mil réis anuais (mais dois mil “para papel”) nos lugares mais remotos.¹⁶⁹

Ainda a respeito do ensino laico, a carta régia de 11 de junho de 1761 determinava que o Hospício de Gurupá, dos capuchos da Província de Nossa Senhora da Conceição, fosse transformado em colégio para os filhos dos nobres, incluindo-se os filhos dos “principais, capitães-mores, sargentos-mores, e capitães-gerais das povoações indianas”.¹⁷⁰ Escrevendo na primeira metade do século XIX, Antônio Ladislau Monteiro Baena, autor do registro, não deixou claro se a ordem previa que a escola ocupasse o mencionado edifício ou se a iniciativa partiu do governador.

A implantação das Aulas Régias, no entanto, não se deu sem problemas. Em ofício à Corte, Manuel Bernardo disse que apesar dos editais lançados em Belém e nas vilas da Vigia, de Cametá e de Gurupá, “as escolas são mais que os homens capazes para o emprego de mestres”. E como estes deveriam ser examinados em suas respectivas competências e na doutrina cristã, poucos se achavam aptos. Na tentativa de solucionar o problema, alguns

¹⁶⁷ Segundo o documento, o professor de Filosofia receberia 200 mil réis e o de Primeiras Letras 100 mil réis anuais. Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Memória das pessoas que desde o princípio da conquista governaram as duas capitanias, do Maranhão e Grão-Pará. 1783 (fl. 19).

¹⁶⁸ Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op. cit.*, p. 57.

¹⁶⁹ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 131v-132 (doc. 203). Ofício de 9 de junho de 1761.

¹⁷⁰ Cf. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das eras da província do Pará...*, p. 175.

vigários se candidataram para ensinar a ler, escrever e contar, recebendo o ordenado estipulado. No entanto, ressaltou Manuel Bernardo, “como por este modo ficarão isentos do procedimento secular no caso de não cumprirem a sua obrigação e de necessitarem de castigo”, preferiu não provê-los nos cargos pretendidos.¹⁷¹ Em outro episódio, ocorrido em Vila Nova Del Rei, o mestre José da Rocha foi acusado de promover “cizânias e intrigas” entre a população. Preso e remetido à cadeia pública de Belém, foi obrigado a assinar um termo de culpa e proibido de entrar em qualquer outra povoação.¹⁷²

Não está no escopo deste trabalho percorrer amiúde todos os passos da história administrativa do Estado do Grão-Pará Maranhão, mas tão-somente esboçar as linhas de ação dos governadores de acordo com as suas experiências e formação pessoais. E, como se pode perceber, apesar de Manuel Bernardo ter sido recrutado em uma conjuntura de guerra para atuar em domínios que ainda aguardavam a ratificação da soberania lusa, teve que se desdobrar na resolução de questões de cunho bem diverso das inerentes à lida com a tropa.

Em alguns momentos, a discrepância entre a sua formação e as exigências da administração ficou patente. Com seu gênio de militar pouco afeito aos atritos peculiares à relação entre governadores e oficiais régios, certa vez quase se perdeu em uma querela com o ouvidor Pascoal de Abranches Madeira Fernandes e o intendente-geral João Inácio de Brito e Abreu, em que se viu em “evidente precipício” e temeroso de “que em alguma hora me não possa conter e rompa em algum excesso”.¹⁷³

¹⁷¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 266-267.

¹⁷² FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 193-193v (doc. 349). Ofício de 23 de dezembro de 1762.

¹⁷³ Cf. Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, t. 8, 1913, p. 123.

2.2.2 – Retorno às armas

Os desdobramentos da não adesão de Portugal ao Pacto de Família, que resultou na invasão do país por tropas espanholas, não foram sentidos apenas nas fronteiras dos territórios portugueses e castelhanos na América. Em âmbito mais restrito, os reflexos dos acontecimentos na Europa se fizeram presentes no universo de preocupações pessoais de Manuel Bernardo de Melo e Castro. Em correspondência com o conde de Oeiras, lembrou ao secretário a satisfação de uma demanda que Francisco Xavier de Mendonça Furtado tomara debaixo da sua proteção: o “aumento do soldo dos governadores [...] que ele achou digno de querer conseguir de Sua Majestade para os seus sucessores vendo por experiência própria que não podiam sustentar o decoro e independência do lugar com o soldo que percebem”.¹⁷⁴

O pleito era antigo. Nos idos de 1720, o governador e capitão-general João da Maia da Gama (1722-1728) queixou-se ao Conselho Ultramarino da insuficiência do soldo de seis mil cruzados, regulado pela provisão de 25 de março de 1722.¹⁷⁵ O valor era o mesmo percebido por Manuel Bernardo, de acordo com sua carta patente.¹⁷⁶ No entanto, as dívidas se avolumavam enquanto o governador procurava sustentar o decoro do Real Serviço:

Eu com o desejo de imitar o meu excelentíssimo governador antecessor na conduta deste governo tenho contraído um empenho já avultado para a possibilidade da satisfação e subsistência neste emprego, em o qual desejara satisfazer e cumprir as obrigações com que no Real Serviço se devem empregar os trabalhos de honra.¹⁷⁷

Manuel Bernardo temia que o esforço bélico no Reino ameaçasse o seu patrimônio e pediu a proteção do conde de Oeiras, pois

¹⁷⁴ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fl. 271.

¹⁷⁵ IHGB. Lata 116, doc. 12, fls. 1-15.

¹⁷⁶ A carta patente da nomeação é de 7 de julho de 1758. Como governador e capitão-general receberia “soldo de seis mil cruzados por ano e mil cruzados mais em cada um por conta da jornada que poderá fazer no mesmo Estado, tudo pago na forma da provisão de 25 de março de 1722”. IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 12, fl. 533-533v.

¹⁷⁷ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 271-272.

[...] como a conjuntura da guerra dá motivos a se acantonarem as tropas, e estas de ordinário hostilizam a província a que se dirigem, conseqüentemente a de Alentejo onde tenho este [não mencionado] pequeno vínculo, experimentará presentemente esta sensível opressão, temo que a renda da minha Casa tenha quebra.¹⁷⁸

Em pouco mais de um ano, foi removido do cargo. Assumiria o governo de Mato Grosso, sucedendo a D. Antônio Rolim de Moura. Mas, é bom lembrar, Manuel Bernardo nunca esteve naquele emprego.¹⁷⁹ A recusa da comissão se deu porque suas “moléstias a tem constituído necessária”¹⁸⁰ – possível justificativa para voltar ao Reino e cuidar dos assuntos de sua Casa. Qualquer dúvida se desvanece quando se observa a cronologia dos governadores de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII.¹⁸¹

Com isso, um dos poucos administradores coloniais do Estado no período pombalino designado para um segundo governo ultramarino, em capitania fora da jurisdição do Grão-Pará e Maranhão, deixou para trás essa possibilidade de deslocamento e, porque não dizer, de promoção. A indicação visava, claramente, aproveitar a experiência do militar em uma unidade confinante com o Pará, mas também com as possessões espanholas governadas a partir de Santa Cruz de la Sierra.

Ao retornar para Portugal, Manuel Bernardo assumiu o governo de Elvas, “que é um dos de maior confiança por ser aquela praça a mais importante ou uma das mais importantes do Reino”. No mesmo ano em que aportou em Lisboa recebeu a mercê da patente de

¹⁷⁸ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fl. 272.

¹⁷⁹ Nuno Gonçalo Monteiro afirma que “Manuel Bernardo de Melo e Castro, que se casou, mas não teve filhos, foi governador de Mato Grosso”. Ver “Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 111. Ver também, do mesmo autor em co-autoria com Mafalda Soares da Cunha, “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 238.

¹⁸⁰ Cf. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das eras da província do Pará...*, p. 176.

¹⁸¹ A sucessão de D. Antônio Rolim de Moura recaiu em João Pedro da Câmara (1765-1768) deixando claro que Manuel Bernardo não poderia ter exercido o cargo em questão. E não o fez em qualquer outra ocasião. A João Pedro da Câmara, seguiram-se: Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772) e os irmãos Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1788) e João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1789-1796). Falecido em 1792, Manuel Bernardo não poderia mesmo ter sido governador de Mato Grosso. Cf. Barão de Melgaço. Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1949, v. 205, p. 263-290.

marechal-de-campo e, três anos depois, em 1767, alcançou o topo da hierarquia militar como tenente-general do Exército, sendo também encarregado do governo das armas da província do Alentejo.¹⁸²

Os dois postos militares eram de extrema importância em virtude da proximidade da fronteira espanhola. Elvas, por exemplo, era uma praça carregada de simbolismo por ter sido palco da Batalha das Linhas de Elvas, em janeiro de 1659, uma das mais célebres vitórias portuguesas contra as armas espanholas durante as Guerras da Restauração.¹⁸³ Além disso, o governo das armas, como lembra Fernando Dores Costa, era “um lugar de condução militar” para o qual eram nomeados indivíduos experientes.¹⁸⁴

Bem-sucedido na carreira militar, Manuel Bernardo chegou solteiro à maturidade. Como seu viú anterior, teve suas aventuras amorosas que resultaram em filhas bastardas. Em 1771, aos 55 anos, pediu permissão ao rei para realizar o casamento ajustado com D. Domingas Antônia de Noronha, filha de D. José de Noronha e de D. Mariana Isabel das Montanhas.¹⁸⁵ Uma união sem filhos legítimos que mais tarde pudessem usufruir as mercês recebidas pelo pai em remuneração de seus serviços.

Por sinal, a efetiva remuneração, considerada como tal pelo militar, só veio a partir de 1777. Depois de 46 anos de serviços prestados à monarquia, desde que se engajou na tropa em 1731, Manuel Bernardo requereu à rainha “aquelas graças e mercês que houver por bem”.¹⁸⁶ É interessante notar que o pedido e a concessão das recompensas ocorreram entre os anos de 1777 e 1778 e envolveram diretamente a pessoa de Martinho de Melo e Castro, irmão mais novo de Manuel Bernardo, àquela altura secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

¹⁸² IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 26, n.º 50.

¹⁸³ Fernando Dores Costa. “A nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 185-187.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 189.

¹⁸⁵ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 19, n.º 34. Decreto de 8 de agosto de 1771.

¹⁸⁶ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 26, n.º 50.

Segundo José Subtil, após a queda do marquês de Pombal, que teria alimentado “ódios, vinganças e disputas pelo poder”, permaneceram nos ministérios dois de seus secretários de confiança, Martinho de Melo e Castro e Aires de Sá e Melo, este na pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.¹⁸⁷ Não obstante a longa amizade e as demonstrações de admiração e favor existentes nas correspondência entre Pombal e Mendonça Furtado de um lado, e Manuel Bernardo e Martinho de Melo e Castro de outro, não se podem desprezar as lutas internas pelo poder, as intrigas palacianas e as articulações e preferências no preenchimento de cargos estratégicos e de prestígio, como a Secretaria ocupada por Martinho de Melo e Castro.

Quando Manuel Bernardo assumiu o governo do Grão-Pará, seu irmão estava longe da Corte, em Londres, cuidando dos interesses portugueses. E o contexto em que foi despachado para a Inglaterra coincidia com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, a reboque do Terremoto de Lisboa e reconstrução da cidade, do atentado à D. José I e, no ano seguinte, da proscrição da Companhia de Jesus. E começava a tomar corpo, também, a política regalista empreendida pelo secretário do Reino.

Martinho de Melo e Castro permaneceu em Londres até 1770 e, como ressaltou Kenneth Maxwell, seu retorno a Portugal se deu por vontade expressa do rei e não por sugestão de Pombal. Além disso, o tratamento entre ambos não teria primado pela cordialidade nos anos que seguiram até a demissão de Sebastião José.¹⁸⁸ Não é demais acrescentar, a título de exemplo do posicionamento do embaixador, que este teria se mantido neutro diante de um dos principais tópicos da agenda política pombalina: os ataques à Igreja.¹⁸⁹

¹⁸⁷ José Subtil. “No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807).” In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 419-420.

¹⁸⁸ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 162.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 162.

O processo de remuneração dos serviços de Manuel Bernardo começou cerca de dois meses depois da queda de Pombal quando, por carta de 4 de maio de 1777, Martinho de Melo e Castro cedeu seus serviços ao irmão, a fim de que este e seus sucessores tirassem proveito das remunerações:

Desejando que na Casa em que nasci, se conserve a memória do zelo, fidelidade, e desinteresse com que sempre procurei conduzir-me nos empregos que Sua Majestade me confiou; e que nela se possa igualmente perpetuar a inestimável lembrança de que o meu comportamento no Real Serviço não desmereceu a benigna e real aprovação, cedo na pessoa de meu irmão Manuel Bernardo de Melo e Castro, primogênito da nossa Casa todos os meus serviços.¹⁹⁰

Celibatário e sem descendência, Martinho de Melo e Castro realizava uma estratégia cara à nobreza, visando ao acrescentamento do patrimônio de sua família e a perpetuação da memória de seus serviços – tal como a “teoria biológica”¹⁹¹ expressa na remuneração dos serviços de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (ver 2.1.4) –, embora o irmão mais velho também não tivesse sucessores legítimos. A atitude do secretário da Marinha deve ter provocado rumores na Corte, semelhantes aos que o próprio Mendonça Furtado teve a oportunidade de conhecer a partir de uma conversa entre fidalgos em que se comentava sobre a “liberdade” concedida aos irmãos de secretários de Estado para fazer o que bem entendessem.¹⁹²

Em meio ao memorial de serviços e ao pedido de remuneração de Manuel Bernardo foi encontrada uma pequena tira de papel contendo uma mensagem, em tom de parecer, cujo anonimato se justificava pelo teor das considerações:

Os serviços de Manuel Bernardo de Melo e Castro são feitos em tempo de paz, e no meu entender são daqueles que se costumavam remunerar com

¹⁹⁰ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 26, n.º 50.

¹⁹¹ Denis Richet. *Autour des origines ideologiques lointaines de la Révolution Française: élites et despotisme. Annales E.S.C.* Paris, 24(1), 1969, p. 1-23. Ver considerações à página 9.

¹⁹² Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 341.

honoríficos, como uma alcaidaria-mor e um senhorio de uma terra. Este despacho que algum dia era grande hoje não agrada, principalmente quando os irmãos dos secretários querem ser despachados com atenção aos ditos secretários. Se isto não parecer bem, como não parecem as tenças pode Sua Majestade dar-lhe uma comenda do lote de trezentos ou quatrocentos mil réis, e se acaso o que ele deseja, como me diz o visconde de Vila Nova da Cerveira é que sua mulher por sua morte fique tendo alguma coisa, lembro-me que se lhe pode dar um alvará de lembrança, em que Sua Majestade lhe diga atenderá aos serviços que ele inda lhe fizer remunerando-os em vida de sua mulher.¹⁹³

A situação em tela remete às considerações de Norbert Elias acerca das relações no âmbito da Corte:

A vida na sociedade de Corte não era uma vida pacífica [...] não cessavam os escândalos, as intrigas, os conflitos por posição ou favorecimentos. Cada um dependia do outro, todos dependiam do rei [...] cada um tinha de procurar associações com outros, se possível com indivíduos que ocupassem um nível superior, e evitar inimigos inevitáveis [...].¹⁹⁴

Benquisto e bom protetor, Martinho de Melo e Castro devia provocar reações tais como as do bilhete acima, especialmente quando seu prestígio favorecia parentes.

A menção ao visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Teles da Silva, que assumiu a Secretaria dos Negócios do Reino no lugar de Pombal, o exclui da lista de possíveis autores do citado bilhete. Por outro lado, uma extensa carta de Manuel Bernardo endereçada ao visconde, incorretamente referido por “bisconde (sic) de Ponte de Lima” (o 14º visconde de Vila Nova da Cerveira foi também 1º marquês de Ponte do Lima), justificando a validade e o mérito dos serviços de seu irmão, sugere que D. Tomás partilharia da opinião veiculada no papel acima. No documento, o tenente-general esclarecia as quatro “circunstâncias de que os referidos serviços” do irmão mais novo se revestiam, em benefício dos “interesses da Coroa de Portugal e da nação portuguesa”.¹⁹⁵

¹⁹³ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 26, n.º 50.

¹⁹⁴ Norbert Elias. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 120.

¹⁹⁵ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 26, n.º 50.

A primeira “circunstância” foi “a de se ter ordenado a seu irmão o empenho ou venda das importantes conquistas de Goa, Diu e Damão, e de todos os mais estabelecimentos da costa de Malabar, e Coromandel”, ordem que Martinho de Melo e Castro ponderou ser prejudicial aos interesses da Coroa, conseguindo por outros meios “socorrer, como socorreu este Reino, sem o fatal inconveniente de semelhante sacrifício”. A segunda e a terceira “circunstâncias” estavam relacionadas à paz entre Portugal e Espanha, ao mesmo tempo em que foi firmada a concordata entre França, Espanha e Inglaterra por meio do Tratado de Paris, de 1763. A quarta “circunstância” foi ter contribuído para o reconhecimento pelos países beligerantes do título de “Rei Fidelíssimo” ostentado por D. José I, contestado até a assinatura do referido tratado.¹⁹⁶

Independentemente dos comentários presentes no texto anônimo, as mercês concedidas a Manuel Bernardo seguiram o padrão sugerido pelo autor do escrito. De fato, conforme o seu memorial de serviços, o governador das armas da província do Alentejo nunca havia participado de uma campanha militar de relevo, não obstante a longa carreira no Exército. Por sua vez, a nomeação para postos estratégicos no retorno do Pará teve caráter preventivo – mercê da guerra que assolara o território português –, não permitindo o exercício efetivo de habilidades no campo de batalha. Foram os préstimos de seu irmão mais novo que aceleraram o atendimento dos requerimentos de mercês, franqueando-lhe mais rapidamente o acesso à graça régia.

Em 8 de agosto de 1777, em atenção aos serviços de Martinho de Melo e Castro e ao seu pedido de cessão dos mesmos, D. Maria I decretou que Manuel Bernardo receberia a mercê da alcaidaria-mor de Sernancelhe, da comenda de São Pedro das Alhadas da Ordem de Cristo, assentada no bispado de Coimbra, e de uma pensão de 800 mil réis anuais para sua

¹⁹⁶ Idem.

esposa, D. Domingas Antônia de Noronha, a ser usufruída depois da morte do marido, paga com os rendimentos das comendas vagas.¹⁹⁷

Controvérsias e rumores à parte, a verdade é que o legado de serviços de Martinho de Melo e Castro foi essencial para que o irmão ascendesse na hierarquia nobiliárquica. Por carta régia de 30 agosto de 1777 (confirmando o decreto do dia 8), Manuel Bernardo de Melo e Castro recebeu o título de visconde da Lourinhã, atendendo a rainha “ao bem que me tem servido Martinho de Melo e Castro como [...] a haver cedido a ação de pedir remuneração destes serviços em seu irmão”.¹⁹⁸ De posse do título, entrou no usufruto dos direitos reais da vila da Lourinhã, na Estremadura.¹⁹⁹

A rainha, em demonstração de que Martinho de Melo e Castro era tido em alta conta na Corte, malgrado quaisquer intrigas palacianas, reverteu todas as graças conferidas a Manuel Bernardo em benefício do seu secretário. Com isso, e diante do exposto acima, fica a impressão de que os serviços de Martinho de Melo e Castro sobressaíram mais que os do seu irmão mais velho. Poucos dias depois de elevá-lo a visconde e dispensar-lhe as demais prebendas mencionadas, D. Maria I decretou que em caso de falecimento de Manuel Bernardo “sem sucessão legítima, passem as referidas mercês para o mesmo seu irmão Martinho de Melo e Castro”.²⁰⁰

¹⁹⁷ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 26, n.º 39. O alvará de mercê da alcaidaria-mor de Sernancelhe é de 11 de dezembro de 1777. IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 11, fls. 144v-145. Pelo alvará de 5 de setembro de 1777, D. Maria I confirmou a concessão a D. Domingas Antônia de Noronha (o documento grafa D. Domingas Isabel, nome de sua mãe) da pensão anual de 800 mil réis após a morte do marido. IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Maria I, livro 1, fl. 328v. A mercê da alcaidaria-mor de Sernancelhe foi registrada em alvará de 15 de julho de 1778. Idem, fl. 330.

¹⁹⁸ IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 3, fl. 198.

¹⁹⁹ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 27, n.º 6.

²⁰⁰ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 26, n.º 50. D. Maria I concedeu a Martinho de Melo e Castro a mercê da comenda de São Pedro das Alhadas, a alcaidaria-mor de Sernancelhe e o título de visconde da Lourinhã, pelos alvarás de 5 de setembro e 20 de novembro de 1777. IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Maria I, livro 1, fls. 328v-329. Manuel Bernardo demorou a se encartar no senhorio da vila da Lourinhã, argumentando não se encontrar em condições de fazê-lo por residir em Elvas e estar encarregado do governo das armas da província do Alentejo. Pela provisão de 27 de fevereiro de 1778 pode se manter mais um ano na posse daquele senhorio. IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Maria I, livro 1, fl. 329v. Novas provisões foram passadas em 12 de fevereiro e 15 de novembro de 1780 e em 17 de outubro de 1781. Idem, fl. 330v. IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 83, fls. 248-248v. O alvará de 24 de março de 1778 ratificava a decisão de reverter em benefício de Martinho de Melo e Castro as mercês dadas a Manuel Bernardo de Melo e Castro, caso este morresse sem sucessão legítima. Idem, livro 11, fls. 234-234v.

A mercê da comenda de São Pedro das Alhadas, da Ordem de Cristo, foi renovada em 23 de agosto de 1791. Um ano depois, em 19 de agosto, Manuel Bernardo faleceu aos 76 anos sem geração legítima. A viscondessa da Lourinhã, dama do serviço da princesa Carlota Joaquina, foi amparada com a pensão anual de 800 mil réis, cujo pagamento foi autorizado por um alvará do príncipe regente D. João.²⁰¹ Pelas disposições legais, Martinho de Melo e Castro herdaria a comenda, a alcaidaria-mor de Sernancelhe (vila da Beira Alta) e o título de visconde da Lourinhã. Mas tal não aconteceu e não se sabe o porquê.²⁰² Talvez pelo fato de o secretário de Estado viver como celibatário e não ter sucessores, falecendo três anos depois do irmão, em 1795. O título e o senhorio da vila da Lourinhã acabaram recaindo na Casa de uma irmã, D. Violante Joaquina de Melo e Castro, casada com seu primo, D. Antônio José de Almeida Beja e Noronha, coronel de Cavalaria e governador da praça de Elvas, que possuía geração.²⁰³

Manuel Bernardo de Melo e Castro foi o único dos administradores coloniais do Estado do Grão-Pará e Maranhão que obteve a mercê de um título de nobreza, posto que o de visconde. As razões podem estar ligadas à sua condição de neto – bastardo – de um nobre que, por sua vez, também era um filho segundo. Por outro lado, é mais significativo realçar que o governo das conquistas do Norte não era um veículo de nobilitação no que se refere à titulação. E, embora tenha constado no rol dos serviços que Manuel Bernardo prestou à monarquia, os de Martinho de Melo e Castro roubaram-lhe o brilho.

²⁰¹ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Maria I, livro 1, fl. 330v. Alvará de 8 de outubro de 1792. Em 1798, D. Domingas requereu a “*remuneração da parte que lhe pertence dos distintos serviços que me fez seu marido*” e obteve a mercê de 400 mil réis de pensão anual pelo cofre das comendas vagas (decreto de 17 de dezembro de 1798). IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 60, n.º 128.

²⁰² Nuno Gonçalo Monteiro mencionou, em estudo relativamente recente, o processo de constituição da Casa das Galveias e também não esclareceu o motivo pelo qual Martinho de Melo e Castro não entrou no usufruto dos bens do irmão falecido, os quais foram herdados por sua irmã D. Violante Joaquina. Ver Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 238.

²⁰³ Ibidem, p. 237-238.

De qualquer modo, o militar realizou um duplo deslocamento em sua trajetória em função da mesma conjuntura de guerra na Europa: na ida para Belém, em 1759, encarregado da defesa dos territórios portugueses confinantes com domínios de Espanha e de França, e na volta para o Reino, em 1763, ao ser nomeado governador de praças militares próximas à fronteira espanhola. Talvez isso explique os cerca de quatro anos que ficou no Pará, enquanto os outros mandatos (salvo o breve governo de Luís de Vasconcelos Lobo) duraram em média três triênios. Considerando-se os percursos de Manuel Bernardo dos dois lados do Atlântico, pode-se dizer que foi mais do que o “verdadeiro sucessor” de Mendonça Furtado.

2.3 – A manutenção da soberania portuguesa: Fernando da Costa de Ataíde Teive

A sucessão de Manuel Bernardo de Melo e Castro recaiu em mais um militar experiente, cujos serviços mais recentes, ao contrário do que foi dito a respeito do antecessor, haviam se realizado em tempo de guerra. O traço marcante da trajetória de Fernando da Costa de Ataíde Teive ficou registrado após sua participação na Campanha de 1762. Aos 33 anos, “achou-se no sítio da praça d’ Almeida”, invadida pelos espanhóis. Atuando como coronel do Regimento daquela localidade até pouco antes de embarcar para a América, chegou a conhecer o princípio das reformas no Exército português implantadas pelo conde de Lippe.²⁰⁴

A nomeação de Ataíde Teive para governar o Estado em substituição a Manuel Bernardo, que assumiu a praça de Elvas e, posteriormente, o governo das armas da província do Alentejo, foi uma estratégia da Coroa para aproveitar os serviços de ambos em duas áreas de fronteira que demandavam proteção (no Reino e no Norte da América portuguesa) contra

²⁰⁴ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Relação por mapa, dos governadores capitães-generais e dos capitães-mores que governaram o Maranhão e Pará; e depois esta última distinta e separadamente até 1783 (fl. 25). As reformas do conde de Lippe consistiram basicamente na introdução de novos métodos de recrutamento, “aprendizagem, fardamento e disciplina” da tropa, e na reparo das fortificações do Reino. Cf. Antônio Camões Gouveia e Nuno Gonçalo Monteiro. “A milícia”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 180-181.

um inimigo comum (os espanhóis). Ao aportar em Belém com reconhecida experiência militar, útil em uma conjuntura de indefinição dos limites territoriais das monarquias ibéricas, Ataíde Teive praticamente saiu do campo de batalha para o Palácio do Governo sem nunca ter administrado mais do que os bens da sua Casa.

Fernando da Costa de Ataíde Teive nasceu por volta de 1729, em Lisboa, assim como todos os seus familiares, por parte de mãe e de pai. A família paterna possuía considerável tradição de serviços no ultramar, especialmente no Oriente, com destaque para o avô, Gaspar da Costa de Ataíde, que participou de momentos dramáticos na tentativa de recuperação de Mombaça pelos portugueses, no início do século XVIII. A praça na costa oriental da África defendida por uma guarnição militar lusa, caiu nas mãos dos imãs Ya' arubi, de Omã, aliados dos ingleses e dos holandeses, o que resultou ainda na expulsão dos portugueses de outras praças da região (Pate, Pemba, Zanzibar e Melinde). As tentativas de retomada surtiram efeito apenas por volta de 1720, mas, cerca de 10 anos depois, os Omanis já dominavam novamente Mombaça.²⁰⁵

O memorial dos “segundos” serviços de Gaspar de Ataíde Teive, contados de 6 de junho de 1693 a 20 de março de 1708, dá conta de que embarcou oito vezes, sete em armadas de defesa da costa portuguesa. Na ocasião, teria dado provas de desinteresse ao recusar o posto de general do Estreito para ser apenas capitão-general. Em 1701 foi para a Índia como capitão-mor das naus que socorreriam Mombaça. Fez questão de registrar sua coragem em feitos espantosos durante a restauração daquela praça, a exemplo da

[...] notável desgraça que se experimentou da perda de três naus, de que todos fugiam pela fúria do mar, sendo o primeiro que chegou a elas salvando da ponta do mastro da nau Nossa Senhora de Bitancur um homem e da nau Vale todos os soldados que tinham escapado de caírem ou se lançarem ao mar [...],

²⁰⁵ Cf. A. J. R. Russell-Wood. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1998, p. 42.

artifício de retórica comum nos requerimentos de mercês, que visavam abrilhantar os feitos dando-lhes aparência de heroísmo – como salvar alguém da ponta de um mastro em meio à fúria do mar –, coroado “dentro das naus quebradas, salvando com a sua indústria e trabalho toda a artilharia, massame e fábrica!”.²⁰⁶

Em 1704, Gaspar da Costa de Ataíde cuidou de receber, na Índia, as frotas que vinham do Brasil, mais especificamente da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco. No ano seguinte, partiu a bordo da nau Nossa Senhora da Esperança para socorrer a praça de Gibraltar e, de volta, comboiou a frota que seguia para o Rio de Janeiro, regressando à Índia em maio de 1706. Além dos seus serviços, pertenciam-lhe *in solidum* as mercês concedidas a um seu tio, D. Jerônimo de Azevedo, vice-rei da Índia (1612-1617), por carta régia de 19 de fevereiro de 1614.²⁰⁷ Em recompensa por seus “segundos” serviços, Gaspar da Costa de Ataíde recebeu de D. João V a comenda da Ribaldeira, da Ordem de Santiago da Espada, na qual não se encartou por falecer antes da expedição do respectivo alvará.²⁰⁸ Esse fato permitiu que seu neto, Fernando da Costa de Ataíde Teive, tivesse acesso ao universo dos privilégios e distinções sociais.

O passo seguinte foi a tentativa de se tornar cavaleiro da Ordem de Santiago. O processo começou no ano de 1739 (o mesmo da concessão da comenda da Ribaldeira), ou seja, quando o habilitando era menor de idade.²⁰⁹ Pelas provanças, sabe-se que seu pai era Cristóvão da Costa de Ataíde, de quem ficou órfão cedo, e sua mãe, D. Juliana Maria Caetana

²⁰⁶ IANTT. Chancelaria da Ordem de Santiago. Livro 28, fls. 432-433.

²⁰⁷ IANTT. Chancelaria da Ordem de Santiago. Livro 28, fls. 432-433.

²⁰⁸ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. João V, livro 6, fls. 57-57v. A comenda da Ribaldeira (do lote de 400 mil réis) foi passada a Gaspar da Costa de Ataíde por alvará de 20 de agosto de 1713, mas este faleceu antes de se encartar. A mercê “também não teve efeito nenhum com Cristóvão da Costa de Ataíde”, seu filho. IANTT. Chancelaria da Ordem de Santiago. Livro 34, fls. 302-303. Então, foi repassada ao neto por alvará de 28 de fevereiro de 1739 (IANTT. Chancelaria da Ordem de Santiago. Livro 28, fls. 432-433.), registrado a 10 de abril. E como o beneficiário perdeu o dito alvará, foi-lhe concedido outro em 22 de dezembro (ou setembro) de 1757. IANTT. Chancelaria da Ordem de Santiago. Livro 34, fls. 302-303.

²⁰⁹ IANTT. Habilitações da Ordem de Santiago. Maço 1, n.º 5. Esta referência abrange todas as citações ao processo de habilitação de Fernando da Costa de Ataíde Teive. A historiografia às vezes se refere ao governador acrescentando-lhe Sousa Coutinho ao nome. Estes apelidos provinham de seu bisavô Cristóvão de Sousa Coutinho, pai de D. Catarina Rosa de Lima (avó paterna). No entanto, no decorrer deste trabalho, o personagem será tratado por Fernando da Costa de Ataíde Teive, conforme é mencionado na documentação.

de Noronha. Seus avós maternos eram Manuel de Sousa Tavares e Távora e D. Maria de Noronha. Esta, por sua vez, era filha de D. João da Silva Telo e Meneses, 3º conde de Aveiras, e de D. Juliana de Noronha, filha do 1º conde de Soure, D. João da Costa.²¹⁰ Portanto, pelo lado materno, Ataíde Teive era bisneto de fidalgos, Grandes do Reino, que ocuparam postos de relevo no serviço à monarquia.²¹¹ Não se pode esquecer que por intermédio de D. Juliana, as vidas de Ataíde Teive e de Manuel Bernardo de Melo e Castro praticamente se cruzaram, pois a viúva teve com este três filhas, das quais apenas uma – Ana – sobreviveu. Se tivessem se casado, Manuel Bernardo seria padasto de Ataíde Teive.

Do lado paterno, além de Gaspar da Costa de Ataíde, era neto de D. Catarina Rosa de Lima. E foi justamente devido a um problema ligado à sua bisavó, D. Maria Vitória Caetana de Lima, que o processo esbarrou no primeiro empecilho: Nas diligências, a sua certidão de casamento não foi localizada. Por conta disso, o processo se arrastou por longo tempo, sendo retomado 15 anos depois, em 1754. Nesse ínterim, Ataíde Teive não deixou de atuar em defesa de sua habilitação. Em 1749, foi obrigado a rebater “falsas notas” de genealogistas, possivelmente consultados durante as diligências, sobre uma sua antepassada remota, D. Brites Manuel, casada com certo Fernão Gonçalves da Câmara, a qual “saíra no auto da fé, e que levando-a (sic) pela mão o dito Fernão Gonçalves da Câmara, sendo familiar [do Santo Ofício] se namorara dela e casara com ela”.

Chamado a prestar esclarecimentos, o habilitando apressou-se em negar o parentesco com D. Brites Manuel, alegando, em depoimento um tanto enviesado, que apesar de ter se casado com a mulher de sangue judeu, Fernão Gonçalves da Câmara nunca fora familiar do

²¹⁰ O 3º conde de Aveiras foi comendador das Ordens de Cristo e de Santiago, presidente do Senado da Câmara de Lisboa, deputado da Junta dos Três Estados, membro dos Conselhos de Estado e da Guerra e regedor da Casa da Suplicação. Cf. Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 2, p. 341-342.

²¹¹ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 297-338. Ver página 331 (quadro 9): menção à Casa dos condes de Aveiras, cujo título foi concedido em 1640, portanto, no contexto da Restauração da Casa de Bragança. Para a Casa dos condes de Soure, ver, do mesmo autor, *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003, p. 57-58 (nota 6).

Santo Ofício e que não constava nos registros do próprio Tribunal que uma Brites Manuel tivesse saído em auto de fé.²¹² Os acontecimentos de 1749 demonstram que as diligências continuaram e esbarraram naquilo que se configurou no segundo empecilho do processo: a fama de cristã-nova de sua antepassada. Fernanda Olival ressalta que, no final do século XVII e durante um período significativo do reinado de D. João V, provar a pureza do sangue beirava a obsessão, os indivíduos desejando assegurar a sua reputação e impedir que rumores – dissipados a partir do ingresso em uma ordem militar – prejudicassem seu acesso às benesses advindas da liberalidade régia.²¹³

A prestação de contas à Mesa do Santo Ofício não convenceu os inquisidores, embora estes não tivessem obtido elementos ou testemunhos que contradissem as declarações do habilitando. Assim, concluiu-se que o mesmo

[...] padecia defeito no sangue por parte de sua progenitora, D. Brites Manuel, ainda que para com eles estava duvidoso por não haver atos positivos em que se estribasse esta fama nem verdadeiramente a tinham averiguado, persuadindo-se, principalmente a primeira testemunha, que este rumor era fabuloso à vista das habilitações que havia em pessoas desta mesma família [...],²¹⁴

haja vista o fato de que o conde de Aveiras era comendador das Ordens de Cristo e de Santiago.

Como é possível observar, as provanças foram concluídas sem que o Santo Ofício tivesse plena certeza de que Fernando da Costa de Ataíde Teive estava livre da mácula de sangue judeu em sua ascendência. Isso não o impediu de ser armado cavaleiro, de receber o hábito e as insígnias de cavaleiro noviço na Capela Real do Mosteiro de Santos, e de professar na Ordem de Santiago, após obter a dispensa do tempo de noviciado, em 1756. Teve ainda licença para usar vestes de seda de quaisquer cores e hábito de ouro (somente a capa deveria

²¹² IANTT. Habilitações da Ordem de Santiago. Maço 1, n.º 5.

²¹³ Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 284-285.

²¹⁴ IANTT. Habilitações da Ordem de Santiago. Maço 1, n.º 5.

ser de pano, conforme a regra da Ordem) e para possuir bens de raiz, pois, de acordo com os definitórios, precisava da autorização régia para tal.²¹⁵

Além da reconhecida experiência militar, outro fator que de resto permeou todas as nomeações de governadores para as capitânicas amazônicas precisa ser considerado: a inserção de Fernando de Ataíde Teive em uma teia de relacionamentos na Corte. Um dos aspectos dessa rede de alianças que tangenciavam os laços de família já foi mencionado: o quase parentesco (ainda que por afinidade) entre Ataíde Teive e Manuel Bernardo de Melo e Castro. Embora a correspondência do primeiro nada mencione a respeito da existência de alguma relação amistosa com seu antecessor no governo do Estado, o mesmo não se pode dizer daqueles que representavam o principal canal de interlocução na Corte: Sebastião José de Carvalho e Melo e Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ambos são tratados por “tios”, tal como procedia, na mesma época, Joaquim de Melo e Póvoas.

A cognação recaía na pessoa de Francisco Luís da Cunha de Ataíde, padraço dos dois secretários de Estado. O chanceler-mor do Reino era parente próximo do avô de Fernando da Costa de Ataíde Teive, Gaspar da Costa de Ataíde. Este, por sua vez, era o proprietário da Quinta da Gamela (ou Gramela) à época em que Sebastião José de Carvalho e Melo lá esteve recolhido (entre 1724 e 1731) por causa de dissensões familiares. A propriedade, inclusive, passou às mãos de Sebastião José em 1744.²¹⁶ Mas, apesar da remota ligação entre Francisco Luís da Cunha de Ataíde e a avó paterna dos secretários de Estado, havia uma significativa distância entre estes e Ataíde Teive.

A evocação do parentesco também pode ser inserida em um quadro de relações de proteção e de apadrinhamento. Nesse sentido, o tratamento afetivo reiterado na

²¹⁵ IANTT. Chancelaria da Ordem de Santiago. Livro 34, fls. 234v-235. Alvará para ser armado cavaleiro, de 18 de outubro de 1756; para receber o hábito e as insígnias da Ordem e professar, de 20 de outubro do mesmo ano. Fernanda Olival chama a atenção para o fato de que na Ordem de Santiago, diferentemente das Ordens de Cristo e de São Bento de Avis, após ser armado cavaleiro, o indivíduo não recebia o hábito e professava no mesmo dia. *As ordens militares e o Estado Moderno...*, p. 456.

²¹⁶ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão. *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal / Sociedade Industrial Gráfica Lisboa, 1982, p. 18 e p. 20-21.

correspondência entre o governador do Estado e seus interlocutores funcionava como um sinal de adesão aos princípios políticos vigentes e de fidelidade àqueles que os colocavam em prática. Também é possível tomar a situação em análise como um indício da concepção ampla de família de Antigo Regime, enunciada por Antônio Manuel Hespanha. O conceito, destacado o seu sentido nuclear original, apresentava “contornos muito vastos”, segundo o historiador, abrangendo os “agnados” (ligados por geração) e os “cognados” (parentes por afinidade), compreendendo ainda esta última tipologia os criados.²¹⁷

Do ponto de vista das sociabilidades cultivadas no âmbito da Corte, há evidências do quanto as alianças eram importantes para a manutenção – e o acréscimo – do *status* dos indivíduos e das Casas que representavam, contribuindo para tornar elástico o conceito de família. Isso foi demonstrado várias vezes pelo 2º marquês do Lavradio, governador da Bahia (1768-1769) e vice-rei do Estado do Brasil (1769-1779), em sua correspondência pessoal. Tratava os nobres do seu círculo privado por primos, os genros por filhos e a sogra, a condessa de São Vicente, por mãe, quando a sua verdadeira progenitora já havia falecido.²¹⁸

Não faltaram manifestações de gentileza entre Ataíde Teive e Mendonça Furtado, por exemplo. Em carta de 31 de maio de 1753, o futuro governador do Estado, reportando-se ao seu interlocutor como “tio”, dava notícias de certo Francisco que fora estudar em Coimbra, mas, distraído pelos colegas, acabara sendo retirado da Universidade por Teive, tendo assentado praça na Armada, o que não corrigiu seus modos. O remetente também se encarregou de transmitir boas novas de familiares do “tio”, moradores nas Ruas Formosa e do Carmo, em Lisboa.²¹⁹

²¹⁷ Antônio Manuel Hespanha. “A família”. In: _____. (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 245-250. Ver páginas 246 e 250.

²¹⁸ Cf. Marquês do Lavradio. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972. Ver, por exemplo, as cartas 89 (p. 192) e 102 (p. 215). Cf. também *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: SEEC/RJ, 1978. Cartas 247 (p. 45) e 263 (p. 54).

²¹⁹ BNL. Seção de Reservados. PBA 618, fl. 257.

Dez anos depois dessa carta, Fernando da Costa de Ataíde Teive preparava-se para deixar o Reino e tomar o lugar de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Uma provisão de 12 de janeiro de 1763 facultou-lhe a prerrogativa de “por si ou por seu procurador poder aforar em todos os bens da [...] comenda da Ribaldeira”, conforme os estatutos da Ordem de Santiago.²²⁰ Quatro meses depois, pagou os direitos pela carta do Conselho de Sua Majestade.²²¹ Mercês que anunciavam a sua promoção no Real Serviço.

2.3.1 – A defesa dos domínios portugueses

Fernando da Costa de Ataíde Teive tomou posse em Belém no dia 14 de setembro de 1763. Para orientá-lo, foram expedidas algumas instruções que reiteravam, logo na introdução, a atenção privilegiada da Coroa para as conquistas do Norte: “O [governo] geral do grande Estado do Grão-Pará, Maranhão, e mais capitanias a ele anexos, não pode deixar de ser opulentíssimo, executadas sem alteração alguma as reais ordens” a fim de livrar seus moradores da “ínfima miséria”, engrossando seus cabedais e aumentando-se o comércio.²²²

Os 14 tópicos das instruções giravam em torno da aplicação das leis de 6 e 7 de junho de 1755, relativas à liberdade dos índios, consubstanciadas no *Diretório* publicado em 1757. Considerando-se a ocupação do Sul da América portuguesa pelos castelhanos ao fim da Guerra dos Sete Anos – o que se prolongaria por muitos anos – as instruções deveriam versar sobre matéria defensiva. Este aspecto se fez presente nos planos de governo de Ataíde Teive, mas a soberania portuguesa na Amazônia não dependia apenas da organização e da disciplina da tropa, do reaparelhamento das fortificações ou de remessas de armamentos.

A explicação para a insistência da Coroa no bom funcionamento das regras do *Diretório*, colocado sob a responsabilidade do governador, estava no “valor estratégico” dos

²²⁰ IANTT. Chancelaria da Ordem de Santiago. Livro 36, fls. 226v-227.

²²¹ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 10, n.º 54.

²²² FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 195-197v (doc. 353).

índios na ocupação e defesa do vasto território amazônico, especialmente as fronteiras, de acordo com Ângela Domingues.²²³ Por isso, haviam sido libertados das “tirantias” dos regulares e retirados da “brutalidade” em que viviam, a fim de se reconciliarem com os moradores e se tornarem, além de bons cristãos, vassalos de Sua Majestade.

Para assegurar o êxito do projeto civilizador – advertia o rei na maior parte das instruções – era necessário, dentre outras medidas, que Ataíde Teive vigiasse os diretores seculares responsáveis pelas vilas habitadas pelos nativos descidos do sertão, evitando desmandos e castigando severamente os que faltassem “culpavelmente às suas obrigações”. Os bons deviam ser louvados, como o capitão Manuel da Silva Álvares e sua esposa, que muito trabalharam pela edificação de Vila Nova Del Rei, ao contrário do sucessor, Plácido José Pamplona, que fez o estabelecimento regredir.²²⁴

Aos governadores subalternos do Maranhão, Piauí e Rio Negro, Ataíde Teive deveria enviar ordens para que “vigiem com o maior cuidado [a fim de que] não haja alguma alteração ou interpretação alguma, que altere o estabelecido no referido *Diretório*”, evitando-se “com a maior força as desordens, de que tiver notícia, que possam ser prejudiciais ao adiantamento daquelas novas vilas, e do cristianismo e civilidade dos seus habitantes”.²²⁵ A seguir, vinham instruções sobre a vila de São José de Macapá, estabelecimento fundamental na geopolítica da região, que demandava esforços para sua plena concretização:

A nova vila [...] situada na boca e margem setentrional do rio das Amazonas, é a mais importante do Estado, é chave de todo aquele continente, e é a barreira que há daquela parte, para conter os franceses a que não avancem mais do que o tem feito contra as nossas conquistas.²²⁶

²²³ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 211-225.

²²⁴ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 195-196 (doc. 353).

²²⁵ Idem.

²²⁶ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 196-196v (doc. 353).

As providências para dar impulso à vila incluíam o aumento do número de povoadores e a sua fortificação, que demoraria anos para ser concluída, como será visto adiante.

A penúltima instrução dizia respeito ao comércio que por ser “privativo à Companhia Geral” não reservava ao governador nada além da vigilância sobre os administradores da mesma.²²⁷ Estava previsto, como de praxe, o estímulo dos moradores à “cultura das terras” e à coleta das drogas do sertão, “fazendo-lhes conhecer evidentemente, que estas são as verdadeiras minas sobre que hão de estabelecer os seus cabedais, e a subsistência das suas famílias”²²⁸ – referência indireta à proibição da busca e exploração de minas, presente nas instruções a Mendonça Furtado, que acarretariam o descuido da atividade agrícola, verdadeira geradora de riquezas (ver 2.1.1).

Para promover a agricultura e o comércio foi necessário, antes, dar continuidade a uma política vigente no período, aplicada em todas as capitanias componentes do Estado: o povoamento atrelado à defesa das fronteiras. Referindo-se a um ofício de 18 de abril de 1764, sobre a ereção de uma nova vila na margem oriental do rio Anauarapecu, Ataíde Teive comunicou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado a descoberta do local apropriado para o estabelecimento, posto ao encargo do ouvidor Feliciano Ramos Nobre Mourão. O capitão-general pretendia enviar em breve o primeiro grupo de povoadores, iniciando assim o projeto de Vila Viçosa (ou Vistosa) da Madre de Deus.²²⁹ A aprovação régia foi acompanhada da informação, dada por Mendonça Furtado, de que alguns casais estavam prontos para embarcar rumo ao Pará a fim de “aumentar a mesma utilíssima povoação”.²³⁰

²²⁷ De acordo com os estatutos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, os governadores, governadores e capitães-generais das capitanias constitutivas do Estado, capitães-mores e demais oficiais régios, inclusive do Estado do Brasil, não tinham qualquer jurisdição “sobre a gente de ar e guerra da dita Companhia, assim no mar como na terra”. Também não tinham autoridade para despachar “embarcação alguma fora da conserva” das frotas reguladas pela Companhia. Cf. Antônio Carreira. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1983, p. 259-260.

²²⁸ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 197 (doc. 353).

²²⁹ Arquivo Nacional (doravante AN). Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fl. 8. Carta de 17 de abril de 1765.

²³⁰ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 224-224v (doc. 435).

Com vistas a promover o povoamento de Vila Viçosa da Madre de Deus foi enviada grande quantidade de desertores casados em Portugal com moças órfãs, “vindo por esta forma a tirarmos partido desta gente perdida”, nas palavras de Mendonça Furtado, tal como haviam feito os holandeses em suas colônias. Para o seu estabelecimento, receberiam logo que chegassem as ferramentas necessárias ao trabalho na terra, provisão de farinha por um ano e auxílio para suas pescarias. Além dos degredados do Reino, soldados castelhanos, franceses, irlandeses e alemães – igualmente casados – seguiram como povoadores para Vila Viçosa. Se fossem necessários, recomendava o secretário, irlandeses, alemães, italianos, além de húngaros dariam bons povoadores também para Macapá, mas fazia uma ressalva:

[...] pelo que respeita ao comum de todos esses povoadores, é preciso haver sempre cautela nas suas navegações; principalmente enquanto não estão bem arraigados, porque pode haver o perigo de se meterem em alguma pequena canoa, e passarem a Caiena, ou a algum estabelecimento dos castelhanos ou franceses [...],

em virtude da proximidade com a Guiana Francesa. Aos 43 casais formados por soldados estrangeiros, totalizando 105 pessoas, foram dados três vacas, um touro, uma égua e ferramentas.²³¹

Dois anos depois das primeiras notícias sobre a nova vila, Mendonça Furtado cumprimentou o governador em nome do rei e acusou ter recebido a relação dos progressos da povoação, onde já estavam assentadas 63 famílias e 49 casas. No entanto, o futuro do estabelecimento dependia do bom funcionamento do sistema de transporte dos gêneros em canoas, indispensáveis em toda a região amazônica. O gado para a formação das primeiras criações em Vila Viçosa viria da Ilha de Marajó, transportado em “duas grandes canoas”, e os gêneros produzidos pelos moradores seguiriam para Belém nas “canoas comuns da carreira”. Nesse sentido, não só os preços dos fretes precisavam ser “regulados mui miudamente” para favorecer os colonos, como parte dos rendimentos auferidos no comércio da vila com a capital

²³¹ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 236-238 (doc. 452).

deveria servir à constituição de um “fundo para a subsistência e renovação daquelas embarcações”.²³²

Pelos planos da Coroa, Vila Viçosa da Madre de Deus seria um estabelecimento de maiores proporções que a vila de São José de Macapá, justamente para que pudesse socorrê-la. Mesmo depois de anunciar a vinda de casais estrangeiros para povoá-la, tornar Vila Viçosa capaz de prosperar levou ao recrutamento de mais famílias: “Manda Sua Majestade prevenir a V.S.^a a notícia de que tem dado [...] para que de alguns países católicos da Europa se vão extraíndo casais, para serem transportados para esse Estado”, comunicou Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador Ataíde Teive. Em “segredo” participou também que, em Gênova, 60 casais – “todos peritos na agricultura” – aguardavam a partida para o Grão-Pará, devendo receber o mesmo tratamento dos anteriormente enviados.²³³

* * *

O povoamento de Macapá era um projeto acalentado desde o governo de Mendonça Furtado e remontava a antigas disputas de limites. A criação da vila e da Fortaleza de São José de Macapá era essencial para evitar as investidas francesas, pois a França disputava com Portugal as terras do Cabo do Norte desde o século XVII. Na verdade, o litígio em torno das terras do extremo Norte da América portuguesa, segundo Jaime Cortesão, datava do século XVI, quando Carlos V da Espanha mandou erguer um marco de pedra na foz do rio Oiapoque, tentando estabelecer uma divisão dos domínios espanhóis e portugueses. A partir de 1637, com a concessão a Bento Maciel Parente das terras do Cabo do Norte, ao sul daquele rio, Portugal reivindicou a sua posse. Ainda em meados do século XVII, a França consolidou

²³² FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 249-250 (doc. 477).

²³³ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 253-253v (doc. 482).

sua presença em Caiena graças aos esforços de Lefèvre de La Barre, que pôs em questão a soberania portuguesa sobre o Cabo do Norte e a margem esquerda do rio Amazonas.²³⁴

A situação se agravou com uma invasão francesa à região, em 1697, resultando na tomada do forte do Macapá. A partir daí, o litígio entre as Coroas de Portugal e da França pela posse das terras entre o Oiapoque e o Amazonas deu origem a um tratado preliminar assinado em 4 de março de 1700, o qual estabelecia que as duas monarquias deviam reunir provas de que os territórios em questão – por ora declarados neutros – estavam sob a sua jurisdição. Enquanto isso, D. Pedro II, rei de Portugal, comprometeu-se a demolir os fortes de Araguari e de Macapá. Em 18 de junho de 1701, por meio de um tratado definitivo, a Coroa portuguesa cedeu à França as terras do Cabo do Norte.²³⁵

Mas, durante o estabelecimento de alianças por ocasião da Guerra da Sucessão Espanhola, Portugal conseguiu o apoio da Inglaterra e da Áustria para tentar reverter o acordo estabelecido em 1701. A campanha foi favorável, pois em 1703 os dois países não reconheceram os termos do referido acordo, situação que culminou na assinatura do Tratado de Utrecht, em 11 de abril de 1713, pelo qual o monarca francês desistiria de uma vez por todas “em seu nome, [de] seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte”.²³⁶ Se não afastava definitivamente a ameaça de uma invasão, Utrecht inaugurava uma fase em que se mostrava a urgência de investir na ocupação da região entre o rio Oiapoque, marco divisório dos domínios franceses e portugueses, e a margem esquerda do Amazonas. No entanto, a concretização do projeto de uma povoação em Macapá ainda esperaria muito.

A fundação de um núcleo estável só veio a receber maior atenção no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) e, mesmo assim, ficou inconclusa.

²³⁴ Jaime Cortesão. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, p. 456.

²³⁵ Ibidem, p. 457.

²³⁶ Cf. Jaime Cortesão. *História da expansão portuguesa...*, p. 457.

Segundo Renata Malcher de Araújo, além da disputa com a França, Mendonça Furtado pretendia: Demonstrar poder aos espanhóis que viriam para as demarcações do Tratado de Madri; concretizar a ereção da “cidade da foz do rio” Amazonas (idéia cultivada desde a fundação de Belém) e transformar a vila em uma bem sucedida experiência da “civildade branca”, viabilizada pela colonização açoriana.²³⁷

De acordo com os projetos metropolitanos, a vila atendia a outra finalidade: como guarnição militar representada pela Fortaleza de São José de Macapá, constituía-se em lugar de experimentação da cultura do arroz, destinado ao consumo do grande contingente de trabalhadores empregados na construção da fortaleza e outras edificações, e à exportação para Lisboa.²³⁸ Nesse sentido, pode-se compreender que a defesa pela ocupação produtiva, presente nas instruções a Mendonça Furtado, era o princípio que norteava a colonização das terras do Cabo do Norte.²³⁹ Tal premissa manteve-se inalterada nas diretrizes comunicadas aos governadores que o sucederam.

As dificuldades para a ereção da vila e a construção da fortificação ditaram o ritmo dos trabalhos. No governo de Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763), as obras praticamente não avançaram em razão de o capitão-general precisar atender a outras demandas. Somente na gestão de Fernando da Costa de Ataíde e Teive a construção da fortaleza em estilo Vauban, com 107 peças de artilharia dispostas em quatro bastiões, teve impulso: “Estou reedificando o reduto de São José, e ainda que é de terra terá agora duração, e

²³⁷ Renata Malcher de Araújo. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998, p. 156-179.

²³⁸ Cf. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial”. In: _____ (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFGA, 1998, p. 65 e 71. Sobre a questão do abastecimento no Grão-Pará, envolvendo a fundação da vila de Macapá, ver também Nírvia Ravena. “O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas”. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin (org.). *Op. cit.*, p. 29-52.

²³⁹ Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira* - t. 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 150-151.

melhor serventia, porque fica com um profundo e largo fosso defendido [...]. Dirige esta obra Gaspar João Geraldo Gronsfeld, sargento-mor engenheiro [...]”.²⁴⁰

Passado pouco mais de um ano, em ofício ao secretário Mendonça Furtado, de 20 de outubro de 1767, Ataíde Teive informou o andamento das obras:

A fortificação de Macapá [...] continua com a mesma diligência [...] ainda por ora não posso dar a V.Ex.^a a notícia de estar concluída, por lhe faltarem as cortinas da porta, e casas-matas, e as sobras exteriores, mas acha-se vencida a maior parte da escavação dos fossos que leva muito tempo, por ser o terreno petrificado.²⁴¹

Apesar das notícias promissoras, a empreitada atravessaria os anos, sendo concluída em 19 de março de 1782 quando “as baterias romperam fogo”, faltando ainda o acabamento externo da fortaleza.²⁴²

Os planos de povoamento e de defesa pela ocupação produtiva do território não excluíram da agenda do governador do Estado a necessidade de reparar as fortificações do Pará e de reorganizar os regimentos militares. Face à conjuntura internacional e aos desdobramentos da recente guerra entre Portugal e Espanha, era preciso redobrar a atenção quanto à rotina de entrada e saída de embarcações e à navegação pelos rios que interligavam o Estado e os domínios castelhanos. Este último aspecto constituiu preocupação especial para o governador do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente.

Notícias de diferentes partes da colônia chegaram a Belém por intermédio do governador do Piauí, João Pereira Caldas. O chanceler da Bahia informara que nesta capitania faziam-se “todas as preparações como se se estivesse em guerra” e que “só se cuida em pólvora, balas, receber peças, recrutar as tropas e guarnecer com elas as fortalezas”. João Pereira Caldas deu conta ainda que “Castela e França [...] tinham prontas a sair, ou já no mar algumas esquadras com o pretexto de virem fortificar as suas colônias”. Os termos

²⁴⁰ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fl. 43v. Ofício de 21 de julho de 1766.

²⁴¹ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fl. 196.

²⁴² Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. *Op. cit.*, p. 154.

empregados pelo governador do Piauí evidenciavam o temor de uma possível investida franco-espanhola contra os domínios portugueses e os navios que seguiam para o Reino:

[...] presumindo-se que [...] nos queira[m] declarar a guerra com a apreensão de alguns dos nossos fortes; sendo em tal caso de recear a [nau] do Rio de Janeiro no regresso, que faz para a Corte, e também a nau da Índia, que ultimamente saiu da Bahia.

Naquele momento de apreensão, João Pereira Caldas arriscou um prognóstico ao comentar com o capitão-general do Estado a nomeação do conde de Azambuja, que governava a Bahia, para vice-rei no Rio de Janeiro: “Não lhe faltará com que lidar com a sua chegada, sendo esta uma conjuntura crítica e melindrosa”.²⁴³

Em outra correspondência, Ataíde Teive comunicou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado que o governador do Piauí ficara sabendo que na Bahia a frota fora recebida “tocando a rebate”, notícia que no Pará deixou os “ânimos destas gentes inquietos e sobressaltados”.²⁴⁴ De fato, a possibilidade de França e Espanha usarem de pretextos para hostilizar as conquistas do Norte era suficiente para gerar apreensão entre as autoridades e os moradores. As obras em Macapá caminhavam a passos lentos e, no Rio Negro, a situação não era confortável para Joaquim Tinoco Valente. Como assinala Ângela Domingues, o período mediado pela anulação do Tratado de Madri e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777) foi de uma “paz armada”²⁴⁵ que determinou o aumento da vigilância sobre as fronteiras, verificado desde a nomeação de Manuel Bernardo de Melo e Castro. Não foi à toa que a Coroa o recrutou, assim como a Fernando Ataíde Teive.

Para assegurar a defesa dos domínios portugueses a partir do Pará, não havia alternativa senão enfrentar o árduo trabalho de reorganizar os efetivos militares. Em ofício de 16 de outubro de 1766, o capitão-general prestou contas do recebimento de 58 peças de

²⁴³ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fl. 42-42v. Carta de 2 de abril de 1766.

²⁴⁴ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fl. 43v. Ofício de 21 de julho de 1766.

²⁴⁵ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 217.

artilharia, especialmente enviadas de Portugal para guarnecer São José de Macapá, ou seja, para garantir a paz na fronteira com a Guiana Francesa. Considerou “muito útil” também a prometida remessa de morteiros, bombas e granadas e de um oficial de bombeiros para operá-los. No que concerne ao aumento dos efetivos da tropa, pretendia-se que 300 homens engrossassem as fileiras dos regimentos que atuavam em Belém e Macapá.²⁴⁶ De Lisboa, por exemplo, 118 presos de um lazareto foram remetidos para Belém, “donde não poderão voltar sem expressa ordem” do rei.²⁴⁷

As providências, no entanto, esbarraram em obstáculos de ordem financeira. Quando se iniciaram os trabalhos de regulação das tropas, com a nomeação de sete sargentos-mores para examinar os terços de auxiliares e de ordenanças, constatou-se que a receita da capitania não seria suficiente para satisfazer os soldos dos oficiais e ainda arcar com outras despesas, ficando a “Câmara da capital sem meio algum de fazer as obras públicas que se necessitam”. A situação forçou o governador a pedir auxílio a Lisboa, “vendo, pois, que os referidos sargentos-mores são obrigados a girar sucessivamente para instruir os terços”, o que demandava a satisfação dos seus proventos.²⁴⁸ O agravamento do quadro estimulou novas representações, uma delas amparada no argumento de que os direitos de entrada e saída dos gêneros pagos pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão eram insuficientes para cobrir as despesas, acarretando atrasos nos pagamentos da tropa e da folha eclesiástica.²⁴⁹

* * *

O terceiro projeto de ocupação atrelado à questão defensiva consubstanciou-se na fundação da vila de Mazagão ou Nova Mazagão, com população transferida da praça africana homônima, que permaneceu sob domínio português de 1514 a 1769. Em 16 de março de

²⁴⁶ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fls. 48 e 50. Ofício de 16 de outubro de 1766 (fl. 50).

²⁴⁷ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 236-238 (doc. 452).

²⁴⁸ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fl. 192. Ofício de 27 de junho de 1767.

²⁴⁹ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 - fls. 252v-253 (doc. 481).

1769, Francisco Xavier de Mendonça Furtado comunicou a Fernando da Costa de Ataíde e Teive a decisão de transferir os moradores da praça marroquina para o Estado do Grão-Pará, onde formariam uma nova povoação complementar a Macapá e Vila Viçosa da Madre de Deus.²⁵⁰

Os mazaganistas passaram a Lisboa a fim de que se organizasse a remessa das famílias para Belém. Em 15 de setembro de 1769, partiu a primeira leva de colonos para a América: 1022 pessoas, divididas em 340 famílias. O segundo grupo saiu dois meses depois.²⁵¹ Em janeiro do ano seguinte, deram entrada nos armazéns de Belém “as imagens, ornamentos e prata que foram das igrejas da praça” e, logo que os primeiros colonos chegaram, foram entregues aos cuidados de Manuel da Gama Lobo de Almada, governador de Macapá, instruído a aplicá-los na agricultura. Em março, uma corveta da Companhia de Comércio trouxe 225 escravos africanos para distribuição entre os novos povoadores.²⁵²

A implantação da nova vila de Mazagão, no entanto, deparou com inúmeras dificuldades, desde a recusa de muitas famílias em deixar Lisboa para se fixar no Pará, passando pela qualidade do terreno, considerado insalubre, até a escassez de recursos da Fazenda Real para o estabelecimento dos colonos. De acordo com Elisa Ramos Ferreira, os entraves à execução do projeto, localizado às margens do rio Mutuacá, próximo à foz do Amazonas, foram de ordem eminentemente prática: faltavam pedra, areia e madeira para as obras, e a jornada até Belém era longa e difícil, inviabilizando a fundação.²⁵³ A construção da vila se deu a passos lentos, até que pouco depois de concluída, a Coroa resolveu atender aos insistentes apelos dos moradores para abandoná-la. Em 1783, já no reinado de D. Maria I, os

²⁵⁰ IHGB. Lata 285, livro 1, fls. 64v-66v (doc. 28).

²⁵¹ Cf. Renata Malcher de Araújo. *As cidades da Amazônia no século XVIII...*, p. 269.

²⁵² AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 2, fls. 135, 141 e 159.

²⁵³ Elisa Ramos Ferreira. “Estado e administração colonial: a vila de Mazagão”. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 95-96 e 100. A propósito dos mazaganistas, ver também Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 166-167.

colonos tiveram permissão para deixar Mazagão e se estabelecer em outras localidades do Estado.²⁵⁴

A digressão proposta, sobre os planos de povoamento e defesa das conquistas do Norte, recupera aspectos já contemplados pela historiografia. Entre as principais conclusões a respeito do tema, está a de que os projetos de colonização no Estado do Grão-Pará visavam, àquela altura, ao estabelecimento de núcleos estáveis em pontos estratégicos de uma fronteira indefinida e ameaçada, principalmente, por espanhóis e franceses (sem contar os holandeses do Suriname). Apesar de todos os esforços – lembra Ângela Domingues –, a Coroa estava ciente de que colonos brancos (incluindo-se os estrangeiros), degredados e soldados não seriam suficientes para dar estabilidade à ocupação da vasta região amazônica.

Esse papel caberia mesmo aos índios descidos do sertão para compor a população de aldeamentos estrategicamente localizados.²⁵⁵ Daí a substância dessa matéria estar presente nas instruções a Fernando da Costa Ataíde Teive. Por outro lado, os motivos da insistência da Coroa para que os diretores das vilas fossem vigiados de perto ficaram mais evidentes no Rio Negro, envolvendo diretamente o governador da capitania, Joaquim Tinoco Valente. O que não significa que o capitão-general Estado passou incólume às críticas, inclusive, acerca da atuação dos diretores.

2.3.2 – As “memórias das ações” do governador

No dia 6 de novembro de 1772, o sargento-mor João Batista Martel (ou Mardel) escreveu uma extensa representação endereçada ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, narrando em pormenores os maus procedimentos de Fernando da Costa de Ataíde Teive, que deixaria o cargo 15 dias depois.

²⁵⁴ Cf. Renata Malcher de Araújo. *As cidades da Amazônia no século XVIII...*, p. 282-286.

²⁵⁵ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos...*, p. 213.

Estruturado em quatro capítulos, divididos em parágrafos, o escrito intitulado *Memórias das ações do excelentíssimo senhor general do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive* tinha o propósito de descortinar os desmandos e arbitrariedades de um governador capaz de deixar “um Tibério, um Galba, um Calígula [...] a perder de vista”, por seu caráter “absoluto” e opressor dos súditos de Sua Majestade.²⁵⁶

A análise do manuscrito permite apreender meandros da rotina administrativa, relações de favorecimento, interesses locais contrariados, além de desvios de conduta e desacertos do governador, nem sempre contemplados na documentação oficial. Mas, o que levou o sargento-mor João Batista Martel a redigir as *Memórias*? O zelo do vassalo que recomendava uma devassa para apurar as improbidades do governador, ou a vingança por uma ofensa pessoal? Embora a primeira alternativa permeasse o discurso, a segunda não se oculta nas contundentes acusações. Além disso, antes de se decidir pela redação e envio das *Memórias* a Martinho de Melo e Castro, o sargento-mor escreveu uma carta ao capitão-general pedindo o relaxamento de sua prisão – achava-se recluso havia 48 dias – ou a permissão para cumpri-la em casa. Rememorou seus préstimos na condução de tropas e de artilharia para socorrer a fronteira de Mato Grosso, assolada pelos castelhanos, e o episódio em que acompanhou Madame Godin até Caiena, permitindo-lhe concluir a tormentosa viagem iniciada em Quito. Contudo, foi ignorado.²⁵⁷

O motivo da prisão de Martel foi o recebimento de dois meses de soldo adiantados com permissão do provedor da Fazenda. Tomado de “um espírito de vingança com que quis atropelar, com descrédito do sargento-mor, e dos oficiais da vedoria”, Ataíde Teive mandou prender a todos. Mas a atitude escondia outro motivo, relacionado ao provedor da Fazenda, que presidindo a sessão da Câmara no dia anterior impedira que certo Luís Pereira da Cunha arrematasse o contrato das carnes, uma vez que já acumulava o do pescado “e todos os demais

²⁵⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 7, cx. 69, doc. 5895. Essa referência abrange todas as citações das “*Memórias*”.

²⁵⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 7, cx. 69, doc. 5896.

que há na terra”. Segundo Martel, o provedor queria evitar o “concurso de contratos em uma só pessoa”, resultando em “considerável monopólio em que ia interessando o ajudante de ordens [do governador], Manuel Joaquim Pereira”. Por isso, o sargento-mor resolveu tomar da pena para denunciar Ataíde Teive, a quem considerava “capaz de torcer – ainda por mais estreitos vínculos de parentesco – na retidão o sempre inflexível, e incomparável ministro de Estado, o [...] senhor marquês de Pombal que ele chama seu tio”.

O primeiro capítulo, “Do estado e governo político”, foi dividido em 10 parágrafos, quase todos iniciados pelo mote – “que cousa é adiantar-se dous meses de soldo” ou “que cousa são dous meses de soldo adiantados” –, seguido de um mau procedimento de Ataíde Teive, como a aquisição, por 700 mil réis, de uma sumaca “toda podre”, em cuja reforma foram gastos quase quatro mil cruzados (§ 2º) e a reforma do Palácio dos Governadores, dotado de

[...] grandeza imensa, mas de nenhum cômodo, porque sendo tudo arcadas, barandas (sic), e abóbadas desnecessárias, se gastou mais em desmanchar do que em fazer, importando a El Rei mais de 100 mil cruzados, e pondo-se o excesso de 40 que se disse custaria, nas obras da fortificação de Macapá [...] (§ 4º).

Estabelecimentos recomendados e aprovados pela Coroa, como o das vilas Viçosa da Madre de Deus e de São José de Macapá, não escaparam à pena de João Batista Martel. Sobre a primeira declarou: “muitas outras despesas perdidas e de nenhuma utilidade se vê uma chamada Vila Vistosa da Madre de Deus que este govern[ador] fundou enganando claramente a El Rei com a certeza de ter feito casas, e todo o cômodo necessário aos moradores dela” (§ 9º). Acerca de Macapá, criticou o desperdício de cabedais da Fazenda na construção de uma fortaleza que “não menos, e mais que tudo é horrorosa”, pois “além de estar defeituosíssima, se mandou fazer contra o voto dos engenheiros em parte que [...] em pouco tempo a consumirá o mar” (§ 10º).

Se no primeiro capítulo o autor das *Memórias* procurou demonstrar o que considerava desperdício dos rendimentos da Fazenda Real, no segundo, “Sobre a mesma arrecadação e [injustiças] feitas pelo valimento do seu ajudante de ordens Manuel Joaquim Pereira de Sousa Feio”, dividido em 25 parágrafos, João Batista Martel atribuiu à proteção dada pelo capitão-general do Estado ao seu ajudante de ordens uma série de descaminhos. Um deles teria sido impedir certos ferreiros e carpinteiros de trabalhar em obras públicas, “mas permitir que trabalhassem em todas as obras do ajudante de ordens Manuel Joaquim, sendo El Rei quem os paga” (§ 3º). Outro desvio da arrecadação verificou-se quando o governador mandou abrir uma “grande e precisa estrada que importou em mais de 600 mil réis para facilitar a passagem dos gados que vinham do Maranhão, e [...] teve só o fim de ser o caminho para a fazenda do ajudante de ordens” (§ 7º), apontado como “absoluto senhor da Real Fazenda”.

Alguns parágrafos abordavam um tema muito caro à política de colonização do Norte: a boa aplicação do *Diretório*, presença marcante nas instruções passadas a Ataíde Teive, sobretudo. Nas palavras do sargento-mor Martel, o “sólido estabelecimento do excelentíssimo senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado” estava ameaçado, pois enquanto a referida legislação facultava aos moradores interessados na exploração das drogas do sertão o emprego da terça parte dos índios das vilas no serviço das canoas, recebendo estes o pagamento por seu trabalho e aumentando-se as rendas reais com os dízimos pagos sobre as drogas, o único beneficiário era Silvestre José dos Santos, compadre do governador (§ 16º).

Ainda sobre o conjunto de leis publicado em 1757, dizia Martel, que em lugar de nomear para diretores das vilas “homens casados que além de pobres, e cheios de filhos, tem exemplar procedimento e capacidade para aumentar as vilas e conservarem os índios”, Ataíde Teive escolhia “homens solteiros, especialmente criados de sua casa” que só se interessavam pelo próprio enriquecimento em detrimento das povoações indígenas (§ 18º).²⁵⁸

²⁵⁸ Apesar dessa acusação, não se pode afirmar definitivamente que o capitão-general nunca se preocupou em orientar os diretores das vilas, como o fez enviando minuciosas instruções a Pedro Maciel Parente, diretor da

Em “Do governo das armas e promoções militares”, terceiro capítulo composto de 17 parágrafos, ficaram evidentes os desacertos entre a oficialidade da tropa e o governador, que contrariava interesses locais. Martel enumerou passagens que continham desde o desrespeito a militares de alta patente, como o coronel Álvaro José de Mendonça, descomposto publicamente e mandado preso para uma fortaleza da barra sob a escolta de um cabo de esquadra (§ 4º), até o favorecimento do capitão-general nas nomeações para postos militares, gerando ressentimentos. Índios foram feitos marechais de campo em lugar de brancos “das principais famílias” (§ 6º). Em outra ocasião, seis alferes – a maioria do serviço particular de Ataíde Teive – estavam entre os 12 indicados para sargentos-mores, em detrimento de “oficiais antigos, beneméritos e de maiores postos” (§ 7º).

O quarto e último capítulo das *Memórias* é também o menor de todos, com apenas seis parágrafos. “Do estado eclesiástico” registrou, entre outros maus procedimentos creditados ao governador, a sua omissão no fornecimento dos meios necessários para que o bispo do Pará visitasse as paróquias e vilas sob sua jurisdição (§ 5º), além da indecorosa atitude de não celebrar as exéquias de uma infanta portuguesa (§ 6º).

Ao menos uma obra realizada pelo governador escapou de ser arrolada pelo sargento-mor – talvez porque realizada com recursos próprios e não desviados da Real Fazenda. Preocupado com a morte em terras distantes, Ataíde Teive mandou construir uma capela dedicada à Madre de Deus – devoção pessoal manifesta na escolha do patrocínio de Vila Viçosa – com 13 palmos de largura e 17 de comprimento, no claustro dos capuchos de Santo Antônio. Em uma das paredes havia um retábulo pintado e, no teto, um painel da Madre de Deus; no chão da capela ficava a sepultura com campa de madeira.²⁵⁹

vila de Santarém, sobre como tratar e comerciar com os índios e garantir-lhes o devido pagamento. IHGB. Lata 283, pasta 10. Pará, 3 de outubro de 1769.

²⁵⁹ Cf. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 183.

A extensa e detalhada memória enviada a Martinho de Melo e Castro, ainda que louvasse os feitos de seu irmão, Manuel Bernardo, não logrou o êxito almejado pelo autor. E a razão de tal pode mesmo ter sido o valimento do marquês de Pombal. Analisando as quedas em desgraça de alguns administradores coloniais envolvidos em transações comerciais vedadas pelos dispositivos legais – embora este não fosse o caso específico de Ataíde Teive –, Nuno Gonçalo Monteiro concluiu “que era o valimento na Corte o que acabava por pesar nos juízos sobre a matéria”.²⁶⁰ Não consta que as denúncias feitas pelo sargento-mor João Batista Martel tivessem sido apuradas em devassa ou mesmo na residência geralmente feita no término dos mandatos, como de resto não se verificou entre os governadores do período. Martel, por sua vez, continuou a servir na Amazônia, chegando a governar interinamente a capitania do Rio Negro, em 1783.

Ataíde Teive voltou para Portugal e deu continuidade à carreira militar, colhendo os frutos de seu desempenho no Real Serviço. Aqueles, por sinal, começaram a vicejar ainda em 1769. Mas, embora reconhecesse o valor dos préstimos do capitão-general do Pará, sobretudo no sítio da praça de Almeida, “sendo um dos dous oficiais que pugnaram pela defesa da mesma praça, e a quem se deveu salvar-se a guarnição dela, que o governador intentava, vil e teimosamente, sacrificar prisioneira de guerra”, o rei conferiu-lhe mercês usufruídas por seus “avós, de juro e herdade, e ultimamente seu tio Fernando Martins de Sousa Coutinho”, que falecera.²⁶¹

Na linha de sucessão familiar, recebeu diversos senhorios: o do concelho de Baião; as terras e a honra da Lagea e de São Salvador, juntamente com os moinhos de Bitoure e de São Cristóvão de Nogueira; as terras, lugares e direitos reais da Ribeira, em Samodães, e o jantar de Lamego. Exerceria sobre as terras os direitos de prover os ofícios da Justiça e de cobrar as

²⁶⁰ Nuno Gonçalo Monteiro. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 277.

²⁶¹ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 17, n.º 27. Decreto de 21 de março de 1769.

rendas previstas nos respectivos forais. Devem ser mencionados também os padroados das igrejas de Santa Maria de Gouve e de São Bartolomeu, orago do concelho de Baião, “tudo de juro e herdade para ele Fernando [...] e seus descendentes por linha direta”.²⁶²

Anos mais tarde, Ataíde Teive representou ao rei alegando que os padroados se achavam na posse dos religiosos dominicanos do Convento de Ancede, no concelho de Baião, por doação anterior. Por isso, solicitava uma compensação, recebida na forma da mercê dos foros do Lamegal, com rendimentos vencidos desde 1769, igualmente de juro e herdade.²⁶³

Na volta a Portugal, em 13 de julho de 1773, casou-se com Francisca Antônia de Mendonça, filha de Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos e de Luísa Antônia de Saldanha Oliveira e Sousa, de família nobre: seu avô paterno, Luís Carlos Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, fora o 7º senhor de Entre Homem e Cávado, senhorio do concelho de Amares, no Minho. O casal teve cinco filhos: Fernando Romão da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, casado com Maria Inês Antônia de Albuquerque; Maria Rosa da Costa, casada com Bento de Moura e Mendonça; Maria Honorata, que se tornou freira no Mosteiro da Encarnação; Maria Liberata da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, unida em matrimônio a Fernando de Mesquita Pimentel de Paiva Fuzeiro Barreto Salema Roboredo, e Maria Joana da Costa, casada com Antônio Carlos de Cordes.²⁶⁴

O ajuste dos consórcios demonstra a estratégia de alianças da família Teive, ligando-se a indivíduos de condição social similar: o sogro de Fernando Romão, Domingos Ricardo de

²⁶² Idem.

²⁶³ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 21, n.º 80. Decreto de 30 de dezembro de 1773. Nuno Gonçalo Monteiro, em estudo sobre o regime senhorial em Portugal, afirma que até o início do século XVIII a posse de senhorios jurisdicionais era o que definia o “topo da hierarquia nobiliárquica” e, apesar de certo decréscimo do “título de senhor de terras” ao longo do Setecentos, esse *status* persistiu. Ver “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 305. Sobre os direitos de sucessão, de acordo com a Lei Mental, de juro e herdade, ver páginas 301 a 304. Sobre o tema, em especial acerca dos padroados, vale lembrar também a crítica de Vitorino Magalhães Godinho: “Esses possuidores de rendas na origem eclesiástica consideram-se e agem como proprietários e não como usufrutuários, que afinal são”. Ver *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 3ª ed., Lisboa: Arcádia, 1977, p. 90.

²⁶⁴ Cf. Felgueiras Gayo. *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. II, p. 80 e v. IV, p. 599.

Almeida de Albuquerque Coelho de Carvalho, era senhor de Castro Daire e do couto de Leomil, enquanto o avô materno do marido de Maria Rosa da Costa, Manuel Pedro da Silva da Fonseca, fora senhor da Casa de Alcobaça.²⁶⁵ Ao que parece, todos os consortes eram de origem nobre e, de acordo com os exemplos citados, representantes de uma elite senhorial.

No que se refere à carreira militar, em 1792 Ataíde Teive encontrava-se na primeira plana do Exército como tenente-general, e prestes a assumir o governo das armas da província do Alentejo, na sucessão de Manuel Bernardo de Melo e Castro, do mesmo modo que fora substituto deste no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Estava, contudo, assoberbado de dívidas contraídas quando serviu na Campanha de 1762 e na administração colonial, as quais “até o presente lhe não fora possível pagar nem o poderia conseguir para se ver livre da opressão que lhe faziam os seus credores, sem tomar algum dinheiro a juro”. Porém, os bens que possuía eram vinculados e a única alternativa possível era hipotecar seus rendimentos – no caso, de um morgado na Ilha da Madeira instituído por um seu ancestral, Diogo de Teive²⁶⁶ – a fim de oferecê-los como garantia pelos 15 mil cruzados que pretendia tomar de empréstimo.

Para que pudesse desempenhar o governo militar do Alentejo “com o decoro próprio”, requeria o consentimento da rainha para hipotecar as rendas do morgado.²⁶⁷ Dessa forma asseguraria não só a satisfação de seus empenhos, mas também as condições mínimas para a conservação do seu *status* e a continuidade da ascensão no Real Serviço. Exemplo disso foi a conquista de um lugar no Conselho da Guerra.²⁶⁸

²⁶⁵ Cf. Francisco de Castro da Silva Canedo. *A descendência portuguesa de el rei D. João II*. 2ª ed., Braga: s/n, 1993, v. II, p. 28 e 282. Felgueiras Gayo. *Op. cit.*, v. I, p. 279 e v. VIII, p. 224. *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1991, p. 4.

²⁶⁶ Diogo de Teive, filho de Lopo Afonso de Teive (escudeiro e provedor da Albergaria de Rocamador, no Porto), passou à Ilha Terceira quando esta foi descoberta e depois à Madeira, a serviço do infante D. Henrique. Cf. Cristóvão Alão de Moraes. *Pedatura lusitana*. Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1997, v. I, t. 1º, p. 74. É interessante sublinhar a preocupação do requerente em mencionar o antepassado remoto que instituiu o morgado na Ilha da Madeira. Segundo Maria de Lurdes Rosa, um das finalidades da instituição do morgadio era preservar a memória dos antepassados e estruturar a linhagem, ou seja, os fundadores afirmavam-se como “princípio ordenador de uma nova linhagem”. Cf. *O morgadio em Portugal (séculos XIV-XV)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 38-43 e 55.

²⁶⁷ IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 43, fls. 67-67v.

²⁶⁸ Cf. Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha. “As redes clientelares”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 343.

Nos últimos anos de vida, apesar da idade avançada, Ataíde Teive ainda cuidava pessoalmente dos negócios da Casa, como se depreende da provisão (registrada em 24 de outubro de 1805) que o autorizava a celebrar novo contrato com Nicolau Maria Raposo, da Ilha de São Miguel (Açores), para o arrendamento por mais 12 anos do morgado na Ilha da Madeira.²⁶⁹ Uma prova de que as dívidas – de mais de 30 anos – ainda não haviam sido totalmente liquidadas. Faleceu dois anos depois, em 21 de janeiro de 1807, “com 78 anos e oito dias de idade”.²⁷⁰

A sucessão da Casa recaiu na pessoa do primogênito, Fernando Romão da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, que esteve perto de exercer o governo da capitania do Maranhão, para o qual foi indicado em 1817. A soma de alguns fatores de peso: a conjuntura política em Portugal, o envolvimento do pretendente com a Maçonaria, e os desdobramentos da Revolução iniciada em Pernambuco naquele ano – com atuação marcante de maçons –, inviabilizou o acesso ao cargo.²⁷¹

A Intendência-Geral da Polícia empreendeu uma investigação dos passos de Fernando Romão e apurou que ao tempo da indicação para governador do Maranhão o militar nascido em Viseu, em 1775, não exercia qualquer atividade maçônica:

Desde muitos anos que pertence à Sociedade Maçônica, na qual tem os maiores graus: foi venerável de uma loja denominada ‘Virtude’, a primeira que a diligências suas se restabeleceu em trabalhos desta seita, depois que pelos procedimentos adotados em o ano de 1810 contra os principais influentes da mesma seita, eles cessaram neste Reino, e ocupou o emprego de grão-mestre, até que para o dito emprego foi eleito Gomes Freire de

IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 73, fls. 94v-95. Em 3 de setembro de 1804, o príncipe regente D. João concedeu a Fernando da Costa de Ataíde Teive, atendendo ao seu requerimento, a carta de privilégios de desembargador do Conselho da Guerra.

²⁶⁹ IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 75, fl. 145v.

²⁷⁰ Cf. Manoel Barata. *Formação histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 29.

²⁷¹ Evaldo Cabral de Mello chamou a atenção para a reorganização da Maçonaria no Reino a partir de 1813 com a derrota dos franceses para as tropas anglo-portuguesas, quando se fundaram novas lojas. O Grande Oriente lusitano, composto de elementos da nobreza, militares e clérigos, perdeu o controle sobre a Maçonaria pernambucana durante o movimento de 1817. Dezesete: a Maçonaria dividida. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 4, 2002, p. 9 e p. 19-20. Além disso, havia sinais de que a Revolução, disseminada em Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, poderia chegar ao Maranhão e ao Pará. Ver Amaro Quintas. “A agitação republicana no Nordeste”. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. 2, v. 1, p. 220.

Andrade, [...] presentemente não consta que tenha emprego algum efetivo na Sociedade Maçônica, nem há reuniões algumas da mesma Sociedade.²⁷²

Mesmo assim, era desaconselhável a presença de um governador que se não era mais membro da sociedade secreta carregava a fama de um dia ter sido e, quem sabe, poderia avivar o movimento rebelde.

O episódio é interessante não apenas por ser um indício da hierarquização dos governos ultramarinos no que diz respeito ao acesso de descendentes de ex-governadores, mas por estar relacionado à repressão às atividades maçônicas pela Coroa portuguesa após a conspiração contra a tutela inglesa.²⁷³ O alvará de 30 de março de 1818 enfatizou que não seria admitido qualquer “privilégio, isenção, ou concessão alguma, ou seja de foro, ou de pessoa, ainda que sejam dos privilégios incorporados em direito”²⁷⁴, referindo-se às sanções previstas na lei cuja aplicação independeria da posição social dos implicados.

A trajetória de Fernando da Costa de Ataíde Teive seguiu um percurso muito semelhante ao de Manuel Bernardo de Melo e Castro. De formação militar, sem experiência administrativa, desempenhou um governo na América e, ao voltar para Portugal, retomou a carreira militar, na qual prestara seus mais relevantes serviços.

²⁷² AN. Fundo Negócios de Portugal. Caixa 684, pct. 01 (doc. 47). Conta dos governadores do Reino n.º 50, sobre as atividades maçônicas de Fernando Romão da Costa de Ataíde Teive, proposto para governador do Maranhão. Datada de [18] de novembro de 1817 e respondida em 30 de janeiro de 1818.

²⁷³ Cf. Lúcia Maria Bastos P. Neves. “Maçonaria”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

²⁷⁴ AN. Fundo Negócios de Portugal. Caixa 732, pct. 04 (doc. 8). Há uma cópia impressa do alvará acompanhada de vários rascunhos datados de 1817.

Maranhão

2.4 – O breve governo: Luís de Vasconcelos Lobo

Ao enviar Francisco Xavier de Mendonça Furtado para inaugurar uma nova fase na administração das conquistas do Norte, a metrópole nomeou um governador para o Maranhão subordinado ao capitão-general residente em Belém. Além do cuidado necessário para que os súditos de São Luís não se sentissem preteridos com a perda pela cidade do *status* de capital, as instruções a Mendonça Furtado transmitiam logo no início o princípio da união entre os titulares das duas principais capitanias do Estado. Foi com esse propósito que o monarca nomeou a Luís de Vasconcelos Lobo “por governador, com a patente de tenente-coronel” de Infantaria, instruindo-o a cumprir todas as ordens do governador e capitão-general do Estado.²⁷⁵

Não há muitas informações pessoais a respeito de Vasconcelos Lobo ou de sua trajetória no Real Serviço. Escrevendo ao conde de Atouguia, em 9 de fevereiro de 1752, Mendonça Furtado disse que o militar era “filho do brigadeiro Francisco de Vasconcelos”.²⁷⁶ Apesar de sucinta, a única referência à origem do governador do Maranhão permite inferir que se tratava de um homem cuja experiência se constituiu no manejo das armas e membro de uma família com alguma tradição de serviços militares prestados à Coroa.

Ao ingressar na Ordem de Cristo, recebeu o hábito, foi armado cavaleiro e professou no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, em Lisboa, poucos dias antes de embarcar para São Luís, como se pode perceber pela data dos alvarás que autorizaram as cerimônias de estilo.²⁷⁷ Levando-se em conta que a idade era um critério observado no processo de habilitação às ordens militares, talvez Luís de Vasconcelos Lobo tivesse menos de 50 anos quando foi

²⁷⁵ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 26.

²⁷⁶ Ibidem, t. 1, p. 238.

²⁷⁷ IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 236, fls. 114-115v. Não foi localizado o processo de habilitação de Luís de Vasconcelos Lobo com a informação de seus dados pessoais, dos pais e avós.

nomeado governador e tomou o hábito de Cristo, embora a “maioridade”, um “defeito vulgar”, fosse “facilmente” dispensada pelo rei.²⁷⁸

A escassez de registros biográficos Lobo não permitiu que se conhecesse a composição da família do tenente-coronel, onde nasceu, sua idade ao assumir o governo do Maranhão ou mesmo a qualidade de seus serviços (possivelmente apenas militares). Sabe-se que era casado em segundas núpcias com D. Helena Lourença de Castro, nascida em Viseu em “família nobre”²⁷⁹, mas nada a respeito de filhos. O enlace possibilita inferir, ao menos, que Vasconcelos Lobo estabeleceu vínculos com gente da Beira Alta, sendo precipitado afirmar que era oriundo da região. A documentação pertinente às ordens militares ou aos requerimentos e concessões de mercês em remuneração de serviços, comumente utilizadas na configuração dos perfis dos administradores coloniais e de suas trajetórias, não oferece dados suficientes.

Na correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no entanto, há pequenos fragmentos que permitiram concluir que a indicação do novo governador atendia ao perfil geral dos agentes enviados ao Estado: era militar de carreira, como se viu acima, e destituído de qualquer experiência administrativa. Este aspecto foi atestado por Mendonça Furtado Estado em carta a um amigo: “a Luís de Vasconcelos Lobo deixei no governo da sua capitania, sendo por certo, e sem dúvidas que não fará nada contra a honra, mas **receio que o logrem, porque não tem notícia, nem prática alguma destes negócios**”.²⁸⁰ As instruções passadas pelo governador do Estado pouco tempo depois do desembarque em São Luís serviriam de base à sua administração.

²⁷⁸ Cf. Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 340.

²⁷⁹ Cf. César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon & Seleta, 1970, p. 338.

²⁸⁰ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 173. Carta de 10 de janeiro de 1752. Grifo nosso.

2.4.1 – As instruções

Em uma carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 28 de dezembro de 1751, Mendonça Furtado queixou-se da falta de um Regimento próprio para o governador do Maranhão, informando ter suprido a ausência do mesmo com algumas instruções provisórias, das quais remetia uma cópia para aprovação régia. Na ocasião, também chamou a atenção do irmão para um problema comum na administração colonial: a indefinição das atribuições dos governadores.²⁸¹ Em outra carta, de 27 de maio de 1757, demonstrou a persistência dessa situação. Para Mendonça Furtado era fundamental que o rei “mandasse dar um Regimento ao governador do Maranhão para se poder dirigir e evitar por esta forma toda a discórdia que pudesse haver entre o governador-geral do Estado e o daquela capitania”, mesmo em se tratando de assuntos rotineiros como o provimento de postos militares e a concessão de datas de terra.²⁸²

As instruções passadas a Luís de Vasconcelos Lobo por Mendonça Furtado – os dois vieram juntos de Lisboa e desembarcaram em São Luís – têm data de 29 de julho de 1751, dia seguinte à posse do governador.²⁸³ Na primeira instrução, relativa à introdução de escravos negros na capitania, é possível identificar a tônica do discurso metropolitano para a região amazônica:

Vossa Senhoria persuadirá por modo de conversação para com brandura e prudência aos moradores dessa capitania que se sirvam de escravos pretos como em todos os outros domínios de Sua Majestade adonde os vassalos do mesmo Senhor tem tirado dos ditos escravos os grandes cabedais com que têm passado a Portugal, e com que se tem estabelecido os maiores de todo o

²⁸¹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 141-142 e p. 238. Caio Boschi atentou para a ausência de regularidade no fornecimento de regimentos ou instruções que orientassem os governadores nomeados. E mesmo a racionalidade que caracterizou a administração pombalina não alterou esse quadro configurado desde o início da colonização. Ver Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. *Tempo*. Niterói, v. 7, n.º 13, 2002, p. 77-109. Ver página 83.

²⁸² Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 1072.

²⁸³ Arthur Cezar Ferreira Reis. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948, p. 70.

Brasil, fazendo colônias tão populosas como aqui são notórias sem tantos meios de enriquecer-se.²⁸⁴

É possível perceber a urgência de se adotar o trabalho escravo africano, visto como o meio mais eficaz de garantir a riqueza e a prosperidade daqueles domínios e de seus moradores, em oposição ao indígena, cuja obstinada manutenção era considerada a causa da miséria e da ruína do Estado. Ressalte-se, também, a maneira pela qual Vasconcelos Lobo deveria conduzir a questão, atentando para um princípio de governo aconselhado a vários administradores ultramarinos: “[...] por modo de conversação para com brandura e prudência” a fim de conseguir que seus subordinados aceitassem a mudança.

Para o fornecimento de escravos africanos, recomendava Mendonça Furtado que os interessados apresentassem propostas e pedissem ao rei que lhes enviasse alguns navios carregados de negros “por meio de alguma companhia nacional, declarando na proposta o número de escravos que serão precisos cada ano”. No que diz respeito ao fomento da economia local, o capitão-general recomendou:

Vossa Senhoria praticará com estes moradores as plantações dos gêneros fazendo-lhes conhecer o absurdo e miséria a que estavam habituados, de que a preguiça é honra, e a cultura das terras vileza, mostrando-lhes que só podem continuar o esplendor e autoridade das suas casas adiantando a lavoura dos gêneros de que podem tirar além de grandes lucros, as honras que V.S^a espera que S.M. faça aos que com tão louvável trabalho concorrem para o bem comum do Estado e para o aumento do comércio da nação [...].

Buscava-se convencer os moradores de que a dedicação à agricultura conduziria ao crescimento econômico da capitania. Mas não só. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, dentro da política pombalina de valorização da agricultura, esta era encarada como fator de enobrecimento quando realizada no sentido do desenvolvimento (experimentação) de culturas (úteis) e não de forma simplesmente rotineira.²⁸⁵ De outro modo, as palavras de Mendonça

²⁸⁴ Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEP). Códice 64, fls. 15-16v. Registro da instrução que ficou ao governador do Maranhão. Essa referência abrange todas as citações das referidas instruções.

²⁸⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 24.

Furtado podem ser associadas às “concepções agraristas” – de defesa da agricultura e da importância da terra – vigentes em meados do Setecentos, que não devem ser confundidas com traços do pensamento fisiocrático.²⁸⁶

A instrução acima também é reveladora da concepção de que a felicidade dos homens derivava da geração de riquezas por meio do trabalho criador. E se enquadra na orientação mercantilista da colonização portuguesa, uma vez que a abundância dos gêneros da lavoura era, por extensão, a garantia da prosperidade comercial. Para estimular os colonos a cultivarem as terras, em caso de algum ter se aplicado “nestes interessantes trabalhos”, Luís de Vasconcelos Lobo deveria “ir vê-lo, e publicamente louvá-lo e dizer que é digno de se por na presença de Sua Majestade o grande zelo com que concorre para o bem comum e o tenha por um dos beneméritos vassalos desse Estado”. E, visando à dinamização da atividade mercantil, recomendava-se o exame e informação às autoridades metropolitanas de todos os gêneros propícios ao comércio.

As recomendações acerca do fomento da agricultura e do comércio, aliadas à introdução do trabalho do escravo africano estavam relacionadas a outro aspecto da política de revitalização econômica das conquistas do Norte: a proibição da exploração de minas – “não consentirá V.S.^a de modo nenhum que no distrito desta capitania se abram ou busquem minas de nenhum gênero de metal, e neste particular terá V.S.^a todo o cuidado e vigilância”.

Nas instruções régias a Mendonça Furtado, as razões da proibição eram ainda mais explícitas:

[...] por não convir ao meu real serviço, nem ao aumento do comércio desse Estado, que nele se abram minas de qualquer qualidade ou metais, vos ordeno que por nenhum princípio permitais que se abram minas em todo o distrito desse governo [...] para evitar que os povoadores se distraiam com este pretexto da cultura das terras, e os persuadireis que este é o meio mais

²⁸⁶ Segundo José Luís Cardoso, a penetração da Fisiocracia em Portugal consubstanciou-se na produção de memórias e projetos da Academia Real das Ciências de Lisboa, portanto, nas duas últimas décadas do século XVIII. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 67-79. Ver página 67.

seguro da sua subsistência, pois que com o comércio dos seus gêneros se faz infalível a mesma subsistência.²⁸⁷

A primazia da produção agrícola no Estado do Grão-Pará e Maranhão e noutras partes da América portuguesa integrava um conjunto de medidas que objetivavam o desenvolvimento da economia colonial e o fortalecimento das relações comerciais com a metrópole. Nesse sentido, é bem conhecido o quadro já esboçado pela historiografia, que associou as ações de fomento das potencialidades do espaço colonial ao incremento da economia metropolitana, convertidas as riquezas produzidas nos domínios ultramarinos em efeitos para o comércio e em tributos.²⁸⁸

Por outro lado, segundo Francisco Falcon, é preciso superar o equívoco – oriundo de erros de avaliação de textos mercantilistas – de que o Mercantilismo, ao privilegiar o comércio, relegava a um plano secundário a produção e o trabalho produtivo, gerador de riquezas.²⁸⁹ A partir de um diálogo estabelecido com Cosimo Perotta, Falcon propôs que o pensamento mercantilista comportava uma distinção entre “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”. O primeiro dizia respeito à atividade que contribuía para a reprodução da riqueza social, gerando tanta riqueza quanto a que é consumida e a possibilidade de excedente.

²⁸⁷ “Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”. Lisboa, 31 de maio de 1751. In: Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 36 (33ª instrução).

²⁸⁸ Para uma visão abrangente das reformas de caráter mercantilista, empreendidas no período pombalino, cito a obra clássica de Francisco José Calazans Falcon. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982. Interpretação distinta, sobretudo, no que respeita à utilização do conceito de “Reformismo Ilustrado”, encontra-se em um clássico da historiografia portuguesa. Jorge Borges de Macedo. *A situação econômica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. 3ª ed., Lisboa: Gradiva, 1989. O historiador português acredita que a primeira fase da política pombalina, que vai até o fim da década de 1750, ainda está muito ligada à “herança do Estado joanino” e as mudanças propostas estão ainda ligadas à conjuntura do reinado de D. João V. Nesse sentido, a política econômica implementada por Pombal nesta primeira fase de sua gestão, incluindo o reforço do exclusivo comercial metropolitano e a fundação de companhias de comércio, consistiu em “aperfeiçoamentos e readaptações da antiga máquina do Estado” (p. 61). Ver também Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed., São Paulo: Hucitec, 1995.

²⁸⁹ Cf. Francisco José Calazans Falcon. “Comércio colonial e exclusivo metropolitano: questões recentes”. In: Tamás Szmrecsányi (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Hucitec, 1996, p. 225-238.

Nesse sentido, a categoria do “trabalho produtivo” encerraria uma concepção positiva de trabalho e de enriquecimento. E contribuiu para lançar luz à mensagem transmitida por Mendonça Furtado ao governador do Maranhão e que deveria ser repassada aos súditos de Sua Majestade: o trabalho na lavoura era a garantia do “esplendor e autoridade das suas casas”, fonte segura de “lucros” e de “honras” como prêmio “aos que com tão louvável trabalho concorrem para o bem comum do Estado e para o aumento do comércio da nação”.²⁹⁰

Para Cosimo Perotta, o excedente resultante do “trabalho produtivo” destinava-se à satisfação de necessidades sociais e ao aumento da riqueza nacional, nesse caso, quando voltado para o mercado externo. Por isso, ao lado da concepção de utilidade da produção aparecia a de valor representada pela noção de lucro. A digressão visa à compreensão de algumas orientações trazidas da metrópole pelos administradores coloniais, como a valorização do trabalho gerador de riquezas capazes de promover o “adiantamento” e a “felicidade dos povos”, desde que os colonos estivessem dispostos a superar certos conceitos arraigados, como a idéia de que “a preguiça é honra, e a cultura das terras vileza”.²⁹¹

As instruções versavam ainda sobre matéria defensiva. Aconselhava-se a Luís de Vasconcelos Lobo a inspeção pessoal das fortificações que guarneciam a costa maranhense e a realização dos reparos necessários. As tropas também passariam pelo crivo do governador, que se inteiraria da situação dos efetivos, do número de oficiais aptos para disciplinar os soldados, da quantidade e da qualidade dos armamentos, e procederia à convocação das ordenanças da capitania por meio de listas fornecidas pela Câmara de São Luís. Um dado curioso: são poucas e rotineiras as recomendações acerca da defesa da costa maranhense, haja vista que as principais questões de fronteira preocupavam mais ao capitão-general do Estado no Pará e os governadores da capitania do Rio Negro.

²⁹⁰ APEP. Códice 64, fls. 15-16v.

²⁹¹ Idem.

2.4.2 – A situação do Maranhão

Nos primeiros meses depois da posse, Luís de Vasconcelos Lobo dedicou-se à inspeção dos diversos segmentos da administração e do estado geral da capitania. A medida visava não apenas informar à metrópole acerca da situação do território, mas também permitir ao novo governador o melhor conhecimento de seu campo de ação. Em setembro, enviou ao rei as primeiras impressões sobre a decadência do Maranhão, cujos moradores viviam em grande “consternação” e “pobreza” por não poderem mandar suas cargas diretamente para o Reino, ficando muitas delas no Pará, abandonadas pelos capitães dos navios.

O governador justificou a demanda dos colonos valorizando as potencialidades do porto de São Luís – “o mais seguro de toda a América” – e a diversidade da produção da capitania, baseada nas culturas do algodão, do arroz, na extração da baunilha e das madeiras, além da confecção de solas e de couro em cabelo. Segundo o governador, o Maranhão poderia ter o melhor açúcar da colônia e excelente tabaco se os moradores pudessem transportar seus efeitos em navios avulsos, fora do sistema de frotas.²⁹²

Por intermédio da Câmara de São Luís, os negociantes de couros e madeiras se uniram a Pedro Jansen Müller em seu requerimento para que o rei autorizasse o despacho de embarcações – uma charrua foi o que sugeriram – duas vezes ao ano, a fim de evitar a perda de carregamentos que os capitães se recusavam a transportar na quantidade pretendia pelos requerentes, dada a necessidade de completar a tonelagem dos navios no porto de Belém.²⁹³ A

²⁹² Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 3, cx. 32, doc. 03278. Carta ao rei, de 27 de setembro de 1751.

²⁹³ Idem. A situação particular de Pedro Jansen Müller de Praet ilustra as dificuldades enfrentadas pelos negociantes de grosso trato do Maranhão. Nascido em Portugal, em 1701, tornou-se sócio de Diogo Manem em uma empresa de exploração de madeiras, vindo a ser “um dos maiores homens de negócios do Maranhão, de sociedade com vários capitalistas”. Por volta de 1745, a Diogo Manem & cia. começou a dar sinais de decadência, levando Pedro Jansen a enviar sucessivas cartas ao rei, à época D. João V, pedindo que sua fábrica de madeiras não fosse executada por dívidas. Por volta de 1748, tentando manter os negócios funcionando, requereu permissão para o envio de um navio do Maranhão para Portugal carregado de madeiras, fora do sistema de frotas e sem escala no Pará. Cf. Mílson Coutinho. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 225-229.

insistência dos negociantes e donos de terras na liberdade de fazer circular suas mercadorias fora do esquema das frotas no tempo do sucessor de Vasconcelos Lobo, o brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, mais uma vez com o apoio da Câmara, demonstra que o requerimento de Pedro Jansen não foi atendido e o inconformismo dos negociantes de São Luís com a perda da condição de porto principal do Estado.

Às más impressões da capitania juntaram-se as insatisfações do governador recém-chegado. A mudança na estrutura administrativa do Estado refletiu-se nos proventos dos seus administradores. Vasconcelos Lobo queixou-se diretamente ao rei da insuficiência do soldo de dois mil cruzados quando o do extinto posto de capitão-mor era de sete mil. Alegando aumento no recolhimento dos dízimos – argumento contraditório, pois na mesma carta dizia que “as rendas desta capitania estão em tal confusão” e que no “cofre não há um vintém” – requereu o pagamento de propinas.

A negativa do provedor da Fazenda, amparada em provisão passada ao antigo capitão-general João da Maia da Gama (1722-1728), sinalizava uma distorção, pois à época em que D. João V desautorizou o pagamento de emolumentos ao dito governador, o fez porque “lhe tinha acrescentado os soldos”, situação considerada inaceitável quase 30 anos depois. Vasconcelos Lobo protestou também contra o fato de que “todos os governadores tiveram o seu embarque livre”, enquanto ele pagou pela passagem até São Luís “150 moedas e pouco mais ou menos”. Diante disso, reclamou as “propinas dos contratos que se arrematarem e dos que no meu tempo se arrematarão que é uso estabelecido em todos os governadores da América”, deixando entrever a desvantagem do governo do Maranhão em relação ao de outras praças.²⁹⁴

Nos meses seguintes, as notícias remetidas a Lisboa continuavam pouco animadoras. Em carta de 17 de novembro de 1751 ao secretário de Estado da Marinha e Domínios

²⁹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 3, cx. 32, doc. 03284. Carta de 8 de outubro de 1751.

Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte Real, Vasconcelos Lobo noticiou que após inspecionar as fortificações encontrou um dos principais pontos de defesa da capitania, a Fortaleza da Ponta da Areia, na entrada da barra, bastante arruinada.²⁹⁵ No interior, junto ao rio Itapicurú, havia uma fortaleza considerada a única do sertão, pois a casa forte do Iguará e a do Mearim mais pareciam “choupanas” com capacidade para seis soldados cada. Em São Luís a situação não era menos desoladora – a Fortaleza de São Francisco estava praticamente arrasada. A Fortaleza da Barra ou da Ponta da Areia encontrava-se “totalmente arruinada, e só se conserva um pedaço em pé”. Quanto aos efetivos militares, São Luís contava apenas com 148 soldados, cinco capitães, cinco alferes, 10 sargentos e 10 cabos de esquadra.²⁹⁶

Na carta de 17 de novembro de 1751, Vasconcelos Lobo não apresentou ao secretário da Marinha informações a respeito do estado da agricultura e das possibilidades de comércio. Mas, em janeiro do ano seguinte Mendonça Furtado deu a conhecer a Diogo de Mendonça Corte Real uma diversificada relação de produtos, alguns naturais e outros cultivados no Maranhão, que não só poderiam ter sua produção e extração dinamizadas, mas incrementar o comércio da capitania.

Entre as culturas capazes de favorecer a economia maranhense encontrava-se a da cana-de-açúcar. Às margens dos rios Parnaíba, Itapicurú e Mearim, os canaviais se sustentavam por mais de 25 anos e o açúcar produzido era o mais claro de todo o Estado. Outro exemplo de cultura que poderia ser incentivada era a do tabaco, que ocuparia os lavradores de julho até outubro e produziria um gênero de boa qualidade, vendido prensado e não em corda, de modo que os cultivadores teriam “muito maior lucro, e o gênero, maior saída para os reinos estrangeiros”.²⁹⁷

A orientação mercantilista embutida nas considerações de Mendonça Furtado sobre a economia do Maranhão ficou mais clara quando tratou do cultivo do arroz que, ao lado do

²⁹⁵ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601.

²⁹⁶ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 171.

²⁹⁷ Ibidem, t. 1, p. 201.

açúcar, formava a dupla de produtos mais importantes da capitania. Com pouco trabalho de limpeza da terra – acreditava o capitão-general – cultivar-se-ia um gênero de grande consumo em Portugal e apto a proporcionar aos reinóis e à Coroa “o lucro de haver mais navios e, em consequência, mais fretes e maior número de marinheiros”. Os produtos silvestres não foram esquecidos: o abundante anil e o urucu forneciam bons corantes, enquanto mamona, pinhão, andiroba, castanha e copaíba davam excelentes azeites.²⁹⁸

A correspondência de Mendonça Furtado traz ainda informações sobre o povoamento de algumas regiões férteis, como as margens do rio Mearim, próprias para o cultivo da cana, o estabelecimento de engenhos e dotadas de muitos pastos para o gado. A fim de povoar a região e cultivar as terras, solicitou autorização régia para deslocar 10 ou 12 casais dos Açores, como já havia sido experimentado no Estado. Outro propósito da ocupação das margens do Mearim – acreditava Mendonça Furtado – era o de afastar os incômodos Acoroás, Timbiras e Gueguês que também assolavam o vizinho Piauí.²⁹⁹

“Desinfestar-se o rio Mearim de alguns gentios bravos”, todavia, revelou-se mais difícil do que fez supor ao rei o governador do Estado.³⁰⁰ Em julho de 1752, Vasconcelos Lobo pediu o apoio dos moradores do rio para a organização de uma bandeira. Aos que desejassem se engajar na empresa estava garantida a repartição “*pro racta* [das presas] e que são cativos de boa condição os que nesta guerra se fizerem”. Um mês depois, a expedição já estava organizada e entregue ao comando de João do Rego Castelo Branco, mas o governador ainda precisaria do auxílio do capitão José Gomes Ferreira “para tão justa guerra de que depende o sossego de todo o Estado”.³⁰¹

Diante dos diversos problemas identificados por Vasconcelos Lobo nos primeiros meses de sua gestão, não é de espantar que o governador procurasse se certificar com seus

²⁹⁸ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 201-203.

²⁹⁹ Ibidem, t. 1, p. 139-140. Carta ao rei de 26 de dezembro de 1751.

³⁰⁰ Ibidem, t. 1, p. 140.

³⁰¹ BNL. Seção de Reservados. PBA 621, fls. 18-20.

interlocutores na Corte do cumprimento de algumas promessas de remuneração e fazer novos requerimentos. Pela leitura da mencionada carta ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real, de 17 de dezembro de 1751, fica patente a preocupação do governador em reiterar acertos anteriores à sua partida, tratados em correspondência com D. José I pouco depois da posse.

Em primeiro lugar, pretendia assegurar a manutenção do soldo de tenente-coronel, uma vez que já havia experimentado a insuficiência dos vencimentos de governador do Maranhão. Além dos expedientes para acrescentar seus proventos, lembrou a promessa de uma patente feita por Diogo de Mendonça Corte Real “quando tive a honra na minha partida de beijar-lhe a mão e como a voz dos senhores secretários de Estado é a de El Rei não duvido que já tenha tido efeito”.³⁰² Os pedidos e as promessas deixados no cais de Lisboa ganharam o arremate final quando o governador engrossou o coro dos administradores que, mal chegados aos seus postos, clamavam pelo retorno a Portugal.³⁰³

Em tom de súplica, transcorridos menos de quatro meses da posse, Luís de Vasconcelos Lobo pleiteou novamente a proteção de Diogo de Mendonça Corte Real – depois de ter recorrido diretamente ao soberano – para não ficar no cargo “um dia mais dos três anos, pois desde que aqui estou não tenho tido uma hora de saúde [...] e aqui não há quem me valha porque não há médico, cirurgião, nem botica”.³⁰⁴ Descontadas as agruras de quem servia ao rei em território tão inóspito, só mesmo os ganhos auferidos pela comissão poderiam interessar a Vasconcelos Lobo. Não são conhecidos os efeitos dos requerimentos, mas, de certo modo, ele obteve o alívio para suas angústias.

³⁰² Idem.

³⁰³ A correspondência ativa do marquês do Lavradio, governador da Bahia e vice-rei do Estado do Brasil contém várias passagens em que o administrador de vazão à ânsia de retornar a Lisboa e reclamava das intempéries sofridas. Apesar disso, tinha clara noção de que sua honra estava em jogo no desempenho do Real Serviço. Ver *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972 e *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: SEEC/RJ, 1978.

³⁰⁴ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601.

2.4.3 – A sombra da morte

No dia 11 de dezembro de 1752, um domingo, “das duas horas para as três depois da meia noite” faleceu Luís de Vasconcelos Lobo. Suas forças começaram a definhar 10 dias antes, quando escreveu a Lisboa comunicando seu precário estado de saúde: “não como nada há cousa de mês e meio que não vomite, não tenho mais que pele e ossos”. Por isso, pedia ao interlocutor que informasse às autoridades a sua situação “porque eu nem capaz estou de fazê-lo, e não sirvo a El Rei com o cadáver, só com a pessoa”.³⁰⁵

A morte colheu muitos administradores coloniais no exercício de suas funções, como Rodrigo César de Meneses, que faleceu no mar quando seu navio se dirigia ao porto do Rio de Janeiro, na volta do governo de Angola – seu corpo foi salgado para não se corromper e colocado em um caixão de açúcar. Na medida do possível, atendendo à condição do falecido – membro de importante família com tradição na administração ultramarina –, o governador interino do Rio de Janeiro, brigadeiro José da Silva Pais, movido também pela admiração que confessou nutrir pelo morto, providenciou um funeral à sua altura. É importante salientar que na análise desse episódio da trajetória de Rodrigo César de Meneses, Laura de Mello e Souza afirmou que o comportamento diante da morte e o modo como os defuntos foram tratados variaram de acordo com as circunstâncias do tempo e do lugar.³⁰⁶

A causa da morte de Luís de Vasconcelos Lobo não é clara. Diz-se que a mesma se deu por “desgostos”, pois desejava ampliar os efetivos militares acreditando que as rendas dos cofres públicos eram suficientes para os soldos. Para isso, intensificou o recrutamento na capitania e oficiou à metrópole solicitando o envio de mais seis companhias de Infantaria. Essa versão dá conta de que o governador agiu com base em cálculos equivocados de Lourenço Belfort, contador dos contos do Maranhão, e quando deu por si os ofícios já tinham

³⁰⁵ BNL. Seção de Reservados. PBA 621, fls. 98 e 105.

³⁰⁶ Laura de Mello e Souza. “Morrer em colônias: Rodrigo César de Meneses, entre o mar e o sertão”. In: _____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 284 e 291 e p. 303-306.

seguido para Lisboa.³⁰⁷ Não parece pertinente atribuir aos eventuais desacertos do irlandês a responsabilidade sobre a morte do governador quando o próprio Vasconcelos Lobo comunicou à metrópole que os cofres estavam exauridos.

O lugar do governador falecido foi assumido interinamente pelo capitão de Infantaria Severino de Faria, oficial mais antigo do Maranhão.³⁰⁸ A solução não teria sido do agrado de Mendonça Furtado, pois além de muito idoso, o capitão seria dado a excessos como abrir a correspondência do capitão-general que seguia de São Luís para Belém.³⁰⁹ De qualquer forma, o velho oficial dividia opiniões. Para uns era “homem virtuoso, comedido e prudente”, enquanto seus desafetos ressaltaram que “não soube se conduzir com acerto e equilíbrio na governança”, devido a atritos com o capitão de granadeiros João Teles de Meneses Melo.³¹⁰

Não foram encontrados na correspondência de Mendonça Furtado indícios concretos de arbitrariedades cometidas por Severino de Faria. Contudo, um trecho de carta do capitão-general a Diogo de Mendonça Corte Real sobre o estado das tropas do Maranhão, transmitiu uma impressão bastante desfavorável da oficialidade da capitania: “dos [cinco] capitães, estão dois incapazes, e os outros também não estão para demasiado trabalho, à exceção do capitão D. Manuel de Castelo Branco, que poderá ter 50 anos, e que até eu sair do Maranhão o deixei robusto e em boa disposição”.³¹¹ Com cerca de 70 anos, Severino de Faria devia ser um dos dois capitães que não dispunham de energia suficiente para continuar no Real Serviço.

Logo após o falecimento de Luís de Vasconcelos Lobo foi disparada uma peça, ato que prosseguiu até o corpo deixar o Palácio do Governo. Toda a artilharia dos baluartes e da Fortaleza de São Francisco foi carregada e a bandeira portuguesa colocada a meio mastro. A

³⁰⁷ Cf. César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão* *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon & Seleta, 1970, p. 338-339.

³⁰⁸ Ibidem, p. 339.

³⁰⁹ Arthur Cezar Ferreira Reis. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948, p. 138.

³¹⁰ Cf. Mário Martins Meireles. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP - Serviço de Documentação, 1960, p. 166.

³¹¹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 171.

primeira descarga de tiros aconteceu quando o féretro deixou o Palácio; a segunda na entrada da igreja de Santo Antônio, local do enterro, e a terceira no momento em que o caixão baixou à sepultura. De “armas rendidas e caixas enlutadas” a Infantaria acompanhou o cortejo, disparou três descargas no adro da igreja e mais três quando se retirou.³¹²

É interessante perceber a preocupação das autoridades no que concerne à dignidade do funeral. O secretário de governo do Maranhão, Paulo Caetano de Amorim, fez questão de afiançar a Mendonça Furtado que o funeral não ocorreu como ele secretário gostaria, “mas sim como o Estado da Terra o permitiu”.³¹³ A partir da consulta aos livros de assento de óbitos da freguesia da Sé, apurou-se que o governador foi amortalhado com o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo e enterrado no capítulo do Convento de Santo Antônio.³¹⁴ As declarações do secretário Paulo Caetano de Amorim também não deram pistas sobre o perfil do governador. Se a justificativa em letras grandes – a falta de meios nos cofres públicos – para o modo como foi realizado o funeral carregava certo ar de desconsolo, por outro lado, preservou a dúvida sobre a real condição do falecido.

A sombra da morte se projetou mais uma vez em solo maranhense uma semana depois. No dia 18 de dezembro faleceu, aos 60 anos, D. Frei Francisco de São Tiago, bispo da diocese desde 1747.³¹⁵ O franciscano retornava da fazenda de Lourenço Belfort, às margens do rio Itapecuru, “onde tinha ido tomar leites e soros e experimentar se a mudança de ares lhe fazia algum benefício”.³¹⁶ O retiro não surtiu o efeito desejado, pois o prelado faleceu na canoa que o transportava de volta a São Luís. O médico que o acompanhava “lhe fez

³¹² BNL. Seção de Reservados. PBA 621, fl. 109.

³¹³ BNL. Seção de Reservados. PBA 621, fl. 115.

³¹⁴ Cf. César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão...*, p. 338. Foi consultado o volume correspondente aos anos de 1739 a 1754.

³¹⁵ D. Frei Francisco de São Tiago nasceu na freguesia de São Tiago do Sopo, em Valença do Minho, no ano de 1692, filho de João Domingues Espinhosa e de Maria Domingues Vales. Cf. Arlindo Rubert. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1988, v. 3, p. 363. Exerceu os cargos de examinador das três ordens militares, deputado da Junta da Bula da Cruzada e visitador eclesiástico de sua Ordem nos Açores. Cf. Mário Martins Meireles. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977, p. 133.

³¹⁶ BNL. Seção de Reservados. PBA 621, fl. 111.

anatomia” e descobriu “os bofes do senhor bispo parte comidos, e parte corruptos, com bastantes tubérculos, e que parece milagre o ter vivido há tempos com moléstia tão capital”. Após a retirada dos intestinos, devidamente salgados, o corpo foi embrulhado em um couro de boi e conduzido até São Luís, aonde chegou dois dias depois. Celebradas as exéquias na casa do bispo, o sepultamento foi realizado na catedral da Sé.³¹⁷ No espaço de uma semana, o Maranhão ficou desprovido do braço secular e do braço eclesiástico, pilares fundamentais da colonização portuguesa.

Desaparecido o governador, os projetos consubstanciados nas instruções elaboradas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado ficaram temporariamente suspensos. Mas a morte de Luís de Vasconcelos Lobo gerou uma reflexão importante no que se refere ao perfil dos administradores coloniais do Maranhão, que pode ser estendida aos do Estado como um todo. Coube a Mendonça Furtado, em carta endereçada ao secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, uma tentativa de revisão dos critérios de recrutamento dos governadores:

[...] aquela capitania [do Maranhão] se acha no último desamparo; necessita com a maior brevidade de um governador, e governador que não só seja soldado, mas que saiba da arrecadação da Fazenda Real; que cuide nas plantações, no comércio e em instruir aquela rude gente, e que finalmente se não lembre de sorte alguma do seu interesse particular.³¹⁸

A experiência adquirida nas primeiras impressões do Pará e do Maranhão certamente constituiu a base de tais argumentos. É certo que uma repartição dotada de vasta fronteira com domínios de monarquias rivais precisava de homens capazes de prover a sua defesa. Mas o binômio experiência administrativa/formação militar considerado na escolha dos governadores ultramarinos excetuava o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Tal situação

³¹⁷ BNL. Seção de Reservados. PBA 621, fl. 111. Com a morte de D. Frei Francisco de São Tiago a diocese do Maranhão permaneceu sede vacante por alguns anos. A administração eclesiástica ficou a cargo de alguns vigários capitulares até a chegada de D. Frei Antônio de São José, em 1757. Cf. Mário Martins Meireles. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão...*, p. 137-147.

³¹⁸ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 343.

perduraria, apesar dos protestos de Mendonça Furtado, prevalecendo o modelo de recrutamento concebido em Portugal.

2.5 – Um homem da “grei oficial”: Gonçalo Pereira Lobato e Sousa

O brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa não chegou ao Pará com a incumbência de assumir a responsabilidade da administração colonial. Ocupava um posto de oficial de primeira plana no Exército português e, apesar da idade avançada, comandava um dos dois Regimentos de Infantaria enviados de Lisboa para secundar os trabalhos da comissão de limites encarregada do Tratado de Madri. Acompanhado dos filhos João Pereira Caldas – o mais velho entre os homens – e Gonçalo José Pereira de Castro e Caldas, desembarcou em Belém no dia 20 de julho de 1753, sendo nomeado coronel do destacamento sediado na cidade enquanto aguardava os preparativos da expedição que seguiria para o Rio Negro.³¹⁹

Gonçalo Pereira contava mais de 60 anos de idade quando chegou ao Pará. Os registros sobre a origem familiar e a carreira – iniciada no Oriente ainda bem jovem – não precisam sua data de nascimento, mas a julgar pelos alvarás relativos ao seu ingresso na Ordem de Cristo, deve ter nascido por volta dos anos 1680/1690.³²⁰ A falta do processo de habilitação impediu o conhecimento da idade do militar no momento em que recebeu a distinção – se tivesse menos de 18 anos, precisaria da dispensa régia.³²¹

³¹⁹ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Memória das pessoas que desde o princípio da colonização governaram as duas capitanias, do Maranhão e Grão-Pará. 1783 (fl. 16v). Ver também Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 430.

³²⁰ IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 94, fls. 307-308. Os alvarás para receber o hábito, ser armado cavaleiro e professar, na Índia, datam de 1705.

³²¹ Um dos itens dos interrogatórios consistia em averiguar se o habilitando tinha menos de 18 anos (menoridade) ou mais de 50 (maioridade). Fernanda Olival afirma que este último “defeito” precisava ser dispensado pelo rei. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 340. A menoridade também pode ser considerada passível de dispensa, haja vista o caso de João Pereira Caldas, habilitado aos 17 anos. Fernanda Olival informa, ainda, que a menoridade era um dos motivos de burla das provanças, precedida da ocupação mecânica e da condição de cristão-novo. *Op. cit.*, p. 409.

O acesso aos quadros da Inquisição como familiar do Santo Ofício, um veículo de privilégios e de nobilitação, possibilitou a verificação da origem familiar e do *status* pessoal de Gonçalo Pereira.³²² O processo de habilitação, concluído com o recebimento da carta de familiar em 9 de junho de 1741, confirmou as impressões sobre a idade que devia ter na ocasião em que se tornou cavaleiro da Ordem de Cristo (tinha em torno de 50 anos quando ingressou na familiatura) e revelou outros aspectos relevantes da vida do militar.

Era o filho mais novo de João Pereira Caldas (de quem o neto herdaria o nome) e de D. Mariana Catarina de Lençóis e Azevedo. Natural da freguesia de São Salvador de Cambezes, em Monção (origem de quase toda a família), vila da província do Minho (Norte de Portugal) próxima à fronteira com a Galiza, era neto do lado paterno de Gonçalo Rodrigues de Caldas e de D. Grimaneza Pereira de Castro e, por parte de mãe, de Manuel Salgado de Azevedo e D. Catarina de Castro e Andrade. Por ser casado à época das diligências, a ascendência de sua mulher também passou pelo crivo dos representantes do Santo Ofício, a fim de comprovar a sua limpeza de sangue, ou seja, a ausência de parentesco com judeus, mouros, índios ou negros.³²³

A esposa de Gonçalo Pereira, D. Joana Maria Pereira de Castro, era filha de João Gomes Pereira de Castro e D. Antônia Teresa de Vilas Boas. Era neta por parte de pai de Bartolomeu Pereira de Castro e de D. Antônia Pereira de Castro, e, pelo lado materno, de João Pereira do Rego e D. Teresa Maria de Vilas Boas. A coincidência dos sobrenomes dos pais e avós (paternos e maternos) de D. Joana Maria sugere a troca de noivos entre as famílias Pereira de Castro, de Monção, e Vilas Boas, da próxima vila de Viana do Castelo.³²⁴ E o fato

³²² IANTT. Habilitações do Santo Ofício. Maço 8, diligências 135. Todas as informações biográficas e de parentesco de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa encontram-se no referido processo de habilitação a familiar do Santo Ofício. Para as atribuições e privilégios dos familiares do Santo Ofício, ver Ronaldo Vainfas. “Familiares do Santo Ofício”. In: _____. (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

³²³ Ronaldo Vainfas. *Op. cit.*

³²⁴ IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra J, maço 4, doc. n.º 2. O processo é de João Pereira Caldas, governador aqui estudado, no qual consta que sua avó materna, D. Antônia Teresa de Vilas Boas, era natural de Viana do Castelo.

de o primogênito do casal, João Pereira Caldas, ter nascido em 1736, sugere um casamento tardio – Gonçalo Pereira devia ter mais de 40 anos quando se uniu a D. Joana.

Realizadas as diligências em Monção, especialmente nas freguesias de Cambezes e de Lara, concluiu-se que Gonçalo Pereira Lobato e Sousa era realmente filho dos pais declarados, neto dos avós constantes do processo e que todos era limpos de sangue e reputados cristãos velhos. Apurou-se também, de acordo com os requisitos para se tornar familiar do Santo Ofício, que o habilitando “trata[va]-se como cavaleiro rico, com liteira, cavalos e mais bestas e criados”. Disseram as testemunhas, inclusive, que possuía mais de 20 mil cruzados, mas o comissário encarregado das provanças arbitrou que Gonçalo Pereira dispunha de mais de 30 mil. A posse de riquezas era desejável para que o candidato à familiatura pudesse arcar com as despesas do longo processo de habilitação e “resistisse à tentação de seqüestrar os bens dos suspeitos em proveito próprio”.³²⁵

Um aspecto relativo ao passado de Gonçalo Pereira poderia comprometer sua habilitação, caso não estivesse plenamente resolvido na ocasião das diligências. Durante as inquirições, descobriu-se que o militar – casado apenas uma vez – “tivera no estado de solteiro um filho em uma moça solteira, [...] que mandara criar e formar e fora letrado”, já falecido. Conforme o processo, sua mãe era cristã velha.³²⁶

A família de Gonçalo Pereira tinha tradição de serviços em diferentes partes do Império português, em especial no Oriente. Seu pai, João Pereira Caldas, serviu em Monção até 1669, quando embarcou para a Angola, permanecendo na África até 1676. De lá passou a Bahia, de onde retornou a Portugal. Herdou os serviços de seu irmão mais velho, Gregório Pereira Soares, contados de 1640 a 1646. Nesse período, Gregório Soares atuou em campanhas na Galiza (1642 e 1643) até embarcar, em 1646, para a Índia, falecendo seis anos depois. No Oriente, socorreu as fortificações do norte do Estado contra os mouros e comboiou

³²⁵ Ronaldo Vainfas. “Familiares do Santo Ofício”. In: _____. (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

³²⁶ IANTT. Habilitações do Santo Ofício. Maço 8, diligências 135.

diversas embarcações de Mombaça, Baçaim e Moçambique. Por esses serviços, o irmão João Pereira Caldas recebeu, em 1678, a mercê de uma tença no valor de 100 mil réis anuais.³²⁷

Os “segundos” serviços de João Pereira Caldas – os “primeiros”, relatados acima, foram somados aos do irmão Gregório – começaram a ser contados no governo da praça de Caminha, no Minho, de abril de 1687 a setembro de 1700. Por esses serviços, recebeu o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. A tença recebida graças ao acréscimo dos valiosos serviços do irmão Gregório foi dividida em partes iguais entre dois filhos, Antônio Pereira de Castro Caldas e Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, em 1702. Este, por sua vez, legou o benefício ao seu primogênito.³²⁸

Esta era a condição do brigadeiro quando desembarcou em Belém. Cerca de um ano depois, foi deslocado do comando do Regimento de Infantaria da cidade para o governo do Maranhão. À primeira vista, a medida parece ter sido tomada para evitar o dispêndio de mais tempo até a nomeação e a chegada de um novo administrador para a capitania. Luís de Vasconcelos Lobo havia morrido em fins de 1752 e em seu lugar assumira, interinamente, o capitão Severino de Faria, que logo provocou a insatisfação do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Mas, as relações pessoais – verificadas mais tarde nas promoções de João Pereira Caldas – justificavam a escolha do brigadeiro.

No dia 3 de agosto de 1753, Gonçalo Pereira foi nomeado governador do Maranhão.³²⁹ Em carta ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real, de 12 de outubro, mostrou-se grato pela mercê e, de certo modo, apreensivo, pois

[...] para satisfazer a minha obrigação, quisera que o meu préstimo igualasse ao zelo com que sempre me empreguei no serviço de Sua Majestade, e espero que este supra alguma parte do muito que conheço que me falta [...] **em uma ocasião em que naquela capitania (conforme as notícias que**

³²⁷ IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 67, fls. 33v-35.

³²⁸ Idem. Ver também IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Pedro II, livro 7, fl. 232v.

³²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 34, doc. 03416.

tenho) se necessitava de um governador em que concorressem todas as circunstâncias que reconheço faltam em mim.³³⁰

As últimas palavras do recém-nomeado poderiam significar apenas o reconhecimento da falta de talentos, artifício retórico freqüente na correspondência dos administradores coloniais para protestar humildade perante a graça régia. Mas, a situação do Maranhão após a morte de Luís de Vasconcelos Lobo e a reflexão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o perfil ideal do governador para aquela capitania em apuros dão outro sentido às palavras de Gonçalo Pereira. Militar experiente, tendo ocupado postos importantes na hierarquia do Exército, e com uma folha de serviços que se estendia da província do Minho ao Estado da Índia, nunca havia desempenhado a função governativa.

A nomeação indica também a confiança no brigadeiro e o seu pertencimento a um círculo íntimo de colaboradores de Mendonça Furtado e de Sebastião de Carvalho e Melo. O estabelecimento de relações de amizade e de alianças com os dois personagens pode ser exemplificado pelo fato de que o procurador de Mendonça Furtado, em Portugal, era ninguém menos que um irmão de Gonçalo, frei Luís Pereira, abade na freguesia de Cambezes. As requisições de peças de vestuário, de alfaia, de cuidados com empenhos do capitão-general no Reino, eram acompanhadas de notícias do irmão e do sobrinho do abade:

[...] seu sobrinho [João Pereira Caldas] [...] aqui se conserva com muito boa saúde e com grande gosto meu, porque na sua idade não é fácil achar-se outro moço algum com tantas prendas [...]. Do senhor governador do Maranhão [Gonçalo Pereira Lobato e Sousa] tive muito boas notícias. Deus queira continuar-lhe saúde, porque serve à Sua Majestade com zelo, préstimo e honra, e satisfaz inteiramente a sua obrigação.³³¹

Tempos depois da partida do novo governador para São Luís, D. Frei Miguel de Bulhões escreveu a Sebastião José de Carvalho e Melo para tratar de assuntos de ordem administrativa e fez questão de elogiar o procedimento de Gonçalo Pereira “por quem ficou

³³⁰ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fls. 61-62. Grifo nosso

³³¹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 860. Ver também t. 1, p. 324-328.

chorando toda esta terra, quando se ausentou para o Maranhão”.³³² Suas considerações demonstraram as boas graças que recaíam sobre o brigadeiro. Havia também grande expectativa sobre a sua gestão, pois na carta a Diogo de Mendonça Corte Real acima citada, mencionou: “com [o] governador e capitão-general do Estado tenho conferido e hei de conferir ainda miudamente as dependências daquela capitania”.³³³ Assim, procurava mostrar sintonia com as demandas de recuperação do Maranhão, adiada pela morte repentina de Luís de Vasconcelos Lobo.

2.5.1 – A recuperação do Maranhão

A tarefa de recuperar o Maranhão não se limitava ao aspecto material. Havia também o anseio de restaurar a independência da capitania que durante 130 anos (1621-1751) fora a “cabeça” do Estado. O inconformismo com a decisão da Coroa de inverter as posições das principais cidades da região, elevando Belém à condição de sede administrativa da repartição, manifestou-se atrelado a uma série de progressos creditados ao Gonçalo Pereira, que tomou posse em 29 de novembro de 1753.

Meses antes, em 12 de maio, o provedor-mor da Fazenda Faustino de Afonseca Freire e Melo enviou uma conta ao capitão-general Mendonça Furtado sobre o estado da capitania juntamente com alguns projetos para o seu adiantamento.³³⁴ O discurso apontava dois meios para aumentar as rendas do Maranhão: as manufaturas e o comércio. Aludindo a uma conta enviada no ano anterior, o provedor chamou a atenção para as promissoras culturas da cana, do cacau, do café, canela, tabaco e, principalmente, do algodão. Sobre este produto, “patrimônio da terra de que vivem todos”, assentava a possibilidade de aumento dos

³³² IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Carta de 27 de novembro de 1753.

³³³ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fls. 61-62.

³³⁴ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.9, fls. 164v-169. Essa referência abrange todas as citações da conta do provedor Faustino de Afonseca Freire e Melo.

rendimentos, pois constituía a matéria-prima para as manufaturas de tecidos destinados ao fardamento das tropas e de meias que substituiriam as de lã importadas.

Para Faustino de Afonseca, além de fornecer a vestimenta para os soldados das capitanias do Maranhão e do Pará, contribuindo para reativar o comércio da primeira, as manufaturas permitiriam o emprego da escravaria indígena, retirada dos aldeamentos missionários em número que não compromettesse o funcionamento dos mesmos (o provedor requeria permissão para recrutar 50 índios) e de grande quantidade de órfãos que viviam miseravelmente.

A conta do provedor expunha também uma série de dificuldades enfrentadas pelos moradores, algumas delas sentidas de perto pelo antigo governador Vasconcelos Lobo. Não havia botica, médicos nem cirurgiões no Maranhão. Para remediar esses problemas, Faustino de Afonseca propunha a vinda de um boticário do Reino, em lugar de se esperar a chegada de uma botica em cada frota que se dirigia ao Estado. Quanto ao segundo problema, sugeria que a Coroa recorresse aos “estudantes médicos a que chamam partidos” da Universidade de Coimbra, os quais “eram obrigados a estar prontos para donde [...] os mandasse[m]”.

Algumas anotações do provedor foram corroboradas por uma representação da Câmara de São Luís, redigida após uma viagem de correição do ouvidor Manuel Sarmento. Os camaristas se apressaram em apontar – com a anuência do governador recém-empossado – os “meios mais eficazes para o adiantamento da capitania do Maranhão”, fiando-se em que a nova administração sinalizava o caminho para a volta à situação anterior à mudança de capital.³³⁵

Em tom apologético, o texto da representação lembrava ao monarca que o Maranhão era capaz de gerir seus próprios negócios sem a necessidade de recorrer a Belém. Para tanto, era preciso fomentar as suas potencialidades. Segundo os camaristas de São Luís, “esta cidade

³³⁵ BNL. Seção de Reservados. PBA 624, fls. 14-16v. Essa referência abrange todas as citações à representação da Câmara de São Luís.

[...] se acha situada em bom clima e fertilíssimo país, [possui] bom porto para a segurança dos navios e o mais conveniente que se acha no Brasil para a navegação de Europa”.

A “produção da terra” consistia na cana, colhida de 15 a 20 anos no mesmo terreno; no tabaco, “não só melhor que o do Brasil, mas sim do que o de todo o mundo”; no algodão, “incomparavelmente melhor que o do Pará”; na canela, que seria “tão boa como a do Ceilão”, caso fosse cultivada de forma regular; além do anil, que “tem chegado nesta terra à perfeição do da Índia”; do gengibre; da criação do bicho-da-seda; do arroz e da extração de madeiras próprias para a construção naval e outras obras.

Os extensos campos do Maranhão prestavam-se à criação de gado vacum em quantidade suficiente para abastecer “a maior povoação da Europa” desde que se abrissem caminhos em direção à cidade e houvesse quem salgasse as carnes “de modo que pudessem chegar a Europa”. Apesar das suas potencialidades, a terra fora povoada “de gente rústica, a maior parte das ilhas”, que se acostumou com o suficiente para a sua subsistência e entregou-se à ociosidade como os índios. Ao invés de desenvolverem o comércio dos produtos locais, os habitantes da capitania se contentaram em esperar os gêneros que vinham do Pará.

Os “meios para avivar o cultivo e o comércio” – o fomento da agricultura era um dos principais tópicos das instruções passadas a Luís de Vasconcelos Lobo – consistiam, primeiramente, em abolir as frotas. As embarcações partiam de São Luís, completavam a carga em Belém antes de seguir para o Reino em períodos determinados. A representação expressava o desejo de que o rei declarasse livre o comércio entre Portugal e o Maranhão no circuito Lisboa – São Luís – Lisboa “a todo o tempo que qualquer mercador quisesse mandar sua embarcação, sem ser obrigado a esperar por frotas ou comboios”. Assim, poderiam ser realizadas duas ou três viagens anuais em vez de uma.

Apesar da sugestão dos camaristas de São Luís, a regulação da partida das frotas foi patenteada pelo decreto de 28 de novembro de 1753, assim como o estabelecimento das Casas

de Inspeção, e ratificada pelo alvará de 23 de dezembro do mesmo ano. Com a legislação foram fixados “os tempos certos para irem e voltarem as frotas, e laborarem as Casas de Inspeção removendo eficazmente os obstáculos que antes se tinham afetado para continuarem as desordens”.³³⁶

Transcorridos vários meses desde a representação da Câmara de São Luís e da publicação das mencionadas leis, Sebastião José de Carvalho e Melo comentou com Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre maquinações na Corte a respeito da regularidade das frotas, por meio de solicitações que pediam o indeferimento da medida julgada inexecutável. “Porém, [declarou o secretário de Estado ao irmão], sempre com o sucesso que era natural, porque, não se podendo ocultar às claríssimas luzes de Sua Majestade o dolo de tais requerimentos, foram todos rejeitados pelo dito senhor sem a menor hesitação”.³³⁷

Na América também se “maquinou” contra a regularidade das frotas. Oficiais régios ligados a comandantes de navios tratavam de inviabilizar o sistema a fim de lucrar com carregamentos particulares, não faltando aqueles que “pussem o dedo na testa dos maranhotos (sic), ameaçando-os de que nada carregariam se lhes não dessem os fretes que eles lhes taxassem”.³³⁸

As medidas tomadas pela Coroa com vistas a extirpar abusos e conter as liberdades justificavam, portanto, a adoção do sistema de partidas regulares. Assim estariam salvaguardados os carregamentos para o Reino e o Estado do Grão-Pará, contrariando-se as demandas daqueles que representavam os interesses locais. Em suma, enquanto os colonos preconizavam maior liberdade de circulação para suas mercadorias, desejo encampado pelo próprio governador Luís de Vasconcelos Lobo, a Coroa adotava medidas centralizadoras para

³³⁶ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 665.

³³⁷ Ibidem, t. 2, p. 665. Carta de 15 de março de 1755. O sistema de frotas só foi extinto em 1765.

³³⁸ Ibidem, t. 2, p. 665-666.

evitar o contrabando e a ação dos comissários volantes. Tal orientação ficou patente na criação da Junta do Comércio, em 1755.³³⁹

O segundo meio para remediar o estado deplorável da capitania seria “mandar por em praça a quem mais barato o fizer a quantia de 400 escravos de Guiné por ano [...] de idade de 12 até 20 anos”, estabelecendo-se o prazo de cinco anos para que os compradores liquidassem o valor dos negros. Com isso, floresceriam as lavouras e o comércio e em pouco tempo não seria necessário, por exemplo, aguardar o dinheiro enviado de Portugal para o pagamento da Infantaria.

O discurso veiculado na representação da Câmara de São Luís articulando a revitalização do Maranhão à recuperação de seu *status* político na gestão de Gonçalo Pereira perpassou todo o seu primeiro triênio (1753-1756). Nesse período, o brigadeiro tomou conhecimento das demandas locais, expressas na conta do provedor Faustino de Afonseca e na representação acima citada, bem como dos principais problemas a enfrentar, alguns deles já identificados por seu antecessor. No decorrer de 1754, percorreu sua jurisdição a fim de averiguar as urgências da capitania e em fevereiro do ano seguinte oficiou à Corte informando o resultado das inspeções. Considerava essencial fortificar a barra do rio dos Mosquitos e a baía de São José para proteger São Luís de invasões estrangeiras e mostrou-se igualmente preocupado com a defesa da vila de Santo Antônio de Alcântara.³⁴⁰

Ao necessário conhecimento da realidade do governo, seguiram-se os projetos de revitalização do Maranhão. Agindo de acordo com os interesses locais, Gonçalo Pereira deu início a algumas obras que se encarregariam de solucionar problemas de longa data. Uma delas levou a Câmara a se articular para que o brigadeiro permanecesse mais um triênio e a

³³⁹ Cf. Francisco José Calazans Falcon. “Pombal e o Brasil”. In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. 2ª ed., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2001, p. 232. O autor inseriu a Junta do Comércio no âmbito das reformas pombalinas mercantilistas e fiscalistas. O órgão tinha como atribuições: controlar a saída das frotas, coibir a ação dos comissários volantes, evitando o contrabando, e fiscalizar o peso e a qualidade dos rolos de tabaco e as caixas de açúcar (p. 232-234).

³⁴⁰ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Ofício de 27 de fevereiro de 1755.

Coroa a satisfizesse o anseio de independência em relação ao Pará. Para incentivar as criações de gado e o comércio de carne e de outros víveres, o governador mandou abrir à sua custa – dada à escassez de rendimentos públicos – um caminho de aproximadamente uma légua, desde o rio dos Mosquitos até os campos dos Perizes.³⁴¹

A medida asseguraria não só o abastecimento dos moradores. A frequência do caminho tornaria a região – um ponto estratégico na defesa de São Luís – menos vulnerável aos invasores. Na ocasião em que a obra foi realizada, a Câmara de São Luís enviou uma representação a D. José I louvando as benfeitorias do governador e agradecendo a mercê de sua nomeação, que resultara na “geral paz e sossego” dos súditos maranhenses.³⁴² Afirmando que o brigadeiro Gonçalo “desprezava as próprias conveniências”, os camaristas aproveitaram o ensejo para reiterar a demanda da separação das duas capitanias do Estado. Para tanto, buscaram se apropriar dos feitos do governador e usaram como argumento a inferioridade de sua condição perante Mendonça Furtado.

O discurso da municipalidade sustentava que a patente de Gonçalo Pereira, que se achava “diminuta de capitão-general”, era uma desonra para ele e para a “nobre e leal cidade de São Luís”. A justificativa para o requerimento vinha dos privilégios adquiridos no século XVII com a expulsão dos holandeses, estendidos aos cidadãos do Pará, e da longa permanência do Maranhão como “cabeça” do Estado. A inversão da posição entre as duas capitanias não correspondeu às expectativas dos maranhenses, crentes que a nomeação de Luís de Vasconcelos Lobo (1751), a quem foi dado o título de capitão-general, representaria a independência do Maranhão. Em suma, quatro anos depois, estavam profundamente inconformados em ter de “recorrer ao Pará nas dúvidas que a eles oferecerem”, principalmente, por ser a cidade de São Luís mais antiga.

³⁴¹ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Carta de 22 de julho de 1755.

³⁴² *Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos)*. CD 4, cx. 34, doc. 03561. Essa referência abrange todas as citações da representação da Câmara de São Luís, de 19 de julho de 1755.

A efetivação do título de capitão-general significaria, na visão dos camaristas, o reconhecimento do bom governo do brigadeiro e o alívio para a “desconsolação” do Maranhão. Para resolver o problema, solicitavam mais um triênio para Gonçalo Pereira, com o devido acréscimo do título de capitão-general à patente. A concessão o estimularia a realizar mais benfeitorias, pois “pelo discurso (sic) dos anos” se verificariam “os aplausos e lucros com que o governador já tem aumentado esta capitania muito à custa de sua fazenda”.

Disposto a colaborar no projeto de restauração das conquistas do Norte, Gonçalo Pereira abriu caminhos “rompendo mangues e fazendo pontes ou estivas de grosso modo nas partes de grandes atoleiros”, favorecendo a comunicação de São Luís, “toda rodeada de mar, [por] estar formada em ilha”, com os sertões da capitania. Se antes os gados atravessavam em várias canoas com grande perigo e despesas para o açougue público, assim como outros gêneros distribuídos na capital, passariam a trafegar com mais segurança, incrementando o comércio local e, conseqüentemente, as rendas públicas. Eis o outro lado das pretensões da Câmara de São Luís. As obras patrocinadas pelo governador aumentariam os rendimentos da municipalidade, “tão pobre, [...] para a sustentação das despesas, e gastos contínuos da casa, festas e aposentadorias”. Por isso, pretendiam obter a licença régia para explorar a passagem dos gados.

Um aspecto precisa ser discutido. Quando os camaristas enalteceram os empreendimentos de Gonçalo Pereira e louvaram seu desinteresse, dissimularam mal o funcionamento do sistema de recompensas vigente naquela época. Posto que o governador fosse rico e interessado apenas em restaurar a economia do Maranhão, decerto não desprezava o retorno que suas ações poderiam garantir nem a possibilidade de agradar aos seus aliados.³⁴³

³⁴³ Em carta de 10 de julho de 1755, comentando com Sebastião José de Carvalho e Melo os alvarás sobre provimento de postos no Regimento de Infantaria do Maranhão, Gonçalo Pereira pediu que os enviados do Reino para tenente-coronel e sargento-mor fossem substituídos por seus filhos, respectivamente João Pereira Caldas e Gonçalo José Pereira Caldas, que já se achavam no Pará. IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Um ano depois, recebeu uma carta do mesmo secretário na qual este dizia que João Pereira Caldas “tem no seu merecimento a maior recomendação para ser adiantado, e meu irmão [Francisco Xavier de Mendonça Furtado] a quem vai ordem para prover os postos, se não descuidará de o servir (sic) como eu farei

Três dias depois da representação em tela, em 22 de julho de 1755, o brigadeiro escreveu a Sebastião José de Carvalho e Melo comunicando a decisão de abrir à sua custa, “sem o menor concurso da Câmara, nobreza e povo”, um caminho terrestre para a passagem dos gados das terras firmes da capitania para São Luís.³⁴⁴ Em resposta, obteve a gratidão régia e a garantia de que sua “ação ficará em memória para ser remunerada com os seus serviços”.³⁴⁵

O primeiro triênio de Gonçalo Pereira terminou com um golpe nas pretensões dos cidadãos do Maranhão. Seus planos de instalação de uma manufatura de tecidos de algodão foram frustrados por uma proposta similar, apresentada pelo bispo e governador interino do Estado, D. Frei Miguel de Bulhões, ao Conselho Ultramarino. Aprovada por D. José I, a manufatura seria implantada no Pará e abastecida com algodão maranhense. Revogaram-se as leis que limitavam a extração do gênero, estimulou-se a ocupação dos povos e o comércio da capitania, previu-se a concessão de privilégios para animar os lavradores, mas todas as medidas reforçaram a dependência do Maranhão em relação ao Pará.³⁴⁶

O segundo e o terceiro triênios de Gonçalo Pereira (1757-1761) foram voltados para a aplicação das leis de liberdade dos índios; a fundação de vilas a partir dos aldeamentos indígenas e a expulsão dos jesuítas. Embora exceda os limites desse trabalho analisar cada um dos aspectos da política pombalina para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, não é demais salientar as correspondências enviadas por Mendonça Furtado a Gonçalo Pereira, relativas à liberdade dos índios e ao trato com os missionários, em especial os jesuítas. Em suma, os

sempre a tudo o que pertencer a V.S.^{am}. BNL. Seção de Reservados. PBA 624, fl. 168. Apesar da resposta favorável, Gonçalo Pereira não deixou de reiterar o pedido de mercê em favor dos filhos ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real, em ofício de 21 de outubro de 1756. *Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos)*. CD 4, cx. 37, doc. 03675.

³⁴⁴ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601.

³⁴⁵ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 22v-23 (doc. 38).

³⁴⁶ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 22v-23 (doc. 40). Ao projeto da companhia de comércio (1755), concretizado ainda no primeiro triênio de sua administração, o governador aderiu pessoalmente, adquirindo duas cotas enquanto seu filho mais velho, João Pereira Caldas, uma. Cf. Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, v. 1, p. 230-234.

passos do brigadeiro seguiram as indicações de Mendonça Furtado, fundadas no espírito do *Diretório*.³⁴⁷

Em ofício de 10 de novembro de 1757 enviado ao secretário Tomé Joaquim Corte Real, o governador do Maranhão deu provas de que compreendia os propósitos das leis de liberdade dos índios, que se tornariam “opulentos” e garantiriam o aumento das rendas reais. Manifestou a mesma adesão à separação entre a tutela temporal e a religiosa ao mencionar no referido ofício que os índios “conhecerão o bem que se lhes segue de Sua Majestade conferir-lhe a administração e jurisdição temporal transmitindo-se a espiritual ao ordinário”.³⁴⁸

No Maranhão, a criação das vilas seguiu os mesmos preceitos verificados no Pará. Autorizado a adotar nas novas povoações os nomes que achasse mais convenientes, Gonçalo Pereira deu início às fundações com Viana e Monção, topônimos intimamente ligados à sua história familiar.³⁴⁹ Em Guimarães, vila erigida em 1759, avançou na organização dos assentamentos povoando o núcleo com os índios que serviam aos particulares. A medida mereceu a aprovação de Mendonça Furtado, bem como a advertência de que o brigadeiro precisava agir com “grande cautela, modo e prudência”, a fim de evitar que “engrossando-se a nova vila não haja escândalo grave nas pessoas em cujas casas assistiam os ditos índios”.³⁵⁰

No que diz respeito aos jesuítas, a expulsão foi seguida da tarefa de averiguar os bens que possuíam para definir os critérios de redistribuição entre os colonos maranhenses. A carta régia de 18 de junho de 1760, endereçada a Manuel Bernardo de Melo e Castro e extensiva ao governador do Maranhão, previa a repartição das fazendas dos jesuítas privilegiando-se os oficiais militares portugueses; em segundo lugar, os oficiais nascidos na capitania e, por último, “aquelas pessoas distintas” que não possuísem bens de raiz. Os contemplados deviam ser casados (a estrutura familiar e o trabalho regular nos padrões europeus inspirariam os

³⁴⁷ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 1053ss.

³⁴⁸ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fl. 65.

³⁴⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *Op. cit.*, t.3, p. 1066 e 1135-1136.

³⁵⁰ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 100-100v (doc. 137).

índios libertos do cativeiro) e estavam excluídos da repartição os que “tendo terras próprias as deixaram por negligência sem cultura”.³⁵¹

À primeira vista, de acordo com o balanço que o próprio Gonçalo Pereira fez ao final do seu segundo triênio, o Maranhão caminhava a passos largos rumo à superação de suas dificuldades materiais. Em carta endereçada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 10 de maio de 1759, comentou os progressos da capitania desde a sua chegada. As remessas de escravos africanos trazidas em navios da Companhia de Comércio eram todas vendidas, contrariando as expectativas negativas de que a pobreza de meios impediria os moradores de absorver aquela mão-de-obra; as casas, forradas de palha, passaram a ser cobertas de telhas – “o luzimento dos homens, mulheres e filhos se aumenta”.³⁵²

Se em 1753 só havia uma pequena fábrica de solas do irlandês Lourenço Belfort, seis anos depois o número subira para 11. Os navios partiam carregados de produtos da terra – “os algodões se aumentam consideravelmente pelo bem que a Companhia os reputa”. Na data da mencionada correspondência seguiam mais de 3.000 mil arrobas de gengibre e outras especiarias para o Reino. Também se mostrava promissora a plantação de amoreiras na fazenda de Lourenço Belfort, no rio Itapecuru, assim como a criação do bicho-da-seda.

No entanto, o balanço do governador, que não terminaria o terceiro triênio, omitia problemas que as contas enviadas a Lisboa não disfarçaram (outras dificuldades acabaram por se manifestar nos primeiros anos do governo de Joaquim de Melo e Póvoas). Em uma das últimas correspondências oficiais remetidas de Lisboa, o rei atentou para o conteúdo do livro de receita e despesa do Maranhão e do Piauí, que ainda mantinha suas contas atreladas ao primeiro apesar de ter começado a se estruturar administrativamente em 1759.³⁵³

³⁵¹ IANTT. Casa Galveias. Maço 1 – Manuel Bernardo de Melo e Castro (correspondência de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa).

³⁵² IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Esta referência abrange o parágrafo seguinte.

³⁵³ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 167-167v (doc. 286). Carta régia de 17 de junho de 1761. Essa referência abrange as citações nos dois parágrafos seguintes.

Nos registros financeiros apresentados, D. José percebeu “o muito que as despesas exced[iam] às receitas”, o que contrariava as impressões e tendências extremamente positivas apresentadas por Gonçalo Pereira nos últimos anos, e reclamou urgência na solução dos problemas da Real Fazenda. O monarca acreditava que a criação de novas vilas, o aumento da população, a repartição das terras (principalmente as da Companhia de Jesus) e dos gados elevariam a arrecadação dos dízimos e, conseqüentemente, as receitas da capitania.

Uma das principais causas do déficit na capitania era o baixo valor das arrematações do contrato dos dízimos. Quanto a isso, D. José ordenou ao governador a melhor articulação com o braço religioso num esforço para que os súditos cumprissem as pastorais que os exortavam a pagar o dízimo referentes aos produtos da terra. O brigadeiro deveria examinar com mais cuidado o valor dos gêneros, estabelecendo a arrematação do imposto por freguesias. E naquelas onde houvesse “frutos que possam ter boa saída”, a mesma não precisava ser feita “em uma só massa a dinheiro” como se praticava.³⁵⁴

Não obstante os problemas decorrentes da faina administrativa, os moradores reiteraram a aprovação ao governo de Gonçalo Pereira. Em 1760, Francisco Pereira e Vicente Ferreira da Costa agradeceram em nome dos maranhenses as benfeitorias e os progressos alcançados na capitania sob a direção do brigadeiro. O comércio havia crescido sobremaneira abarrotando os navios; o gengibre e o algodão eram abundantes e poderiam dar ainda mais frutos se a Companhia do Grão-Pará e Maranhão aumentasse a oferta de escravos negros; o cravo continuava a ser descoberto, dessa vez nas matas próximas ao rio Pindaré, e “as amoreiras nos prometem uma grande esperança de ser mui útil o arbítrio da sua plantação”.³⁵⁵

³⁵⁴ D. José I se referia à pastoral de 20 de setembro de 1761, pela qual o bispo do Maranhão, D. Frei Antônio de São José, exortava os moradores a pagar os dízimos. IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Sete anos e meio antes, em 20 de março de 1754, D. Frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará, conclamou os fiéis a pagar, “sob pena de excomunhão maior”, os dízimos referentes a todos os frutos e hortaliças, gados, aves, peixes, tartarugas, manteigas, queijos e mais produtos da terra. IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598.

³⁵⁵ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.9, fls. 181-182.

É conveniente ressaltar que os argumentos dos moradores equivaliam à opinião dos negociantes de grosso trato e dos grandes proprietários e produtores diretamente interessados nas benfeitorias implantadas na administração de Gonçalo Pereira. Por isso, sua fala, assim como a da Câmara – espaço de representação dos interesses locais –, só realçava aspectos positivos. Mas, como se viu acima, a realidade era bem diferente. Sendo assim, o projeto de separação do Pará ficou adormecido. A Coroa portuguesa ainda levaria tempo para decidir pelo desmembramento da jurisdição do Estado do Grão-Pará e Maranhão (ver 1.2).

2.5.2 – Ocaso de uma longa trajetória

Os percursos de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa no período compreendido entre a sua passagem pela Índia no final do século XVII e início do XVIII, e a chegada a Belém, não são bem conhecidos. Sua inserção no Real Serviço tornou-se mais visível quando, idoso, foi convocado para engrossar as fileiras de militares que auxiliariam Francisco Xavier de Mendonça Furtado na demarcação do Tratado de Madri. Antes de vir para a América, cumpriu um ritual observado por outros agentes que se deslocavam no Real Serviço: redigiu um testamento, extensivo à esposa D. Joana Maria Pereira de Castro.³⁵⁶

O documento dá a conhecer o patrimônio de Gonçalo Pereira, o restante de sua prole, critérios de divisão de bens, seu posto militar, dados sobre sua família e da esposa, e os ritos fúnebres estipulados para o casal. Pelo testamento, sabe-se que Gonçalo Pereira gozava o foro de fidalgo da Casa Real e se achava no posto de mestre-de-campo na província do Minho na ocasião da partida para o Grão-Pará. Sobre a família de D. Joana Maria, seu pai, João Gomes Pereira de Castro, fora cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício,

³⁵⁶ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Essa referência abrange todas as citações do testamento de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa.

fidalgo da Casa Real e mestre-de-campo de um terço do Minho, demonstrando a similaridade dos atributos de nobreza entre a sua família e a de Gonçalo Pereira.

O testador desejava ser amortalhado com uma túnica de São Francisco, com o manto e paramentos da Ordem de Cristo, “metido em um caixão tosco” e sepultado em um jazigo de sua propriedade na capela-mor de Nossa Senhora dos Milagres, na vila de Monção. A D. Joana Maria estava reservado funeral similar. Seu corpo deveria ser vestido com o hábito das carmelitas descalças de Santa Teresa, depositado em “caixão competente à sua pessoa” e enterrado na igreja do Colégio de Nossa Senhora da Misericórdia e São Filipe Néri, também em Monção. A definição da última morada e da mortalha fazia parte da retórica testamentária. Segundo Ana Cristina Araújo, era comum o recurso aos hábitos franciscano e carmelita, exatamente como se verifica nas declarações acima, muitas vezes cobertos pelo hábito da “ordem militar a qual o morto pertencia”, no caso o da Ordem de Cristo.³⁵⁷

Se o local do sepultamento – para o qual foram destinados 100 mil réis de esmola – indicava a condição nobre do casal, o ritual em si tinha aparência menos aristocrática: o enterro deveria ser feito “nos lajedos daquelas igrejas, sem eças, estrados, nem conserto algum”. Uma ressalva importante: “[...] e falecendo qualquer um de nós fora deste termo se nos dará sepultura naquelas igrejas em que falecermos”. Outras prescrições relativas aos dois enterros estavam de acordo com uma tendência verificada nos testamentos de meados do Setecentos lusitano. Nos primeiros 25 anos do século XVIII, por exemplo, não era comum incluir o caixão nas despesas funerárias. O recurso ao mesmo, ainda que circunscrito às classes mais abastadas – detalhe que ilustra a condição social do brigadeiro – “torna-se, a partir de meados do século, mais freqüente”³⁵⁸ – note-se que o testamento de Gonçalo Pereira foi elaborado por volta de 1753.

³⁵⁷ Cf. Ana Cristina Araújo. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Notícias Editorial, 1997, p. 233-234.

³⁵⁸ Ibidem, p. 233.

Pelo documento, é possível conhecer também alguns traços da constituição do patrimônio de Gonçalo Pereira. Em sua companhia residia um tio “mentecapto” da esposa, Afonso Pereira de Castro, que lhes doara todos os rendimentos de seus morgados. Por isso, além das 200 missas que o brigadeiro estipulava para si e a esposa, em sufrágio de suas almas, declarava que seus herdeiros deveriam mandar celebrar o mesmo número de ofícios em favor do tio Afonso, antes ou depois de o casal falecer. Entre os bens arrolados, estavam todos os prazos doados pela mãe do testador, D. Catarina dos Lençóis; a Quinta de Serdeiras, deixada por um tio, o padre João Ventura Pereira de Caldas; a Quinta de Sende, onde boa parte da família nasceu, e vários campos.

A administração dos bens após a morte do testador obedeceria à ordem de sucessão e à varonia. João Pereira Caldas era o mais velho dos homens. Antes dele vinham D. Mariana Josefa, religiosa no Mosteiro de Nossa Senhora da Penha da Conceição, em Braga, e D. Antônia Teresa, carmelita descalça em Coimbra com o nome de Maria Antônia. A João Pereira Caldas seguiram João Manuel; Gonçalo José; Luís José Pereira Caldas e a caçula D. Francisca Luísa de Castro, que devia ser criança na época da redação do testamento, uma vez que os irmãos que acompanharam o pai na viagem para Belém tinham 16 e 17 anos.

Mais do que ilustrar a forma como Gonçalo Pereira desejava dispor de seus bens ou ser enterrado, a análise do testamento abriu a possibilidade de visualizar concertos familiares interessantes. Parte do seu patrimônio, na forma de prazos ou rendimentos de bens vinculados ao morgadio, foi obtida por doação de parentes: um tio de D. Joana Maria, que poderia ser solteiro ou não ter geração, dispôs de seus vínculos em favor do casal; outro, religioso, legou uma quinta ao sobrinho. Os exemplos tangenciam, ainda que sutilmente, o papel desempenhado por irmãos e/ou tios no acrescentamento do cabedal das famílias, principalmente os que ocupavam altos cargos eclesiásticos.³⁵⁹

³⁵⁹ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003, p. 77.

A posse de bens (vinculados ou não), a ostentação de símbolos de distinção social, a exemplo do hábito da Ordem de Cristo e da carta de familiar do Santo Ofício, e o próprio fato de a família estar radicada em uma vila (Monção) distante da Corte, caracterizam Gonçalo Pereira Lobato e Sousa como um representante da elite provincial lusitana. Sua identidade, segundo Nuno Monteiro, era mais “fluida” que a da nobreza cortesã, uma vez que aquela em geral não possuía senhorios jurisdicionais ou títulos nobiliárquicos.³⁶⁰

Após passar o cargo ao seu sucessor, Joaquim de Melo e Póvoas, em 16 de julho de 1761, Gonçalo Pereira teria que esperar até novembro para embarcar, acompanhado do filho Gonçalo José (João Pereira Caldas permaneceria governando o Piauí), na frota que os levaria de volta a Portugal. Mas o peso dos anos (devia ter seus 75 anos) e as fadigas da administração de uma capitania deficitária impediram-no de beijar a mão de Sua Majestade e de reverenciar seus protetores antes de rever a família e respirar novamente os ares minhotos.

Talvez não imaginasse que a cláusula de exceção prevista em seu testamento, segundo a qual seu enterro aconteceria na igreja do local onde falecesse, viesse a ser cumprida. O fato é que semanas antes de retornar à Corte, por volta do dia 11 de outubro de 1761, hemorragias intestinais se manifestaram com intensidade tal que fizeram o brigadeiro Gonçalo pressentir a inevitável aproximação da morte. Reunindo forças, três dias depois escreveu algumas cartas declarando ter se confessado e recebido os últimos sacramentos. Tentou preparar condignamente a passagem, escrevendo longamente sobre sua situação e instruindo aos filhos a respeito de pendências particulares, mas nem mesmo chegou a assinar os papéis.³⁶¹

Outra carta com data de 14 de outubro é, grosso modo, um segundo testamento escrito (sem assinatura) por Gonçalo Pereira. Manifestava suas últimas vontades dispondo de alguns bens como prataria, roupas e escravos entre os filhos João e Gonçalo José Pereira Caldas. Determinava também a cobrança de dívidas, o recebimento de valores referentes à sua

³⁶⁰ Nuno Gonçalo Monteiro. *Elites e poder...*, p. 76.

³⁶¹ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601.

participação acionária na Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o pagamento de despesas com botica, cirurgiões e a oferta de esmolas.³⁶² Desejava ser enterrado com o hábito da Ordem de Cristo, em caixão tosco, assim como estava estabelecido em seu primeiro (e oficial) testamento, na capela da Madre de Deus, na Sé. O transporte da urna funerária foi encarregado a seis soldados pobres aos quais foi destinada a quantia de dois mil réis a título de esmola.³⁶³

O falecimento se deu no dia 23 de outubro de 1761 e o sepultamento ocorreu, consoante o segundo testamento, em uma capela da Sé do Maranhão.³⁶⁴ A morte de Gonçalo Pereira foi comunicada por João Pereira Caldas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em fevereiro do ano seguinte. Na carta, o governador do Piauí pediu a atenção do secretário para a Casa de sua mãe, que sofrera grande prejuízo devido à prolongada ausência do pai, e a mercê de um posto militar em um dos Regimentos do Minho para seu irmão mais novo, Luís Pereira Caldas.³⁶⁵

O brigadeiro que assumiu uma capitania combalida financeiramente, cujos moradores desejavam ardentemente reaver um estatuto perdido com as reformas administrativas no Estado, tinha ao menos duas possibilidades de encerrar sua longa trajetória no Real Serviço: cair em descrédito perante seus governados, haja vista ser um homem de idade avançada e sem experiência na administração colonial, ou ser louvado pelos esforços empregados na recuperação da sua jurisdição, identificando-se com as demandas locais, sem se perder das diretrizes emanadas da metrópole.

³⁶² Os valores atrasados referentes aos soldos de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, de seu filho Gonçalo José Pereira Caldas, que terminou por embarcar sozinho para o Reino, e dos demais oficiais da comitiva do governador falecido foram pagos por meio de uma letra de 12 de novembro de 1761. O montante de 7:069\$418 réis foi satisfeito pelos administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, talvez porque os cofres públicos estivessem exauridos. IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fls. 187-188.

³⁶³ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601.

³⁶⁴ Cf. César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon & Seleta, 1970, p. 341. Cita o livro de assentos de óbitos da freguesia da Sé, referente aos anos de 1754 a 1779, em que se acha registrado (fl. 128v) o falecimento de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa sem deixar testamento porque não o assinou.

³⁶⁵ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Carta de 25 de fevereiro de 1762.

A última parte da segunda possibilidade foi justamente o que fez Gonçalo Pereira Lobato e Sousa ficar conhecido como um homem da “grei oficial”.³⁶⁶ Sobre a sua identificação com os projetos e anseios dos maranhenses pouco ficou registrado. Embora seja considerado um bom governante na história do Maranhão colonial, sua atuação ficou obscurecida pela ação administrativa de seu sucessor, Joaquim de Melo e Póvoas.

³⁶⁶ Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948, p. 139.

São José do Rio Negro

2.6 – Do Rio Negro ao Maranhão: Joaquim de Melo e Póvoas

Pode parecer contraditório que na história da administração colonial as ações de um governador respaldadas pelas autoridades metropolitanas e louvadas por seus subalternos ficassem consolidadas em memórias e na historiografia enquanto ele permaneceu uma figura obscura. Foram justamente os 22 anos de permanência nas conquistas do Norte que tornaram conhecida a existência de Joaquim de Melo e Póvoas. As informações a seu respeito são extremamente escassas, duvidosas ou equivocadas. Pouco ou nada se sabe de sua origem, filiação, formação e experiências anteriores à carreira no ultramar, aspectos essenciais ao conhecimento e à análise de suas “histórias de vida”, na concepção de trajetória formulada por Pierre Bourdieu.³⁶⁷

Nas pesquisas em fontes genealógicas comumente utilizadas na configuração das biografias dos governadores ultramarinos nada foi apurado a respeito de Melo e Póvoas. Nos dicionários, a escassez de dados se confunde com a imprecisão dos registros. Joel Serrão, por exemplo, indicou simplesmente que o personagem é do século XVIII, demonstrando total desconhecimento das suas datas de nascimento e de morte.³⁶⁸ César Augusto Marques tampouco acrescentou informações substanciais sobre a origem, filiação, formação e experiências de Melo e Póvoas.³⁶⁹ Pela data em que faleceu, maio de 1787, aos 65 anos, concluiu-se que nasceu por volta de 1722.

Quanto à carreira, sabe-se que era militar da Cavalaria por meio de uma carta na qual relembrou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado uma promessa feita por Tomé Joaquim da Costa Corte Real, quando Melo e Póvoas deixara Lisboa para assumir o governo do Rio

³⁶⁷ Pierre Bourdieu. “A ilusão biográfica”. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 183-191.

³⁶⁸ Joel Serrão. “Póvoas, Joaquim de Melo e”. In: _____. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Iniciativas Literárias, 1971, v. 5.

³⁶⁹ César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão...*, p. 345.

Negro. O secretário afirmara “que com qualquer serviço Sua Majestade me faria a mercê de me mandar passar patente de coronel [...] o que peço [...] que seja para a Cavalaria aonde me criei”³⁷⁰, embora o missivista não mencionasse o posto ocupado à época da partida (a patente só seria incorporada ao título de governador quando da nomeação de Joaquim Tinoco Valente, em 1763).

Não obstante o conhecimento da opção pelas armas, seu memorial de serviços não acusa qualquer participação em missões ou campanhas de relevo. As experiências no Real Serviço começaram com a nomeação para o governo da capitania de São José do Rio Negro, em 14 de julho de 1757 e se estenderam ao longo período à frente do Maranhão.³⁷¹ Na ocasião em que Melo e Póvoas despontou como servidor régio deu a conhecer uma significativa, porém questionável relação parental. Em toda a correspondência de sua lavra é recorrente o tratamento de “tio” dispensado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado e a Sebastião José de Carvalho e Melo.

O parentesco remoto – Joaquim de Melo e Póvoas seria terceiro neto de Sebastião de Carvalho, moço fidalgo, desembargador do Paço, cavaleiro da Ordem de Cristo e bisavô de Mendonça Furtado e de Carvalho e Melo³⁷² – aparentemente não foi recuperado pelos genealogistas e houve quem o considerasse apenas a manifestação de afinidades pessoais.³⁷³ No entanto, na conjuntura em que o secretário Carvalho e Melo multiplicava o seu prestígio,

³⁷⁰ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761)*. Transcrição paleográfica e introdução do Prof. Samuel Benchimol. Manaus: Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, 1983, carta n.º 21.

³⁷¹ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 11, fl. 378. Ver também Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 119, n.º 1 (Serviços de 1790) e maço 129, n.º 28 (Serviços de 1791).

³⁷² Cf. Martim de Albuquerque. *Para a história das idéias políticas em Portugal (uma carta do marquês de Pombal ao governador do Maranhão em 1761)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [1968], p. 7. A informação prestada por Albuquerque provém de Luís Moreira de Sá e Costa. *Descendência dos primeiros marqueses de Pombal*. Porto: Tipografia Costa Carregal, 1937, p. 27-28.

³⁷³ Arthur Cezar Ferreira Reis apresenta Joaquim de Melo e Póvoas como “sobrinho afim” de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de seu irmão. Cf. *História do Amazonas*. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 121. Em Felgueiras Gayo, por exemplo, não há indício do parentesco entre Joaquim de Melo e Póvoas, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Sebastião José de Carvalho e Melo. O que se encontra é a genealogia de um primo do governador, quase homônimo, Joaquim Francisco de Melo e Póvoas, que não pode ser confundido com o biografado, como será mostrado adiante. *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. III, p. 456.

sobretudo após o terremoto de Lisboa – Melo e Póvoas foi nomeado quase dois anos depois do sinistro –, tal vínculo parece ter sido o mais significativo e o único a merecer realce, pois nas missivas enviadas e recebidas pelo governador não foi encontrada a mais leve menção sobre pais, irmãos ou demais familiares. Nesse sentido, não importava que o parentesco fosse distante. Bastava evocá-lo e colocar-se sob a proteção dos “tios”.

A descoberta de dados biográficos de Melo e Póvoas resultou igualmente escassa pelo fato de o mesmo não ostentar qualquer símbolo de distinção social, por exemplo, o hábito de uma ordem militar, tal como os demais governadores estudados. Estes foram agraciados, sobretudo com um hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo (à exceção de Fernando da Costa de Ataíde Teive, cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada). Mesmo os documentos relativos aos pedidos de remuneração de serviços pouco acrescentaram à biografia e à trajetória dessa espécie de sobrinho pobre que saiu da obscuridade ao se tornar o primeiro governador da capitania do Rio Negro e um dos mais aclamados do Maranhão no período colonial.

2.6.1 – Nos confins da Amazônia: o governo do Rio Negro

Em carta de 6 de julho de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado solicitou ao seu irmão que beijasse as mãos do rei em agradecimento pela atenção com que olhava para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, ordenando uma série de medidas para o seu “restabelecimento”: as leis que libertariam os índios do cativeiro e extinguiriam a tutela temporal dos missionários; a criação de uma companhia de comércio e a fundação da capitania de São José do Rio Negro, ratificada meses antes da referida correspondência.³⁷⁴

Sobre este último projeto, a carta acima traduzia o verdadeiro sentido da criação de uma unidade desmembrada da jurisdição do Pará, embora seu governador fosse subalterno ao

³⁷⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty (doravante AHI). Doc. 38 – Carta do irmão ao marquês de Pombal pedindo providências para o engrandecimento dos Estados, 1755. Documentação Joaquim Nabuco. Série Portuguesa.

governador e capitão-general do Estado. Para Mendonça Furtado, àquela altura primeiro comissário encarregado da demarcação do Tratado de Madri, o estabelecimento era

[...] tão essencial, que sem el[e] era impossível que Sua Majestade [...] fosse senhor desta grandíssima parte dos seus domínios, mais do que no nome, a qual nunca serviu de outra cousa mais do que de asilo de celerados, que aqui faziam quanta casta de atrocidades se podiam imaginar, dando-se sempre uma dificuldade grande em se evitarem aquelas desordens; porque além de muitas delas serem os seus autores bem apadrinhados, a larguíssima extensão deste imenso país não permitia que se dessem as eficazes providências que eram precisas para as evitar.³⁷⁵

A partir do trecho acima, verifica-se a concretização de uma premissa já bastante debatida pela historiografia a respeito da fundação: a capitania respondia à necessidade de garantir a soberania portuguesa sobre o vasto território amazônico, impondo-se a autoridade régia em uma extensão de terras ocupadas de forma dispersa e irregular por missões religiosas, milhares de índios, e assoladas por régulos que agiam como se desconhecem os princípios da lei e da ordem.³⁷⁶ Nesse sentido, acreditava o governador do Estado que

[...] havendo aqui [no Rio Negro] um governador com uma capital, e vilas estabelecidas no seu governo, além de todas as gentes, que andam dispersas por estes sertões, se congregarão a elas para viverem em sociedade, e cultivarem assim as terras com mais método, vigiará assim o governador [...] sobre estes delinqüentes, e vadios para os prenderem, e fazer conter nos seus excessos, e viver-se neste importante país, como mandam, não só as leis de S. M., mas do Direito Natural, que todas aqui eram desconhecidas”.³⁷⁷

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Sobre os motivos que levaram à fundação da capitania de São José do Rio Negro, a historiografia parece estar de acordo com os mesmos pressupostos. Mário Ypiranga Monteiro afirmou que a iniciativa da Coroa se deu em razão da “*sólida desconfiança do monarca quanto à marcha que tomavam os acontecimentos na colônia*”, referindo-se à demarcação do Tratado de Madri para garantir o domínio português sobre os territórios ocupados e à necessidade de defendê-los. *A capitania de São José do Rio Negro (antecedentes históricos e fundação)*. Manaus: [s/ed.], 1953, p. 110-111. Arthur Reis falou do progresso material da região, na sua defesa, na civilização dos índios e, principalmente, na garantia da soberania de Portugal em função da presença de missionários nos limites com domínios espanhóis. *História do Amazonas*. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 119. Para Nádia Farage, a criação da capitania do Rio Negro também estava diretamente relacionada à defesa das fronteiras, focalizando especificamente a região do Rio Branco, ameaçada pelos holandeses. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991, p. 81-82.

³⁷⁷ AHI. Doc. 38 – Carta do irmão ao marquês de Pombal...

Pela data da carta em análise, as considerações de Mendonça Furtado se respaldavam na carta régia de 3 de março de 1755, que regulava a fundação de São José do Rio Negro. O documento preconizava que a capitania, enquanto governo formalmente constituído, deveria atender ao aumento do número de “fiéis iluminados da luz do Evangelho pelo próprio meio de multiplicação das povoações civis”.³⁷⁸ Além disso, havia a necessidade de incrementar o comércio da região por meio da exploração mais racional das drogas do sertão.

Mas a execução desse plano de assistência material e espiritual aos súditos portugueses no Rio Negro, diretamente ligado ao povoamento e à evangelização, não poderia ser garantida a partir de uma administração centralizada em Belém. Sendo assim, para que “os mais que ficarem nos matos” pudessem ser assistidos temporal e espiritualmente, considerando-se a “vastidão do mesmo Estado que tanto dificulta o recurso às duas capitanias do Grão-Pará e de São Luís do Maranhão”, o rei decidiu “estabelecer um terceiro governo, nos confins ocidentais desse Estado cujo chefe será denominado governador da capitania de São José do Rio Negro”, concedendo privilégios (os mesmos dos oficiais da Câmara de Belém) e isenções fiscais para incentivar a ocupação da região. Os moradores teriam prioridade no exercício de funções administrativas e estariam liberados do pagamento de alguns tributos (à exceção do dízimo), como fintas e talhas, pelo prazo de 12 anos contado a partir da criação da capitania.³⁷⁹

A carta régia de 3 de março de 1755 estabelecia que a nova capitania confinava “pelas duas partes do Norte e do Ocidente até as duas raias setentrional e ocidental dos domínios de Espanha”, preocupando-se em estipular textualmente apenas os limites com os territórios de Castela, pois as fronteiras com as “duas outras partes do Oriente e do Meio Dia” seriam

³⁷⁸ Cf. Mário Ypiranga Monteiro. *A capitania de São José do Rio Negro...*, p. 109. Carta régia da criação da capitania do Rio Negro: 3 de março de 1755. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 61 (97): 59-63, 1898.

³⁷⁹ Cf. Mário Ypiranga Monteiro. *Op. cit.*, p. 110. Ver também Ângela Domingues. “Rio Negro, capitania de São José do”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

determinadas pelo governador do Estado, como de fato ocorreu e foi registrado na carta de 10 de março de 1758, enviada por Mendonça Furtado a Joaquim de Melo e Póvoas.³⁸⁰

Alguns termos evocados na referida correspondência de Mendonça Furtado e na própria carta régia de fundação da capitania do Rio Negro podem ser analisados à luz das considerações de Anthony Pagden acerca do conceito de *Imperium*. De matriz clássica – consistia em uma forma de organização do governo característica dos romanos –, seus traços apareciam nas diretrizes da política colonial de algumas monarquias modernas, como Portugal, Espanha, França e Inglaterra.

O *Imperium* simbolizava o exercício da autoridade de um único soberano e legislador sobre um território – o *Dominium* –, dotado de uma diversidade de povos, tal como a Amazônia colonial. Seguindo essa orientação, o domínio territorial do monarca devia ser garantido por um aparato militar fundamental e guiado pela idéia de que o Império colonial fora concebido por Deus para a salvação do mundo; daí a importância da evangelização e da conversão do gentio.³⁸¹

Assim, fica esclarecida a proposta de fundação com o objetivo de estabelecer definitivamente as bases da soberania portuguesa no Rio Negro, fazendo com que aquelas terras passassem a ser de Sua Majestade “mais do que no nome”.³⁸² A capitania era um projeto complementar à demarcação do Tratado de Madri, pois ambos representavam a busca da consolidação dos domínios portugueses na região setentrional. Não foi à toa que o arraial de Mariuá foi o local escolhido para abrigar a expedição demarcatória comandada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e como ponto de encontro da comitiva espanhola.

³⁸⁰ Mário Ypiranga Monteiro. *A capitania de São José do Rio Negro...*, p. 110 e 112-114. Ver também a fonte possivelmente consultada pelo referido autor: Alexandre Rodrigues Ferreira. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estudo presente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 51(1), v. 76, 1888, p. 5-166. Citação referente às páginas 34 e 35.

³⁸¹ Cf. Anthony Pagden. *Señores de todo el mundo. Ideologías del imperio en España, Inglaterra y Francia (en los siglos XVI, XVII y XVIII)*. Barcelona: Ediciones Península, 1997, p. 23-44.

³⁸² AHI. Doc. 38 – Carta do irmão ao marquês de Pombal...

A desconfiança perene de que os vizinhos castelhanos poderiam se assenhorear do território para ter acesso à fonte das riquezas americanas na região mineradora também estava por trás do plano de criação da capitania do Rio Negro. A estratégica comunicação com Mato Grosso pelo rio Madeira, reaberta pouco tempo antes, devia ser preservada. Por isso, em uma carta escrita cerca de quinze dias depois daquela de 3 de março de 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo advertiu ao irmão sobre o cuidado no estabelecimento da nova capitania “pela indispensável necessidade de povoar essa fronteira ocidental, e de segurarmos com ela a navegação do rio da Madeira para o Mato Grosso, e a passagem daquelas minas para o Cuiabá”.³⁸³ Por tudo isso, urgia vigiar também os passos dos missionários espanhóis, principalmente os jesuítas, instalados próximo à fronteira com os domínios portugueses.³⁸⁴

Mas não foram apenas os espanhóis que mobilizaram os portugueses para a defesa das terras ocidentais. A região do Rio Branco, no extremo norte, ficou conhecida pela constante presença de holandeses do Suriname que comerciavam com os índios. E, antes mesmo da concretização do plano de criação da capitania do Rio Negro, testemunhos coevos serviram de base para ações no sentido de guarnecer o Rio Branco e o Negro. Uma das contribuições para este fim foi dada por frei José da Madalena, superior das missões dos rios Negro e Solimões, em carta ao secretário de Estado João Antônio Pinto da Silva, de 25 de junho de 1750.

Segundo o carmelita, em certa ocasião, três holandeses acompanhados de cinco negros e vários índios aliados penetraram na região, vindos do rio Esquim, onde possuíam fortalezas e povoações e “só na enchente do rio podem vir às nossas terras”. Indagados sobre suas intenções quando chegaram ao rio Branco, declararam que pretendiam “resgatar escravos com fazendas que traziam e a guerrear com quem lho impedisse”. Preocupado com a segurança e o funcionamento das missões sob sua direção, frei José da Madalena alertou:

³⁸³ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 16 – Cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, e de El-Rei ao mesmo e outros (fls. 19-19v).

³⁸⁴ Idem, fls. 19v-20.

Não há ano nenhum que os ditos holandeses não levem do Rio Branco muita gente, umas amarradas, e outras resgatadas e se se não impedir a que eles cá não tornem brevemente virão a ser senhores do Rio Negro.³⁸⁵

Pela ordem régia de 20 de abril de 1751, concluiu-se que a situação chegou ao conhecimento do rei de Portugal ainda em 1750, por intermédio do então governador do Estado, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, e que as incursões de holandeses se intensificaram “depois que mandara o mesmo governador por ordem recolher a tropa que se achava naqueles distritos”. A notícia dada por frei José da Madalena, que culminou na ordem régia de 1751 (emitida um dia depois da nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado), levou D. José I a pedir o parecer do novo governador sobre as ocorrências no Rio Branco que ameaçavam o Rio Negro. E insinuou a necessidade da organização de um governo mais próximo da região, uma vez que “pela capitania do Pará se não podia dar pronto remédio a isto em razão da muita distância”.³⁸⁶

Para conter as investidas de espanhóis e de holandeses e consolidar definitivamente um princípio inerente à noção de *Imperium*, a Coroa portuguesa ordenou a construção de algumas fortificações em pontos estratégicos do Rio Branco e do Rio Negro: São Joaquim do Rio Branco, São Gabriel da Cachoeira, São José de Marabitanas e São Francisco Xavier de Tabatinga, esta localizada na fronteira com o vice-reino do Peru.³⁸⁷ Ao passar pelo Rio Negro nos idos de 1780, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira deixou registrado no diário de sua viagem filosófica, por exemplo, que a Fortaleza de São Gabriel da Cachoeira era um “reduto de pedra e barro”, enquanto a de São José de Marabitanas consistia na “frente

³⁸⁵ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597. Nádia Farage citou o relato de frei José da Madalena como um dos testemunhos da presença holandesa no vale amazônico, que remontava ao século XVII. *As muralhas dos sertões...*, p. 75-83. A referência à carta de frei José da Madalena encontra-se nas páginas 79 e 80.

³⁸⁶ AHI. Doc. 31 – Ordem régia a Francisco Xavier de Mendonça, 1751. Documentação Joaquim Nabuco. Série Portuguesa.

³⁸⁷ Cf. Ângela Domingues. “Rio Negro, capitania de São José do” In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

somente de um quadrado fortificado, sobre a margem austral” do Rio Negro, “tudo construído de madeira com uma estacada aguçada”.³⁸⁸

Inicialmente, conforme previa a carta régia de 3 de março de 1755, a capital do Rio Negro seria estabelecida na vila de São José do Javari, uma antiga aldeia administrada pelos carmelitas no rio Javari. Mas a localidade teria sido desprezada em favor do arraial de Mariuá, preferido por Mendonça Furtado por oferecer melhores condições para ser a sede da capitania. A vila de São José do Javari era mais próxima dos domínios espanhóis. Além disso, argumentou o governador com o bispo do Pará, a capital devia ser estabelecida no rio que dava nome à capitania e no centro do seu território.³⁸⁹

O local era estratégico uma vez que o rio Negro ficava entre o Branco e o Amazonas, os “dous poderosos braços a que se há de estender o tal governo e ambos confinantes com as sobreditas nações [Espanha e Holanda]”. O rio Javari era considerado impróprio para a residência do governador “pela imensa praga que tem” e por ser muito distante das povoações do rio Branco, o que dificultaria o envio de socorro, caso fosse preciso, e o controle do contrabando dos índios com invasores.³⁹⁰

Apesar da mudança da capital, Mendonça Furtado sugeriu que o governador do Rio Negro residisse seis meses na vila de São José do Javari e a outra metade do ano em Mariuá, como já haviam feito os governadores e capitães-gerais do Estado dividindo-se entre São Luís e Belém.³⁹¹ A capitania subalterna à do Pará permaneceu sob o governo interino de Mendonça Furtado enquanto esteve em Mariuá aguardando a chegada dos comissários espanhóis. Ao deixar o arraial em 1756, foi substituído também provisoriamente pelo

³⁸⁸ Alexandre Rodrigues Ferreira. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estudo presente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 51(1), v. 76, 1888, p. 21-22.

³⁸⁹ Cf. Arthur César Ferreira Reis. *História do Amazonas...*, p. 120.

³⁹⁰ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761)*. Transcrição paleográfica e introdução do Prof. Samuel Benchimol. Manaus: Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, 1983. Carta n.º 2.

³⁹¹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 2, p. 780.

sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras (ou Felgueiras) que governou até a chegada de Joaquim de Melo e Póvoas em 1758.

Como se pode perceber, a instalação do aparelho burocrático da nova capitania demandou algum tempo desde a sua fundação. A administração da Justiça e da Fazenda só se tornou independente do Pará com a nomeação, em 30 de junho de 1760, do ouvidor Lourenço Pereira da Costa que acumularia a função de provedor da Fazenda. A administração eclesiástica ficou sob a responsabilidade de um vigário-geral e visitador nomeado pelo bispo do Pará e a ele subordinado. O primeiro indicado, em 18 de fevereiro de 1757, foi frei José da Madalena, substituído no ano seguinte pelo padre José Monteiro de Noronha.³⁹²

A implantação da administração eclesiástica, bem como da Justiça e da Fazenda, constitui um exemplo das dificuldades enfrentadas nos primeiros anos da nova capitania. Se a nomeação do ouvidor e provedor da Fazenda demorou seis anos para se efetivar – levando-se em conta que a criação de uma capitania nos confins ocidentais visava desonerar o governo do Pará –, a oferta do amparo espiritual, que também acompanhava o projeto colonizador no Rio Negro conheceu igualmente a morosidade das decisões e a escassez de meios.

Isso ficou patente em carta de D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa ao secretário Tomé Joaquim da Costa Corte Real em que comunicou a nomeação do padre José Monteiro de Noronha com a cômputo de 240 mil réis paga pela Fazenda Real do Pará. Cogitando a possibilidade de a despesa não ser autorizada, o prelado se antecipou e expressou a disposição do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado em dar de seu soldo a quantia de 140 mil réis e o governador do Rio Negro, Gabriel de Sousa Filgueiras, os 100 mil réis que faltavam, excluindo-se ele bispo da repartição alegando a exigüidade de sua cômputo.³⁹³

³⁹² Sobre a estrutura administrativa da capitania do Rio Negro, ver Arthur César Ferreira Reis. *História do Amazonas...*, p. 123. A vigararia do Rio Negro foi criada em 13 de abril de 1755 e confirmada por carta régia de 18 de junho de 1760. Alberto Gaudêncio Ramos. *Cronologia eclesiástica da Amazônia*. Manaus: Tipografia Fênix, 1952, p. 24-25. Ver também Alexandre Rodrigues Ferreira. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro...*, p. 33.

³⁹³ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Carta de 15 de março de 1758.

Não interessa prolongar mais a discussão das razões que levaram a Coroa portuguesa a implementar o projeto de uma nova unidade administrativa nos confins do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A historiografia já se encarregou de debater os propósitos da metrópole. Importa salientar, para efeito de satisfazer ao objetivo desse trabalho, como se deu a organização do governo da capitania de São José do Rio Negro, os primeiros agentes recrutados, a implantação dos sinais visíveis da autoridade régia, as instâncias administrativas e a execução dos planos de (re)colonização das conquistas do Norte: a liberdade dos índios e a fundação de vilas.

* * *

O aspecto da estruturação da capitania do Rio Negro que mais interessa é a nomeação de seu primeiro governador. Por se tratar de mais um governo militar dentro da jurisdição do Estado do Grão-Pará e Maranhão, era de esperar que a Coroa recrutasse um administrador que preenchesse os mesmos requisitos dos que passaram pela região no período pombalino, ou seja, um indivíduo sem vivência administrativa no ultramar, mas dotado de experiência militar. Quanto mais em se tratando de uma unidade que exigiria energia e poder de comando do titular, haja vista que São José do Rio Negro era uma capitania vasta, com extensa linha de fronteira com domínios da Espanha, da França, da Inglaterra e Holanda, de população escassa, dispersa, além de desorganizada militarmente.

Mas os critérios normalmente observados no recrutamento dos administradores coloniais não presidiram à escolha do primeiro governador do Rio Negro, sendo antes o favorecimento o que determinou a indicação de João Egas de Bulhões e Sousa, irmão do bispo do Pará. As instâncias de D. Frei Miguel de Bulhões junto aos seus interlocutores na Corte para beneficiar João Egas começaram por volta de 1753. Em 24 de novembro escreveu a Sebastião José de Carvalho e Melo pedindo a sua intercessão para que o irmão recebesse a

“mercê do filhamento” por achar-se “sem estado e em idade bastante crescida e entender eu [o bispo] que condecorado com o filhamento dará melhor estabelecimento à sua Casa”.³⁹⁴

A justificativa para a mercê não se coaduna com dados de uma recente biografia do prelado, segundo a qual, por volta de 1725, João Egas já era “irmão de maior condição” da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, tendo integrado a Mesa da Irmandade por longo tempo e servido como secretário de vários provedores, como D. Gabriel de Lencastre, 7º duque de Aveiro (1737-1738). Mais tarde, o próprio João Egas teria sido provedor da Misericórdia – um cargo de reconhecido prestígio – em diferentes ocasiões, a última delas de 1765 a 1766.³⁹⁵

Diante disso, concluiu-se que não era um indivíduo desprovido de meios nem de posição social, ao menos em sua localidade. Contudo, as instâncias de D. Frei Miguel apontavam para a tentativa de viabilizar a inserção do irmão no que Sérgio Cunha Soares denominou “arquétipo fidalgo”, ou ainda, em uma “cultura de nobreza” característica da Época Moderna.³⁹⁶ Ou seja, João Egas ingressaria no seio da fidalguia com matrícula – e privilégios – na Casa Real (moços-fidalgos, cavaleiros-fidalgos, fidalgos-escudeiros etc.), habilitados para exercer diversos ofícios palatinos.

Por outro lado, a escolha do irmão do prelado para governador do Rio Negro – veículo para posteriores recompensas – também não deixava de ser o reconhecimento do empenho que o dominicano demonstrava na condução dos negócios do Estado, além da gratidão pelo incentivo à fundação da capitania. D. Frei Miguel exaltou o projeto, conveniente para a promoção da civilização dos índios e a sua conversão à fé cristã, o aumento do comércio pela

³⁹⁴ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598.

³⁹⁵ Cf. Amaro Neves. *D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1706-1779)*: emérito bispo aveirense, governador do Grão-Pará e Maranhão. Aveiro: ADERAV/Junta de Freguesia de Aradas, 2006, p. 28.

³⁹⁶ Sérgio Cunha Soares. Nobreza e arquétipo fidalgo. A propósito de um Livro de Matrículas de Filhamentos (1641-1724). *Revista de História das Idéias*. Coimbra, v. 19, 1998, p. 403-455. Citações referentes às páginas 411 e 421.

extração das drogas do sertão e a defesa das fronteiras com domínios da Espanha e da Holanda.³⁹⁷

O próprio João Egas de Bulhões mostrou interesse no contato com os protetores de seu irmão. De Portugal, escreveu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 25 de março de 1753 agradecendo o favor e a lembrança do governador, fazendo votos de que D. Frei Miguel continuasse a colaborar satisfatoriamente com a administração do Estado e protestando a “veneração” que nutria pelo governador e capitão-general.³⁹⁸ As pesquisas sobre sua trajetória não evidenciaram os níveis de experiência que possuía no Real Serviço, nem mesmo se a indicação para o governo do Rio Negro representou o primeiro passo em sua carreira. Apesar de a experiência militar ser um requisito essencial na seleção dos governadores do Estado, não consta que João Egas tivesse alguma inserção no campo das armas. Nos registros que tratam de sua escolha nada é mencionado a esse respeito nem as referências à sua pessoa são precedidas de qualquer patente militar.

No dia 18 de março de 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo escreveu a Mendonça Furtado comentando a partida de Lisboa de alguns funcionários nomeados para diversos cargos no Estado do Grão-Pará e Maranhão. João Egas de Bulhões ocupava o terceiro lugar na lista. Atestado seu “procedimento muito honrado”, o secretário louvou a “boa instrução especulativa que até agora cultivou dentro em sua Casa”, mas advertiu que lhe faltava a “**ciência prática** [...] que ele adquirirá brevemente ajudando-se das consumadas experiências de seu irmão”.³⁹⁹ Um *post scriptum* do punho de Sebastião José revelou um dado intrigante: até a data em que a carta acima foi escrita, João Egas não havia se apresentado na Corte para embarcar, devendo partir quatro dias depois em outro navio. A partir dessa informação,

³⁹⁷ AHI. Doc. 35 – Carta do bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça, 1755. Documentação Joaquim Nabuco. Série Portuguesa.

³⁹⁸ BNL. Seção de Reservados. PBA 618, fl. 63.

³⁹⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 682. Grifo nosso.

tornou-se necessário acompanhar a correspondência de Mendonça Furtado para averiguar quando o novo governador chegou para assumir o cargo. Mas tal não aconteceu.

João Egas de Bulhões e Sousa nunca saiu de Portugal. E as razões para isso não são claras. Coberto de vergonha pela atitude desonrosa do irmão que desejava amparar, D. Frei Miguel, afinadíssimo com o discurso metropolitano (à época governava interinamente o Estado), procurou se desvincular da pessoa de João Egas, renegando-o e detratando-o perante seus protetores. Para justificar o ocorrido e contornar a situação, escreveu a Carvalho e Melo em 18 de julho de 1755, desolado porque a boa notícia da nomeação de seu irmão convertera-se em opróbrio:

Conheço a meu irmão perfeitamente. Tem uma suficiente instrução, e sempre foi dotado de um exemplar procedimento. Mas ao mesmo tempo é cobarde, irresoluto, vivendo verdadeiramente como filósofo antigo, que reduz a maior glória deste mundo ao desprezo das cousas dele [...]. Logra pouca saúde e todas as suas moléstias ofendem no peito.⁴⁰⁰

Declarando rompidas as suas relações com João Egas, D. Frei Miguel prometeu não mais lhe escrever, acreditando firmemente que seu irmão não conseguiria vencer a covardia ao mesmo tempo em que não compreendia como fora capaz de “desprezar uma honra, que não só excedia a esfera do seu merecimento, mas da sua esperança e até da mesma imaginação”.⁴⁰¹

É possível que a pouca atração que o cargo devia despertar, haja vista a precariedade da fundação e a imensa tarefa que aguardava o novo governador, tenham desencorajado João Egas. De qualquer modo, D. Frei Miguel parece ter cumprido a promessa. Em outra carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, reafirmou a decisão de não escrever mais ao irmão e asseverou: “ignoro totalmente os motivos e as causas da sua desculpa [...] mas [...] se eu

⁴⁰⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 4, cx. 38, doc. 3557.

⁴⁰¹ Idem.

estivesse em Lisboa havia de pedir a Sua Majestade [...] que o mandasse com praça de tambor para a Índia”.⁴⁰²

Com a desistência do irmão do bispo, a interinidade do sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras se estendeu até a posse de Joaquim de Melo e Póvoas, que se tornou de fato o primeiro governador do Rio Negro. Assumiu o cargo sem um Regimento próprio, o que não surpreende, uma vez que capitanias mais antigas e estruturadas como a do Maranhão também não dispunham de instruções previamente oficializadas pela metrópole (ver 2.4.1). Por isso, os passos de Melo e Póvoas foram guiados por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, segundo o programa de revitalização das conquistas do Norte e registrados em um interessante conjunto de cartas escritas no arraial de Mariuá.

2.6.2 – Cartas de Mariuá

O conjunto de cartas escritas por Joaquim de Melo e Póvoas durante o seu governo em São José do Rio Negro constitui um rico manancial de informações sobre a rotina administrativa daquela capitania.⁴⁰³ Apesar de reunida e publicada há mais de 20 anos, a correspondência ativa ainda carece de maior atenção. Esclarece aspectos fundamentais da política metropolitana para a região amazônica quanto à liberdade dos índios, à promoção dos casamentos entre brancos e nativos, à fundação de vilas, além de questões delicadas enfrentadas pelo governador, como as deserções e motins de soldados.

As 35 cartas permitem também conhecer a experiência de um governador ainda inseguro no trato com seu superior e subalternos, que precisou enfrentar não só as intempéries da região, mas as vicissitudes de uma capitania recém-criada e em tudo dependente do Pará.

⁴⁰² IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Carta de 6 de setembro de 1755.

⁴⁰³ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761)*. Transcrição paleográfica e introdução do Prof. Samuel Benchimol. Manaus: Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, 1983.

Não se pretende analisar cada uma das cartas endereçadas, sobretudo, a Mendonça Furtado, além de Tomé Joaquim da Costa Corte Real e Manuel Bernardo de Melo e Castro. Foram selecionadas algumas correspondências que identificam o modo como Joaquim de Melo e Póvoas tratou as principais questões da época.

O primeiro governador do Rio Negro assumiu em 7 de maio de 1758, dia seguinte ao da elevação do arraial de Mariuá à condição de vila com o nome de Barcelos. Chegara em companhia do governador do Estado e encarregado da demarcação do Tratado de Madri, que viajara mais uma vez ao Rio Negro para o tão adiado encontro com a comissão espanhola. Francisco Xavier de Mendonça Furtado trazia também a incumbência de dar instruções ao novo governador “de modo que por **falta de experiência** e por incredulidade do que aí se passa, [...] não desaproveite as boas qualidades que parece ter”.⁴⁰⁴ A jornada de Belém a Mariuá consumiu cerca de três meses e meio durante os quais Melo e Póvoas acompanhou as inspeções de Mendonça Furtado em Macapá e a fundação de vilas como Monte Alegre, Alter do Chão, Vila Boim, Pinhel, Santarém e Óbidos.⁴⁰⁵

Em carta de 21 de dezembro de 1758, sete meses depois de tomar posse, ainda não havia tomado efetivamente as rédeas do governo. Apesar disso, exercia algumas de suas atribuições, em especial aquelas relacionadas ao *Diretório* dos índios. Procurou zelar pela frequência das crianças nativas à escola construída em Barcelos (onde aprendiam a língua portuguesa, a ler, escrever e contar), tentando driblar a resistência de pais que escondiam seus filhos nos matos⁴⁰⁶; promover os casamentos mistos (em cumprimento do alvará de 4 de abril de 1755 que distinguia os brancos que se casassem com índias assim como seus

⁴⁰⁴ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 3, p. 1173. Grifo nosso.

⁴⁰⁵ Cf. Renata Malcher de Araújo. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998, p. 324-332.

⁴⁰⁶ Segundo Ângela Domingues, a educação era o princípio básico para tornar os índios úteis à monarquia. A fundação de escolas visava retirar os nativos do barbarismo. Cf. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 75.

descendentes); cuidar do aumento do comércio dos índios (restrito ao cacau silvestre extraído das matas e à manteiga de tartaruga) e da introdução do gado na capitania.⁴⁰⁷

Àquela altura, Melo e Póvoas também não havia conseguido se inteirar de todos os problemas de sua imensa jurisdição, para o que seria necessário viajar aos rios Javari e Solimões. Mas, por falta de índios e de soldados (ambos envolvidos nos trabalhos de demarcação) para o seu transporte e guarnição, temia não conseguir realizar a inspeção antes de abril ou maio quando encontraria os “rios cheios”. Na mesma ocasião, louvou a chegada do sucessor de Mendonça Furtado no governo do Estado, Manuel Bernardo de Melo e Castro – “porque conheço que é fidalgo de grandes prendas”.⁴⁰⁸

A harmonia entre ambos era fundamental para a manutenção do Rio Negro. Os recursos para o pagamento da folha da capitania e a organização de expedições de fundação de vilas ou de inspeção do governador estavam condicionados ao repasse de parte dos rendimentos auferidos pela Alfândega de Belém. O quadro não era uma novidade na América portuguesa. Outras capitanias de pequeno porte, a exemplo da Paraíba, dependiam dos rendimentos de outra unidade mais abastada (Pernambuco) para suprir suas necessidades.⁴⁰⁹

Quanto a um dos aspectos arrolados acima, a criação de vilas, a carta de 21 de dezembro tratou da fundação de Moura, de Tomar, de São José do Javari, Olivença e Ega, além de Serpa e Silves no rio Amazonas, assim como da aplicação dos índios à coleta de

⁴⁰⁷ Cf. *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761)...* Carta n.º 5.

⁴⁰⁸ Idem.

⁴⁰⁹ Estudando o funcionamento da Provedoria da Fazenda Real da Paraíba, no período de 1654 a 1755, Mozart Vergetti de Menezes constatou que a instituição e suas congêneres determinaram “os níveis de e as possibilidades de ação autônoma dos governadores na correlação de forças entre as várias capitanias que compunham uma região”, tal como São José do Rio Negro no seio do Estado do Grão-Pará e Maranhão. No caso da Paraíba, o parco recolhimento da dízima da Alfândega (usada, sobretudo, para custear a defesa da costa) pela pouca frequência das frotas, levou a Coroa a fundir em 1723 o recolhimento da capitania ao de Pernambuco por meio de um contrato único, cabendo a primeira o repasse anual de 20 mil cruzados. É preciso ressaltar que, àquela altura, a Paraíba, ao contrário do Rio Negro, era independente, tornando-se subalterna a Pernambuco apenas em 1756. “Sonhar o céu, padecer no inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 327-340. Ver páginas 328-331.

cacau e outras drogas do sertão e à cultura do algodão e da maniva. Com relação a esta lavoura, a inexperiência de Melo e Póvoas contrariava a visão do padre João Daniel que na mesma época escrevia uma obra na prisão (possivelmente entre 1758 e 1762). Atuante no Estado de 1741 a 1757, o jesuíta condenou a cultura da maniva na região amazônica por exigir a derrubada constante da mata e grande esforço de trabalhadores para a abertura de novos roçados. Além disso, ocupava terras firmes e secas ao invés das baixas, úmidas graças às cheias dos rios e por isso mais férteis. João Daniel chamava a atenção ainda para a sensibilidade da cultura à abundância de chuvas na região e para a irregularidade das colheitas, que causavam a falta generalizada de farinha atestada pelo próprio Melo e Póvoas.⁴¹⁰

O jesuíta alertava também sobre o grande intervalo de tempo entre o plantio e a colheita da maniva, além da sua exposição a ataques de animais e de insetos, fatores que em sua opinião inviabilizavam o empreendimento. No lugar da maniva, considerava muito mais produtivo introduzir a cultura de gêneros europeus como trigo, milho e outros grãos que frutificavam mais rápido e em maior quantidade sem, no entanto, considerar as especificidades da região.⁴¹¹

A aparente tranquilidade com que Melo e Póvoas prosseguia na realização dos planos metropolitanos de civilização dos índios por meio da dedicação ao trabalho agrícola e dos casamentos mistos, cedeu lugar a alterações protagonizadas por militares aliados a moradores. Os eventos incidiam sobre uma das características essenciais da capitania do Rio Negro: a extensa fronteira com domínios de monarquias rivais. Motins de soldados associados aos moradores e até mesmo aos índios (potenciais povoadores da região) eram o que de pior havia para ser contornado. As alterações verificadas no Rio Negro permitiram observar os riscos

⁴¹⁰ João Daniel. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, v. 2, p. 167-169.

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 168-169 e p. 171.

infligidos à soberania portuguesa por se tratar de região fracamente povoada, com um sistema defensivo precário e, principalmente, de posse ainda em litígio.⁴¹²

Desde o início de 1757, antes da chegada de Melo e Póvoas, um ambiente de revolta envolvendo a tropa se configurou na capitania. O episódio ocorreu logo após a partida de Francisco Xavier de Mendonça Furtado do arraial de Mariuá, encerrando sua primeira expedição ao Rio Negro. No governo interino, o sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras teve que enfrentar o descontentamento dos soldados do destacamento de Mariuá com os descontos da farinha de munição e dos fardamentos, autorizados pelo governador, contrariando ordens de Lisboa.

A atitude de Filgueiras levou à sua prisão pelos amotinados e desencadeou uma onda de pilhagens pelo arraial e rios próximos, como o Solimões, por onde os soldados passaram assaltando canoas de mantimentos e disseminando a revolta pelas fortalezas da capitania. Muitos morreram pelo caminho devido a desentendimentos sobre os termos da rendição, mas outros conseguiram realizar a proeza mais temida pelas autoridades de Mariuá: alcançar os domínios de Castela.⁴¹³

Três anos depois do episódio, Joaquim de Melo e Póvoas conheceria de perto o problema. Em 14 de junho de 1760, noticiou à Corte a deflagração de outro motim de soldados, dessa vez na vila de Borba.⁴¹⁴ O comandante da mesma, Diogo Antônio de Castro, havia sido descomposto por um morador, Manuel Marques, apoiado pelos soldados Domingos

⁴¹² O tema das revoltas coloniais tem merecido a atenção da historiografia atual que discute as interpretações tradicionais e promove uma revisão conceitual das representações embutidas na ação dos revoltosos e uma análise renovada de suas motivações. Refiro-me em especial a trabalhos de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. “O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII”. In: Júnia Ferreira Furtado (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para a história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 197-254. Do mesmo autor, há uma referência mais esquemática. *Rebeliões no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. De Laura de Mello e Souza, ver “Motines, revueltas y revoluciones en la America portuguesa de los siglos XVII y XVIII”. In: Enrique Tandeter y Jorge Hidalgo Lehuédé. *Historia general de America Latina*. Unesco/Editorial Trotta, v. IV, 2000, p. 459-473.

⁴¹³ A narrativa detalhada do episódio mencionado acima pode ser encontrada nos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, 1905, t. 4, p. 235-242.

⁴¹⁴ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761)*... Carta n.º 19.

Luís, Manuel dos Reis Trovão e Manuel Fernandes Folga. Além da perigosa associação de moradores e militares contra um representante do rei, a alteração – que não teve grande repercussão na região – revelou em seu desfecho um aspecto que atestava novamente a fragilidade do governo do Rio Negro.

Para punir os amotinados, o governador fez uso da própria jurisdição da capitania: Manuel Marques e o soldado Domingos Luís foram enviados presos à Fortaleza do Rio Negro; Manuel Folga para a vila de Silves e Manuel dos Reis Trovão para a de Serpa, ambas no rio Amazonas. A medida se justificava porque as vilas recém-fundadas necessitavam de moradores brancos – ainda que o projeto metropolitano de povoar a região corresse o risco de disseminação de revoltas por onde os amotinados passassem. Para se mostrar imparcial, Melo e Póvoas decidiu substituir o comandante militar de Borba, Diogo Antônio de Castro (que não teve qualquer culpa apurada), a fim de que os moradores da vila não vissem em sua permanência algum indício de preferência pessoal do governador.

Para alguém que mal assumiu o governo e teve que dissipar os ventos da revolta que sopravam forte sobre o Rio Negro, cada movimento que porventura ameaçasse a ordem poderia soar como conspiração ou motim. Se o ocorrido na vila de Borba não teve grandes proporções, por outro lado, parece ter plantado no íntimo de Melo e Póvoas a semente do medo da revolta. No retorno de Borba a Barcelos, nova querela aguardava o governador: Gabriel de Sousa Filgueiras, que ficou como governador interino negligenciou o protocolo e não foi recepcionar seu superior no desembarque.

A correspondência enviada ao “tio” Mendonça Furtado, em 8 de setembro de 1760, era praticamente uma queixa contra a atitude indecorosa do sargento-mor causada, na visão de Melo e Póvoas, por um motivo fútil mas ao mesmo tempo muito significativo do ponto de vista das relações de poder: esquecera-se de usar o tratamento de “senhor” ao subscrever uma carta enviada a Gabriel de Sousa Filgueiras por uma canoa que encontrava no caminho para a

vila de Borba levando mantimentos do Pará para Barcelos. E o fizera seguro de que imitava o próprio Mendonça Furtado enquanto governador do Estado – “entendi que como meu súdito” não precisava dar ao sargento-mor o referido tratamento.⁴¹⁵

A má impressão entre os dois militares não se desfez após os esclarecimentos recíprocos e Melo e Póvoas começou a perceber nas atitudes de Filgueiras sinais de que este desejava minar a sua autoridade, aliando-se à oficialidade da tropa. Na mesma carta acima, informou ao secretário de Estado de que na casa do sargento-mor persistiam as “palestras [...] e as merendas de chás, e cafés, que continuamente dava a todos os oficiais, cousa que até aquele tempo era muito fora do seu costume”. Considerando-se afrontado pelas declarações públicas dos militares que apoiavam Filgueiras, os quais não só deixaram de ir ao palácio cumprimentar o governador, mas o tomaram por “soberbo, impolítico (sic), que desprezava os oficiais e que não sabia governar”. Com base nas declarações do vigário-geral, padre José Monteiro de Noronha, de que os militares tinham realmente a intenção de promover uma revolta, talvez para destituí-lo do cargo, o governador decidiu punir a todos.⁴¹⁶

Mais uma vez, recorreu ao expediente de enviar os implicados para outros pontos da capitania. Assim, o capitão Simão Coelho foi nomeado diretor do lugar de Poiares; o tenente Inácio Sanches foi para o lugar de Carvoeiro, enquanto o alferes Diogo Luís recebeu a incumbência de levar socorro à tropa que se encontrava no rio Solimões. Os lugares eram subordinados a vilas e possivelmente necessitavam de muito trabalho para o seu estabelecimento. Quanto a Gabriel de Sousa Filgueiras, apenas passou a ser ignorado e não consultado sobre qualquer decisão tomada na capitania. Ao invés de puni-lo, Melo e Póvoas dissimulou e preferiu acreditar que o sargento-mor havia reconhecido o erro e faria “um excelente governo, porque a capacidade é boa, e tem deste sertão grande experiência”.⁴¹⁷

⁴¹⁵ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761)...* Carta n.º 26.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem.

As cartas de Mariuá possibilitaram ainda a observação de traços das relações entre o governador e capitão-general do Estado e seu subalterno. Em nenhum outro momento foi perceptível qualquer desarmonia como a que existiu entre Manuel Bernardo de Melo e Castro e Joaquim de Melo e Póvoas.⁴¹⁸ Além da dependência financeira e espiritual do Pará, os gêneros vindos da Europa para o abastecimento da região só chegavam ao Rio Negro depois do desembarque e do pagamento dos impostos alfandegários em Belém.

A animosidade com Manuel Bernardo não poderia ter começado em momento mais delicado, ou seja, quando parecia estar finalmente próxima a chegada dos comissários espanhóis a Barcelos, onde o capitão-general deveria recepcioná-los. Os preparativos para o evento deflagraram os desentendimentos. Mesmo após a construção de alguns edifícios na primeira estadia de Mendonça Furtado na vila, como o quartel destinado a D. José de Iturriaga e a Casa das Conferências, onde representantes das duas comissões discutiriam os trabalhos, ainda havia muito a fazer.⁴¹⁹ Para isso, precisava-se de ferreiros, carpinteiros, ferro, tintas, utensílios e mais índios, que só poderiam vir de Belém. Mas Manuel Bernardo alegou a impossibilidade de fornecê-los naquele momento e quando o fez já não eram mais necessários.

As hostilidades narradas nas cartas de Melo e Póvoas pareciam estar por trás de vários percalços de sua gestão. Alegava não ter desobedecido ao seu superior, recorrendo aos princípios de sua própria formação: “porque conhecendo que em faltando esta virtude [a obediência] a qualquer militar não é possível que obre bem”. Apesar disso, sabia por ouvir dizer que Manuel Bernardo fazia dele um “caráter de absolutozinho”. A correspondência deixa entrever, inclusive, que a falta de pão, de azeite, de vinagre, sal, sem falar no papel para os despachos, do vinho e das hóstias para as missas – tudo remetido de Belém – teria origem

⁴¹⁸ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro...* Carta n.º 27 (16 de setembro de 1760).

⁴¹⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 2, p. 779.

na desarmonia com o general do Estado. Outra situação foi denunciada: Manuel Bernardo enviava portarias aos diretores das vilas do Rio Negro solicitando índios para o serviço no Pará e perdoava soldados desertores que para lá fugiam, tudo à revelia do seu subalterno.⁴²⁰

O desenrolar dos acontecimentos dá a entender que Melo e Póvoas desenvolveu um comportamento extremamente voltado para a afirmação de sua autoridade, como se tudo o ameaçasse nesse sentido. Não é fácil desdobrar a discussão pela falta de registros que complementem as cartas de Mariuá e ofereçam um contraponto aos seus argumentos. A última missiva seguiu para Lisboa pouco antes de Melo e Póvoas seguir para o Maranhão. Deste recebera péssimas notícias. O juiz de fora costumava afrontar o velho governador Gonçalo Pereira, a Fazenda não dispunha de meios para honrar os pagamentos das dignidades da Sé e os soldos da tropa estavam atrasados havia quatro anos. Como o próprio Joaquim de Melo e Póvoas declarou, governaria “aquela capitania na pior conjuntura que pode ser”.⁴²¹

No caminho para Belém, onde ficaria hospedado, encontrou-se na vila de Santa Cruz de Cametá com o governador do Estado, que inspecionava algumas vilas e fortalezas. Conhecedor da personalidade de seu subordinado, Manuel Bernardo procurou se cercar de todos os cuidados para se proteger de qualquer dissabor. Com muita habilidade, ele mesmo narrou o episódio ao secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado: “[...] ainda que esta notícia não seja de consequência importante, ponho-a na presença de VEx.^a, porque não haja quem a desfigure, ou adultere [...]”.⁴²²

Logo que Melo e Póvoas foi avistado e trazido à presença de Manuel Bernardo, este lhe ofereceu casa na vila de Cametá, “a qual por bizarria do seu ânimo não quis aceitar”, preferindo seguir para Belém.⁴²³ O governador em trânsito julgou-se no direito de ocupar

⁴²⁰ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro...* Carta n.º 27 (16 de setembro de 1760) e Carta n.º 28 (28 de outubro de 1760).

⁴²¹ Idem. Carta n.º 35.

⁴²² Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 5, cx. 45, doc. 4455. Carta de 13 de maio de 1761.

⁴²³ Idem.

interinamente o governo do Estado enquanto o titular continuava suas inspeções, mas teve que ceder aos argumentos do mesmo que ponderou a inconveniência de desalojar do posto o coronel Álvaro José, malgrado a patente de Melo e Póvoas fosse mais antiga.

Já na capital do Estado, este ocupou o Hospício de São Boaventura por recusar a oferta de Manuel Bernardo para se hospedar no Palácio dos Governadores. Quando o capitão-general retornou a Belém, tratou de organizar os preparativos da viagem do subalterno rumo a São Luís. Mandou salvá-lo com sete peças da Fortaleza do Castelo e mais sete disparadas da Fortaleza da Barra, além de concordar que um destacamento de soldados o acompanhasse ao Maranhão. Para a jornada, afiançou o general, concedeu-lhe adiantamento do primeiro soldo – no valor de dois contos, mais uma ajuda de custo de quase 700 mil réis – mediante empréstimo junto à Companhia Geral de Comércio porque a Real Fazenda do Pará não dispunha de fundos.⁴²⁴

Esta última oferta contradiz uma declaração de parentes de Joaquim de Melo e Póvoas quando solicitaram a remuneração de seus serviços. Consta nos requerimentos que ao ser promovido ao governo do Maranhão “fez esta trabalhosa e dilatada viagem em que gastou sete meses pagando aos índios que remavam e a toda sua comitiva sem que recebesse ajuda de custo alguma”.⁴²⁵ No afã de obter a compensação pelos sacrifícios e agruras da governança colonial, é possível que os herdeiros de Melo e Póvoas tenham supervalorizado seus préstimos. Afinal, entre a partida de Barcelos em 12 de maio de 1761 (data da última carta) e a posse no Maranhão, no dia 16 de julho do mesmo ano (conforme o próprio memorial de serviços), transcorreram pouco mais de dois meses, incluindo-se os dias passados em Belém.

⁴²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 5, cx. 45, doc. 4455. Carta de 13 de maio de 1761.

⁴²⁵ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 119, n.º 1 (Serviços de 1790).

2.6.3 – O “melhor” governador do Maranhão

A administração de Joaquim de Melo e Póvoas no Maranhão passou à história como a mais profícua do período colonial, malgrado as dificuldades de manutenção da capitania e os obstáculos ao seu desenvolvimento. Escritos do século XIX e a historiografia tradicional maranhense concederam espaço privilegiado ao administrador responsável por diversas tentativas de engrandecimento da terra que governou por 18 anos, quatro na condição de subalterno ao titular do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e outros 14 como governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Piauí.

Na primeira metade do século XIX, frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres declarou: “ainda hoje se suspira por este verdadeiro criador da capitania; ele só cuidava em aumentá-la promovendo a lavoura e o comércio”.⁴²⁶ No ensaio *O Maranhão no centenário da Independência*, o professor José Ribeiro do Amaral dedicou um apêndice a Joaquim de Melo e Póvoas, destacando as suas principais realizações: o cuidado da agricultura; a defesa dos lavradores contra a exorbitância dos fretes cobrados pela Companhia Geral de Comércio; a introdução do arroz branco e a construção de um engenho para descascá-lo, em 1765; a promoção da cultura do anil, com o estabelecimento de uma manufatura em São João de Cortes, em 1777, além do incentivo ao plantio das amoreiras e à criação do bicho-da-seda.⁴²⁷

A historiografia tradicional contribuiu para difundir a imagem do governador que inaugurou uma espécie de fase áurea da colonização do Maranhão. Em meados dos anos 1970, Mário Martins Meireles publicou um opúsculo sobre Joaquim de Melo e Póvoas – talvez o primeiro ensaio com características biográficas a respeito do personagem –, fornecendo pistas importantes sobre a sua trajetória, as quais serão retomadas

⁴²⁶ Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. Poranduba maranhense ou real história da província do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 54 (83), parte 1, 1891, p. 107.

⁴²⁷ *O Maranhão no centenário da Independência*. Pelo Prof. José Ribeiro do Amaral. IHGB. Lata 454, pasta 1, fls. 102-103 e 113.

oportunamente.⁴²⁸ Em sua *História do Maranhão*, Carlos de Lima privilegiou o governador reservando-lhe um capítulo, assim como o fez para tratar da Revolta de Beckman (Bequimão) e da Balaiada, acontecimentos intrínsecos à história maranhense.⁴²⁹ A fama de Melo e Póvoas atravessou o Atlântico e chegou a Portugal, onde Joel Serrão escreveu: “foi o maior governante do Maranhão no período colonial”.⁴³⁰

Em todos os trabalhos citados é comum a reverência ao militar assim como a ausência dos conflitos que protagonizou. As pesquisas sobre as duas fases da administração de Melo e Póvoas, de 1761 a 1775 e deste ano até 1779 mostraram que na primeira se concentraram – em razão da própria duração – as realizações e as tentativas de remediar a precária situação econômica e financeira da capitania continuadas na segunda fase, na qual é mais interessante mostrar o declínio da sua gestão em função da conjuntura política em Portugal.

Ao assumir em julho de 1761, Melo e Póvoas encontrou as finanças desorganizadas, sobretudo pela má arrecadação dos dízimos. O rei já havia alertado ao seu antecessor, o brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, acerca do problema e dos meios para solucioná-lo. Cerca de três meses depois, D. José I reiterou a necessidade de rever o sistema de cobrança dos dízimos, que deveria ser feita por freguesia em vez de um só contrato para toda a capitania, considerando-se o valor dos gêneros produzidos em cada uma. Complementava a medida a repartição das terras e dos gados pertencentes aos jesuítas expulsos, esperando-se com isso o aumento da produção agrícola e do comércio. Essa era a fórmula para elevar as arrematações e, conseqüentemente, a arrecadação fiscal destinada ao pagamento dos “filhos das folhas eclesiástica, civil e militar”.⁴³¹

⁴²⁸ Mário Martins Meireles. *Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão*. 6º Simpósio de História do Nordeste Brasileiro, São Luís: SIOGE, 1974.

⁴²⁹ Carlos de Lima. *História do Maranhão*. Brasília: [Cegraf], 1981, p. 95-112.

⁴³⁰ Joel Serrão. “Póvoas, Joaquim de Melo e”. In: _____. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Iniciativas Literárias, 1971, v. 5.

⁴³¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fls. 164-166 e 169-171.

As resoluções só teriam resultado em longo prazo. Importa salientar que os problemas eram muito mais urgentes e não podiam esperar que as ordens régias frutificassem. Em virtude das despesas indispensáveis da capitania, nas últimas semanas do governo de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa a Coroa autorizou a solicitação de empréstimos à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.⁴³² Nesse sentido, a instituição representativa da política de reformas de caráter mercantilista do período pombalino, destinada a fomentar a economia colonial – a agricultura e o comércio, bem entendido, – e a reforçar as relações de monopólio características do pacto colonial, cumpriu uma função mais pontual e urgente.⁴³³

A partir de 1763, a instrução régia foi posta em prática e o provedor da Fazenda iniciou os pedidos de empréstimo aos administradores da Companhia. À época, a situação era crítica. As dívidas montavam a 14:895\$744 réis e, de longe, os principais afetados eram os militares e os eclesiásticos, seguindo-se as despesas com a pólvora, a farinha, o hospital e o ordenado de índios que trabalhavam nas fortificações e de vários artífices empregados em obras públicas.⁴³⁴

Um ofício do provedor Joaquim José de Moraes, de 20 de setembro de 1767, mostrava como os fundos provenientes da Companhia eram essenciais para cobrir as despesas. Recorrendo aos cofres da instituição, obteve a soma de nove contos de réis para “completar o pagamento de um ano da folha civil e militar, vencido desde o primeiro de agosto de 1764 até

⁴³² Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 41, doc. 04031. Trata-se de um ofício de Joaquim de Melo e Póvoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 23 de julho de 1763, em que comentava a ordem régia de 9 de junho de 1761 autorizando o pedido de empréstimos à Companhia de Comércio. Pela data da ordem, a mesma deve ter chegado ao Maranhão já na gestão de Melo e Póvoas, que tomou posse em 16 de julho de 1761. Pela leitura do ofício de 1763 percebe-se que a ordem régia começava a ser cumprida naquela ocasião.

⁴³³ A fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e de sua congênere, a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759, é tradicionalmente encarada como parte de um plano de recuperação da economia local por meio do incremento da agricultura, do comércio, e do estabelecimento de um tráfego regular de navios entre a metrópole e a colônia. Cf. Antônio Carreira. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1983. Sobre o caráter reformista que revestiu a criação das companhias de comércio e a política mercantilista de Pombal, ver Francisco José Calazans Falcon. “Pombal e o Brasil”. In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. 2ª ed., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001, p. 227-243. Considerações sobre as companhias à página 233.

⁴³⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 41, doc. 04031.

o último de julho de 1765, e a folha eclesiástica vencida desde o primeiro de agosto de 1762, até o último de julho de 1763”. Do Reino também vieram remessas para os pagamentos das contas públicas.⁴³⁵

Diante do quadro caótico da economia maranhense é que se entende o sentido das ações de Joaquim de Melo e Póvoas de fomento da agricultura e do comércio. A segunda metade do século XVIII no Maranhão, segundo Antônia da Silva Mota, foi um período de mudanças importantes, demarcando a passagem de uma economia calcada nas atividades criatórias e extrativas para um modelo agro-exportador. A criação de gado e a produção do couro continuaram figurando como atividades relevantes para a economia local, mas o algodão e o arroz despontaram na segunda metade do Setecentos no mercado externo.⁴³⁶

As informações que chegavam ao Reino davam conta dos progressos nas culturas do algodão, reputado “o principal ramo” do comércio do Maranhão, das amoreiras e das criações do bicho-da-seda nas terras de Lourenço Belfort (que também tocava uma manufatura de solas de couro), no rio Itapecuru.⁴³⁷ A localidade fora visitada pelo governador em 1766 durante a inspeção da capitania. O algodão frutificava ainda no lugar de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Araiós, onde foi estabelecida uma manufatura de panos produzidos por rapazes nativos levados a São Luís para aprender o ofício de tecelão.⁴³⁸

A cultura do arroz Carolina (branco) em lugar do vermelho (da terra), uma das inovações do período, e a do anil receberam proteção especial da metrópole. As amostras do primeiro, descascado na “fábrica” estabelecida por Melo e Póvoas em 1765, foram bem

⁴³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 42, doc. 04184. Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 46, doc. 04483. Em ofício de 30 de junho de 1772 dirigido ao marquês de Pombal, seu tio, Joaquim de Melo e Póvoas agradeceu a intercessão do secretário junto ao rei, que determinou o envio de 100 mil cruzados para o pagamento dos “filhos das folhas”.

⁴³⁶ Antônia da Silva Mota. “Família e fortuna no Maranhão setecentista”. In: Wagner Cabral da Costa (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EDUFMA, 2004, p. 51 e p. 67.

⁴³⁷ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fls. 288-289 e 290-292.

⁴³⁸ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Carta de Joaquim de Melo e Póvoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 17 de junho de 1767. Melo e Póvoas aproveitou o ensejo para informar ao tio o pequeno progresso das antigas fazendas dos jesuítas, demonstrando que o projeto de ocupá-las e fazê-las produzir com vistas ao aumento das rendas públicas não dera muitos resultados.

aceitas em Portugal. Providenciando-se para que fosse “mais perfeito e menos quebrado”, o arroz maranhense chegaria à Lisboa em condições de fazer “concorrência em qualidade com o que nesta capital, e em todo este Reino se nos introduz de fora” – acreditava o secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. O anil, por sua vez, carecia de mais cuidados e as expectativas de substituí-lo pelo que os portugueses importavam da Espanha eram ainda pequenas, embora os prognósticos sobre o sucesso da produção fossem animadores.⁴³⁹

Para incentivar os lavradores, como recomendava Martinho de Melo e Castro, não era possível contar apenas com o valor atribuído pela Companhia de Comércio, por exemplo, ao arroz. Além de driblar os prejuízos causados à produção por intempéries da natureza (uma seca destruiu as sementeiras de arroz em 1769), era preciso diminuir o custo dos escravos – mais uma medida direcionada aos interesses dos produtores.⁴⁴⁰ Em 1774, o governador propôs que os negros fossem vendidos mais baratos. Informado de que os minas eram os mais valorizados em outros portos da América portuguesa, acordou com os administradores da Companhia que fossem vendidos a 100 mil réis em lugar dos 120 mil cobrados. Os angolas e os de outras nações deveriam ter seu preço proporcionalmente reduzido.⁴⁴¹

As experiências de cultivo do arroz Carolina (ou Carolino) interessaram a ricos lavradores, como Valério Xavier Campelo, que em 1770 dirigiu uma representação a D. José I com o fim de mostrar a viabilidade daquela cultura. Realçava as condições naturais da capitania e colocava-se em sintonia com os termos do discurso metropolitano, no que diz respeito à restrição da importação do arroz produzido nas colônias inglesas da América, em favor do similar plantado no Maranhão, favorecendo a acumulação de capital no Reino. Para

⁴³⁹ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 262v-264 (doc. 495). Carta de Martinho de Melo e Castro a Joaquim de Melo e Póvoas de 23 de dezembro de 1771. IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fls. 69-71.

⁴⁴⁰ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 262v-264 (doc. 495). Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 43, doc. 04264.

⁴⁴¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fls. 145-146.

tanto, dentre outros aspectos, mencionava a carestia dos escravos, causadora do endividamento de muitos produtores e, portanto, um empecilho ao desenvolvimento das lavouras.⁴⁴²

Pela própria duração, a primeira fase do governo de Joaquim de Melo e Póvoas foi o momento em que a sua imagem de administrador voltado para os interesses da capitania se construiu. No entanto, suas ações não podem ser vistas como simples dádiva de um governante preocupado com seus subordinados, como sugere o ensaio escrito por José Ribeiro do Amaral e, principalmente, a *Poranduba maranhense*.⁴⁴³ Melo e Póvoas cumpria ordens expressas da metrópole que por si mesmas retiram qualquer impressão – equivocada – de que a introdução do arroz Carolina, por exemplo, se fez por idéia sua. O bando de 29 de novembro de 1772 anunciava “penas de multa, cadeia, calceta e surra (açoites), segundo a qualidade das pessoas”, aos que insistissem no cultivo do arroz vermelho em vez do branco, “único permitido”.⁴⁴⁴

* * *

O segundo período de Joaquim de Melo e Póvoas em São Luís correspondeu à sua promoção a governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Piauí, em 7 de maio de 1774.⁴⁴⁵ A mercê representou a ascensão do militar na administração daqueles territórios, pois, finalmente, o Maranhão tornou-se independente do Pará e ainda agregou a capitania subalterna do Piauí. A nova comissão foi orientada de perto por Sebastião José de Carvalho e Melo por meio de uma carta bem conhecida, mas ainda alvo de controvérsias quanto à sua

⁴⁴² Cf. Milton Torres. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006, p. 27-52.

⁴⁴³ *O Maranhão no centenário da Independência*. Pelo Prof. José Ribeiro do Amaral. IHGB. Lata 454, pasta 1. Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. *Poranduba maranhense...*, p. 107.

⁴⁴⁴ Cf. João Francisco Lisboa. *Crônica do Brasil colonial*: apontamentos para a história do Maranhão. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976, p. 562.

⁴⁴⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Códice 125, fl. 154.

verdadeira data.⁴⁴⁶ Nela, Pombal indicou ao protegido princípios básicos da administração, como a promoção da “justiça e paz”, garantias da “saúde pública”, em lugar do despotismo e da tirania para com os governados. Dizia o marquês: o povo do Maranhão “é obediente, fiel a El Rei, aos seus generais e ministros”. Por isso, amaria também “a um general prudente, afável, modesto e civil”.⁴⁴⁷

Referindo-se indiretamente a um princípio caro ao pensamento e a práxis política vigentes no Portugal Setecentista, Pombal alertava a Joaquim de Melo e Póvoas acerca da figura dos governadores, sombras do rei que nunca podiam se afastar da luz que as projetava sobre os vassallos distantes. Eram pais enviados para o ultramar e não tiranos opressores e violentos. Em seu *Testamento Político*, D. Luís da Cunha chamou a atenção do príncipe D. José, mais tarde D. José I, para a representação do rei como um “pai” de muitas famílias. Uma de suas obrigações era demonstrar amor aos seus cortesãos e súditos, cobrando-lhes ao mesmo tempo respeito e reconhecimento de sua autoridade.⁴⁴⁸ Nesse sentido, “prudência” e “moderação” eram dois princípios recomendados para o bom governo, inclusive, a outros administradores coloniais enviados sob os auspícios de Pombal, como Luís Pinto de Sousa Coutinho, a quem o secretário instruiu: “em qualquer resolução que V.S.^a tentar observe essas três coisas: prudência para deliberar, destreza para dispor e perseverança para acabar”.⁴⁴⁹

Mas, antes de receber a ordem de permanecer no Maranhão, Melo e Póvoas vislumbrou a possibilidade de realizar um deslocamento único dentro do grupo de governadores estudados. Chegou a ser nomeado para Pernambuco, uma capitania de muito

⁴⁴⁶ A moral como base de organização. Carta dirigida por Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, primeiro ministro de D. José I, rei de Portugal, ao coronel de engenheiros e capitão-mor do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas. S/l, s/d, p. 9-13. A mesma carta foi alvo da análise de Martim de Albuquerque. *Para a história das idéias políticas em Portugal (uma carta do marquês de Pombal ao governador do Maranhão em 1761)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [1968]. O referido autor considera que a carta é de 1761, mas Pombal inicia sua preleção mencionando que Joaquim de Melo e Póvoas chegava ao seu “generalato”, o que só aconteceu em 1775.

⁴⁴⁷ Cf. César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon & Seleta, 1970, p. 341.

⁴⁴⁸ D. Luís da Cunha. *Testamento político*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 32-36.

⁴⁴⁹ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. “O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, v. VIII, p. 277.

maior expressão na América portuguesa se comparada às unidades que formavam o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A indicação, feita em 1772, foi recebida em abril do ano seguinte e a correspondência de Melo e Póvoas deixa entrever o quanto a nova comissão influenciou em seu ânimo.

Estava disposto a empreender a viagem que duraria cerca de dois meses e meio tão logo chegasse seu sucessor, Clemente Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e Melo.⁴⁵⁰ Em carta a Martinho de Melo e Castro louvou o sistema de eleição para as Câmaras de Pernambuco, pelo qual era “da regalia dos generais limparem as pautas para se fazerem os pelouros”. Um “excelente costume”, ausente no Maranhão, usado para evitar o acesso de pessoas pouco habilitadas aos ofícios camarários.⁴⁵¹

A posse no novo cargo acabou frustrada em razão de um problema distante do universo de preocupações de Melo e Póvoas, mas urgente para a Coroa portuguesa: a necessidade de organizar o sistema defensivo das regiões meridionais contra as investidas castelhanas. Por isso, o governador do Maranhão foi preterido em favor de José César de Meneses, filho do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, 1º conde de Sabugosa.⁴⁵²

A substituição não ocorreu apenas porque o acesso ao governo de Pernambuco estava reservado a indivíduos de melhor posição social, mas porque à Coroa interessava colocar em determinadas capitâneas indivíduos que sob o comando do vice-rei marquês do Lavradio, conjugariam esforços em prol da recuperação do Rio Grande de São Pedro, nas mãos dos castelhanos desde 1763. A guerra luso-castelhana se desenrolou entre 1774 e 1775, com prolongamentos até 1777, quando Pedro de Cevallos ocupou a Ilha de Santa Catarina.⁴⁵³

⁴⁵⁰ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fl. 107. Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 46, doc. 04525.

⁴⁵¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fl. 194.

⁴⁵² Cf. Francisco Bethencourt. “A América portuguesa”. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.) *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, v. 3, p. 244.

⁴⁵³ Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva (UFPR) por ter-me chamado à atenção para o fato de que os planos da Coroa para a defesa do Sul compreendiam a nomeação de José César de Meneses para governar Pernambuco, além do deslocamento de outros administradores, como Manuel da Cunha Meneses.

Tais articulações não passaram despercebidas pela historiografia tradicional. Em conferência proferida no final da década de 1960, Marcos Carneiro de Mendonça observou o panorama das capitanias na segunda metade do século XVIII: de Pernambuco para baixo, todos ou quase todos os governadores estiveram no comando militar ou pertenceram à alta oficialidade dos Regimentos que lutaram em Portugal durante a Campanha de 1762, sob as orientações e reformas promovidas pelo conde de Lippe. Para o historiador, a quase uniformidade das patentes militares dos titulares teria permitido a formação de uma espécie de comando superior ao encargo do marquês do Lavradio.⁴⁵⁴

A atenção do vice-rei ao preenchimento dos postos da governança naquela conjuntura ficou evidente em uma carta endereçada ao conde de Valadares, em 23 de março de 1773:

Buscando sempre a V.Ex.^a cheio de grande gosto, agora o faço com muito maior para dar a V.Ex.^a a gostosa notícia de El Rei meu Senhor ter sido servido aliviar a V.Ex.^a do governo dessa capitania nomeando [...] ao brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça [...]; semelhantemente é rendido o senhor conde de Povolide, e o senhor Manuel da Cunha, governador de Pernambuco; **para aquele governo passa um fulano de Melo que se achava governando o Maranhão;** e para o Maranhão Clemente Pereira Ramos, irmão de João Pereira Ramos.⁴⁵⁵

Manuel da Cunha Meneses, depois conde de Lumiares, passou a Bahia. Para São Paulo seguiu Martim Lopes Lobo de Saldanha em substituição a Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus.⁴⁵⁶ E, no lugar de Joaquim de Melo e Póvoas em Pernambuco, assumiu José César de Meneses, de uma família da alta nobreza que muitos serviços prestara à monarquia. Tinha cerca de 40 anos e possuía experiência militar no Reino e na Índia. Por sua atuação em Pernambuco, deixou fama de enérgico e imparcial.⁴⁵⁷

⁴⁵⁴ Marcos Carneiro de Mendonça. *Aspectos da legislação pombalina relativa ao Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupi, 1969, p. 16.

⁴⁵⁵ Cf. Marquês do Lavradio. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 1976, p. 116-117, carta 413. Grifo nosso.

⁴⁵⁶ Cf. Dauril Alden. *Royal government in colonial Brazil, with special reference to the administration of the marquês of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968, p. 139 e p. 453.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 453-454. Para mais informações sobre os César de Meneses, ver Laura de Melo e Sousa. "Morrer em colônias: Rodrigo César de Meneses, entre o mar e o sertão". In: _____. *O sol e a sombra: política e*

Promoveu importante reforma no recrutamento militar nos três terços de pardos e nos dois dos Henriques (o Velho e o Novo) a fim de atender à demanda de tropas para a defesa da região meridional.⁴⁵⁸

As palavras de Lavradio denotavam, além da aventada articulação para obter a colaboração de militares experientes, a condição desfavorável de Joaquim de Melo e Póvoas naquela trama de alianças políticas. Está claro que não fazia parte da teia de relações do vice-rei. A menção à sua pessoa – “um fulano de Melo” – reforçava a obscuridade de sua origem, a ausência de experiências que o distinguissem e o parentesco distante com o marquês de Pombal. Lavradio não se cansava de protestar afeto e reverência ao secretário do Reino e não trataria um seu “sobrinho” com indiferença.⁴⁵⁹

Em contrapartida, o vice-rei fez questão de associar o nome do pretense sucessor de Melo e Póvoas, o capitão de dragões do Piauí Clemente Pereira Ramos, ao de seu irmão: o jurista João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, íntimo colaborador de Pombal. Foi um dos primeiros deputados da Real Mesa Censória, atuou na Universidade de Coimbra no contexto de sua reforma (1772), foi desembargador do Paço e da Relação do Porto, além de autor de textos que contribuíram para fundamentar a política regalista do marquês de Pombal.⁴⁶⁰

administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 284-326. Ver, sobretudo, as páginas 303-313.

⁴⁵⁸ Cf. Luiz Geraldo Silva, Leandro Francisco de Paula e Fernando Prestes de Sousa. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). Comunicação apresentada na *VII Jornada Setecentista*. Curitiba, UFPR, setembro de 2007. No prelo.

⁴⁵⁹ Para o conhecimento de algumas demonstrações de reverência do marquês do Lavradio para com o marquês de Pombal, ver, por exemplo, Fabiano Vilaça dos Santos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.º 48, 2004, p. 321-329. Citações às páginas 315 e 316.

⁴⁶⁰ Cf. Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 101. Maxwell grafou um dos sobrenomes de João Pereira Ramos como Azevedo, em lugar de Azeredo. Ver também Felgueiras Gayo. *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. XII, p. 485. Apesar de colaborador de Pombal, Azeredo Coutinho teria sido autor de um dos pareceres que deram base ao decreto de D. Maria I, exarado em agosto de 1781, pelo qual o marquês demitido e processado foi declarado “réu e merecedor de um exemplar castigo”. Cf. João Lúcio de Azevedo. *O marquês de Pombal e a sua época*. 2ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1990, p. 311. Cf. José Pedro Paiva. Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino. *Penélope*, n.º 25, p. 41-63. Referência à página 42.

Correspondente supranumerário da Academia dos Renascidos, João Pereira Ramos foi encarregado por seus confrades de escrever as *Memórias genealógicas da América portuguesa* e as do bispado de Mariana. Um terceiro irmão, Francisco Lemos de Faria de Azeredo Coutinho também foi membro da Mesa Censória e tornou-se bispo de Coimbra (com o respectivo título de conde de Arganil), em 1768, após a destituição e prisão do titular daquela diocese, D. Miguel da Anunciação, contrário às idéias regalistas de Pombal.⁴⁶¹ A morte de Clemente Pereira Ramos terminou por reforçar a permanência de Melo e Póvoas em São Luís.⁴⁶²

À frente da nova repartição, a imagem do governador enérgico e comprometido com a ordem pública ficou mais evidente. O mote para tal foi a instalação da Junta de Justiça, em 1777, à semelhança do Pará.⁴⁶³ O diretor do lugar de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Anaperuis, no Piauí, foi assassinado dentro de casa e Francisco de Sá foi vítima de dois escravos na vila de Parnaíba; em São Luís e na vila de Alcântara, respectivamente, João Gonçalves e Antônio de Amorim foram mortos por escravos de sua propriedade, enquanto um cativo de Lourenço Belfort deu cabo do feitor. Os acontecimentos justificaram a instalação da Junta, embora o ouvidor Miguel Marcelino Veloso e Gama duvidasse da sua eficácia. Apesar dos prognósticos negativos, Melo e Póvoas pretendia levar adiante as medidas punitivas e “justiçar para exemplo dos outros” os negros que deram cabo dos senhores.⁴⁶⁴

A atitude do ouvidor significava mais do que descrença na eficácia da Junta de Justiça. A análise das cartas e ofícios que se sucederam às primeiras considerações sobre o papel daquela instância que, diga-se de passagem, tinha o governador como presidente, revelou a

⁴⁶¹ Cf. Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFGA, 2004, p. 42, 49 e 51 e p. 129-130. Ver também Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 2, p. 296.

⁴⁶² Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 47, doc. 04617. Ofício de Joaquim de Melo e Póvoas a Martinho de Melo e Castro, de 24 de abril de 1774. BNL. Seção de Reservados. Fundo Geral de Manuscritos. Caixa 246, n.º 20. Carta de Joaquim de Melo e Póvoas ao marquês de Pombal, de 9 de julho de 1774.

⁴⁶³ Cf. Arno Wehling. *Administração portuguesa no Brasil, de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: FUNCEP, 1986, p. 154.

⁴⁶⁴ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fls. 173 e 261-263.

intenção de Miguel Marcelino: desacreditar toda e qualquer iniciativa de Melo e Póvoas, valendo-se da reviravolta política iniciada em Portugal com a morte de D. José I, em fevereiro de 1777.

O decreto que determinava a instalação da Junta era de 4 de janeiro e no mesmo ano começaram as hostilidades contra o governador.⁴⁶⁵ Obviamente, o ouvidor e outros oficiais régios sabiam que Joaquim de Melo e Póvoas era protegido do marquês de Pombal (Francisco Xavier de Mendonça Furtado falecera em 1769). Com a demissão do secretário no mês seguinte à morte do rei, e sua queda em desgraça, apostavam na fragilidade do “sobrinho” que não dispunha de outros interlocutores de prestígio na Corte.

A percepção da trama pelo próprio Melo e Póvoas ilustra a situação. Para se livrar da exposição, tratou de esclarecer os fatos a Martinho de Melo e Castro, antecipando-se aos seus desafetos:

Com a maior mágoa do meu coração vou incomodar a V.Ex.^a com histórias impertinentes, que não saberei expor como elas na verdade são, mas não me afastando da mesma verdade direi a V.Ex.^a a grande revolução que tem havido nesta terra, originada toda pelos ministros que aqui servem à Sua Majestade, depois que chegou a infausta notícia de haver falecido o augustíssimo senhor rei D. José o primeiro, e de que a rainha nossa senhora tinha aceitado ao marquês de Pombal a demissão dos empregos que ocupava no seu real serviço porque suponho que os ministros assentaram que a rainha nossa senhora não faria caso algum dos seus governadores [aqueles nomeados por indicação de Pombal] e que só a eles atenderia.⁴⁶⁶

Os anos de 1777 a 1779 foram praticamente dedicados a se defender das perturbações e acusações do ouvidor e seus aliados. Índios eram distribuídos em benefício de apaniguados de Miguel Marcelino à revelia das proibições legais, enquanto o governador alegava o

⁴⁶⁵ Cf. Graça Salgado (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 435.

⁴⁶⁶ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.5, fls. 54-56. Carta a Martinho de Melo e Castro, de 19 de julho de 1777.

esvaziamento de sua autoridade em meio à “inesperada revolução, e sabendo que todo este povo falava e me supunha no maior desagrado de Sua Majestade”.⁴⁶⁷

Assuntos do interesse de particulares também foram alvo da intromissão do ouvidor, que abriu inventário de certo capitão Domingos Fernandes Lima, morador na freguesia de Pastos Bons, desrespeitando a jurisdição do juiz Eugênio Antônio de Queirós, preso por ordem de Miguel Marcelino. As dissensões promovidas por este tinham a colaboração de oficiais lotados em postos importantes, a exemplo do almoxarife Francisco Xavier de Carvalho, suspenso pelo governador que suspeitava de sua aliança com o desonesto provedor da Fazenda, a quem defendia “à carga descoberta”.⁴⁶⁸

Os desmandos do representante máximo da justiça régia visavam, claramente, desestabilizar e comprometer Joaquim de Melo e Póvoas fazendo com que os acontecimentos no Maranhão produzissem efeitos em Lisboa. É o que atestou a representação enviada ao Conselho Ultramarino por antigos vereadores da vila de Santo Antônio de Alcântara, “cheia dos maiores testemunhos e opróbrios” contra o governador. Este, por sua vez, também representou à rainha por intermédio do Conselho, justificando-se diante das alegações dos adversários que o acusavam de ter distribuído terras em demasia ao sargento-mor Bernardino José Pereira de Castro, o qual estaria “comendo o soldo, e que nem sabia onde era o seu terço”, e ao cirurgião-mor Leonel Fernandes.⁴⁶⁹

Os camaristas de Alcântara atribuíram a Melo e Póvoas outros desmandos, como a prisão de religiosos, a usurpação das jurisdições dos oficiais régios e a “opressão em que vive este povo no rigor” com que era castigado. Sobre a detenção de frei Manuel Feo, o governador justificou o procedimento porque o carmelita fora apanhado em “uma ronda fora de horas em traje de secular”, enquanto frei Alexandre, dos religiosos de Santo Antônio,

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fls. 317-322 e 430.

⁴⁶⁹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fls. 340-347.

“apóstata, jarapado (sic) à navalha”, fora pilhado “em traje também de secular”. Ambos foram mandados ao prelado do Maranhão.⁴⁷⁰

O auge das acusações foi a extensa representação de Miguel Marcelino Veloso e Gama à D. Maria I, de 15 de janeiro de 1779. O ouvidor acusava o governador de arbitrariedades contra a Justiça do Maranhão auxiliado por alguns “sócios”, o mulato Vicente Ferreira Guedes, “com quem é público despacha os papéis da Secretaria e se aconselha com ele para este e outros iguais procedimentos”, e o procurador João Batista.⁴⁷¹ O capitão Vicente Ferreira Guedes fora escolhido pelo governador para ser adjunto a serviço da Junta de Justiça. “Letrado sem dúvida o melhor desta cidade”, na opinião de Melo e Póvoas, “e por isso menos bem visto dos ministros dela”, foi-lhe imputado “logo um crimezinho” que seu protetor tratou de suavizar: o de ter sido denunciado na devassa janeirinha de 1774 por “trazer espada debaixo do capote, sem que em ocasião alguma fosse apanhado com ela”.⁴⁷²

Um das acusações contidas na dita representação dizia respeito às irregularidades no traslado de uma escritura de dívidas celebrada entre certo Domingos Delgado e José Gomes da Costa, registrada equivocadamente no livro de notas pelo tabelião Carlos José da Câmara, resultando em sua prisão por ordem do governador. Segundo Miguel Marcelino, o ato infringia a provisão de 1º de dezembro de 1721, pela qual governadores e capitães-generais do Estado não podiam “reter nas prisões a pessoa alguma, por mais de oito dias”, principalmente, sem culpa formada e sem passar pela alçada dos oficiais de Justiça.⁴⁷³

Àquela altura, a administração de Melo e Póvoas dividia opiniões. Enquanto o ouvidor e seus aliados o atacavam, os homens-bons de São Luís representaram à rainha no mesmo dia em que Miguel Marcelino enviou sua queixa. Encabeçado pelo capitão Antônio Pereira de Berredo, proprietário de terras, filho do antigo governador do Estado, Bernardo Pereira de

⁴⁷⁰ Idem.

⁴⁷¹ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos), CD 5, cx. 53, doc. 05084.

⁴⁷² IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.12, fls. 427-429.

⁴⁷³ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos), CD 5, cx. 53, doc. 05084.

Berredo e Castro (1718-1722), a representação exaltava as qualidades pessoais e os feitos do governador.⁴⁷⁴ Entre os signatários encontravam-se dois filhos de Antônio Pereira de Berredo, João Gualberto e Maurício José Pereira de Berredo Lacerda, e um irmão do capitão, o padre José Plácido do Evangelho Berredo.⁴⁷⁵

Os representantes começaram por destacar o quanto a gestão de Melo e Póvoas foi responsável pelo adiantamento da capitania, livrando-a das “ruínas que a faziam infeliz”, a começar pelos templos: “[...] achando-os deturpados e despídos da decência devida procurou aformoseá-los e revesti-los de ricos ornatos”, gastando “muita parte do seu dinheiro”. Creditavam o avanço nas culturas ao fim da ociosidade dos moradores e o aumento das rendas públicas à elevação do preço das arrematações dos contratos, sobretudo, dos dízimos. Sobre a arrecadação, nenhuma vantagem levava o governador, que se “sustentando somente do seu soldo com notório desinteresse, é constante a viver empenhado pelas despesas que tem feito no Real Serviço”.

Os melhoramentos urbanos e as transformações decorrentes nos hábitos e no modo de vida da população ocuparam espaço privilegiado na representação:

O coração ou centro da cidade [de São Luís] se achava em muitas partes com casas cobertas de palha, porém hoje animados os nossos habitantes (sic) pelo dito governador, têm aformoseado esta cidade com muitas casas nobres, e edifícios e novas ruas. Até aquele tempo em que o mesmo governador aqui chegou não havia uma só pessoa que possuísse nem usasse de estado algum, dos que se praticam nas terras mais civilizadas; porém hoje contam-se (sic) nesta cidade muitas seges, e quase inumeráveis cadeirinhas.

Tido por austero e moralizador, Joaquim de Melo e Póvoas teria desterrado os “mui ordinários vícios e pecados escandalosos”, refreando “todos estes inimigos da tranqüilidade espiritual e pública [...], sustentando com parcimônia a rédea dura do indômito povo

⁴⁷⁴ IHGB, Lata 466, pasta 9 (doc. 2). Essa referência abrange todas as citações à representação de 15 de janeiro de 1779.

⁴⁷⁵ Para as informações sobre os descendentes do governador Bernardo Pereira de Berredo e Castro, ver Mílson Coutinho. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 217-224.

costumado (sic) a viver licenciosamente”. Celibatário, dava “castos e virtuosos exemplos, com o que tem qualificado a sua notória castidade, contra a qual ainda não houve o menor rumor nesta capitania”.

À representação dos homens-bons seguiram-se três atestados de boa conduta assinados por religiosos.⁴⁷⁶ Frei Domingos de Santa Isabel, da Ordem dos Menores da Província da Conceição, visitador da diocese do Maranhão, qualificador do Santo Ofício e examinador das três ordens militares, atestou que Melo e Póvoas era homem de bom procedimento, “de exemplar vida e costumes, amante da religião e do culto divino, caritativo e pio para com os seus súditos”, além de incentivador do comércio em benefício dos moradores, “quando só ele tem empobrecido, por ser despido de ambição”. Frei José Tomás de Aquino, da Real e Militar Ordem de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos, apontou a visita freqüente do governador aos templos e as ofertas de “copiosas esmolas para seus ornatos”, enquanto o carmelita frei José Caetano de Almeida e Graça referendou a opinião dos outros religiosos.

Apesar do apoio de membros da elite local, provavelmente beneficiada pelo governador, e de religiosos de boa posição, a conjuntura política não era favorável. Em Portugal, o interrogatório de Pombal começou em 9 de outubro de 1779 e, menos de um mês depois, precisamente no dia 6 de novembro, Melo e Póvoas passou o cargo a D. Antônio Sales de Noronha (1779-1784).⁴⁷⁷ Embora a sucessão dos eventos não tenha sido programada, mercê inclusive do pequeno intervalo de tempo, o paralelismo não deixa de ser sugestivo. Não sem motivo o ex-governador teria levado para Portugal os documentos assinados pelos

⁴⁷⁶ IHGB. Lata 466, pasta 9 (doc. 2). Os atestados têm data de 16 de janeiro de 1779.

⁴⁷⁷ Cf. João Lúcio de Azevedo. *O marquês de Pombal e a sua época*. 2ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1990, p. 301. IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 119, n.º 1 (serviços de 1790). D. Antônio Sales de Noronha era um dos filhos do segundo casamento do 5º conde dos Arcos, D. Tomás de Noronha, e neto pelo lado materno do 3º conde de São Miguel, Tomás José Botelho de Távora. Cf. Felgueiras Gayo. *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. VII, p. 273 e 589.

cidadãos do Maranhão, juntamente com os atestados de boa conduta, para se defender de possíveis acusações de improbidade.⁴⁷⁸

Retomando os termos da carta dirigida por Sebastião José de Carvalho e Melo ao “sobrinho” quando este galgou o posto de capitão-general, interessa ressaltar que se na memória dos governados algumas ações foram identificadas com a tirania – Melo e Póvoas sofreu acusações deste tipo da parte de adversários políticos –, a história cristalizou procedimentos tidos por necessários e eficazes, posto que extremos, como deixaram transparecer as palavras de frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres:

[...] ainda que era tão religioso, não faltava à justiça; e por isso para castigar aos assassinos passou ao sertão; e fez o seu quartel na vila da Mocha [...] e dali os castigou, já com pena última (mandando matar os que não queriam entregar-se), já com degredo ou galés; de sorte que foi o terror do sertão.⁴⁷⁹

Ocorre que nem sempre das “boas” ações provinham as recompensas, como será visto a seguir.

2.6.4 – Ostracismo e ausência de remuneração

Em três correspondências escolhidas a título de exemplo foi possível perceber claramente a dependência de Joaquim de Melo e Póvoas dos favores e da proteção recebidos do “tio” Sebastião José de Carvalho e Melo. Na primeira missiva, escrita em 21 de dezembro de 1758, o militar agradeceu a intercessão do secretário para a quitação “de uma dívida que contraí com Antônio dos Santos Pinto quando vim para essa capitania”.⁴⁸⁰

⁴⁷⁸ Cf. Mário Martins Meireles. *Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão*. 6º Simpósio de História do Nordeste Brasileiro, São Luís: SIOGE, 1974, p. 99.

⁴⁷⁹ Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. Poranduba maranhense ou real história da província do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 54 (83), parte 1, 1891, p. 107-108.

⁴⁸⁰ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761)*. Transcrição paleográfica e introdução do Prof. Samuel Benchimol. Manaus: Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, 1983, carta n.º 5.

Na carta de 3 de setembro de 1769, em que narrou os estragos nas sementeiras de arroz devido a um período de seca e, ao mesmo tempo, mostrou-se disposto a continuar investindo naquela cultura, há um trecho interessante a respeito das suas interlocuções com a Corte. Ao comentar a chegada de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro para governar o Piauí, afirmou ter recebido notícia da boa saúde de Carvalho e Melo, “a qual me encheu da maior consolação [...] como quem conhece que dessa felicidade dependem todas as de Portugal **e muito particularmente as minhas**”.⁴⁸¹

Três anos depois, em 30 de junho de 1772, ao tratar dos atrasos nos pagamentos dos dos oficiais régios desejou ao marquês de Pombal que “Deus Nosso Senhor permita continuar a V.Ex.^a este bem por dilatados anos em benefício comum de todo o Portugal e muito especialmente desta capitania **e do governador dela**”.⁴⁸² Não fosse a proteção especial dos dois secretários mais influentes na Corte nos anos de 1760 e 1770, as palavras de Melo e Póvoas não passariam de mero artifício de retórica. E se em determinado momento de sua vida e de sua passagem pelo Real Serviço, o patrocínio de Pombal foi decisivo, a sua derrocada política significou igualmente a ruína do “sobrinho”. Nesse sentido, é aceitável a informação de que o mesmo levara para Lisboa a representação dos homens-bons do Maranhão e os atestados de boa conduta emitidos pelos eclesiásticos para eventual defesa.

A correspondência de Melo e Póvoas, por sinal abundante, não deu sinais de interlocução com qualquer autoridade no Reino ou de seu pertencimento a um círculo de aliados que pudessem ampará-lo em momento tão crítico. Não teve a mesma ventura de Fernando da Costa de Ataíde Teive, indivíduo de melhor extração social, que apesar das duras acusações de improbidades no governo do Estado pode contar com o amparo do “tio”.

A fragilidade de Melo e Póvoas ficou evidente quando o mecanismo de serviço e remuneração não se efetivou, independentemente dos 22 anos que o militar passou nas

⁴⁸¹ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 43, doc. 04264. Grifo nosso.

⁴⁸² Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 46, doc. 04483. Grifo nosso.

conquistas do Norte ou de ter realizado bom ou mau governo no Rio Negro e no Maranhão. Tudo se deu – ou não se deu – em função da conjuntura política que se instalou após a morte de D. José I.⁴⁸³ Não foram encontrados pedidos de remuneração encaminhados por Melo e Póvoas quando voltou para Portugal. Também não foi nomeado por D. Maria I para ocupar qualquer posto (no Reino ou no ultramar) que valorizasse a larga experiência adquirida na América portuguesa. Segundo Mário Martins Meireles, foi acolhido por um primo-irmão, José Félix de Póvoas Corte Real “em casa apalacetada que este homem de haveres possuía em Paço do Lumiar”, ocupando um quarto térreo, aonde viveu no mais completo ostracismo até falecer.⁴⁸⁴

Essa versão merece algumas ressalvas. De fato, Melo e Póvoas morreu na mencionada residência para onde retornou, mas não foi acolhido como se não tivesse moradia. Em uma carta endereçada a Sebastião José de Carvalho e Melo, escrita meses depois da posse no Rio Negro, assim se expressou: “bem deve V.Ex.^a supor a grande saudade com que estarei do senhor Francisco Xavier de Mendonça, pois seguro à V.Ex.^a me não custou tanto a despedida do Paço do Lumiar”.⁴⁸⁵ Considerando-se a possibilidade de ter nascido no palacete ou mesmo na vila aonde se localizava – Miranda – pode-se inferir que tinha origem transmontana.⁴⁸⁶

Mário Martins Meireles difundiu a imagem do governador que “morreu pobre, já que vivera sempre honestamente nos limites de seus exíguos soldos, sem outra mercê ou favor que lhe pagasse os bons serviços prestados à Coroa”. Afirma ainda que Melo e Póvoas recebeu somente a patente de brigadeiro e o título do Conselho de Sua Majestade, sem mencionar que as mercês foram concedidas quando o mesmo ainda se encontrava no Maranhão – o posto de

⁴⁸³ Agradeço à Prof.^a Dr.^a Jacqueline Hermann (IFCS/UFRJ) por ter me alertado para a necessidade de considerar a importância da conjuntura política no momento em que os governadores requeriam a remuneração dos seus serviços, independentemente de terem realizado bons ou maus governos. Deve-se levar em conta a capacidade de tecer redes de relacionamento e alianças.

⁴⁸⁴ Cf. Mário Martins Meireles. *Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão...*, p. 99-100.

⁴⁸⁵ *Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas...* Carta n.º 5.

⁴⁸⁶ Sobre a localização do Paço do Lumiar ver IHGB. Lata 466, pasta 9 (doc. 1).

brigadeiro de cavalaria por decreto de 23 de outubro de 1771 e o título do Conselho por carta régia de 7 de julho de 1774.⁴⁸⁷

Ao fim de sete anos de ostracismo, em maio de 1787, Joaquim de Melo e Póvoas faleceu. Fez um testamento, com data de 28 de abril, legando a outro primo-irmão todos os seus serviços: “instituo por meu herdeiro o meu primo, o senhor Joaquim Francisco de Melo e Póvoas. Deixo-lhe todos os meus serviços para com eles requerer à rainha nossa senhora”.⁴⁸⁸ O documento não revelou nada sobre a biografia do militar. Os nomes dos pais e o local de nascimento não são mencionados depois da recomendação ao “patrocínio da divindade”. Sobre isso, observou Ana Cristina Araújo, o sentimento de pertença à comunidade dos fiéis sobrepunha-se às convenções sociais. Assim, “no processo de identificação é, sobretudo, o nome que importa fixar, menos a profissão e função social e quase nunca a filiação e naturalidade”.⁴⁸⁹

Melo e Póvoas declarava não ter grandes dívidas, embora estivesse empenhado com certo Antônio José dos Santos Amorim que lhe socorreu com dinheiro “de que não sei a quantia certa, mas me persuado que em tudo o que me socorreu o foi em gratificação dos favores que de mim tinha recebido, conforme as públicas confissões que o mesmo [...] fazia”. Por outro lado, deixava 20 moedas de ouro a João da Costa “a pagar-lhe a passagem para o Maranhão”, embora não esclarecesse se quitava uma dívida antiga, de quando passou àquela capitania.

Em relação a bens, não possuía mais do que 51 mil e 200 réis, repartidos do seguinte modo: 12 mil e 800 réis ao mulato Luís Pereira e a mesma quantia a um seu criado de muitos

⁴⁸⁷ Mário Martins Meireles. *Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão...*, p. 99-100. Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 45, doc. 04430. IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 11, fl. 378-378v. O bilhete para o pagamento da quantia correspondente ao título do Conselho de Sua Majestade, no valor de 5.600 réis, é de 10 de maio de 1774. IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 22, n.º 12.

⁴⁸⁸ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 119, n.º 1 (Serviços de 1790). O testamento está apenso ao memorial de serviços e ao pedido de remuneração. A referência abrange todas as citações do testamento.

⁴⁸⁹ Ana Cristina Araújo. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Notícias Editorial, 1997, p. 81.

anos, o preto Silvestre de Melo.⁴⁹⁰ Ao seu capelão e testamenteiro, padre Antônio Ferreira Barbosa, deixou todos os seus “vestidos pretos”.⁴⁹¹ Reiterando a fama de religioso e pio, destinou às obras da capela de São Sebastião, onde desejava ser enterrado amortalhado com o hábito de São Francisco, a maior parte de seu parco numerário – 19 mil e 200 réis – além de seis mil e 400 réis a serem distribuídos aos pobres no dia do enterro.

Mais do que considerar a escassez de bens de Joaquim de Melo e Póvoas, importa analisar as operações realizadas por seu primo e herdeiro, que acrescentou aos seus préstimos os do falecido e pôs-se a requerer uma comenda em remuneração dos serviços de ambos. Filho de Sebastião Pedro de Melo e Póvoas e neto de Francisco de Melo (parentesco que encerra controvérsias de acordo com genealogistas), Joaquim Francisco fizera carreira na Armada por mais de 20 anos, entre 1767 e 1789 (devia ser mais jovem que Joaquim de Melo e Póvoas), galgando postos desde guarda-marinha até capitão de mar-e-guerra. Servira em armadas enviadas ao Brasil e à Índia e em expedições de socorro à costa de Portugal, ameaçada por corsários argelinos. Possuía, portanto, uma experiência militar aparentemente mais significativa que a do primo falecido, além de maior distinção social, pois ostentava o foro de moço fidalgo da Casa Real.⁴⁹²

⁴⁹⁰ A quantia seria suficiente para comprar um escravo de Angola que, segundo estimativa de Antônio Carreira para os anos de 1779 a 1788, custava 40 mil e 906 réis, sem considerar o acréscimo do frete e das despesas gerais até o destino, que encareciam sobremaneira as peças. Cf. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1983, p. 157. Em pesquisa mais recente sobre o tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, Manolo Florentino apurou outros valores para africanos e crioulos adultos na área rural, no período de 1790 a 1830. No intervalo entre 1790 e 1792 (mais próximo da morte de Joaquim de Melo e Póvoas), um africano homem custava 71 mil réis, enquanto uma mulher 63 mil; um crioulo homem 68 mil réis e uma mulher 57 mil (preços não deflacionados, conforme o autor). Cf. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro* (séculos XVIII e XIX). 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 220 (apêndice 5).

⁴⁹¹ Para Ana Cristina Araújo, a ação representava a “presentificação da memória do doador”, funcionando como “marcas imperecíveis da gratidão e da lealdade”. *Op. cit.*, p. 312-313.

⁴⁹² IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 119, n.º 1 (Serviços de 1790). Em Felgueiras Gayo encontra-se a informação de que Joaquim Francisco de Melo e Póvoas era filho de Sebastião Pedro de Carvalho e neto de Francisco de Carvalho. Ver *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. III, p. 456. Ver também Luís Moreira de Sá e Costa. *Descendência dos primeiros marqueses de Pombal*. Porto: Tipografia Costa Carregal, 1937, p. 27-28. IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 129, n.º 28 (Serviços de 1791).

O memorial de serviços de Joaquim de Melo e Póvoas dava conta de que começou sua carreira no Real Serviço quando chegou ao arraial de Mariuá na companhia de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, assistindo a fundação de vilas e assumindo a capitania de São José do Rio Negro em 7 de maio de 1758. Como governador, dirigiu a criação das vilas de Ega, de Silves, de Serpa e Olivença; cuidou da ereção da igreja matriz de Barcelos; do palácio dos plenipotenciários espanhóis que viriam para a demarcação do Tratado de Madri, de outro destinado ao comissário português; da residência do governador da capitania em um quartel; um aquartelamento para a Infantaria; uma casa de armas; uma ferraria e um hospital.

Promoveu ainda a construção de casas para os soldados que se casaram com índias. No cumprimento desse projeto, previsto na lei de 4 de abril de 1755, fez “à custa de sua fazenda estabelecer grande número de moradores, casando os soldados brancos com as índias”.⁴⁹³ Promovido ao Maranhão, instalou a Junta de Justiça, construiu a Fortaleza de São Sebastião em Alcântara com recursos dos moradores, reconstruiu a Bateria de São Francisco, na barra de São Luís, e os Baluartes São Cosme e São Damião.

Atuou no campo das intervenções urbanísticas, “enchendo de nobres praças e edifícios a cidade do Maranhão” e “todo se desvelou em promover a agricultura e lavoura do arroz, animando os povos ao estabelecimento deste novo ramo de comércio”. Aumentou a arrecadação dos dízimos ao permitir a entrada de sumacas na capitania. Com isso, promoveu o comércio de carnes com o Pará e de outras mercadorias vindas de Pernambuco e da Bahia.⁴⁹⁴

Anexando certidões aos requerimentos, quis Joaquim Francisco provar que seu primo jamais tivera ajuda de custo em seus governos, não lançando mão nunca de recursos da Real Fazenda. E não hesitou em solicitar remuneração por serviços não prestados por Melo e Póvoas, alegando que este se preparou “para a viagem de Pernambuco em que fez as mais

⁴⁹³ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 129, n.º 28 (Serviços de 1791).

⁴⁹⁴ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 119, n.º 1 (Serviços de 1790).

avultadas despesas com cavalaria e mais equipagens precisas para passar aquele governo em conformidade da sua patente de 18 de dezembro de 1772 que não chegou a ter efeito”, procedimento verificado em outras nomeações para governos coloniais.⁴⁹⁵ A petição de Joaquim Francisco de Melo e Póvoas foi atendida com a concessão da comenda de São Miguel de Aveiro, da Ordem de São Bento de Avis, em sua vida, e de uma tença vitalícia no valor de 50 mil réis.⁴⁹⁶

Mas, na verdade, quem mais se beneficiou dos serviços acumulados na família foi um filho de Joaquim Francisco, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, que chegou à administração ultramarina – embora ocupando postos não muito expressivos – e alcançou ainda maior distinção social em relação ao pai e ao primo em segundo grau. Foi o penúltimo capitão-mor do Rio Grande do Norte (subordinado a Pernambuco), de 1812 a 1816.

Na qualidade de tenente-coronel de Infantaria, patente recebida em 1818, assumiu o governo de Alagoas no ano seguinte, dedicando-se às obras públicas. Fortificou a capitania, construiu quartéis, armazéns, o trem real, a casa da pólvora e remodelou o Palácio do Governo. Estabeleceu a Alfândega de Jaraguá, promoveu o arruamento da capital e a abertura de estradas. Em 1821, no fim de seu governo (foi o último administrador colonial de Alagoas), presidiu a Junta do Governo Provisório estabelecida antes da Independência. Gozava também o foro de fidalgo da Casa Real, além de ter sido cavaleiro da Torre e Espada e comendador da Ordem de Cristo.⁴⁹⁷

⁴⁹⁵ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 119, n.º 1 (Serviços de 1790). Nuno Gonçalo Monteiro cita, por exemplo, o caso do 3º marquês de Alorna que ao ser deslocado do governo do Rio de Janeiro para o das Armas da Província do Alentejo, requereu compensações pelo primeiro que não assumiu. Cf. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 274.

⁴⁹⁶ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 129, n.º 28 (Serviços de 1791). Decreto de 13 de maio de 1791.

⁴⁹⁷ Anotações ao catálogo dos capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 17, 1854, p. 25. Francisco Manoel Martins Ramos. Lista dos governadores, presidentes e comandantes das armas que tem tido a província das Alagoas desde o ano de 1819 até 1841. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 46

Sebastião Francisco estreitou laços com a família de Sebastião José de Carvalho e Melo ao se casar com D. Maria Leonor Ernestina de Carvalho e Melo, filha natural de Henrique José de Carvalho e Melo.⁴⁹⁸ Os tempos eram outros. A Casa de Pombal fora reabilitada por D. Maria I. Em 1786, por decreto de 28 de julho, Henrique José passou a usar o título de 2º marquês de Pombal (já usufruía o de 2º conde de Oeiras), de juro e herdade, com dispensa de três vidas fora da Lei Mental, estendendo-se aos seus sucessores o privilégio de ostentarem o título de conde de Oeiras. Além disso, voltou a ocupar a presidência do tribunal do Senado da Câmara de Lisboa (exercera um primeiro mandato entre 1770 e 1779).⁴⁹⁹

Se Joaquim de Melo e Póvoas não tivesse percorrido o circuito do Rio Negro ao Maranhão graças à proteção de padrinhos poderosos, dificilmente se tornaria conhecido pela historiografia. Em virtude da obscura origem familiar e da falta de uma interlocução mais abrangente na Corte, as vicissitudes da política subtraíram-lhe a existência social e a permanência no Real Serviço.

2.7 – As duas faces de um administrador colonial: Joaquim Tinoco Valente

A historiografia não guarda imagem das mais favoráveis de Joaquim Tinoco Valente. Ao contrário, registros bibliográficos e documentais salientaram arbitrariedades, omissões, práticas ilícitas, desrespeito às leis e às instruções do Reino, sobretudo em matéria defensiva e

(67), 1883, p. 53-55. Cf. Luís Moreira de Sá e Costa. *Descendência dos primeiros marqueses de Pombal* Porto: Tipografia Costa Carregal, 1937, p. 27.

⁴⁹⁸ Ibidem, p. 27. Luís Moreira de Sá e Costa considera que D. Maria Leonor Ernestina era única filha do casamento de Henrique José de Carvalho e Melo, 2º conde de Oeiras e 2º marquês de Pombal, com D. Maria Antônia de Meneses. Mas há registro de que o matrimônio não gerou descendência legítima, fato que teria permitido que o título de 3º conde de Oeiras e 3º marquês de Pombal recaísse em José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun, irmão de Henrique José, que também foi 1º conde da Redinha. Tal informação é considerada mais aceitável. Cf. Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 3, p. 150-151.

⁴⁹⁹ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 39, n.º 74. Ver Eduardo Martins Zúquete. *Op. cit.*, v. 3, p. 151. Ver também Nuno Gonçalo Monteiro. *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003, p. 128 e 536. À página 128, o autor considera que o 2º marquês de Pombal não deixou sucessão legítima e à página 197 fala das negociações para o casamento de sua “bastarda”, o que reforça a contradição dos dados apresentados por Luís Moreira de Sá e Costa.

no trato com os índios. Por outro lado, nada se disse a respeito de suas ações, baseadas em larga experiência no ofício das armas. Da mesma forma, as interpretações acerca de sua origem e recrutamento sofreram distorções. Bertino Miranda, por exemplo, afirmou que Tinoco Valente fora indicado para o governo da capitania de São José do Rio Negro “sob promessa de ceder seu lugar no Regimento a um protegido do Paço. Era pobre, avarento, e sem instrução; um soldado apenas de fortuna”.⁵⁰⁰ Não se conhece a origem de tais informações – aparentemente tributárias do julgamento do historiador –, mas analisando-se os dados e termos empregados nas justificativas das mercês concedidas ao militar, é possível rever alguns conceitos acerca do personagem.

Joaquim Tinoco Valente nasceu na vila de Estremoz, no Alentejo, por volta de 1712. Toda a sua família era natural daquela província. O pai, o sargento-mor Manuel Tinoco Valente, era natural de Elvas, assim como seus progenitores, João Rodrigues e Maria Mexia. A mãe de Joaquim Tinoco, D. Maria Lopes, e seus pais, Manuel Lopes e Maria de Abreu, eram de Estremoz.⁵⁰¹ Em 1763, aos 51 anos, requereu a D. José I a mercê de um hábito de Cristo, com uma tença, e a possibilidade de renunciar a esta em favor de sua esposa, D. Isabel Maria Joaquina, e ao hábito em pessoa de sua livre escolha. Era, portanto, casado à época em que veio para o Rio Negro, embora não conste que tivesse filhos. A fé de ofício anexa ao decreto de concessão do hábito e da tença, registrava os mais de 30 anos de serviços de Tinoco Valente (ainda não remunerados), de 1730 a 1762, como cabo de esquadra, sargento do número, alferes, tenente e capitão do Regimento de Artilharia do Alentejo.⁵⁰²

O processo de habilitação à Ordem de Cristo correu à pressa devido à iminência da partida para o Rio Negro. Na ocasião, o sargento-mor do Regimento de Artilharia da Corte

⁵⁰⁰ Bertino Miranda. *A cidade de Manaus: sua história e seus motins políticos, 1700-1852*. [2ª ed.], Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1984, p. 8. Ver também Mário Ypiranga Monteiro. *A capitania de São José do Rio Negro (antecedentes históricos e fundação)*. Manaus: s/ed., 1953, p. 126-127.

⁵⁰¹ IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra J, maço 28, doc. n.º 3.

⁵⁰² IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 10, n.º 80. Ver também IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I. Livro 17, fl. 427.

aguardava o embarque em Lisboa, residindo provisoriamente em casa de Clemente Luís Neto, ao pé de uma capela na calçada do Forte de São Julião da Barra. Obteve a dispensa do rei para que as diligências fossem feitas na capital, como “pátria comum”, uma vez que não dispunha de tempo – dada a urgência da partida – para mandar buscar seu registro de batismo em Estremoz.⁵⁰³

Algumas testemunhas inquiridas conheciam Tinoco Valente apenas no período em que residia em Lisboa. Sabiam que era casado e, por ouvir dizer, que fora despachado para o governo do Rio Negro. Outras, no entanto, prestaram esclarecimentos importantes. Certa Ana Joaquina forneceu um detalhe interessante da infância do militar, a quem conhecia “desde pequeno, que falecendo sua mãe se criou na casa dela testemunha desde idade de sete para oito anos”. Antônio Rodrigues das Mortes confirmou ter convivido com os pais de Tinoco Valente e que o mesmo fora criado “com muita estimação no serviço militar”, assim como o avô paterno, sargento-mor de Artilharia.

Frei Antônio de Queirós Mascarenhas afirmou ter conhecido bem o pai do habilitando, Manuel Tinoco Valente, capitão do Trem de Artilharia em Elvas, que passou a Estremoz aonde se casou e chegou a sargento-mor, “o qual era estimadíssimo do marquês de Tancos, general das armas, e de todos os mais principais”. Antônio de Campos Barroso, tenente de Infantaria natural da vila de Terena (comarca de Elvas), servira no mesmo Regimento de Tinoco Valente, em Estremoz, e sabia que o habilitando “hoje com a patente de coronel vai para o Rio Negro e [...] sempre fora criado no militar e da mesma sorte seu pai”, ambos não possuindo defeito de sangue nem má reputação.⁵⁰⁴

⁵⁰³ IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra J, maço 28, doc. nº 3. Essa referência abrange todas as citações do processo de habilitação de Joaquim Tinoco Valente. Segundo Fernanda Olival, a Mesa da Consciência e Ordens lançava mão de inquirições em Lisboa para agilizar processos. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 206.

⁵⁰⁴ Terminadas as diligências, Joaquim Tinoco Valente cumpriu os ritos de praxe a fim de ingressar na Ordem de Cristo. IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 277, fls. 86v-87. Carta régia concedendo o hábito de Cristo, alvará para ser armado cavaleiro na igreja de Nossa Senhora da Conceição e outro autorizando a profissão na Ordem (17 de junho de 1763). A carta de padrão de tença, no valor de 90 mil réis, sendo 12 mil

As informações recolhidas nas provanças tornaram possível a revisão de alguns pontos da caracterização feita por Bertino Miranda, sendo o mais contundente o que atribuiu a Joaquim Tinoco Valente a condição de “soldado da fortuna”, indivíduo dotado de experiência militar, mas sem origem distinta.⁵⁰⁵ Ainda que não fosse de família propriamente fidalga, pode-se dizer que pertencia a um estrato da pequena nobreza provincial que prestava serviços à monarquia no campo das armas havia gerações, conforme indicaram os depoimentos colhidos no processo de habilitação à Ordem de Cristo.

Aí reside o seu caráter nobre e não necessariamente na ostentação de insígnias ou na posse de bens materiais. Símbolos de distinção social quando verificados nos antepassados, normalmente eram mencionados nos processos, como nos casos de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e de Manuel Bernardo de Melo e Castro, cavaleiros da Ordem de Cristo e familiares do Santo Ofício. Também não há indícios de que a família possuía bens de raiz, vinculados ou não, muito menos senhorios jurisdicionais dos quais auferissem rendimentos, vivendo ao que parece unicamente dos proventos obtidos nas atividades que desempenhavam. É impróprio classificar Tinoco Valente como um “soldado da fortuna”, ainda que sua indicação para o Rio Negro – supostamente articulada por Mendonça Furtado – estivesse associada à sólida carreira no Exército.⁵⁰⁶

Em relação ao valor dos principais atributos do governador, deve-se levar em conta a natureza eminentemente militar das suas funções nas conquistas do Norte – haja vista a extensa fronteira do Rio Negro –, para onde se dirigia na condição de subalterno ao governador do Estado, Fernando da Costa de Ataíde Teive, e seu sucessor, João Pereira

para o requerente e 78 mil para renunciar em favor da esposa, é de 20 de novembro de 1775. IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 288, fl. 70.

⁵⁰⁵ Para uma breve caracterização do que era um “soldado da fortuna”, ver Nuno Gonçalo Monteiro. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 257.

⁵⁰⁶ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I. Livro 17, fl. 427. A carta patente de 20 de junho de 1763 alçava Joaquim Tinoco Valente ao posto de coronel.

Caldas. Enquanto Ataíde Teive tomou posse em setembro, Tinoco Valente o fez em outubro de 1763, após as interinidades de Gabriel de Sousa Filgueiras e do coronel Valério Correia Botelho de Andrade.⁵⁰⁷ Pode-se dizer ainda que ao recrutar Ataíde Teive e Tinoco Valente a Coroa pretendia valorizar a reconhecida experiência de ambos em praças militares próximas à fronteira com a Espanha, convertendo tais atributos em ferramenta útil na defesa dos domínios portugueses na América confinantes com os da monarquia rival. A conjuntura do início dos anos 1760, que se estenderia pela década seguinte, reclamava um comando seguro, entregue a um militar maduro e de carreira consolidada.

2.7.1 – Contenda entre vizinhos

Ao tomar posse na vila de Barcelos, Joaquim Tinoco Valente deparou com as precárias condições da capitania, fundada havia oito anos. Não dispunha de uma residência a título de Palácio dos Governadores. Pretendeu construí-lo, mas a administração do Pará não autorizou, talvez porque assuntos mais urgentes concentrassem os escassos recursos do Estado. Assim, teve que se contentar em reformar o antigo hospício dos carmelitas, sede do governo, e dar início ao árduo trabalho de manter a soberania portuguesa naquelas terras cobiçadas por espanhóis e holandeses.⁵⁰⁸

Ângela Domingues assinalou que a região do Alto Rio Negro constituiu-se em uma “zona de tensão” entre portugueses e espanhóis. Um “ponto de conflito” entre os interesses ibéricos no Norte era São Francisco Xavier de Tabatinga.⁵⁰⁹ Em ofício de 4 de agosto de 1764, o capitão-general Fernando da Costa de Ataíde Teive reiterou ao seu subalterno, que o

⁵⁰⁷ Cf. Mário Ypiranga Monteiro. *A capitania de São José do Rio Negro...*, p. 126.

⁵⁰⁸ Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 125.

⁵⁰⁹ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 217.

havia informado acerca dos movimentos do alferes Francisco Fernandes Bogadilla (ou Bobadilla) no Rio Negro, que as diligências deviam continuar a fim de evitar que “se perca um só palmo de terra em que temos adquirido posse”. A medida não se restringia às investidas castelhanas. Em relação aos holandeses, Ataíde Teive rememorou os planos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para fortificar uma das bocas do rio Branco, mais precisamente na confluência com o Negro.⁵¹⁰

Mas, como ressaltou Nádia Farage, na década de 1760, os interesses portugueses estavam mais concentrados em Macapá (na fronteira da possessão francesa da Guiana) e no Rio Negro.⁵¹¹ No decorrer dos anos procurou-se fomentar o povoamento da capitania, promovendo-se os descimentos, ao mesmo tempo em que as atenções se voltavam para a manutenção de destacamentos em São Francisco Xavier de Tabatinga.

Ao longo de 1769, por exemplo, a troca de ofícios entre Joaquim Tinoco Valente, Fernando da Costa de Ataíde Teive e o secretário Mendonça Furtado demonstrava a união de esforços para manter aquela guarnição em prontidão, paralelamente às negociações entre o governador da capitania do Rio Negro e o da província de Maynas (subordinada à Audiência de Quito, dependência do vice-reino do Peru), D. Antônio de la Peña.⁵¹² Este escreveu a Tinoco Valente em 22 de novembro de 1768 concordando que ambos não podiam arbitrar acerca da continuidade dos estabelecimentos em Tabatinga antes de receber ordens seguras de seus respectivos soberanos.

Ao mesmo tempo, D. Antônio de la Peña reiterava que o povoamento daquela área de fronteira era muito antigo, remontando à época dos descobrimentos levados a cabo por Francisco de Orellana e Pedro de Ursua e da instalação dos religiosos franciscanos da província de Jaén. Mas, reconhecendo tratar-se de “matérias tão delicadas em si, que se

⁵¹⁰ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fls. 1-2.

⁵¹¹ Nádia Farage. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991, p. 121.

⁵¹² AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 2, fls. 116-117.

devem determinar por Suas Majestades”, acrescentou: “Não duvido que V.S.^a como cavalheiro [...] permitirá que para parte sua não se prossiga a semelhante estabelecimento até que se nos comuniquem ordens [...] o que visa à boa correspondência que deve haver entre V.S.^a e eu”. Em resposta, Joaquim Tinoco Valente concordou sobre a necessidade de se manter a paz em Tabatinga e aguardar as ordens dos monarcas ibéricos, comunicando o acerto ao governador do Estado, bem como a decisão de não avançar. Contudo, manteve o destacamento militar na região conforme as ordens do próprio Ataíde Teive.⁵¹³

As disputas de fronteira no rio Branco se fizeram sentir na década de 1770, e os governadores do lado espanhol e português procuraram sustentar com argumentos, movimentação de tropas e instalação de núcleos populacionais os interesses expansionistas dos respectivos soberanos. A área que outrora despertara a atenção da Coroa portuguesa pela presença holandesa – que não estava de todo descartada –, passou a sofrer o assédio dos castelhanos por volta de 1771-1773, com o propósito de encontrar a tão sonhada lagoa dourada, idealizada desde o início das explorações do Amazonas. Para tanto, estabeleceram aldeamentos indígenas no rio Uraricoera.⁵¹⁴ Tudo parecia mais um pretexto para a fundação de povoações na área em litígio, debaixo das diretrizes do governador e comandante geral da província de Guayana (subordinada à Audiência de Santa Fé de Bogotá, dependência do vice-reinado de Nova Granada), D. Manuel Centurión, o qual deparou com a resistência portuguesa.⁵¹⁵

⁵¹³ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 2, fls. 118-120.

⁵¹⁴ Cf. Nádia Farage. *As muralhas dos sertões...*, p. 121-122. Escrevendo na década de 1750, o padre jesuíta João Daniel ressaltou a fama espalhada em Quito, desde o século XVI, de que no Amazonas havia um grande lago dourado e uma cidade toda feita em ouro, Manoa. Muitos aventureiros espanhóis se lançaram à busca dos tesouros, como Gonçalo Pizarro. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, v. 1, p. 45. Em seu diário de viagem, o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio anotou: “Pelo rio Essequibe (sic) subiu das colônias da Guiana holandesa no ano de 1741, Nicolau Horstman a procurar o mesmo lago, de depois de muitos trabalhos, entrou felizmente o nosso rio Branco, donde passou para a vila de Cameté, aonde ainda existia no ano de 1773 [...] lamentando a inutilidade da sua empresa”. Cf. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma... nos anos de 1774 e 1775*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1825, p. 101.

⁵¹⁵ Cf. Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos...*, p. 217-218.

No intuito de comprovar a soberania portuguesa sobre o rio Branco, o ouvidor e intendente-geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio foi incumbido de realizar inquirições no local. Entre abril e maio de 1775, 10 testemunhas ouvidas atestaram a realização de entradas, bandeiras, expedições para a extração das drogas do sertão, além da navegação pelos rios da região em questão. O auto de inquirição foi acompanhado de uma memória do próprio Ribeiro de Sampaio, escrita em 18 de abril, contendo um histórico do descobrimento e ocupação do rio Branco pelos portugueses por meio da navegação, da atividade comercial e das pescarias realizadas com os holandeses.

Na memória constava que no ano de 1740 uma bandeira comandada por Francisco Xavier de Andrade subiu o rio e que o mesmo sempre fora reconhecido como domínio de Portugal, fundado no Direito de Invenção, Ocupação e Posse, não pertencendo, portanto, a Castela.⁵¹⁶ Também no intuito de conter o avanço dos rivais sobre a fronteira – indefinida pelo não cumprimento dos tratados de 1750 e de 1761 – os portugueses intensificaram os descimentos e aldeamentos indígenas a fim de povoar as terras em litígio e deram início, por volta de 1775-1776, à construção do Forte de São Joaquim, na margem direita do rio Tacutu, no ponto onde este se encontrava com o Uraricoera para formar o Branco. O projeto serviria tanto para conter as incursões holandesas quanto as castelhanas.⁵¹⁷

A comissão destinada a provar a soberania portuguesa sobre o rio Branco, entregue aos cuidados do ouvidor Ribeiro de Sampaio por Joaquim Tinoco Valente, representava a concretização de uma “promessa” que este fizera ao marquês de Pombal. O auto de inquirição seguiu para Lisboa, acompanhado de uma carta do governador ao secretário de 24 de julho de 1776. Tinoco Valente relatava a prisão de um cadete, Antônio Lopes, e de mais 27 soldados

⁵¹⁶ FBN. Divisão de Manuscritos. 8, 1, 011. As inquirições foram promovidas pelo ouvidor Sampaio no decorrer de sua viagem de correição pela capitania do Rio Negro, a qual resultou na elaboração do seu conhecido diário de viagem. Neil Safier afirmou que tal relato do ouvidor tinha, dentre outras finalidades, a de provar que o Rio Negro pertencia aos portugueses, contrariando as pretensões espanholas e de outras monarquias, senhoras de domínios confinantes. Cf. *O Diário da Viagem* do ouvidor Sampaio (1774-1775): as práticas narrativas de uma viagem administrativa na América portuguesa. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, S. 3, n.º 6, 2000, p. 125.

⁵¹⁷ Cf. Nádia Farage. *As muralhas dos sertões...*, p. 122-123.

castelhanos aliados a índios Macuxis, estabelecidos na boca do rio Tacutu, com o objetivo de descobrir a tal lagoa dourada. Presos, os militares foram remetidos a Belém, aonde permaneceriam sob a guarda do capitão-general, João Pereira Caldas.

Tirando partido da situação e mostrando-se um administrador zeloso da boa paz na região, Tinoco Valente manifestou a Pombal que

[...] o feliz êxito de todo o referido me servirá de grande glória, quando seja agradável a El Rei Nosso Senhor, e como os interesses quando não conseguidos das maliciosas idéias, deliberam muitas vezes atrevimentos não imaginados, dominando a paixão sem as devidas reflexões do prudente discurso. É o meu cuidado o mais vigilante sobre a reconvenção pelo que me tem mostrado o ambicioso e atrevido gênio daquele governador D. Manuel Centurión.⁵¹⁸

Dois dias depois de enviar a referida carta a Pombal, Joaquim Tinoco Valente recebeu um ofício do comandante da Fortaleza de São José de Marabitanas, José Máximo, relatando a execução das ordens do governador e do ouvidor Ribeiro de Sampaio a respeito dos descimentos de índios, assentados em núcleos fronteiriços, assim como os últimos acontecimentos do outro lado da fronteira. O comandante do Forte de São Carlos, D. Antônio Barreto, havia sido substituído, mas D. Manuel Centurión continuava “residindo nas cachoeiras” à espera de sucessor. Segundo José Máximo, este viria com “um batalhão do que não duvido muito pela conhecida falta de tropa que sempre tiveram e pelo grande empenho de conservar reforçado aquele posto que [os castelhanos] ocupavam no rio Branco”.⁵¹⁹

Os termos empregados na carta do comandante da fortificação de Marabitanas revelavam a disposição dos castelhanos de ocupar o rio Branco. A insistência dos vizinhos em não reconhecer os direitos portugueses sobre a região, baseados no *uti possidetis*, ficou patente na resposta dada a D. Manuel Centurión por Joaquim Tinoco Valente, em 13 de outubro de 1776. Este último fez questão de demonstrar total conhecimento dos movimentos

⁵¹⁸ FBN. Divisão de Manuscritos. I - 33, 35, 017 – n.º 1.

⁵¹⁹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fl. 372.

do cadete Antônio Lopes e de seus subalternos, bem como as razões pelas quais foi obrigado a “repelir uma tão injusta, e inesperada invasão”, dissimulando a ignorância das reais intenções dos súditos do rei católico. Por intermédio de um morador, Francisco Coelho, encarregado de estabelecer feitorias de salgas de peixe e de tartarugas no rio Branco, Tinoco Valente tomara ciência de que um sargento, auxiliado por 13 ou 14 soldados, havia erguido uma povoação e uma fortificação próximas do rio. Em vista do insulto, expediu uma tropa para desalojá-los.⁵²⁰

Os fatos narrados serviram de preâmbulo às duras palavras – guardado o decoro na correspondência – do governador do Rio Negro ao vizinho espanhol:

Preveniu-me V.S.^a para me conter nos limites do que me pertence com advertência de uma confusa declaração no que me dá a entender que ignoro o que respeita a El Rei Meu Senhor e para melhor me instruir [...] envia por embaixador o capitão de infantaria D. Antônio Barreto. [...] A todas as discretíssimas proposições que pelo dito me foram feitas, respondi pessoal e juridicamente com os documentos que bem o poderão dissuadir [...]

Defendendo-se das acusações de que desconhecia os limites das possessões portuguesas e, por isso, prosseguiu na ocupação de territórios reclamados pela Espanha, Tinoco Valente reagiu:

[...] não é menos admitir no decurso de 13 anos, sem alterar a quietação por meio de algum novo movimento, ainda dentro nos mesmos limites conservando-me mansa e pacificamente [...] o que pelo contrário experimentei em V.S.^a, donde se infere ser menos amante da união que entre as duas Majestades Fidelíssima e Católica se amplia [...].

Um exemplo das hostilidades promovidas por D. Manuel Centurión foi

[...] a expedição ordenada ao cabo Isidoro Rendon para passar a estes domínios na era de 1773, querendo com esta invasão não pouco estranhável e com o pretexto menos bem fundado [...] estabelecer injustamente as povoações que V.S.^a me aponta o que faz a V.S.^a argumento para se querer ratificar em uma posse que por direito algum, lhe pode competir; sendo certo obtê-la El Rei Meu Senhor há mais de 52 anos, o que bem mostrarei por documentos judiciais [...].

⁵²⁰ IHGB. Lata 195, doc. 1, fls. 1-6. A referência abrange a citação da carta de Joaquim Tinoco Valente a D. Manuel Centurión nos parágrafos seguintes.

Para comprovar estas últimas palavras, Joaquim Tinoco Valente desfiou uma relação de bandeiras autorizadas pela Coroa portuguesa que adentraram o rio Branco nos anos de 1725, 1736, 1740 e 1744, comandadas, dentre outros, por Cristóvão Álvares (ou Aires) Botelho, o já citado capitão Francisco Xavier de Andrade e o irlandês Lourenço Belfort.⁵²¹

Por fim, D. Manuel Centurión recebeu mostras de que o governador do Rio Negro almejava a paz nas fronteiras mantendo-se, contudo, firme no propósito de defender os interesses lusitanos:

Resta-me [as]segurar a V.S.^a que sem embargo do sobredito sossego, se não experimentará da minha parte intento algum de rompimento por estas fronteiras, nem ainda se alterar com ele a boa harmonia em que felizmente se conservam os dous respectivos soberanos, sendo como é de esperar de V.S.^a se contenha nos seus justos limites, e que contrariamente me não obrigue à defesa natural que em tal caso se fará precisa, e indispensável [...].⁵²²

Não obstante o cumprimento das ordens régias e a boa articulação com os generais do Estado (Fernando da Costa de Ataíde Teive ou João Pereira Caldas), seus superiores, a historiografia tradicional amazônica classificou Joaquim Tinoco Valente como administrador negligente, pois em 16 anos de governo inspecionou apenas uma vez a sua jurisdição. E, de modo tão displicente, que teria sido o responsável por uma invasão castelhana ocorrida em 1774. O evento pode estar incluído entre os incidentes acima mencionados, mas Bertino Miranda não especificou em que momento ou por que o governador teria falhado.⁵²³

De resto, a sua ação administrativa apresenta duas faces. No presente tópico foi privilegiada a do militar que fez uso da experiência e das prerrogativas que lhe foram confiadas para defender os interesses da monarquia. A seguir, será analisada a face do agente

⁵²¹ Nádia Farage afirmou que a 1ª tropa de resgate oficial que entrou no rio Branco, em 1736, era comandada por Cristóvão Aires Botelho, e que os resgates capitaneados por Lourenço Belfort começaram dois anos depois, embora só atingissem o Rio Branco em 1740. Cf. *As muralhas dos sertões...*, p. 68 e 71.

⁵²² IHGB. Lata 195, doc. 1, fls. 1-6.

⁵²³ Bertino Miranda. *A cidade de Manaus: sua história e seus motins políticos, 1700-1852*. [2ª ed.], Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1984, p. 8.

que – aparentemente – se corrompeu ao praticar atos ilícitos valendo-se da sua posição. Esta, sem dúvida, foi a vertente apreendida pela historiografia, embora de maneira distorcida.

2.7.2 – A outra face do governador

Em 16 de outubro de 1763, nas palavras de Bertino Miranda, teve início o “mais largo e tumultuoso governo de Barcelos”.⁵²⁴ De fato, os 16 anos em que Joaquim Tinoco Valente esteve à frente do Rio Negro conferiram-lhe o lugar de governador mais longo da capitania e mesmo da América portuguesa, a despeito da sua idade e da delicada conjuntura. Mas este último aspecto não foi o único a que Bertino Miranda se referiu. O historiador procurou chamar a atenção – sem dar mais indicações – para as arbitrariedades cometidas por Tinoco Valente, as quais feriam princípios elementares dos planos de colonização – com ênfase na inserção dos índios – e da política defensiva das conquistas do Norte. As interpretações históricas podem ter resultado de uma análise superficial de queixas dos colonos.

No dia 8 de julho de 1766, “moradores das vilas e lugares das vastas povoações do Rio Negro”, na qualidade de descendentes dos primeiros conquistadores do território, representaram ao secretário da Marinha, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, por intermédio de Cosme Ferreira e de Antônio Pereira Marques Rebelo, denunciando as arbitrariedades do governador. Nas duas primeiras tentativas de se fazerem ouvir pelo capitão-general do Estado, Fernando da Costa de Ataíde Teive, não tiveram sucesso. Em nome dos moradores (homens casados, militares) declaravam não ter condições de se estabelecer dignamente na capitania porque Tinoco Valente se recusava a fornecer-lhes índios para o serviço. No entanto, os concedia “aos seus aliados que lhe encham a bolsa”, quais fossem

⁵²⁴ Bertino Miranda. *A cidade de Manaus...*, p. 8.

taverneiros, diretores de vilas e cabos de canoa, além “do morador Antônio Pedro, porque se achava servindo de caixeiro do mesmo governador”.⁵²⁵

Em dado momento, os signatários da representação acusaram Tinoco Valente de contrariar os termos do último parágrafo do *Diretório* (95), ilustrando a situação por meio de exemplos da má conduta de alguns diretores. Na vila de Moura, apesar das interdições previstas na referida legislação, negociava-se publicamente com a conivência do governador, o mesmo ocorrendo no lugar de Airão, cujo diretor recebeu quatro índios e os enviou ao sertão a colher cacau, beneficiando-se do produto do trabalho dos nativos.⁵²⁶

O mais ambicioso e envolvido com Tinoco Valente, contudo, foi Francisco Rodrigues, o “torto”, antigo cabo da canoa de frei José da Madalena e ajudante de auxiliares do Rio Negro nomeado por Manuel Bernardo de Melo e Castro, que também o fez comandante da estratégica Fortaleza de São José de Marabitanas – “fortaleza fronteira”, enfatizaram os representantes. Além dos intensos e contínuos castigos aplicados à tropa e aos índios, provocando a fuga de muitos para os matos, o “torto” negociava prata e salsaparrilha “entremeado” com o governador, dava “entrada aos castelhanos em São José de Marabitanas que lhes deixavam botas e outros objetos” e desviava apetrechos bélicos.

As práticas ilícitas acima descritas parecem estar na raiz da imagem negativa divulgada por Bertino Miranda: “não rejeita nenhum negócio, mesmo os mais sórdidos e abjetos. Desce ao extremo de comprar aos soldados por preços ínfimos as camisas e meias

⁵²⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Rio Negro (avulsos). CD 1, cx. 2, doc. 129. Essa referência abrange todas as citações da referida representação.

⁵²⁶ O parágrafo 95 do *Diretório* estabelecia: “Ultimamente recomendo aos diretores, que esquecidos totalmente dos naturais sentimentos da própria conveniência, só empreguem os seus cuidados nos interesses dos índios; de sorte que as suas felicidades possam servir de estímulo aos que vivem nos sertões, para que abandonando os lastimosos erros, que herdaram dos seus progenitores, busquem voluntariamente nestas povoações civis, por meio das utilidades temporais, a verdadeira felicidade, que é a eterna. Deste modo se conseguirão sem dúvida aqueles altos, virtuosos e santíssimos fins, que fizeram sempre o objeto da católica piedade, e da real beneficência dos nossos augustos soberanos, quais são a dilatação da fé, a extinção do gentilismo, a propagação do Evangelho, a civilidade dos índios, o bem comum dos vassalos, o aumento da agricultura, a introdução do comércio, e finalmente o estabelecimento, a opulência e a total felicidade do Estado”. Rita Heloísa de Almeida. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1997, p. 38 (apêndice).

que o rei manda distribuir todos os anos pelas tropas da América”.⁵²⁷ O documento em análise, contudo, nada menciona a respeito dessas práticas. Ciente de tudo, Fernando da Costa de Ataíde Teive ordenou que Francisco Rodrigues fosse rendido no comando da Fortaleza de São José de Marabitanas, mas quando o “torto” chegou a Barcelos, o governador do Rio Negro nomeou-o diretor da vila de Tomar, em substituição a João Pinheiro de Amorim que, por sua vez, deixara a função por ter “roubado a povoação, ficando alcançado com cento e tantos mil réis”. Em Tomar, o “torto” continuou os seus desmandos. Acobertado por Tinoco Valente, mandou 14 índios ao rio Puxuris a procurar prata que teria sido descoberta por certo principal Mabique.

Em suma, diziam os representantes que viviam em pobreza na capitania e que, “enquanto o governador dela cuida muito bem em fazer bolsa, disputar sobre jurisdições”, mandava seus diretores aliados agredirem com um pau os oficiais da Câmara, a exemplo do procurador da vila de Tomar, Francisco Coelho Ramos, e do juiz ordinário da mesma localidade, “botando-lhe o pé” e advertindo-lhe “que não se intrometesse com os seus diretores porque eram fiscais das Câmaras e mais justiças em seu lugar”.

Diante do exposto, os representantes estavam cientes de que era fácil para Tinoco Valente dizer a Mendonça Furtado que os moradores eram “rebeldes”, ou seja, negavam-se a cumprir as diretrizes metropolitanas relativas ao povoamento e ao desenvolvimento material da região. Para reverter o quadro de alegada pobreza e desmentir tal argumento, desejavam que os índios fossem livres para servirem a quem quisessem e melhor lhes pagassem. Vassalos zelosos impedidos de bem servir ao rei ou elementos alijados do círculo mais próximo do governador? Embora não exista uma resposta exata, certo é que o documento indicou diferentes caminhos para análise.

⁵²⁷ Bertino Miranda. *A cidade de Manaus...*, p. 8. Ver também Arthur Cezar Ferreira Reis. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 124.

A representação tocava em aspectos essenciais da política pombalina, já contemplados pela historiografia. Resta situar o personagem central, Joaquim Tinoco Valente, na teia de relacionamentos forjada na capitania, conjecturar sobre interesses particulares escusos, e apontar a inconveniência – ou a conveniência – das práticas ilícitas, considerando-se a tensão na fronteira. Do ponto de vista metropolitano, à primeira vista as arbitrariedades do governador poderiam levar à ineficácia da legislação indigenista corporificada no *Diretório*.

Sobre esse aspecto, Mauro Cezar Coelho sublinhou a “motivação” subjacente ao referido conjunto de leis: “a sobrevivência do Estado [português], na manutenção da paz que possibilita a geração de riquezas”. Atentou, ainda, para os litígios entre Portugal, Espanha e França na fronteira que levaram à extensão da “cidadania portuguesa aos índios” como forma de justificar a posse dos territórios em questão.⁵²⁸ Por outro lado, as irregularidades cometidas pelo governador e seus protegidos só foram possíveis graças às brechas encontradas na mesma legislação, assunto, aliás, igualmente explorado pela historiografia.

Seguindo essa linha, Ângela Domingues apontou as distorções ocorridas na repartição dos índios. Segundo o *Diretório*, os nativos assentados nas vilas deviam ser divididos em duas partes, uma destinada à produção de subsistência, ao trabalho local e aos serviços públicos; e outra empregada no serviço de particulares. Mas ao governador da capitania cabia expedir portarias que autorizavam os brancos a requisitar o trabalho indígena nas vilas, mediante o pagamento de salários. Na prática, o modo como eram feitas as repartições deu margem a que aliados do governador fossem beneficiados.⁵²⁹

É nesse contexto que se inserem as alianças estabelecidas por Joaquim Tinoco Valente para privilegiar indivíduos que, por sua vez, encontravam-se em posições-chave na rotina de

⁵²⁸ Mauro Cezar Coelho. “A cultura do trabalho: o Diretório dos Índios e um novo paradigma de colonização na Amazônia do século XVIII”. In: _____ e Jonas Marçal de Queiroz (orgs.). *Amazônia: modernização e conflito* (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, p. 67.

⁵²⁹ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 181-184.

São José do Rio Negro: os taverneiros, ligados ao abastecimento e ao comércio locais; os diretores seculares, escolhidos entre os indivíduos mais estabelecidos na região; e os cabos de canoa, indispensáveis nas comunicações e transportes diversos no vasto território entrecortado pelos rios.

Os maus tratos infringidos pelos diretores aos seus subordinados, causando mortes e fugas, as constantes epidemias, os espancamentos e o uso indevido do trabalho dos moradores foram situações comuns no Rio Negro.⁵³⁰ Nesse sentido, não é de espantar que um personagem amplamente tratado na representação de 1766 tenha sido alvo, no ano seguinte, de reclamações dos vassalos de Sua Majestade que habitavam Tomar: João Pinheiro de Amorim, nomeado por Joaquim Tinoco Valente diretor daquela vila, foi acusado de explorar indevidamente o trabalho dos moradores, “obrigando-os a fiar algodão graciosamente, a cultivar farinhas, melancias, abóboras e laranjas para vender em nome do governador”, sem lhes pagar.⁵³¹

No que se refere ao pagamento dos salários dos nativos, lembrou Corcino Medeiros dos Santos, a matéria só foi alvo de regulamentação quase 20 anos depois das leis de liberdade dos índios, de 1755. O bando de 30 de maio de 1773 estabeleceu os valores dos pagamentos, conforme a atividade exercida pelos nativos, a fim de acabar com as “fugas, as rebeliões e as mortes” e, principalmente, reverter o quadro de desordem vigente a partir da expulsão da Companhia de Jesus: “desde a retirada dos jesuítas até esta data [30 de maio de 1773], os índios que não estavam nas povoações sob a tutela dos diretores eram verdadeiros escravos dos moradores brancos”.⁵³²

⁵³⁰ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos...*, p. 265-279. Sobre a ocorrência de mortes e deserções de índios, entre outros problemas, cujos efeitos se fizeram sentir no decréscimo da população amazônica – na contramão dos projetos metropolitanos – ao longo da segunda metade do século XVIII, ver Ronald Raminelli. Testemunhos do despovoamento: Amazônia colonial. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, S. 3, n.º 6, 2000, p. 41-56.

⁵³¹ Ângela Domingues. *Op. cit.*, p. 266-267.

⁵³² Corcino Medeiros dos Santos. *Amazônia: conquista e desequilíbrio do ecossistema*. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 191-192.

Como se viu anteriormente, dado que nas povoações dirigidas por administradores seculares os índios continuavam a sofrer maus tratos e a ter seu trabalho aproveitado de forma irregular, não se pode afirmar categoricamente que estivessem protegidos da escravidão. Para Mauro Cezar Coelho, analisando as impressões de viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, “parte da responsabilidade do insucesso das povoações, do estado de ruína em que se encontrariam, caberia aos diretores que não aplicariam o previsto no *Diretório*, em função da exploração indevida do trabalho dos índios”.⁵³³

Outro item mencionado na representação dos moradores do Rio Negro, a procura da cobiçada prata castelhana constituiu ao mesmo tempo uma das mais interessantes e obscuras passagens da trajetória de Joaquim Tinoco Valente. Não se sabe se obteve êxito no contrabando do metal pela fronteira, assessorado por colaboradores como João Pinheiro de Amorim, contrariando determinações régias que proibiam a prospecção de minas no Estado. Por sua vez, a entrada da prata nos domínios portugueses poderia ser mesmo tolerada pela Coroa, como se verificou em outra área de fronteira, no extremo oposto da América portuguesa: a Colônia do Sacramento, de *status* equivalente ao do Rio Negro na administração colonial.

O ativo contrabando entre possessões lusas e espanholas, tendo o rio da Prata como acesso privilegiado ao Peru e às minas de Potosí, envolveu governadores de Sacramento e de Buenos Aires – caso de Cristóvão Ornelas de Abreu e de José Herrera y Sotomayor. Outro administrador colonial, Sebastião da Veiga Cabral, governador da Colônia entre 1699 e 1705, cultivou notório interesse pelo rentável comércio de gados e de couros. A Coroa portuguesa tolerava a prática do comércio ilícito justamente porque o mesmo fazia circular a prata, não

⁵³³ Mauro Cezar Coelho. “A cultura do trabalho: o *Diretório* dos Índios e um novo paradigma de colonização na Amazônia do século XVIII”..., p. 75.

obstante a emissão de Cédulas Reais pelo governo espanhol visando restringir o contrabando.⁵³⁴

Assim como a Colônia do Sacramento tinha contato muito próximo com Buenos Aires, servindo de elo entre a praça castelhana e o Rio de Janeiro, a capital do Rio Negro, Barcelos, estava a meio caminho entre a província de Maynas e a cidade de Belém, tendo São José de Marabitanas como porta de entrada da prata castelhana. Ainda que essa rota não passe de uma conjectura, a comparação com a situação de Sacramento não deixa de ser pertinente, haja vista, inclusive, as instruções passadas a João Pereira Caldas – tratadas oportunamente – para fazer de Belém uma espécie de centro irradiador do comércio com a região amazônica (incluindo Mato Grosso) e possessões de Espanha, quando a atividade mercantil pelo rio da Prata estava em risco. O interesse luso, por outro lado, também poderia explicar por que Tinoco Valente não foi repreendido, uma vez que suas atividades chegaram ao conhecimento de Francisco Xavier de Mendonça Furtado em Lisboa.

As hostilidades entre Tinoco Valente e membros da administração colonial foram encaradas favoravelmente ao primeiro. Em 16 de outubro de 1766, o capitão-general Fernando da Costa de Ataíde Teive comunicou a Mendonça Furtado: “a capitania do Rio Negro achava-se de tempos a esta parte em tal desordem, que buscando eu com o maior cuidado pacificá-la, nunca a minha diligência produziu o efeito que desejava”. Atribuiu a culpa ao ouvidor Lourenço Pereira da Costa, acusado de “arrogar independência e jurisdição do governador, o qual se houve nesta matéria com louvável prudência, porque tendo diferentes vezes conjuntura favorável para se queixar, e a desprezava”.⁵³⁵

As palavras de Ataíde Teive não somente ilustravam as disputas de jurisdição que, segundo a representação de 1766, ocupavam demasiadamente Tinoco Valente, mas também a

⁵³⁴ Cf. Laura de Mello e Souza. “Os motivos escusos: Sebastião da Veiga Cabral”. In: _____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 262-264.

⁵³⁵ AN. Fundo Negócios de Portugal. Códice 99, v. 1, fl. 54.

união entre o general do Estado e seu subalterno, pretendida pela Coroa quando ambos foram nomeados. A postura adotada por Ataíde Teive, empenhado em assegurar que, “certo da grande bondade do governador”, Lourenço Pereira da Costa jamais se emendaria, também pode esclarecer o motivo de não ter dado ouvidos às insatisfações dos moradores do Rio Negro, como os próprios fizeram questão de afirmar.

As querelas com oficiais régios, assim como as contendas com governadores dos vizinhos territórios castelhanos, acompanharam Joaquim Tinoco Valente até o fim de seu governo. A substituição de Lourenço Pereira da Costa por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio não dirimiu os conflitos de jurisdição. Além disso, a violência com que ameaçava os oficiais régios que lhe fizessem oposição parece ter se voltado contra o governador. Como no episódio ocorrido por volta das seis e meia da noite do dia 31 de maio de 1777, quando Tinoco Valente teria sido agredido a pauladas pelo vigário de Barcelos, Jerônimo Ferreira Barreto, e pelo capitão Filipe da Costa Teixeira, ferindo-se principalmente na cabeça.⁵³⁶ Verídico ou não, o fato e a crônica contribuíram para reforçar a face polêmica e “tumultuosa” da gestão do coronel Valente.

2.7.3 – “Suplicado regresso”

Um duro golpe foi desferido contra Joaquim Tinoco Valente no momento em que seu procurador no Pará deu-lhe a notícia de que o secretário Francisco Xavier de Mendonça

⁵³⁶ Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas...*, p. 125-126. Quando chegou ao Rio Negro, em 1772, o ouvidor Sampaio já havia experimentado dissabores com o capitão-general Fernando da Costa de Ataíde Teive. Por conta disso, no ano anterior, notificou a Martinho de Melo e Castro o “rompimento” de ambos porque o governador colocara em dúvida a sua conduta. Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 7, cx. 67, doc. 5741. Não obstante, anos mais tarde, em seu diário de viagem pelo Rio Negro, Sampaio enalteceu tanto os préstimos de Ataíde Teive quanto os de João Pereira Caldas, o que na interpretação de Neil Safier consistiu em um dos 10 “propósitos narrativos” do ouvidor: “louvar e glorificar as realizações dos governadores portugueses na região, quer a ‘sábia política do capitão-general Fernando da Costa de Ataíde Teive, quer as qualidades do ‘esclarecido’ general João Pereira Caldas [...]”. O autor ressaltou ainda o caráter oficial do discurso construído pelo ouvidor – o que não daria margem à exposição de querelas – e a inserção do mesmo no “programa colonizador português”. Cf. *O Diário da Viagem* do ouvidor Sampaio (1774-1775): as práticas narrativas de uma viagem administrativa na América portuguesa. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 3, n.º 6, 2000, p. 131-132.

Furtado havia falecido. De uma hora para outra, apesar da idade avançada de seu protetor, perdera o fiador de todas as promessas de remuneração, como deixou claro em ofício endereçado ao marquês de Pombal, em 20 de agosto de 1770: “naquela estimadíssima vida tive eu sempre segura a minha honra, sendo-me esta firmada com a promessa de meu adiantamento assim do posto, como de um foro, em atenção aos serviços que havia feito [...], o que para mais avultar me encaminhava a este emprego”. Esperava, contudo, que por sua fidelidade ao soberano e os quase 50 anos no Real Serviço merecesse “mais crescido prêmio”.⁵³⁷

Com a morte de Mendonça Furtado, Pombal foi alçado à condição de fiador das recompensas de Tinoco Valente. Este acrescentou uma solicitação, reiterada nos anos seguintes: “[...] que em remuneração de todas as apresentadas promessas se digne a concorrer para o meu regresso que todo este benefício atribuirei àquela inestimável alma que na glória espero esteja, na lembrança de que ainda depois de morta, renasceu para o meu bem”.⁵³⁸ Tais palavras davam o tom da desolação de Tinoco Valente, sexagenário, entrando no terceiro triênio no comando de uma capitania longínqua, circundada por uma fronteira indefinida, em litígio e permanentemente acossada por investidas de súditos de monarquias rivais.

Mas, afinal, não estaria enriquecendo à custa do contrabando, inclusive, da prata castelhana? Dispensaria a oportunidade de acrescentar o seu patrimônio pessoal, diminuto à época em que chegou ao Rio Negro? Não há uma resposta precisa para essas questões, mas é possível crer que não fossem muitos os que gostariam – e mesmo possuindo sólida experiência militar – de permanecer tanto tempo em um cargo pouco atraente em termos de promoção social.

Quando Joaquim Tinoco Valente enviou o citado ofício à Corte, os acontecimentos mais dramáticos em relação à problemática das fronteiras ainda não tinham se apresentado.

⁵³⁷ IEB/USP. Coleção Alberto Lamego. Códice 16.44.

⁵³⁸ Idem.

As queixas sobre sua má conduta, no entanto, já haviam chegado ao conhecimento das autoridades em Lisboa. O silêncio do marquês de Pombal, seu interlocutor privilegiado, seria uma forma de punição? Ou a Coroa ainda acreditava nos préstimos do militar e no valor de sua experiência no Real Serviço? A resposta à primeira pergunta encerra alto grau de subjetividade.

Quanto à segunda, é preciso voltar ao tópico referente às disputas entre Tinoco Valente e seus vizinhos das províncias de Maynas e de Guayana para relemburar a atitude resoluto do governador do Rio Negro. O que em hipótese alguma exclui os supostos desvios de conduta verificados nos anos que precederam o recrudescimento das contendas na fronteira. Favorecer a penetração de mercadorias castelhanas, fazer transações com material bélico e contrabandear prata através de São José de Marabitanas poderia colocar em risco a manutenção da paz. A Coroa, no entanto, manifestou a mesma complacência que permitiu o comércio na região platina, haja vista a ocupação do Sul (ver 2.8.2).⁵³⁹

No dia 12 de fevereiro de 1775, Tinoco Valente remeteu a Lisboa novo requerimento de substituição, dessa vez a Martinho de Melo e Castro, “tendo repetidas vezes representado ao [...] marquês de Pombal as minhas moléstias e as justas razões que me inabilitam a continuar o Real Serviço nesta capitania”. Rogava ao secretário atenção ao seu “grande padecer” e à necessidade de buscar os “remédios” para suas moléstias, pois “perto de 12 anos deste governo, ou de 50 do Real Serviço, o que me faz certo que não estando totalmente falto de justiça, o estou de patrono que me favoreça”.

Considerando-se desamparado, tomava Martinho de Melo e Castro como intermediário junto ao rei a fim de “merecer a piedosa compaixão do meu suplicado regresso”. Para justificar o pedido, anexou um parecer do cirurgião do Hospital Militar de Barcelos, João Manuel Rodrigues, atestando que padecia

⁵³⁹ Para os movimentos dos castelhanos na região Sul, ver, por exemplo, Pedro Calmon. *História do Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971, v. 4, p. 1188-1190 e p. 1198-1212.

[...] de uma hérnia intestinal, da qual experimenta graves e rigorosos incômodos, em razão dos ares úmidos de que é dotado este clima, e pela mesma razão, e trabalho da escrita padece [...] um defluxo do peito com êxito de algum sangue da boca [...]”.⁵⁴⁰

Os anos se passaram. As negociações para dar fim à guerra luso-castelhana avançaram com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, e do Pardo, no ano seguinte, mas as petições de Tinoco Valente para ser removido do cargo jamais foram atendidas. No dia 23 de agosto de 1779 faleceu beirando os 70 anos – se já não os tinha completos – depois de um mês de agonia.

O comunicado oficial foi feito pelo general do Estado, João Pereira Caldas, o qual ressaltou na introdução da carta, além da avançada idade e das doenças de que o falecido padecia, o fato de que “repetidas vezes pretendeu o ser rendido do governo da capitania do Rio Negro”. Em Belém, a viúva, D. Isabel Maria Joaquina, que acompanhou o marido durante a longa estadia em Barcelos – e decerto presenciou as agruras daquele governo – aguardava o embarque para Portugal.⁵⁴¹ Joaquim Tinoco Valente foi sepultado na capela-mor da igreja matriz de Barcelos, “a qual assim guarda os restos mortais de muitos administradores, sem que possamos dizer ao certo onde os ossos repousam”, anotou Mário Ypiranga Monteiro.⁵⁴² Após o falecimento de Tinoco Valente, seguiu-se um longo período de interinidades que não passaram de um ano, até à nomeação de Manuel da Gama Lobo de Almada (1786-1799).

A morte em Barcelos ao menos confirmou o que o próprio coronel dos Exércitos de Sua Majestade havia dito na correspondência que abriu esse tópico. O governo do Rio Negro foi uma recompensa por seus muitos anos de serviço militar e a última, pois as outras promessas de remuneração nunca se cumpriram. Nem mesmo uma patente ou o título de

⁵⁴⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Rio Negro (avulsos). CD 1, cx. 3, doc. 183.

⁵⁴¹ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 9, cx. 84, doc. 6857. Ofício de 5 de novembro de 1779.

⁵⁴² Mário Ypiranga Monteiro. *A capitania de São José do Rio Negro (antecedentes históricos e fundação)*. Manaus: [s/ed.], 1953, p. 126.

membro do Conselho de Sua Majestade foram-lhe ofertados durante a permanência no cargo, tal como se verificou em outras trajetórias.

Nesse sentido, levando-se em conta que desembarcara em Belém com mais de 50 anos, a carta patente que carregava consigo representava, paradoxalmente, o início de uma nova experiência no Real Serviço (a administração ultramarina) e também o fim de sua carreira. As conquistas do Norte conheceram o traquejo do militar e a “falta de probidade” do governador, duas faces de uma só personalidade.

São José do Piauí

2.8 – Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas

Ao avaliar os critérios de escolha dos governadores de Pernambuco, Veríssimo Roiz Rangel, cônego da Sé de Olinda, assim se expressou: “provê-se um governo como é hoje este [...] em um cavaleiro bem morigerado e bem capaz, porém, sem experiência nem estudo algum de direito, que foi um bom ajudante de sala ou um valente capitão de cavalos [...]”.⁵⁴³ A descrição do perfil dos administradores coloniais designados para Pernambuco demonstra, por um lado, que o recrutamento de militares sem experiência nos negócios públicos não era um traço exclusivo do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, por outro, coaduna-se com a trajetória de João Pereira Caldas.

O militar nascido na freguesia de Cambezes, em Monção, no dia 4 de agosto de 1736, foi o mais jovem dos governadores atuantes na jurisdição do Estado. De família distinta, tornou-se moço fidalgo da Casa Real com oito anos incompletos.⁵⁴⁴ Filho do brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, chegou a Belém na companhia deste e de um irmão mais novo, Gonçalo José, para secundar os trabalhos de demarcação de limites previstos no Tratado de Madri (ver 2.1.3 e 2.5).

Na historiografia, aparece como um dos mais ativos agentes da colonização nas conquistas do Norte, tendo se destacado não só na estruturação da capitania do Piauí, mas também na execução de um aparatoso plano de recuperação econômica do Estado na década de 1770 e, posteriormente, nas demarcações do Tratado de Santo Ildefonso.⁵⁴⁵ Como

⁵⁴³ “Discurso apologético e notícia fidelíssima das vexações e desacatos cometidos pelo Dr. Antônio Teixeira da Mata contra a Igreja e jurisdição eclesiástica de Pernambuco” [s/d.]. Transcrito em Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*. 2ª ed., São Paulo: Editora 34, 2003, p. 219-220.

⁵⁴⁴ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. João V, livro 34, fls. 470v-471. Alvará de concessão do foro de fidalgo da Casa Real (com 1.600 réis de moradia e um alqueire de cevada) de 25 de fevereiro de 1744, extensivo aos irmãos Gonçalo José e Luís Pereira Caldas.

⁵⁴⁵ Uma síntese do perfil e da trajetória de João Pereira Caldas pode ser encontrada em Ronald Raminelli. “João Pereira Caldas”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

personagem de destaque, sobre João Pereira Caldas pesam algumas distorções de ordem pessoal: o equivocado emprego do “dom” antes do seu nome – situando-o erroneamente no seio da nobreza lusitana –, o natalício que lhe acrescentaria 16 anos e o princípio da carreira militar.⁵⁴⁶

Os enganos relativos à biografia podem ser corrigidos a partir da análise de seu processo de habilitação à Ordem de Cristo. A mercê conferida à família havia duas gerações – o pai e avós eram cavaleiros da Ordem – foi estendida ao irmão Gonçalo José na mesma ocasião, ou seja, quando ambos estavam prestes a partir para Belém. João Pereira Caldas, que iniciara a carreira das armas em 1749, aos 13 anos, não havia completado 17 quando recebeu a mercê do hábito e seguia com a patente de capitão de Infantaria.⁵⁴⁷

Dada a pressa do embarque, os dois irmãos foram dispensados pelo rei das provanças e da menoridade, o que por si denota que não Pereira Caldas não poderia ter nascido em 1720:

Porquanto tenho feito mercê do hábito da Ordem de Cristo a João Pereira Caldas e a Gonçalo José Pereira de Castro e Caldas, [...] e me é presente que [...] Gonçalo Pereira Lobato é cavaleiro da Ordem de Cristo e o fora também seu pai João Pereira Caldas, precedendo para isso habilitações: e, outrossim, que João Gomes Pereira, pai da dita D. Joana Maria Pereira, cavaleiro que foi da dita Ordem, e sua mulher D. Antônia Teresa de Vilas Boas se acham também habilitados: Hei por bem haver por tais os sobreditos João Pereira Caldas e Gonçalo José Pereira de Castro e Caldas assim pelo que respeita à nobreza, e limpeza do sangue, e pelo que toca às partes pessoais, para que

⁵⁴⁶ Cf. Wilson Carvalho Gonçalves se referiu ao personagem como “D. João Pereira Caldas”, nascido em 4 de agosto de 1720, que iniciou a carreira militar no Pará como sargento-mor. *Os homens que governaram o Piauí*. Teresina: Gráfica Júnior, 1989, p. 15. Ver também, do mesmo autor, *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense (1549-1997)*. 2ª ed., Teresina: Gráfica Júnior, 1997, p. 77. Segundo Joaquim Romero Magalhães, o “dom” era “parcimoniosamente concedido. Tinha o efeito imediato de dar a conhecer o seu portador como pertencendo à alta fidalguia”. O emprego do tratamento era regulado por lei, como a de 1597, para evitar abusos. Joaquim Romero Magalhães. “A sociedade”. In: _____. (coord.). *História de Portugal – v. 3: No alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 415-416. Por meio do alvará de 3 de dezembro de 1611, o rei Filipe I “informado do excesso que neste Reino se tinha introduzido de se nomearem de *Dom* as pessoas”, ordenou aos corregedores e provedores das comarcas que instaurassem devassas em todo o Reino a fim de apurar o mau uso do tratamento. Ver Candido Mendes de Almeida (org.). *Código philippino ou ordenações e leis do reino de Portugal*: recopiladas por mandado d’ El Rei D. Philippe I. 14ª ed., Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Philomático, 1870, p. 1.336.

⁵⁴⁷ IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra J, maço 4, doc. n.º 2. O processo foi concluído em 30 de maio de 1753. Consta que João Pereira Caldas, o pai e o irmão chegaram a Belém em 20 de julho, acompanhando os dois regimentos de Infantaria enviados de Portugal para auxiliar nos trabalhos de demarcação do Tratado de Madri. Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Memória das pessoas que desde o princípio da colonização governaram as duas capitânias, do Maranhão e Grão-Pará. 1783 (fl. 16v). Sobre o início da carreira de Pereira Caldas ver IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fl. 383v.

em razão da pressa com que se devem embarcar na frota que está para partir recebam os hábitos [...] sem novas habilitações. E porque não tem ainda os anos que requerem os estatutos: Hei por bem dispensá-los na menoridade [...].

Dessa forma, o rei lançava mão de expedientes comuns em processos de habilitandos menores de 18 anos e pertencentes a famílias que já tinham provado sua pureza de sangue e a ausência de ofícios mecânicos em sua ascendência. Apesar da dispensa régia, os estatutos da Ordem de Cristo previam que o habilitado só ingressaria efetivamente após atingir a maioridade.⁵⁴⁸ João Pereira Caldas só estaria apto a partir de 4 agosto de 1753 e a celebração dos ritos não poderia acontecer em Lisboa, pois já se encontrava no Pará desde julho.

A entrada na Ordem fugiu completamente à regra. Os rituais de ser armado cavaleiro e, em seguida, receber o hábito e professar, realizados no mesmo dia, ocorreram em datas muito distantes. Enquanto o alvará de 30 de maio de 1753 (mesmo dia da conclusão do processo de habilitação) dava autorização para Pereira Caldas ser armado cavaleiro na igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Lisboa, o alvará de profissão (no Maranhão) só foi expedido em 11 de janeiro de 1760, época em que governava o Piauí. Por sua vez, a carta régia para o lançamento do hábito só foi expedida quando o militar já se preparava para voltar a Portugal.⁵⁴⁹

A carreira de Pereira Caldas no Real Serviço começou a ganhar impulso pouco depois da chegada a Belém. No mesmo ano de 1753, “pela qualidade de sua pessoa como por ser filho do brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa”, foi nomeado juntamente com João Batista de Oliveira, também capitão do Regimento de Infantaria da cidade, para ajudante de sala (ou ajudante de ordens) do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça

⁵⁴⁸ Cf. Fernanda Olival. *As ordens militares e o Estado Moderno*: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 206-214 e 456.

⁵⁴⁹ IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 264, fls. 405-405v. Alvará para ser armado cavaleiro. Livro 220, fl. 342. Alvará para professar no Maranhão, ao que tudo indica, na Sé. O alvará parece não ter sido cumprido e estranhamente foi expedido outro, com data de 19 de abril de 1761, para que João Pereira Caldas professasse na capitania do Piauí, onde não havia igreja à altura da celebração. Livro 270, fl. 159. A carta régia de 19 de dezembro de 1788 ordenava que se lançasse o hábito da Ordem de Cristo no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, em Lisboa. IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Maria I, livro 24, fl. 236.

Furtado. João Batista de Oliveira, um homem mais velho e experiente, servira 16 anos na Armada com “préstimo e atividade” presenciados por Mendonça Furtado, participando de expedições guarda-costas e à Colônia do Sacramento. No Pará, atuara seis anos como capitão-mor de Gurupá e no estabelecimento da vila de São José de Macapá. Com isso, o capitão-general colocou ao seu serviço dois homens em quem podia confiar.⁵⁵⁰

As distinções se seguiram em 1754, quando Pereira Caldas recebeu a comenda de São Mamede de Troviscoso, da Ordem de Cristo, por não ter podido se encartar na alcaidaria-mor do Castelo da Piconha, mercê concedida a outrem.⁵⁵¹ Três anos depois, graças às instâncias do pai (ver 2.5.1), teve confirmada a patente de sargento-mor de Infantaria, ou seja, quatro anos depois de chegar ao Pará, esclarecendo outro dado distorcido em sua biografia.⁵⁵²

Mas o principal passo da trajetória de Pereira Caldas ainda estava por ser dado. Seria mais um desdobramento da proteção de Mendonça Furtado e das boas relações entre este e a família do sargento-mor. Este e o pai tiveram pelo menos uma boa oportunidade de mostrar sua adesão aos projetos pombalinos para o desenvolvimento das conquistas do Norte quando se tornaram acionistas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (Pereira Caldas adquiriu uma cota e Gonçalo Pereira duas).⁵⁵³

Em uma carta enviada ao governador do Maranhão, datada de 13 de outubro de 1757, Mendonça Furtado dispensou Gonçalo Pereira Lobato e Sousa dos agradecimentos pelas informações sobre o filho, “porque lhe rendi justiça e o seu procedimento é tão notório que não há uma única pessoa a quem deixe de edificar, e V.S.^a tem que dar infinitas graças a

⁵⁵⁰ Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. 2ª ed., Belém, t. 2, 1968, p. 55.

⁵⁵¹ IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 264, fl. 431v. Ver também IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 6, fl. 377v. A comenda de São Mamede de Troviscoso, encartada no arcebispado de Braga, foi concedida a Pereira Caldas por carta de 26 de junho de 1754, mas à época pertencia a Antônio Coelho de Parada e Castro. A mesma fora dada ao seu avô, o desembargador Antônio de Freitas Branco de Castro, em duas vidas, passando ao seu filho, José Carlos Branco de Castro. Com a morte deste, Parada entrou na segunda vida da comenda, à qual renunciou por escritura de 24 de maio de 1754. Da mesma forma, estava em seu usufruto a alcaidaria-mor da vila de Outeiro, também concedida a João Pereira Caldas. IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 4, n.º 107.

⁵⁵² IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 6, fl. 378v.

⁵⁵³ Cf. Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, v. 1, p. 230-234.

Deus, de lhe dar semelhante filho”. Insinuou, inclusive, a intenção de distingui-lo pelos bons serviços: “brevemente darei a V.S.^a uma demonstração de que assim o entendo e lhe hei de certamente render justiça; e o tivera já feito se não fora querer obrar sem deixar queixosos”.⁵⁵⁴

É possível que a demonstração de justiça a João Pereira Caldas – a nomeação para governador do Piauí – tenha partido de uma indicação de Mendonça Furtado, pouco tempo antes de deixar o Pará.⁵⁵⁵ Em ofício ao secretário Tomé Joaquim da Costa Corte Real, de 12 de fevereiro de 1759, o capitão-general forneceu as melhores referências de seu ajudante de ordens:

Tenho dele todo o bom conceito que pode ser, porque servindo de ajudante de sala deste governo há perto de seis anos, ainda não vi neste oficial ação que não fosse de quem não tem imaginação alguma que não seja de honra, e de cristandade; Deus Nosso Senhor queira conservá-lo no mesmo estado, para que sirva à Sua Majestade como deve, e como eu me persuado a que ele o há de fazer.⁵⁵⁶

A missão de Pereira Caldas, um jovem militar de 23 anos sem experiência na função governativa, consistia em acabar com os abusos, extorsões e fraudes contra o patrimônio da Coroa na capitania do Piauí.

2.8.1 – “Patrimônio de bacharéis”: o Piauí

“Aquela capitania, já disse a V.Ex.^a, que era um patrimônio de bacharéis, e que eles assim o tem entendido, e que há de custar a Sua Majestade muito a desapossá-los”.⁵⁵⁷ O trecho de uma carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao secretário seu irmão expressava a situação em que se achava a administração do Piauí.

⁵⁵⁴ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 3, p. 1152-1153.

⁵⁵⁵ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 6, fl. 378v. Carta patente de 21 de agosto de 1758 nomeando João Pereira Caldas governador do Piauí por três anos, com a patente de coronel e soldo de dois mil réis, “da mesma forma que vence o governador da capitania de São José do Javari”.

⁵⁵⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 5, cx. 44, doc. 4013.

⁵⁵⁷ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *Op. cit.*, t. 3, p. 1086. Carta de 10 de junho de 1757.

Os problemas da capitania decorriam – na visão do capitão-general – da ação nefasta de alguns ouvidores e de padres da Companhia de Jesus. Muitas fazendas de gado pertenciam ao Colégio dos Jesuítas da Bahia, herdadas de Domingos Afonso Mafrense (também conhecido por Domingos Afonso Sertão), um dos desbravadores e conquistadores daquelas terras, falecido em 1711.⁵⁵⁸

Nos anos de 1750, as desavenças em torno da demarcação das propriedades rurais levaram o governo do Estado a tomar providências para apurar o envolvimento de oficiais régios. Encarregado da missão, o ouvidor-geral do Maranhão, Manuel Sarmento Maia, deparou com os desentendimentos entre o ouvidor do Piauí, José Marques da Fonseca Castelo Branco, e o superior das missões jesuíticas na capitania, padre Manuel Gonzaga.⁵⁵⁹

As propriedades do Colégio da Bahia vinham sofrendo o assédio do ouvidor Castelo Branco, que pretendia demarcá-las em seu benefício. Para isso, contratou o serviço de comissários que seriam pagos com gados, escravos e outros bens das próprias fazendas da Companhia, levando à reação do padre Manuel Gonzaga.⁵⁶⁰ A rede de conluíus rendeu frutos ao sucessor de Castelo Branco, Manuel Cipriano da Silva Lobo, que antes mesmo de deixar o Maranhão para assumir o cargo no Piauí, reuniu em torno de si “uma boa parte dos sócios que arruinaram ao ouvidor José Marques da Fonseca”, aos quais prometera diversas serventias de ofícios na administração local.⁵⁶¹

Com o passar dos anos, o aumento da tensão entre o poder temporal e os regulares, especialmente os jesuítas, tornou-se um componente cada vez mais presente na apuração de vários desacertos da administração colonial. Nessa conjuntura, um dos mais sérios equívocos que um oficial régio poderia cometer era o de entabular conluíus e negócios escusos com

⁵⁵⁸ Cf. José Martins Pereira d' Alencastre. *Memória chronologica, histórica e corographica da província do Piauíhy. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 20, 1857, p. 5.

⁵⁵⁸ *Ibidem*, p. 153.

⁵⁵⁹ Cf. Odilon Nunes. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 1, p. 91-92.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, p. 92.

⁵⁶¹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 1086.

padres da Companhia de Jesus. É o que demonstra a queixa de certo Antônio Madeira Brandão, morador na vila da Mocha, contra o ouvidor Manuel Cipriano; denúncia imediatamente acolhida e comunicada ao secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real pelo governador Mendonça Furtado.⁵⁶²

“Para por em sossego e quietação aquela larga extensão de país” – acabando com os desmandos de oficiais régios e os descaminhos da Fazenda da Mocha, a principal vila do Piauí –, a Coroa nomeou o desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro, homem da confiança do governador do Estado, para o cargo de intendente-geral das colônias, do comércio, da agricultura e das manufaturas do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Diniz Pinheiro recebeu “ilimitada jurisdição” e poderes para acabar com todos os “escândalos e prejuízos públicos” que assolavam o Piauí.⁵⁶³

A carta régia de 3 de março de 1755 continha as atribuições do intendente, como a faculdade para depor magistrados e demais oficiais da Justiça por improbidades; afastar do Real Serviço quaisquer pessoas, inclusive eclesiásticos que tentassem impedir o seu trabalho; inspecionar todo o território do Piauí a fim de averiguar a viabilidade de dividi-lo em duas ouvidorias; indicar as pessoas mais adequadas para o governo das povoações e o número de paróquias e casas religiosas em cada uma.⁵⁶⁴

No que diz respeito à administração da Fazenda, Diniz Pinheiro deveria inspecionar todos os livros da Provedoria a fim de apurar eventuais irregularidades, bem como obter os fundos necessários para custear a sua comissão. A carta régia procurou também reformular a cobrança dos dízimos. Os contratos para arrecadação do imposto não seriam mais arrematados

⁵⁶² Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, 1905, t. 4, p. 318-319. Ofício de 24 de outubro de 1757.

⁵⁶³ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 1081. O cargo foi especialmente criado no Estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo o desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro quem primeiro o ocupou, nomeado por decreto de 30 de maio de 1756. Recebia vencimentos equivalentes aos de ouvidor e estava subordinado diretamente ao governador e capitão-general do Estado ou, na ausência deste, ao bispo. Sua extensa jurisdição compreendia o Pará, o Maranhão e o Piauí. Arquivo Público do Estado do Pará. Códice 86, fl. 20-20v.

⁵⁶⁴ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 138v-141.

por pessoas de fora do Piauí, como de costume, mas por seus moradores. Assim, os rendimentos seriam revertidos em benefício da própria capitania.⁵⁶⁵ Outra importante atribuição conferida ao intendente-geral era a demarcação das fazendas de gado, muitas pertencentes aos jesuítas ou à Casa da Torre, consideradas fontes de todas as desordens cometidas por diversos ouvidores para lá enviados.⁵⁶⁶

A necessidade de atalhar as improbidades verificadas na administração do Piauí – àquela altura um território formado basicamente por fazendas – pode ser entendida como um dos fatores que impulsionaram a concretização de uma ordem régia havia muito existente. Subordinado à Bahia até 1715, datava de 1718 o alvará que determinava a separação do Piauí, tornado capitania independente, da jurisdição do Maranhão. A vila da Mocha (tomada muitas vezes como a própria capitania) fora criada em 30 de junho de 1712, embora só instalada por ordem régia de 26 de dezembro de 1717, mesmo ano em que foi criada a comarca do Piauí. No plano espiritual, a capitania esteve subordinada à diocese de Pernambuco, sediada em Olinda, de 1679 a 1728, e deste ano em diante à do Maranhão.⁵⁶⁷

Integrada ao projeto de revitalização das conquistas do Norte no período pombalino, a organização administrativa do Piauí pode ser entendida – em uma abordagem que não pretende esgotar as possibilidades de análise da questão – como resultado do somatório de alguns fatores: a necessidade de dar cumprimento ao alvará de 1718, e as constantes queixas do governador-geral do Estado contra os magistrados enviados à vila da Mocha. Pode-se acrescentar um terceiro fator: a necessidade de demarcação e distribuir as fazendas da Companhia de Jesus, tomadas pela Coroa.

⁵⁶⁵ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 138v-141.

⁵⁶⁶ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 564-565 e p. 730-731.

⁵⁶⁷ Cf. F. A. Pereira da Costa. *Cronologia histórica do estado do Piauí, desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 77-80, p. 82 e p. 86. Ver também Tanya Maria Brandão Barbosa. “Piauí, capitania do”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

A morte de João da Cruz Diniz Pinheiro antes mesmo de chegar à Mocha quase comprometeu o plano de “redenção da capitania do Piauí e o sólido estabelecimento desta”. O fato levou não só à indicação de um substituto, Francisco Marcelino de Gouveia, desembargador da Casa da Suplicação, como precipitou a nomeação do sargento-mor João Pereira Caldas para governador, o qual chegou à vila da Mocha em 17 de setembro de 1759 e tomou posse três dias depois.⁵⁶⁸ A carta régia de 29 de julho de 1759, feita exatamente uma semana antes da que nomeou Francisco Marcelino, esclarecia que o desembargador deveria passar diretamente ao Piauí, onde trabalharia “de comum acordo” com Pereira Caldas e, principalmente. O documento também estabelecia os princípios fundamentais para a montagem da nova máquina administrativa.⁵⁶⁹

As diretrizes a serem seguidas pelo governador podem ser resumidas em quatro aspectos essenciais: estabelecimento do governo político, com todo o aparato necessário ao exercício das funções públicas; cumprimento das leis de 6 e 7 de junho de 1755 a respeito da liberdade dos índios; organização do aparato militar; fundação de vilas para abrigar a população dispersa pelo interior, inclusive, os índios que deveriam ser mantidos afastados da tutela temporal dos religiosos, conforme o *Diretório*.

O aspecto mais detalhado na carta régia dizia respeito à organização militar. João Pereira Caldas deveria montar um Regimento de Cavalaria auxiliar na vila da Mocha, formado por 10 companhias com 60 praças cada.⁵⁷⁰ As indicações para os postos de tenente-coronel, capitão, tenente, alferes e furriel deveriam ser submetidas à aprovação do governador do Estado, uma vez que o Piauí tornara-se independente no plano administrativo, mas continuava subordinado no militar. O documento prescrevia claramente todos os detalhes da formação da tropa para a qual Pereira Caldas, na qualidade de autoridade máxima da

⁵⁶⁸ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *Op. cit.*, t. 3, p. 1082 e p. 1178.

⁵⁶⁹ FBN. Divisão de Manuscritos. II - 30, 36, 44 – nº. 003.

⁵⁷⁰ Fala-se também na criação de 5 batalhões e 2 companhias de dragões que não constam na carta régia de 29 de julho de 1758. Cf. Tanya Maria Brandão Barbosa. “Piauí, capitania do”...

capitania, fora nomeado coronel. Mas, na prática, o governador enfrentou sérias dificuldades para satisfazer a um modelo de Regimento oriundo da metrópole, que absolutamente não dava conta da realidade de um lugar com população escassa e dispersa.

Passados quase três anos, de acordo com uma consulta submetida ao Conselho Ultramarino em 21 de janeiro de 1761, Pereira Caldas ainda não havia criado o Regimento de Cavalaria auxiliar nos moldes da carta régia, por não dispor a vila da Mocha de homens suficientes para formar as 10 companhias de 60 praças. A solução apontada pelo próprio governador na carta enviada ao Conselho em 28 de fevereiro de 1760 foi repartir as companhias pelas demais freguesias do Piauí.⁵⁷¹

Diante dessa situação compreende-se o teor da carta régia de 19 de junho de 1761, que continha todos os critérios para a fundação de vilas, o seu povoamento e os planos para a construção de casas e de edifícios públicos. A carta elevava a Mocha à cidade – concedendo aos oficiais da Câmara os mesmos privilégios da sua congênere em São Luís – e as freguesias à condição de vilas. Para estimular a fixação da população nos núcleos urbanos, a Coroa isentou os moradores do pagamento de fintas, talhas e mais impostos, com exceção dos dízimos, por 12 anos.⁵⁷²

Quanto ao estabelecimento das povoações, a carta régia estabelecia que após elaborar uma relação dos moradores de cada vila, Pereira Caldas deveria convocá-los para conhecer o local mais adequado para a construção da praça principal, onde seria erguido o pelourinho, a igreja e demais edifícios públicos. Na mesma ocasião, o governador definiria o traço das novas habitações “fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas”.⁵⁷³ A instrução estava de acordo com a concepção das povoações criadas no período pombalino, cujo objetivo era implantar e reforçar a autoridade régia e

⁵⁷¹ IANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 314, cx. 420.

⁵⁷² Cf. José Martins Pereira d' Alencastre. *Memória chronologica, histórica e corographica da província do Piauhy...*, p. 152-155.

⁵⁷³ *Ibidem*, p. 153.

aproveitar o potencial produtivo – também entendido no aspecto humano – de territórios inexplorados, a exemplo do Piauí. Além do aproveitamento racional do espaço, as vilas planejadas possibilitavam a regulação dos comportamentos, aspectos que se consubstanciaram no que Roberta Marx Delson denominou “engenharia social”.⁵⁷⁴

Para a concretização desse modelo, comum no Estado do Grão-Pará e Maranhão e nas partes do Sul, foi vital a ação de administradores coloniais como Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Gomes Freire de Andrade. Os índios também estavam incluídos na conformação dos núcleos urbanos planejados.⁵⁷⁵ A própria carta régia de 19 de junho de 1761, em análise, referia-se ao exemplo que os moradores brancos poderiam dar aos índios vivendo em núcleos urbanos estáveis e organizados.⁵⁷⁶

Não foi fácil estabelecer as vilas. A discrepância entre a legislação e a realidade local fez com que os primeiros tempos da administração Pereira Caldas se transfigurassem em dificuldades, hesitações e incertezas quanto às possibilidades de cumprimento das ordens régias. Os principais obstáculos verificados foram: a escassez de população, em grande parte internada nos sertões da capitania e formada basicamente por vaqueiros, índios, escravos africanos e mestiços; o fato de a população ser pouco afeita à vida urbana, permanecendo mais tempo nas fazendas de gado; os constantes ataques do gentio que ameaçavam a paz dos moradores e a estabilidade das povoações.

Antes mesmo que a carta régia de 1761 chegasse ao Piauí, Mendonça Furtado enviou ao governador uma série de advertências que reiteravam os planos de fundação de vilas na

⁵⁷⁴ Roberta Marx Delson. “Povoações pombalinas”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

⁵⁷⁵ Para conhecer a atuação de Gomes Freire de Andrade na promoção dos núcleos populacionais planejados, atendendo à questão indígena e aspectos militares, ver: Roberta Marx Delson. Military engineering and the “colonial” project for Brazil: agency and dominance. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, S. 3, n.º 6, 2000, p. 73-96. A “política urbanizadora” do período pombalino, pensada também como “estratégia de civilização dos índios”, fez-se presente em várias localidades além da Amazônia, como São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Ver Maria Helena Occhi Flexor. “Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 79-88.

⁵⁷⁶ Cf. José Martins Pereira d’ Alencastre. *Op. cit.*, p. 152.

capitania, deixando entrever – ao citar correspondências anteriores de Pereira Caldas – a hesitação que permeava as atitudes deste. Somente nos dias 18 e 19 de junho de 1761 – mesma data da carta régia que estabelecia a configuração das vilas no Piauí –, Mendonça Furtado endereçou pelo menos três cartas ao seu subalterno, dando-lhe instruções para contornar as dificuldades encontradas.

Na carta de 18 de junho de 1761, o secretário da Marinha aludiu a uma consulta de Pereira Caldas acerca dos ataques dos Acoroás, Timbiras e Gueguês às freguesias de Parnaguá e Gurguéia, no Piauí, e de Pastos Bons, no Maranhão.⁵⁷⁷ Na referida consulta, de 26 de janeiro de 1760, Pereira Caldas relatara que os índios insultavam os comerciantes de que negociavam nas ditas freguesias, de passagem para as minas da Natividade e Goiás, e os fazendeiros próximos à aldeias, matando-os, roubando suas casas e raptando suas mulheres e filhas. Para fazer frente ao gentio, pedira permissão à metrópole para declarar-lhes guerra, solicitando ao rei que ordenasse ao governador de Pernambuco o envio de tropas e de 500 ou 600 índios descidos da serra de Ibiapaba. Pedira o auxílio, pois não podia lançar mão dos moradores do Piauí sob o risco de deixar a capitania ainda mais despovoada e desprotegida.⁵⁷⁸

Mesmo apontando toda a sorte de problemas causados pelos ataques indígenas, principalmente no que se referia à estabilidade das povoações, Pereira Caldas não obteve a permissão nem o apoio da metrópole para a “guerra geral”. Em lugar do conflito, deveria investir na pacificação dos índios, a fim de que “vendo o que se pratica com os outros, que se aldearam, virão a reduzir-se, como tem sucedido nos sertões da Bahia com outras Nações, que pareciam igualmente ferozes”.⁵⁷⁹

Contudo, no intervalo de apenas um dia houve uma mudança no discurso de Mendonça Furtado. Se na carta de 18 de junho de 1761, Pereira Caldas foi advertido a não guerrear com o gentio de corso, no dia seguinte, na resposta a uma carta do mesmo de 15 de

⁵⁷⁷ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2, fl. 172 (doc. 300).

⁵⁷⁸ IANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 314, cx. 420.

⁵⁷⁹ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2, fl. 172 (doc. 300).

outubro de 1760, os termos eram outros. Dessa vez, o secretário da Marinha transmitiu ordens para que todos os moradores fossem convocados a contribuir com mantimentos para o sustento da tropa, embora nada dissesse sobre o efetivo a ser empregado. A guerra contaria ainda com o apoio do governo do Maranhão e deveria ser comunicada aos índios por meio de um bando no qual constaria que os cativos de guerra, exceto mulheres e crianças, seriam escravizados permanentemente. Os índios que de antemão concordassem em se sujeitar às leis vigentes seriam aldeados e tratados como livres.⁵⁸⁰

Solucionada (teoricamente) a questão dos ataques indígenas como empecilho à ocupação do território, resta analisar uma terceira carta de Mendonça Furtado, também de 19 de junho de 1761, sobre as hesitações de Pereira Caldas no tocante à criação das vilas.⁵⁸¹ Em carta de 25 de janeiro do ano anterior, o governador afirmara não ser possível erigir em vila mais que duas freguesias das oito existentes na capitania, a de Parnaguá e de Santo Antônio do Surubim. A constatação amparava-se em uma conta enviada a Lisboa pelo intendente-geral Francisco Marcelino de Gouveia, que informava o número de habitantes e de fazendas existentes em cada freguesia.

Na relação constava que a freguesia de Santo Antônio do Guruguéia (ou Gurguéia) possuía, àquela altura (1760), uma população de 890 adultos e 63 fazendas de criação de bois e cavalos em uma área de 200 léguas. A freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Poti, contava 690 adultos e 30 fazendas em 70 léguas. Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes tinha entre seus habitantes 1.300 adultos, além de 48 fazendas de gado em 56 léguas. Não foi possível contabilizar o número de moradores da freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Piracuruca por estar ilegível o trecho correspondente. No entanto, possuía 80 fazendas em 72 léguas de extensão.

⁵⁸⁰ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2, fl. 172 (doc. 300).

⁵⁸¹ IHGB. Lata 358, doc. 25 (doc. 10).

As informações prestadas pelo intendente-geral José Marcelino de Gouveia foram citadas por Mendonça Furtado com o propósito de insistir no cumprimento da ordem régia para que todas as freguesias fossem transformadas em vilas. Afinal,

[...] constando ao mesmo senhor [D. José I] assim o que são as sobreditas quatro freguesias, e seus habitantes, não pode a sua religiosíssima piedade acomodar-se a que elas ficassem na miséria, e desolação em que se acham e acharão enquanto não forem erigidas em vilas, como o mesmo Senhor ordena que o sejam [...].⁵⁸²

Para dar suporte à ação de Pereira Caldas, o secretário ditou-lhe algumas instruções complementares: em primeiro lugar, alardearia aos quatro cantos a carta régia de 19 de junho de 1761, enfatizando o trecho inicial no qual a Coroa se dispunha a conceder privilégios aos que se interessassem pelo adiantamento da capitania. Fazia-se referência à passagem que anunciava os benefícios e as mercês que poderiam ser obtidas pela população radicada em povoações bem ordenadas. Nelas não faltariam “os estímulos, e os meios, para se fazerem conhecidos na Corte, e para serem nobilitados os que o merecerem”, uma vez que nas vilas e cidades os “habitantes entram na governança [...] e se graduam com os cargos de juízes e vereadores e com os mais empregos públicos”.⁵⁸³

O segundo meio serviria para convencer a população dispersa nos sertões e pouco afeita à vida urbana a se fixar nas vilas. Para isso, Pereira Caldas argumentaria que

[...] também a nobreza deste Reino tem fazendas a cinco, 10, 15, 30, 40, 50, 60 e mais léguas fora das cidades, e vilas onde habita. E que por isso não vai viver com os gados, e com os irracionais nessas distâncias para se escurecer até vir a perder a nobreza na habitação de ermos tão remotos: Por cuja razão as pessoas distintas, ou que se procuram distinguir, costumam viver nas cidades, vilas, terem nas fazendas criados, e administradores para tratarem delas e irem e então visitá-las de tempos em tempos para se não perderem.⁵⁸⁴

⁵⁸² IHGB. Lata 358, doc. 25.

⁵⁸³ Cf. José Martins Pereira d' Alencastre. *Memória chronologica, histórica e corographica da província do Piauí*..., p. 152.

⁵⁸⁴ *Ibidem*, p. 152.

Os demais meios para viabilizar a fundação das vilas incluíam a busca do apoio do clero, interessando-o no aumento da população e conseqüentemente dos dízimos; a escolha dos lugares mais adequados para as construções públicas por meio do voto dos principais de cada freguesia; e a atribuição aos moradores da responsabilidade pela construção da igreja, da Câmara e da cadeia, segundo “as obrigações que por direito canônico e civil têm de fazerem as sobreditas obras”, socorridas pela Real Fazenda, caso fosse necessário. Após a construção dos edifícios públicos, a fim de que Pereira Caldas não “desanim[asse] nas referidas fundações”, Mendonça Furtado recomendava a instalação de seis ou sete famílias em cada freguesia, seguindo o exemplo da Bahia, onde as vilas “havendo principiado há poucos anos por seis ou sete casas se acham hoje populosas até o número de 500 e 600 vizinhos”.⁵⁸⁵

Os procedimentos sugeridos na carta régia devem ter produzido o efeito desejado no ânimo do governador do Piauí. Em 13 de novembro de 1761, este comunicou à Câmara da Mocha a elevação da vila à cidade com o nome de Oeiras e a mudança do nome da capitania para São José do Piauí, em homenagem ao monarca português. Em carta de 16 de fevereiro de 1762, noticiou a primeira resolução ao secretário da Marinha, protestando toda a deferência aos seus protetores. Justificou da seguinte forma a escolha do novo nome da capital: “porque dele inferirão não só os atuais moradores da mesma vila como ainda os vindores (sic), que os senhores da verdadeira Oeiras foram o instrumento da felicidade deste país”.⁵⁸⁶

A conclusão da elevação das freguesias a vilas, conforme a ordens régias de 29 de julho de 1758 e de 19 de junho de 1761, foi notificada em 29 de outubro de 1762. Desse modo, surgiram as vilas de Campo Maior (freguesia de Santo Antônio do Surubim); São João de Parnaíba (freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Piracuruca); Marvão (freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Poti); Valença (freguesia de Nossa Senhora da

⁵⁸⁵ IHGB. Lata 358, doc. 25.

⁵⁸⁶ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601.

Conceição dos Aroazes) e Jerumenha (ou Juromenha), antiga freguesia de Santo Antônio de Jerumenha.⁵⁸⁷

O primeiro recenseamento realizado na capitania, em 1762, deu conta de que a população de fato estava muito mais radicada nos sítios e fazendas, embora os números fornecidos por diferentes autores demonstrem alguma discrepância.⁵⁸⁸ Como este tópico não visa ao aprofundamento do processo de povoamento e ocupação do Piauí, mas tão-somente à discussão das linhas gerais da sua organização administrativa por João Pereira Caldas, os dados foram apresentados de forma sucinta. Apenas a título de exemplo, na capital, Oeiras, a proporção de fogos na cidade e no interior não era tão flagrante: do total de 594, 270 se localizavam na cidade e 324 no interior.

Quanto à divisão dos habitantes das vilas entre livres e escravos, geralmente a proporção dos representantes da primeira categoria (que não se restringe à população branca) superava a dos cativos. Acerca das fazendas, o censo contabilizou 536 propriedades em toda a capitania. Aquelas confiscadas aos jesuítas foram divididas em três “inspeções”: Nazaré, Canindé e Piauí, cada uma administrada por um diretor e as fazendas cuidadas por certo número de vaqueiros.⁵⁸⁹

Como as idéias e as ações devem ser analisadas de acordo com o contexto histórico e a partir das experiências dos atores envolvidos, é preciso atentar para a figura de João Pereira Caldas. Em um mapa dos governadores que serviram no Estado do Grão-Pará desde a sua criação até o ano de 1783, mais especificamente no campo “apêndices em serviços e ações”,

⁵⁸⁷ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601.

⁵⁸⁸ Segundo os dados fornecidos por Odilon Nunes em *Pesquisas para a história do Piauí...*, v. 1, p. 110, e por Carlos Eugênio Porto em *Roteiro do Piauí*. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e Cultura; Serviço de Documentação, [1955], p. 74-75, a população da capitania era de 11.993 moradores, 7.349 livres e 4.644 escravos. No entanto, há discrepâncias. Moysés Castelo Branco Filho apontou que em 1762 a população era de 12.746 habitantes (8.102 livres e 4.644 escravos). *O povoamento do Piauí*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1982, p. 24. Trabalhos posteriores deram conta de que entre 1697 e 1762 a população do Piauí passou de 434 para 12.684 habitantes, entre livres e escravos. Cf. Tanya Maria Brandão Barbosa. “Piauí, capitania do” In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

⁵⁸⁹ Luiz Mott anotou que 10 anos depois do recenseamento havia no Piauí 578 fazendas. Ver *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 57. Ver também José Martins Pereira d’ Alencastre. *Memória chronologica, histórica e corographica da província do Piauhy...*, p. 48-61.

ficou registrado que a organização da capitania do Piauí foi a realização que marcou a trajetória a trajetória do militar.⁵⁹⁰

2.8.2 – O governo do Estado do Grão-Pará e Rio Negro

Não há muitas informações sobre o período compreendido entre a volta de João Pereira Caldas a Portugal, em 1769, e o retorno para assumir o Estado do Grão-Pará e Rio Negro três anos depois. De acordo com o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, antes de deixar a vila de Oeiras em direção ao Maranhão a fim de embarcar para Lisboa, Pereira Caldas teria sofrido uma espécie de obstrução intestinal, devidamente tratada com vinho emético e sanada quando da chegada a São Luís. Mas, na capital do Reino, acabou sendo acometido de bexigas.⁵⁹¹

O mau estado de saúde não deve ter sido a razão mais relevante para o retorno de à Corte. Assuntos familiares pendentes demandavam resolução. Depois da morte do brigadeiro Gonçalo Pereira, os negócios da sua Casa – prejudicados pela longa permanência no ultramar – se desorganizaram. Cabia ao primogênito socorrer a mãe e resolver os eventuais apuros financeiros (ver 2.5.2). Mas nem todas as questões chegaram a termo no período que precedeu a volta de Pereira Caldas ao Pará. Somente em 1774, dois anos depois de tomar posse, um decreto régio deu-lhe autorização para vender nove prazos na vila de Monção pertencentes à sua Casa, sete aforados ao Mosteiro de São João de Longos Vales, um ao Mosteiro de São Fins e outro ao Colégio de S. Paulo. A mercê foi concedida em atenção ao fato de o

⁵⁹⁰ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 17. Relação por mapa, dos governadores capitães-generais e dos capitães-mores que governaram o Maranhão e Pará; e depois esta última distinta e separadamente até 1783 (fl. 25).

⁵⁹¹ Alexandre Rodrigues Ferreira. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estudo presente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 51(1), v. 76, 1888, p. 154-156.

requerente se encontrar “há mais de 20 anos ausente da dita sua Casa e ocupado no Real Serviço”.⁵⁹²

Não obstante as dificuldades financeiras que obrigaram Pereira Caldas a se desfazer de propriedades da família, algumas mercês que não constituíam a plena recompensa dos serviços praticados até a partida do Piauí foram-lhe concedidas: o título do Conselho de Sua Majestade e o usufruto da metade de uma tença de 100 mil réis (assentada na Alfândega do Porto) concedida ao seu avô, que renunciou à mesma em favor dos filhos Antônio Pereira de Castro Caldas e Gonçalo Pereira Lobato e Sousa. Este, por sua vez, também renunciou à mercê em favor dos filhos João e Gonçalo José Pereira Caldas (ver 2.5).⁵⁹³

Outro assunto que poderia ter ocupado o militar no Reino diz respeito a um casamento ajustado com a prima, D. Maria Engrácia de Almada e Mendonça, em 1766. Aprovado pela mãe do noivo, D. Joana Maria Pereira de Castro, o consórcio ainda não havia se confirmado porque faltava a concordância de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, justificada por Pereira Caldas nos seguintes termos:

Depois que V.Ex.^a por um natural efeito da sua grandeza e benevolência se dignou tomar-me debaixo da sua alta proteção, favorecendo e acreditando a minha humildade com tantos, tão repetidos, e tão distintos benefícios, foi sempre a minha determinação a de não dispor e tratar o meu casamento sem inteiramente o fazer dependente da vontade e aprovação de V.Ex.^a.⁵⁹⁴

O consentimento de Mendonça Furtado permitiria que D. Maria Engrácia fosse comunicada formalmente do pedido de casamento e que D. Joana Maria recebesse as procurações do filho para ultimar o consórcio. Isso esclarece a aliança entre o secretário de Estado e Pereira Caldas, unidos por um “amor de pai” e pela gratidão “dos grandes e repetidos sacrifícios com que tem tão penhorada a minha obrigação”.

⁵⁹² IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 22, n.º 54.

⁵⁹³ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 23, fls. 270 e 336.

⁵⁹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Piauí (avulsos). CD 2, cx. 9, doc. 558. Essa referência abrange as citações nos dois parágrafos seguintes.

O casamento aproximaria o então governador do Piauí de uma família da nobreza senhorial da região do Porto, engrandecida por serviços prestados à monarquia. D. Maria Engrácia seria filha de Francisco de Almada e Mendonça, 1º visconde de Vila Nova de Souto del Rei, e sobrinha de João Manuel de Almada e Melo, tenente-general dos Exércitos Reais. Os dois foram tratados por “tios” em uma carta endereçada por Pereira Caldas à mãe, em resposta a uma missiva em que D. Joana Maria comunicou-lhe o ajuste do casamento, segundo o militar, “mais conseguido ao efeito da distinta honra com que me favorecem meus tios [...] João e Francisco de Almada e do grandíssimo amor de V.S.^a, do que do meu merecimento [...]”.

João e Francisco de Almada eram filhos de Antônio José de Almada e Melo, alcaide-mor de Palmela, senhor de diversos morgados, dentre os quais o dos Olivais e de Souto del Rei, e cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada. O primogênito, João, herdou os senhorios da família e se casou com D. Ana Joaquina de Lencastre, sobrinha do 1º conde da Lousã, nomeado vice-rei da Índia em 1765. À época do acerto do referido enlace, Almada e Melo exercia o governo das Armas e da Relação do Porto, nele permanecendo mais de 20 anos (1764-1786).⁵⁹⁵

Francisco de Almada e Mendonça despontou no Real Serviço ao ser nomeado ministro plenipotenciário em Roma (1768) com a missão de promover o reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, rompidas desde 1760, e acabar de vez com as pretensões da Companhia de Jesus de retornar aos territórios lusitanos. O novo pontífice, Clemente XIV (1769-1774), comprometeu-se com as instâncias de Portugal, da França e da Espanha, de onde os jesuítas tinham sido expulsos, e por meio de um Breve de 1773 declarou extinta a Ordem. Bem-sucedido no cumprimento do duplo encargo, Francisco de Almada e

⁵⁹⁵ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003, p. 118 e p. 535-536.

Mendonça foi premiado com o título de visconde de Vila Nova de Souto del Rei por decreto de 17 de maio de 1774.⁵⁹⁶

Todavia, a incerteza sobre alguns dados biográficos do visconde e, por conseguinte, de sua suposta filha, impedem que se tenha plena certeza de que o casamento de João Pereira Caldas realmente aconteceu. Segundo Felgueiras Gayo e o autor de *A descendência portuguesa de D. João III*, o visconde de Vila Nova de Souto del Rei era pai de D. Maria Engrácia e de José de Almada, mas ambos silenciaram sobre a existência de uma esposa e mãe dos mesmos rebentos. Seriam filhos naturais? Não se sabe ao certo. Enquanto isso, outro genealogista registrou que Francisco de Almada e Mendonça faleceu sem geração.⁵⁹⁷ Teria dito, indiretamente, que o visconde não teve descendência legítima (de um casamento igualmente não mencionado) ou que morreu solteiro?

As dúvidas só aumentaram quando no lugar do nome do marido de D. Maria Engrácia, em vez de João Pereira Caldas apareceu o de certo Gonçalo da Silva Alcoforado Rebelo e Lencastre – talvez aparentado da Casa da Lousã – com quem teria se casado no Porto, em 7 de maio de 1769, cerca de três meses antes de Pereira Caldas encerrar o governo do Piauí (3 de agosto).⁵⁹⁸ Nesse caso, D. Maria Engrácia teria contraído núpcias dentro do mesmo círculo familiar de seu tio, João de Almada e Melo. Um elemento que favorece a idéia da constituição de alianças em um grupo restrito é o segundo casamento de Gonçalo da Silva Alcoforado. Morta D. Maria Engrácia, o viúvo contraiu núpcias com D. Guiomar Josefa de Almada e

⁵⁹⁶ Sobre a extinção da Companhia de Jesus, ver Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 45-46, e Visconde de Carnaxide (Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide). *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 16-23. Sobre Francisco de Almada e Mendonça, ver Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 3, p. 516.

⁵⁹⁷ Felgueiras Gayo. *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. I, p. 226 e v. V, p. 170. Fernando de Castro da Silva Canedo. *A descendência portuguesa de D. João III*. 2ª ed., Braga: Edições de Carvalhos de Basto, 1993, v. I, p. 467.

⁵⁹⁸ Cf. Fernando de Castro da Silva Canedo. *Op. cit.*, p. 467. Sobre a data de encerramento do governo de João Pereira Caldas no Piauí, ver Wilson Carvalho Gonçalves. *Os homens que governaram o Piauí*. Teresina: Gráfica Júnior, 1989, p. 14.

Melo, prima em segundo grau da falecida esposa e neta de João Manuel de Almada e Melo.⁵⁹⁹

Por outro lado, o silêncio de João Pereira Caldas sobre a tão almejada aprovação do consórcio por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e a sua realização fortaleceram a suspeita de que a união acordada não se concretizou.

* * *

Um discurso de autor desconhecido proferido na posse de João Pereira Caldas, em 21 de novembro de 1772, realçou logo no início a “felicidade” com que os paraenses receberam a notícia da vinda do novo governador cuja “veloz fama e a própria experiência lhe tem feito adquirir das heróicas e imortais virtudes”. Estas, e não os feitos de seus antepassados, o tornaram grande. Enviado pela “providência” que escolheu o Grão-Pará para “teatro” de suas “heróicas ações” – prosseguia o discurso – iniciara a carreira naquelas terras como capitão de Infantaria, depois ajudante de ordens do general do Estado e integrante da expedição que foi ao Rio Negro demarcar os limites previstos no Tratado de Madri. A vivência construída no Norte da América portuguesa não escapou ao orador: “quem o diria [...] que vindo V.Ex.^a a governar este Estado, os conhecimentos adquiridos pela própria experiência o haviam de habilitar para o melhor exercício do mesmo governo”.

As transformações político-administrativas do momento também se apresentaram no discurso, entrelaçadas aos percursos de João Pereira Caldas:

A grande vastidão da capitania do Maranhão [...] fazia menos salutíferos (sic) os influxos d’ um bom governo [...]. Criou-se uma nova capitania para remediar este mal. E foi V.Ex.^a eleito para moderador desta criação [...]. A conhecida dificuldade desta empresa mostra bem qual era o grande conceito que o monarca fazia dos talentos de V.Ex.^a.

⁵⁹⁹ Cf. Felgueiras Gayo. *Nobiliário das famílias de Portugal...*, v. I, p. 226. Ver também Fernando de Castro da Silva Canedo. *A descendência portuguesa de D. João III*. 2ª ed., Braga: Edições de Carvalhos de Basto, 1993, v. I, p. 467. D. Guiomar Josefa de Almada e Lencastre era filha de Antônio José de Almada e Melo (homônimo do avô paterno), que herdou o título de visconde de Vila Nova de Souto del Rei porque seu tio não teve descendência. Ver Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil...*, v. 3, p. 516.

O autor do discurso expôs as razões de a escolha do rei ter recaído em Pereira Caldas:

Em um governo já estabelecido correm os negócios um giro, de que ordinariamente não saem, porém na criação de um novo governo é necessário estabelecer a ordem das cousas, dirigi-las a seus fins, aplicar as leis e os negócios, que mil circunstâncias fazem diversos. O clima, a natureza do terreno, a diferença das suas produções, a qualidade dos habitantes (sic), os seus costumes, os países confrontantes: Para estabelecer a harmonia entre estes diferentes objetos, precisa-se uma não vulgar atenção, um discernimento pronto e judicioso. **O vigilante cuidado com que V.Ex.^a se houve na criação do governo do Piauí é conhecido no fruto desta vigilância.**

Em suma, esperava-se que o novo governador edificasse uma “famosa época na História do Pará”.⁶⁰⁰

Essa fase que se pretendia fosse inaugurada por João Pereira Caldas coincidia com a divisão política da qual resultou o Estado do Grão-Pará e Rio Negro. As instruções recebidas na Corte estabeleciam que as diretrizes implantadas por Mendonça Furtado em 1751 deviam ser obedecidas à risca, pois diante dos efeitos observados pela metrópole, “a melhor instrução que se pode dar à V.Ex.^a é a de lhe recomendar a execução das mesmas ordens e de prosseguir tudo o que elas prescrevem com o maior cuidado”, especialmente no que se referia à “civilização e liberdade dos índios” e ao aumento do comércio com áreas limítrofes, como Mato Grosso.⁶⁰¹

Um dos meios para promover o crescimento do Grão-Pará e Rio Negro era o incentivo dos moradores às culturas do arroz e do anil, destinadas à exportação. Decorrido menos de um mês da posse, Pereira Caldas mandou publicar um edital conclamando os colonos e os diretores das povoações a aplicar os índios sob sua jurisdição nos trabalhos agrícolas. Contudo, as morosas obras da vila de São José de Macapá, em que se empregavam muitos nativos, constituíam obstáculos à utilização dos mesmos na lavoura.

⁶⁰⁰ FBN. Divisão de Manuscritos. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. 21, 1, 044, n.º 001. Grifo nosso.

⁶⁰¹ FBN. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fls. 264v-269v (doc. 496).

Muitos índios fugiam para os matos “desgostosos e oprimidos de tanto trabalho” e, com isso, perpetuava-se um círculo vicioso, pois além de faltar braços para as obras públicas, escasseava a mão-de-obra a ser distribuída entre os moradores para a extração das drogas do sertão. As dificuldades de ordem financeira, verificadas nos governos anteriores, não tardaram a aparecer, levando à impossibilidade de satisfazer os pagamentos dos filhos das folhas eclesiástica, civil e militar e aos cortes de despesas tidas por excessivas.⁶⁰²

Mais interessante do que discorrer sobre a aplicação das instruções formais é tratar de um projeto que, longe de ser desconhecido dos historiadores, visava à ampliação do circuito comercial do Estado, partindo de Belém. Pouco antes de deixar Lisboa, Pereira Caldas teria se reunido em casa do marquês de Pombal, à Rua Formosa, juntamente com os secretários Martinho de Melo e Castro e José de Seabra da Silva e quatro deputados da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O encontro resultou na elaboração das “instruções secretíssimas” para a recuperação econômica do Estado do Grão-Pará, a partir de contatos comerciais com possessões de Espanha das regiões de Quito, do Peru e do Orinoco.⁶⁰³

Corcino Medeiros dos Santos apontou que a busca da prata castelhana era o objetivo central do esquema, uma vez que a principal via de acesso às regiões produtoras da América espanhola (o rio da Prata) estava comprometida, pois a Colônia do Sacramento caíra em mãos castelhanas. Para o historiador, o plano de comércio sistematizava um projeto acalentado pelo marquês de pombal desde 1770, quando o Estado era governado por Fernando da Costa de Ataíde Teive. Visava à introdução de mercadorias nos domínios de Espanha, por intermédio da Companhia de Comércio, permitindo em contrapartida o afluxo do metal precioso.⁶⁰⁴

Ângela Domingues ressaltou que um plano de comércio com territórios castelhanos foi concebido anos antes por Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763), com a anuência de

⁶⁰² IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 299v-300v e 305v-308.

⁶⁰³ FBN. Divisão de Manuscritos. Coleção Linhares. I - 29, 18, 25, n.º 5 (doc. 66).

⁶⁰⁴ Corcino Medeiros dos Santos. A prata espanhola e o secretíssimo plano de comércio. *Anais da XVI Reunião Anual da SBPH*. Curitiba, 1997, p. 163-167.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, objetivando substituir os jesuítas no comércio clandestino na fronteira. O projeto consistia no estabelecimento de armazéns em pontos estratégicos, como o rio Içá, e abastecê-los de mercadorias que pudessem interessar aos espanhóis radicados nas povoações próximas. Nesse sentido, as “instruções secretíssimas” de 1772 seriam “a versão mais elaborada destes projetos de comércio ilegal com a Hispanoamérica”.⁶⁰⁵

De fato, entre o fim do governo de Manuel Bernardo (1763) e o início da gestão de João Pereira Caldas (1772), os contatos com os domínios hispânicos – tolerados pela Coroa – vicejavam na capitania de São José do Rio Negro, sob a administração de Joaquim Tinoco Valente, auxiliado por comandantes militares de fortificações e principais indígenas. Embora tais procedimentos resultassem em queixas e representações à Corte, inclusive, ao próprio Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a posterior sistematização de um plano de comércio além-fronteira pelas autoridades metropolitanas reforça a idéia de que Tinoco Valente agia de acordo com os interesses de Portugal (ver 2.7.2).

Mais recentemente, ao privilegiar a administração da capitania de Mato Grosso, Nauk Maria de Jesus reiterou os desígnios da Coroa portuguesa ao colocar em prática o plano de comércio, ressaltando que devido às “disputas em torno da Colônia do Sacramento, as autoridades lusas se voltaram para as fronteiras Norte e Oeste”. Isso explica o estreitamento dos contatos com Orinoco, Quito e Peru – fora dos domínios portugueses –, e com Vila Bela da Santíssima Trindade, capital de Mato Grosso.⁶⁰⁶

A ampliação do raio de ação da Companhia de Comércio foi justificada do seguinte modo:

⁶⁰⁵ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 228-229.

⁶⁰⁶ Nauk Maria de Jesus. *Na trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa*. Tese de doutorado em História. UFF, 2006, p. 375.

Constituem estes [negócios] no grosso e fecundo comércio que a Companhia Geral [...] pode facilmente dilatar pela capitania do Mato Grosso e Cuiabá a outras do Brasil e pode introduzir na maior parte das vastas províncias espanholas [...] com grande vantagem ao que antes se fazia pela Colônia do Sacramento, sem que os respectivos governadores confinantes o possam facilmente impedir.⁶⁰⁷

Para tanto, João Pereira Caldas, encarregado da direção geral dos trabalhos, deveria estabelecer, com recursos da Companhia, sete feitorias em lugares estratégicos desde Belém, passando pelas vilas de Barcelos, de São José do Javari e de Borba, no Rio Negro, até Vila Bela, em Mato Grosso. O governador desta capitania, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi devidamente comunicado do plano menos de um mês depois da posse de Pereira Caldas, ficando à espera de instruções.⁶⁰⁸ Pelos rios da bacia amazônica, o fluxo das mercadorias, cujos preços seriam regulados pela Companhia, tornar-se-ia mais ágil.

As “instruções secretíssimas” referiam-se com mais detalhe ao comércio com Mato Grosso. Dessa forma, além de informações sobre o estabelecimento das feitorias, o diretor geral do plano receberia uma “relação dos exorbitantes preços” dos escravos africanos e dos gêneros secos e molhados vendidos naquela capitania. Conheceria também a “cruel indigência em que aquelas terras se acham dos remédios necessários para a cura dos enfermos”, tudo isso graças às longas jornadas a partir do Rio de Janeiro (dois anos) e da Bahia (um ano e meio).

As feitorias atalhariam a comunicação entre Belém e Vila Bela e, com isso, a “capital do Grão-Pará há de absorver todo o comércio do Mato Grosso, do Cuiabá e das extremidades das mais capitanias confinantes”. O centro irradiador de todo o comércio da região amazônica ligar-se-ia também às “outras capitanias dos domínios de Espanha que estão recebendo os [...] gêneros por trajetos e caminhos de terra tão remotos, e ainda mais árduos do que são os da Bahia e Rio de Janeiro”.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ FBN. Divisão de Manuscritos. Coleção Linhares. I - 29, 18, 25, n.º 5 (doc. 66).

⁶⁰⁸ AN. Fundo Secretaria de Governo da Capitania do Pará. Códice 100, fl. 1.

⁶⁰⁹ FBN. Divisão de Manuscritos. Coleção Linhares. I - 29, 18, 25, n.º 5 (doc. 66).

A comunicação com Mato Grosso era um projeto bem mais antigo. Embora as instruções de 1772 sistematizassem o fluxo mercantil entre Belém e Vila Bela, a propalada miséria daquela capitania, agravada pela carestia dos gêneros que vinham do Rio de Janeiro, já havia servido de argumento para as instâncias de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de D. Antônio Rolim de Moura, então governador de Mato Grosso. Em carta de 27 de junho de 1751, este expôs ao secretário da Marinha, Diogo de Mendonça Corte Real, as “conveniências” de se franquear a comunicação:

A primeira que do Pará hão de concorrer naturalmente muitas pessoas para aquelas minas. A segunda que as fazendas, e mantimentos do Reino vindos por ali hão de ser mais baratos, o que facilitará a subsistência dos seus moradores. A terceira que por aquela parte fica muito mais breve a comunicação com a Corte, donde pode ser socorrida esta capitania com grande brevidade. E quarta fazermo-nos senhores daquela navegação [do rio Madeira].⁶¹⁰

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, por sua vez, acreditava que os espanhóis poderiam se assenhorear do território de Mato Grosso fundando mais povoações (uma vez que as fronteiras não estavam demarcadas) e da navegação na região, caso a Coroa portuguesa a mantivesse vedada aos seus súditos. Além disso, o comércio cresceria à proporção do fluxo de pessoas entre as duas capitanias.⁶¹¹ A correspondência enviada a Portugal com o propósito de informar ao rei sobre a viabilidade da conexão Pará – Mato Grosso resultou no alvará de 14 de novembro de 1752, que autorizava a comunicação entre as capitanias, “com declaração que o caminho se fará somente pelo rio da Madeira e Guaporé”.⁶¹²

No decorrer dos anos de 1773 e 1774, Pereira Caldas deu seguimento às obras necessárias (feitorias e fortificações) à execução do plano de comércio. Este contava também com um “eficaz sistema de corrupção das autoridades castelhanas” para ser viável. Tanto que

⁶¹⁰ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.4, fls. 3v-4.

⁶¹¹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça. (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 181-190.

⁶¹² Cf. Manoel Barata. *Formação histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 149-150.

em junho de 1773, o governador de Mato Grosso, Melo e Cáceres, enviou ao do Grão-Pará e Rio Negro uma relação de peças que julgava próprias para subornar oficiais da Coroa espanhola e religiosos, dentre as quais havia “adereços de diamantes de bom gosto”, “relógios de ouro com suas correspondentes chaves” e “seda de bom gosto e qualidade”.⁶¹³

Em 8 de março de 1773 (ou 1774), Pereira Caldas oficiou ao marquês de Pombal comunicando-lhe ter encarregado da construção da feitoria de São José do Javari o sargento-mor Diogo Luís de Barros e Vasconcelos, e que na mesma ocasião escrevera ao governador da província de Omáguas mandando o mesmo sargento-mor “adiantar uma pequena cargação de fazendas para se apalpar e se ir principiando o negócio que principalmente por ali espero seja muito bem recebido”.⁶¹⁴

Ao que parece, Diogo Luís teve sucesso na missão que lhe foi confiada. Segundo Corcino Medeiros dos Santos, o militar escreveu a Pereira Caldas informando ter chegado ao seu destino, via São Francisco Xavier de Tabatinga, e “que o governador espanhol ficou muito satisfeito e prometeu empenho no negócio”. A partir da segunda metade de 1774, os primeiros resultados positivos começaram a ser colhidos. O contrabando frutificava e a prata castelhana começava a afluir. Entretanto, o projeto caminhou lentamente e começou a declinar quando os governadores das províncias de Santa Cruz de la Sierra, Mojos e Chiquitos foram substituídos, as Coroas ibéricas começaram a dar sinais de entendimento quanto à demarcação de limites – suspensa desde a anulação do primeiro Tratado de El Pardo (1761) e retomada com o Tratado de Santo Ildefonso –, e o principal idealizador do plano de comércio, o marquês de Pombal, foi demitido.⁶¹⁵

⁶¹³ Cf. Corcino Medeiros dos Santos. A prata espanhola e o secretíssimo plano de comércio. *Anais da XVI Reunião Anual da SBPH*. Curitiba, 1997, p. 165.

⁶¹⁴ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 331v-333.

⁶¹⁵ Corcino Medeiros dos Santos. *Op. cit.*, p. 166.

Santo Ildefonso foi mais desvantajoso para Portugal do que para a Espanha, que ficou com a Colônia do Sacramento em troca do território dos Sete Povos das Missões.⁶¹⁶ Nem assim a Coroa se interessou pela continuidade do plano de comércio. Para Ângela Domingues, ao contrário do que deixa entrever Corcino Medeiros dos Santos, o projeto em análise e outros similares não proporcionaram retorno significativo. E as negociações em torno das questões de fronteira – havia que se resolver a prolongada guerra luso-castelhana no Sul – reclamavam mais atenção.⁶¹⁷

O fim dos planos de expansão do comércio a partir de Belém não trouxe prejuízos apenas para a Companhia de Comércio, encarregada do financiamento das obras de infraestrutura tendo como contrapartida os lucros presumidos.⁶¹⁸ O episódio rendeu dissabores a João Pereira Caldas, acusado de estar “envolvido em negócio para Mato Grosso” e em transações da Companhia de Comércio, “convidado de largas promessas de interesse para com as minhas informações a proteger a fim da sua continuação e existência”. Segundo o governador, “as calúnias e os execrands testemunhos” teriam surgido entre os “contrários partidistas e pretendentes da revogação e acabamento da mesma Companhia”.⁶¹⁹

É no mínimo sugestivo que Pereira Caldas tentasse se desvencilhar de embaraços na mesma época em que o governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, vinha sendo perseguido por adversários infiltrados em diferentes instâncias da administração colonial. Ambos eram partidários incondicionais dos projetos pombalinos e declaradamente afeitos à proteção política de Sebastião José de Carvalho e Melo (ver 2.6.3 e 2.6.4). É preciso lembrar

⁶¹⁶ Cf. Andrée Mansuy-Diniz Silva. “Portugal e Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808”. In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997, v. 1, p. 482.

⁶¹⁷ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos...*, p. 229.

⁶¹⁸ Cf. Corcino Medeiros dos Santos. Corcino Medeiros dos Santos. *A prata espanhola e o secretíssimo plano de comércio...*, p. 166.

⁶¹⁹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 383v-384v.

que a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, extinta em 1778, era um dos principais itens do programa reformista de Pombal com vistas a incrementar o comércio colonial.⁶²⁰

Para se defender das insinuações de que havia enriquecido com negócios escusos, Pereira Caldas reafirmou a honradez com que sempre servira à monarquia e mostrou-se consternado por causa de um “considerabilíssimo empenho e sem meios de o pagar”. Suplicou à rainha por intermédio de Martinho de Melo e Castro que mandasse alguém para “conhecer e sindicar” a sua conduta e apurar a verdade. Desgostoso, requereu também a nomeação de um sucessor, confiante na “proteção” e no desejo do secretário da Marinha em “querer amparar o meu crédito das calúnias contra ele inventadas”, pois o mesmo podia julgá-lo “não só por conhecimento próprio, como pela informação das muitas pessoas que aí mesmo poderão abonar a minha conduta”.⁶²¹

Essa era a diferença entre João Pereira Caldas e Joaquim de Melo e Póvoas. Enquanto este não possuía o amparo de figuras de relevo na Corte, o primeiro era um homem rico, de origem mais seleta e aparentemente gozava a simpatia do secretário da Marinha, Martinho de Melo e Castro (sucessor do falecido Francisco Xavier de Mendonça Furtado), cujo prestígio aumentou após a queda do marquês de Pombal (ver 2.2.2).

A certeza de estar bem amparado pode explicar a atitude de Pereira Caldas meses antes de deixar o Grão-Pará, em 1780. Escreveu ao marquês de Pombal – desterrado e processado – para cumprimentá-lo e protestar reverência e gratidão pela proteção e favores recebidos de sua Casa. Informou-lhe ainda – como se o secretário ainda estivesse em plena atividade – ter passado o cargo a José de Nápoles Telo de Meneses, “criatura” de Pombal.⁶²² A derrocada do poderoso ministro, de fato, não comprometeu as perspectivas de promoção de João Pereira Caldas no Real Serviço.

⁶²⁰ Cf. Francisco José Calazans Falcon. “Pombal e o Brasil”. In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. 2ª ed., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2001, p. 232-233.

⁶²¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 383v-384v e 386-387. Ofícios de João Pereira Caldas a Martinho de Melo e Castro, respectivamente, de 10 e 18 de outubro de 1777.

⁶²² BNL. Seção de Reservados. PBA 706, fls. 15-15v. Carta de 25 de abril de 1780.

2.8.3 – Do Rio Negro ao Conselho Ultramarino

Ao deixar Belém, João Pereira Caldas não retornou para Portugal como desejava. Para a rainha e Martinho de Melo e Castro era mais útil aproveitar a larga experiência adquirida pelo militar, exaltada no discurso proferido em sua posse, em 1772, e redirecioná-la para os trabalhos de demarcação do Tratado Preliminar de 1777, confirmado pelo de El Pardo (1778). Antes disso, porém, vislumbrou a mesma possibilidade de deslocamento na administração colonial oferecida a Manuel Bernardo de Melo e Castro: o governo de Mato Grosso, capitania “subordinada somente ao vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil” (com soldo de 12 mil réis anuais).⁶²³

Mas, assim como na trajetória de Manuel Bernardo, a indicação não se efetivou. Conforme as instruções de Martinho de Melo e Castro, depois de passar o cargo no Pará a José de Nápoles Telo de Meneses (1780-1783), João Pereira Caldas partiria para uma fortaleza no Rio Negro ou para a capital, Barcelos, a fim de iniciar os trabalhos de demarcação dos domínios portugueses e espanhóis enquanto aguardava a chegada de Joaquim de Melo e Póvoas – este deixaria o Maranhão para assumir o comando das demarcações e então Pereira Caldas seguiria para Mato Grosso.⁶²⁴ Porém, com a volta de Melo e Póvoas (desfavorecido) para Lisboa, o ex-governador do Grão-Pará se instalou em Barcelos como 1º comissário da 4ª divisão de limites.

Paralelamente aos trabalhos de demarcação desenrolou-se a *Viagem Filosófica* (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas capitanias do Pará, do Rio Negro e de Mato

⁶²³ IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 15, fls. 191v-192. IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Maria I, livro 8, fl. 30. Carta patente de 16 de dezembro de 1779.

⁶²⁴ FBN. Divisão de Manuscritos. I - 17, 12, 5 (doc. 6). Cópia das instruções de 8 de janeiro de 1780, expedidas ao 1º comissário João Pereira Caldas para as demarcações dos domínios de Portugal na América (ver a 2ª instrução). Na mesma data, Martinho de Melo e Castro mandou uma carta ao governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, informando-lhe a nomeação de João Pereira Caldas e que deveria permanecer em Vila Bela enquanto o sucessor não chegasse, a fim de auxiliá-lo e a José de Nápoles Telo de Meneses por meio de correspondências enviadas ao Rio Negro e ao Pará. AHI. Doc. 49 – Carta de Martinho de Melo e Castro a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Documentação Rio Branco. Série Brasileira.

Grosso, sob os auspícios da Ilustração portuguesa, e representativa do que Mauro Cezar Coelho classificou como um esforço da Coroa para superar as crises no Império ultramarino e buscar novas alternativas de exploração da natureza colonial. O naturalista baiano agia, portanto, como um “emissário político, um homem de Estado que vistoria e sugere solução aos problemas”.⁶²⁵

Um exemplo, entre tantos encontrados no diário da *Viagem Filosófica*, era o do péssimo estado das fortificações do Rio Negro, constatado por Alexandre Rodrigues Ferreira.⁶²⁶ Problema assaz delicado, considerando-se a necessidade de delimitar e proteger as fronteiras com os domínios de Espanha e, por conseguinte, ratificar a soberania lusa segundo a letra dos tratados do final da década de 1770.

A cooperação entre Pereira Caldas e Rodrigues Ferreira – representantes do poder régio em missões que de certo modo se complementavam – se deu de diversas maneiras. O primeiro prontificou-se a fornecer barcos, víveres e, conhecedor do Rio Negro, evitou que o viajante percorresse áreas povoadas de índios hostis, aconselhando mudanças de itinerário por terras mais seguras.⁶²⁷ A colaboração e amizade entre ambos ficou patente em uma fala proferida pelo naturalista na celebração do natalício do comissário de limites, em 1785, na vila de Barcelos.⁶²⁸

Ao comemorar 49 anos, Pereira Caldas recebeu uma homenagem em forma de panegírico que exaltava os feitos de seus familiares e as suas próprias virtudes. “No dia 4 de

⁶²⁵ Mauro Cezar Coelho. “As viagens filosóficas de Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo”. In: Flávio dos Santos Gomes (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira, séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. Universitária/UFPA, 1999, p. 97-127. Ver páginas 117-119. Ver também Ronald Raminelli. “Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. O historiador menciona o patrocínio da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos à expedição do naturalista baiano, bem como o planejamento da mesma por Domenico Vandelli.

⁶²⁶ Alexandre Rodrigues Ferreira. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estudo presente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 51(1), v. 76, 1888, p. 20-22.

⁶²⁷ Ronald Raminelli. “João Pereira Caldas”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Op. cit.*

⁶²⁸ IHGB. Lata 195, doc. 7 (n.º 3), fls. 1-5. Essa referência abrange todas as citações à homenagem prestada por Alexandre Rodrigues Ferreira a João Pereira Caldas.

agosto de 1736 nasceu V.Ex.^a, não para si, nem para os seus, mas para Deus, para o rei e para o Estado” – começou o orador – “[...] abriu V.Ex.^a os seus olhos, e registrando logo do berço as honradas paredes do [...] Solar de Sende, [...] os fitou nas penas e nas espadas com que defenderam e conservaram a pátria os seus gloriosos ascendentes”. Idealizando a formação de Pereira Caldas, disse o panegirista: “[...] se divertiu e escrever para descansar eram os ensaios da sua infância que, aliás, podia repousar sobre os serviços dos seus maiores”.

Em seguida, foram realçados os préstimos da parentela do comissário quando o mesmo andava na casa dos 37 anos, privado da companhia paterna:

Já então se queixava o mais rico de todos os reis de serem a seu ver tão insignificantes os prêmios que possuía para dignamente coroar os trabalhos do ilustríssimo senhor Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, [...] brigadeiro dos seus exércitos e governador do Maranhão. Já então invejavam os grandes e animavam os pequenos os gloriosos exemplos de heroísmo [...] que liam nas ações do ilustríssimo senhor Bento Pereira de Castro, seu augusto tio, marechal dos exércitos e governador da praça de Valença.

Em seguida, o naturalista registrou algo intrigante:

Já então se prognosticava o soberano os vantajosos interesses que lhe resultaram da satisfação e acerto com que depois manejou bem delicados negócios [...] Francisco de Almada e Mendonça, visconde de Vila Nova [de Souto del Rei], embaixador que foi na Corte de Roma, em uma das situações mais críticas da soberania portuguesa. E já então era dívida em que estava a Coroa para com [...] João de Almada e Melo, o bastão de tenente-general dos exércitos [...] confiando-lhe para mais o honrar, o governo das Armas e o das Justiças do Porto.

Excetuando-se os parentes diretos e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, não ficou evidente a razão da menção dos serviços dos irmãos Almada. Nenhum parentesco ou aliança foi evocado na fala de Alexandre Rodrigues Ferreira que justificasse a citação.

Desse ponto até o final do discurso, o orador fez uma espécie de epítome da carreira de João Pereira Caldas desde a chegada em Belém. Servira ao lado de “Mendonça Furtado que não esperou de si o que confiou” do então capitão de Infantaria, sargento-mor

(acumulando a função de ajudante de ordens do referido capitão-general) e, mais tarde, na “curta idade de 21 anos” – equivocada, pois contava 22 para 23, – nomeado coronel de Dragões, “não digo para governar, mas para criar um governo”. Nesse sentido, o panegirista realçou que o traço assinalável da carreira de João Pereira Caldas foi mesmo a estruturação do Piauí: “o prêmio da prudência, da equidade e da moderação com que V.Ex.^a governou o Piauí [...] foi o governo do Pará [...]; o galardão deste encargo foi o encargo da demarcação a que V.Ex.^a preside”. Em suma, “o Piauí foi domado, o Pará policiado, e a demarcação empreendida”.

O ano de 1785 foi de homenagens a Pereira Caldas. O comandante militar da vila de Ega, no Rio Negro, Henrique João Wilkens, dedicou-lhe um poema heróico – *Muhuraida ou o triunfo da fé...* – composto em seis cantos. Na introdução crítica à obra, David H. Treece destacou que diferentemente de outros poemas históricos da segunda metade do século XVIII, como *O Uruguai* (1768) e *Caramuru* (1781), muito mais centrados no drama dos personagens, *Muhuraida* enfatizava o contexto político e a realização de medidas voltadas para as populações indígenas, apontando limites e contradições.⁶²⁹

Os Muras eram um problema a ser contornado. Os constantes ataques dos numerosos índios aos colonos mal armados e desprotegidos, em finais da década de 1750, se alastraram do rio Madeira para outras povoações recém-fundadas, como Silves, Ega, Poiares, Airão, Alvelos, Carvoeiro e Pedreira, ameaçando o estabelecimento de novos núcleos populacionais e comprometendo as comunicações do Grão-Pará com Mato Grosso. Disseminando o medo de roçar e de pescar nos moradores do Rio Negro, os Muras punham em risco o abastecimento da capitania.⁶³⁰

⁶²⁹ Henrique João Wilkens. *Muhuraida ou o triunfo da fé na bem fundada esperança da inteira conversão e reconciliação da grande e feroz nação do gentio Muhura*. Introdução crítica de David H. Treece. Manaus: Biblioteca Nacional/UFAM/Governo do Estado do Amazonas, 1993, p. 16-17.

⁶³⁰ Cf. Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 282-283.

Entre 1774 e 1775, durante uma visita de correição pelo Rio Negro, o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio anotou que os Muras constituíam verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento da capitania. Ao se deslocar da vila de Borba, no rio Madeira, para o lugar de Alvelos, no rio Coari, o ouvidor reclamou que “naquele dilatadíssimo intervalo” não havia uma só povoação, em prejuízo da navegação e do comércio, “o que só pode achar remédio na inteira destruição do gentio Mura, que impede os estabelecimentos naquelas terras”.⁶³¹

Apesar das guerras e das constantes perseguições, os índios foram aldeados a partir de 1784. Mas, sublinhou Ângela Domingues, não por imposição, mas porque assim o desejaram e escolheram o melhor lugar para se estabelecerem.⁶³² O autor de *Muhuraida*, aspirante à proteção de João Pereira Caldas, creditou o sucesso da empresa ao comissário de limites, conforme os seguintes versos do canto quarto:

Este o tempo feliz, que destinava,
O céu para que em vós a luz raiasse;
Que aquele, que este Estado governava
Perto de vós, enfim, também se achasse
O ilustre João Pereira, que buscava,
Os meios que ninguém vos molestasse;
Fé tendo, incontrastável esperança,
Que Deus em vós faria esta mudança.⁶³³

O poema cantava as glórias da colonização e de um de seus agentes, mas é preciso notar, assim como o fez Ângela Domingues, certo protagonismo dos Muras no desfecho das hostilidades. Além disso, advertiu David Treece, a pacificação daqueles índios não derivou das fervorosas preces de D. Frei Caetano Brandão, bispo do Pará (1783-1789), – o que explica o “triunfo da fé” expresso no subtítulo da *Muhuraida* – nem de uma agência divina que teve João Pereira Caldas por instrumento. Para Treece, o comissário viu na aproximação do gentio

⁶³¹ Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma... nos anos de 1774 e 1775*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1825, p. 22-23.

⁶³² Ângela Domingues. *Op. cit.*, p. 284-285.

⁶³³ Henrique João Wilkens. *Muhuraida ou o triunfo da fé...*, p. 141.

indômito a possibilidade de uma aliança.⁶³⁴ O que beneficiaria as demarcações e, em última instância, desentruvia a colonização do Rio Negro e de áreas próximas.

Após ter se dedicado à demarcação dos territórios compreendidos entre a foz do rio Jauru e a do Japurá, Pereira Caldas desligou-se da função de comissário de limites em 25 de novembro de 1788, sendo substituído por Manuel da Gama Lobo de Almada.⁶³⁵ Diz-se que por razões de saúde e por desentendimentos com o representante espanhol, Francisco de Requena.⁶³⁶ É certo que nos últimos tempos preocupava-se com os negócios de sua Casa, não resolvidos apesar da decisão de vender alguns prazos em 1770.

Entre os bens que administrava no termo de Valadares (comarca de Valença do Minho) havia o morgado de São Martinho de Alvaredo, ao qual estavam vinculadas as terras da Castanheira do Penço e os campos de Candão, além de uma quinta. Esta, por sua vez, compreendia algumas propriedades livres de vínculo. Ainda na América, Pereira Caldas pretendeu “sub-rogar em lugar destas propriedades [a Castanheira do Penço e os campos de Candão] outras de maior valor, sitas dentro da mesma quinta”, ficando as mencionadas terras livres para venda e “com o seu produto poder pagar as dívidas de seu pai”. Como as duas propriedades vinculadas ao morgado valiam um conto de réis e as que desejava unir ao mesmo, em substituição, montavam juntas a um conto e 110 mil réis, era viável a sub-rogação. As propriedades livres que passariam a compor o morgado de São Martinho de Alvaredo seriam os campos de Lameiro e de Pereiras; o campo do Vale; a Quinta do Padreiro, com um campo anexo; e os campos ao redor da igreja do termo de Valadares.⁶³⁷

Como se vê, os 35 anos de serviço nas conquistas do Norte não debilitaram apenas a saúde de João Pereira Caldas. Afetaram igualmente os bens de sua Casa. Partiu para o Reino

⁶³⁴ Henrique João Wilkens. *Muhuraida ou o triunfo da fé...*, p. 19.

⁶³⁵ Ronald Raminelli. “João Pereira Caldas”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

⁶³⁶ Joel Serrão. “Caldas, João Pereira”. *Dicionário da história de Portugal e do Brasil*. Porto: Iniciativas Literárias, 1971, v. 2.

⁶³⁷ IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 32, fl. 358v. Provisão de 6 de maio de 1789.

quase um ano depois de se desligar da comissão de limites, em agosto de 1789, na companhia de D. Frei Caetano Brandão que seguia para o arcebispado de Braga.⁶³⁸ Meses mais tarde, conquistou um lugar “ordinário de conselheiro de capa e espada no Conselho Ultramarino” em recompensa pelos serviços prestados nos domínios ultramarinos.⁶³⁹

O prêmio, no entanto, nem sempre foi visto pelos historiadores como algo merecido. Vasculhando a documentação administrativa de governadores do Maranhão, como Fernando Pereira Leite de Fóios (1787-1792) e do Grão-Pará, a exemplo do próprio João Pereira Caldas e de D. Marcos de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos (1803-1806), Rodolfo Garcia apurou várias queixas em relação ao Conselho além de “acusações de desleixo, ignorância, grosseria, má-fé, patronato e corrupção”, alguns termos mal empregados em função da época e dos meandros da política de Antigo Regime. Na defesa da instituição – “tribunal poderoso e respeitado por todos os que dele dependiam” –, Garcia disse que enquanto o conde dos Arcos foi elevado a vice-rei do Estado do Brasil (1806-1808), Pereira Caldas tornou-se conselheiro, “o que prova que a todas as outras misérias se juntavam também a insubordinação e a injúria, impunes e galardoadas”.⁶⁴⁰

Não se pretende desmentir o resultado das averiguações de Rodolfo Garcia. Queixas e insatisfações freqüentavam assiduamente a correspondência dos administradores coloniais. O que não se pode aceitar é que o procedimento dos citados agentes servisse de justificativa para a não remuneração dos mesmos. Afinal, as promoções no Real Serviço não se balizavam pelo bom ou mau relacionamento com o Conselho Ultramarino, outrora muito mais atuante, pois

⁶³⁸ Cf. Manoel Barata. *Formação histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 72.

⁶³⁹ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Maria I, livro 25, fl. 205v. Carta régia de 31 de maio de 1790. Informa que a mercê foi concedida por decreto de 25 de abril. João Pereira Caldas foi investido no cargo em 1º de julho de 1790. Cf. Marcello Caetano. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante Editores, 1969, p. 82.

⁶⁴⁰ Rodolfo Garcia. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975, p. 126. A 1ª edição é de 1956.

teve suas atribuições reduzidas com a criação, em 1736, da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.⁶⁴¹

Exatamente trinta anos depois da primeira edição da obra de Rodolfo Garcia, Heloísa Liberalli Bellotto dimensionou de maneira mais pertinente o acesso de agentes da colonização aos quadros do Conselho Ultramarino. A partir de uma interpretação de matriz weberiana, a historiadora classificou os governadores do período pombalino como funcionários experientes e especializados, atributos que lhes permitiram passar de um governo a outro e, em vários casos, terminar suas carreiras no Conselho Ultramarino, “ponto máximo e natural daquela especialização”.⁶⁴² Ou seja, a mercê de uma vaga de conselheiro – apesar da perda parcial de funções da instituição – foi o corolário de muitas trajetórias.⁶⁴³

Falecido em 7 de outubro de 1794, aos 58 anos de idade, João Pereira Caldas, feito brigadeiro de Cavalaria, dedicou mais da metade de sua vida ao serviço nas conquistas do Norte.⁶⁴⁴ Com sua morte, um dos principais beneficiados foi o irmão Gonçalo José Pereira de Castro e Caldas, marechal-de-campo e comandante do Regimento de Infantaria de Valença, que herdou a comenda de São Mamede de Troviscoso em mais duas vidas.⁶⁴⁵

“Universal herdeiro” do irmão mais velho, Gonçalo José dirigiu-se à Corte para tratar dos negócios do falecido, de quem toda a família dependia. A alegação do militar justificava ter deixado suas funções de comando no Minho além de “sua mulher, um filho, seis filhas, uma irmã, uma cunhada e mais família indispensável, que no seu total excedem em número a 24 pessoas, que se conservam sem amparo de irmão, tio, ou parente a que pudesse ficar

⁶⁴¹ Cf. José Subtil. “Os poderes do centro”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 162.

⁶⁴² Heloísa Liberalli Bellotto. “O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, v. VIII, p. 277-280.

⁶⁴³ Nuno Gonçalo Monteiro afirma que entre 1643 e 1801 a presidência do Conselho Ultramarino “terá estado sempre nas mãos de Grandes do Reino”. Cf. *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003, p. 536.

⁶⁴⁴ Cf. Manoel Barata. *Formação histórica do Pará...*, p. 136. Joel Serrão deixou registrado que Pereira Caldas morreu como marechal-de-campo. Cf. “Caldas, João Pereira”. *Dicionário da história de Portugal e do Brasil*. Porto: Iniciativas Literárias, 1971, v. 2.

⁶⁴⁵ IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 56, n.º 26. Decreto de 4 de abril de 1795. Essa referência abrange as citações nos dois parágrafos seguintes.

encarregada a administração da mesma família, e a das arruinadas fazendas, de que as livres de morgado não chegam para a satisfação das consideráveis dívidas contraídas no Real Serviço”.

Gonçalo José demandava a satisfação dos despachos aos requerimentos feitos pelo irmão para ser remunerado por seus serviços, os de seu pai, “como [também] dos que lhe deixou seu tio o marechal-de-campo Bento Pereira de Castro e Azevedo”. Por tudo isso, recorria à graça régia a fim de livrar da “indigência a que se acha[va] quase reduzida” a sua família e “por meio da merecida remuneração de tantos serviços, prosseguir mais comodamente, com tanto maior crédito no Real Serviço”.

Descontada a retórica peculiar a tais requerimentos de remuneração, é assinalável que a Casa de João Pereira Caldas pugnava contra as dívidas havia mais de 30 anos, pelo menos desde a morte de seu pai, Gonçalo Pereira, em 1761. Na ocasião, o jovem militar requisitou a atenção de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para os negócios da Casa (ver 2.5.2). Por outro lado, se o alegado empobrecimento da família constituiu um claro exemplo do ônus de participar do Real Serviço, ao mesmo tempo serviu de argumento para alcançar a benemerência régia.

2.9 – A extensão da graça régia: Gonçalo Lourenço Botelho de Castro

Em ofício de 15 de agosto de 1772, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro expôs ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro as razões pelas quais requeria a nomeação de um sucessor. Completara seu triênio 12 dias antes e para se recolher ao Reino alegava privação de saúde – como tantos outros administradores coloniais o fizeram –, posto que andasse na casa dos 40 anos: “assim, vou rogar a V.Ex.^a, cuja piedade espero alcançar do

nosso soberano, protegido do fiel amparo de V.Ex.^a, e por todo o benefício que me prestar expressarei com ânimo reverente as obrigações do meu reconhecimento”.⁶⁴⁶

Gonçalo Lourenço Botelho de Lemos Abreu do Rego e Castro nasceu em Lisboa, na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, por volta de 1733. A origem da família está dividida entre a capital e a província da Estremadura: a mãe, D. Joana Luísa de Castro Castelo Branco, era natural de Lisboa, enquanto os avós maternos, Antônio de Abreu do Rego Castelo Branco e D. Antônia Caetana de Sousa Coutinho, eram de Santarém. O pai, José Lourenço Botelho, e o avô paterno, o capitão Antônio de Lemos Botelho, nasceram em Alenquer, mas a avó paterna, D. Luísa de Matos Franca, era lisboeta.⁶⁴⁷

De formação militar, Gonçalo Lourenço prestou serviços nos dois Regimentos da Armada em Lisboa. Assentou praça de soldado voluntário no 1º Regimento, onde permaneceu pouco mais de nove meses. No 2º, galgou os postos de tenente, capitão agregado à Companhia do sargento-mor da unidade e capitão-tenente das naus. Já usufruindo estes dois últimos postos, acumulou a função de ajudante de ordens do capitão-general da Armada Real, D. João Carlos de Bragança, 2º duque de Lafões (ligado por laços de amizade a Manuel Bernardo de Melo e Castro e ao seu irmão Martinho).⁶⁴⁸ Em remuneração pelos primeiros serviços, contados desde 7 de janeiro de 1756 até 30 de abril de 1768, requereu a mercê do hábito da Ordem de Cristo e uma tença, com possibilidade de renunciar à mesma “em quem lhe parecer”.

As diligências aconteceram no segundo semestre de 1768. Mas, antes de começarem, Gonçalo Lourenço pediu ao Conselho Geral do Santo Ofício que lhe passasse certidão do

⁶⁴⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Piauí (avulsos). CD 2, cx. 12, doc. 695.

⁶⁴⁷ IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra G, maço 4, doc. n.º 3.

⁶⁴⁸ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 40, n.º 9 (Serviços de 1768). O requerente afirmou ter embarcado em três expedições da Armada, em 1757, 1764 e 1766. Desta última, a bordo da fragata de guerra Nossa Senhora da Graça, comandada pelo capitão de mar-e-guerra D. Francisco Xavier de Meneses Breyner, restou interessante diário náutico que o próprio Gonçalo Lourenço escreveu, na qualidade de 2º capitão-tenente. Narrou com detalhes uma viagem de Lisboa ao Estreito de Gibraltar e outra do Porto à Ilha Terceira. Registrou diariamente as coordenadas geográficas e os acontecimentos extraordinários (encontros com navios estrangeiros). FBN. Divisão de Manuscritos. I - 12, 01, 024.

assento de batismo de sua avó materna, D. Antônia Caetana de Sousa Coutinho. Esta havia se habilitado para o matrimônio com certo João de Fóios Coutinho, familiar do Santo Ofício, “o qual casamento não teve efeito”, permitindo à D. Antônia Caetana unir-se a Antônio de Abreu do Rego Castelo Branco. De fato, no processo de habilitação de João de Fóios Coutinho à familiatura constavam informações sobre a avó de Gonçalo Lourenço, que à época residia na Quinta do Caniçal, de sua propriedade, em Torres Vedras (Estremadura).⁶⁴⁹

Como de costume, as provanças revelaram traços importantes da história familiar do habilitando. Gonçalo Lourenço, morador do lugar de Bonsucesso, em Lisboa, era solteiro, “de idade competente” para receber a insígnia de Cristo (cerca de 35 anos) e não tinha outra ocupação além da militar – na ocasião, era ajudante de ordens do duque de Lafões. Como os processos de habilitação às ordens militares ou a familiar do Santo Ofício, por exemplo, eram elaborados a partir de inquirições de testemunhas que muitas vezes recorriam à memória para responder aos comissários, não é difícil encontrar depoimentos fundamentados naquilo que se ouviu dizer.

Nem sempre tais reminiscências eram favoráveis ao habilitando ou à sua família. É o que se depreende dos depoimentos do capitão-mor da comarca de Alenquer, José Xavier de Valadares e Sousa, e de frei Martinho de Sousa e Sampaio. Ambos ouviram dizer que José Lourenço Botelho, pai de Gonçalo Lourenço, era filho ilegítimo do capitão Antônio de Lemos Botelho. A questão só não foi devidamente apurada porque José Lourenço Botelho era cavaleiro da Ordem de Cristo e os comissários localizaram seu assento de batismo, não dando maior importância ao rumor.

O capitão-mor José Xavier de Valadares e Sousa testemunhou ainda que o pai de Gonçalo Lourenço deixou a vila de Alenquer muito jovem, dirigindo-se a Lisboa, onde se hospedou em casa de Pedro Vicente da Silva, o qual se tornou seu sogro. “Com o cabedal que

⁶⁴⁹ IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra G, maço 4, doc. n.º 3. D. Antônia Caetana de Sousa Coutinho era filha de Luís de Sousa Falcão Coutinho e de D. Joana Luísa de Abreu.

ele dera de dote, [José Lourenço Botelho] fora um dos homens de mais grosso negócio da dita cidade”. Além disso, arrematou contratos à Real Fazenda, o que lhe permitiu tratar-se “com luzimento na sua pessoa e Casa”. Da união de José Lourenço com a filha de Pedro Vicente da Silva nasceu Pedro José da Silva Botelho de Lemos, que à época da habilitação do meio-irmão (Gonçalo Lourenço era filho do segundo casamento de José Lourenço) já era cavaleiro da Ordem de Cristo e exercia a função de porteiro da Real Câmara de D. José I. Quanto ao capitão Antônio de Lemos Botelho (avô paterno do habilitando), consta que “foi a pessoa mais principal do distrito do dito lugar [da Apelação, termo de Lisboa], e que como tal sempre assim se tratava da renda do seu morgado”. Concluídas as diligências em 26 de outubro de 1768, Gonçalo Lourenço pode finalmente ingressar na Ordem de Cristo um mês depois.⁶⁵⁰

A análise do processo de habilitação à Ordem de Cristo possibilitou algumas conclusões: ao que parece, o militar provinha de uma família da pequena nobreza provincial, do tipo que vivia dos rendimentos de seus vínculos e propriedades fundiárias (a avó materna chegou a possuir uma quinta em Torres Vedras).⁶⁵¹ Foi o único dos governadores estudados cujo pai não seguiu a carreira militar, tendo sido um negociante de grosso trato. De resto, a experiência na Armada credenciou Gonçalo Lourenço para assumir a capitania do Piauí, no bojo das remunerações pelos primeiros serviços. Sua carta patente previa ainda uma promoção militar a ser usufruída quando retornasse a Portugal: “por esta carta o nomeio por coronel de Infantaria o qual posto servirá enquanto eu o houver por bem [...] e o referido posto exercitará nas tropas deste Reino quando a ele voltar do referido governo”.⁶⁵²

⁶⁵⁰ IANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 292, fls. 83v-84v. Os alvarás autorizando o noviciado, a profissão (na igreja de Nossa Senhora da Conceição) e para ser armado cavaleiro (no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz) datam de 28 de novembro de 1768. Há também a carta de padrão de tença no valor de 120 mil réis (fls. 180-181).

⁶⁵¹ Para uma caracterização da nobreza provincial em Portugal, ver Nuno Gonçalo Monteiro. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003, p. 37-81.

⁶⁵² Entre a conclusão do processo de habilitação e a investidura na Ordem de Cristo, Gonçalo Lourenço foi nomeado governador do Piauí, com dois mil réis anuais de soldo. O decreto é de 8 de novembro de 1768. Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Piauí (avulsos). CD 2, cx. 10, doc. 601. A carta patente, de

2.9.1 – O correio no Piauí: uma disputa de poder

A imagem de Gonçalo Lourenço na historiografia tradicional piauiense não é das mais favoráveis, contrapondo-se à de João Pereira Caldas. Enquanto este teria sido “portador dos mais sadios propósitos de bem governar a capitania” e “nela deixou perpétuas memórias da sua prudência, candidez, desinteresse e outras virtudes”, Gonçalo Lourenço “não soube impor a sua autoridade aos governados”. Por isso, “as suas decisões eram sempre influenciadas pela poderosa família Rego, principalmente pelo déspota coronel João do Rego Castelo Branco”. Devido à submissão aos interesses de potentados locais, em detrimento do Real Serviço, “na sua administração foram registrados poucos melhoramentos”.⁶⁵³

Tais interpretações são claramente tributárias de conhecida memória histórica sobre o Piauí, da autoria de José Martins Pereira d’ Alencastre. O memorialista difundiu a imagem de João Pereira Caldas como o bom administrador que “distribuiu justiça com toda a imparcialidade”, ao passo que o seu sucessor deixara-se dominar pela família Rego, distinguindo-se na perseguição dos índios Acoroás e Pimenteiras e pela busca frustrada de minas de ouro, proibida pela Coroa (ver 2.1.1 e 2.4.1).⁶⁵⁴ Além do relato minucioso do processo de organização administrativa do Piauí, a produção historiográfica em questão carregou nos tons personalistas ao associar incondicionalmente os avanços e retrocessos da colonização ao caráter atribuído aos governadores.

15 de novembro, encontra-se em IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 165, n.º 1 (Serviços de 1803).

⁶⁵³ Cf. Wilson Carvalho Gonçalves. *Os homens que governaram o Piauí*. Teresina: Gráfica Júnior, 1989, p. 14-16. Ver também Antônio José de Moraes Durão. “Descrição da capitania de São José do Piauí” (1772). Transcrito em Luiz Mott. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 31-32. A família Rego Castelo Branco descendia de um dos primeiros povoadores do Piauí, o português Francisco da Cunha Castelo Branco, que chegou por volta de 1700. João Gomes do Rego Barros, capitão-mor de Parnaíba, da família Rego Barros de Pernambuco, casou-se com duas filhas das três filhas de Francisco da Cunha Castelo Branco, primeiro com Ana e depois com Maria do Monte Serrate. Do primeiro enlace nasceram João e Maria Eugênia; do segundo, Francisca, Florência, Rosendo e Ana. Da união dos Rego Barros com os Castelo Branco, surgiu os Rego Castelo Branco de Parnaíba e Oeiras. Cf. Moysés Castelo Branco Filho. *O povoamento do Piauí*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1982, p. 25 e 36.

⁶⁵⁴ José Martins Pereira d’ Alencastre. Memória chronologica, histórica e corographica da província do Piauihy. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 20, 1857, p. 5-164. Ver páginas 32-33.

João Pereira Caldas enfrentou sérias dificuldades para implantar a estrutura político-administrativa da capitania, organizar o espaço urbano e redistribuir as propriedades rurais dos extintos jesuítas e com isso dinamizar a produção. Por ser praticamente o fundador do Piauí, tornou-se o governante modelar, enquanto Gonçalo Lourenço foi aquele que deu prosseguimento à obra e introduziu “poucos melhoramentos”: continuou a incorporação das fazendas dos jesuítas, promoveu as charqueadas na vila de Parnaíba – estabelecidas pelo negociante João Paulo Diniz – e criou o serviço de correio.⁶⁵⁵ Dentre as iniciativas do período, esta foi privilegiada por ilustrar as disputas de poder entre o governador e o ouvidor Antônio José de Moraes Durão, cujos reflexos extrapolaram os limites do Piauí e se fizeram sentir no âmbito do Estado.

Paralelamente à instalação do correio foi preciso redimensionar o lugar de alguns grupos indígenas que habitavam os sertões piauienses (Acoroás, Gueguês, Jaicós, Timbiras). Os ataques e fugas constantes eram vistos como empecilhos ao desenvolvimento da capitania.⁶⁵⁶ Ao longo do primeiro ano de governo, Gonçalo Lourenço recolheu queixas dos habitantes da vila de Parnaguá sobre ataques dos Acoroás. Alegava ser necessário fazer guerra ao gentio, tal como no tempo de João Pereira Caldas, “pelos assaltos anualmente praticados”, apesar de dispor de “pouca gente [...] para combater um inimigo tão reforçado”. As escaramuças provocavam “deserções” de população para outras capitanias e comprometiam a produção local, limitada porque as terras eram em grande parte “áridas e infrutíferas”. Um ano após o pedido para fazer guerra aos Acoroás, o governador oficiou a Martinho de Melo e Castro sugerindo que os Jaicós – aldeados havia 40 anos –, fossem transferidos para a

⁶⁵⁵ Cf. Wilson Carvalho Gonçalves. *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense (1549-1997)*. 2ª ed. Teresina: Gráfica Júnior, 1997, p. 97. Um sumário das realizações de Gonçalo Lourenço pode ser encontrado em José de Arimatéia Tito Filho. *Governos do Piauí (capitania, província, estado)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 10.

⁶⁵⁶ Exposição detalhada sobre a política indigenista nos governos de João Pereira Caldas e de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro pode ser encontrada, por exemplo, em Odilon Nunes. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 1, p. 111-134.

capitania do Pará e utilizados em serviços juntamente com outros índios. Isso acabaria com o costume de viverem a maior parte do ano nos matos roubando gado.⁶⁵⁷

Por sua vez, a criação do correio mensal, comunicada ao secretário da Marinha em outubro de 1770, objetivava que as vilas e povoações do Piauí “tivessem mais freqüente e regular correspondência com a sua capital”, evitando-se a dispersão das ordens do governador.⁶⁵⁸ O serviço funcionaria da seguinte forma: “uma linha partindo de Parnaguá vinha a Oeiras, passando por Jerumenha; outra, saindo de Parnaíba chegava a Oeiras, transitando por Campo Maior, Marvão e Valença”.⁶⁵⁹ Mas a medida serviu para fomentar querelas entre as autoridades. O ouvidor Antônio José de Moraes Durão conduzia uma campanha contra Gonçalo Lourenço – sustentada até o final de sua administração –, medindo forças e tentando intrigá-lo com o capitão-general do Estado, João Pereira Caldas.

Em carta a oficiais camarários (não identificados porque a correspondência está incompleta), ao mesmo tempo em que criticava a distribuição de cargos no Estado e a escolha de indivíduos tidos por incapazes, o ouvidor mostrava-se inconformado com as intromissões de Gonçalo Lourenço para favorecer interesses particulares:

Vejo a carta [...] que me remetem por cópia outra muito contrária a mesma ordem do ilustríssimo governador desta capitania o despacho que proferia a favor de João Barbosa de Carvalho que eximira de servir o cargo para que fora eleito, mandando proceder vossas mercês logo outra eleição em sujeito capaz, e suposto eu não deva consentir se perversa a determinação das leis, e deve defender a jurisdição que as mesmas me consideram, contra uma usurpação, que com especialíssima e bem notável singularidade só nesta capitania se vê [e] se observa; contudo, [...] ainda quando me considero cheio de razão como a expressa determinação das leis; eximindo-os a vossas mercês da perplexidade em que me dizem se acham; o que vossas mercês mesmos podiam fazer se refletissem no seu regimento: me preciso dizer-lhes

⁶⁵⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Piauí (avulsos). CD 2, cx. 11, doc. 644. Carta a Martinho de Melo e Castro, de 20 de julho de 1770. Para reduzir os índios Acoroás foi criada a Missão de São Gonçalo do Amarante nos limites da capital, Oeiras, em terras próprias para a agricultura. A direção foi entregue ao coronel João do Rego Castelo Branco que comandou a tropa responsável pelo descimento dos índios. Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Piauí (avulsos). CD 2, cx. 12, doc. 710. Ofício a Martinho de Melo e Castro, de 14 de julho de 1773.

⁶⁵⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Piauí (avulsos). CD 2, cx. 11, doc. 649. Ofício de 10 de outubro de 1770.

⁶⁵⁹ Cf. Wilson Carvalho Gonçalves. *Os homens que governaram o Piauí...*, p. 16.

devem dar [...] conta destes incidentes ao excelentíssimo general do Estado [...].⁶⁶⁰

Decorridos alguns meses, chegou a vez de Gonçalo Lourenço fazer carga contra o ouvidor. A municipalidade mencionada na carta acima aprovara uma decisão de Morais Durão a respeito de um assunto que não foi possível identificar, desgostando o governador:

Chega-me agora à minha presença a desacordada resolução que vossas mercês tomaram de passar uma atestação em abono do procedimento do ouvidor desta comarca. Persuado-me que vossas mercês ignoram miseravelmente o que contém os livros desse Senado, porque se assim não fora lembrar-se-iam de uma provisão do Conselho Ultramarino de 1742 aí registrada, em que o rei D. João 5º [...] increpava os oficiais desse Senado por se adjetivarem a outro semelhante procedimento a favor do ouvidor que então era Custódio Correia de Matos. E como o objeto da minha maior vigilância é a inteira observância das reais ordens, serve esta de dizer a vossas mercês que emendem logo o erro, fazendo-me certo do que finalmente concluírem a este respeito para eu me poupar a outros meios de fazer executar aquela ordem.⁶⁶¹

As disputas de jurisdição prosseguiram mesmo depois que Gonçalo Lourenço deixou o cargo, em 1º de janeiro de 1775. De acordo com o alvará de 12 de dezembro de 1770, que regulava as sucessões, foi rendido por uma junta composta pelo ouvidor Antônio José de Morais Durão (presidente), o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, militar de mais alta patente, e por Domingos Bezerra de Macedo, vereador mais velho de Oeiras, substituído por José Esteves Falcão.⁶⁶² Um das decisões tomadas pelo presidente da junta foi a extinção do correio, conforme a carta dirigida ao juiz ordinário Luís Pereira Diniz:

Além das muitas utilidades que tenho procurado para esta capitania principalmente em benefício do seu sossego; consigo agora também o de se lhe extinguirem os correios nela introduzidos há sete anos, para que cessem

⁶⁶⁰ IHGB. Lata 465, pasta 12. Cartas de 14 e 15 de novembro de 1772. Algumas correspondências estão incompletas e não se sabe a qual municipalidade o ouvidor se dirigia, uma vez que tratava de questões no âmbito do Estado e não somente do Piauí.

⁶⁶¹ Idem. Carta de 18 de abril de 1773. Incompleta. Pela referência de Gonçalo Lourenço a uma provisão de 1742, registrada nos livros da municipalidade, é possível que se dirigisse à Câmara de Belém (apesar de a divisão do Estado do Grão-Pará e Maranhão ter sido decretada em 1772, só se efetivou dois anos depois, quando o Piauí ficou diretamente subordinado ao Maranhão).

⁶⁶² Cf. Wilson Carvalho Gonçalves. *Os homens que governaram o Piauí...*, p. 16. Ver também Odilon Nunes. *Pesquisas para a história do Piauí...*, v. 1, p. 127.

os prejuízos que têm causado a todos [...]. Já se tinha abolido (por instâncias minhas) os diários que os juízes mandavam pelos mesmos correios, e com que se sujeitavam a uma jurisdição totalmente estranha; mas para que semelhante despotismo não torne a aparecer [...] proíbo a vossa mercê e a seus sucessores o fazerem semelhantes participações [...].⁶⁶³

Àquela altura, os excessos e improbidades de Antônio José de Moraes Durão repercutiam no Maranhão, cabeça do Estado do Maranhão e Piauí, e foram notificados à Corte pelo governador e capitão-general. Em ofício a Martinho de Melo e Castro, de 23 de fevereiro de 1778, Joaquim de Melo e Póvoas participou-lhe os últimos acontecimentos:

Estabelecendo o bem morigerado governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro na capitania do Piauí um correio mensal, para lhe ser presente em todos os meses, o que se passava por aquela capitania [...] ordenando aos juízes que lhe participassem os absurdos que sucedessem nos seus distritos [...] logo que o dito governador se recolheu a essa Corte, mandou o ouvidor [...] que o diário dos casos crimes e cíveis que os juízes remetiam ao governo se remetessem a ele ouvidor a quem só pertencia o seu conhecimento; e depois, abolindo o mesmo governo interino aqueles correios, escreveu o ouvidor a carta da cópia inclusa ao juiz [ordinário] da vila de Parnaguá [Luís Pereira Diniz].⁶⁶⁴

Dessa forma, o magistrado impedia que os casos chegassem ao conhecimento do governador, até porque uma das atribuições do juiz ordinário era “dar apelação e agravo para o ouvidor-geral do Estado”.⁶⁶⁵ De outro modo, devia ser incômoda a centralização das informações nas mãos do governador de uma capitania que não à toa ficou conhecida como “patrimônio de bacharéis” (ver 2.8.1).

Adiante, Joaquim de Melo e Póvoas insinuou a razão pela qual o ouvidor do Piauí extinguiu o serviço de correio:

Vou dizer a V.Ex.^a que este ministro saiu daqui em 17 de julho de 1771, e em outubro do mesmo ano entrou nesta cidade um sertanejo que conduziu três mil cruzados que este ministro mandou à sua mulher; e continuou semelhantes remessas de um conto de réis, dous mil cruzados e muitos cordões, e peças de ouro; o que dei com evidência porque fazendo estas

⁶⁶³ IHGB. Lata 465, pasta 12. A carta não tem data, mas parece ser de 1777.

⁶⁶⁴ Idem.

⁶⁶⁵ Cf. Graça Salgado (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 207-208.

remessas por via do tenente-coronel Valério Batista Bayma, com o falecimento deste tive em meu poder todas as cartas que o dito ministro lhe escrevia, das quais consta que pela Bahia fazia iguais remessas; e sei que leva muito bom dinheiro, pois só uma letra passada por Domingos Antunes Pereira consta de seis mil cruzados.⁶⁶⁶

Na ocasião em que o capitão-general escreveu a Martinho de Melo e Castro, Antônio José de Moraes Durão preparava-se para deixar o Maranhão, onde era mantido preso após ser destituído da presidência da junta que governava o Piauí.⁶⁶⁷ A narrativa das suas arbitrariedades continha também um alerta de Joaquim de Melo e Póvoas ao secretário de Estado:

Participo a V.Ex.^a para que se não entenda que este ministro vai pobre como ele diz; isto não obstante as despesas que por cá havia de fazer com o mau e escandaloso procedimento que teve naquela cidade [de Oeiras]; e estas grandes somas de dinheiro não podem ser adquiridas licitamente.⁶⁶⁸

A historiografia piauiense atribuiu ao afastamento e à prisão do “arbitrário e violento” Antônio José de Moraes Durão o fim de “uma fase de agitações e desordens administrativas” em São José do Piauí e o restabelecimento do correio entre a capital e as vilas.⁶⁶⁹ Por outro lado, confundiu-se com o destino de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.

⁶⁶⁶ IHGB. Lata 465, pasta 12.

⁶⁶⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Piauí (avulsos). CD 2, cx. 13, doc. 748. Ofício da Câmara de Oeiras à rainha D. Maria I, de 13 de dezembro de 1777, pedindo a nomeação de um ouvidor por causa da prisão de Antônio José de Moraes Durão por ordem de Joaquim de Melo e Póvoas. Este fazia uso de uma prerrogativa estabelecida pelo aviso de 7 de julho de 1757 que autorizava o governador e capitão-general do Estado a suspender e remeter para o Reino os ministros que perturbassem a ordem. Cf. João Francisco Lisboa. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976, p. 529.

⁶⁶⁸ IHGB. Lata 465, pasta 12.

⁶⁶⁹ Cf. Wilson Carvalho Gonçalves. *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense (1549-1997)*. 2ª ed. Teresina: Gráfica Júnior, 1997, p. 130. Ver também Odilon Nunes. *Pesquisas para a história do Piauí...*, v. 1, p. 131.

2.9.2 – Uma trajetória ascendente

Com base na memória de José Martins Pereira d' Alencastre propagou-se a idéia de que Gonçalo Lourenço fora exonerado do cargo, “destituído” pela carta régia de 15 de julho de 1774 quando faltava um ano para completar o segundo triênio. O memorialista disse ainda que o governador teria sido levado preso para o Maranhão – tal como o ouvidor Moraes Durão – ao deixar o cargo em janeiro do ano seguinte.⁶⁷⁰ A vacância de poder levou à eleição de uma junta provisória que seguiu se renovando até o ano de 1789 quando, enfim, Francisco Eça de Castro foi nomeado governador do Piauí. Ceifado pela morte na passagem de Santo Antônio, onde sucumbiu às sezões, deixou a capitania à espera de um sucessor por mais oito anos, até a chegada de João de Amorim Pereira (1797-1799 e 1803).⁶⁷¹

A saída de Gonçalo Lourenço foi conturbada, mas devido a problemas de semântica. Não foi destituído ou exonerado na acepção corrente das palavras e também não há fundamento que ampare a suposta prisão no Maranhão propalada José Martins Pereira d' Alencastre. No entanto, os contatos preliminares com a historiografia tradicional, a memória sobre o Piauí e os percursos de Gonçalo Lourenço após deixar aquela capitania, levaram à formulação de uma hipótese para explicar sua notável ascensão no Real Serviço: teria sido recompensado com tanta liberalidade mesmo após a prisão, supostamente por improbidade, quando seria de esperar que caísse em desgraça? Sendo certo que recebeu as mercês que cumularam sua posterior trajetória no Real Serviço, então suas relações na Corte eram de fato bastante respeitáveis.

No decorrer das pesquisas as questões foram progressivamente esclarecidas. Não foram poucos os administradores coloniais recompensados por seus préstimos no ultramar, malgrado as suspeitas sobre seus procedimentos. A questão do valimento e das relações

⁶⁷⁰ Cf. Wilson Carvalho Gonçalves. *Os homens que governaram o Piauí...*, p. 16. José Martins Pereira d' Alencastre. Memória chronologica, histórica e corographica da província do Piahy. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 20, 1857, p. 8.

⁶⁷¹ Cf. Odilon Nunes. *Pesquisas para a história do Piauí...*, v. 1, p. 127.

políticas e familiares na Corte já foi discutida na caracterização de outras trajetórias. Se Gonçalo Lourenço tivesse saído preso de Oeiras, restaria investigar suas ligações pessoais.

Por outro lado, a julgar que sua administração não foi nefasta como apregoaram os historiadores – não se pode esquecer que a imagem do mau governante foi construída *a posteriori* – o que estaria por trás da liberalidade régia? A resposta foi encontrada em um mecanismo de ascensão muito caro à sociedade de Antigo Regime, o casamento, e nos rendimentos auferidos por Gonçalo Lourenço como administrador de alguns bens vinculados, a exemplo de um morgado instituído pelo meio-irmão, falecido sem descendentes, e de um vínculo de outra irmã viúva (ambos empenhados).

O enlace de Gonçalo Lourenço com D. Ana Joaquina Apolônia de Vilhena Abreu Soares, filha de Rodrigo Antônio da Costa Pereira e de D. Inácia Clara de Vilhena Coutinho, que seria irmã de Jerônimo Antônio Pereira Coutinho Pacheco de Vilhena e Brito, 1º marquês de Soidos, foi ajustado por contrato lavrado em 16 de julho de 1778.⁶⁷² No dia anterior, D. Maria I deu autorização para o noivo hipotecar os rendimentos do morgado instituído pelo meio-irmão, pois não dispunha de bens de raiz para “a segurança das arras de 500 mil réis que quer estipular a dita D. Ana Apolônia”.⁶⁷³ A exigência de arras é um indicativo da condição social da noiva.⁶⁷⁴

⁶⁷² IANTT. Registro Geral de Testamentos. Livro 348, fl. 24v. Em *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. IV, p. 525, Felgueiras Gayo registrou que D. Ana Apolônia, dita “Maria Ana Apolônia de Vilhena Coutinho” casou-se duas vezes, a primeira com Gonçalo Lourenço Botelho e Castro e a segunda com Francisco Manuel de Mariz Sarmiento, com quem teve geração, sendo um dos filhos o 1º visconde de Andaluz, Antônio Luís de Mariz Sarmiento. A informação não procede, pois D. Ana Apolônia nunca se casou com Francisco de Mariz Sarmiento, muito menos teve filhos, o que foi devidamente registrado em seu testamento. O equívoco foi reproduzido em Gonçalo Nemésio. *Histórias de Inácios*. Lisboa: Dislivros Histórica, 2005, v. II, p. 283. Sobre o parentesco com o 1º marquês de Soidos ver *Miscelânea histórica de Portugal* (vários). Lisboa, 1983, v. III, p. 16 e Nuno Gonçalo Monteiro. *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa: Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 271. Segundo o historiador, o título com Grandeza, de origem espanhola e reconhecido em Portugal, pertencia aos senhores do reguengo do Cartaxo, mas sua inclusão na “primeira nobreza” se pode, no entanto, considerar duvidosa”.

⁶⁷³ IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 11, fls. 352-352v. Alvará de 15 de julho de 1778. Não se sabe a partir de quando, mas em 1782 Gonçalo Lourenço administrava os rendimentos de um vínculo instituído por uma irmã, D. Luísa Francisca Lourença de Lemos, viúva de João Xavier da Silva Rebelo, a partir de sua terça, o qual compreendia a Quinta de Nossa Senhora da Penha de França “contígua à serra de Sintra, no distrito de Colares”. O vínculo estava prestes a ser executado a pedido da Casa da Ribeira Grande, por causa de avultada dívida (6:945\$192 réis) contraída pelo cunhado de Gonçalo Lourenço. Em atenção aos seus

Cerca de dois meses depois do casamento, Gonçalo Lourenço começou a experimentar os efeitos do consórcio. Recebeu o foro de fidalgo-cavaleiro da Casa Real, graças a um requerimento da esposa, atendido em razão de seus serviços como açafata da rainha-mãe, D. Mariana Vitória, e de sua filha, a infanta D. Mariana (irmã de D. Maria I). Na mesma ocasião, D. Ana Apolônia foi agraciada com o hábito da Ordem de Cristo e 200 mil réis de tença.⁶⁷⁵ Esse foi o primeiro sinal concreto de que o matrimônio funcionou como alavanca para a ascensão social do militar.⁶⁷⁶

A matrícula na Casa Real, por sua vez, encerrava hierarquizações. A partir de um catálogo elaborado por Bernardo Pimenta do Avelar, fidalgo da Casa Real e escrivão dos filhamentos que viveu no século XVIII, Sérgio Cunha Soares mencionou as matrículas de “primeira classe”, subdivididas em moço-fidalgo, fidalgo-escudeiro e fidalgo-cavaleiro, categorias que não eram uniformes. Segundo o historiador, “quanto à moradia, pagamento de dinheiro e cevada que compete a cada foro, assinala-se que ela pode variar, dentro de certos limites, sem que haja alteração do foro” (Gonçalo Lourenço recebia 1.600 réis de moradia e um alqueire de cevada, o mesmo que João Pereira Caldas, por exemplo).⁶⁷⁷

serviços, a rainha mandou suspender a ordem de execução. IANTT. Chancelaria de D. Maria I. Livro 17, fl. 180v. Ver também IANTT. Ministério do Reino. Decretos (1745-1800). Pasta 34, n.º 10.

⁶⁷⁴ Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, no Portugal do Antigo Regime havia dois tipos de casamento: por carta de ametade, “mais comuns”, e por dote e arras, “característicos dos membros da nobreza”, que exigia uma escritura pública pré-nupcial. “A legislação pombalina e a estrutura da família no Antigo Regime português”. In: Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, v. 1, 1984, p. 403-414. Ver página 406.

⁶⁷⁵ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. Maria I, livro 5, fls. 61-61v. Alvará de 10 de setembro de 1778. Açafata era “mulher do serviço das rainhas; tem ofício de as ajudar a vestir, e despir, a guarda dos vestidos, ou toucados etc.” Carregava o açafate, “cestinho de vimes, sem arco nem asas”. Cf. Antônio de Moraes Silva. *Diccionario da lingua portugueza*. 5ª ed., Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1844, t. 1, p. 21. Com a morte de D. Ana Apolônia, sua irmã, D. Mariana Joaquina Apolônia de Vilhena Coutinho, herdou um padrão de tença de 188 mil réis referente ao hábito de Cristo. IANTT. Registro Geral de Mercês. D. João VI, livro 14, fl. 154.

⁶⁷⁶ Para Joaquim Romero Magalhães, “ninguém era feito fidalgo se lhe não reconhecesse riqueza e status no estilo de vida que o fazia sobressair do conjunto”. “A sociedade”. In: _____. (coord.). *História de Portugal* – v. 3: No alvorecer da modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 415.

⁶⁷⁷ Sérgio Cunha Soares. Nobreza e arquétipo fidalgo. A propósito de um Livro de Matrículas de Filhamentos (1641-1724). *Revista de História das Idéias*. Coimbra, v. 19, 1997, p. 403-455. Ver páginas 420-421. O historiador se refere ao “Título dos foros da Caza de Sua Magestade que Deos guarde”, de Bernardo Pimenta do Avelar. BNL. Seção de Reservados. Códice (FG) 8985, s/d.

Joaquim Romero Magalhães ressaltou as clivagens entre a fidalguia lusitana ao situar os fidalgos por mercê do rei abaixo dos fidalgos de solar, dos titulares e dos grandes (aqueles que além dos títulos possuíam a grandeza). Aquele que tinha sua posição social elevada pelo filhamento poderia ainda legar “a qualidade e a condição [de fidalgo] aos seus herdeiros”, mesmo os ilegítimos, desde que reconhecidos pelo progenitor e autorizados pelo monarca.⁶⁷⁸ O que não se aplicou a Gonçalo Lourenço, uma vez que não gerou descendentes nem consta que tivesse filhos bastardos. Quase uma década depois do filhamento, obteve a Carta de Privilégios de Fidalgo. A posse desta sacramentava o ingresso no seio da fidalguia e facultava ao usufrutuário da mercê “isenções que se estendiam à Casa (parentes e servidores)”.⁶⁷⁹

A partir de 1780, Gonçalo Lourenço foi largamente favorecido com novas possibilidades de participação no Real Serviço. No mesmo ano foi nomeado engenheiro-mor do Reino com a patente de brigadeiro de Infantaria, acumulando os dois soldos. Na década seguinte conheceu as mais altas planas dos Exércitos Reais ao receber as patentes de marechal-de-campo (1791) – não obstante a perda do cargo de engenheiro-mor do Reino – e de tenente-general (1797). O reconhecimento de sua experiência militar, iniciada na Armada, rendeu-lhe um lugar na Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1798), meses depois da sua criação. Além disso, exercia o ofício de guarda-roupa da Câmara Real.⁶⁸⁰

Todos esses percursos merecem ser apreciados à luz das transformações do período e da trama de relações sociais do personagem. Desde o início dos anos de 1760, mais precisamente durante a reorganização militar promovida pelo conde de Lippe, mercê da participação de Portugal na campanha de 1762, as forças armadas e o sistema defensivo do Reino passaram por uma série de mudanças amadurecidas no decorrer do período mariano.

⁶⁷⁸ Joaquim Romero Magalhães. “A sociedade”..., p. 415.

⁶⁷⁹ Ibidem, p. 415. Ver também IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 165, n.º 1 (Serviços de 1803). Recebeu a Carta de Privilégios de Fidalgo por alvará de 20 de outubro de 1785.

⁶⁸⁰ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 165, n.º 1 (Serviços de 1803). Segundo Antônio de Morais Silva, guarda-roupa “é criado grave, que ordinariamente só serve o rei, pessoas reais, ou da nobreza”. Cf. *Diccionario da lingua portugueza*..., t. 2, p. 115.

Organizar o Exército na forma de um corpo militar foi o objetivo principal do conde de Lippe, desdobrado no alinhamento da tropa, na ordenação dos comandos, das hierarquias internas e na própria representação exterior das fileiras por meio de intervenções na confecção dos fardamentos. Estas se fizeram sentir também nos critérios de recrutamento. As reformas de Lippe abrangeram ainda o sistema defensivo do Reino no que diz respeito aos reparos nas fortificações e à elaboração de esquemas táticos. Esse processo trouxe a reboque a especialização da função militar, que se tornou um campo mais técnico.⁶⁸¹

Foi no contexto de amadurecimento dessas transformações que Gonçalo Lourenço alcançou o posto de engenheiro-mor do Reino. O surgimento do Corpo de Engenheiros, em 1787 (denominado Real Corpo de Engenheiros a partir de 1792), composto de um quadro de oficiais, resultou de longo processo apresentando em linhas bem gerais. No século XVII já era sentida a falta de um corpo de engenheiros militares capaz de atender às demandas defensivas da Coroa, no Reino e no ultramar, pois os conhecimentos existentes, direcionados para a área de fortificação, pertenciam a civis e religiosos. Na segunda metade do século XVIII, por volta de 1760-1770, a engenharia militar começou a ganhar contornos definitivos e autônomos até a constituição do Corpo de Engenheiros.⁶⁸²

A última década do Setecentos assistiu à criação, dentre outras instituições, da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (2 de janeiro de 1790) e da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares (30 de junho de 1798), sob os auspícios de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Esta instituição congregava oficiais de reconhecida experiência na Armada e no

⁶⁸¹ Cf. Antônio Camões Gouveia e Nuno Gonçalo Monteiro. “A milícia”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 180-181.

⁶⁸² Cf. Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p. 32ss.

Exército, lentes da Universidade de Coimbra, das academias militares e da Faculdade de Matemática, além do diretor geral dos desenhistas, gravadores e tipógrafos.⁶⁸³

As promoções militares de Gonçalo Lourenço também estavam inseridas no contexto apresentado. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, no reinado josefino, sobretudo após a Campanha de 1762, a aristocracia de Corte que se concentrava nos postos mais elevados da hierarquia militar começou a ceder lugar a fidalgos de província, a representantes de “outras nobrezas menos destacadas” e a estrangeiros, à medida que a função militar se tornava mais técnica. O oposto dessa tendência se verificou na participação portuguesa na Guerra da Sucessão Espanhola (1703-1714), uma “campanha notavelmente aristocrática”. A relação aristocracia-comando militar, todavia, não se alterou profundamente.⁶⁸⁴

Em 1777, após o fim do governo de D. José I e a queda do marquês de Pombal, os Grandes da nobreza ainda concentravam a patente de tenente-general – a mais alta na hierarquia militar. No reinado mariano a situação não se alterou, ou seja, o acesso de indivíduos de fora do círculo mais seleto da fidalguia aos postos mais elevados (marechal-de-campo e tenente-general) permaneceu uma espécie de exceção à regra.⁶⁸⁵ Como nos casos de João Pereira Caldas e de Gonçalo Lourenço, o primeiro nitidamente um fidalgo de província.

Do ponto de vista das relações sociais, Gonçalo Lourenço se beneficiou não só dos serviços de sua esposa, mas possivelmente daqueles desempenhados por seu meio-irmão, Pedro José, porteiro e guarda-roupa da Câmara Real, conselheiro do Ultramarino e escrivão das matrículas da Casa Real, que não tinha herdeiros.⁶⁸⁶ Em outro ângulo, uma figura de peso

⁶⁸³ Sobre o funcionamento e as propostas da Sociedade Marítima, Militar e Geográfica, ver a análise detalhada de André Mansuy-Diniz Silva. *Portrait d' un homme d' État*: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares (1755-1812). Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, v. 2, p. 99-117.

⁶⁸⁴ Nuno Gonçalo Monteiro. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003, p. 117-119. Para a identidade entre a formação militar, a arte da guerra e a alta nobreza ver, por exemplo, Fernando Dores Costa. Fernando Dores Costa. “A nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 169-190.

⁶⁸⁵ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo...*, p. 120.

⁶⁸⁶ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 165, n.º 1 (Serviços de 1803).

no cenário político da época, Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º visconde de Balsemão, responsável por comunicar a Gonçalo Lourenço a sua indicação para integrar a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, possuía certo grau de parentesco com D. Ana Apolônia pelo lado materno. O então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra era filho de D. Josefa Mariana Madalena Pereira Coutinho de Vilhena.⁶⁸⁷

A conclusão sobre a importância das relações sociais e da riqueza para a ascensão de Gonçalo Lourenço no Real Serviço foi obtida após a análise do seu testamento e o da esposa. Morador no campo de Santana, em Lisboa, faleceu entre 30 de abril e 5 de maio de 1801, aos 68 anos. Depois de se recomendar à proteção da Santíssima Trindade e pedir a interseção de Maria, de São Gonçalo e de toda a corte celestial para, na hora derradeira, escapar “das garras do astuto inimigo”, declarou não ter “ascendentes nem descendentes ou herdeiros forçados que meus bens hajam de herdar” e instituiu a esposa como testamenteira e herdeira universal.⁶⁸⁸

O preâmbulo do documento revelou alguns ritos de passagem verificados por Ana Cristina Araújo em testamentos do final do século XVIII, como a ausência de preocupação em determinar o local do enterro, deixando-se a realização do funeral ao encargo dos testamenteiros⁶⁸⁹: “deixo à eleição e arbítrio de minha mulher, herdeira e testamenteira [...] o meu enterro, funeral, oferta e tudo o mais que em casos tais se pratica”, ressaltando que as missas fossem “ditas em altares privilegiados na forma que couber no possível”.

Pela análise do testamento percebeu-se que Gonçalo Lourenço beneficiou-se dos mecanismos de transmissão de bens típicos da sociedade portuguesa de Antigo Regime: “Declaro que a minha Casa se compõe de diversos vínculos [...] sendo o maior estabelecido

⁶⁸⁷ Cf. Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 2, p. 367-368.

⁶⁸⁸ IANTT. Registro Geral de Testamentos. Livro 348, fls. 24v-26. Assinado em 29 de abril de 1801. O auto de abertura data de 5 de maio. Essa referência abrange todas as citações do testamento de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.

⁶⁸⁹ Ana Cristina Araújo. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Notícias Editorial, 1997, p. 368-369.

por meu irmão Pedro José da Silva Botelho que recebi gravado com mais de 50 contos de dívidas para pagamento das quais me foram dados todos os móveis e alfaías” que somavam pouco mais de 20 mil réis. Para quitar as dívidas requisitara um empréstimo a Luís Rodrigues Caldas e, com a morte de Gonçalo, a satisfação do empenho ficou para D. Ana Apolônia. Esta administraria juntamente com uma prima do marido, D. Mariana de Sousa Castelo Branco, dois prazos que o militar recebera de um seu tio, Pedro Soares. Mas para que D. Maria Ana usufruísse os rendimentos das propriedades, teria que cumprir uma obrigação estipulada pelo testador, que desejava ser grato ao tio: dar ao irmão, João Maria Soares Castelo Branco, a quantia de 100 mil réis anuais “enquanto vivo for”.

Após a partilha dos bens entre os parentes foi a vez de recompensar a fidelidade e os serviços dos criados particulares. Ao fiel Jacinto José dos Reis foi estipulada a quantia de 240 mil réis anuais, com sobrevivência para sua esposa, Luísa Joaquina, com a condição de viverem “sempre na companhia da dita minha mulher”. Entre os servidores de Gonçalo Lourenço foi o maior beneficiado, pois “pela sua antigüidade e inteligência não só me tem arranjado a minha Casa, mas ainda no tempo em que era solteiro, me acompanhou no governo do Piauí”. Os “legados e esmolas” contemplaram o criado Francisco Xavier com “20 mil réis por uma só vez” e as criadas da residência do campo de Santana, cada uma recebendo “seis meses de seus ordenados”. O restante do espólio coube a D. Ana Apolônia.

No testamento, Gonçalo Lourenço nada mencionou a respeito do legado de serviços. O tenente-general dos Reais Exércitos morreu sem obter remuneração pelos segundos serviços, contados desde quando foi governador do Piauí. De resto, o cargo na administração ultramarina pouco contribuiu para acrescentar a sua Casa. Na verdade, os legados e mercês recebidos de parentes e o círculo do qual se aproximou após o casamento foram as principais vias de acesso à graça régia. Mas os segundos serviços não foram esquecidos. Em um requerimento dirigido a D. João, em 1803, D. Ana Apolônia pediu a remuneração dos

empregos do marido como militar, governador do Piauí, engenheiro-mor do Reino, membro da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica e guarda-roupa do mesmo príncipe regente, contados desde 25 de abril de 1769 até 30 de abril de 1801.

A viúva apelou para a honradez demonstrada por Gonçalo Lourenço no Real Serviço e destacou “o empenho com que ficou gravado do tempo do seu governo [no Piauí], concorrendo igualmente para o descimento de índios incógnitos e seus estabelecimentos, como também para a mudança de povoações mal colocadas, e outros interesses [...]”. Requereu também a compensação dos serviços do cunhado, Pedro José, contados desde 18 de setembro de 1850. Além disso, D. Ana Apolônia solicitou, mediante uma certidão, a satisfação de grande soma referente a vários padrões de tença (assentados na Junta dos Três Estados e na Alfândega do Porto) que Gonçalo Lourenço administrava, cujos rendimentos não eram pagos desde a sua morte.⁶⁹⁰

A viúva ao que parece não viveu para usufruir as recompensas do marido. Faleceu em 28 de dezembro de 1805. Em seu testamento, redigido no dia de Natal, em seguida às recomendações de praxe pela interseção dos anjos e dos santos pela salvação da sua alma, nomeou universal herdeira a irmã, D. Mariana Joaquina Apolônia de Vilhena Coutinho, sob a responsabilidade de quem ficou o “enterro, e funeral, missas e obras pias”. Ao pároco de sua confiança deixou 57 mil e 600 réis de esmola. Todos os bens de raiz foram deixados para a prima de Gonçalo Lourenço, com quem D. Ana Apolônia dividia a administração dos dois prazos herdados do tenente-general, “e isto em gratificação do quanto sempre a prezei”. D. Maria Ana recebeu ainda jóias de considerável valor: um “adereço de esmalte azul com pérolas”, “três flores de diamantes” e várias outras pérolas que a testadora não descreveu.⁶⁹¹

⁶⁹⁰ IANTT. Ministério do Reino. Decretamentos de Serviços. Maço 165, n.º 1 (Serviços de 1803). Em relação à tença assentada na Junta dos Três Estados, os rendimentos não pagos após dois anos da morte de Gonçalo Lourenço montavam a 26.601\$581 réis.

⁶⁹¹ IANTT. Registro Geral de Testamentos. Livro 355, fls. 207-208v. Assinado em 25 de dezembro de 1805. O auto de abertura data de 28 de dezembro. Essa referência abrange todas as citações do testamento de D. Ana Joaquina Apolônia de Vilhena Abreu Soares.

Ao cunhado Bernardo Maria Lourenço Botelho coube parte das benfeitorias feitas por Gonçalo Lourenço nas propriedades vinculadas que administrou, bem como os seus serviços – o requerimento feito em 1803 ainda não fora atendido – “por gratidão e memória de que estimei o dito meu marido”. A outra parte das benfeitorias realizadas nos referidos vínculos ficou para o fiel criado Joaquim José dos Reis e sua esposa. “Pelo incansável amor e zelo”, o casal receberia também 300 mil réis anuais enquanto vivesse “sem que a sua cobrança e fruição meus herdeiros possam por dúvida”. Os mesmos ficariam à vontade para “assistir em qualquer quarto” da propriedade da Rua Direita de São Sebastião, onde D. Apolônia residia, “pois é minha vontade que os ditos meus herdeiros lho facultem e nunca se oponham”. Entre as demais criadas de casa seriam repartidos os cordões de ouro e outros objetos pessoais da testadora, e cada uma, assim como os homens, receberia um ano de ordenado.

A parte mais interessante do testamento de D. Ana Apolônia é a que evidenciou suas relações de parentesco. Os bens vinculados que passou a administrar após a morte do marido estavam bastante empenhados. Para saldar as dívidas e uma outra pendente no Erário Régio, instruiu sua herdeira a pedir ao desembargador (provavelmente da Casa da Suplicação) Manuel José de Arriaga Brum da Silveira que a isentasse de prestar contas em juízo. Embora nada fosse mencionado no testamento, a irmã e herdeira de D. Apolônia, D. Mariana Joaquina, era casada com Miguel de Arriaga Brum da Silveira, o qual tinha dois irmãos, João e José. Este era o pai do desembargador Manuel José, sobrinho torto de D. Mariana Joaquina a quem sua irmã se referiu como potencial intercessor.⁶⁹²

O trecho sobre a disposição das obras de arte desvendou um parentesco ainda mais relevante. D. Ana Apolônia legou ao primo “Antônio de Araújo [d]e Azevedo o painel do Sátiro e todo os mais que ele escolher das pinturas da minha Casa”. Portanto, além de rica, a viúva de Gonçalo Lourenço era parente do futuro conde da Barca (o título foi concedido em

⁶⁹² Cf. Felgueiras Gayo. *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989, v. IV, p. 525. Ver também Manuel de Mello Corrêa (dir.). *Anuário da nobreza de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1985, t. II, p. 191.

1815), um dos mais influentes ministros da Corte. Embaixador em Haia e em São Petersburgo, Antônio de Araújo de Azevedo passou pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e ao tempo do falecimento da prima ocupava a pasta do Reino.⁶⁹³ Desta foram titulares figuras de proa na Corte, como o marquês de Pombal, José de Seabra da Silva, Luís Pinto de Sousa Coutinho e Antônio de Araújo de Azevedo, os dois últimos parentes da esposa de Gonçalo Lourenço.

A exposição da trama das relações sociais do governador do Piauí mais uma vez deixou claro que as conexões familiares no âmbito da Corte tinham peso significativo na promoção das carreiras, dentro ou fora do Reino. Sobre esse aspecto, cumpre realçar que a passagem pela administração ultramarina teve menos influência sobre as atividades desempenhadas por Gonçalo Lourenço no Real serviço após voltar a Portugal, do que as sociabilidades cortesãs e o progressivo aumento de sua riqueza.

Tal conclusão remete à historiografia tradicional, especificamente à fala de Odilon Nunes, para quem a prolongada administração do Piauí por sucessivas juntas governativas atestou o desinteresse da Coroa pela capitania.⁶⁹⁴ Atualizando-se a interpretação histórica, pode-se considerar que uma comissão pouco rentável em termos simbólicos também não despertasse tanto interesse da parte de potenciais agentes da colonização.

⁶⁹³ Cf. Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil...*, v. 2, p. 373-375. A Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino ocupava lugar central na estrutura político-administrativa, segundo José Subtil. Entre suas amplas atribuições, que abrangiam assuntos eclesiásticos e da Casa Real, era encarregada de receber e registrar as consultas ao monarca, assistido no despacho pelo titular da pasta, além de “propor medidas legislativas e executivas”. Cf. “Os poderes do centro”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 159.

⁶⁹⁴ Odilon Nunes. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 1, p. 127.

PARTE 3 – O GOVERNO RELIGIOSO: COLABORAÇÃO E CONFLITO

[...] se poderá julgar impróprio em um prelado o exercício de remar, atendendo a que os bispos são legítimos sucessores dos apóstolos, os quais largaram os remos para empunharem os báculos, e se eles tiveram este exercício para sustentarem a vida, não será muito que eu o tenha para conservar o decoro do Real Serviço.¹

É um traço comum na história da colonização portuguesa a associação entre o braço secular e o religioso. Além de ter papel decisivo desde as primeiras conquistas dos lusos, foi importante para a Coroa o auxílio da Igreja na organização da administração colonial.² Segundo o historiador Antônio Manuel Hespanha, a instituição católica se afirmava nas “fímbrias da sociedade por meio de sistemas normativos tornados eficazes” como a confissão e a pregação durante as missas, instrumentos que regulavam os comportamentos individuais e coletivos. Outra atribuição importante dos bispos eram as visitas pastorais, destinadas a perscrutar a vida dos fiéis nas localidades sob a sua jurisdição, no que diz respeito às práticas litúrgicas e às condutas pessoais.³

No Estado do Maranhão não foi diferente. E em sua história há o diferencial de ter sido uma grande conquista empreendida pelo braço religioso dedicado à evangelização. Pode-se dizer que a história da ocupação portuguesa na região se confundiu, desde o início do século XVII, com a história das invasões estrangeiras (francesas e holandesas, por exemplo) e das missões religiosas.⁴ As primeiras tentativas de fixação dos portugueses no território do

¹ D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, em carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 8 de março de 1754, mostrando disposição para colaborar na administração do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB). Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 231-234v.

² Uma abordagem clássica acerca da associação entre o poder temporal e o religioso no processo de expansão portuguesa encontra-se em Charles R. Boxer. *A igreja e a expansão ibérica, 1500-1770*. Lisboa: Edições 70, 1981.

³ Antônio Manuel Hespanha. “As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna”. In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. 2ª ed., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 125-126.

⁴ Rafael Chambouleyron e Alírio Carvalho Cardozo. “Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. In: Mary del Priore e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Os senhores*

Maranhão após a invasão francesa de 1612 ocorreram muito mais por meio do estabelecimento de missões religiosas, configurando-se uma espécie de associação entre “conquista militar e conquista espiritual”.⁵

O propósito dessa parte é estudar as trajetórias dos bispos que serviram nas dioceses do Maranhão e do Pará no período pombalino. A perspectiva que orientará a análise é a sugerida por José Pedro Paiva, para quem o recrutamento para a função prelatícia e o seu exercício – diretamente relacionado à obtenção de promoções e de mercês –, pautou-se pela postura dos indivíduos ante a política do marquês de Pombal em relação à Companhia de Jesus.⁶

No Pará, serão configuradas as trajetórias do dominicano D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1748-1760) – que apesar de investido nas funções episcopais antes do período pombalino, teve destacada ação administrativa a partir da chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado – e do beneditino D. Frei João de São José e Queirós (1759-1763). A atuação do franciscano D. Frei João Evangelista Pereira da Silva (1772-1782) não será contemplada, embora compreendida no recorte temporal, uma vez que seu episcopado fugiu às características comuns aos demais. No Maranhão será privilegiado apenas o ministério do agostiniano (ou agostinho) calçado D. Frei Antônio de São José (1756-1767).

dos rios: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 38. Ver também Arthur Cezar Ferreira Reis. *A conquista espiritual da Amazônia*. 2ª ed., Manaus: Editora da Universidade do Amazonas; Governo do Estado do Amazonas, 1997, p. 11-47.

⁵ Cf. Rafael Chamboleyron e Alírio Carvalho Cardozo. *Op. cit.*, p. 39.

⁶ A historiografia portuguesa tem avançado mais nesse sentido. Entre os trabalhos mais recentes ver, por exemplo, José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006. Ver também, do mesmo autor, “Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777)”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 47-63.

3.1 – A administração eclesiástica no Norte: notas historiográficas

3.1.1 – A diocese do Maranhão

A diocese do Maranhão foi criada pela Bula *Super universas orbis ecclesias*, de 30 de agosto de 1677,

[...] alegremente anuindo ao pedido do Piedoso Príncipe e ao Conselho de nossos irmãos com autoridade apostólica plena, separamos a cidade de São Luís, com a província do Maranhão [...] e eximimos e libertamos completamente da dependência, jurisdição, poder, sujeição, visita e correição a que davam as leis diocesanas ao bispo do Brasil [...] e damo-lhes como território o da província desde o Cabo do Norte, até o Ceará pela costa e terras adentro e por metropolita o de Lisboa por ser mais fácil a viagem do que para a Bahia [...].⁷

Apesar de sufragânea ao arcebispado de Lisboa, até a Independência a diocese seguiu as constituições do arcebispado da Bahia.

A necessidade de uma prelazia no Maranhão foi manifestada pelo padre jesuíta Luís Figueira, em 1636. A proposta teria sido endossada pelo governador Luís de Magalhães (1649-1652) devido ao pequeno número de índios sem direção espiritual, e pelo padre Antônio Vieira, superior das missões jesuíticas.⁸ As instâncias tiveram efeito, embora nenhum dos livros sobre história eclesiástica do Maranhão informe quando.⁹

Antes da prelazia, de acordo com os *Anais históricos do Estado do Maranhão*, a região ficou por algum tempo sob os cuidados espirituais de frei Cristóvão de Lisboa, que chegou nos idos de 1620 na comitiva do governador Francisco Coelho de Carvalho (1623-1636), acompanhado de alguns missionários. O religioso acumulava as funções de “custódio”

⁷ Cf. Mário Martins Meireles. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977, p. 60-61. D. Felipe Conduru Pacheco informa que a cônica da diocese do Maranhão no século XVIII era de 3.500 cruzados anuais. Cf. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Maranhão, 1969, p. 60.

⁸ Cf. Mário Martins Meireles. *Op. cit.*, p. 59.

⁹ Segundo Américo Jacobina Lacombe, houve uma prelazia subordinada a Pernambuco até a criação da diocese. “A Igreja no Brasil colonial”. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. 1, v. 2, p. 79.

do Estado, comissário do Santo Ofício e visitador eclesiástico das capitanias do Maranhão e do Pará.¹⁰

Para primeiro bispo da diocese, foi nomeado o capuchinho D. Frei Antônio de Santa Maria, da Ordem de Santo Antônio, deão da Capela Real. Não chegou a ser confirmado, assumindo a diocese de Miranda, em Portugal.¹¹ Para o seu lugar, foi indicado D. Gregório dos Anjos (1677-1689), cônego secular de São João Evangelista, que fora antes eleito bispo de Malaca (1672).¹² Para Francisco Adolfo de Varnhagen, a criação de uma diocese no Maranhão foi um reflexo do crescimento populacional gerado pelo avanço da pecuária nos sertões do Piauí e do Maranhão – a atividade efetivou a criação da vila da Mocha (depois Oeiras), no Piauí, em 1718. Mas a vila ficou subordinada espiritualmente à diocese de Pernambuco e ao Estado do Maranhão apenas no aspecto político.¹³

De acordo com F. A. Pereira da Costa, não se sabe exatamente quando o Piauí foi separado da jurisdição de Pernambuco; apenas que isso ocorreu durante o reinado de D. João V. O autor supôs que o desmembramento se deu no intervalo entre 1736, quando certamente o Piauí ainda estava sob a jurisdição espiritual de Pernambuco, e a transferência de D. Frei José Fialho, bispo de Olinda (1725-1738), para o arcebispado da Bahia em 1738, ano em que D. Frei Manuel da Cruz foi eleito bispo do Maranhão. Ainda segundo Pereira da Costa, este prelado criou em 1742, durante uma visita pastoral, a vila de Nossa Senhora do Desterro do Poti, confirmando que àquela altura o Piauí já fazia parte da diocese do Maranhão.¹⁴

¹⁰ Bernardo Pereira de Berredo. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 3ª ed., Florença: Tipografia Barbera, 1905, p. 204-205.

¹¹ Cf. Mário Martins Meireles. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão...*, p. 61.

¹² Cf. Fortunato de Almeida. *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1967, v. III, p. 707.

¹³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952, t. 4, p. 32. Ver também Pedro Octávio Carneiro da Cunha. “Política e administração de 1640 a 1763”. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História geral da civilização brasileira...*, 2003, t. 1, v. 2, p. 51.

¹⁴ F. A. Pereira da Costa. *Cronologia histórica do estado do Piauí, desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974, p. 55.

Um documento da lavra do jesuíta Bento da Fonseca, citado por Odilon Nunes nas suas *Pesquisas para a história do Piauí*, informou que à época de sua organização administrativa, iniciada em 1758, o Piauí já estava sob a jurisdição da diocese do Maranhão: “Já disse que esta capitania é sujeita no espiritual ao bispo do Maranhão, e no temporal ao general do mesmo Estado, e só nas contendas da justiça cível e crime vão por apelação para a Relação da Bahia e no mais tudo depende do Maranhão”.¹⁵

3.1.2 – A diocese do Pará

Atendendo a um pedido de D. João V, o papa Clemente XI criou por meio da Bula *Copiosus in misericordia*, de 4 de março de 1719, a diocese do Pará, sufragânea do arcebispado de Lisboa e, assim como a do Maranhão, governada segundo as constituições do arcebispado da Bahia.¹⁶ A diocese sediada em Belém compreendia áreas desmembradas do Maranhão: o Pará, os territórios do Cabo do Norte, toda a vasta região constituída em 1755 como a capitania de São José do Rio Negro (administrada por um vigário-geral), até os limites com Mato Grosso.

Um escrito publicado nos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, da autoria de Antônio Rodrigues de Almeida Pinto, informou que os clamores pela criação de uma diocese no Pará datavam de 1684, mas o bispo do Maranhão, D. Gregório dos Anjos, teria conseguido impedir junto à Santa Sé a realização do intento. Segundo Almeida Pinto, o prelado “recorreu sem demora ao Santo Padre contra a desmembração, como espoliação que

¹⁵ Odilon Nunes. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975, v. 1, p. 94. Segundo o autor, o documento citado encontra-se no IHGB, Seção do Conselho Ultramarino, sob a referência Arq. 1.2.31. “Maranhão conquistado a Jesus Cristo e à Coroa de Portugal pelos religiosos da Companhia de Jesus”. Fragmentos de uma crônica por letra do Pe. Bento da Fonseca. [c.1757], fls. 275-276v.

¹⁶ Cf. Fortunato de Almeida. *História da Igreja em Portugal...*, v. II, p. 24. Ver também José Maria de Azevedo Barbosa. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará: o nome da capital paraense*. Belém: Imprensa Oficial, 1977, p. 29-30.

ia sofrer nos seus direitos”.¹⁷ Independentemente de qualquer ação contrária de D. Gregório, consta que D. Frei Manuel da Natividade foi indicado para primeiro bispo do Pará.

A data oficial da ereção da diocese do Pará é controversa. Para Varnhagen, o desmembramento do Maranhão aconteceu em 1720, enquanto Antônio Rodrigues de Almeida Pinto apontou que as dioceses foram solenemente separadas em 13 de julho de 1721. Ainda de acordo com este autor, os limites entre as duas só seriam efetivamente demarcados muitos anos mais tarde, pela provisão de 2 de maio de 1758, que estabeleceu o rio Gurupi como a linha divisória, “principiando a do Maranhão na margem direita ou oriental do dito rio”.¹⁸ Chegar a este marco não foi tarefa simples.

Em princípio, a divisão das dioceses coincidiria com os limites entre o Pará e o Maranhão, conforme sugere uma carta do governador desta capitania a D. Frei Miguel de Bulhões, de 22 de dezembro de 1755. Na ocasião, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa afirmava que “ouviu dizer de um cônego e do ouvidor Manuel Sarmento que o rio Gurupi era a divisória das duas capitânicas”.¹⁹ A incerteza implícita na declaração de Lobato e Sousa era um sinal de que a questão não estava completamente esclarecida.

Dois anos mais tarde, em carta de 26 de agosto de 1757, o próprio D. Frei Miguel de Bulhões manifestou ao arcepreste João Rodrigues Covete a dúvida sobre a possibilidade de nomear um pároco para a vila de Gurupi. O bispo do Pará confessava desconhecer se sua jurisdição assim o permitia, uma vez que não tinha certeza quanto aos limites entre a sua diocese e a do Maranhão. Para solucionar o impasse, consultou o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ficando acertado “que as duas capitânicas se dividem pelo rio Turiaçu e conseqüentemente esta deve ser a divisão dos bispados”.²⁰ Percebe-se, assim, que a

¹⁷ Antônio Rodrigues de Almeida Pinto. O bispado do Pará. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, t. 5, 1906, p. 10.

¹⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil...*, t. 4, p. 35 e p. 62-63. Ver também Antônio Rodrigues de Almeida Pinto. *Op. cit.*, p. 11.

¹⁹ Biblioteca Nacional de Lisboa (doravante BNL). Seção de Reservados. PBA 628, fls. 35-36v.

²⁰ Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (doravante IANTT). Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598.

confusão sobre a jurisdição das dioceses estava ligada ao desconhecimento dos limites entre Pará e Maranhão. De acordo com Varnhagen, a situação foi resolvida pela provisão de 2 de maio de 1758, que estabeleceu o rio Gurupi como a linha divisória, “princiando a do Maranhão na margem direita ou oriental do dito rio”.²¹

A indefinição prolongada dos limites decorreu da falta de informações precisas por parte da metrópole. Íris Kantor ressaltou que nas primeiras décadas do século XVIII, os membros da Academia Real da História Portuguesa estimularam a confecção de mapas dos territórios ultramarinos para seus estudos e recomendaram que enquanto os mesmos não estivessem prontos, as bulas papais fossem usadas para definir os limites entre as dioceses.²²

Um exemplo da importância dos éditos papais para o fim acima referido encontra-se na recomendação de Alexandre de Gusmão, membro da Academia, quanto às dioceses do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Mariana, e as prelazias de Goiás e de Cuiabá. O diplomata sugeriu que as fronteiras seculares coincidissem com as eclesiásticas e indicou as bulas de criação e divisão das dioceses para dirimir quaisquer dúvidas. Nesses termos, concluiu Íris Kantor, tais documentos funcionavam como instrumentos valiosos nas demarcações, uma vez que a metrópole ainda não tinha pleno conhecimento dos seus domínios.²³

3.1.3 – O protocolo entre bispos e governadores

Aos bispos do Pará, ressaltou Varnhagen, foram concedidos diversos privilégios, mais tarde estendidos a outros prelados da América portuguesa. A ordem régia de 1º de junho de 1724 estabelecia que o governador do Estado do Maranhão deveria prestar a D. Frei Bartolomeu do Pilar (1720-1733), primeiro bispo da diocese, assim como aos seus sucessores,

²¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil...*, t. 4, p. 35 e p. 62-63.

²² Íris Kantor. “A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da Paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750)”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 271.

²³ Ibidem, p. 271-272.

todas as honras militares além das outras formas de tratamento pertinentes à sua condição. A ordem régia de 2 de junho do mesmo ano prescrevia o protocolo que os governadores observariam na presença do bispo, conferindo a este grande distinção:

Sou servido que [...] vos abstenhais de assistir em público, assim na Igreja Catedral do Pará, como em qualquer Igreja daquela cidade, ou diocese, pelo que quando quiseres assistir, o fareis em um lugar totalmente oculto sem distinção alguma [...] nem ainda ireis à Catedral em público em tempo algum, nem às outras Igrejas o fareis em tempo em que se celebram os ofícios divinos, ou no em que nelas estiver o bispo ou Cabido por ser assim conveniente [...].²⁴

Outras duas ordens régias de 2 de junho de 1724 reiteraram o modo como o governador do Estado – nada foi dito a respeito do capitão-mor do Pará, mas é de supor que fosse instruído do mesmo modo – deveria se reportar ao prelado. O rei D. João V dirigiu-se ao ouvidor do Pará, comunicando que

[...] o novo bispo dessa capitania, e todos os seus sucessores em toda a parte e lugar da sua diocese, em que concorrerem com os governadores ainda no caso que tenham patentes de capitães-generais, e ainda quando venha a esse Estado o vice-rei do Brasil, ou qualquer outra pessoa grande [...] ordeno que todos os sobreditos lhe tenham todo o respeito e atenção e o tratem com as devidas reverências em todo o lugar, assim na Igreja, como fora dela, e lhe dêem toda ajuda [...] assim para conciliares o respeito e obediência devida de todos à sua grande dignidade e apostólico ofício, como para a própria comodidade das suas pessoas [...].²⁵

Na verdade, as instruções régias preparavam o caminho para a entrada solene de D. Frei Bartolomeu do Pilar, ocorrida apenas em 24 de setembro de 1724.²⁶ Na mesma data das citadas ordens, o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real (o velho) escreveu ao

²⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil...*, t. 4, p. 36. Ver também *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1908, t. XXVIII, p. 402-403.

²⁵ Cf. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro...*, t. XXVIII, p. 402-403. A carta tem data de 20 de junho de 1724, mas como faz parte de um conjunto de ordens régias de 2 de junho, pode ter ocorrido erro na transcrição que deu origem ao volume impresso.

²⁶ Cf. José Pedro Paiva. “Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da igreja (séculos XVII-XVIII)”. In: István Jancsó e Íris Kantor (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 80.

governador e capitão-general João da Maia da Gama com o propósito de fornecer mais detalhes acerca das instruções. Dizia que

[...] aos eclesiásticos, e ainda seculares, a que se costuma ceder o melhor lugar, ainda nas suas próprias casas, é estilo ir-los esperar à porta da rua, e leva-los à mão direita, e deixa-los entrar primeiro pelas portas, dando-lhe a melhor cadeira, e na despedida se pratica o mesmo indo até a porta da rua [...] e isto é o que vossa mercê há de praticar com o bispo para executar exatamente como deve o que Sua Majestade ordena sobre esta matéria.²⁷

Em seguida, o secretário recomendou que as visitas do governador ao bispo e vice-versa fossem previamente informadas por seus respectivos criados. As referidas ordens foram estendidas ao governador do Rio de Janeiro por carta de 10 de setembro de 1725, na qual Corte Real informava ter enviado “cópias das ordens inclusas que Sua Majestade mandou expedir a respeito do bispo do Grão-Pará” para outros governadores.²⁸

Indicação do tipo de tratamento conferido aos prelados diocesanos apareceu também no *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, escrito no início do século XIX por Raimundo José de Sousa Gaioso, funcionário do Erário Régio degredado para aquela capitania no final do Setecentos, na qual deixou atestada a durabilidade daquelas formas de tratamento e acrescentou que os bispos também pertenciam ao “Conselho do Soberano” – uma generalização, pois nem todos os prelados alcançaram tal posição.²⁹

De acordo com alguns estudos de Íris Kantor a respeito dos cerimoniais públicos e da etiqueta entre os diferentes segmentos representativos do poder no espaço colonial, a Coroa concedeu aos bispos privilégios de precedência sobre as autoridades seculares, como o direito às deferências militares e a equiparação aos cavaleiros da Ordem de Cristo, uma vez que “nos

²⁷ Cf. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro...*, t. XXVIII, p. 403-404. A carta tem data de 2 de junho de 1742, mas pode ser de 1724 caso tenha ocorrido o mesmo equívoco mencionado na nota anterior.

²⁸ Idem, p. 402.

²⁹ Raimundo José de Sousa Gaioso. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970, p. 142-143. A 1ª edição da obra é de 1818.

distantes territórios de conquista, tornava-se estratégico garantir honras prelatícias, pois a colonização dependia em grande medida do braço eclesiástico”.³⁰

É possível ilustrar tal situação por meio de um exemplo citado pela mesma historiadora, referindo-se a Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Conforme as instruções para a administração desta última capitania, o futuro conde de Bobadela daria precedência aos eclesiásticos nas audiências públicas e acompanharia os membros da Câmara e do Cabido até à porta³¹ – assim como fora recomendado aos governadores e capitães-generais do Estado do Pará quanto à autoridade episcopal.

É necessário atentar, por outro lado, que ao considerar a etiqueta e o cerimonial nas relações entre o poder temporal e religioso em Minas, Íris Kantor sublinhou as características específicas da implantação da autoridade eclesiástica na capitania – de colonização ainda incipiente – em meados do século XVIII, considerando a proibição da instalação de ordens regulares pela Coroa.³² No Estado do Grão-Pará e Maranhão, a estrutura eclesiástica já estava um pouco mais adiantada – enquanto a diocese de Mariana foi criada em 1745, a do Maranhão datava de 1677 e a do Pará de 1719.

³⁰ Íris Kantor. “Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada”. In: István Jancsó e Íris Kantor (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 173. No âmbito da regulação das formas de tratamento conferido às autoridades eclesiásticas, a autora cita ainda o alvará de 30 de junho de 1588, a carta régia de 8 de janeiro de 1611, a lei de 29 de janeiro de 1739, a carta régia de 29 de janeiro de 1742 e a carta régia de 27 de fevereiro de 1743.

³¹ Cf. Íris Kantor. *Os Ramires de outras eras em outros espaços: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América portuguesa... Almanack Braziliense – Revista Eletrônica*. São Paulo, IEB/USP, n.º 2, 2005, p. 39.

³² Íris Kantor. “Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais...”, p. 169.

Pará

3.2 – “O mais fiel” colaborador: D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa

“O mais fiel e obrigado amigo e profundo venerador”. Era dessa forma que o prelado costumava assinar suas correspondências a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Sempre muito deferente e disposto a servir, o dominicano nasceu na freguesia de São Pedro das Aradas, comarca de Verdemilho, em Aveiro, em 1706.³³ Recebeu dos pais, José Pereira Pacheco e Maria da Encarnação e Gouveia, o nome de Miguel José Correia da Silva. A origem da família permanece envolta em incertezas, dada a ausência de informações em fontes importantes, como o registro de casamento de José Pacheco e Maria da Encarnação. No documento não há menção do nome dos pais e avós do casal, o que dificultou a localização e o conhecimento dos antepassados do prelado.³⁴

Mesmo assim, seu mais recente biógrafo conseguiu apurar que o nome Bulhões provinha da bisavó paterna de D. Frei Miguel, Helena da Veiga e Castro, da Casa de Alva, que se casou com Álvaro Egas de Bulhões, senhor do morgado de Mataduços. Foram pais de Francisco Egas de Bulhões que ao se consorciar com Francisca Pacheco Mascarenhas, gerou José Pereira Pacheco. Concluiu-se, então, que ao menos pelo lado paterno, D. Frei Miguel pertencia à pequena nobreza provincial – a Casa de Alva era da Beira Alta e seu bisavô possuía senhorios. Da origem dos nomes Correia e Silva nada se sabe ao certo. Amaro Neves cogitou que ambos vinham da parte de Maria da Encarnação e Gouveia. Ocorre que a mãe do

³³ Há controvérsias sobre o mês de nascimento de D. Frei Miguel. Para Arlindo Rubert, tal se deu em 13 de abril. Cf. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1988, v. 3, p. 364-365. Por sua vez, Alberto Gaudêncio Ramos afirma que o mesmo ocorreu em 13 de agosto. Cf. *Cronologia eclesiástica da Amazônia*. Manaus: Tipografia Fênix, 1952, p. 16. A versão é admitida por João Abel da Fonseca. D. Frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará e governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1752-1756. Separata do Congresso Internacional de História – Missionaço Portuguesa e Encontro de Culturas. Braga, 1993. *Actas*, v. II, p. 491-492. Porém, em biografia recente, Amaro Neves localizou o assento de batismo do bispo e afiança que ele nasceu em 13 de abril de 1706. Cf. *D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1706-1779)*: emérito bispo aveirense, governador do Grão-Pará e Maranhão. Aveiro: ADERAV/Junta de Freguesia de Aradas, 2006, p. 23-24.

³⁴ Cf. Amaro Neves. *Op. cit.*, p. 25.

bispo não era da diocese de Coimbra (ao contrário do marido) e o seu local de nascimento permaneceu obscuro nos registros encontrados.³⁵

Aos 16 anos (10 de outubro de 1722), Miguel José Correia da Silva ingressou no noviciado da Ordem dos Pregadores de São Domingos, no Convento de Nossa Senhora da Misericórdia em Aveiro, professando no ano seguinte (11 de outubro de 1723).³⁶ Antes de ingressar na carreira episcopal foi mestre de Filosofia e de Teologia no Convento de São Domingos, em Lisboa, e tornou-se membro da Academia Real da História Portuguesa. A instituição, dotada de privilégios, era “uma das mais importantes instâncias da afirmação do poder simbólico do rei” além de espaço ideal para a constituição de alianças.³⁷

“Era muito difícil, senão mesmo impossível, chegar a bispo sem ter boas relações”, de acordo com José Pedro Paiva. O mérito pessoal tinha peso, embora nem sempre fosse suficiente para sustentar uma indicação. De outro modo, estar conectado a indivíduos ou grupos de prestígio era importante para conseguir uma nomeação. Tais relações, por sua vez, eram sutis, não deixavam traços aparentes.³⁸ Sendo assim, a influência das redes urdidas na Academia pode ter se manifestado pela primeira vez quando D. Frei Miguel foi nomeado bispo de Malaca, em 8 de dezembro de 1745. Sagrado no ano seguinte, não chegou a assumir a diocese, sendo remanejado para a do Pará em 1748. Sua entrada solene, celebrada em 15 de fevereiro de 1749, após longa e trabalhosa viagem, foi uma das mais ricas cerimônias do gênero no século XVIII.³⁹

Mas, por que o dominicano não assumiu a diocese oriental? Para o jesuíta Miguel de Oliveira, Malaca “assim como era a chave da navegação e comércio do extremo Oriente,

³⁵ Amaro Neves. *D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1706-1779)*..., p. 25-29.

³⁶ Ibidem, p. 33-34.

³⁷ Cf. José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 520-522.

³⁸ Ibidem, p. 214-215. Ver também, do mesmo autor, “Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777)”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 49.

³⁹ Cf. José Pedro Paiva. “Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da igreja (séculos XVII-XVIII)”. In: István Jancsó e Íris Kantor (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/EDUSP/Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 80-81.

constituiu a base do apostolado missionário para essas longínquas paragens”.⁴⁰ Aos dominicanos cabia, inclusive, o mérito de dilatar a missão no extremo Oriente, alcançando as ilhas de Timor e de Solor, graças à ação apostólica de D. Frei Jorge de Santa Luzia, primeiro bispo de Malaca (1558-1577). A cidade que já desempenhava o papel de entreposto no comércio de especiarias na região, passou a ser o centro difusor da evangelização na chamada Insulíndia. Não obstante os projetos de instalação de outras Ordens, a de São Domingos permaneceu a única dedicada à cristianização em Solor e Timor, até que as missões entraram em declínio em meados do século XVIII. Deve ter sido por isso que a diocese de Malaca ficou vaga durante todo o período pombalino.⁴¹ Ou seja, logo após a recusa de D. Frei Miguel.

Por outro lado, a troca não foi mais promissora. A diocese do Pará era ainda relativamente recente – D. Frei Miguel seria seu terceiro bispo – e por algum tempo conviveria com a indefinição de limites com a vizinha diocese do Maranhão. Outra explicação para a transferência, mais articulada à trajetória do dominicano, foi dada pelo padre Serafim Leite. Para este jesuíta, o bispo obteve o favorecimento régio graças à influência do padre José Moreira, confessor do príncipe D. José (herdeiro do trono) e da rainha-mãe, D. Maria Ana d’ Áustria.⁴² Isso lhe garantia ao inaciano bom trânsito na Corte e possivelmente a participação em um dos cinco “pólos” envolvidos na escolha dos bispos, composto de pessoas (rainha, confessores, ministros) nas quais o rei confiava para se aconselhar.⁴³

Por ser influente, José Moreira apadrinhava a muitos. Certa vez, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, já no governo do Estado, dirigiu-lhe cumprimentos por estar “restituído àquela perfeita saúde” e afiançou sua proteção a alguns de seus afilhados, dentre eles o engenheiro italiano Henrique Antônio Galluzzi, que viria a servir nas demarcações do Tratado

⁴⁰ Miguel de Oliveira. *História eclesiástica de Portugal*. Lisboa: União Gráfica, 1940, p. 180-181.

⁴¹ Ibidem, p. 181. Ver Luiz Felipe Thomaz. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL, 1994, p. 592-599. Ver também José Pedro Paiva. Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino. *Penélope*. Oeiras, n.º 25, 2001, p. 43.

⁴² Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, t. VII, p. 317-318.

⁴³ Cf. José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777...*, p. 252.

de Madri.⁴⁴ Mas, para Serafim Leite, D. Frei Miguel se revelou um ingrato quando se prontificou a colaborar com Mendonça Furtado na tarefa de combater a ação da Companhia de Jesus. Tornou-se um traidor “de ingrata memória como falso amigo que se iria revelar ao sobrevir a perseguição e a destruição das missões religiosas” daquela Ordem.⁴⁵

3.2.1 – Um aliado na administração do Estado

D. José I depositava grande confiança na pessoa de D. Frei Miguel de Bulhões antes mesmo da nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o cargo de governador e capitão-general do Estado, em 1751. Nas instruções que este recebeu em 31 de maio daquele ano, o rei deixou claro que o bispo seria um precioso aliado no combate ao “excessivo poder que têm nesse Estado os eclesiásticos”. Poderia auxiliar na apuração da “verdade [...] a respeito do mesmo poder excessivo e grandes cabedais dos regulares”. E seus conselhos poderiam também ser de grande ajuda para decidir “se será mais conveniente ficarem os eclesiásticos somente com o domínio espiritual, dando-se-lhes cômguas por conta da minha Real Fazenda”. Por tudo isso, o monarca recomendava que o novo governador procurasse os conselhos do bispo e se instrísse “com a verdade que dele confio, por ter boa opinião da sua prudência e lealdade e pela prática que já tem do país”.⁴⁶

A trajetória e a ação administrativa de D. Frei Miguel são exemplos de como os bispos eram importantes instrumentos a serviço da monarquia nos territórios ultramarinos, o que ficou evidente nas duas ocasiões em que o dominicano ocupou interinamente o lugar de Mendonça Furtado. Além disso, o dominicano fora agraciado com a mercê do título de

⁴⁴ Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1, p. 431. Carta de 12 de novembro de 1753.

⁴⁵ Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil...*, t. VII, p. 317-318.

⁴⁶ Cf. o parágrafo 14 das “Instruções régias públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”. In: Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *Op. cit.*, t. 1, p. 30.

conselheiro de Sua Majestade meses antes da sagração como bispo de Malaca, podendo assim emitir pareceres que eventualmente subsidiassem decisões régias.⁴⁷ De outro modo, no âmbito local, estava apto a contribuir com as deliberações do governador e capitão-general do Estado.

O próprio Mendonça Furtado afiançou ao irmão que, na sua ausência, o bispo era a pessoa mais adequada para assumir os encargos da administração temporal. Sabendo que seria designado comissário das demarcações, embora ainda não tivesse recebido a nomeação oficial, declarou que

[...] no caso de minha ausência, fosse Sua Majestade servido mandar uma carta ao bispo para que ficasse nesta cidade governando e fazendo expedir todos os socorros que fossem necessários para fornecimento das tropas que devem andar no sertão; porque, além de que nele concorrem todas as circunstâncias acima referidas, está com um conhecimento pleno da forma por que eu tenho intentado esta providência [...] assim como do país como da possibilidade dos seus habitantes em circunstâncias todas preciosas para quem deve governar em semelhante ocasião [...].⁴⁸

Meses antes de assumir efetivamente o governo interino, D. Frei Miguel escreveu uma carta a Sebastião José de Carvalho e Melo mostrando-se afinado com o discurso metropolitano, especialmente acerca dos entraves à recuperação do Estado, e expondo ao mesmo tempo seus temores:

Não receio o trabalho, nem o incômodo. Não me causa pavor governar uns homens desobedientes, obstinados e rústicos. Tenho algum conhecimento dos interesses do Estado [...], mas evidentemente conheço que nada será bastante para adiantar o Real Serviço, porque todas as providências conducentes ao bem comum tem aqui por obstáculo invencível as conveniências dos missionários.⁴⁹

Segundo D. Frei Miguel, os missionários faziam justamente o contrário das determinações de Mendonça Furtado, concentrando o trabalho indígena nas aldeias e

⁴⁷ IANTT. Chancelaria de D. João V. Livro 112, fl. 145v. Ver também José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império...*, p. 185 e 191-192.

⁴⁸ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 312-313. Carta de 20 de novembro de 1752.

⁴⁹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 231-234v. Carta de 8 de março de 1754.

prejudicando os planos de desenvolvimento da região. Tratava-se, na verdade, de práticas arraigadas e que motivaram vários conflitos com autoridades e colonos ao longo da história do Estado do Grão-Pará e Maranhão, “persistindo sempre [os regulares] da mesma sorte na extração das drogas do sertão e na continuação dos seus comércios, de que evidentemente se segue que os índios fogem do serviço de El Rei para o dos missionários”.⁵⁰

De forma velada, o bispo se referia aos jesuítas. A extração das drogas do sertão era uma das atividades realizadas pelos inacianos que mais incômodos causava às autoridades coloniais. Nela os missionários empregavam grande quantidade de trabalhadores indígenas que, conhecedores da região, se embrenhavam na matas para colher o cacau silvestre, a salsaparrilha, o cravo, as raízes de baunilha, para citar apenas alguns produtos naturais da terra.⁵¹

Em relação aos obstáculos colocados pelos jesuítas ao emprego dos índios no Real Serviço, D. Frei Miguel narrou um episódio ocorrido na aldeia de Caabu, no Pará, cujo diretor não queria ceder os nativos necessários para acompanhar a comitiva de Mendonça ao Rio Negro para as demarcações do Tratado de Madri, além de não fornecerem os 15 precisos para as obras da Sé. Passado certo tempo, o diretor da aldeia procurou o bispo para oferecer os trabalhadores destinados à reforma da igreja desde que o prelado livrasse os demais aldeados da tarefa de acompanhar a expedição.

Tal atitude acabou reforçando a idéia de que os missionários não só resistiam ao cumprimento das determinações governamentais, mas instigavam os índios a fugir de tais

⁵⁰ Para uma análise de conjunto dos conflitos entre missionários e colonos em torno da utilização do trabalho indígena, a obra de João Lúcio de Azevedo ainda é uma referência das mais importantes. Cf. João Lúcio de Azevedo. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Edição fac-similar de 1901. Belém: SECULT, 1999.

⁵¹ A extração e o comércio das drogas do sertão era uma das atividades dos jesuítas mais antipatizadas pelas autoridades coloniais. Explorando o trabalho dos índios aldeados em suas missões, os religiosos estocavam a produção nos armazéns de seus colégios. Isentos do pagamento de impostos e de taxas alfandegárias, os produtos eram vendidos em uma feira do Pará a capitães de embarcações e comissários portugueses, enquanto apenas uma pequena parte era enviada à metrópole debaixo do selo da Companhia de Jesus, o que encobria o real montante auferido no comércio das mesmas drogas. Cf. Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 58. Ver também Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil* e o livro de Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

obrigações. Em dissimulada resposta, D. Frei Miguel disse ao diretor da aldeia de Caabu que “não faziam conta os índios das aldeias da Companhia, porque todos costumavam fugir pelas más práticas que lhe[s] tinham dado”, embora reconhecesse que passados cinco meses do início das obras, nenhum havia fugido.⁵²

Não é preciso muito esforço para entender que a intenção do bispo do Pará ao narrar esse fato era a de atacar os jesuítas, usando o episódio para protestar o zelo extremado pelo Real Serviço. Esclarecido o “horroroso” motivo pelo qual temia assumir o governo interino do Estado, o dominicano assegurou a Sebastião José de Carvalho e Melo e ao secretário da Marinha, Diogo de Mendonça Corte Real:

Se os regulares me não derem aqueles índios suficientes para o serviço de Sua Majestade, como não posso ter coação a respeito deles, e sem dúvida alguma o serviço de El Rei se há de fazer, não terei mais remédio que ir eu mesmo com todos os meus familiares suprir a falta dos índios.⁵³

O discurso era uma prévia da postura que o prelado assumiria anos mais tarde quando da publicação do *Diretório*. Antes disso, cogitou a liberdade dos índios, sobre a qual manifestou posição ao capitão-general, em 8 de março de 1754:

Melhor que S.Ex^a. chegando ao Rio Negro fizesse descer do mato todos aqueles índios, que lhe fosse possível para fazer repartir com todo este povo à proporção da necessidade de cada um, [...] e que apenas se executasse esta repartição se publicasse imediatamente a Lei. Como a publicação dela precisamente há de ser penetrante ferida para estes moradores, seria justo que primeiro experimentassem a suavidade do remédio, do que sentissem a crueldade do golpe.⁵⁴

Referia-se aos planos metropolitanos que resultaram nas leis de liberdade dos índios consubstanciadas no *Diretório*. E para que os nativos fossem verdadeiramente “úteis ao serviço d’ El Rei, a si e aos povos” era preciso “tirar toda a confusão e embaraço que há nas consciências destes moradores, por conta das escravidões”, publicando-se a “lei da liberdade,

⁵² IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 231-234v.

⁵³ Idem.

⁵⁴ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 231-234v.

a qual certamente virá a ser o mais forte atrativo para os mesmos índios buscarem a nossa comunicação, vendo que se utilizam entre nós do seu trabalho, sem ficarem sujeitos ao duro jugo do cativoiro”.⁵⁵

Se, por um lado, D. Frei Miguel não antevia qualquer reação grave da parte dos colonos, por outro, seu pensamento se aproximava do discurso oficial ao manifestar a crença que o fim do cativoiro tornaria os índios mais afeitos ao convívio com os brancos – por isso, incentivou os descimentos que retirariam os índios da “gentilidade” e facilitariam a sua instrução na fé católica, abrindo caminho para que se transformassem em cidadãos.⁵⁶

Usando de suas prerrogativas eclesiásticas para se dirigir aos fiéis, D. Frei Miguel colocou-se na condição de instrumento a favor dos planos da Coroa. Como promotores da obediência dos súditos, os bispos não agiam apenas no sentido de obrigá-los a pagar os dízimos “sob pena de excomunhão maior”, mas também a respeitar o direito natural dos índios à liberdade.⁵⁷

Dias depois da publicação do *Diretório*, em 29 de maio, o prelado emitiu uma carta pastoral fundamentada na Bula de Bento XIV, de 20 de dezembro de 1741, que exortava a liberdade do gentio da escravidão. Na pastoral, D. Frei Miguel expôs aos fiéis as

[...] impiedades e injustiças com que eram tratados os índios pelos habitantes das Índias ocidentais e meridionais, os quais esquecidos das próprias leis de humanidade, não só maltratavam os ditos índios com atrozes injúrias, mas

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Cf. Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 38.

⁵⁷ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Carta pastoral de D. Frei Miguel de Bulhões, de 20 de março de 1754, conclamando a população a pagar os dízimos sobre todos os frutos, hortaliças, gados, aves, peixes, tartarugas e produtos da terra, como queijos e manteigas. Sobre o papel dos bispos como promotores da obediência dos súditos, ver José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império...*, p. 172. A partir da análise de pastorais de bispos do Rio de Janeiro, de Mariana e de São Paulo, do século XVIII, Fernando Torres-Londoño concluiu que um dos papéis desempenhados pelos prelados em suas dioceses foi o de “estabelecer a censura religiosa e moral para o respeito da ordem colonial”. Exemplos dessa união entre as demandas da colonização e a autoridade legitimadora dos bispos foram encontrados nas pastorais de D. Frei Manuel da Cruz – bispo de Mariana (1745-1764) depois de passar pelo Maranhão (1738-1745) –, nas quais condenava o descaminho do ouro comparando-o a um pecado mortal, e de D. Frei Antônio do Desterro – bispo do Rio de Janeiro (1745-1773) –, que exortou os fiéis ao pagamento dos dízimos, assim como o fez D. Frei Miguel. Cf. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.º 36, 2002, p. 177-178.

até lhes chegavam a tirar a liberdade [...] de que se tinha seguido o lastimoso efeito de abominarem os mesmos índios a conversão para nossa santa fé.⁵⁸

Quatro dias depois da emissão da carta pastoral, o prelado comentou com Sebastião José de Carvalho e Melo a importância da publicação do *Diretório* e do fim do governo temporal dos jesuítas sobre os índios, objetivos alcançados “porque só dando neste caso as mãos a jurisdição real e a episcopal se poderiam abater de todo as forças destes poderosos inimigos”.⁵⁹ Corroborava, portanto, o princípio da união entre o poder temporal.

Os juízos mais recentes sobre a postura de D. Frei Miguel em relação aos jesuítas recusam a imagem do perseguidor da Ordem. João Abel da Fonseca, por exemplo, não considerou a ação do prelado “especialmente dura”, tendo se limitado “tão só a cumprir as diretrizes emanadas de Lisboa, aplicando, por igual, as leis face às diferentes congregações”. Recentemente, Amaro Neves também recusou a pecha de perseguidor dos jesuítas.⁶⁰

Ainda que o dominicano agisse com equidade na aplicação das diretrizes metropolitanas, o manto do anti-jesuitismo encobriu a sua atuação em relação às outras ordens regulares. Contudo, é mais oportuno considerar que D. Frei Miguel tinha clara noção de que a postura anti-jesuítica era a garantia da sobrevivência no Real Serviço e das recompensas.

3.2.2 – O bispo governador e as demandas da colonização

Na qualidade de 1º comissário para a demarcação do Tratado de Madri, Francisco Xavier de Mendonça Furtado partiu de Belém em 2 de outubro de 1754 em direção ao arraial de Mariuá (ver 2.1.3). D. Frei Miguel assumiu, então, o lugar de governador interino do

⁵⁸ Fundação Biblioteca Nacional (doravante FBN). Divisão de Manuscritos. I - 46, 17, 6.

⁵⁹ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Carta de 2 de junho de 1757.

⁶⁰ João Abel da Fonseca. D. Frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará e governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1752-1756. Separata do Congresso Internacional de História – Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas. Braga, 1993. *Actas*, v. II, p. 494. A interpretação é secundada por Amaro Neves, cuja biografia enaltece as ações de D. Frei Miguel. *D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1706-1779)*: emérito bispo aveirense, governador do Grão-Pará e Maranhão. Aveiro: ADERAV/Junta de Freguesia de Aradas, 2006, p. 76-77.

Estado com jurisdição sobre o Maranhão e a ainda não constituída capitania do Piauí. Amparava-se na confiança do rei, que ordenou a Sebastião José de Carvalho e Melo o repasse ao bispo de todas as ordens expedidas a Mendonça Furtado “sobre os negócios mais importantes e delicados” do Estado.⁶¹

Os primeiros esforços de D. Frei Miguel foram direcionados para socorrer a expedição que se instalara no Rio Negro à espera dos espanhóis. Mas os sérios problemas que já afetavam o abastecimento do Pará e do Maranhão agravaram-se ante as demandas da comissão de limites (ver 2.6.1). A dificuldade tornou-se crônica com o passar dos meses. O envio de provisões para Mariuá mostrava-se insuficiente e não havia perspectivas de solução mesmo com a cooperação do governador do Maranhão.

Posto que enaltecesse o “excessivo desvelo com que [Mendonça Furtado] tem cuidado na plantação das roças”, ainda assim o bispo viu-se atônito diante da escassez de farinha para sustentar a população local e remeter ao arraial. Foi necessário proceder à derrama em várias aldeias, “com a qual os regulares se conformaram”, a fim de socorrer o governador distante. Por sua vez, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa não pode acudir o bispo com remessas de farinha, pois a produção do Maranhão também andava escassa.⁶²

Na correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado são poucos os registros da atuação de D. Frei Miguel como governador interino. Porém, são suficientes para mostrar que foi um colaborador interessado nos planos da Coroa, não se restringindo aos lamentos por problemas da rotina administrativa. Idealizou, por exemplo, formas de promover a organização e o povoamento das vilas fundadas no lugar de antigas aldeias missionárias. Em relação a Borba e Javari, no Rio Negro, consultou o governador ausente sobre a publicação de um bando em Belém convocando famílias que se dispusessem a povoar as duas vilas, para

⁶¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 273-274v

⁶² Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 900-902. O bispo reiterou a situação em outra carta, de 31 de janeiro, na qual se mostra esperançoso de que a colheita seguinte permitiria as remessas de farinha para Mariuá, sem que fosse necessário pedir auxílio ao governador do Maranhão (p. 906-907).

onde seriam transportadas à custa da Real Fazenda, tudo isso “sem usar dos meios da violência”.⁶³

No caso de o bando não surtir o efeito desejado, os soldados casados deveriam ser enviados como povoadores, inclusive, aqueles unidos a prostitutas. Neste aspecto em particular o bispo divergia da opinião de Mendonça Furtado:

Suposto que V.Ex.^a excetua os casados com mulheres prostituídas, eu nesta parte sou de diverso parecer convencido, não só do exemplo, que agora praticou Sua Majestade, querendo povoar as terras de Moçambique, mas porque semelhantes mulheres são a peste de uma cidade, e em terras onde há menos gente precisamente hão de proceder com menos escândalo.⁶⁴

Dessa forma, a tolerância à união dos soldados com prostitutas cumpria uma dupla função: povoar as terras da recém-fundada capitania do Rio Negro, de acordo com os planos portugueses de não mais deixar a ocupação da região a cargo das missões religiosas, e moralizar a cidade de Belém, livrando-a dos “escândalos públicos”. E continuou o bispo: “[...] no caso que continuem a proceder mal, prontamente se lhes acode com o remédio, sendo certo, que em terras pequenas os procedimentos bons ou maus se fazem logo públicos”.⁶⁵

A repercussão da eventual reincidência de maus comportamentos não era a principal preocupação do bispo governador. Interessava-lhe patentear a Mendonça Furtado que a aceitação desses casais como povoadores de Borba e de Javari era, em sua avaliação,

[...] o único modo com que podemos com maior facilidade reformar esta terra e estabelecer estas duas povoações. Estimarei muito, que V.Ex.^a se conforme com este meu parecer, porque, chegando-me a resolução de

⁶³ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 904-906. Carta de 31 de janeiro de 1756.

⁶⁴ Idem. Os militares desempenharam papel importante não apenas como contingente para a defesa das fronteiras amazônicas, mas também como povoadores, na segunda metade do século XVIII. O casamento com índias acabou sendo uma alternativa de vida para os soldados. Com isso, prestavam serviços importantes à Coroa na condução dos nativos à “civilização”, constituindo famílias cristãs nos moldes desejados pelos colonizadores e no povoamento dos vastos territórios. O alvará de 4 de abril de 1755 livrava os vassallos brancos que se casassem com índias de qualquer infâmia e os colocava em condições de receber a atenção régia, assim como seus filhos e descendentes. Cf. Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassallos...*, p. 39 e p. 104-105.

⁶⁵ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *Op. cit.*, t. 3, p. 905.

V.Ex.^a, mando logo tirar uma lista de todas as mulheres mal procedidas e obrigando no modo que me é permitido a que se casem as solteiras e as viúvas, as remeterei à V.Ex.^a [...]. Certifico a V.Ex.^a que a execução desta idéia há de ser a missão mais eficaz que se pode imaginar para a reforma das vidas.⁶⁶

Mas, se o bispo acreditava inicialmente que não seria necessário aplicar meios violentos para conseguir que famílias fossem povoar as vilas de Borba e de Javari, não se pode dizer o mesmo quanto aos casamentos. A concretização do modelo familiar cristão capaz de promover a paz e o “sossego dos povos”, em benefício do projeto colonizador, não se mostrou um objetivo dos mais fáceis de alcançar. A gente das conquistas do Norte, como de outras regiões, nem sempre seguia à risca os padrões estabelecidos pela Igreja por motivos que não cabe detalhar: “[...] aos mesmos amancebados persuadirei que se casem com as mancebas, e no caso de não quererem casar, com efeito, a uns e outros remeterei presos para essas novas povoações, nas quais sem dúvida tomarão logo a resolução de se casarem”.⁶⁷

O governador interino enfrentou também as constantes fugas de índios, que punham em risco a eficácia das leis de liberdade. Acreditando que os missionários eram os mais interessados em acobertar e até incentivar as deserções, informou a Mendonça Furtado ter mandado chamar o “prelado da Companhia, ao da província da Conceição e ao da província da Piedade”, logo após a primeira fuga. Seu objetivo era alertar os religiosos para o cumprimento das ordens régias e mostrar que tais acontecimentos não decorriam do fato de os índios “serem mal praticados, mas pela péssima educação que tiveram e pelo abominável costume que a aprovação expressa ou tácita dos missionários lhes fizeram adquirir”.⁶⁸

Além dos regulares, moradores também cooperavam para as fugas, atraindo os índios para fins particulares. Nem mesmo as autoridades foram poupadas da perda de serviçais. Em Belém e na ribeira do Moju, os arrematantes do contrato para extração do cravo chegaram ao

⁶⁶ Ibidem, t. 3, p. 905-906.

⁶⁷ Ibidem, t. 3, p. 906.

⁶⁸ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 903.

extremo de tirar “alguns [índios] das canoas em que iam para Macapá o desembargador ouvidor-geral e o sargento-mor engenheiro”. Os do serviço pessoal do bispo também não escaparam de ser desviados e, segundo o próprio, “não houve aldeia nestas vizinhanças da cidade ou obra pública aonde não chegassem as práticas desses homens”.⁶⁹

Sabendo do grave risco que corriam os planos da Coroa e sua reputação, haja vista a confiança que lhe fora depositada como governador interino, D. Frei Miguel prometeu agir com energia para coibir a ação nociva dos religiosos e dos colonos:

Este escandaloso e público desaforo me tem feito tomar a resolução de enviar depois da Páscoa para a primeira cachoeira do rio Moju uma escolta e castigar de uma vez com a mais exemplar severidade esta insolência, igualmente oposta ao decoro do real serviço e ao sossego público desta capitania [...] porque se eu dissimular neste ano tão prejudiciais insultos, para o ano que vem não ficará um só índio no serviço de El Rei, no dos moradores e nas aldeias que se não pratique ainda com maior escândalo e publicidade.⁷⁰

Nas investigações ordenadas pelo bispo foram descobertos alguns moradores envolvidos na promoção, cobertura de fugas e na retirada indevida de índios dos aldeamentos. Em todos os casos foi implicado certo Desidério de Sarges “que tinha dado para o contrato do cravo a maior parte dos índios”. Em outra ocasião, quando o ouvidor-geral Pascoal de Abranches Madeira Fernandes seguia para Macapá a fim de averiguar notícias de que Pedro Furtado mantinha em seu sítio alguns nativos da aldeia de Santana, e solicitou a companhia do índio Mateus, o dito Desidério mandou que o mesmo se escondesse. Notando a falta do nativo somente após o embarque, o magistrado encaminhou uma queixa ao bispo. Este descobriu a “velhacaria” por meio da confissão do próprio índio Mateus, prendendo Desidério de Sarges por nove dias.⁷¹

Mas burlar as autoridades coloniais não foi trabalho de um homem só. Havia no Pará vários indivíduos especializados em manipular os descimentos dos índios. Alguns se tornaram

⁶⁹ Ibidem, t. 3, p. 903.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 903-904.

bem conhecidos, como os irmãos Francisco, Nicolau e Domingos Portilho de Melo, sendo o primeiro o mais perigoso dos três. Esses e outros indivíduos eram responsáveis por uma espécie de tráfico ilegal de índios para moradores e missionários.

Práticos nos descimentos costumavam ludibriar as autoridades no momento da contagem dos nativos, desafiando até mesmo as tropas enviadas para a sua captura. Circulavam tanto por Belém quanto pelas densas matas do Rio Negro, escapando com facilidade nessas áreas onde o poder dos representantes da Coroa era rareava. Contavam, inclusive, com a proteção de chefes indígenas e de missionários, sendo que estes algumas vezes tiveram suas aldeias atacadas pelos traficantes com o propósito de obter mão-de-obra.⁷²

Tais indivíduos agiam com o apoio de alguns grupos da sociedade local – muitas vezes estabeleciam relações matrimoniais no interior de comunidades indígenas aliadas – e possuíam verdadeiros exércitos que desafiavam o poder das tropas oficiais. Francisco Portilho de Melo, por exemplo, comandava mais de 700 homens oriundos de seis aldeias de grande porte. Suas ações criminosas eram bem conhecidas na região, onde parecia viver acima da lei e da ordem. Mesmo assim, foi cooptado mais de uma vez por diferentes administradores coloniais interessados em tirar proveito de suas experiências no mato e no trato com os índios. João de Abreu Castelo Branco, governador e capitão-general do Estado de 1737 a 1747, ofereceu-lhe o cargo de capitão da Fortaleza de Macapá, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado nomeou-o governador da aldeia de Santana, próxima daquela fortificação.⁷³

Em um ensaio sobre o processo de ocupação das terras do Cabo do Norte, seus mecanismos e dificuldades diversas enfrentadas pelo governo do Estado, Nírvia Ravena avaliou que Mendonça Furtado “burlou” as recomendações metropolitanas e incumbiu

⁷² Cf. Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos...*, p. 106-114.

⁷³ Ibidem, p. 111-112. A prosperidade da aldeia de Santana poderia ser útil à vizinha Macapá. Tempos depois do episódio com Portilho, ao defender o estabelecimento de uma manufatura para a confecção de fardamentos de algodão para a tropa, em São José de Macapá, o bispo do Pará disse que a mesma poderia servir-se das índias de Santana como fiadeiras. BNL. PBA 628, fl. 321. Carta de D. Frei Miguel de Bulhões a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 11 de fevereiro de 1756. Transcrita em João Abel da Fonseca. D. Frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará e governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão..., p. 508-509.

Francisco Portilho de organizar um aldeamento, o de Santana, no rio Matapi. O capitão-general teria percebido na cooptação uma possibilidade de obter os índios necessários à ereção da vila de Macapá sem precisar requisitá-los aos missionários. Com isso, Portilho tornou-se uma espécie de “protótipo do que viria a ser o diretor das vilas do *Diretório*”.⁷⁴

A estratégia não pôs fim às atividades de Portilho, que continuou vivendo ao arrepio da lei saqueando aldeias. Por isso, teve sua prisão ordenada por D. Frei Miguel, informado de que o fugitivo residia em um igarapé “atrás da aldeia que foi dos Bocas”. Em seu encalço partiu o capitão José Antônio Salgado apostando no fato de que Francisco Portilho vivia sem receio e seria facilmente apanhado, enviado para a Fortaleza da Barra, em Belém, e depois para Portugal. Não sem antes entregar uma relação dos índios em seu poder, retirados da aldeia de Santana com a ajuda dos irmãos.⁷⁵

* * *

D. Frei Miguel não pretendia simplesmente cuidar do governo enquanto o titular estava ausente, cumprindo ordens sobre assuntos diversos ou ultimando preparativos para manter a expedição demarcatória nos sertões do Rio Negro. Ao contrário, quis imprimir sua marca pessoal na administração do Estado por meio de planos para o seu desenvolvimento material, com o escrúpulo de não negligenciar as diretrizes metropolitanas nem desconsiderar a posição ocupada por Mendonça Furtado. O prelado reconhecia a “prudência, zelo e

⁷⁴ Nírvia Ravena. “‘Maus vizinhos e boas terras’: idéias e experiências no povoamento do Cabo Norte - século XVIII”. In: Flávio dos Santos Gomes (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira, séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 77-84. Na verdade, as atitudes aparentemente contraditórias de Mendonça Furtado consistiam em ardil utilizado por outros administradores coloniais. Ao analisar a ação administrativa de Rodrigo César de Meneses em São Paulo, nos anos 1720, Laura de Mello e Souza chamou a atenção para o expediente do governador que, encarregado de empreender uma arriscadíssima viagem às minas do Cuiabá, convocou os irmãos Lourenço e João Leme para obter informações. Conhecidos “potentados” locais responsáveis por vários desmandos, sua experiência naquelas minas era importante para a empreitada de Rodrigo César, mas os irmãos só foram aliviados do jugo da lei enquanto o governador os considerou úteis ao Real Serviço. Assim se entende porque Mendonça Furtado se aproveitou da experiência de Francisco Portilho com os índios. Além dos interesses de Portugal, em ambos os casos a afirmação da autoridade dos representantes do rei nos domínios americanos estava em jogo. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 101-102.

⁷⁵ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 3, p. 908.

suavidade” que pautavam as decisões do capitão-general, mas afiançava que as providências tomadas pelo mesmo em prol do aumento do Estado ainda não haviam produzido os efeitos desejados. Por isso, apresentou “secretíssimamente” a Sebastião José de Carvalho e Melo algumas propostas.⁷⁶

O primeiro projeto era a abertura das comunicações entre Belém e as minas da Natividade e de São Félix, em Goiás, pelo rio Tocantins:

Só digo a V.Ex.^a que estas minas, assim pela sua importância, como pela facilidade da jornada hão de ser ainda mais úteis que as do Mato Grosso. Elas receberão considerável projeção na comunidade, com que podem ser fornecidas de pretos, víveres e todas as mais fazendas de que necessitam, e esta cidade experimentará um grande aumento no comércio pela saída de gêneros e conseqüentemente os cofres reais pelo avanço dos direitos. Enfim, confesso a V.Ex.^a sinceramente que [se] dignando Sua Majestade felicitar-nos com esta providência, abrindo o caminho e principiando os mineiros a viajar por ele sem embaraço em brevíssimo tempo será esta cidade tão populosa, e opulenta como a do Rio de Janeiro.

Para viabilizar o intento de estabelecer uma rota de comércio entre Belém e Goiás, o governador interino sugeriu a instalação de um registro na cachoeira da Itaboca, além de um destacamento de soldados para dar segurança aos viajantes. Entusiasmado e crente no sucesso do empreendimento, estava disposto a demonstrar as vantagens do projeto. Depois que o registro e o destacamento fossem instalados, pretendia “ir pessoalmente fazer este estabelecimento e tomar sobre mim todo e qualquer prejuízo que dele resultar”.

Os planos de desenvolvimento de D. Frei Miguel incluíam a promoção dos descimentos e a repartição dos índios (livres) entre moradores a fim de que estes não sentissem de uma só vez a privação do braço nativo. Enquanto se servissem dele a produção não ficaria comprometida, garantindo-se o abastecimento da capitania e os meios para a aquisição do escravo africano.

⁷⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 4, cx. 38, doc. 3561. Ofício de 2 de agosto de 1755. Essa referência abrange todas as citações aos projetos apresentados por D. Frei Miguel de Bulhões nos parágrafos seguintes.

As propostas tocavam na essência da política metropolitana para o desenvolvimento das conquistas do Norte. Antes de discorrer sobre o que pretendia, D. Frei Miguel fez questão de assentar seus argumentos na premissa de que a partir do reinado de D. José I, o Pará e o Maranhão passaram a ser “objeto especial” das atenções de Portugal e para tal “tem concorrido muito a proteção” de Sebastião José de Carvalho e Melo. Além da atenção privilegiada que o Estado do Grão-Pará e Maranhão passou a receber, em diferentes momentos buscou-se dotar a sua capital, Belém, de um porto tão ou mais respeitável que os de Salvador e do Rio de Janeiro. A cidade já se comunicava com Mato Grosso pelo rio Madeira, mas o governador interino acreditava que o caminho para as minas de Goiás funcionaria como rota alternativa, caso os castelhanos invadissem aquela capitania e embaraçassem as comunicações com o Pará.⁷⁷

No início da sua gestão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, juntamente com o governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura (1751-1764), tanto insistiram na permissão da navegação entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade que a Coroa acabou sancionando uma prática vigente a despeito das proibições legais. Porém, instruções efetivas para a organização da atividade comercial envolvendo Belém, Vila Bela e Rio Negro, sem falar em domínios espanhóis, só foram expedidas no tempo de João Pereira Caldas (ver 2.8.2).

Também o sucessor de D. Frei Miguel, D. Frei João de São José e Queirós, elaborou um plano que acreditava ser capaz de alçar Belém ao patamar das cidades mais opulentas da América portuguesa. Fosse por Mato Grosso ou por Goiás, a intenção era conferir à capital do Estado uma posição privilegiada no abastecimento e no escoamento de riquezas para o mercado interno e para fora da América portuguesa.

A inspiração de D. Frei Miguel deve ter vindo da precária situação do Pará nos idos de 1755. Promovendo a “paz, o sossego e a prudência”, preceitos recomendados pelo secretário da Marinha Diogo de Mendonça Corte Real, procurava animar os colonos à “cultura das terras

⁷⁷ Idem.

para a continuação do comércio”, reafirmando o princípio mercantilista da colonização portuguesa. Mas o Estado vivia assolado por intempéries. O Pará sofria com crises de abastecimento e de fome. Na capitania do Maranhão, tudo era “infelicidade e pobreza” graças aos mais de dois anos de atraso nos pagamentos dos oficiais régios e aos constantes roubos à Real Fazenda.⁷⁸

O bispo creditava as calamidades a “algum pecado gravíssimo, com que os seus habitantes (sic) provocaram a divina vingança”. Ressaltava, contudo, as qualidades e o zelo do governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa.⁷⁹ Em outra ocasião, louvando a escolha do novo bispo do Maranhão, D. Frei Antônio de São José, cujas “boas notícias da sua literatura o tem recomendado”, acreditava que este poderia contribuir para a recuperação da capitania, dando-se as mãos o governo temporal e o religioso, pois o brigadeiro Gonçalo, “pela repetição dos seus achaques e alguns ameaços (sic) de estupor, se acha[va] quase incapaz de exercer” o governo.⁸⁰

Diante do quadro caótico, não é de admirar que D. Frei Miguel insistisse na implantação do projeto de ligar o Pará às minas da Natividade e de São Félix. Em 12 de junho de 1761, já na diocese de Leiria, escreveu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado afirmando ter encontrado os meios mais fáceis para ultimar aquela “importante matéria”. A questão principal não era mais o estabelecimento de um registro na cachoeira da Itaboca ou de um destacamento militar, mas afugentar o gentio Acoroá – problema detectado por João Pereira Caldas no Piauí (ver 2.8.1) – para os matos por meio do estabelecimento de povoações às margens do rio Tocantins e aldear os “índios mansos”. Tais medidas se desdobrariam no aumento das conversões, no progresso da ocupação do território e na segurança dos viajantes

⁷⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 5, cx. 39, doc. 3636. Ofício de 27 de agosto de 1755. Ver também CD 5, cx. 39, doc. 3635. Ofício de 25 de agosto de 1755.

⁷⁹ Idem. CD 4, cx. 38, doc. 3561 e doc. 3565. Ofícios de 2 de agosto de 1755.

⁸⁰ Idem. CD 5, cx. 39, doc. 3636. Ofício de 27 de agosto de 1755.

que encontrariam nos núcleos populacionais as “comodidades necessárias para o seu transporte”.⁸¹

As resistências à liberdade dos índios, ao seu emprego conforme a legislação do Reino e as vicissitudes enfrentadas na promoção do adiantamento das conquistas do Norte – a exemplo também da oposição ao projeto de criação de uma companhia monopolista de comércio – perpassaram toda a rotina administrativa. Mas, em dado momento, essas questões foram pontuadas em um episódio que desafiou a autoridade do bispo governador por se tratar de suposta ameaça à soberania lusa.

3.2.3 – A *Sedição do Engenho do Itapecuru*

Na quaresma de 1755, antes da aprovação e da publicação das leis de criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de liberdade dos índios, alguns moradores de Belém demonstraram seu descontentamento com tais medidas, apresentadas pelas autoridades coloniais como a sua “salvação” e o “remédio” para evitar a ruína do Estado.⁸² Para D. Frei Miguel de Bulhões, não fosse o temor das armas portuguesas, e os colonos descontentes com o fim iminente da escravidão indígena teriam rompido em “uma sublevação manifesta, como por esta mesma causa praticaram no Maranhão no ano de 1685”. Referia-se explicitamente à Revolta de Beckman (1684-1685).

O bispo acreditava que diante da força dos dois Regimentos que guarneciam a cidade, os moradores preferiram urdir uma “conspiração particular e oculta”. A notícia foi transmitida

⁸¹ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 6, cx. 49, doc. 4494. Ofício de 12 de junho de 1761.

⁸² Para esta abordagem ver os seguintes trabalhos clássicos: Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 2v. Antônio Carreira. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1983. p. 35. João Lúcio de Azevedo. *Estudos de história paraense*. Pará: Tipografia de Tavares Cardoso & cia, 1893, p. 69. Documentos sobre a viabilidade da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, do ponto de vista das autoridades coloniais, podem ser encontrados em Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 1 e 2.

ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real como mais uma manifestação das “erradas imaginações destes homens”, que os faziam romper “em escandalosos desatinos” toda vez que se pretendia “introduzir neste Estado a liberdade dos mesmos índios”.⁸³

As revoltas coloniais têm sido tema de estudos renovados que analisam o modo como as determinações metropolitanas foram encaradas pelos súditos de além-mar, os meios empregados pelas autoridades para conter as alterações e sua importância para a constituição do que Luciano Figueiredo denominou “identidades políticas coloniais”.⁸⁴ Porém, mais voltados para outras partes da América portuguesa, como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, os estudos atuais deixaram de lado as manifestações de irredentismo no Norte – à exceção da mencionada Revolta de Beckman.⁸⁵ Abordada sucintamente em trabalhos clássicos, por vezes como um movimento nativista, a sedição de 1755 carecia de revisão historiográfica.⁸⁶ O começo pode ser a atribuição de um nome que identifique o episódio, tratado daqui em diante por *Sedição do Engenho do Itapecuru*.

Retomar a análise desse projeto de sedição possibilitou avaliar a reação dos súditos paraenses às medidas implementadas pela Coroa na região, representadas na criação de uma companhia monopolista de comércio atrelada ao fim do cativo indígena e seus efeitos, como a perda de liberdade comercial dos negociantes locais, o fim da tutela temporal dos

⁸³ Arquivo Histórico do Itamaraty (doravante AHI). Doc. 15 – Ofício do bispo do Pará ao senhor Diogo de Mendonça Corte Real, de 18 de agosto de 1755, sobre a origem das desordens no Estado do Pará. Documentação Rio Branco. Série Portuguesa.

⁸⁴ Luciano Figueiredo. *Rebeliões no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 74. Ver também, do mesmo autor, “O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”. In: Júnia Ferreira Furtado (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001, p. 240-242.

⁸⁵ Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. “Inquietações no norte”. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. 1, v. 2, 2003, p. 423-437.

⁸⁶ Arthur Cezar Ferreira Reis tratou da sedição em Belém na obra *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 137-141. Neste livro, Reis considerou o episódio uma manifestação de “sentimentos nacionalistas ou anti-lusitanos” (p. 138), o que não é mais aceito pela historiografia recente. Ciro Flamarion Cardoso mencionou o evento em *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 109-110. Em alentado estudo sobre a política indigenista no período pombalino, Ângela Domingues tangenciou a conspiração. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 45-46.

jesuítas sobre os índios, as restrições aos negócios da Companhia de Jesus e o impacto sobre os “direitos” dos moradores – descendentes dos conquistadores das terras amazônicas – de explorar o braço indígena.

A denúncia dos planos sediciosos foi feita ao bispo do Pará por uma “pessoa eclesiástica, fora do sigilo sacramental”, segundo a qual certo Manuel Pinheiro Muniz havia dito que alguns moradores de Belém, “violentados de que Sua Majestade lhes não permitia os seus índios como escravos, escreveram a El Rei de França por Caiena oferecendo-lhe esta conquista [o Estado], e pedindo-lhe com a maior instância que viesse logo tomar posse dela”.⁸⁷ Após o relato, D. Frei Miguel de Bulhões solicitou providências ao ouvidor-geral, recomendando-lhe sigilo total dada a gravidade da denúncia.⁸⁸ A atitude dos conspiradores demonstrava o que a historiografia recente concebeu como um “pragmatismo político” presente nos atos de insubordinação, caracterizado pela busca de contato com nações estrangeiras pelos sediciosos, “com as quais supostamente estabeleceriam novos laços de vassalagem”.⁸⁹

Exposto o fato às autoridades, decidiu-se pela prisão imediata de Manuel Pinheiro Muniz, que após insistentes declarações de que nada tinha ouvido a respeito de uma sedição, conseguiu fugir. A alternativa encontrada para obter a confissão do ocorrido foi a captura da esposa e do cunhado de Manuel Pinheiro sob o pretexto de averiguações do Santo Ofício. Interrogados, os prisioneiros declararam tudo que as autoridades desejavam ouvir:

[...] o lugar em que a dita conspiração se ajustou foi no Engenho do Itapeturu, na boca do rio Acará; o tempo foi quando o padre Roque Hunderpfundt, da Companhia de Jesus, estava fazendo os exercícios de Santo Inácio, e os autores foram o mesmo padre Roque, João Furtado de Vasconcelos [o senhor do engenho], sargento-mor da Ordenança desta cidade [de Belém], e o padre Miguel Angelo de Moraes, clérigo do hábito de São Pedro.⁹⁰

⁸⁷ AHI. Doc. 15 – Ofício do bispo do Pará ao senhor Diogo de Mendonça Corte Real...

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Cf. Luciano Figueiredo. *Rebeliões no Brasil colônia...*, p. 69-70.

⁹⁰ AHI. Doc. 15 – Ofício do bispo do Pará ao senhor Diogo de Mendonça Corte Real...

Todos afirmaram que o

[...] padre Roque, ponderando a todos aqueles filhos espirituais que eram sumamente covardes em se sujeitarem às leis de Sua Majestade pelo que respeitava à liberdade dos índios, ao mesmo tempo, que buscando o amparo de El Rei de França, e oferecendo-lhe o domínio deste Estado lhe havia de conservar os índios como escravos.⁹¹

Na confissão da mulher e do cunhado de Manuel Pinheiro Muniz foram apontados os mentores da conspiração, as motivações do plano sedicioso, mas nada acerca da suposta carta enviada ao rei de França, via Caiena. Foragido, Manuel Pinheiro ainda teria se comunicado com João Furtado de Vasconcelos e com os padres Roque e Miguel Angelo antes que estes fossem encarcerados. Posteriormente, acreditando que sua esposa e cunhado seriam libertados, entregou-se, mas manteve-se “tão obstinadamente negativo” que as autoridades decidiram enviá-lo preso a Portugal. O padre Roque – um protegido da rainha D. Maria Ana d’ Áustria –, assim como outros jesuítas, tinha ordem de se retirar do Pará desde 3 de março de 1755, portanto, na época em que a conspiração foi planejada.⁹² O motivo era a acusação de que o religioso, juntamente com o padre Antônio José, ambos missionários no rio Madeira, facilitava o contrabando de ouro vindo de Mato Grosso.⁹³

A participação de um jesuíta como mentor intelectual da conspiração refletia a insatisfação da Companhia de Jesus com a perda progressiva da tutela temporal sobre os índios, a interferência do governo de Mendonça Furtado sobre a organização das aldeias, transformadas pouco depois em vilas, e com as restrições impostas ao patrimônio da Ordem pelo monopólio comercial conferido à Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

⁹¹ Idem.

⁹² Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (doravante IEB/USP). Coleção Alberto Lamego. Códice 43.101. A ordem de expulsão dos padres Teodoro da Cruz, Antônio José e Roque Hunderpfundt foi enviada ao vice-provincial Francisco de Toledo por D. Frei Miguel de Bulhões, em 16 de maio de 1755. Sobre a relação do padre Roque com a rainha-mãe, ver os códices 1.24 e 1.42, nos quais o jesuíta agradecia favores recebidos e relatava suas atividades missionárias à D. Maria Ana d’ Áustria.

⁹³ Cf. João Lúcio de Azevedo. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Edição fac-similar de 1901. Belém: SECULT, 1999, p. 263.

Com o estabelecimento da mesma, os jesuítas seriam proibidos de comerciar livremente os produtos de suas fazendas e de enviar mercadorias para Portugal por intermédio de procuradores, devendo depositar os gêneros oriundos de suas propriedades nos armazéns da Companhia, tal como os demais produtores.⁹⁴ Além disso, acreditavam as autoridades que a empresa atalharia o contrabando praticado por vários religiosos com domínios de outras monarquias, especialmente os de Espanha – atividade que a própria Coroa toleraria anos mais (ver 2.8.2).

Por outro lado, não se pode isentar os moradores descontentes de responsabilidade e de interesse no sucesso de uma sedição. Deve-se levar em conta que os mesmos se sentiam violentados com a restrição à escravidão indígena. Nas palavras de D. Frei Miguel, era “tão lastimosa a sua cegueira que não adoram outro ídolo mais que esta mesma escravidão”.⁹⁵ Explorar o braço indígena era considerado um direito adquirido por aqueles cujos antepassados se lançaram à conquista do espaço amazônico, ampliando os domínios portugueses e defendendo-os das investidas de nações rivais, como na invasão holandesa a São Luís, entre 1641 e 1643.

Os moradores também não se mostraram tão receptivos ao plano de uma companhia de comércio – responsável, dentre outras coisas, pela introdução de escravos africanos no Pará e no Maranhão – como afirmaram D. Frei Miguel e Mendonça Furtado. Este percebeu nas primeiras vezes em que tratou do assunto publicamente a reticência dos colonos ante a proposta que ressuscitaria o “cadáver” do Estado. Para obter o convencimento geral e as cotas necessárias à criação da companhia, o capitão-general chegou a recorrer à intercessão dos militares por acreditar que assimilariam melhor as vantagens do projeto.⁹⁶ Mas, na mesma carta em que expôs esses fatos ao irmão, falou do temor de que o alto preço do escravo

⁹⁴ Cf. Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 204-205.

⁹⁵ AHI. Doc. 15 – Ofício do bispo do Pará ao senhor Diogo de Mendonça Corte Real...

⁹⁶ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 460-464. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 24 de janeiro de 1754.

africano fizesse com que os fazendeiros preferissem continuar contrabandeando índios – o que se coaduna com as práticas levadas a efeito pelos irmãos Portilho.

A historiografia tradicional dissociou a visão transmitida à Corte pelas autoridades coloniais sobre a recepção das medidas implantadas nos domínios ultramarinos, do modo como estas foram de fato encaradas. Em verdade, apesar das hesitações iniciais, houve um grupo de negociantes do Maranhão e do Pará interessado na formação de uma companhia de comércio, mas não nos moldes como foi concebida pela Coroa. Com base em uma representação dos moradores do Maranhão, de 26 de dezembro de 1751, D. José I deu “licença, não só aos interessados na dita Companhia, mas também a qualquer dos homens de negócio dessa capitania, que dela quiserem mandar embarcações a resgatar os ditos escravos na Costa de Guiné, que introduzam nesse Estado”.⁹⁷

Contudo, alguns trabalhos clássicos sobre as companhias de comércio reproduziram o ufanismo presente nas missivas dos governadores para Lisboa, disseminando a idéia de que as companhias monopolistas eram encaradas como a salvação da economia colonial e recebidas com manifestações de júbilo nos domínios ultramarinos ou como o “remédio” desde sempre esperado do rei benemérito que zelava pelo bem-estar dos leais súditos.⁹⁸

Se na década de 1750 havia no Pará e no Maranhão homens dispostos a juntar seus parques cabedais a fim de constituir uma companhia, ainda que o montante resultasse insuficiente, também havia os que preferiam a associação com os chamados régulos, a exemplo de Pedro de Braga e dos irmãos Portilho. Por isso, não é aceitável que todos os moradores do Estado receberam contentes o projeto da Companhia fundada em 1755, tal como D. Frei Miguel quis fazer acreditar a Sebastião José de Carvalho e Melo, meses depois

⁹⁷ Ibidem, t. 1, p. 306.

⁹⁸ Nesse sentido, é pertinente a indicação de Francisco Falcon quanto à necessidade de buscar entender a recepção do “Reformismo Ilustrado” no espaço colonial. Para o historiador, é fundamental estabelecer a diferença entre “tempo político administrativo” e “tempo econômico”, observando-se as transformações no espaço colonial decorrentes da própria expansão territorial. Cf. Francisco Falcon. “Pombal e o Brasil”. In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 227-243.

da sedição, ao dizer que “os clamores eram acompanhados de tanta alegria, que não coubera na minha possibilidade conter as lágrimas nos olhos”.⁹⁹

O plano de sedição também não está dissociado da oposição à Companhia do Grão-Pará movida na Corte por jesuítas e negociantes interessados na manutenção do livre comércio entre metrópole e colônia. Havia uma relação, posto que indireta, entre o sermão do jesuíta Manuel Ballester, no púlpito da Basílica de Santa Maria Maior, em junho de 1755, uma representação de membros da Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócios (ou Mesa do Bem Comum dos Mercadores) de Lisboa, e a conspiração ocorrida meses antes em Belém.

O discurso do padre Ballester sentenciando que “as pessoas que entrassem nela não seriam da companhia de Cristo, antes seriam réprobos e condenados ao fogo eterno” foi suficiente para que se atribuísse à sua Ordem total responsabilidade pela oposição à Companhia de Comércio. Para o secretário Carvalho e Melo, em carta a Mendonça Furtado, a atitude do jesuíta expressava a posição de “alguns religiosos da Companhia de Jesus que se achavam excluídos do monopólio com que têm tiranizado o comércio e a agricultura desse Estado”. Por isso, “intentaram não menos que deitarem abaixo [...] a lei fundamental da dita Companhia, suscitando contra ela uma sublevação”. E, para alcançar seu objetivo – prosseguiu Carvalho e Melo – não hesitaram em promover “conversações” em casas “nas quais sabiam haver disposições para cooperarem com eles no mesmo desatino”.¹⁰⁰

Ao atribuir a responsabilidade aos jesuítas pela resistência à instituição da Companhia de Comércio, Carvalho e Melo – que escreveu ao irmão em 4 de agosto de 1755, meses depois da descoberta da conspiração em Belém – acreditava que a intenção dos inicianos era a de lhe incutir o “medo de que no caso de se mandar a esse Estado a instituição da

⁹⁹ O trecho foi extraído de uma carta do bispo do Pará ao então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, de 6 de novembro de 1755. Transcrito em Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, v. 2, p. 170.

¹⁰⁰ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 784-788.

Companhia, visse eu que correria a vossa vida grande perigo porque se havia de levantar contra vós um motim”.¹⁰¹ Apesar das conjecturas do secretário, não há no discurso do padre Ballester, na representação dos deputados da Mesa do Bem Comum ou mesmo na narrativa da sedição em Belém a mais leve menção a um atentado contra o governador, ato verificado na ritualística de outros episódios de revolta.¹⁰²

O conteúdo da representação da Mesa do Bem Comum demonstra que a sedição de 1755 pode ser inserida no contexto das reações contrárias ao estabelecimento da Companhia de Comércio, em Portugal e na América. E mostra que os interesses da Coroa e dos que desejavam a manutenção do livre comércio eram diametralmente opostos. Escrito supostamente com base em um texto do padre Bento da Fonseca, procurador das missões do Pará e do Maranhão em Lisboa, o documento recorre à experiência de contestação das companhias de comércio pelos moradores do Estado, como uma das justificativas para a não regulamentação de mais uma iniciativa de caráter monopolista.¹⁰³

A representação da Mesa do Bem Comum exibia um discurso fundamentado na religião e no pacto político estabelecido entre o soberano e seus súditos para justificar o caráter funesto da Companhia, lembrando logo no início os “perniciosos efeitos que produziu outra tal companhia estabelecida por Pedro Álvares Caldas nos anos de [1]681 e [1]682”. Por conta disso, suplicavam ao rei “como senhor, como pio, como católico, e como pai dos vassalos, e protetor do comércio”, que ouvisse “os clamores da praça [de Lisboa] justamente sentida” e dos “muitos que sustentam suas casas, filhos e famílias, navegando e negociando

¹⁰¹ Ibidem, t. 2, p. 785.

¹⁰² Cf. Luciano Figueiredo. “O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”..., p. 197-254.

¹⁰³ Cf. Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo...*, v. 2, p. 161. Ver também a “Representação feita pelos deputados da Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio, de Lisboa, contra a instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755”. Transcrita em Antônio Carreira. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1983, p. 303-329.

para o Maranhão com liberdade”, em lugar de privilegiar “um pequeno número de comerciantes arrogando a si o mandato comum que na realidade não lhe compete”.¹⁰⁴

Para os deputados da Mesa do Bem Comum, os efeitos negativos de outra companhia monopolista poderiam se fazer sentir no Estado do Grão-Pará, tal como no século XVII. Nesse sentido, lembravam aos

[...] inventores desta nova Companhia [...] que o estanco geral é nocivo aos povos, a falta de liberdade destrutiva do mesmo comércio, e que outra tal companhia, como esta, fez que os moradores daquele Estado altamente sentidos da infração da sua liberdade, rompessem no desaforo de a ela se restituírem por meio de um levantamento formidável, e perigoso.

Diante da ameaçadora “ruína dos engenhos, a confusão do tráfico mercantil, a decadência das fábricas e lavouras, e não menos a perturbação das missões”, os deputados da Mesa recorreram ao exemplo de antigos reis de Portugal e a termos do contrato que ligava o soberano – distribuidor da justiça e promotor do bem-estar geral – aos seus súditos, alegando que tais soberanos nunca admitiram “os estancos maiores ou menores a benefício dos vassalos em particular; porque seria aplicar os seus régios ofícios ao aumento de uns com destruição de outros, o que implica na justiça distributiva e inseparável dos príncipes católicos”.¹⁰⁵

A crítica da Mesa do Bem Comum abriu espaço para a exposição de um modelo que seus deputados julgavam mais condizente. Sendo assim, na primeira parte da representação de 1755 foi delineado o arquétipo ideal para a manutenção do livre comércio e, inclusive, para a continuidade da ação dos comissários volantes que o governo metropolitano tanto desejava abolir.¹⁰⁶ A base eram as companhias criadas na Inglaterra, na França e na Holanda, as quais não atuavam em seus próprios domínios coloniais, mas sim “nas regiões mais remotas, como

¹⁰⁴ Cf. António Carreira. *Op. cit.*, p. 303-304.

¹⁰⁵ António Carreira. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba...*, p. 307-308, p. 313-314 e p. 321.

¹⁰⁶ Sobre a ação repressiva movida pela metrópole contra os comissários volantes ver, por exemplo, Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de António de Pádua Danesi. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 60-61.

é a Ásia, onde os vassallos de el-rei de França [...] não tinham domínios, e comércio”.¹⁰⁷ No caso da França, “se aqueles sítios por onde fizerem companhias se reduzem por meio das colônias aos seus próprios domínios, suspendem-se e extinguem-se as companhias, como se extinguiu a de Caiena, só para que o comércio fique livre”. O que dava a dimensão do risco da proximidade do Pará com a colônia francesa.

A “sacrílega sátira” – nas palavras de Carvalho e Melo – apresentada ao rei por João Tomás de Negreiros em nome dos deputados da Mesa do Bem Comum foi encarada pelo secretário como o manifesto de uma sublevação urdida pelos jesuítas, “excluídos do monopólio com que têm tiranizado o comércio e a agricultura desse Estado [do Grão-Pará e Maranhão]”. Por isso, teriam intentado deitar “abaixo nesta mesma Corte [...] a lei fundamental da dita Companhia”. A pena dos sete deputados por espalharem a sedição na Corte foi a prisão e a dissolução da Mesa do Bem Comum dos Mercadores. O padre Manuel Ballester foi desterrado em Bragança, bem longe de Lisboa.¹⁰⁸

Na mesma ocasião em que Carvalho e Melo noticiou ao irmão os acontecimentos na Corte e seus desdobramentos, advertiu-lhe quanto à possibilidade de revoltas no Estado fomentadas pelos missionários. Por isso, deu-lhe as seguintes instruções:

Escuso de vos lembrar que as ordens reais que vão inclusas nesta carta para a expulsão dos regulares que forem revoltosos e para castigo dos cabeças de tumultos se devem guardar em um impenetrável segredo [...] porque nem deveis dar a suspeitar que se recaram os referidos casos, senão depois de sucedidos; nem é justo ameaçar os mesmos regulares, nem os seculares fazendo-se-lhes ver que se duvidou da sua fidelidade.¹⁰⁹

Quando Carvalho e Melo deu essas instruções, o padre Roque e alguns irmãos já haviam recebido ordens para deixar o Pará. O não cumprimento imediato dessa determinação permitiu a articulação da *Sedição do Engenho do Itapecuru*. Por isso, na mesma data em que

¹⁰⁷ Cf. António Carreira. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba...*, p. 314.

¹⁰⁸ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 786-788. Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 4 de agosto de 1755.

¹⁰⁹ Idem.

escreveu ao irmão (4 de agosto de 1755) a conspiração já havia ocorrido e o bispo se encarregava de notificar o fato ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real. Ao saber do evento, Mendonça Furtado teve ímpetos de punir os sediciosos tal como o foram os nobres envolvidos na conspiração contra D. João IV, pouco depois da Restauração de 1640.¹¹⁰ Condenados pelo crime de lesa-majestade, receberam a pena máxima, em um ritual que reafirmou a autoridade da nova Casa reinante dos Bragança.

D. Frei Miguel recebeu ordens do governador em Mariuá para vigiar todos os implicados e contratar espiões para “descobrirem os corações”, recompensando a “estes homens muito bem à custa da Fazenda Real”. O que significava seguir os passos das mulheres dos conspiradores e de seus cúmplices, como João de Moraes, João Rodrigues Coelho e Pedro Furtado, “filhos amados do padre Roque”.

Enquanto Manuel Pinheiro Muniz foi enviado para o Reino, João Furtado de Vasconcelos e o padre Miguel Angelo permaneceram, ao menos em princípio, no Pará. Ao senhor de engenho foi reservada a prisão na Fortaleza da Barra, incomunicável, cuidando-se em examinar o “comer que lhe for porque lhe não vá algum escrito dentro nela”. O padre Miguel Ângelo, “companheiro fiel” e assíduo em casa de João Furtado de Vasconcelos, iria “dizer missa a Nossa Senhora do Amparo”, lugar bem distante, por ordem do rei. À falta de lugar nas cadeias públicas, Mendonça Furtado sugeriu ainda que os demais sediciosos fossem enviados em canoas, dois a dois, para o Rio Negro.¹¹¹

O destino dos envolvidos na *Sedição do Engenho do Itapecuru*, no entanto, revelou controvérsias. Há indícios de que João Furtado de Vasconcelos e Manuel Pinheiro Muniz foram presos e enviados para o Reino. A família do primeiro, inocentado nos autos (consta que foi tirada uma devassa), não sofreu perseguição ou confisco de bens, talvez porque o governador desejasse evitar que a ruína daqueles colonos servisse de argumento para

¹¹⁰ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 785 e p. 798.

¹¹¹ *Ibidem*, t. 2, p. 798-800 e p. 833.

acusações de tirania. Aliás, em momento algum foi cogitado o seqüestro das propriedades e demais posses do senhor do Engenho do Itapecuru. O próprio Mendonça Furtado ponderou que a prisão não acarretaria grandes prejuízos à família de João Furtado de Vasconcelos, pois o mesmo tinha vários filhos capazes de zelar pelos negócios.¹¹²

Diante da falta de provas cabais da infidelidade dos súditos paraenses – a carta escrita ao monarca francês, se existiu, não foi encontrada –, o governador cedeu à prudência e decidiu abrandar as penas. Passados dois anos, serenados os ímpetos sediciosos, Mendonça Furtado escreveu a Lisboa informando que as diligências para encontrar novos elementos sobre a sedição resultaram infrutíferas. Por isso, considerava que João Furtado de Vasconcelos podia ser solto, porém, devidamente informado de que a graça régia se manifestava pela “compaixão da sua Casa” e que Sua Majestade o “mandava restituir a ela na certeza de que se não vivesse não só com fidelidade, mas com quietação mandaria ter com ele o procedimento que merecesse a sua irregular conduta”.¹¹³

O castigo reservado aos religiosos também é controverso. Na mesma carta em que propunha o relaxamento da prisão do senhor do Engenho do Itapecuru, Mendonça Furtado mostrou-se indiferente ao destino de Manuel Pinheiro Muniz, “insígne mentiroso [...] sumamente pobre, [...] tolo, doudo e inquieto”, além de propagador das idéias sediciosas. Devia ficar à mercê da vontade do soberano, assim como o “revoltoso” padre Miguel Angelo. A contradição é mais evidente em relação ao acusado de encabeçar a conspiração, o jesuíta Roque Hundepfundt (de origem germânica). Expulso do Pará e enviado a Lisboa juntamente com outros irmãos ainda em 1755, segundo o padre Serafim Leite “deixou de padecer os cárceres por haver se retirado para a sua pátria por ocasião do terremoto de Lisboa”.¹¹⁴

¹¹² Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 2, p. 832-835.

¹¹³ Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, 1907, t. 6, p. 18-20. Carta de 23 de novembro de 1757.

¹¹⁴ Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, t. VII, p. 353.

Entretanto, a crônica da segunda visita pastoral de D. Frei João de São José e Queirós à diocese do Pará (1762-1763) apresentou outra versão. De acordo com o bispo, na primeira parada da viagem, às margens do rio Moju, ele e sua comitiva jantaram no Engenho da Taboca, do filho de João Furtado de Vasconcelos, que servia na milícia de Belém. Sobre o envolvimento do dito João Furtado na sedição, narrou o prelado:

Dous clérigos de péssima conduta delataram contra o pai de Lourenço Furtado, dizendo era infiel à Coroa e que meditava meios para entregar a praça [de Belém] a Caiena [...] viciando os tais um discurso político e inocente [...] ao Furtado supondo-o de ânimo separado dos interesses da Coroa e da pátria.

Sem mencionar o nome dos dois clérigos, que só podiam ser os padres Roque e Miguel Angelo, D. Frei João emendou: “porém, o céu parece te[r] castigado aos dous eclesiásticos, estando um preso, por inconfidente, em um fortim; e o outro desterrado em Cachéu depois de vários trabalhos”.¹¹⁵

De Lisboa, D. Frei Miguel recebeu ofício de Diogo de Mendonça Corte Real, no qual o secretário mostrava-se convicto de que os franceses de Caiena não se lançariam em “tão alta empresa sem a comunicarem à sua Corte e [...] que na boa inteligência e harmonia em que se acha com a nossa, não entra[riam] em semelhante projeto de conquistar esse Estado”.¹¹⁶ Mesmo assim, na qualidade de governador interino, o bispo tomou as medidas de segurança cabíveis em “matéria tão importante como esta na qual se interessa o decoro do rei, a vida dos seus vassallos, e a conservação dos seus reais domínios”. Por isso, “não perdoei a meio algum de por esta cidade em uma mediana defesa preparando-me do modo possível para qualquer invasão que pudesse suceder [...]”¹¹⁷.

¹¹⁵ Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763. Escrita pelo bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 9, 1847, p. 43.

¹¹⁶ Arquivo Público do Estado do Pará. Códice 86, fl. 14. Carta de Diogo de Mendonça Corte Real ao bispo do Pará, de 26 de maio de 1756.

¹¹⁷ AHI. Doc. 15 – Ofício do bispo do Pará ao senhor Diogo de Mendonça Corte Real...

A análise da experiência sediciosa em Belém mostrou que o grau de fidelidade dos súditos pode ser medido pela justiça das decisões régias. Tal como as diversas alterações ocorridas nas Minas em função do peso do fiscalismo metropolitano, o episódio ocorrido no Pará se encaixava perfeitamente no “terceiro perigo” para os Estados que estendiam sua soberania a territórios ultramarinos – enunciado pelo conselheiro Antônio Rodrigues da Costa –, surgido “quando os vassalos, aborrecendo o governo presente com a violência com que são tratados [...] desejam livrar-se da obediência do príncipe a quem servem, e melhorar de fortuna na de outro”.¹¹⁸

No que concerne à realidade das conquistas do Norte, é preciso salientar a postura de D. Frei Miguel, francamente partidário da liberdade dos índios e atento às demandas dos colonos paraenses. Também é assinalável o modo como a tentativa de sedição foi apurada. A ausência de punições exemplares – tal como na Revolta de Beckman – e a perspectiva de perdão para João Furtado de Vasconcelos, um representante da camada senhorial do Pará, evidenciou pelo menos um aspecto importante: a necessidade das autoridades de conquistar apoio para os projetos implantados a partir de 1755, evitando descontentamentos entre os setores mais afetados pela privação do escravo indígena e aqueles envolvidos no comércio de exportação.

Não foi à toa que Mendonça Furtado, ao tomar conhecimento do ocorrido, propôs duas medidas para conter as revoltas. Para evitar reações contrárias ao fim do cativeiro indígena, chegou a cogitar a reimpressão das leis de liberdade de 6 e 7 de junho de 1755 sem as palavras “lei” e “liberdade” – dois termos essenciais –, para não dar aos moradores e aos regulares fundamentos para alterações. A segunda medida incidia diretamente sobre os

¹¹⁸ Consulta do Conselho Ultramarino a Sua Majestade, no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antônio Rodrigues da Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 7, v. 7, 1845, p. 481. Para uma análise atualizada da referida consulta, ver Luciano Figueiredo. “Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732)”. In: Ronaldo Vainfas; Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves (orgs.). *Retratos do império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XVIII*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 187-203.

religiosos, especialmente os jesuítas, a fim de enfraquecê-los com a restrição ao seu cabedal. O capitão-general alvitrou a publicação da lei das cômguas, pela qual a Coroa tomaria as fazendas dos padres (redistribuindo-as aos moradores mais necessitados e beneméritos a título de mercê) e substituiria seus rendimentos por cômguas.¹¹⁹ Sem as propriedades que lhes garantiam o sustento e o comércio, as oposições dos jesuítas seriam neutralizadas.

Além disso, por considerar os inacianos os principais idealizadores e fomentadores da sedição – como transpareceu nos discursos de D. Frei João de São José e de Francisco Xavier de Mendonça Furtado –, as autoridades encontraram mais subsídios para coibir a ação dos missionários, principalmente os da Companhia de Jesus.

3.2.4 – Efeitos de recompensa

“Entre os vassallos que logram a incomparável ventura de viverem empregados no Real Serviço, considero que nenhum me excede no desejo de servir à Sua Majestade [...] como fiel vassallo [...] e reverente, obrigado e amante súdito de V.Ex.^{aa}”. Com essas expressões de extrema deferência, D. Frei Miguel de Bulhões introduziu suas idéias sobre o desenvolvimento do Pará, discutidas acima.¹²⁰ O zelo com que o bispo serviu aos propósitos da metrópole, revestidos das diretrizes emanadas do gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo, não ficou sem recompensa. E não precisou esperar o retorno a Portugal para gozar os prêmios pela fidelidade.

A partir de 1755, quando exercia o governo interino do Estado, o religioso dominicano começou a obter os efeitos de recompensa. Em dado momento foi o primeiro de uma lista de beneméritos que incluía o ouvidor João da Cruz Diniz Pinheiro e um dos ajudantes de ordens

¹¹⁹ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 2, p. 822-823.

¹²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 4, cx. 38, doc. 3561. Ofício de 2 de agosto de 1755.

do governador, João Batista de Oliveira. Mas ainda não havia chegado o momento de ser remunerado à altura de seus préstimos.

Nas palavras de Sebastião José de Carvalho e Melo, “o que agora pode lhe caber no tempo e na ocasião foi empregar-lhe seu irmão, [...] pondo-o em lugar de se poder adiantar e servir de alívio ao dito prelado” – mercê que se converteu em vergonha para D. Frei Miguel (ver 2.6.1) –, além de uma ajuda de custo de 600 mil réis para suprir as perdas decorrentes de um naufrágio. De resto, ficaram as promessas de que as obras do Palácio Episcopal seriam realizadas assim que possível.¹²¹

A “fonte” de todos os “favores” era Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o elo entre Carvalho e Melo e a prodigalidade régia.¹²² Mas ao encerrar seu governo interino depois de uma ausência de mais de dois anos do capitão-general, D. Frei Miguel confessou-se cansado. Asseverava não ter mais condições de empreender as visitas pastorais na diocese e que a incumbência de cuidar dos assuntos da diocese do Maranhão, então sede vacante, comprometera a sua saúde. Alegando também pobreza, pedia um sucessor, e que o rei lhe pagasse as dívidas e a passagem para o Reino. A mesma demanda foi endereçada a outro intercessor, Paulo de Carvalho e Mendonça, a quem o bispo reiterou a falta de meios, agravada pela construção de uma praça à sua custa.¹²³

Os encargos que pesaram sobre os ombros do prelado explicavam o recurso a tais argumentos. Mesmo estando doente e endividado, D. Frei Miguel ansiava pelas recompensas como qualquer outro vassalo que se considerasse um bom servidor. Porém, os expedientes das demarcações ainda não haviam cessado e o bispo tomou novamente as rédeas do governo em 1758, quando Mendonça Furtado partiu para o Rio Negro em mais uma tentativa frustrada de

¹²¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.10, fls. 257v-261. Por ocasião do anúncio da partida de Mendonça Furtado para o Reino, D. Frei Miguel aproveitou para agradecer a esmola de 600 mil réis que recebia desde 1755 e o envio de quatro sinos para a Catedral do Pará por mercê do rei. IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 28 de fevereiro de 1759.

¹²² AHI. Doc. 35 – Carta do bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça, 1755. Documentação Joaquim Nabuco. Série Portuguesa.

¹²³ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Cartas de 17 de junho e de 22 de novembro de 1757.

encontrar os comissários espanhóis. Desse período não ficaram registros tão significativos quanto os da primeira e mais longa passagem do bispo pela administração temporal. A própria correspondência de Mendonça Furtado demonstra isso.

A principal recompensa de D. Frei Miguel foi a indicação, em 24 de março de 1760, para bispo de Leiria – graças à intercessão do conde de Oeiras – aonde faleceu em 1779. De acordo com José Pedro Paiva, “o ministro de D. José sabia premiar os que o serviam”.¹²⁴ Sucedeu a D. João Cosme da Cunha e Távora (1746-1760), outro grande colaborador de Sebastião José de Carvalho e Melo. Embora o dominicano sempre se mostrasse pronto a seguir os ditames da política metropolitana, o que garantiu a promoção foi sua postura anti-jesuíta, revelada a partir de 1751.¹²⁵

No final daquele ano, o padre Gabriel Malagrida queixou-se à sua protetora, a rainha-mãe D. Maria Ana d’ Áustria, de alguns obstáculos colocados por D. Frei Miguel à sua obra, mormente a fundação de um Recolhimento no Pará. Quanto ao Seminário de Cametá, o prelado teria demonstrado – assim como o governador Mendonça Furtado – certa disposição em colaborar para seu sucesso.¹²⁶

A instituição para meninas destinava-se ao acolhimento e instrução de “donzelas resolutas a não quererem outro esposo que a Jesus Cristo”. Mas no caminho para a execução do projeto, Malagrida sentiu-se ameaçado por D. Frei Miguel, “unido com o general”. De acordo com o jesuíta, o bispo desejava angariar para si o mérito da obra por reconhecê-la “santa e necessária”, dizendo que faria um “convento magnífico” com a permissão e o

¹²⁴ José Pedro Paiva. Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino. *Penélope*, Oeiras, n.º 25, 2001, p. 44.

¹²⁵ Cf. José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 543.

¹²⁶ IEB/USP. Coleção Alberto Lamego. Códice 1.26. Carta de 28 de novembro de 1751. O Seminário parece ser o de Nossa Senhora das Missões ou Santo Alexandre que, segundo Caio Boschi, foi fundado no Pará por Gabriel Malagrida “com o apoio do bispo local”. Entretanto, apesar de reconhecer o mérito do projeto em função dos interesses da Igreja e da Coroa, D. Frei Miguel não tornou mais fácil o trabalho do jesuíta. Cf. “Ordens religiosas, clero secular e missionação no Brasil”. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.) *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, v. 3, p. 313-314.

financiamento do rei. Diante de tal pretensão, Malagrida apelou para a rainha-mãe a fim de obter a licença de D. José para a criação do Recolhimento.

As disputas entre o missionário e o bispo do Pará estavam inseridas em uma zona de conflitos criada pelas próprias instruções a Mendonça Furtado, no tocante à diminuição do poder dos regulares (ver 2.1.1 e 2.1.2). Algumas previam que o governador – amparado no decreto de 23 de julho de 1750 e na resolução de 18 de janeiro de 1751 – deveria promover a fundação de seminários e de recolhimentos no Pará e no Maranhão, para os quais D. José destinara a cômputo anual de 200 mil réis. Porém, foi instruído a não consentir que o “zelo apostólico desse missionário [Malagrida], exced[esse] as faculdades dos referidos recolhimentos e seminários”. Ou seja, a obra missionária estava sendo submetida ao arbítrio do governo temporal. Em seguida, o rei determinou:

Quanto aos recolhimentos deveis examinar os meios e condições com que se erigem e vendo vós que não são proporcionadas as rendas para sua firme subsistência [...] embarçareis a sua fundação e estabelecimento, servindo-se de alguns pretextos que desculpem a inobservância do decreto de 23 de julho de 1750 e [da] resolução de 18 de janeiro de 1751 [...].

Por sua vez, a fundação de conventos “sem distinta e expressa licença” régia estava proibida.¹²⁷

Foi justamente contra a interferência de Mendonça Furtado, aliado a D. Frei Miguel, que Gabriel Malagrida se levantou. A sua carta à D. Maria Ana d’ Áustria está repleta de referências às disposições legais que conferiram ao capitão-general poderes para embargar a obra do Seminário de Cametá e do Recolhimento. O primeiro estabelecimento, de acordo com o jesuíta, tinha demanda e condições de expansão, mas faltavam os

[...] chãos que foram do padre Lázaro Lima e que Sua Majestade foi servido mandar ao governador que os desse para o Seminário [...] e ele governador achou um gravíssimo inconveniente para se não concederem os ditos chãos,

¹²⁷ Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina...*, t. 1, p. 33-35 (24^a, 25^a e 26^a instruções).

porque diz que estes hão de servir de praça para se poderem exercitar seis mil soldados, que tarde ou nunca vir[ão] até este Pará.

Por outro lado, D. Frei Miguel e Mendonça Furtado não tinham como negar que o Seminário dispunha de meios para se sustentar, pois certo Nicolau Ribeiro e esposa destinaram alguns bens (avaliados em 20 mil réis) à instituição. Porém, o bispo e o capitão-general passaram provisões estipulando que os rendimentos das doações fossem aplicados exclusivamente na manutenção dos seminaristas, não contemplando despesas com a capela, seus ornamentos nem o sustento dos padres residentes no Seminário.¹²⁸ Ou seja, aos inacianos estava vedado o usufruto dos bens dotais do estabelecimento.

Pela leitura das instruções mencionadas acima, o governador e seu principal aliado no combate à ação dos jesuítas cumpriram à risca as determinações régias. Fizeram uso, inclusive, da margem de manobra que as mesmas previam, servindo-se de “pretextos” para embarçar o projeto. A esses argumentos Malagrida se referiu com ironia, duvidando que os terrenos doados pelo padre Lázaro Lima e reclamados por Mendonça Furtado fossem realmente aplicados no treinamento de efetivos militares.

O jesuíta também não conseguiu esconder o inconformismo com a colaboração do padre José Moreira, confessor de D. José, para a reforma de um alvará – possivelmente a lei de 23 de julho de 1750 – que delegou ao governador o poder de impedir as obras do Seminário e do Recolhimento “quando houver motivo prudente e grave: baste isto ao demônio para me fazer toda a guerra porque quando não quer, qualquer motivo mais frívolo se julga por muito grave e prudente”. Lançando mão do interesse da Coroa na boa formação de seus súditos como argumento, Malagrida tentou reverter a situação, reivindicando por intermédio da rainha-mãe prerrogativas semelhantes às concedidas a outro inaciano quase um século antes:

¹²⁸ IEB/USP. Coleção Alberto Lamego. Códice 1.26.

Se Vossas Majestades querem estas obras tão importantes e necessárias, é necessário que me passem uma ordem como passou o sereníssimo D. João IV ao [...] padre Antônio Vieira que em tudo o que foi missões, exercícios e estas fundações não só não me neguem a licença, mas me ajudem com todo o esforço possível [...].¹²⁹

Se por um lado D. Frei Miguel pretendia medir forças com Malagrida ao dizer que construiria um convento magnífico com a permissão do monarca, por outro, cuidava de um aspecto inerente à função prelatícia: a fundação de seminários para a formação do clero. O zelo pela boa instrução moral e intelectual dos ministros da Igreja, com reflexos sobre a doutrinação dos fiéis, era um sintoma das reformas implementadas no pontificado de Clemente XIV (1740-1758).¹³⁰ Independentemente das motivações do prelado, a resposta dos jesuítas não tardou. Em 1752, D. Frei Miguel foi proibido de visitar as missões da Companhia de Jesus, sob alegação de que tal procedimento feria as constituições da Ordem (ver 2.1.2).

Mas a política metropolitana era de franca supressão da autoridade dos regulares. Nesse sentido, a conjuntura era favorável ao bispo. Some-se a morte da rainha-mãe, em 1755, que privou os inacianos de uma valiosa intercessora na Corte. Daquele ano em diante, as animosidades só fizeram crescer. Da pena de D. Frei Miguel saiu a ordem para que o padre Roque Hunderpfundt, acusado de ser um dos mentores intelectuais da conspiração de 1755, e outros confrades se retirassem do Pará. Dois anos depois, o visitador e vice-provincial da Companhia, padre Francisco de Toledo, foi advertido em nome do governador do Estado sobre a devolução de todas as alfaías, ornamentos e imagens pertencentes às igrejas administradas pela sua Ordem. Caso contrário, o bispo ordenaria a restituição dos objetos ou o seu “justo valor pelos bens privativos desse Colégio” dos jesuítas do Pará.¹³¹

Pouco tempo depois da expulsão da Companhia de Jesus, o dominicano partiu para Leiria. Na nova diocese, deixou fama de bispo empreendedor devido às diversas reformas na

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Cf. José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777...*, p. 160-163.

¹³¹ IEB/USP. Coleção Alberto Lamego. Códice 43.100.

Sé. Por outro lado, quase nada se sabe de sua ação pastoral, em virtude da destruição de documentos no início do século XIX pelos invasores franceses. Continuou envolvido e atento às questões do momento, a exemplo da participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos contra a Espanha (1762).¹³² Rezou pelo sucesso das tropas lusitanas e contentou-se junto ao seu rebanho pelo término do conflito, dirigindo aos clérigos seculares e regulares da diocese uma pastoral em que os instruía a cantar no final das celebrações, com o “Santíssimo Sacramento exposto à porta do sacrário, o *Te Deum laudamus*” em ação de graças pela paz ratificada em 1763.¹³³

Um traço, portanto, une a trajetória do dominicano na América portuguesa e no Reino. Tanto na diocese do Pará quanto na de Leiria, o exercício da função episcopal cedeu espaço ao envolvimento em questões temporais. Não foi um bispo de quem se esperava apenas o cumprimento da função do pastor que conduz o rebanho no caminho da fé. Em muitos momentos – especialmente quando se pronunciava como governador interino – transmitiu a impressão de que deixara de lado o báculo para empunhar a espada.

3.3 – “Imaginações jesuíticas”: D. Frei João de São José e Queirós

O beneditino chegou ao Pará em 1760 com disposição não só para ser pastor de almas, mas para colaborar com idéias e projetos de recuperação das conquistas do Norte. Capelão da Casa de Oeiras foi escolhido por se mostrar contrário aos jesuítas e, portanto, capaz de continuar a obra de D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa: “[...] avesso aos jesuítas, caiu nas

¹³² Cf. Amaro Neves. *D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1706-1779)*: emérito bispo aveirense, governador do Grão-Pará e Maranhão. Aveiro: ADERAV/Junta de Freguesia de Aradas, 2006, p. 92-102.

¹³³ BNL. Sala de Leitura Geral. H.G. 15120//8P. Dom Frei Miguel de Bulhões, da Ordem dos Pregadores, por mercê de Deus, e da Santa Sede Apostólica. Bispo de Leiria, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima. Pastoral de 2 de abril de 1763 (impresso).

graças de Pombal e foi nomeado bispo do Pará em 10 de outubro de 1759, sendo sagrado no Porto em 4 de maio de 1760”, ou em 14 deste mês, conforme as suas *Memórias*.¹³⁴

Nascido João de Queirós da Silveira, a 12 de agosto de 1711, em uma das “24 espaçosas, alegres e lajeadas ruas de Matozinhos”, próximo ao Porto, filho de Francisco Gonçalves Dias e de Joana Dias de Queirós, “ambos de nobilíssima prosápia”, provinha de família da qual saíram “gerais para a Congregação de São Bento, como D. Pedro da Glória [...], frades doutíssimos como frei Inácio de Jesus, bispos e capitães-generais, navegadores e mártires do Oriente”.¹³⁵ Sendo assim, “para frade, para geral da ordem de frades fidalgos, para bispo o criaram”. Noviço aos 18 anos no Mosteiro de Tibães, professou e foi estudar Filosofia no Mosteiro de São Miguel de Refóios de Basto. Formado também em Teologia, passou pelo convento dos beneditinos de Santo Tirso antes de se instalar em Lisboa.

A historiografia dedicou espaço privilegiado a D. Frei João, enfatizando aspectos de sua formação intelectual, do seu ministério e o valor de seus escritos pastorais para o conhecimento da realidade da sua jurisdição, que incluía o Pará e o Rio Negro, na segunda metade do século XVIII. Em *Estudos de história paraense*, do final do século XIX, João Lúcio de Azevedo elaborou um apêndice para falar da trajetória de D. Frei João. Destacou traços de sua formação intelectual, mais por impressões colhidas nas *Memórias* e nas crônicas das visitas pastorais, sobretudo da primeira, do que a partir de registros biográficos propriamente ditos. O historiador mencionou que o beneditino era conhecedor de línguas e das ciências naturais, “lia no original Calderon, Goldoni e Shakespeare; eram-lhe familiares Voltaire, Adison, Metastásio; estudava os antigos com a aplicação própria de um monge literato e sabia apontar o belo nas peças de Corneille e de Molière”.¹³⁶

¹³⁴ Cf. Fortunato de Almeida. *História da igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1967, v. III, p. 605. Ver também *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará*. Introdução e notas ilustrativas de Camilo Castelo Branco. Porto: Tipografia da Livraria Nacional, 1868, p. 5.

¹³⁵ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 2-3. As palavras de Camilo Castelo Branco, comprometidas pelo exagero, conferem a D. Frei João certa origem nobre.

¹³⁶ João Lúcio de Azevedo. *Estudos de história paraense*. Belém: Tipografia de Tavares Cardoso & cia, 1893, p. 154-155.

Decorrido mais de um século, José Pedro Paiva ressaltou a erudição do beneditino – revelada em suas *Memórias* – o que o tornou “aberto a princípios do Iluminismo Católico” e dotado de uma “visão fortemente crítica dos jesuítas”.¹³⁷ Membro da Academia Real da História Portuguesa a partir de 1752, D. Frei João criou uma rede de interlocutores e aliados, uma das facetas mais interessantes de sua trajetória, não só por estar ligada à indicação para a função episcopal, mas por encerrar uma possível relação com a sua derrocada. Para Camilo Castelo Branco, a partilha dos valores cultivados na tertúlia facilitou o estabelecimento de alianças com os

[...] doutos Barbosas, com frei Manuel do Cenáculo, com D. Antônio Rolim de Moura, com Francisco Xavier d’ Oliveira e seu irmão frei Tomás de Aquino, com Sebastião José de Carvalho e seu irmão Paulo de Carvalho e Mendonça, com o [6º] conde de São Lourenço e os duques de Aveiro, com o conde da Ponte [...].¹³⁸

A identificação das matrizes do pensamento de D. Frei João possibilitou um avanço na leitura crítica dos escritos deixados pelo bispo. À luz de sua formação, descortinaram-se várias passagens de cartas, crônicas de visitas pastorais, posicionamentos do prelado diante de questões cotidianas, nas sátiras que produziu e, principalmente, de suas preciosas *Memórias*. O Iluminismo Católico defendia a qualificação (intelectual e moral) do clero, especialmente o secular, para melhor servir aos fiéis. Valorizava o debate de questões doutrinárias em torno do Cristianismo, das Sagradas Escrituras e da história da Igreja, e a disciplina. Era contrário ao luxo desmedido nas festividades. Pautava-se também pela aceitação comedida dos “milagres” e pela aversão à superstição. Nas palavras de José Pedro Paiva, os iluministas católicos rejeitavam “manifestações de fé sensorial, exteriorista, teatralizada, pomposa, de cunho barroco”.¹³⁹

¹³⁷ José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 541-542.

¹³⁸ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 4.

¹³⁹ José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777...*, p. 160-165.

Com base em tais pressupostos racionalistas, D. Frei João encarou diferentes situações em que pode exteriorizar suas idéias. Em dada ocasião, aconselhou o padre Manuel da Penha a soltar uma índia presa sob acusação de pactuar com o demônio, dizendo:

Em mulheres, as queixas uterinas são complicadas por certo modo com convulsões e outros sintomas extraordinários que ainda médicos muito doutos se costumam enganar [...]. Os exorcistas atribuem a causas sobrenaturais efeitos que não o são.

Em outra oportunidade, advertiu o padre Nazário de Novais por se embebedar e desrespeitar oficiais régios no exercício de suas atribuições, ameaçando suspendê-lo das funções clericais.¹⁴⁰

À disposição para conduzir o rebanho e reformar os costumes dos clérigos somou-se a euforia no sentido de reforçar a união com a administração temporal, consolidada no episcopado de D. Frei Miguel de Bulhões. Poucos meses depois da entrada solene, D. Frei João procurou dar continuidade aos planos do antecessor com vistas a promover o desenvolvimento material de Belém, por meio da ligação com Mato Grosso, e do Estado (ver 3.2.2): “o país é admirável e a cidade tem disposições para ser a primeira da América e apara fazer entre as de Europa grande figura”. Em seguida, teceu comentários sobre o mau funcionamento do sistema de frotas que deixava “consternados os moradores, os roceiros, os mineiros de São Feliz e os de Mato Grosso que esperavam as naus um ano e achando-se com dinheiro pronto não tem que comprem”, o que prejudicava o abastecimento da capitania e servia de obstáculo ao comércio do Pará.¹⁴¹

Sobre a comunicação do Pará com as minas de Mato Grosso, ponderava ser mais conveniente que o ouro fosse encaminhado a Belém pelo rio Tocantins, desde que se fortificassem alguns pontos das margens ocupadas por gentio bravo e se construísse um

¹⁴⁰ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 13.

¹⁴¹ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Carta de D. Frei João de São José a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 8 de novembro de 1760.

mecanismo chamado pelos italianos *Il Sostegno* – espécie de engenho hidráulico usado nos rios Arno, Pó e Ródano – para vencer as cachoeiras do Tocantins. Assim, o ouro chegaria em um mês ao Pará, em lugar de levar seis para alcançar o porto do Rio de Janeiro. Pressentindo que poderia estar se excedendo, perguntou-se: “[...] Que mete um monge em economias de Estado?”. Mas prosseguiu discorrendo sobre a necessidade de reforçar o sistema defensivo da capitania, dada a proximidade com Caiena, e por ser a barra do rio Pará (um braço do Amazonas), “muito patente e aberta”.

Sobre o trabalho apostólico, não hesitou em advogar a favor da jurisdição eclesiástica. Defendeu que aos religiosos cabia a condução dos descimentos, citando o exemplo de uma disputa ocorrida após a publicação do *Diretório*, na qual um secular recusou-se a levar um clérigo em uma expedição “porque era dar aos eclesiásticos o poder que Sua Majestade lhes tirava”. Para D. Frei João, a Missão continuava sendo o meio mais eficaz para converter o gentio e ampliar os domínios da monarquia. O princípio de que a evangelização ou a catequese – outro elemento valorizado pelo Iluminismo Católico¹⁴² – estava atrelada ao aumento dos territórios foi sustentado por meio de uma citação atribuída a um monarca espanhol:

Perguntado também o senhor rei D. Fernando como em tão breve tempo conquistava tantos reinos e tantas províncias, quantos seus predecessores juntos não uniram, respondeu: – Estendi os domínios de Jesus Cristo e ele os meus. Estas foram as imaginações do senhor rei D. Manuel.¹⁴³

As primeiras impressões do novo bispo do Pará deixaram evidente a sua erudição. Porém, as visitas pastorais foram momentos privilegiados para D. Frei João exteriorizar seus

¹⁴² Cf. José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777...*, p. 164.

¹⁴³ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598. Carta de D. Frei João de São José a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 8 de novembro de 1760. Os conceitos de *Imperium* e de *Dominium* na Época Moderna ajudam a compreender a relação entre exercício do poder sobre territórios em expansão e a evangelização. A autoridade absoluta dos monarcas estava respaldada pela força militar e pela Cristandade, que lhe outorgara o direito de cristianizar os diferentes povos de seu *Dominium*, a par da idéia de que o império era um instrumento de Deus para a salvação do mundo. Cf. Anthony Pagden. *Señores de todo el mundo. Ideologías del imperio en España, Inglaterra y Francia (en los siglos XVI, XVII y XVIII)*. Barcelona: Ediciones Península, 1997, p. 69-70.

dotes intelectuais e seu conhecimento das terras amazônicas a partir de relatos de viajantes, de missionários e de antigos administradores do Estado do Maranhão que ilustraram suas anotações.

3.3.1 – As visitas pastorais

Em 4 de agosto de 1761, D. Frei João escreveu ao secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado para indicar alguns nomes para auxiliá-lo na administração da diocese: Pedro Barbosa Canais, afilhado do procurador do bispo, frei Bernardo de São Bento, “porque além de muito distinto merecimento tem cônica muito limitada”; Bernardo Ferreira, “homem sério”, formado em Cânones, professo na Ordem de Cristo, opositor na Mesa da Consciência e Ordens, para escrivão da Câmara Eclesiástica; Nicolau Gaspar, natural do Maranhão, também bacharel em Cânones.¹⁴⁴ Devidamente assessorado, pode se preparar para percorrer a sua jurisdição.

As duas viagens pastorais que empreendeu resultaram em valiosas crônicas sobre o modo de vida dos fiéis; a cultura material da região amazônica; a produção; a organização do trabalho; os hábitos cotidianos da população, além do uso das riquezas naturais tanto no que concerne à exploração colonial quanto na alimentação ou no tratamento de enfermidades. A fauna e a flora amazônicas; a situação das vilas fundadas no lugar das antigas aldeias indígenas; a disposição do gentio, reduzido ou não, foram cuidadosamente observadas ao longo do itinerário das visitas.

A hidrografia, as suas potencialidades e posição estratégica foram historicamente abordadas a partir de relatos de missionários, viajantes e sertanistas que desbravaram a densa floresta em favor da conversão dos índios, buscando riquezas ou ainda em nome da

¹⁴⁴ IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 598.

universalização do conhecimento, como o fez La Condamine, várias vezes citado.¹⁴⁵ Não poderia faltar a prestação de assistência religiosa ao rebanho por meio da administração dos sacramentos, especialmente o crisma.

* * *

A 19 de dezembro de 1761, frei João de São José e sua comitiva partiram na primeira incursão pelos sertões do Pará e do Rio Negro, anotando desde o princípio o que respeitava à produção local.¹⁴⁶ De passagem pela fazenda do capitão Agostinho Domingos, que cultivava cacau e café, sendo “o primeiro que teve esta última planta, mandada vir de Caiena pelo governador João da Maia”, declarou: “Caiena pertence à França. Se pertencesse à Inglaterra, seria crime de morte comunicar-se a Portugal a planta do café”.¹⁴⁷ E para os que desejassem conhecer mais sobre o café, recomendou a leitura das viagens do padre “Labatta” e dos escritos do padre Rafael Bluteau.¹⁴⁸

As referências mostraram que D. Frei João não somente se remetia às discussões travadas na Academia Real da História Portuguesa como o seu conhecimento da literatura produzida por missionários que atuaram em territórios coloniais, como o dominicano Jean-Baptiste Labat. A experiência e a vivência desses homens a serviço de outras monarquias

¹⁴⁵ Sobre a idéia de universalização do conhecimento embutida na expedição de La Condamine, ver Mauro Cezar Coelho. “As viagens filosóficas de Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira - ensaio comparativo”. In: Flávio dos Santos Gomes (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira, séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. Universitária/UFPA, 1999, p. 97-127. Ver páginas 105-117.

¹⁴⁶ A crônica da primeira visita pastoral de D. Frei João de São José foi publicada no mesmo volume das *Memórias* (p. 170-214).

¹⁴⁷ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 174.

¹⁴⁸ O dominicano Jean-Baptiste Labat foi missionário nas Antilhas (Martinica e Guadalupe) no final do século XVII e início do XVIII. Publicou, entre outras obras, *Nouveau voyage aux isles de l'Amérique* (1722). Clérigo regular da Ordem de São Caetano, Rafael Bluteau foi um “protegido” da Casa de Ericeira. Membro da Academia Real da História Portuguesa, serviu ao conde Francisco Xavier de Meneses na França. É de sua lavra o *Vocabulário português e latino*, publicado em 8 tomos entre 1712 e 1721. Cf. Rodrigo Bentes Monteiro. “Recortes de memória: o varão insigne Diogo Barbosa Machado”. In: Ronaldo Vainfas, Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves (orgs.). *Retratos do império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XVIII*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 89.

(inclusive de Portugal, no caso de Bluteau) serviram de parâmetro para as observações e sugestões do bispo, orientando o seu olhar sobre a realidade do Norte da América portuguesa.

Isso ficou evidente quando a comitiva chegou a Ourém e o prelado teceu comentários pouco animadores sobre a vila:

É esta povoação um teatro de misérias. A gente de que se compõe é das ilhas da Graciosa e outras donde veio em casais com título de povoadores [...]. Não se atreveram a fazer campinas para eles [...]. As plantas frutificam admiravelmente, mas uma povoação de enfermos que fará?

Para remediar a ruína dos habitantes de Ourém, o bispo aconselhava, recorrendo ao padre Labat,

[...] servir-se Sua Majestade de mandar negros à sua custa fazerem roças, queimando arvoredos e matos com que purifiquem os miasmas nocivos, e deixem a terra capaz de produzir tão copiosamente, que nos seus dízimos terá Sua Majestade em breves anos recebido muito mais da importância que custaram. Assim o fez a França nas Martinicas, e Inglaterra na Virgínia.¹⁴⁹

Em seguida aos conselhos, desferiu severas críticas aos ministros portugueses e ao falecido D. João V, condenando o fausto da Corte e o uso supérfluo de riquezas que poderiam ter se convertido em meios para dinamizar a economia das conquistas ultramarinas. Tomando a Inglaterra e a França como modelos, questionou:

E Portugal por que não [age como as outras potências]? Tenham paciência os políticos. E a lisonja que padeça. Hei de dizê-lo: porque gasta mais do que tem no supérfluo, por isso falta para o necessário. Se o senhor D. João V [...] não fizesse um convento de Arrábidos com tão grande dispêndio, se não gastasse [...] poderia o seu filho, o senhor D. José, ter com que comprasse negros cativos [...].¹⁵⁰

¹⁴⁹ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 181-183.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 183-184.

D. Frei João proferiu uma série de censuras ao comportamento do monarca falecido, mais uma vez condenando a vida de luxo e dissipação da Corte, enquanto os súditos ultramarinos viviam em aguda miséria:

Visto herdar El Rei Nosso Senhor muito menos do que podia, deviam os seus confessores dar-lhe doutrina de sólida moral, isto é, que um príncipe, é verdade que deve afrouxar alguma vez as rédeas do governo, relaxando o ânimo para adquirir novo vigor.¹⁵¹

Foram condenados os gastos excessivos da Corte, não as diversões em si:

Haja música; mas parece-me que um músico, [...] com ordenado de 36.000 cruzados, além de outros grandíssimos interesses cuida que não condiz com um reino que Sua Majestade achou na última miséria, vendo-se na idade do ferro; podendo, aliás, seu pai fazer que ele vivesse na idade de ouro e não havendo este de sobejo, não se pode nem deve sustentar a magnificência, o esplendor e o gosto de um teatro com uma orquestra soberbíssima [...]. Haja concerto de música; mas quem não pode ter orquestra de 48 instrumentos, tenha-a de 16.¹⁵²

As advertências surgidas a partir das impressões colhidas em Ourém ganharam amplitude em considerações sobre o desenvolvimento das possessões ultramarinas e do próprio Reino que, segundo D. Frei João, encontrava-se em desordem e completamente despreparado para a guerra e mesmo para a paz. Aspectos essenciais como a arrecadação, a defesa, o bem-estar e a felicidade dos súditos vinham sendo negligenciados em nome da pompa cultivada pela realeza, incapaz de se apropriar da experiência de outras monarquias.

De acordo com o bispo, os “gastos com superfluidades, sendo evitados, poderão ser origem de que sobeje com que se mandem transplantar d’ África para América colonos bastantes a ajudar os novos povoados”. Disso resultariam divisas que poderiam ser aplicadas

¹⁵¹ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 184-185. Tais advertências e outras que seguem abaixo se aproximavam dos conselhos de D. Luís da Cunha ao então príncipe herdeiro D. José: “[...] estou certo que lhe sobejarão as [horas] que bastem para as empregar nos divertimentos que convém ao seu caráter, entre os quais conto o da caça, não porque seja, como alguns dizem, a imagem da guerra [...], mas porque este divertimento serve a dissipar os grandes cuidados de que o príncipe está sempre ocupado”.

D. Luís da Cunha. *Testamento político*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 19-20.

¹⁵² Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 184-185.

em outras “coisas com que fazem os reis maior pompa, isto é, boas naus; milícia bem paga; boas esmolas a pobres e inválidos; fábricas reais, e na paz, reserva e tesouro para a guerra futura ou possível. Carlos III, nosso vizinho é bom original”.¹⁵³

No dia 13 de janeiro de 1762, a comitiva chegou à vila de Bragança, no território da antiga capitania de Caeté. As observações de D. Frei João a respeito dos moradores não poderiam ser mais negativas. Realçou a sua preguiça e o pouco empenho em fazer prosperar a localidade, pois “até aqui não se resolvem a comprar [...] uma dúzia de vacas e três bois, nem a experimentar a fertilidade daqueles largos campos”. Mais uma vez o bispo externou suas idéias para fomentar a economia local e, por extensão, do Grão-Pará e Maranhão: “neste lugar há salinas de excelente sal, que podem socorrer todo o Estado, se houver quem as amplifique e labore nelas”.¹⁵⁴

A visita pastoral se encerrou no dia 20 de janeiro com o retorno a Ourém, de onde a comitiva partiu para Belém. No caminho, de passagem pela abastada casa de um senhor de engenho da freguesia de Santana, mereceu registro o modo como o prelado e seu séquito foram recebidos, com “demonstrações de alegria em arcos de plantas, iluminações e requeiras”. No engenho de Pedro de Sequeira e Queirós, na boca do rio Capim, jantaram, “servida magnificamente a mesa de três cobertas delicadas, com primor e opulência”.¹⁵⁵ Durante a visita à capela de Antônio Ribeiro Ferreira, D. Frei João soube do nascimento do príncipe D. José, neto do rei, e em sua homenagem foi entoado um *Te Deum*. Também conheceu a sentença de morte dada ao padre Gabriel Malagrida, a quem considerava “soberbo”. Ao comentar o destino trágico do religioso, destilou todo o seu anti-jesuitismo: “humilhem-se as faias, que os cedros, quando caem, só servem para o fogo”.¹⁵⁶

¹⁵³ Ibidem, p. 186-187.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 190-192.

¹⁵⁵ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 205-207.

¹⁵⁶ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 214.

A crônica da primeira visita pastoral de D. Frei João de São José à diocese do Pará primou não só pela abordagem dos assuntos relativos à fé e à religiosidade dos súditos, mas também pela consideração de matérias que em tese não estavam no escopo da função episcopal. Os diagnósticos e sugestões para o desenvolvimento material da região amazônica tiveram continuidade na segunda visita, iniciada poucos meses depois.

* * *

A segunda visita pela diocese teve início cerca de 10 meses depois do encerramento da primeira.¹⁵⁷ Em 10 de novembro de 1762, a comitiva partiu de Belém e seguiu viagem pelo rio Moju até parar no engenho de Lourenço Furtado, aonde a atenção do prelado se voltou para a produção do açúcar, motivo pelo qual mais uma vez recorreu às experiências do dominicano Jean-Baptiste Labat. Prosseguindo a jornada, na altura do Tocantins, tornou a fazer ponderações sobre a conveniência da ligação entre Belém e Vila Bela, em Mato Grosso, quando devia saber que a comunicação entre as cidades só era permitida, por razões de geopolítica, pelo eixo fluvial Madeira-Guaporé-Mamoré (ver 2.8.2).¹⁵⁸

Um encontro fortuito com João de Sousa e Azevedo deixou evidente que o prelado não estava de todo desinformado. O sargento-mor seguia para Vila Bela pelo rio Madeira a fim de fazer comércio e pousara em Santarém com a família “para navegar com mais descanso e comodidade pelo novo caminho que descobriu e facilitou, sendo o primeiro que subiu por ele”. Em outro momento, a crônica da visita foi ilustrada com a lembrança de casos de contrabando de ouro e de prata dos domínios castelhanos pela bacia amazônica, a exemplo

¹⁵⁷ Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763. Escrita pelo bispo D. Frei João de S. José, monge beneditino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 9, 1847, p. 43-107.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 44 e p. 81-82.

do que praticava o jesuíta Manuel de Campos, intermediário de remessas de metais enviados por religiosos espanhóis para a cidade de Cádiz.¹⁵⁹

Diferentemente da primeira visita pastoral, D. Frei João recorreu a outras de suas leituras: *Marañon y Amazonas*, do padre Manuel Rodrigues, ao padre Acosta, aos *Anais históricos do Estado do Maranhão* (para falar da navegação pelo Tapajós), do antigo governador Bernardo Pereira de Berredo, mananciais de informações que balizaram o olhar do prelado aproximando-o da realidade observada e familiarizando-o com espaços desbravados por missionários e viajantes. Um exemplo do proveito tirado desse tipo de referência foi a menção ao padre Samuel Fritz quando a comitiva enfrentava as correntes do Amazonas. O jesuíta partiu de Quito em 1689 com a missão de fazer contato com os índios Omáguas e estabelecer missões no rio Solimões. De lá navegou pelo Amazonas e seguiu até Belém, onde ficou preso quase um ano. Nesse período, elaborou um mapa sobre a porção da bacia amazônica já conhecida por sertanistas, missionários e colonizadores e produziu valioso *Diário* de sua expedição.¹⁶⁰

Atento como na primeira visita à produção local, D. Frei João dedicou algumas palavras à lavoura cacaueira, divulgando aquele que era um “grande ramo de comércio deste Estado, assim do que se cultivava, como do que a terra produz espontaneamente”, referindo-se no último caso ao “cacau bravo” ou silvestre – a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão já teria exportado enorme quantidade do gênero, assim como de café, salsaparrilha e cravo.¹⁶¹

A descrição do bispo encontra alguma correspondência em um estudo clássico de Dauril Alden, que atentou para a boa receptividade do cacau, do café e do chá no mercado

¹⁵⁹ Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763..., p. 81-84.

¹⁶⁰ Cf. Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763..., p. 60-61. Ver também Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 85-93. Segundo Arthur Reis, o mapa do padre Samuel Fritz foi gravado em Quito no ano de 1707 e “é tido como o melhor levantamento da bacia amazônica da época em que foi elaborado” (p. 92).

¹⁶¹ Cf. Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763..., p. 73.

européu nos séculos XVII e XVIII, mas, indiretamente, corrigiu certa distorção presente nas palavras de D. Frei João. Para Alden, a dependência do cacau silvestre na Amazônia perdurou até o início do século XIX, pois havia “cacau bravo” em abundância nas margens dos rios e várias dificuldades operacionais (investimento, oferta de mão-de-obra, tempo da colheita) tornavam arriscavam o cultivo.¹⁶²

Em uma passagem da visita, depois de notar os rumos da produção cacauceira e elogiar a ação da Companhia de Comércio no fornecimento de escravos à população, D. Frei João extravasou ressentimentos provocados por suspeitas levantadas contra si pelos “senhores da Companhia”, segundo os quais o prelado mandara vir de Lisboa grande quantidade de chá “para negócio ou contrato”, quando o fizera no intuito de retribuir gentilezas e favores recebidos.¹⁶³ O fato aparentemente isolado prenunciava o que o prelado enfrentaria no retorno a Belém e lançava luz sobre a motivação subjacente à visita pastoral. A saída de D. Frei João em nova peregrinação era também uma fuga dos problemas e de atos mal-vistos pelo governo do Estado, abordados oportunamente.

Mais do que os procedimentos usuais em viagens episcopais, como a administração de sacramentos – batismos e crismas foram comuns nas paradas em diferentes vilas e povoações – e a investigação da vivência religiosa de sacerdotes e fiéis, interessa realçar o substrato das observações e anotações feitas pelo bispo, a título de melhorar as condições de vida dos súditos de Sua Majestade e contribuir com idéias e projetos para o adiantamento do Estado. A essência dos apontamentos e reflexões remetiam ao programa da Academia Real da História Portuguesa, cuja criação estava a par das flutuações do sistema continental europeu, marcado pela concorrência entre os Estados.¹⁶⁴ Daí resultaram as propostas de exaltação da monarquia

¹⁶² Dauril Alden. *O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: Gráfica Falângola Editora, 1974, p. 9 e p. 25-26.

¹⁶³ Cf. Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763..., p. 74.

¹⁶⁴ Para todas as referências à Academia Real da História Portuguesa e ao seu funcionamento, ver Íris Kantor. “A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da Paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750)”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de*

portuguesa e de “glorificação do espaço imperial”, embutidas nas alusões às experiências levadas a cabo por duas potências respeitáveis, França e Inglaterra, em seus respectivos domínios coloniais.

Em mais de uma ocasião, o bispo afirmou claramente que os gastos desmedidos da Corte comprometiam os investimentos no Reino, principalmente, em setores estratégicos (o aparato defensivo) responsáveis não só pela salvaguarda das fronteiras, mas pela própria afirmação de Portugal perante outras monarquias mais poderosas. Em relação aos territórios coloniais, a diversão e o prazer comedidos da realeza poderiam garantir maiores reservas para o investimento em escravos negros africanos. Um traço do discurso oficial, segundo o qual a mão-de-obra africana era a mais adequada para fazer prosperar as lavouras no Estado.

As críticas exacerbadas ao luxo e à dissipação da Corte – que não pouparam nem mesmo as pessoas reais – não se respaldaram estritamente nos ideais do Iluminismo Católico. As discussões acadêmicas e a incorporação dos ideais da agremiação fundada em 1720 permitiram a D. Frei João acessar um rico manancial informativo que dizia respeito não só aos experimentos verificados em domínios de outras monarquias, mas também ao que já fora produzido por espanhóis e portugueses que transitaram pelas fronteiras fluidas e indefinidas da América colonial – isso explica a menção do padre Samuel Fritz. Tudo isso se fez presente na crônica das duas visitas pastorais do bispo do Pará, ainda que o mesmo pagasse um alto preço pelo serviço.

3.3.2 – Um retrocesso na (re)colonização do Norte

Não seria demais pensar que a verborragia de D. Frei João de São José transcendesse as letras e fosse parar à boca e aos ouvidos de pelo menos alguns de seus interlocutores. Para alguém dado a críticas tão contundentes não devia ser fácil conter o impulso de vociferar

governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005, p. 257-276.

comentários pouco abonadores. Certa vez, mordeu o capitão-general Manuel Bernardo de Melo e Castro:

Passava eu pelo açougue da cidade de Belém, e reparei nas cinco cabeças daquele edifício. Vinha comigo certo governador que emplumara duramente muitos maridos e reparando também ponderava o despropósito do ministro que mandara por tantas cabeças engalhadas no edifício; e ajuntou: – Gente de letras faz os maiores despropósitos em obras. Disse-lhe eu: – Em pedra sim; mas em carne são maiores os despropósitos dos militares.¹⁶⁵

Mas não só palavras condenaram D. Frei João. Atos ilícitos de que foi acusado comprometeram o seu conceito na Corte e implicaram na perda da proteção de aliados poderosos, leia-se Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Sebastião José de Carvalho e Melo.

O descrédito do bispo começou com a ruptura das relações do braço eclesiástico com o temporal, negligenciando-se a harmonia sempre recomendada entre ambos pelas autoridades metropolitanas. Não é sabido se a historieta relativa à fama de conquistador de Manuel Bernardo de Melo e Castro chegou aos seus ouvidos, mas é certo que o capitão-general foi o principal responsável pela denúncia de supostas arbitrariedades cometidas pelo bispo, em conluio com um seu criado e capelão, além de escrivão da Câmara Eclesiástica, padre Bernardo Teixeira.

Desde 20 de outubro de 1762, quando oficiou à Corte para falar de “extorsões” e de “violências” cometidas na administração da diocese, Manuel Bernardo andava insatisfeito com os procedimentos do escrivão. Em um dos casos, o ajudante de sala Feliciano Soares Serrão pediu a Bernardo Teixeira uma certidão do assento de batismo de uma enjeitada de nome Maria Josefa do Ó, o que foi negado sob a (falsa) alegação de que não constava no livro correspondente nenhum registro. Segundo o capitão-general, a intenção do escrivão era

¹⁶⁵ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 163.

obrigar o requerente a dar entrada em um pedido de justificação sumária para assim “perceber os salários do processo e escrita da dita justificação”.¹⁶⁶

Vinte dias depois da denúncia, o bispo partiu em sua segunda visita pela diocese, acompanhado do escrivão da Câmara Eclesiástica. Não sem antes tomar conhecimento de que Manuel Bernardo voltara à carga e enviara extensa conta de seus atos a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (a carta tem data de 2 de novembro de 1762 e D. Frei João partiu no dia 10). O capitão rememorou os acontecimentos desde a chegada do prelado: “[...] logo deu a demonstrar o caráter do seu ambicioso e comerciante gênio, ligado pelo ambiciosíssimo e fatal comerciante do escrivão da Câmara [...]”.¹⁶⁷

O bispo e seu criado e capelão comercializavam em lojas da cidade de Belém peças de linho, toalhas e guardanapos, além de barris de vinho, de aguardente, chá e outras mercadorias, “[...] vendendo a fazenda por maior preço, comprando-se por menos nesse Reino, em que consiste a formal torpeza dos interesses mercantis proibidos a todos os eclesiásticos”. Manuel Bernardo referia-se, indiretamente, ao alvará de 31 de março de 1680 que proibia o bispo e o governador do Estado do Maranhão de praticarem o comércio, a agricultura e de manterem índios a seu serviço para tais atividades.¹⁶⁸

D. Frei João negociava publicamente, chegando a se indispor com o provedor da Fazenda e com deputados da Companhia de Comércio por limitarem as remessas de chá do Reino que o prelado argumentava ser para uso pessoal (queria encomendar 60 libras, mas só foi autorizado a receber 25). Foi esse o episódio referido na crônica da segunda visita pastoral, quando o bispo disse, inclusive, que precisara vender “toalhas e guardanapos de Guimarães”

¹⁶⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Pará (avulsos). CD 6, cx. 53, doc. 4860.

¹⁶⁷ IHGB. Lata 194, doc. 49.

¹⁶⁸ Cf. Graça Salgado (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 424.

para pagar o carregamento.¹⁶⁹ Itens que na conta do capitão-general do Estado faziam parte das mercadorias comerciadas pela autoridade eclesiástica.

Um dos atos mais escandalosos apontados pelo governador teria sido praticado pelo beneditino e seu escrivão durante a primeira visita pastoral:

Chegando o referido prelado à vila da Vigia, nela se demorou fazendo visitador delegado ao dito escrivão da Câmara para as vilas de Colares, Nova d' El Rei, Sintra e lugar de Odivelas [...]. Porém, logo se veio no claro conhecimento do fim a que se encaminhava esta visita; porque levando o dito escrivão os mais dos índios dos 60 que levava o dito prelado na sua comitiva, empregou o mais do tempo em casa de um morador [...] na baía do Marapanim, fazendo uma grande pescaria, [...] pegando nas redes com indecência, [...] de sorte que salgou muitas arrobas de peixe grosso e mais muitas mil tainhas, [...] que tudo mandou e trouxe para as casas da residência do dito prelado na dita vila da Vigia, donde se mandou fazer vender a esta cidade [de Belém].¹⁷⁰

Quando foi comparado a D. Frei Miguel de Bulhões, que dera inúmeras provas de colaboração incondicional, a reputação de D. Frei João começou a declinar irremediavelmente. Passou a ser visto como um bispo que nunca oferecera esmola a uma igreja sequer e um obstáculo à execução da política indigenista, especificamente no que se referia aos casamentos dos nativos, primordiais para o sucesso da política de ocupação e desenvolvimento do Estado:

Sendo os casamentos o primeiro estabelecimento dos povos, não só porque com eles se evitam muitas ofensas de Deus, mas aumenta-se a povoação [...] permite o dito prelado se dê ocasião a se não efetivarem muitos casamentos, não querendo despachar os papéis de esponsais, e licenças de casamento o referido escrivão sem que os miseráveis índios lhe contribuam os salários [...].¹⁷¹

Isso equivale a dizer que mesmo não descumprindo necessariamente a lei, por gozarem a fama de “sócios” em negócios escusos figurando como ambiciosos, o bispo e o escrivão da Câmara Eclesiástica transmitiam a impressão de que não compreendiam – ou não

¹⁶⁹ Cf. Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763..., p. 74.

¹⁷⁰ IHGB. Lata 194, doc. 49.

¹⁷¹ Idem.

queriam compreender – a real dimensão do papel dos índios na (re)colonização do Norte. Se deixassem as formalidades de lado, sacrificando os interesses da diocese em favor de um projeto muito mais amplo, talvez granjeassem a simpatia das autoridades. Nesse caso, seriam colaboradores e não desafetos.

Índios permaneciam presos longo tempo por não disporem de dinheiro para pagar despesas de devassas e de autos de livramento, contrariando-se o “direito e estilo da Corte em que as causas de presos pobres se não demoram, posto que não tenham com que pagar”. Vilas ficaram ameaçadas de não ter mestres para ensinar aos índios, inclusive, a doutrina cristã. Era uma atribuição dos bispos verificarem a proficiência dos candidatos e passar-lhes uma provisão. Mas D. Frei João inovou ao criar um “emolumento ou ladroeira”, para usar as palavras do capitão-general, de cinco patacas pelo serviço.¹⁷²

A queda do prelado foi selada no momento em que Manuel Bernardo, depois de compará-lo desfavoravelmente a D. Frei Miguel de Bulhões e de considerá-lo pouco afeito ao progresso da política indigenista, atribuiu-lhe “opinião e imaginações jesuíticas”. Segundo o capitão-general, o próprio bispo repetira publicamente em várias ocasiões que a exploração das drogas do sertão devia ser permitida a “qualquer estado de pessoas”, incluindo os eclesiásticos, “sustentando não ser crime, nem proibido o comércio do sertão e drogas dele aos clérigos [...] e a todas as pessoas, que lhe parecia que aos vigários se lhe devia permitir mandar buscar drogas do sertão [...]”.¹⁷³

Ao se bater pela liberdade de qualquer pessoa explorar as drogas do sertão, sem distinção de seculares e eclesiásticos, D. Frei João incorreu nas idéias e práticas dos jesuítas que a Coroa e seus agentes abominavam. O discurso que propagou o desejo irrefreável de riqueza por parte dos inacianos, a ambição de acumular carregamentos de drogas nos colégios, tudo graças à exploração dos índios se renovou na conta de Manuel Bernardo de

¹⁷² IHGB. Lata 194, doc. 49.

¹⁷³ Idem.

Melo e Castro. Insistir em tais procedimentos era retroceder a um passado ainda recente. O tempo era de mudanças, mercê da expulsão da Companhia de Jesus. Justamente por isso a diocese do Pará foi confiada a D. Frei João. Mas o beneditino negligenciou o principal requisito de sua nomeação. Aquele que se mostrara tão hábil – ou imprudente – com as palavras, acabou traído por elas. Com isso, pôs a perder a sua reputação.

Todos esses fatos chegaram ao conhecimento das autoridades em Lisboa enquanto o bispo estava em visita pastoral, escapando à exposição dos conflitos em Belém. Não poupou argumentos para se defender. As *Memórias* contém diversas correspondências nas quais D. Frei João alegava viver em pobreza, dispensando certos luxos permitidos aos de sua condição: “Uso do meu hábito com um bordão de pau preto e fivelas de ferro; proibi a seda em minha casa e família; não trago barrete nem meias de seda, salvo em pontifical”. Os jantares que oferecia eram ornados com “toalhas adamascadas” recebidas no Porto e louça de Macau presenteada pela condessa de Ávila, D. Maria de Meneses. Na segunda visita pastoral, feita à sua custa, podia ter se valido dos cavalos de Marajó e de seges, mas utilizou um “cadáver de cadeirinha, caindo-lhe a pedaços o forro, porque outra de vidros tem podre a fábrica interior”.¹⁷⁴

Muitos outros argumentos poderiam ser citados. A historiografia tradicional absorveu o tom das queixas de D. Frei João atribuindo a sua queda a intrigas movidas por um ébrio e bígamo, Matias da Silva Gaio (repreendido pelo bispo), por carmelitas interessados na mercancia, pelo vigário-geral Pedro Barbosa Canais e devido à inimizade de Manuel Bernardo de Melo e Castro.¹⁷⁵ Entretanto, o beneditino foi algoz de si mesmo. Ao ser advertido quanto às punições dadas a religiosos que exploravam as drogas do sertão, retrocedeu, mas na avaliação do capitão-general não abandonou o espírito do jesuitismo.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 30-32.

¹⁷⁵ Cf. João Lúcio de Azevedo. *Estudos de história paraense*. Belém: Tipografia de Tavares Cardoso & cia, 1893, p. 164-166.

¹⁷⁶ IHGB. Lata 194, doc. 49.

Camilo Castelo Branco deu outra versão para a derrocada daquele que tanto atraiu a sua atenção de literato. Amigo de falar e escrever sem reservas, teria revelado os reais motivos da demissão e desterro, por obra de Sebastião José de Carvalho e Melo, do secretário Diogo de Mendonça Corte Real.¹⁷⁷ Uma atitude possível, porém insuficiente para justificar tantas acusações de ambição.

Na Corte, D. Frei João não poderia contar com certos aliados de peso. A julgar verdadeiro o círculo de amizades esboçado por Camilo Castelo Branco, havia sérias baixas. O 6º conde de São Lourenço, D. João José Ansberto de Noronha, fora acusado de participar da conspiração atribuída aos marqueses de Távora e aos jesuítas para assassinar D. José I e encontrava-se preso no Forte da Junqueira, de onde só sairia após a demissão de Sebastião José de Carvalho e Melo.¹⁷⁸ O último duque de Aveiro também fora implicado na tentativa de regicídio e sentenciado à morte pelo crime de lesa-majestade e alta traição, em 1759.¹⁷⁹ Restava, porém, um aliado que começava a despontar na Corte e a partir do final dos anos de 1760 assumiria posições importantes na conjuntura das reformas pombalinas, sobretudo, no campo da educação: Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, presidente da Junta do Subsídio Literário, da Real Mesa Censória, confessor e preceptor do neto do rei, o príncipe D. José, e atuante na reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra.¹⁸⁰

Ocorre que Cenáculo recebeu uma das três cópias feitas pelo bispo (outras duas seguiram para seu convento de origem no Porto) da crônica da primeira visita pastoral à diocese, justamente a que continha as mais severas críticas ao reinado de D. José I, à condução dos negócios públicos e aos excessos da Corte.¹⁸¹ Conjecturou-se, então: Teria

¹⁷⁷ Camilo Castelo Branco. *Perfil do marquês de Pombal*. 7ª ed., Porto: Porto Editora, [s/d.].

¹⁷⁸ Cf. Afonso Eduardo Martins Zúquete. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 2, p. 632.

¹⁷⁹ Cf. Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 79-92.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 106-117. José Pedro Paiva também destacou a proximidade entre frei Manuel do Cenáculo e D. Frei João de São José. Cf. José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 541.

¹⁸¹ Cf. *Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará...*, p. 43.

Cenáculo, figura próxima de Carvalho e Melo, feito chegar às suas mãos os papéis recebidos do bispo do Pará? Do contrário, aceitaria ser fiador de alguém acusado de propagar idéias e práticas jesuíticas e assim comprometer o seu futuro político?

São perguntas difíceis de responder objetivamente, mas é válido considerar as tensões do momento e o crescente poder do secretário do Reino. No âmbito das relações cortesãs, de acordo com Norbert Elias, não havia tranquilidade, segurança, não faltavam intrigas, escândalos e conflitos que resultavam na queda de uns e no favorecimento de outros. Em suma, “cada um podia prejudicar o outro”.¹⁸²

De nada adiantaram os argumentos de defesa nem eventuais valimentos. Após vasculhar os papéis do escrivão da Câmara Episcopal de madrugada, Manuel Bernardo de Melo e Castro ordenou a sua prisão – um destacamento foi enviado para alcançá-lo durante a visita pastoral. Bernardo Teixeira foi preso, teve seus bens seqüestrados e foi remetido para Lisboa. Antes mesmo de chegar a Belém, a (má) sorte de D. Frei João já estava lançada. O sucessor de Manuel Bernardo, Fernando da Costa de Ataíde Teive, trazia ordens expressas de remeter o bispo para o Reino na primeira oportunidade que se oferecesse.¹⁸³ Não lhe foi permitido nomear um governador para a diocese, pois o inquisidor e visitador Geraldo José de Abranches, integrante da comitiva do novo capitão-general, acumulou o cargo de vigário capitular até 1772, quando a mitra recebeu D. Frei João Evangelista Pereira da Silva.¹⁸⁴

Desterrado no Mosteiro de São João de Alpendurada, no Porto, D. Frei João de São José e Queirós morreu em 1764, poucos meses depois de chegar a Portugal. Diz-se que

¹⁸² Norbert Elias. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 120.

¹⁸³ IHGB. Lata 285, livro 1, doc. 22 (fls. 51v-53). Ordem régia de 20 de junho de 1763, reiterada em 4 de julho (doc. 23 – fls. 53-54).

¹⁸⁴ Cf. José Roberto do Amaral Lapa. *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 47-56. Para uma abordagem atualizada da trajetória de Geraldo José de Abranches, ver Isabel M. R. Mendes Drumond Braga. “Entre Portugal e o Brasil ao serviço da Inquisição: o percurso de Geraldo José de Abranches (1711-1782)”. In: Ronaldo Vainfas, Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves (orgs.). *Retratos do império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XVIII*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 233-258.

“sucumbiu à dor e à vergonha” aos 53 anos, sentimentos muito próprios de alguém desonrado publicamente e afastado do Real Serviço. Por outro lado, talvez não tivesse a consciência de que ao ser rotulado como um propagador de experiências associadas aos jesuítas, passou a representar um retrocesso na (re)colonização do Norte da América portuguesa ou mesmo um engano a ser corrigido.

Maranhão

3.4 – O voto de desconfiança: D. Frei Antônio de São José

A morte repentina do bispo do Maranhão, D. Frei Francisco de São Tiago, em 1752, inaugurou um período de vacância da diocese que durou quase cinco anos (ver 2.4.3). Durante esse tempo, o Cabido da Sé, alguns vigários capitulares e D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa se revezaram no governo da mitra até à nomeação de D. Frei Antônio de São José, confirmada por Bento XIV em 18 de julho de 1756. Assim como D. Frei Miguel e D. Frei João de São José e Queirós, o religioso da Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho nunca havia exercido o episcopado.¹⁸⁵

Nascido na vila de Viana do Castelo, província do Minho, em 21 de fevereiro de 1704, filho de Gonçalo de Moura Marinho e de Maria da Afonseca, tomou o hábito de Santo Agostinho em 1719, no Convento da Graça de Lisboa. Passou pelo Colégio das Artes, mantido pelos jesuítas, e formou-se teólogo na Universidade de Coimbra, tal como os dois prelados do Pará. Foi provincial de sua Ordem – um dos “trampolins” para o acesso ao episcopado –, professor e um estudioso da história eclesiástica.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Cf. Mário Martins Meireles. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977, p. 147.

¹⁸⁶ Cf. Arlindo Rubert. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1988, v. 3, p. 363. César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon & Seleta, 1970, p. 121-127. José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 528-529. Ver também, do mesmo autor, “Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777)”. In: Nuno

D. Frei Antônio era um frade da Jacobéia, movimento iniciado em 1707 entre os agostinianos do Convento da Graça de Coimbra. De acordo com José Pedro Paiva, seu objetivo era a realização de reformas profundas na espiritualidade e no comportamento do clero. Os bispos que se formaram em meio à efervescência da Jacobéia eram adversários do Iluminismo Católico – marcado por uma reflexão profunda sobre o Cristianismo, as Escrituras e a história da Igreja, pela valorização da crítica e a recusa do pensamento escolástico, sem contestar a autoridade papal – e da filosofia das Luzes.¹⁸⁷ Era, portanto, um religioso dotado de concepções bem diferentes de D. Frei João de São José e Queirós.

A indicação de D. Frei Antônio partiu diretamente de D. José I, conforme asseverou Sebastião José de Carvalho e Melo a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao comunicarlhe a escolha de um novo bispo para o Maranhão

[...] que segue escola diversa da que aí domina. Sabe que a sua nomeação foi imediatamente emanada d' El Rei Nosso Senhor. É grande letrado, e de exemplares costumes: tem grande bondade. Leva por máxima conservar uma perfeita harmonia com os governadores, com os militares e com os ministros [...].¹⁸⁸

Um exame da consulta do Conselho Ultramarino ao rei sobre o provimento da diocese do Maranhão esclareceu que a eleição de D. Frei Antônio de São José se deu inteiramente pela vontade do soberano, pois o nome do agostiniano não apareceu em nenhuma das listas tríplexes apresentadas pelos conselheiros.¹⁸⁹ Entre os mais votados estavam: João Nunes da Silveira, cônego da Basílica de Santa Maria Maior e desembargador da Relação Patriarcal; Antônio Calça Godinho, teólogo e mestre de Moral no Convento de Palmela; e Manuel da Costa Cruz, também cônego da Basílica de Santa Maria Maior.

Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 57.

¹⁸⁷ Cf. José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do império...*, p. 164-170.

¹⁸⁸ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, n.º 16 – Cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, e de El Rei ao mesmo e outros (fl. 21).

¹⁸⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 34, doc. 03422.

A maioria absoluta dos indicados pelo Conselho Ultramarino não tinha experiência em mitras do Reino ou do ultramar, à exceção de D. Frei Francisco da Purificação, religioso paulista, que fora bispo de Pequim entre 1725 e 1734. De outro modo, apenas um dos que não teve sua indicação confirmada para o Maranhão, D. Antônio Caetano da Rocha, foi remanejado para outra diocese – a de Angra (1756-1772).

A historiografia luso-brasileira apostou na interpretação de que D. Frei Antônio de São José foi recrutado para auxiliar o braço secular na desarticulação do poder dos jesuítas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, e que o mesmo não correspondeu às expectativas da Coroa. No século XIX, César Augusto Marques afirmou que o bispo não atendeu as determinações metropolitanas de atalhar a ação da Companhia de Jesus e desentendeu-se com os governadores Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e Joaquim de Melo e Póvoas. Decorridos mais de 30 anos, José Pedro Paiva qualificou D. Frei Antônio como um dos prelados que “jamais deu provas de sintonia com as idéias de Pombal”.¹⁹⁰ Por não ter acatado ordens contra os inacianos e ter se desentendido com Melo e Póvoas, foi perseguido e suspenso das suas funções na mitra.¹⁹¹

Não obstante os conflitos que envolveram o bispo e os governadores do Maranhão, bem como a ausência de ação contundente – e registrada – a respeito dos jesuítas, é preciso atentar para o fato de que, mal tomou posse, D. Frei Antônio desmereceu a confiança de que seus serviços seriam úteis à causa defendida por Mendonça Furtado. Este se correspondeu com o irmão meses depois da chegada do bispo, queixando-se dos seus procedimentos. Referia-se à procuração enviada pelo agostiniano a D. Frei Miguel de Bulhões para que este cuidasse dos interesses da diocese e nomeasse um governador interino. Segundo o capitão-general, o documento foi recebido quando ele e o bispo do Pará resolviam conflitos de alçada (temporal e religiosa) com os jesuítas e, por conta disso, “chegando o dito bispo [D. Frei

¹⁹⁰ César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão...*, p. 121-127.

¹⁹¹ José Pedro Paiva. Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino. *Penélope*. Oeiras, n.º 5, 2001, p. 44.

Antônio] à sua diocese se achou sem embaraço algum na sua jurisdição e livre de todas as questões”.¹⁹²

A subsequente atitude de D. Frei Antônio desagradou profundamente a Mendonça Furtado, causando-lhe ressentimento e provocando a sua desconfiança. Esperava-se que o bispo agradecesse a intervenção de D. Frei Miguel e do capitão-general em benefício da diocese do Maranhão. Mas isso não aconteceu. Ao contrário, o agostiniano escreveu duas cartas ao prelado do Pará “sem lhe falar uma única palavra em semelhante negócio, não só não lhe agradecendo o trabalho que teve, mas nem ainda aprovando-lhe ou desaprovando-lhe [o] que tinha mandado dar a favor da sua jurisdição”. Com a mesma indiferença teria se reportado a Mendonça Furtado, “como se não houvesse novidade alguma nestes governos, observando uma absoluta taciturnidade a este respeito”.

O capitão-general reproduziu na citada carta algumas impressões que o bispo recém-empossado teria divulgado sobre a diocese, aparentemente insensível aos esforços empreendidos para o “[...] extermínio do padre visitador e mais religiosos da Companhia [e] a punição e prisão do ouvidor daquela capitania [do Maranhão] por se deixar corromper pelos mesmos religiosos”. Ao contrário, D. Frei Antônio confessara-se “admirado de lhe dizerem em Lisboa que havia de achar desordens e inquietações no seu bispado e que ele pelo contrário achava tudo porque não havia mais que paz, ordem e sossego [...]”.

Uma carta de João Rodrigues Covete – “um grandíssimo velhaco debaixo dos acidentes de homem honrado”, na opinião de Mendonça Furtado – só colaborou para piorar a situação do bispo. O vigário escreveu a D. Frei Miguel de Bulhões dizendo que D. Frei Antônio “tinha achado tudo em sossego e que os religiosos da Companhia estavam em suma obediência a tudo que era ordem de Sua Majestade”, o que de forma alguma correspondia aos

¹⁹² IANTT. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 19 de novembro de 1757. Essa referência abrange as citações nos parágrafos seguintes.

acontecimentos no Pará que resultaram na expulsão do visitador, padre Francisco de Toledo (ver 2.1.2 e 3.2.4).

O comportamento de D. Frei Antônio, reiterado por João Rodrigues Covete, levou Mendonça Furtado a ficar “ainda que não na última desconfiança, na forçosa precisão de vigiar com todo o cuidado sobre a sua conduta, a qual tenho por sem dúvida que há de ser bem às avessas do que em semelhante ocasião se necessitava”. Diante disso, o representante máximo do poder régio nas conquistas do Norte temia que se rompesse aquela “santa união” entre o poder temporal e o religioso em prol do “estabelecimento do novo método do governo a que passou este larguíssimo Estado”.

Embora seja aceitável que D. Frei Antônio de São José não deixou provas de fidelidade aos propósitos de combater a ação dos jesuítas, pouco depois de sua investidura já havia uma predisposição a considerá-lo mais um desafeto – por dar a entender que a política anti-jesuíta era questão de somenos – do que um colaborador, ao contrário de D. Frei Miguel de Bulhões. As primeiras impressões de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a respeito do prelado agostiniano impregnaram o seu episcopado de uma forte nota de suspeição, e condicionaram as suas relações com diferentes instâncias da administração colonial.

3.4.1 – A fragilidade do braço eclesiástico

Meses depois de fazer sua entrada solene na diocese, D. Frei Antônio de São José deparou com um problema do qual se queixaria mesmo após se retirar do Maranhão: os atrasos nos pagamentos das cômguas às dignidades da Sé. Em carta a Sebastião José de Carvalho e Melo reclamou da insistência do provedor da Fazenda em alegar que não havia meios para honrar os benefícios, quando devia ser “para a Sé o primeiro dinheiro por ordem que temos registrada do senhor rei D. João IV”. Com veemência, criticou o costume dos provedores de dizer que os cofres públicos não dispunham de numerário, pois “sempre o

houve todas as vezes que os senhores reis mandaram que o houvesse, isto é, severamente mandaram que se pagasse”.¹⁹³

A demanda de D. Frei Antônio não encontraria acolhida na Corte. Por um lado, os atrasos na satisfação das cômputas eram crônicos, mercê do descompasso entre o “tempo político-administrativo” e a recepção das medidas no espaço colonial¹⁹⁴ (a moeda metálica fora introduzida no Estado em 1749 e quase uma década depois o sistema de pagamento não havia mudado) e, por outro, o descrédito das autoridades metropolitanas começava a se manifestar.

Em fevereiro de 1759, D. Frei Antônio respondeu a um aviso de Tomé Joaquim da Costa Corte Real em que o secretário notificara o descontentamento do rei quanto às descrições das freguesias que compunham a diocese, pois os papéis omitiam os nomes das pessoas que possuíam fazendas e o “número de habitantes das administradas por certos religiosos”. Em sua defesa, o bispo alegou a extensão da sua jurisdição, a falta de descrições de todas as freguesias e a ausência de párocos capazes de realizar o trabalho com a minúcia que se verificava na diocese do Pará, “aonde um diligentíssimo general dava valor a tudo com a sua atividade e socorro” – sutil observação a respeito da perfeita união entre Mendonça Furtado e D. Frei Miguel de Bulhões e da falta de sintonia entre D. Frei Antônio e o velho governador Gonçalo Pereira. Um indício de que a administração do agostiniano incorria em desagrado seguiu-se à exposição das razões da insuficiência das descrições das freguesias: “também me avisa V.Ex.^a que se fez reparável à Sua Majestade não falar eu nas causas da

¹⁹³ IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Carta de 24 de novembro de 1757. Ver também a pastoral de 20 de setembro de 1761, pela qual D. Frei Antônio exortou os fiéis a pagarem os dízimos para a satisfação da folha eclesiástica. O bispo queixou-se ainda do descumprimento dos decretos que autorizavam as obras de remodelação da Igreja Matriz e estendeu seus apelos a outro secretário, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, para que as cômputas fossem integralmente pagas no Maranhão, conforme ordem régia passada quando a moeda metálica fora introduzida no Estado, cessando-se o costume de satisfazê-las metade com dinheiro vindo da Bahia e metade com rendimentos do Maranhão. Em meio às lamentações, encontrou espaço para pedir uma vaga de cônego da Sé para um sobrinho, José da Costa Bravo, filho natural de um seu irmão, que o acompanhara na viagem até São Luís.

¹⁹⁴ Cf. Francisco José Calazans Falcon. “Pombal e o Brasil”. In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. 2ª ed., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2001, p. 228-232.

decadência desta igreja, ou do Maranhão, nem nos novos estabelecimentos a favor também da minha jurisdição [...]”.¹⁹⁵

Na altura em que o prelado respondia ao aviso do secretário Corte Real, D. Frei Miguel de Bulhões se preparava para deixar Belém rumo a São Luís, investido no cargo de visitador e reformador da Companhia de Jesus no Maranhão – uma afronta à jurisdição do titular desta diocese que, humilhado, retirou-se para o interior. Com a chegada do bispo do Pará, em maio de 1759, D. Frei Antônio partiu em visita pastoral, subindo o rio Itapecuru até a vila de Caxias, de onde seguiu para a vila de Parnaguá, no Piauí, regressando a São Luís em outubro de 1760.¹⁹⁶

A missão confiada a D. Frei Miguel, por sua vez, evidenciava a insatisfação das autoridades coloniais e metropolitanas ante as “hesitações” de D. Frei Antônio em destituir os jesuítas de suas ordens e agilizar a sua expulsão.¹⁹⁷ De fato, o prelado maranhense limitou-se a cumprir a ordem régia de expulsão da Companhia de Jesus, referindo-se especialmente ao atentado sofrido por D. José, em 1758, no qual os inacianos foram implicados. Destacou o “maduro acordo” que levou à proscrição da Ordem, mas não fez qualquer consideração negativa a respeito de seu trabalho missionário ou da presença nos territórios ultramarinos.¹⁹⁸

A rede de oposição aos jesuítas no Estado estava em sintonia com os maiores interessados no combate à Companhia em Portugal. No Pará, Mendonça Furtado e D. Frei Miguel de Bulhões agiam de comum acordo, atribuindo aos missionários toda a sorte de obstáculos à política indigenista e à reorganização da exploração econômica – vide a *Sedição do Engenho do Itapecuru* (3.2.3). No Maranhão, o governador Gonçalo Pereira era totalmente afeito aos ditames metropolitanos. E, na Corte, descontando-se por motivos óbvios a figura de

¹⁹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 39, doc. 03806.

¹⁹⁶ Cf. César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão...*, p. 122. Dessa resultou a pastoral de 20 de setembro de 1761, exortando os fiéis a pagarem os dízimos para a satisfação da folha eclesiástica. IANTT. Ministério do Reino. Maranhão, maço 601. Ver também D. Felipe Conduru Pacheco. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Maranhão, 1969, p. 63.

¹⁹⁷ Cf. D. Felipe Conduru Pacheco. *História eclesiástica do Maranhão...*, p. 39.

¹⁹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 40, doc. 03894.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, secretário da Marinha, era um ferrenho adversário dos jesuítas, dado o poder e o patrimônio que acumularam como administradores de aldeias indígenas.¹⁹⁹ Ou seja, em terras maranhenses, D. Frei Antônio encontrava-se isolado, o braço eclesiástico desarticulado do corpo político.

* * *

Os desentendimentos entre Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e D. Frei Antônio de São José ocorreram por causa de supostos achados auríferos. A querela com o governador começou em fevereiro de 1759, quando surgiram notícias da descoberta de minas na Fazenda Angicos, no rio Iguará, pelos padres José de Sousa Machado e José Vivardo. Gonçalo Pereira, desejando punir os clérigos que incentivavam a prospecção do ouro – o que contrariava as instruções a Francisco Xavier de Mendonça Furtado e as do governo do Maranhão (ver 2.1.1 e 2.4.1) – teria solicitado a permissão do bispo, em visita pastoral pela diocese, para prendê-los. Na falta da resposta de D. Frei Antônio, o governador decidiu pela reclusão dos religiosos. Diante disso, o padre José de Sousa Machado teria movido a intriga, queixando-se ao prelado de que Gonçalo Pereira pretendia submetê-lo e a seu cúmplice a um processo sumário, o que competia apenas ao bispo como superior hierárquico.²⁰⁰

Ao tomar ciência dos fatos, D. Frei Antônio acabou contribuindo para aumentar os desentendimentos com o governador: depois de consultar o ouvidor do Maranhão, Gaspar Gonçalves do Reis, o bispo teria dado licença a Gonçalo Pereira para processar os padres, mas o fez de maneira desastrada e ofendeu o velho brigadeiro que decidiu pelo rompimento de relações. Enquanto isso, o ouvidor teria partido em uma expedição ao rio Iguará no rastro das minas, com o auxílio de um prático em mineração, de alguns negros mineiros e de uma escolta militar. Insinuando que o governador estava a par da empresa e teria dado apoio ao

¹⁹⁹ Cf. Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 205-216.

²⁰⁰ Cf. César Augusto Marques. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão...*, p. 122.

ouvidor, a historiografia tradicional considerou que a busca frustrada do ouvidor teria repercutido negativamente no ânimo de Gonçalo Pereira.²⁰¹

Após a exposição do evento como foi apreendido pelos historiadores, cumpre analisar o discurso das autoridades envolvidas. Em 21 de junho de 1759, D. Frei Antônio expôs a Tomé Joaquim da Costa Corte Real o que denominou “projeto” de encontrar minas de ouro na Fazenda Angicos, envolvendo um grupo de pessoas de diferentes condições. No relato, figuravam como interessados na empreitada o padre José de Sousa Machado, acusado de promover “sedições” em São Luís, o irlandês Lourenço Belfort – benquista no Maranhão e na Corte –, o ouvidor da capitania, Gaspar Gonçalves dos Reis, e o juiz de fora e provedor da Fazenda, Inácio Barbosa Canais e Abreu. Sobre o conluio, assim se expressou D. Frei Antônio:

Despindo-se da qualidade de ministro, e fingindo-se um particular interessado, [Gaspar Gonçalves dos Reis] unido com Lourenço Belfort irlandês quiseram persuadir ao clérigo [...] que entrasse com ambos em um contrato clandestino para extraírem o ouro das sonhadas minas. Obrigava-se o Belfort a subministrar canoas, pretos e mantimentos, o clérigo a descobrir o lugar do ouro; **o juiz de fora a encobrir o negócio, ainda ao governador, e revelar os projetos que este tomasse em contrário.**²⁰²

A expedição ao rio Iguará teria sido planejada à noite na casa do irlandês: “puseram-se diante umas horas com os Santos Evangelhos e juraram todos três (Belfort, Gaspar dos Reis e o padre), os dois com ânimo de enganar o clérigo, e este também os enganava”.

A julgar fidedigna a denúncia de D. Frei Antônio, o governador nada sabia a respeito do conluio para descobrir as minas do Iguará, sendo antes vigiado pelos interessados nas supostas reservas auríferas. Não havia razão aparente para que o bispo quisesse simplesmente defender o governador. Por outro lado, conscientemente ou não, o prelado acabou revelando uma conexão que envolvia pessoas poderosas. A união entre Gaspar Gonçalves dos Reis e

²⁰¹ Ibidem, p. 123.

²⁰² IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 200v-202v. Grifo nosso.

Lourenço Belfort era antiga. Por volta de 1752/1753 este exercia o cargo de contador dos contos do Maranhão (nomeado por Luís de Vasconcelos Lobo), uma função estratégica, pois tinha como atribuição conferir com o provedor da Fazenda as contas dos que serviam nessa repartição, recenseá-las anualmente e enviá-las a Portugal.²⁰³ Após a morte do governador, o irlandês pediu dispensa do cargo “em que não tenho tido pequena moléstia pelo grande embarço, desordem e confusão em que acho as contas do almoxarife José Cardoso Delgado”.²⁰⁴ Mas o ouvidor solicitou a Mendonça Furtado que em vez de aceitar a demissão, “antes se sirva mandar-lhe nova provisão”.²⁰⁵

Sem dúvida, Lourenço Belfort ou Lancelot Berford, nascido em Dublin em 5 de julho de 1708, era o mais abastado e influente elemento da conexão que envolvia o ouvidor e o provedor e juiz de fora. Chegou ao Maranhão ainda jovem e em 1738 já financiava e comandava tropas de resgate de índios em direção ao rio Branco, que atingiu em 1740.²⁰⁶ Tempos depois, suas atividades começaram a se diversificar. Juntamente com um sócio, José Bernardes Teixeira, recebeu a mercê da isenção de impostos por 10 anos sobre o anil que cultivavam e beneficiavam em uma fábrica. Seguindo antigas instruções do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1690-1701), investiram na produção, adquirindo escravos (aos quais pagavam o jornal), ferramentas, pedra e cal. Tudo isso justificou o pedido de mercê.²⁰⁷

Lourenço Belfort dedicou-se também à cultura das amoreiras, à criação do bicho-da-seda e à manufatura de couros – possuía uma fábrica de atanados – conquistando fama de empreendedor ao ponto de ser indicado para administrador da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Não atendeu à recomendação, mas tornou-se um dos acionistas,

²⁰³ Cf. Graça Salgado (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 217.

²⁰⁴ BNL. Seção de Reservados. PBA 621, fls. 214-216.

²⁰⁵ BNL. Seção de Reservados. PBA 623, fl. 102.

²⁰⁶ Cf. Nádia Farage. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991, p. 69-71.

²⁰⁷ IANTT. Registro Geral de Mercês. D. João V, livro 35, fl. 443v. Alvará de 2 de julho de 1745.

adquirindo cinco cotas.²⁰⁸ Em recompensa por se achar “estabelecido há anos na cidade de São Luís do Maranhão” e concorrer “com grande zelo para o aumento da lavoura e do comércio daquela capitania”, recebeu o hábito da Ordem de Cristo.²⁰⁹

Casado duas vezes com senhoras da boa sociedade maranhense, Belfort não só deu início a uma descendência ilustre como se transformou em um aliado de peso para as autoridades que vinham do Reino.²¹⁰ De acordo com seu processo de habilitação à Ordem de Cristo, morava à Rua de São Bento “abaixo da travessa que vem pelo Arco das Águas Livres para a Cotovia”, mas era a Fazenda Kylrue, às margens do rio Itapecuru, o centro de experimentação das culturas que tanto interessavam ao progresso econômico do Maranhão, bem como o local aonde se hospedou o bispo D. Frei Francisco de São Tiago para convalescer de suas moléstias (ver 2.4.3).

Diante do exposto, fica claro porque o padre José de Sousa Machado foi o único implicado na tentativa de encontrar ouro. O juiz de fora e provedor Inácio Barbosa Canais acusou o clérigo de possuir o metal precioso e de tencionar não dividi-lo com os sócios. Por isso, teria pedido licença ao bispo para prendê-lo, recebendo a negativa do prelado. Mesmo desautorizado, uma vez que se intrometia na alçada do bispo, o magistrado prendeu o padre “publicamente e em claro dia”, tentando isentar-se e a seus cúmplices de qualquer culpa.²¹¹

²⁰⁸ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (coord.). *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 2, p. 829-831. Ver também Manuel Nunes Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, v. 1, p. 230-234.

²⁰⁹ IANTT. Habilitações da Ordem de Cristo. Maço 5, n.º 2. A mercê foi concedida por decreto de 16 de julho de 1758. Lancelot Berford era filho de Richard Berford e de Isabel Louwther, neto paterno de John Berford e de Caterina Barnewall e materno de André Louwther e de Margarida Hamilton. Sua família havia muito se estabelecera em Portugal. Um seu irmão, James Berford, era religioso no Convento de São Domingos do Corpo Santo, em Lisboa, e outras mulheres da família serviam no Convento do Bonsucesso, também em Lisboa (uma irmã, Suzana Berford, era professora em Dublin). Por conta disso, Lancelot Berford pediu dispensa para que sua habilitação fosse realizada na capital do Reino e por ter mais de 50 anos.

²¹⁰ Para os casamentos e a descendência de Lourenço Belfort, ver Mílson Coutinho. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 97-99. Ver também Carlos Eduardo de Almeida Barata e Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Litografia Tucano, 1997, v. 1, p. 422-423.

²¹¹ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 200v-202v.

O “projeto” do descobrimento de minas de ouro foi comunicado ao capitão-general Manuel Bernardo de Melo e Castro, mais pelo desrespeito à jurisdição eclesiástica praticada pelos funcionários régios do que por contrariarem as determinações régias que proibiam a descoberta e prospecção de minas no Estado. D. Frei Antônio contornou o problema de modo a salvaguardar sua jurisdição e a dignidade de seu cargo, como mostraram os termos com os quais justificou a necessidade de informar o sucedido ao capitão-general,

[...] a quem talvez não [constasse] os conventículos tão indecentes a uns ministros, dos perjúrios e infrações da liberdade eclesiástica, queixando-se sobre isto que os iludisse um clérigo ao mesmo tempo [em] que eles iludiram um bispo: E que digo a um bispo! Não fizeram caso da jurisdição eclesiástica, das censuras da Igreja e dos dogmas da religião.²¹²

Mas, de forma alguma, estava convencido de que o padre José de Sousa Machado era o único culpado.

Ocorre que Manuel Bernardo já havia tomado conhecimento das intenções de descobrir ouro no rio Iguará. Em 23 de junho de 1759 – dois dias depois do relato do bispo a Tomé Joaquim da Costa Corte Real – o capitão-general escreveu ao secretário a respeito das pretensões do padre Machado, que por meio da história das minas desejava promover a desunião entre o bispo e o governador do Maranhão. No ofício, Manuel Bernardo responsabilizava o clérigo até pela morte súbita de Inácio Barbosa Canais e Abreu, figurando como “total motor” do desaparecimento do juiz de fora e provedor da Fazenda. Por tudo isso, foi enviado preso a Lisboa.²¹³ O evento resultou ainda na proibição legal dos descobrimentos de minas nas conquistas do Norte, por meio do alvará de 19 de janeiro de 1760.

Nas cartas enviadas a Tomé Joaquim Corte Real pelo bispo e por Manuel Bernardo, nada foi dito sobre a participação do padre José Vivardo, apontado como cúmplice de José de Sousa Machado. Contudo, foi fácil perceber que D. Frei Antônio representou a voz dissonante

²¹² IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 200v-202v.

²¹³ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.3, fls. 199v-200v.

em todo o processo. Afinal, sua imagem não era a de um colaborador dos planos da Coroa. Enquanto bradava – com risco para sua reputação – pela independência da jurisdição eclesiástica e contra o desrespeito à sua pessoa, Manuel Bernardo preocupava-se em coibir a busca das minas, mas sem desarticular a cadeia de poder e prestígio subjacente ao projeto. Nada ficou provado sobre a participação do ouvidor, do juiz de fora e, muito menos, de Lourenço Belfort.²¹⁴ O irlandês continuou usufruindo a confiança das autoridades coloniais e se dedicando à promoção das interessantes culturas do anil, das amoreiras e do arroz, esta última muito incentivada no governo de Joaquim de Melo e Póvoas.

* * *

Passado o episódio das minas de ouro do rio Iguará, abriu-se na sucessão de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa um tempo de paz para D. Frei Antônio de São José. No início, o novo governador, Joaquim de Melo e Póvoas, travou relações amistosas com o bispo. Tanto que em 1761 o prelado recebeu o Colégio da Luz, que pertencera aos jesuítas, para servir de Paço Episcopal, juntamente com as alaias e a igreja anexa.²¹⁵

As boas relações entre o governo temporal e o eclesiástico começaram a declinar quando Melo e Póvoas passou a se queixar de insultos e descortesias praticados pelo bispo. A historiografia tradicional maranhense propagou o rompimento entre os dois, mas não avaliou o papel do governador diante do voto de desconfiança que o bispo recebeu desde que assumiu a diocese.²¹⁶ A obediência incondicional e a dependência dos “tios” transformaram Melo e Póvoas em verdadeira sentinela a vigiar – quiçá por instrução superior – os passos de D. Frei Antônio e das dignidades da Sé.

²¹⁴ Em 1773 era mestre de campo de um terço de Cavalaria de São Luís. Arquivo Público do Estado do Pará. Códice 250 (a numeração da folha está ilegível). Carta régia de 29 de janeiro de 1773.

²¹⁵ Cf. D. Felipe Conduru Pacheco. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Maranhão, 1969, p. 58.

²¹⁶ Ibidem, p. 63. Talvez por ser um eclesiástico, D. Felipe Conduru Pacheco analisou as querelas entre Joaquim de Melo e Póvoas e D. Frei Antônio de São José sem articular os acontecimentos ao conceito que a Coroa formou do prelado.

Os ofícios enviados pelo governador a Lisboa informavam sobre o bom preço da farinha, os progressos na cultura do anil e o interesse pela criação dos bichos-da-seda. Mas se nas inspeções que realizava e no seu gabinete Melo e Póvoas colhia e registrava novas sobre a economia maranhense, de sua janela observava amiúde o comportamento de alguns indivíduos tidos como da parcialidade do bispo:

Nesta festa da Páscoa não veio dar [?] o chantre nem o cônego Matabosque, que é aqui meu vizinho, fazendo-o sempre nas festas antecedentes. O dito chantre é um bom clérigo [...], porém, como é todo do prelado, suponho que quis mostrar-lhe que me não cumprimentava por fineza a ele.²¹⁷

Sobre o cônego Francisco Matabosque, foram obtidas informações de uma testemunha convocada pelos visitantes, o alferes de ordenança Manuel Dias de Oliveira:

[...] o cônego Matabosque, escrivão da visita, andava amancebado com uma mulata sua vizinha [...]. O que posso segurar a V.Ex.^a é que muitas vezes o vi passar da sua casa para a da tal mulata (que é de umas parentas do arcediogo que aqui morreu e de quem ele ficou por testamenteiro) em roupão e chinelas; porém depois da história da visita nunca mais para lá o vi entrar, e em mangas de camisa o vejo sempre à janela sem atender que eu estou a esta, e com a maior grosseria sai, e entra para sua casa com o barrete na cabeça sem me cortejar: Isto é depois da história do prelado [...].²¹⁸

Rompidas as relações entre o bispo e o governador, este se sentiu à vontade para praticar uma série de desmandos: mandou prender o cantor da Sé, nomeado pelo Cabido, para

²¹⁷ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fls. 295-300. Ofício de Joaquim de Melo e Póvoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 7 de maio de 1766. As observações foram feitas na ocasião da visita do inquisidor Geraldo José de Abranches à diocese. Sobre a visita inquisitorial no Estado do Grão-Pará e Maranhão, ver o clássico de José Roberto do Amaral Lapa. *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978. Especificamente sobre a visita no Maranhão, há mais de uma década Luiz Mott publicou alguns resultados parciais de suas pesquisas em que apurou, dentre outras coisas, desvios de conduta do clero local. Ver *A Inquisição no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 1995, p. 24-29 e p. 33-37. Em recente balanço da produção historiográfica sobre a Inquisição, a visitação no Maranhão não foi contemplada individualmente. Ver Ronaldo Vainfas; Bruno Feitler e Lana Lage da Gama Lima (orgs.). *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. A respeito da conduta do clero do Maranhão, Pollyanna Gouveia Mendonça defendeu a dissertação *Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 2007. A historiadora continua desenvolvendo pesquisas sobre o tema com fins de doutoramento. Ver também, da mesma autora, *Inimigos do celibato: concubinato e Tribunal Episcopal no bispado do Maranhão Setecentista*. *CABANOS – Revista de História*. Maceió, ano 1, v. 1, n.º 2, 2006, p. 49-67.

²¹⁸ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fls. 295-300. Ofício de Joaquim de Melo e Póvoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 7 de maio de 1766.

colocar em seu lugar outro de sua preferência; suspendeu padres das povoações de Turiaçu, Vitória do Mearim, Icatu, Guimarães e Vinhais, considerados incapazes para o ofício religioso; deu ordem de prisão a um ermitão de São José de Ribamar sob alegação de que teria se furtado ao serviço militar. Este ato foi mal recebido pela autoridade episcopal, pois o bispo acreditava que mesmo não pertencendo a uma ordem religiosa ou ao clero secular, o ermitão não podia ser preso pelo governador.²¹⁹

A disputa de jurisdição tornou-se mais aguda quando o cônego Francisco Matabosque revidou às atitudes do governador, aplicando uma punição pecuniária a um sargento da guarda do Palácio do Governo que não havia se confessado na Páscoa. Sentindo-se provocado, Melo e Póvoas pagou o tributo e mandou prender o corista da Sé, João Miguel dos Santos, substituindo-o à revelia do bispo e do Cabido. A querela foi coroada em uma visita de cortesia que o governador fez a D Frei Antônio, que estava doente, apesar da rixa entre ambos. Advertido por seus procedimentos recentes, Melo e Póvoas teria sido declarado “possesso do Diabo, em pecado mortal e excomungado”, o que precipitou a suspensão do bispo e a sua volta para Lisboa.²²⁰

Amparado na proteção dos “tios” e agindo na certeza de que suas obras seriam bem-vistas no Reino, Joaquim de Melo e Póvoas não hesitou em continuar se imiscuindo na jurisdição eclesiástica. Isso ficou evidente após a saída de D. Frei Antônio da diocese. Este não conseguiu deixar como substituto, até a chegada de um sucessor, o cônego Francisco Matabosque, e acabou rendido pelo vigário capitular Pedro Barbosa Canais (um dos que teriam contribuído para a queda de D. Frei João de São José e Queirós), enviado de Lisboa.²²¹

²¹⁹ Cf. D. Felipe Conduru Pacheco. *História eclesiástica do Maranhão...*, p. 64. Ver também Mário Martins Meireles. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977, p. 150.

²²⁰ Cf. Mário Martins Meireles. *Op. cit.*, p. 151. Novos embates com o Cabido surgiram quando este se recusou a colocar a cadeira do governador debaixo do arco da capela-mor da Sé, argumentando que isso contrariava os seus estatutos. Melo e Póvoas sustentava que as obras de remodelação e ampliação da capela não mais justificavam a privação do governador do que considerava o “lugar mais decente” na Sé. IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fl. 320.

²²¹ Cf. D. Felipe Conduru Pacheco. *Op. cit.*, p. 58-59.

De início, Pedro Barbosa Canais granjeou a confiança do governador com suas “imaginações [...] de favorecer aos índios e a todos estes povos e de que se executem sempre as ordens de Sua Majestade”.²²² Porém, menos de dois anos depois, Melo e Póvoas levou ao conhecimento de Paulo de Carvalho e Mendonça as descomposturas do vigário capitular com oficiais régios, cônegos e demais religiosos, “tratando a todos de menor e querendo ser ele só a quem se devam as atenções”²²³ – uma posição que, na verdade, o governador dava sinais de querer para si. Melo e Póvoas se ressentia de não ser informado dos assuntos da diocese e por questões de protocolo:

Nunca este vigário capitular me comunicou cousa alguma das suas determinações. Porém, tratava-se comigo, visitando-me muito amiúde, e eu a ele, mas da frota para cá me tem faltado mais a sua urbanidade [...]. Seguro a V.Ex.^a que eu não dei motivo algum a este homem para perverter a boa união que deve haver entre nós, e a única queixa que pode ter de mim é o não lhe dar Senhoria, tratamento que entende lhe é devido, tanto que o chega a dizer em papéis públicos; e assim toda a pessoa que lhe falta com a Senhoria tem nele um inimigo.²²⁴

Declarada a cizânia com o vigário capitular, o governador aproveitou-se de todas as situações possíveis para minar a confiança que a Corte depositara em Pedro Barbosa Canais. Valendo-se do ambiente de sujeição dos quadros da Igreja à autoridade monárquica, certa feita notificou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado o que julgou displicência de Canais no cumprimento de uma ordem régia:

O general do Estado me remeteu a lei de dous de abril de 1768 pela qual é Sua Majestade servido mandar suprimir todos os exemplares que até agora se tem introduzido ou estampado nos reinos de Portugal que tratam principal ou incidentemente da Bula intitulada da Ceia do Senhor [...]. Logo que recebi a dita lei a fiz publicar e nomeei ao ouvidor desta capitania [...] para executor dela. No termo que assina a sobredita lei correram muitos livros à casa do dito ministro [...]. Não se acha lá, porém, livro algum do vigário

²²² Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 42, doc. 04178. Ofício de Joaquim de Melo e Póvoas ao conde de Oeiras, de 20 de junho de 1767.

²²³ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 43, doc. 04244. Ofício de Joaquim de Melo e Póvoas a Paulo de Carvalho e Mendonça, de 5 de março de 1769.

²²⁴ Idem.

capitular Pedro Barbosa Canais, que não podendo deixar de os ter, mostra assim a sua absoluta no desprezo da lei [...].²²⁵

Voltando a D. Frei Antônio de São José, seu período à frente da mitra do Maranhão é revelador de como a política regalista se fez sentir no cotidiano da colonização – as querelas com Pedro Barbosa Canais, ainda que inicialmente fosse da confiança do governo de Lisboa, representaram uma continuidade das questões entre o poder temporal e o bispo. Este ficou marcado pelo voto de desconfiança que recebeu e pela idéia de que conduzia suas ações fora dos padrões do pensamento vigente em Portugal a partir do final da década de 1750. Isso determinou o seu afastamento do Real Serviço.

3.4.2 – O desfavor e a reabilitação

Por definição, a autoridade de um administrador colonial simbolizava uma extensão do poder régio nos territórios ultramarinos. Joaquim de Melo e Póvoas, por sua vez, não apenas cumpriu o que se esperava de um governador como soube representar fidedignamente a proposta de sujeição do clero ao poder régio embutida no regalismo. De acordo com Antônio Camões Gouveia, não se buscava o “equilíbrio do poder do rei com os dos bispos, nem a sua aliança, mas sim a subordinação dos segundos ao primeiro”.²²⁶

É compreensível, portanto, que após informar diligentemente aos seus protetores na Corte todos os passos do bispo e a sua suposta indisposição para cumprir as ordens régias, Melo e Póvoas fosse diretamente comunicado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado da decisão de D. José I de suspender D. Frei Antônio das funções prelatícias:

²²⁵ IHGB. Seção do Conselho Ultramarino. Arq. 1.1.11, fl. 328. Ofício de 6 de setembro de 1769.

²²⁶ Antônio Camões Gouveia. “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-265. Ver página 264.

Sendo presente a Sua Majestade todas as cartas que V.Me. me remeteu respectivas à conduta do bispo dessa diocese, que devendo ser pastor, se tem declarado lobo, e absoluto tirano, e inimigo não só desses povos, mas da paz pública, sossego comum e ultimamente levantado contra a obediência que deve ter às reais ordens de Sua Majestade. E como o dito bispo se tem posto no lastimoso estado de abandonar o seu pastoral e santo ministério e fazer-se contrariamente cabeça de insultos e discórdias, vindo por isso a ser prejudicialíssimo nessas partes, resolveu Sua Majestade que ele viesse para esta Corte [...].²²⁷

D. Frei Antônio voltou para Portugal e permaneceu desterrado no Convento de Santo Agostinho em Leiria por 10 anos, até a queda do marquês de Pombal, quando pediu licença para se instalar em uma casa de sua Ordem, em Lisboa. A derrocada do ministro deu voz a muitos ressentimentos e pedidos de reabilitação dos que foram encarcerados ou desterrados por ordem sua, como o prelado agostiniano. Por volta de 1778, o bispo alijado da diocese do Maranhão representou longamente à rainha D. Maria I, “protetora da liberdade eclesiástica”, pedindo reparação por seu infortúnio.²²⁸

Logo no início, o religioso apresentou os responsáveis por ter caído no desagrado do falecido D. José I:

Teve este bispo a infelicidade de ir para o seu bispado naquele tempo em que um secretário de Estado [Pombal] andava maquinando a destruição da Companhia de Jesus e buscando atestações contra ela. Em carta, como dizia, de confiança escreveu ao bispo para que desse conta contra os padres. Ele escusou-se quanto pode de acusar fatos que não havia no seu bispado nem examinava em outros. Olhou também para o fruto das suas ovelhas. Eles lhe ensinavam a doutrina, eles as instruía na Gramática, Retórica, Filosofia, e Teologia; eles no púlpito e confessionário eram úteis operários da vinha do Senhor, que me estava entregue. Este bem fundado escrúpulo foi a primeira raiz do desagrado que se seguiu.

Mas Sebastião José de Carvalho e Melo contara com a colaboração de dois aliados fundamentais: Mendonça Furtado, que “instava com cartas e papéis impressos para persuadir o bispo” e Joaquim de Melo e Póvoas, “parente, posto que ilegítimo, dos dous secretários [...]”.

²²⁷ Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. 19, 4, 2 – fl. 241 (doc. 460).

²²⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 40, doc. 03904. Essa referência abrange todas as citações da representação de D. Frei Antônio de São José nos parágrafos seguintes.

Ao gênio ambicioso de governar [...] entrou no projeto de acumular em si um monopólio de jurisdição militar, civil e também eclesiástica”.

A denúncia das arbitrariedades de Melo e Póvoas pelo bispo desterrado somou-se à oposição sofrida pelo governador, ainda no cargo, após a demissão de Carvalho e Melo. No Maranhão, o coronel de Cavalaria padecia a falta de proteção dos “tios” (Mendonça Furtado falecera em 1769), forçado a se defender de acusações que partiam de camaristas e de oficiais régios e seus apaniguados (ver 2.6.3). No ano seguinte ao da representação em análise, Melo e Póvoas deixou o governo e viveu no mais completo ostracismo até falecer (ver 2.6.4). Mas, antes disso, como se viu, não poupou esforços para agradar aos seus padrinhos ingerindo nos negócios da diocese maranhense e tentando subjugar o bispo.

D. Frei Antônio narrou detalhadamente o episódio que pode ter sido usado pelo governador para justificar o rompimento com a autoridade eclesiástica:

Quis sujeitar o bispo e meteu-lhe medo. Na sala e presença dele bateu arrogantemente com a bengala no chão, quase ameaçando. Viu que o bispo mostrou que não fazia caso, pediu-lhe perdão de joelhos, mas o gênio não se dobrou. Outra vez artificiosamente lhe propôs o triste exemplo do bispo do Pará [D. Frei João de São José e Queirós], que no mesmo tempo espoliado do seu bispado veio morrer neste Reino em um convento da sua religião beneditina por não fazer – dizia o governador – o que lhe pedira Francisco Xavier de Mendonça. Também a este exemplo respondeu o bispo sem se abalar.²²⁹

Em seguida, foram narrados diversos maus procedimentos de Melo e Póvoas, como o envio para o Reino de religiosos que não lhe agradavam, a concessão de licenças para o casamento de índios no Rio Negro sem a anuência do vigário-geral responsável pela capitania, além de negligências no pagamento das cômguas aos párocos e dignidades da Sé por anos a fio. Depois da saída do bispo, a situação teria piorado, pois “confirmou-se o governador no seu despotismo” usurpando bens da Igreja para aumentar construções, concordando que os ministros da Sé fossem pagos com panos de algodão pela Companhia de

²²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 40, doc. 03904.

Comércio, “cousa indecente!” – bradou D. Frei Antônio –, dentre muitas outras arbitrariedades.

Como os ventos que sopravam em Portugal favoreciam os perseguidos pelo marquês de Pombal, o agostiniano pediu castigo para o único algoz que ainda não havia caído em desgraça. Dissimulava a intenção de voltar para o Maranhão, mas se dizia temeroso de sofrer novamente as investidas de Joaquim de Melo e Póvoas. Ora, D. Frei Antônio devia ao menos suspeitar que o governador estivesse politicamente enfraquecido. Usou um artifício de retórica, protestando humildade perante a rainha, para obter a sua graça. Tanto que requereu, explicitamente, a substituição do capitão-general:

E que exemplo será para os que viram sair no Maranhão pela barra fora o seu pastor desterrado, se agora o virem entrar sem mais satisfação do que o perigo de ir contender de novo com quem o desterrou? [...] Pobre, sem cõngruas, abatido sem satisfação, restituído sem ser vindicado, será o bispo mais objeto de compaixão do que de respeito [...]. O bispo não pede castigo, mas mudança de governo. No princípio do feliz reinado de Vossa Majestade alegrou-se Portugal com o retiro de um ministro; com a ausência do seu parente, e imitador, respirará o Maranhão [...].²³⁰

À representação do bispo seguiram-se, no mesmo ano, queixas do chantre João Duarte da Costa e do cônego Francisco Matabosque de que as cõngruas dos eclesiásticos do Maranhão estavam atrasadas havia três anos.²³¹ Tudo isso deve ter contribuído para desestruturar a administração de Melo e Póvoas. Com a suspensão de D. Frei Antônio em 1767 e a remoção do vigário capitular Pedro Barbosa Canais dois anos depois, a diocese permaneceu longo tempo sem um titular. D. Jacinto Carlos da Silveira, clérigo secular, tomou posse em 1779, mas renunciou à mitra no ano seguinte sem sair de Portugal.²³²

D. Frei Antônio de São José alcançou a reparação que desejava. Pouco antes de morrer, no Convento da Graça de Lisboa, em 9 de outubro de 1779, recebeu o perdão real e

²³⁰ Idem.

²³¹ Cf. D. Felipe Conduru Pacheco. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Maranhão, 1969, p. 63.

²³² Ibidem, p. 58-59 e p. 63.

vislumbrou a possibilidade de voltar ao Real Serviço devidamente recompensado com a nomeação para o arcebispado da Bahia.²³³ Dos últimos percursos de sua trajetória, tirou-se a conclusão de que no contexto pós-expulsão dos jesuítas, de reforço do poder monárquico pela via da laicização e da secularização do Estado e de rompimento das relações com a Santa Sé, o religioso caminhou em sentido oposto aos rumos da política lusitana.

Ao defender sua jurisdição, não tolerando a intromissão do braço temporal, ao se impor diante do instrumento de submissão da esfera religiosa personificado em Joaquim de Melo e Póvoas, selou seu destino perante as autoridades metropolitanas. Mas contribuiu para a visualização do conflito ideológico a partir de uma experiência em terras coloniais.

²³³ Cf. Mário Martins Meireles. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977, p. 153.

CONCLUSÃO

O emprego da nomenclatura Estado do Grão-Pará e Maranhão associada ao termo período pombalino não deixa de encerrar uma redundância. Esta simples constatação não perde o sabor da descoberta quando se trata de uma repartição tão esquecida pela historiografia no que se refere ao aspecto administrativo. Nesse sentido, a renovação dos estudos biográficos e a abordagem das trajetórias de agentes a serviço da Coroa ofereceram a oportunidade de refletir sobre a posição do Estado no cenário espacial da América portuguesa. Está aberta ainda a possibilidade de um estudo comparativo abordando os percursos e os perfis de administradores coloniais atuantes nas capitanias do Estado do Brasil.

O governo das conquistas do Norte não foi destinado a filhos da aristocracia de Corte. E assim o foi pelo menos em boa parte de sua existência histórica, não somente no período pombalino. Na segunda metade do século XVII, por exemplo, os indivíduos nomeados para o cargo de governador e capitão-general do Estado do Maranhão, sediado em São Luís, receberam a indicação em recompensa pelos serviços militares prestados nas guerras da Restauração. Nenhum deles pertencia à alta nobreza ou ostentava títulos.¹

No final do século XVIII e no início do XIX, as duas principais capitanias do antigo Estado conheceram governadores de melhor extração: Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1790-1803), irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e D. Marcos de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos (1803-1806), – mais tarde o último vice-rei do Estado do Brasil – governaram o Pará, enquanto D. José Tomás de Meneses, um filho segundo do 1º conde de Cavaleiros, seguiu para o Maranhão em 1809.²

¹ Biblioteca da Ajuda. 54-XI-27, nº 17. Relação por mapa dos governadores capitães-generais e dos capitães-mores que governaram o Maranhão e Pará; e depois esta última distinta e separadamente até 1783 (fl. 25).

² Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. I - 31, 20, 24 – Mapa cronológico-histórico dos governadores e capitães-generais, dos governadores e dos capitães-mores que têm governado o Estado do Grão-Pará. Por Leonardo Ferreira Peres, cidadão paraense. Belém do Pará, 1812. Ver também Laura de Mello e Souza. “Um servidor e dois impérios: Dom José Tomás de Meneses”. In: _____. *O sol e a sombra*:

Por outro lado, em meados do Setecentos, os colaboradores de Sebastião José de Carvalho e Melo em parte eram nascidos em localidades afastadas da Corte e não traziam em suas folhas de serviço qualquer registro de participação em batalhas memoráveis, à exceção de Fernando da Costa de Ataíde Teive, que em 1762 deu combate aos espanhóis que invadiram a praça de Almeida. Nem o próprio Francisco Xavier de Mendonça Furtado provou seu valor como soldado em algum episódio de relevo, não obstante ter participado de expedições à Colônia do Sacramento em momento delicado da sua permanência debaixo da soberania lusitana. Tudo isso não diminuía os indivíduos em seus atributos de nobreza, uma vez que antes de virem para a América já ostentavam símbolos de distinção social: sete eram cavaleiros da Ordem de Cristo (Fernando da Costa de Ataíde Teive era professo na Ordem de Santiago da Espada); três eram familiares do Santo Ofício e quatro gozavam o foro de fidalgo da Casa Real (Gonçalo Lourenço Botelho de Castro alcançou esta graça ao voltar para o Reino).

Eram homens cujas carreiras se construíram nas fileiras do Exército ou da Armada, oriundos de famílias com tradição de serviços militares em África, na América e, principalmente, no Oriente. O mais velho de todos, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, chegou a oferecer seus préstimos no Estado da Índia. Outro traço relevante unia aqueles homens: nenhum deles possuía qualquer experiência administrativa quando assumiram seus cargos. Em alguns casos, saltaram das fileiras da tropa diretamente para o gabinete, tal como Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Joaquim Tinoco Valente, Joaquim de Melo e Póvoas, Fernando da Costa de Ataíde Teive e Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Isso equivale a dizer que a Coroa se manteve fiel a um modelo de governante que as autoridades acreditavam talhado para enfrentar os problemas de fronteira.

Primogênitos ou filhos segundos, tiveram acesso a cargos dentro da mesma repartição, mas isso não significa que as hierarquias foram totalmente dispensadas. Ao posto de governador e capitão-general do Grão-Pará foram alçados homens de boa posição e primogênitos: Manuel Bernardo de Melo e Castro, neto de um vice-rei, o 4º conde das Galveias, e Fernando da Costa de Ataíde Teive, indivíduo com fortes raízes na nobreza senhorial e sólida tradição familiar de serviços no Oriente. Ao Maranhão, segunda capitania em importância a partir de 1751, embora seus moradores nunca tivessem se conformado com a perda do status de “cabeça” do Estado, subiram representantes da fidalguia de província, caso de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, e um protegido do marquês de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas.

De Luís de Vasconcelos Lobo pouco se sabe, a não ser que cumpriu o requisito de ser militar para chegar ao Maranhão. Mas sua morte fez brotar uma das mais interessantes reflexões de um administrador colonial. Ainda mais quando se leva em conta que o pensamento partiu de Mendonça Furtado. O Estado não precisava (apenas) de um governador capaz de organizar a defesa das fronteiras e zelar pelo respeito à soberania portuguesa sobre territórios em litígio com a Espanha, mas de indivíduos instruídos nas artes do governo político e econômico, de modo a aplicar essa experiência no reordenamento das sempre combalidas finanças das capitanias, insuficientes para honrar despesas ordinárias, como os pagamentos das folhas civil, militar e eclesiástica.

Apesar da condição de subalternas, as capitanias do Piauí e do Rio Negro reservaram aos seus titulares a oportunidade de promoção no Real Serviço. Joaquim de Melo e Póvoas saiu da obscuridade ao se tornar o primeiro governador em Barcelos, ao passo que Joaquim Tinoco Valente, um velho militar do Alentejo, encerrou sua carreira na mesma vila depois de longos 16 anos. A organização do Piauí representou um vetor de prestígio para João Pereira

Caldas, jovem encarregado de estruturar uma capitania que demorou cerca de 40 anos para ser efetivamente constituída como tal.

Quanto às possibilidades de circulação no Império português, diferentemente do que alguns historiadores observaram nos percursos de governadores e de oficiais régios por domínios às vezes muito distantes e diferentes entre si – o que lhes permitiu o “acúmulo de informações e a constituição de uma visão mais alargada do Império ultramarino”, além de “uma compreensão acerca da diversidade dos problemas enfrentados, bem como da similitude de situações e de estratégias”³ –, os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão tiveram circulação mais restrita.

Aqueles que assumiram um segundo governo colonial, como Joaquim de Melo e Póvoas e João Pereira Caldas, o fizeram dentro do próprio Estado, revertendo a experiência acumulada em benefício da resolução dos problemas da própria região – outra estratégia usada pela Coroa no remanejamento dos seus agentes. Manuel Bernardo de Melo e Castro e João Pereira Caldas quase exerceram o governo de Mato Grosso, que apesar de subordinada (teoricamente) ao vice-rei do Estado do Brasil, mantinha conexões com o Pará por serem capitanias limítrofes e com interesses econômicos em comum.

De outro modo, nem mesmo os poderosos protetores de Joaquim de Melo e Póvoas conseguiram romper as hierarquias embutidas na distribuição dos postos governativos da América portuguesa. Também não puderam negligenciar a conjuntura delicada que exigia do titular de Pernambuco a vivência militar de que Melo e Póvoas não dispunha. Esse fator foi decisivo para o acesso de José César de Meneses ao governo daquela capitania. Além disso, por sua origem familiar, tinha mais chances de estabelecer um entendimento com o marquês do Lavradio e somar esforços para a defesa dos territórios meridionais do que o “sobrinho” de Pombal, que o vice-rei ignorava.

³ Cf. João Fragoso; Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*. Oeiras, n.º 23, 2000, p. 83.

Do ponto de vista do mecanismo de serviço e remuneração, excluindo-se os três governadores que morreram no exercício da função governativa (Luís de Vasconcelos Lobo, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e Joaquim Tinoco Valente), é preciso sublinhar que em poucas trajetórias o governo do Estado foi decisivo para o acesso à benemerência régia. O caso de João Pereira Caldas deve ser visto como uma exceção por ter passado 36 dos seus 58 anos a serviço da Coroa nas conquistas do Norte. Ou seja, praticamente toda a sua carreira no Real Serviço estava radicada em terras amazônicas.

Quanto aos demais, fatores diversos tiveram maior peso para justificar os requerimentos de mercês. Manuel Bernardo de Melo e Castro valeu-se dos serviços legados pelo irmão, Martinho de Melo e Castro, obtendo, dentre outras recompensas, o título de visconde da Lourinhã (contou também o fato de descender de uma família titulada). Também o secundogênito Mendonça Furtado, solteiro e sem descendência, legou seus serviços a Sebastião José de Carvalho e Melo em benefício de sua Casa e sucessão.

Gonçalo Lourenço Botelho de Castro beneficiou-se do casamento com uma dona do serviço da Casa Real e das relações familiares decorrentes do consórcio. Joaquim de Melo e Póvoas, por sua vez, teve na proteção do marquês de Pombal a fortuna e a ruína. De resto, o retorno à vida militar e as relações na Corte somaram mais pontos a favor da ascensão dos indivíduos e da sua permanência no Real Serviço do que o governo colonial, normalmente lembrado como gerador de dívidas que ameaçavam o patrimônio das famílias.

Em relação aos bispos, prevaleceu a constatação de que para lugares onde a evangelização era a marca principal da colonização eram comumente enviados teólogos e religiosos de Ordens regulares, sobretudo, franciscanos, beneditinos, agostinianos.⁴ Todos os prelados cujas trajetórias foram estudadas eram formados em Teologia e membros de alguma

⁴ Cf. José Pedro Paiva. “Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777)”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 52-56.

das citadas congregações. Assim como os governadores, D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, D. Frei João de São José e Queirós e D. Frei Antônio de São José nunca haviam experimentado a função episcopal. Mas, ao contrário do resultado alcançado no recrutamento dos governadores e capitães-generais, a Coroa obteve menos êxito no que concerne aos bispos.

Em termos de adesão aos planos metropolitanos, excluindo-se D. Frei Miguel de Bulhões, os prelados foram menos permeáveis do que os governadores aos ditames da política pombalina. Como ministros da Igreja, sentiram-se mais livres das convenções cortesãs para criticar os costumes da realeza, o mau uso dos recursos do Tesouro Real ou reclamar a independência da jurisdição episcopal em meio a conluios que escamoteavam interesses escusos tolerados pela Coroa. Tais atitudes – as de D. Frei João de São José e Queirós eram bem mais fáceis de condenar – foram interpretadas pelas autoridades metropolitanas como indícios de ruptura e de ausência de colaboração do braço religioso, enfraquecido no contexto de rompimento das relações com a Santa Sé e de secularização do Estado português.

A diocese de Leiria foi o prêmio do apoio e da fidelidade incondicionais de D. Frei Miguel de Bulhões aos projetos implantados no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Curiosamente, o religioso dominicano assumiu o bispado do Pará antes do período pombalino, mas foi um colaborador exemplar. De outro modo, por seus atos e palavras, dois bispos pagaram um alto preço em momento assaz inoportuno. D. Frei Antônio e D. Frei João foram indicados em virtude da confiança pessoal do rei e de Sebastião José de Carvalho para uma missão específica: combater a ação jesuítica e auxiliar o governo temporal a reorganizar setores da administração do Estado após a expulsão da Companhia de Jesus. Mas, por motivos diversos, ambos falharam no mesmo encargo. Para D. Frei Antônio, Leiria foi o castigo. D. Frei João, capelão da Casa de Oeiras, morreu envergonhado por invocar o fantasma dos jesuítas e morder a mão do homem que lhe deu a oportunidade de ascender na carreira.

APÊNDICE A

Governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e Maranhão e das capitanias subalternas do Piauí e do Rio Negro (1751-1780)

Governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e Maranhão (sede em Belém)

Governador e capitão-general	Período
Francisco Xavier de Mendonça Furtado	1751-1759
Manuel Bernardo de Melo e Castro (1º visconde da Lourinhã)	1759-1763
Fernando da Costa de Ataíde Teive	1763-1772
João Pereira Caldas	1772-1780
Observações: 1) De 1751 a 1753, Francisco Xavier de Mendonça Furtado governou com a patente de capitão-mor do Pará; 2) Não foram considerados os períodos de governo interino de Frei Miguel de Bulhões e Sousa, bispo do Pará.	

Governadores da capitania do Maranhão

Governador	Período
Luís de Vasconcelos Lobo	1751-1752
Gonçalo Pereira Lobato e Sousa	1753-1761
Joaquim de Melo e Póvoas	1761-1775 e 1775-1779
Observações: 1) Não foi incluído o governo interino do capitão Severino de Faria (1753); 2) De 1775 a 1779, Joaquim de Melo e Póvoas foi governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Piauí.	

Governadores da capitania do Piauí

Governador	Período
João Pereira Caldas	1759-1769
Gonçalo Lourenço Botelho de Castro	1769-1775
Observação: Após a saída de governo de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro a capitania foi governada por sucessivas juntas provisórias até a chegada de um novo governador, em 1789.	

Governadores da capitania do Rio Negro

Governador	Período
Joaquim de Melo e Póvoas	1758-1760
Joaquim Tinoco Valente	1763-1779
Observação: Não estão sendo considerados os governadores interinos de Gabriel de Sousa Filgueiras (1760-1761) e de Valério Correia Botelho de Andrade (1761-1763).	

Fontes: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Fon-Fon & Seleta, 1970.

APÊNDICE B

Bispos do Pará e do Maranhão (1748-1767)

Bispos do Pará

Bispo	Período
D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa	1748-1760
D. Frei João de São José e Queirós	1760-1764
Observações: 1) Foram consideradas as datas de nomeação dos prelados e não as do início de suas atividades episcopais; 2) Após a saída de D. Frei João de São José e Queirós, até 1772 a diocese ficou sob a administração do inquisidor Geraldo José de Abranches, na qualidade de vigário capitular, período não abordado na análise da administração eclesiástica no Pará.	

Fonte: RAMOS, Alberto Gaudêncio. *Cronologia eclesiástica do Pará*. Belém: Gráfica Falângola Editora, 1985.

Bispo do Maranhão

Bispo	Período
D. Frei Antônio de São José	1756-1767
Observações: 1) Foram consideradas as datas de nomeação dos prelados e não as do início de suas atividades episcopais; 2) Foram desconsiderados os últimos anos do bispado de D. Frei Francisco de São Tiago (1745-1752); 3) Os períodos em que a diocese foi sede vacante, administrada por governadores eclesiásticos ou vigários capitulares antes e depois da saída de D. Frei Antônio de São José, não foram analisados.	

Fonte: MEIRELES, Mário Martins. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977.

FONTES

1 – Manuscritos

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)

Doc. 15 – Ofício do bispo do Pará ao Sr. Diogo de Mendonça Corte Real, de 18 de agosto de 1755, sobre a origem das desordens no Estado do Pará. Documentação Rio Branco. Série Portuguesa.

Doc. 31 – Ordem régia a Francisco Xavier de Mendonça, 1751. Documentação Joaquim Nabuco. Série Portuguesa.

Doc. 35 – Carta do bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça, 1755. Documentação Joaquim Nabuco. Série Portuguesa.

Doc. 38 – Carta do irmão ao marquês de Pombal pedindo providências para o engrandecimento dos Estados, 1755. Documentação Joaquim Nabuco. Série Portuguesa.

Doc. 49 – Carta de Martinho de Melo e Castro a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Documentação Rio Branco. Série Brasileira.

Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)

Maranhão (avulsos). CD 1, cx. 3, doc. 00282 (P.1649).

Maranhão (avulsos). CD 3, cx. 32, doc. 03230.

Maranhão (avulsos). CD 3, cx. 32, doc. 03278.

Maranhão (avulsos). CD 3, cx. 32, doc. 03284.

Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 34, doc. 03416.

Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 34, doc. 03422.

Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 34, doc. 03561.

Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 37, doc. 03675.

Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 39, doc. 03806.

Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 40, doc. 03894.

Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 40, doc. 03904.

Maranhão (avulsos). CD 4, cx. 41, doc. 04031.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 42, doc. 04178.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 42, doc. 04184.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 43, doc. 04244.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 43, doc. 04264.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 45, doc. 04430.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 46, doc. 04483.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 46, doc. 04525.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 47, doc. 04617.

Maranhão (avulsos). CD 5, cx. 53, doc. 05084.

Pará (avulsos). CD 4, cx. 38, doc. 3557.

Pará (avulsos). CD 4, cx. 38, doc. 3561.

Pará (avulsos). CD 4, cx. 38, doc. 3565.
 Pará (avulsos). CD 5, cx. 39, doc. 3635.
 Pará (avulsos). CD 5, cx. 39, doc. 3636.
 Pará (avulsos). CD 5, cx. 39, doc. 3664.
 Pará (avulsos). CD 5, cx. 39, doc. 3689.
 Pará (avulsos). CD 5, cx. 44, doc. 4013.
 Pará (avulsos). CD 5, cx. 44, doc. 4065.
 Pará (avulsos). CD 5, cx. 45, doc. 4455.
 Pará (avulsos). CD 6, cx. 49, doc. 4494.
 Pará (avulsos). CD 6, cx. 53, doc. 4860.
 Pará (avulsos). CD 7, cx. 67, doc. 5741.
 Pará (avulsos). CD 7, cx. 69, doc. 5895.
 Pará (avulsos). CD 7, cx. 69, doc. 5896.
 Pará (avulsos). CD 8, cx. 74, doc. 6223.
 Pará (avulsos). CD 9, cx. 84, doc. 6857.
 Piauí (avulsos). CD 2, cx. 9, doc. 558.
 Piauí (avulsos). CD 2, cx. 10, doc. 601.
 Piauí (avulsos). CD 2, cx. 11, doc. 644.
 Piauí (avulsos). CD 2, cx. 11, doc. 649.
 Piauí (avulsos). CD 2, cx. 12, doc. 695.
 Piauí (avulsos). CD 2, cx. 12, doc. 710.
 Piauí (avulsos). CD 2, cx. 13, doc. 748.
 Rio Negro (avulsos). CD 1, cx. 2, doc. 101.
 Rio Negro (avulsos). CD 1, cx. 2, doc. 129.
 Rio Negro (avulsos). CD 1, cx. 3, doc. 183.
 Santa Catarina (avulsos). CD 1. cx. 2, doc. 103.

Catálogos do Projeto Resgate

BOSCHI, Caio C. (org.). *Catálogo de documentos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. São Luís: FUNCMA/AML, 2002.

_____. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Pará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. Belém: SECULT, Arquivo Público do Pará, 2002, 3v.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; SERPA, Élio (orgs.). *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à capitania de Santa Catarina – 1717-1827*. Florianópolis: UFSC, 2000.

SANTOS, Francisco Jorge (org.). *Catálogo do Rio Negro: documentos manuscritos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (1723-1825)*. Manaus: EDUA, 2000.

TELES, José Mendonça (coord.). *Catálogo de verbetes dos manuscritos avulsos da capitania do Piauí existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa – Portugal*. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura; Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil-Central, 2002.

Arquivo Nacional (AN)

Fundo: Negócios de Portugal

Caixa 684, pct. 01 (doc. 47) – Secretaria de Estado do Ministério do Reino

Caixa 732, pct. 04 (doc. 8) – Secretaria de Estado do Ministério do Reino

Códice 99, v. 1 e 2 – Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Cartas e anexos

Fundo: Secretaria de Governo da Capitania do Pará

Códice 100 – Cópia de cartas do governador do Pará, João Pereira Caldas, a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Códice 64 – Correspondência do governo do Pará com diversos (1751-1774)

Códice 86 – Correspondência da metrópole com os governadores (1755-1778)

Códice 125 – Correspondência de diversos com o governo (1762-1777)

Códice 250 – Alvarás, cartas régias e decisões (1772-1780)

Biblioteca da Ajuda (BA)

54-XI-27, n.º 16 – Cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, e de El Rei ao mesmo e outros (fls. 16-22).

54-XI-27, n.º 17 – Memória das pessoas que desde o princípio da conquista governaram as duas capitanias, do Maranhão e Grão-Pará. 1783 (fls. 1-24).

54-XI-27, n.º 17 – Relação por mapa, dos governadores capitães-generais e dos capitães-mores que governaram o Maranhão e Pará; e depois esta última distinta e separadamente até 1783 (fl. 25).

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)

Seção de Reservados

Coleção Pombalina: PBA 618 / PBA 621 / PBA 622 / PBA 623 / PBA 624 / PBA 627 / PBA 628 / PBA 706 / PBA F.R. 213

Fundo Geral de Manuscritos: Caixa 246, n.º 20 / Códice 11393//1

Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

Divisão de Manuscritos

8, 1, 011 – Auto de inquirição de testemunhas para justificação da posse e domínio do rio Branco pela coroa portuguesa. 1775.

19, 4, 2 – Ordens e correspondências com as capitanias do Pará, Maranhão e Piauí (1751-1807).

21, 1, 044, n.º 001 – Discurso em homenagem ao novo governador do Pará, João Pereira Caldas, em sua posse. Pará, 1772, 15p. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira.

I - 12, 01, 024 – Diário náutico feito na fragata de guerra Nossa Senhora da Graça. S./l., 1766, 31fls.

I - 17, 12, 5 (doc. 6). Cópia das instruções de 8 de janeiro de 1780, expedidas ao 1º comissário João Pereira Caldas para as demarcações dos domínios de Portugal na América.

I - 29, 18, 25, n.º 5 (doc. 66) – Instrução secretíssima com que Sua Majestade mandou passar à capital de Belém do Grão-Pará o governador e capitão-general João Pereira Caldas. Lisboa, 2 de setembro de 1772. Coleção Linhares.

I - 31, 20, 24 – Mapa cronológico-histórico dos governadores e capitães-generais, dos governadores e dos capitães-mores que têm governado o Estado do Grão-Pará. Por Leonardo Ferreira Peres, cidadão paraense. Belém do Pará, 1812.

I - 33, 35, 017 - n.º 1 – Carta ao marquês de Pombal tratando dos direitos de Portugal ao território de Rio Branco e das intenções dos espanhóis de se apossarem do mesmo. Barcelos, 24 de julho de 1776.

I - 46, 17, 6 – Carta pastoral de D. Miguel de Bulhões, bispo do Grão-Pará, dada em favor da liberdade dos índios de sua diocese. Belém do Grão-Pará, 29 de maio de 1757.

II - 30, 36, 44 - n.º. 003 – Carta régia escrita em 29 de julho de 1759 ao governador da capitania do Piauí.

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP)

Coleção Alberto Lamago

Código 1.4 – Carta do jesuíta Francisco Wolff à D. Maria Ana d' Áustria, rainha-mãe de Portugal, pedindo sua intercessão para que o governador do Pará não prejudicasse as missões do Pará. Relata atividades de vários padres. S.l., [1753], 3p.

Código 1.5 – Carta do jesuíta Francisco Wolff à D. Maria Ana d' Áustria, [...], agradecendo os bens recebidos e relatando a obra religiosa e social que o padre Gabriel Malagrida tentava fazer no Pará, para a qual não recebia apoio do governador do Pará. 1º de fevereiro de 1752. 5p. Original.

Código 1.24 – Carta, em latim, do jesuíta Roque Hunderpfundt à D. Maria Ana d' Áustria, [...], agradecendo favores recebidos e queixando-se da situação precária em que se encontrava a Missão de Santa Cruz. Santa Cruz no Estado do Pará, 15 de setembro de 1746. 3p. Original (Anexo: tradução).

Código 1.26 – Carta do jesuíta Gabriel Malagrida à D. Maria Ana d' Áustria, [...], sobre sua viagem ao Maranhão, e como o bispo colocou dificuldades à sua ação com relação à fundação do Seminário de Cametá e construção de um recolhimento no Pará. Pará, 28 de novembro de 1751. 4p. Original.

Código 1.42 – Carta do padre Roque Hunderpfundt à D. Maria Ana d' Áustria, [...], relatando suas atividades missionárias no Pará nos últimos dois anos. Pará, 25 de novembro de 1753. 5p. Original.

Código 16.44 – Carta de Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania de São José do Rio Negro, a Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, solicitando interesse pelo seu regresso e externando sentimento pela morte de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Barcelos, 20 de agosto de 1770. 2p. Original.

Código 43.95 – Memorial (traslado) em defesa dos missionários das aldeias do Pará, no qual era acusado de arbitrário o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, por querer tirar o poder dos missionários. S.l., [ca. 1759]. 4p.

Código 43.100 – Ofício do bispo do Pará ao padre reitor, a propósito da restituição, às igrejas da Companhia de Jesus, de todas as imagens, ornamentos e alfaia, que delas haviam sido retiradas; ou, então, sua reposição pelos bens privativos do Colégio do Pará. Pará, 15 de setembro de 1757. 1p.

Código 43.101 – Ofício do bispo do Pará ao padre Francisco de Toledo, vice-provincial e visitador, comunicando-lhe resolução régia para que os padres Teodoro da Cruz, Antônio José e Roque Hunderpfundt deixassem o Brasil. Pará, 16 de maio de 1755. 2p. Original.

Código 43.102 – Ofício do bispo do Pará ao padre vice-reitor Inácio Stanislau, agradecendo as preces e solicitando orações para sua pessoa. Maranhão, 18 de agosto de 1759. 1p. Original.

Catálogo da Coleção Alberto Lamago

NOGUEIRA, Arlinda Rocha; BELLOTTO, Heloísa Liberalli e HUTTER, Lucy Maffei (orgs.). *Coleção Alberto Lamago. Catálogo dos manuscritos*. 2ª ed., São Paulo: IEB, 2002.

Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IANTT)

Arquivos pessoais

Casa Galveias (L 517): Maço 1 - Manuel Bernardo de Melo e Castro (correspondência de vários)

Chancelaria das ordens militares

Chancelaria da Ordem de Cristo (livros): 67, 94, 220, 236, 264, 270, 277, 288 e 292

Chancelaria da Ordem de Santiago (livros): 28, 34 e 36

Chancelarias régias

Chancelaria de Filipe III (livro): 18

Chancelaria de D. João V (livro): 112

Chancelaria de D. José I (livro): 82

Chancelaria de D. Maria I (livros): 3, 11, 15, 17, 32, 43, 73, 75 e 83

Habilitações para as ordens militares

Habilitações da Ordem de Cristo (processos): Letra F, maço 1, doc. n.º 11 (Francisco Xavier de Mendonça Furtado) / Letra G, maço 4, doc. n.º 3 (Gonçalo Lourenço Botelho de Castro) / Letra J, maço 4, doc. n.º 2 (João Pereira Caldas) / Letra J, maço 28, doc. n.º 3 (Joaquim Tinoco Valente) / Maço 5, n.º 2 (Lourenço Belfort)

Habilitações da Ordem de Santiago (processo): Maço 1, n.º 5 (Fernando da Costa de Ataíde Teive)

Habilitações do Santo Ofício

Processos: Maço 8, diligências 135 (Gonçalo Pereira Lobato e Sousa) / Maço 88, diligências 1499 (Francisco Xavier de Mendonça Furtado) / Maço 160, diligências 1674 (Manuel Bernardo de Melo e Castro)

Ministério do Reino

Consultas do Conselho Ultramarino (1730-1825): Maço 314, cx. 420 / Maço 315, cx. 422.

Decretamentos de serviços (processos): Maço 119, n.º 1 (Serviços de 1790) e Maço 129, n.º 28 (Serviços de 1791) – Joaquim de Melo e Póvoas / Maço 40, n.º 9 (Serviços de 1768) e Maço 165, n.º 1 (Serviços de 1803) – Gonçalo Lourenço Botelho de Castro

Decretos (1745-1800): Pasta 4, n.º 60 / Pasta 4, n.º 107 / Pasta 10, n.º 80 / Pasta 11, n.º 15 / Pasta 13, n.º 83 / Pasta 17, n.º 27 / Pasta 19, n.º 34 / Pasta 21, n.º 80 / Pasta 22, n.º 12 / Pasta 22, n.º 54 / Pasta 26, n.º 39 / Pasta 26, n.º 50 / Pasta 27, n.º 6 / Pasta 34, n.º 10 / Pasta 39, n.º 74 / Pasta 56, n.º 26 / Pasta 60, n.º 128

Negócios diversos relativos ao ultramar e ilhas: Belém do Pará, maços 597 e 598 / Maranhão, maço 601

Registro Geral de Mercês

D. Pedro II (livro): 7

D. João V (livros): 5, 6, 34 e 35

D. José I (livros): 6, 11, 12, 17 e 23

D. Maria I (livros): 1, 5, 8, 24 e 25

D. João VI (livro): 14

Registro Geral de Testamentos

Livro 348, fls. 24v-26 (Gonçalo Lourenço Botelho de Castro)

Livro 355, fls. 207-208v (Ana Apolônia de Vilhena Abreu Soares)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Lata 116, doc. 12 / Lata 194, doc. 49 / Lata 195, doc. 1 e doc. 7 (n.º 3) / Lata 278, livro 1 / Lata 283, pasta 10 / Lata 284, livro 2 (docs. 1 e 2) / Lata 284, livro 3 / Lata 285, livro 1 (docs. 22 e 23) / Lata 358, doc. 25 (doc. 10) / Lata 465, pasta 12 / Lata 466, pasta 9 (doc. 1)

Seção do Conselho Ultramarino

Arq. 1.1.2 / Arq. 1.1.3 / Arq. 1.1.5 / Arq. 1.1.9 / Arq. 1.1.11 / Arq. 1.1.12 / Arq. 1.2.4 / Arq. 1.2.10

2 – Impressos

ALBUQUERQUE, Martim de. *Para a história das idéias políticas em Portugal (uma carta do marquês de Pombal ao governador do Maranhão em 1761)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [1968].

ALENCASTRE, José Martins Pereira d'. *Memória chronologica, histórica e corographica da província do Piahy*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 20, 1857, p. 5-164.

ALMEIDA, Candido Mendes de (org.). *Código philippino ou ordenações e leis do reino de Portugal*: recopiladas por mandado d' El Rei D. Philippe I. 14ª ed., Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Philomático, 1870.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1908, t. XXVIII, p. 402-403.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 3ª ed., Florença: Tipografia Barbera, 1905, 2v.

Carta régia da criação da capitania do Rio Negro: 3 de março de 1755. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 61 (97): 59-63, 1898.

Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761). Transcrição paleográfica e introdução do Prof. Samuel Benchimol. Manaus: Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, 1983.

COELHO, José Maria. Memória sobre a capitania de São José do Rio Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 203:109-134, 1949.

Consulta do Conselho Ultramarino à Sua Majestade, no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antônio Rodrigues da Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 7, v. 7, 1845, p. 475-482.

Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. 2ª ed., Belém, 1968, t. 2.

Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, 1905, t. 4.

Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, 1907, t. 6.

Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, 1913, t. 8.

CUNHA, D. Luís da. *Testamento político*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

DANIEL, João (padre). *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Dom Frei Miguel de Bulhões, da Ordem dos Pregadores, por mercê de Deus, e da Santa Sede Apostólica. Bispo de Leiria, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima. Pastoral de 2 de abril de 1763.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estudo presente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 51(1), v. 76, 1888, p. 5-166.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972.

_____. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: SEEC/RJ, 1978.

MACHADO, Francisco Xavier. Memória relativa às capitanias do Piauí e Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 17: 56-69, 1854.

Memórias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará. Introdução e notas ilustrativas de Camilo Castelo Branco. Porto: Tipografia da Livraria Nacional, 1868.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (coord.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 3t.

O Maranhão no centenário da Independência. Pelo Prof. José Ribeiro do Amaral. IHGB. Lata 454, pasta 1.

PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. O bispado do Pará. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém, 1906, t. 5, p. 5-191.

POMBAL, marquês de. *A moral como base de organização. Carta dirigida por Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º ministro de D. José I, rei de Portugal ao coronel de engenheiros e capitão-mor do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas*. Rio de Janeiro: Est. de Artes Gráficas C. Mendes Júnior, 1936, 13p.

PRAZERES, frei Francisco de Nossa Senhora dos. Poranduba maranhense ou real história da província do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 54 (83), parte 1, 1891, p. 9-184.

“Relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão, em comum, e em particular sucintamente dentro no seu distrito”. Transcrito em João Lúcio de Azevedo. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999 (Apêndice: Nota E).

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma... nos anos de 1774 e 1775*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1825.

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão* (1624). Transcrita em Candido Mendes de Almeida. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Nova Tipografia de J. Paulo Hildebrant, 1874, t. 2.

SOLÓRZANO PEREIRA, Juan de. *Política indiana*. Madri: Oficina de Diego Diaz de la Carrera, 1647.

Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763. Escrita pelo bispo D. Frei João de S. José, monge beneditino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 9, 1847, p. 43-107.

WILKENS, Henrique João. *Muhuraida ou o triunfo da fé na bem fundada esperança da inteira conversão e reconciliação da grande e feroz nação do gentio Muhura*. Introdução crítica de David H. Treece. Manaus: Biblioteca Nacional/UFAM/Governo do Estado do Amazonas, 1993.

BIBLIOGRAFIA

Obras de referência

Anotações ao catálogo dos capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 17, 1854, p. 25.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e CUNHA, Antônio Henrique da. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Litografia Tucano, 1997, v. 1.

CANEDO, Francisco de Castro da Silva. *A descendência portuguesa de el rei D. João II*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1993.

_____. *A descendência portuguesa de D. João III*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1993, v. I.

CORREIA, Manuel de Mello (dir.). *Anuário da nobreza de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1985, t. II.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí, desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

COSTA, Luís Moreira de Sá e. *Descendência dos primeiros marqueses de Pombal*. Porto: Tipografia Costa Carregal, 1937.

COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.

GAYO, Felgueiras. *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1989.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense (1549-1997)*. 2ª ed. Teresina: Gráfica Júnior, 1997.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon & Seleta, 1970.

MELGAÇO, Barão de. Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1949, v. 205, p. 263-290.

MENEZES, Bourbon e SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *Figuras históricas de Portugal*. Porto: Livraria Lello, 1933.

Miscelânea histórica de Portugal (vários). Lisboa, 1983, v. III.

MORAES, Cristóvão Alão de. *Pedatura lusitana*. Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1997, v. I, t. 1º.

NEMÉSIO, Gonçalo. *Histórias de Inácios*. Lisboa: Dislivros Histórica, 2005, v. II.

RAMOS, Alberto Gaudêncio. *Cronologia eclesiástica da Amazônia*. Manaus: Tipografia Fênix, 1952.

_____. *Cronologia eclesiástica do Pará*. Belém: Gráfica Falângola Editora, 1985.

RAMOS, Francisco Manoel Martins. Lista dos governadores, presidentes e comandantes das armas que tem tido a província das Alagoas desde o ano de 1819 até 1841. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 46 (67), 1883, p. 53-55.

Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal. 2ª ed., Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1991.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Iniciativas Literárias, 1971, v. 2 e 5.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza*. 5ª ed., Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1844, t. 1 e 2.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Coleção cronológica da legislação portuguesa compilada e anotada*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Sousa, 1854-1859.

TORRES, João Romano (ed.). *Portugal – Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*. Lisboa: [s/ed.], v. VI.

ZÜQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 2 e 3.

Artigos, livros, dissertações e teses

1 – Sobre a região amazônica

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores e alimentos em Macapá no período colonial”. In: _____. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 53-91.

ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: Gráfica Falângola Editora, 1974.

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Paulo Hildebrandt, 1874, t. 1.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Estudos de história paraense*. Belém: Tipografia de Tavares Cardoso & cia, 1893.

_____. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Edição fac-similar de 1901. Belém: SECULT, 1999.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

_____. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BARBOSA, José Maria de Azevedo. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará: o nome da capital paraense*. Belém: Imprensa Oficial, 1977.

BARBOSA, Tanya Maria Brandão. “Piauí, capitania do”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARREIRA, Antônio. *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1983.

CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. *O povoamento do Piauí*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1982.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “As várias utilidades do Maranhão’. Reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia no século XVII”. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas e LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 155-174.

_____. e CARDOZO, Alírio Carvalho. “Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. In: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 33-61.

COELHO, Geraldo Mártires. “Índio, súdito e cidadão”. In: _____. *O violino de Ingres: leituras de história cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005, p. 247-312.

COELHO, Mauro Cezar. “A cultura do trabalho: o Diretório dos Índios e um novo paradigma de colonização na Amazônia do século XVIII”. In: _____. e QUEIROZ, Jonas Marçal de (orgs.). *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, p. 57-79.

_____. “As viagens filosóficas de Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira, séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. Universitária/UFPA, 1999, p. 97-127.

COUTO, Jorge. “O poder temporal nas aldeias de índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no período: foco de conflitos entre os jesuítas e a coroa (1751-1759)”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 53-77.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, v. 1.

_____. *História do Pará*. Belém: Universidade do Pará, 1963, v. 1.

DELSON, Roberta Marx. “Povoações pombalinas”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 2v.

DOMINGUES, Ângela. “Estado do Grão-Pará e Maranhão”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

_____. “Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

_____. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

_____. “Rio Negro, capitania de São José do”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERREIRA, Elisa Ramos. “Estado e administração colonial: a vila de Mazagão”. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPa, 1998, p. 93-114.

FONSECA, João Abel da. “Amazônia pombalina. Cartas secretas de Sebastião José a Francisco Xavier. Uma visão global”. In: PIMENTEL, Maria do Rosário (coord.). *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*. Actas das VI Jornadas de História Ibero-Americana. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 207-244.

_____. *D. Frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará e governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1752-1756*. Separata do Congresso Internacional de História – Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas. Braga, 1993. *Actas*, v. II, p. 491-492.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Os homens que governaram o Piauí*. Teresina: Gráfica Júnior, 1989.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitaçã do Santo Ofício da Inquisiçã ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. Brasília: [Cegraf], 1981.

LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MARTINS, Fábila. “A concepção de missão no projeto da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará, no século XVII”. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas e LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 43-81.

MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa, 1976, 2v.

MEIRELES, Mário Martins. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977.

_____. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP - Serviço de Documentação, 1960.

_____. *Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão*. 6º Simpósio de História do Nordeste Brasileiro, São Luís: SIOGE, 1974.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Inimigos do celibato: concubinato e Tribunal Episcopal no bispado do Maranhão Setecentista. *CABANOS – Revista de História*. Maceió, ano 1, v. 1, n.º 2, 2006, p. 49-67.

_____. *Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 2007.

MIRANDA, Bertino. *A cidade de Manaus; sua história e seus motins políticos: 1700-1852*. [2ª ed.], Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1984.

MONTEIRO, Benedito. *História do Pará*. Belém: Editora Amazônia, 2005.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A capitania de São José do Rio Negro (antecedentes históricos e fundação)*. Manaus: [s/ed.], 1953.

_____. *Fundação de Manaus*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

MOTA, Antônia da Silva. “Família e fortuna no Maranhão Setecentista”. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EDUFMA, 2004, p. 51-80.

MOTT, Luiz. *A Inquisição no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 1995.

_____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NEVES, Amaro. *D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1706-1779): emérito bispo aveirense, governador do Grão-Pará e Maranhão*. Aveiro: ADERAV/Junta de Freguesia de Aradas, 2006.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975, v. 1.

PACHECO, D. Felipe Conduru. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Maranhão, 1969.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 115-132.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e Cultura; Serviço de Documentação, [1955].

RAMINELLI, Ronald. “Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____. “João Pereira Caldas”. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____. Testemunhos do despovoamento: Amazônia colonial. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, S. 3, n.º 6, 2000, p. 41-56.

RAVENA, Nírvia. “O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas”. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52.

_____. “‘Maus vizinhos e boas terras’: idéias e experiências no povoamento do Cabo Norte - século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira, séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. “Casais, soldados e degredados”. In: _____. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965.

_____. *A conquista espiritual da Amazônia*. 2ª ed., Manaus: Editora da Universidade do Amazonas; Governo do Estado do Amazonas, 1997.

_____. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948.

_____. *História do Amazonas*. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

_____. “Inquietações no norte”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. 1, v. 2, 2003, p. 423-437.

_____. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira* - t. 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RODRIGUES, Maria Isabel Vieira. “Fasto, fausto e bom gosto. Um documento sobre o tratado de limites, 1753”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Universidade Portucalense, 2001, p. 193-202.

_____. *O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Contribuição do seu epistolário para a história portuguesa e do Brasil*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Lisboa, 1997.

_____. A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no norte do Brasil (1751-1759). *Oceanos*. Lisboa, n.º 40, 1999, p. 94-110.

SAFIER, Neil. O *Diário da Viagem* do ouvidor Sampaio (1774-1775): as práticas narrativas de uma viagem administrativa na América Portuguesa. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, S. 3, n.º 6, p. 123-145.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa”. In: PRIORE, Mary del e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 123-139.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Amazônia: conquista e desequilíbrio do ecossistema*. Brasília: Thesaurus, 1998.

_____. A prata espanhola e o secretíssimo plano de comércio. *Anais da XVI Reunião Anual da SBPH*. Curitiba, 1997, p. 163-167.

SILVA, José Manuel Azevedo e. O modelo pombalino de colonização da Amazônia. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 3. Coimbra, 2003, p. 155-193.

STUDART FILHO, Carlos. *O antigo Estado do Maranhão e suas capitanias feudais*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1960.

_____. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará (com breve estudo sobre a origem e evolução das capitanias feudais do Norte e Meio Norte)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

TITO FILHO, José de Arimatéia. *Governos do Piauí (capitania, província, estado)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

2 – Geral

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. *Capítulos de história colonial*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil, with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1967.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madri (1735-1750)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Notícias Editorial, 1997.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O marquês de Pombal e a sua época*. 2ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1990.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. “Portugal e a Europa na época moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª ed., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2001, p. 183-204.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ Conselho Nacional de Artes e Ciências Humanas, 1979.

_____. “O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, v. VIII, p. 277-300.

BETHENCOURT, Francisco. “A América portuguesa”. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.) *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, v. 3, p. 228-249.

BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. *Tempo*. Niterói, v. 7, n.º 13, 2002, p. 77-109.

_____. “Ordens religiosas, clero secular e missão no Brasil”. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.) *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, v. 3, p. 294-318.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 183-191.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. Tradução de Nair de Lacerda. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. *A igreja e a expansão ibérica, 1500-1770*. Tradução de Nair de Lacerda Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. *O império marítimo português, 1415-1825*. Tradução de Inês Silva Duarte Lisboa: Edições 70, 1996.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. “Entre Portugal e o Brasil ao serviço da Inquisição: o percurso de Geraldo José de Abranches (1711-1782)”. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XVIII*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 233-258.

CAETANO, Marcello. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante Editores, 1969.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971, v. 4.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARNAXIDE, Visconde de (Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide). *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1979.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Perfil do marquês de Pombal*. 7ª ed., Porto: Porto Editora, [s/d.].

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950.

_____. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
COSTA, Fernando Dore. “A nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 47-63.

CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do império português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 69-92.

_____. e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social. *Penélope*. Lisboa, n.º 15, 1995, p. 91-120.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. “Política e administração de 1640 a 1763”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. 1, v. 2, p. 15-54.

DELSON, Roberta Marx. Military engineering and the “colonial” project for Brazil: agency and dominance. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, S. 3, n.º 6, 2000, p. 73-96.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Süsserkind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FALCON, Francisco José Calazans. “Comércio colonial e exclusivo metropolitano: questões recentes”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Hucitec, 1996, p. 225-238.

_____. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. “Pombal e o Brasil”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 227-243.

FIGUEIREDO, Luciano. “Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732)”. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XVIII*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 187-203.

_____. “O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001, p. 197-254.

_____. *Rebeliões no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FLEXOR, Maria Helena Occhi. “Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 79-88.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial - bases da materialidade e da governabilidade no império. *Penélope*. Oeiras, n.º 23, 2000, p. 67-88.

GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: INL, 1975.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. 2ª ed., Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 3ª ed., Lisboa: Arcádia, 1977.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730)”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 179-197.

GOUVEIA, Antônio Camões. “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal – v. 4: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-265.

_____. e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A milícia”. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal – v. 4: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 176-181.

HESPANHA, Antônio Manuel. “A família”. In: _____. (coord.). *História de Portugal – v. 4: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 245-256.

_____. “As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª ed., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 117-181.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG/IPEA, 2000.

JAVIER DE AYALA, Francisco. *Ideas politicas de Juan de Solorzano*. Sevilha: Imprenta y Litografia I.G.A.S.A, 1946.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa*. Tese de Doutorado em História. UFF, 2006.

KANTOR, Íris. “A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da Paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750)”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 257-276.

_____. “Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada”. In: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; EDUSP; Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 169-180.

_____. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

_____. *Os Ramires de outras eras em outros espaços: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América portuguesa... Almanack Braziliense – Revista Eletrônica*. São Paulo, IEB/USP, n.º 2, novembro 2005, p. 35-41.

KUHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 25, 1999, p. 91-112.

LACOMBE, Américo Jacobina. “A Igreja no Brasil colonial”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. 1, v. 2, p. 61-82.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, t. VII.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 141-184.

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. 3ª ed., Lisboa: Gradiva, 1989.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A sociedade”. In: _____. (coord.). *História de Portugal* – v. 3: No alvorecer da modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 399-433.

MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997, v. 1, p. 447-466.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. Dezessete: a Maçonaria dividida. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 4, 2002, p. 9-38.

_____. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*. 2ª ed., São Paulo: Editora 34, 2003.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Aspectos da legislação pombalina relativa ao Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupi, 1969.

_____. *O marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

MENEZES, Mozart Vergetti de. “Sonhar o céu, padecer no inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 327-340.

MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. *Ervas de ruim qualidade: a expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa, 1759-1763*. Dissertação de Mestrado em História. FFLCH/USP, 1991.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

_____. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.

_____. O “*ethos*” da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança: algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao rei. *Revista de História das Idéias*. Coimbra, v. 19, 1998, p. 383-402.

_____. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-115.

_____. e Mafalda Soares da Cunha, “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalves; CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252.

_____. “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal – v. 4: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 297-338.

_____. “Trajetórias sociais e governo das conquistas. Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249-283.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Recortes de memória: o varão insigne Diogo Barbosa Machado”. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XVIII*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 81-95.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Maçonaria”. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 6ª ed., São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Miguel de. *História eclesiástica de Portugal*. Lisboa: União Gráfica, 1940.

OLIVEIRA, Ricardo de. Política, diplomacia e o império colonial português na primeira metade do século XVIII. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.º 36, 2002, p. 251-278.

PAGDEN, Anthony. *Señores de todo el mundo. Ideologías del imperio en España, Inglaterra y Francia (en los siglos XVI, XVII y XVIII)*. Barcelona: Ediciones Península, 1997.

PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

_____. “Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777)”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 47-63.

_____. “Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da igreja (séculos XVII-XVIII)”. In: JANCÓS, István e KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; EDUSP; Imprensa Oficial, 2001, v. 1, p. 75-94.

_____. Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino. *Penélope*. Oeiras, n.º 25, 2001, p. 41-63.

POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUINTAS, Amaro. “A agitação republicana no Nordeste”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. 2, v. 1, p. 207-237.

RICHET, Denis. Autour des origines ideologiques lointaines de la Révolution Française: élites et despotisme. Paris, *Annales E.S.C.*, 24 (1), 1969, p. 1-23.

ROSA, Maria de Lurdes. *O morgadio em Portugal (séculos XIV-XV)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1988, v. 3.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e Agentes”. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, v. 3, p. 169-192.

_____. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1998.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.º 48, 2004, p. 321-329.

_____. *Trajetória política e ação colonizadora: a revitalização do império colonial português na administração do marquês do Lavradio*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ, 2002.

SCHWARTZ, Stuart e LOCKART, James. *A América Latina na época colonial*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENA, Maria Tereza. “A família do marquês de Pombal e o Santo Ofício (amostragem da importância do cargo de familiar na sociedade portuguesa Setecentista e Oitocentista)”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, v. 1, 1984, p. 337-385.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal/Sociedade Industrial Gráfica Lisboa, 1982.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d’ un homme d’ État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares (1755-1812)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, v. 2.

_____. “Portugal e Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997, v. 1, p. 477-518.

_____. *Une voie de connaissance pour l’histoire de la société portugaise au XVIII siècle: les micro-biographies*. *Clio*. Lisboa, 1: 21-65, 1979.

SILVA, Luiz Geraldo; PAULA, Leandro Francisco de e SOUSA, Fernando Prestes de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). Comunicação apresentada na *VII Jornada Setecentista*. Curitiba, UFPR, setembro de 2007. No prelo.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri/Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

_____. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. “A legislação pombalina e a estrutura da família no Antigo Regime português”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, v. 1, 1984, p. 403-414.

_____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

SOARES, Sérgio Cunha. Nobreza e arquétipo fidalgo. A propósito de um Livro de Matrículas de Filhamentos (1641-1724). *Revista de História das Idéias*. Coimbra, v. 19, 1997, p. 403-455.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 3.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. “Motines, revueltas y revoluciones en la America portuguesa de los siglos XVII y XVIII”. In: TANDETER, Enrique y HIDALGO LEHUEDE, Jorge. *Historia general de America Latina*. Unesco/Editorial Trotta, v. IV, 2000, p. 459-473.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STONE, Lawrence. “Prosopography”. *The Past and Present*. Boston/Londres, 1981, p. 45-73.

SUBTIL, José. “No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)”. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal* – v. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 415-424.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

THOMAZ, Luiz Felipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL, 1994.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.º 36, 2002, p. 161-188.

VAINFAS, Ronaldo. “Familiares do Santo Ofício”. In: _____. (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____; FEITLER, Bruno e LIMA, Lana Lage da Gama (orgs.). *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948-1953.

WEHLING, Arno. *Administração portuguesa no Brasil, de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: FUNCEP, 1986.

_____. “Estado do Brasil”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

_____. “Estado do Maranhão”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

_____. e WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal – v. 4: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 339-349.

_____. “A representação da sociedade e do poder”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal – v. 4: O Antigo Regime em Portugal (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 113-140.